



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1831

Segunda-feira - 21 de Setembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Garuva	228	Penha.....	325
Alto Bela Vista.....	4	Gaspar	229	Petrolândia	332
Anchieta	11	Guarujá do Sul	230	Pinheiro Preto	333
Antônio Carlos	12	Herval d'Oeste	231	Pomerode.....	334
Arabutã	13	Ibiam	233	Porto Belo.....	341
Arroio Trinta.....	14	Ilhota	234	Porto União.....	342
Ascurra.....	15	Imbituba	235	Presidente Castello Branco.....	343
Atalanta.....	16	Indaial.....	236	Presidente Nereu.....	344
Balneário Rincão	25	Iomerê	252	Rio dos Cedros.....	347
Bela Vista do Toldo.....	26	Ipumirim	253	Rio do Sul.....	345
Biguaçu	37	Itapiranga.....	254	Salto Veloso	349
Blumenau	45	Itapoá	255	Santiago do Sul.....	351
Bom Retiro	62	Ituporanga	257	São Bento do Sul.....	355
Braço do Trombudo	64	Joaçaba	258	São Carlos	357
Brusque.....	67	Lacerdópolis.....	262	São Domingos.....	359
Caçador.....	71	Lages	263	São José.....	386
Camboriú.....	73	Laguna	264	São José do Cedro.....	391
Campo Alegre	74	Lebon Regis.....	265	São Lourenço do Oeste.....	412
Campo Erê.....	86	Leoberto Leal.....	266	São Miguel da Boa Vista	415
Canoinhas.....	87	Lindóia do Sul	269	São Miguel do Oeste.....	416
Capinzal	119	Luzerna	270	São Pedro de Alcântara.....	423
Caxambu do Sul.....	150	Mafra	271	Schroeder	424
Cocal do Sul.....	151	Massaranduba.....	274	Siderópolis.....	455
Concórdia	152	Meleiro	280	Sombrio.....	456
Cordilheira Alta	184	Modelo	281	Sul Brasil	468
Coronel Freitas.....	185	Monte Carlo	282	Tigrinhos	470
Coronel Martins.....	186	Navegantes.....	286	Timbó	471
Correia Pinto.....	187	Nova Trento	291	Três Barras	473
Curitibanos	188	Novo Horizonte	299	Treze Tilias	475
Dionísio Cerqueira	190	Orleans	300	Tunápolis	480
Doutor Pedrinho.....	191	Ouro	301	Urussanga	481
Ermo	194	Palhoça	303	Vargem Bonita	484
Faxinal dos Guedes.....	195	Palmitos	304	Videira.....	488
Flor do Sertão	220	Papanduva.....	305	Vitor Meireles.....	494
Fraiburgo.....	224	Passos Maia	307	Xanxerê.....	495
Frei Rogério	227	Paulo Lopes	308	Xaxim.....	496

Associações

AMARP	502	AMMVI	504
-------------	-----	-------------	-----

Consórcios

ARIS	508
CIMVI.....	509



SOS Oeste



O Sistema FECAM entrou na **Campanha de Arrecadação de Donativos** para os atingidos pelas chuvas de julho, promovida pela Cruz Vermelha. É o momento de unirmos as forças e auxiliarmos àqueles que estão precisando de ajuda.

O QUE DOAR?

A maior necessidade é por **materiais de higiene pessoal e limpeza. Alimentos não perecíveis** também são bem-vindos.

Doações em dinheiro devem ser feitas diretamente na **conta da Cruz Vermelha:**

Banco do Brasil

Ag: 5453-4

Cc: 5916-1

VAMOS COLABORAR

Os donativos podem ser deixados na caixa de coleta localizada na recepção.

Ao final da segunda semana de Agosto eles serão encaminhados à Cruz Vermelha de Florianópolis para o envio aos necessitados.

CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO DE TODOS.

Mais informações:

FECAM: (48) 3221-8800 | CRUZ VERMELHA: 3244-6681

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 1/2015 - SIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

SIMA – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2015

TOMADA DE PREÇO 1/2015

O SIMA – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2015, na modalidade "TOMADA DE PREÇO nº 1/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para contratação de Plano Privado de Assistência a Saúde, na modalidade pré-pagamento registrado na ANS de abrangência estadual e nacional, o qual será processado e julgado no dia 07 de outubro de 2015 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega dos envelopes até 07 de outubro de 2015 às 13h30.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de setembro de 2015

ELIAS VIECELI

Presidente do SIMA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.067 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAR OS PROCEDIMENTOS PARA REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS DO MUNICÍPIO, NOS CASOS QUE ESPECIFICA.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso VIII do artigo 99 da Lei Orgânica Municipal e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, inclusive os Fundos, deverão desenvolver ações no sentido de promover a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens móveis e imóveis sob a sua responsabilidade, nos termos deste Decreto.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por:

I – avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos;

II – mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

III – reavaliação: adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

IV – redução ao valor recuperável (impairment): ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

V – valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VI – valor de aquisição: soma do preço de compra de bem com os gastos suportados, direta ou indiretamente, para colocá-lo em condição de uso;

VII – valor de mercado ou valor justo (fair value): valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

VIII – valor bruto contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

IX – valor líquido contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

X – valor recuperável: valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

XI – amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XII – depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XIII – exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XIV – valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

XV – valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação; e

XVI – vida útil:

- a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou
- b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 2º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso, a partir de janeiro de 2013, serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização, previstos no Anexo I deste Decreto, dispensando-se a prévia reavaliação.

Parágrafo único. A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 3º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso, anteriormente a 1º de janeiro de 2012, serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes no Anexo II deste Decreto, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os bens móveis recebidos por doação, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do Município, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio do Município.

Art. 4º Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data da reavaliação, observando-se também os critérios estabelecidos no art. 5º deste Decreto.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão feitas com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I – valor da inflação do período;
- II – estado físico do bem, de acordo com o disposto nos Anexos IV e V deste Decreto;
- III – capacidade de geração de benefícios futuros, em anos; e
- IV – obsolescência tecnológica, em anos.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciado, quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 6º Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a, pelo menos, um dos requisitos a seguir:

- I – capacidade de vida útil inferior a 2 (dois) anos;
- II – com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais); ou
- III – inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 5º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 7º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes e/ou conta contábil quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizados em condições semelhantes.

Art. 8º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município, avaliado a valor justo, obedecendo aos critérios mencionados no art. 5º deste Decreto.

§ 1º A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput deste artigo, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

- I – para os bens móveis cujos valores variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação poderá ocorrer anualmente;
- II – para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;
- III – para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no art. 3º deste Decreto.

§ 2º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade do Município deverão ser encaminhados à Seção de Patrimônio.

Art. 9º para cada grupo de bens a serem reavaliados serão utilizados critérios específicos constantes nos anexos deste Decreto, com a finalidade de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 10º a primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis sob a responsabilidade do Município foi realizada no exercício de 2015.

Art. 11º os bens imóveis serão avaliados/reavaliados conforme metodologia abaixo, definida pela Área Técnica de Engenharia, vinculada ao Gabinete do Prefeito:

a) lotes urbanos edificados: com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes com seu endereço, área e as demais informações cadastradas, bem como as características das construções definidas no respectivo boletim. Com essas informações e utilização do Sistema de Informação Geográfica – SIG para localização do imóvel, será definido o valor do lote e da edificação, considerando as melhorias efetuadas;

b) lotes urbanos baldios: com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes com seu endereço, área e as demais informações que serão levadas em consideração para a avaliação final;

c) lotes urbanos com infraestrutura urbana (praças): com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes baldios com seu endereço e área, evidenciando se possuem realmente infraestrutura sobre eles. Com estas informações, utilizando o SIG e o arquivo do Departamento de Engenharia, será verificado se houve algum investimento contratado no referido lote para definição do valor;

d) lotes urbanos designados como área verde: com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes baldios cadastrados como área verde, ou assim definidos na relação patrimonial e/ou registro do imóvel público, com seu endereço e área. Com base nestas informações e utilizando o SIG será definido o valor destas áreas;

e) ruas urbanas com infraestrutura: será levantada a extensão da malha viária urbana, manualmente, pela base cartográfica do SIG (com a resolução atual deste mapa) e, com base na listagem de logradouros existentes considerando a largura das vias e dos passeios, será calculada a área final da rua. Além da área serão incorporadas as características destas vias, como a pavimentação, a drenagem pluvial, dentre outros;

f) obras de infraestrutura individuais: são infraestruturas quantificáveis mais facilmente, e com características técnicas peculiares e passíveis de avaliação, tais como: pontes, pontos de ônibus e táxi, semáforos, dentre outros;

§ 1º A reavaliação dos bens imóveis será realizada por comissão, que elaborará o laudo técnico, contendo pelo menos, as seguintes informações:

I – descrição detalhada do bem avaliado e a correspondente documentação, endereço do imóvel, inscrição imobiliária e código do imóvel no Cadastro Imobiliário, número do registro no Cartório de Registro de Imóveis;

II – critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica;

III – vida útil remanescente do bem;

IV – valor residual, se houver; e

V – data de avaliação.

§ 2º Para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação do bem ao patrimônio do Município, observados os critérios de reavaliação deste Decreto.

§ 3º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade do Município deverão ser encaminhados à Seção de Patrimônio.

§ 4º Caberá ao Setor de Patrimônio efetuar os registros de atualização do valor no cadastro do imóvel no Sistema Patrimonial, arquivar a documentação e informar ao Setor de Contabilidade das alterações realizadas.

CAPÍTULO III

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 12. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º Deverá ser adotado para o cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método linear, bem como os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 162, de 31 de dezembro de 1998, atualizada, ou a que vier substituí-la, salvo disposição em contrário.

§ 2º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começam quando o item estiver em condições de uso.

§ 3º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 4º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 5º As benfeitorias adquiridas, incorporadas e/ou construídas serão depreciadas ou exauridas atribuindo-se às benfeitorias vida útil estimada em laudo de avaliação, ou no caso da primeira reavaliação, com base no Anexo II da Instrução Normativa nº 162, de 31 de dezembro de 1998, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, contados a partir da data de construção ou reavaliação, quando da vida útil residual estimada.

§ 6º As reavaliações ou reduções ao valor recuperável ocorrerão a cada 4 (quatro) anos, com o intuito de manter o patrimônio do Município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, contados a partir de sua aquisição, incorporação, construção e/ou de sua última reavaliação.

Art. 13. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I – bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

II – bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;

III – terrenos rurais e urbanos;

IV – bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros.

Art. 14. A vida útil deve ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

§ 1º Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

I – capacidade de geração de benefícios futuros;

II – o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III – a obsolescência tecnológica; e

IV – os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

§ 2º O valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados, conforme conveniência e oportunidade da Administração Municipal, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

§ 3º Os órgãos e entidades informarão a vida útil de seus bens, de modo a aproximar os índices utilizados na depreciação, na amortização e na exaustão do efetivo consumo desses recursos ao longo do tempo.

Art. 15. Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar.

Art. 16. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista (SC), em 14 de setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

ANEXO I

TABELA DE TAXA DE DEPRECIACÃO/
AMORTIZAÇÃO E VIDA ÚTIL DOS BENS MÓVEIS

Conta	Descrição	Taxa anual de depreciação ou amortização (%)	Prazo de vida útil (em anos)
86084	Aparelhos e equipamentos de comunicação	20	5
86085	Aparelhos, equipamentos, utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	10	10
86086	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	10
86091	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10
86094	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	10	5
86100	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários.	20	4
86101	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	20	4
86102	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
86104	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e Ferramentas	10	10
86107	Equipamentos de processamento de dados	20	5
86111	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
86112	Máquinas e utensílios de escritório	10	10
86113	Mobiliário em geral	10	10
86117	Coleções e materiais bibliográficos	10	10
86118	Discotecas e filmotecas	10	10
86119	Instrumentos musicais e artísticos	10	10
86120	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	20	5
86121	Obras de arte e peças para exposição	10	10
86124	Veículos em geral	10	10
86126	Veículos de tração mecânica	20	5
86147	Outros bens móveis	10	10

Ficam estipulados como valor residual, os seguintes percentuais:

5% - veículos;

8% - máquinas e equipamentos rodoviários;

2% - mobiliário em geral e outros bens;

2% - equipamentos agrícolas.

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA A REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1 – Veículo automotor:

a) a reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;

b) o valor de referência de mercado será obtido por meio da tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, por meio de laudo de reavaliação emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme tabela do Anexo III deste Decreto.

2 – Equipamentos e mobiliários em geral e equipamentos de processamento de dados, aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, de comunicação, medição e orientação, equipamentos agrícolas: a reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios do art. 5º deste Decreto, com base na tabela do Anexo IV deste Decreto.

3 – Equipamentos rodoviários:

a) a reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais dos equipamentos;

b) o valor de referência de mercado será por meio de tabela de empresas que comercializam os equipamentos, através de laudo de reavaliação emitido individualmente, por comissão designada para esta finalidade.

ANEXO III

LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE VEÍCULO

Código Patrimonial:				
Marca:				
Modelo:				
Ano fabricação/modelo				

Placa:					
Km:					
Valor de Mercado:					
Percentuais				Avaliação (R\$)	
Mecânica	Motor – 30%	Bom		30%	
		Razoável		15%	
		Ruim		10%	
	Caixa – 15%	Boa		15%	
		Razoável		7%	
		Ruim		2%	
	Demais partes – 10%	Boa		10%	
		Razoável		5%	
Estrutura		Ruim		2%	
	Lataria – 30%	Boa		30%	
		Razoável		20%	
		Ruim		10%	
		Péssima		5%	
	Vidros, Estofamentos, painel, acessórios – 12%	Bons		12%	
		Razoáveis		10%	
		Ruins		6%	
	Péssimos		3%		
	Pneus 3%	Bons		3%	
	Ruins		1%		
Valor do veículo					
		Bom		100%	
Agregado (acessórios) descrição:		Razoável		50%	
Valor de mercado:		Ruim		25%	
		Péssimo		12%	
Totais					
Valor reavaliado:					
Novo prazo de vida útil:					
Valor residual:					
* O valor de mercado atribuído com base na tabela FIPE					
Alto Bela Vista, SC, ____ / ____ / ____					
Membro da Comissão		Membro da Comissão		Membro da Comissão	

ANEXO IV

LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

Código Patrimonial:					
Marca:					
Modelo:					
Ano fabricação/modelo					
Horas:					
Percentuais				Avaliação (R\$)	
Motor 20%	Bom		20%		
	Razoável		10%		
	Ruim		5%		
Transmissão 21%	Boa		21%		
	Razoável		10%		
	Ruim		5%		

Eixo Diferencial 10%	Boa	10%		
Razoável	5%			
Ruim	2%			
Sistema Hidráulico 12%	Boa	12%		
Razoável	6%			
Ruim	3%			
Péssima	0%			
Estrutura	Bons	20%		
da	Razoáveis	10%		
máquina e pneus	Ruins	5%		
20%	Péssimos	0%		
Parte rodante 17%	Bons	17%		
Ruins	5%			
Observações:				
Totais				
Valor reavaliado:				
Novo prazo de vida útil:				
Valor residual:				
Alto Bela Vista, SC, ____ / ____ / ____				
Membro da Comissão	Membro da Comissão			Membro da Comissão

ANEXO V

FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO –
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL

Estado de conservação do bem – EC		Período de vida útil do bem (já utilizado) – PVU		Período de utilização futura do bem – PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Ótimo	10	10 anos	1	10 anos	1
Bom	8	9 anos	2	9 anos	2
Regular	5	8 anos	3	8 anos	3
Ruim	2	7 anos	4	7 anos	4
		6 anos	5	6 anos	5
		5 anos	6	5 anos	6
		4 anos	7	4 anos	7
		3 anos	8	3 anos	8
		2 anos	9	2 anos	9
		1 ano	10	1 ano	10

Fator de reavaliação = 4 EC + 6 PVU – 3 PUB

Valor reavaliado = valor de aquisição X fator de reavaliação / 100

Para os bens com período de vida útil (já utilizado) – PVU, a partir de 11 (onze) anos, deve ser utilizada a mesma pontuação do conceito 10 (dez) anos, ou seja, pontuação “1”.

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 042-2015 - NOVO PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 042/2015 – NOVO PRAZO

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, considerando que no dia 18 de setembro de 2015 dia previsto para o julgamento do processo visando Contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho para prestação de serviço de orientação ao Município de Anchieta e Autarquias, com a elaboração, atualização e fornecimento (de forma impressa e digital) dos seguintes documentos: PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) com qualificação dos agentes insalubres; PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) e execução dos ASOs – Atestados de Saúde Ocupacional, para atender as necessidades da secretaria de Administração e Gestão do Município de Anchieta, não compareceu nenhum interessado, fica designada nova data para a abertura das propostas no dia 02/10/2015 às 08:00 horas no mesmo local previsto no edital, para julgamento do mesmo. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 18 de setembro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 452/2015

PORTARIA Nº 452/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, LUSIANY KUSTER CORREA, para o cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRONOMO, a partir de 21 de setembro de 2015, para atuar na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 21 de setembro de 2015.

PORTARIA N 453/2015

PORTARIA Nº 453/2015.

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, ao servidor IDELSO WILVERT, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 20H, por 60 dias, a partir de 21 de setembro de 2015 referente aos períodos aquisitivo de março/1998 a março/2003 e 30 dias a partir de 20 de novembro de 2015 referente ao período aquisitivo de março/2003 a março/2008.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 21 de setembro de 2015.

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1764/2015

DECRETO Nº 1764, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 10.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802 de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com o alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS		
Projeto Atividade:	2107	Manutenção Atividades do CRAS		
Modalidade:	188	33900000000000	Aplicações Diretas	10.000,00
00.03.0560				
		TOTAL		R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS		
Projeto Atividade:	2107	Manutenção Atividades do CRAS		
Modalidade:	187	33900000000000	Aplicações Diretas	10.000,00
00.03.0560				
		TOTAL		R\$ 10.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Arabutã, 16 de setembro de 2015

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito MunicipalRegistra-se e Publica-se
Em 16 de setembro de 2015Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação

Arroio Trinta

PREFEITURA

LEI Nº 1751

LEI Nº 1751, DE 18/09/2015.

Institui o Dia Municipal de Valorização da Educação, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHLCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a câmara aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Arroio Trinta, o "DIA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO", a ser comemorado anualmente no último sábado do mês setembro.

Parágrafo único. O dia ora instituído passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Arroio Trinta.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação ficará responsável para constituir uma Comissão formada por um representante de cada escola, um representante da APE – Associação Arroiotrintense dos Profissionais da Educação e outro representante da secretaria de Educação, que será responsável pela programação de comemoração do dia ora instituído.

Art. 3º As despesas decorrente da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de setembro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 18 de setembro de 2015.

Nelson Campagnin
Diretor Departamento de Contabilidade

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 81 DE 2015

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 81/2015 ref. edital de registro de preços nº 31/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: Julyagro Comercial Ltda

Objeto: Fornecimento de materiais de uso diversos para o exercício corrente

Valor: R\$ 24.237,50

Vigência: 18/9/2016

Ascurra, 21 de setembro de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

Página: 1/9
Processo Nº.: 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015

No dia 17 do mês de Setembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.616/0001-09, com sede administrativa localizada na AV. XV DE NOVEMBRO, N.1030, bairro CENTRO, CEP nº. 88410-000, nesta cidade de Atalanta/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). TARCISIO POLASTRI, inscrito no CPF sob o nº., doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 9/2015, Processo Licitatório nº. 14/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ATALANTA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10086	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	7, 8, 13, 15, 22, 32, 33, 35, 39
10114	AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - EPP	10, 30, 36, 37, 41
9892	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	1, 5, 6, 9, 11, 18, 25, 34
10113	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	
9324	CELIA REGINA W. SANI - ME	
10111	CLEITON DE SOUZA 07205150922	
9891	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME	2, 14, 17, 19, 23, 40
9536	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	4, 12, 20, 24, 26, 27, 28, 29, 38
10110	LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME	
10109	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	16, 31
7898	SUPERMERCADO D. BENTA LTDA.	3, 21
10112	ZELI ODETE DA SILVA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	21.593.746/0001-26		
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - EPP	04.835.184/0001-60	BENONI FRANCISCO DUARTE	376.698.500-00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LT	05.919.156/0001-94	MARLON EISING	072.031.589-18
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	14.534.916/0001-36	HILTON DELGADO DOS SANTOS	004.492.999-45
CELIA REGINA W. SANI - ME	04.195.853/0001-87	ROBSON NATANAEL CHIUQUIO	076.844.709-73
CLEITON DE SOUZA 07205150922	18.531.205/0001-69	CLEOTON DE SOUZA	072.051.509-22
IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME	13.132.239/0001-67	CLAITON PETRES	027.855.409-13
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	13.965.228/0001-68	LUIZ ANTONIO JUNCKES	064.386.889-59
LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME	12.903.455/0001-04	FABIANO DE MORAIS CADORSO	025.934.349-88
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	07.483.630/0001-03	ASTROGILDO OJEDA	181.895.121-53
SUPERMERCADO D. BENTA LTDA.	04.018.797/0001-05	ELIANDRO ABINAEAL ANDRADE	075.707.979-22
ZELI ODETE DA SILVA - ME	19.232.159/0001-60	EDENIR DE AQUINO RODRIGUES	891.623.079-91

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

Página: 2/9
 Processo Nº.: 14/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ATALANTA.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7898 - SUPERMERCADO D. BENTA LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALVEJANTE LIQUIDO SEM CLORO - TIRA MANCHAS - COMPOSIÇÃO: PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, TESOATIVO ANIÔNICO, TESOATIVO NÃO IÔNICO, ESTABILIZANTE, SEQUESTRANTE, FRAGRÂNCIA, CORANTE E ÁGUA. CONTENDO TESOATIVOS BIODEGRADÁVEIS. EMBALAGEM DE 2LITROS.	UN		250,000	13,5400	3.385,00
21	RODO DE BORRACHA GALVANIZADO 40CM, COM CABO	UN		50,000	3,4900	174,50

Fornecedor: 9536 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AMACIANTE DE ROUPAS CONTENDO NA COMPOSIÇÃO: TESOATIVO CATIÔNICO, ESPESSANTE, SEQUESTRANTE, AGENTE CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTES, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COM COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE CETIL TRIMETIL AMÔNICO. EMBALAGEM COM 2 LITROS.	UN	GIRANDO SO	700,000	3,4800	2.436,00
12	ESPONJA DE LIMPEZA, DUPLA FACE, 110MM75MMX20MM - EMBALADA	UNI	BETANINN	1.000,000	0,4000	400,00
20	PASTILHA ADESIVA PARA VASO SANITARIO COM 3 UNIDADES	CX	SANY	150,000	3,2000	480,00
24	SABÃO EM PÓ COM MULTIAÇÃO - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO CONTENDO: ALQUIL BENZENO SULFATO DE SÓDIO. EMBALAGEM ECONOMICA COM 2KG	UN	OMO	700,000	15,9800	11.186,00
26	SACO DE LIXO, 100 LITROS, PACOTE DE 5 UNIDADES	PCT	COSMUS	1.200,000	1,3400	1.608,00
27	SACO DE LIXO, 50 LITROS, PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	COSMUS	300,000	1,3400	402,00
28	SACO DE LIXO, 30 LITROS, PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	COSMUS	1.200,000	1,3000	1.560,00
29	SACO DE LIXO, 15 LITROS, PACOTE COM 20 UNIDADES	PCT	COSMUS	500,000	1,3000	650,00
38	ESPONJA DE AÇO EMBALAGEM COM 8 UNIDADES - ROLINHO	UNI	KI-BRILHO	200,000	0,8700	174,00

Fornecedor: 9891 - IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ÁGUA SANITARIA COM PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,0 - 2,5% - CLORO ATIVO. COMPOSIÇÃO: PRINCÍPIO ATIVO, HIDROXIDO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO E ÁGUA, (SEM PERFUME) EMBALAGEM COM 2 LITROS)	UNI	ecoville	1.200,000	1,8000	2.160,00
14	LIMPADOR PERFUMADO, FRASCO DE 500ML - NA QUALIDADE IGUAL, COMPATÍVEL OU SUPERIOR AO CASA	UN	da ilha	300,000	1,9900	597,00
17	PAPEL HIGIENICO BRANCO - PACOTE C/ 4 ROLOS DE 30M X 10CM. FOLHA DUPLA DE ALTE QUALIDADE, COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS. TEXTURIZADO E PICOTADO	UN	ness	1.500,000	1,8700	2.805,00
19	PAPEL TOALHA (C/ 2 ROLOS) COM 50 TOALHAS CADA ROLO	UN	face a face	600,000	1,9900	1.194,00
23	RODO DE ESPUMA COM CABO (VARREÇÃO UMIDA)	UN	colonial	100,000	3,2400	324,00
40	SABÃO GLICERINADO EM BARRA NEUTRO C/ 200G	UNI	girando sol	200,000	0,9000	180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

Página: 3/9
 Processo Nº.: 14/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

Fornecedor: 9892 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALCOOL 45% - 1000 ML	UN	3094 FLOP'S	300,000	2,8900	867,00
5	DESIFETANTE PARA BANHEIRO CONTENDO BACTERICIDA COMPOSIÇÃO: RONEX, CLORETO BENZALCONICO, ESSÊNCIAS, CORANTE E ÁGUA. EMBALAGEM COM 2 LITROS.	UN	3136 FLEX	1.500,000	2,3800	3.570,00
6	ASTES FLEXÍVEIS CAIXA COM 150 UNID., NA QUALIDADE IGUAL, COMPATÍVEL OU SUPERIOR AO COTONETES	CX	1381 USE	100,000	1,3200	132,00
9	DETEJGENTE DE LOUÇA COM GLICERINA - NEUTRO - COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO, GLICERINA, COADJUVANTE, CONSERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, CORANTES E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR, ALQUILBENZENO, SULFATO DE SÓDIO, TESOATIVO BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 500 ML	UN	SEQUINEL	1.600,000	1,1300	1.808,00
11	ESCOVA OVAL, TIPO MANUAL COM SUPORTE EM PLASTICO	UN	1428 DESAFI	100,000	1,5600	156,00
18	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, 2 DOBRAS, C/ 1000 FOLHAS DE 20X21CM, BRANCO - FARDO 100% CELULOSE	UNI	2105 GUIPEL	600,000	4,4200	2.652,00
25	SABONETE LÍQUIDO - HIDRATAÇÃO E SUAVIDADE DE AROMA FRUTAS VERMELHAS - EMBALAGEM COM 1,9L	UN	FLEX	350,000	12,9000	4.515,00
34	ÁLCOOL GEL ANTISSEPTICO 70%	LT	FLOPS	100,000	3,3000	330,00

Fornecedor: 10086 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	BALDE PLASTICO 16 LITROS	UN	arquiplast	100,000	2,6000	260,00
8	DESODORIZADOR DE AMBIENTES SPRAY DE NO MÍNIMO 360ML	UN	glade	150,000	5,0700	760,50
13	LIMPADOR DE VIDRO, 500 ML	UNI	nobre	150,000	1,6200	243,00
15	PANO PARA LIMPEZA DE PISOS EMBALAGEM COM 1 UNIDADE MEDINDO 60CM X 90CM	UN	martins	200,000	2,4700	494,00
22	RODO DE BORRACHA GALVANIZADO 60 CM COM CABO	UN	haracem	100,000	8,4500	845,00
32	LUVA MULTIUSO, LATEX NATURAL, TAMANHO G, PAR: - LATEX NATURAL; - BORRACHA QUIMICA; - CORANTES; - FLOCOS DE ALGODAO; - COR AMARELA FORRADA	PAR	talge	150,000	1,9000	285,00
33	LUVA MULTIUSO, LATEX NATURAL, TAMANHO M, PAR: - LATEX NATURAL; - BORRACHA QUIMICA; - CORANTES; - FLOCOS DE ALGODAO; - COR AMARELA FORRADA	PAR	talge	50,000	1,9000	95,00
35	LIMPADOR SANITARIO (PEDRA SANITÁRIA)	UN	haracem	1.000,000	0,4800	480,00
39	PALHA DE AÇO, FINA	UN	sany bril	50,000	0,4500	22,50

Fornecedor: 10109 - LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	PANO PARA COPA FELPUDA MEDINDO NO MINIMO 38CM X 68CM	UN	PANO PRATI	200,000	1,9000	380,00
31	VASSOURA GIRATÓRIA C/ BALDE	UNI	BOMPACK	20,000	89,0000	1.780,00

Fornecedor: 10114 - AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	ESCOVA PARA O VASO SANITARIO	UNI	Dalcin	100,000	2,0100	201,00
30	VASSOURA DE NAYLON REFORÇADA COM CABO	UNI	Klering	60,000	3,7600	225,60
36	LUSTRA MOVEIS COM PELICULA PROTETORA - COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, CERA MICROCRISTALINA, OLEO PARAFÍNICO, SILICONE, ALCALINIZANTES, ESPESSANTE, ÉSTER DE SORBITAN, ÉSTER DE SORBITAN ATOXILADO, PRESERVANTE, SOLVENTE ALITATICO E FRAGRANCIA DE LAVANDA. EMBALAGEM COM 200 ML	UNI	Worker	150,000	1,5900	238,50
37	PA DE PLASTICO PARA LIXO - MEDIA	UNI	Inbrasil	50,000	1,3800	69,00
41	TOALHA DE ROSTO, 45X70 CM, LISO	UNI	Karsten	500,000	3,9500	1.975,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

Página: 4/9
Processo Nº.: 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

Página: 5/9
Processo Nº.: 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

Página: 6/9
Processo Nº.: 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA**

Página: 7/9
Processo Nº.: 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA**

Página: 8/9
Processo Nº.: 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA**

Página: 9/9
Processo Nº.: 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Atalanta para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Atalanta, 17 de Setembro de 2015.

TARCISIO POLASTRI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	CNPJ: 21.593.746/0001-26	_____
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - EPP	CNPJ: 04.835.184/0001-60	_____
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	CNPJ: 14.534.916/0001-36	_____
CELIA REGINA W. SANI - ME	CNPJ: 04.195.853/0001-87	_____
CLEITON DE SOUZA 07205150922	CNPJ: 18.531.205/0001-69	_____
IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME	CNPJ: 13.132.239/0001-67	_____
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	CNPJ: 13.965.228/0001-68	_____
LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME	CNPJ: 12.903.455/0001-04	_____
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	CNPJ: 07.483.630/0001-03	_____
SUPERMERCADO D. BENTA LTDA.	CNPJ: 04.018.797/0001-05	_____
ZELI ODETE DA SILVA - ME	CNPJ: 19.232.159/0001-60	_____

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DL Nº060/PMBR/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 060/PMBR/2015

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para a Locação de 273,14 m² do lote nº 01, de 216,24 m² do lote nº 03 e de 152,82 m² do lote nº 05, correspondentes à quadra nº 96, do Loteamento Parque Natureza I, Av. Leoberto Leal, Centro, Município de Balneário Rincão – SC. Para instalação da Casa do Pescador, Ponto de Informações Turísticas do município.

LOCATARIO: Município de Balneário Rincão.

LOCADOR: Dinaldo Marcio Viana.

VALOR MENSAL: R\$ 200,00 (Duzentos Reais).

VALOR GLOBAL: onde se lê: ... R\$ 2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais). ... Leia-se: R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 10/09/2015, por Valberto Berkenbrock (Secretário de Administração e Finanças).

RATIFICAÇÃO: em 10/09/2015, por Décio Gomes Góes, Prefeito Municipal.

Balneário Rincão, 10 de Setembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/CMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/CMBR/2015

OBJETIVO: A Câmara Municipal de Balneario Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso V, c/c o art. 26, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo de Dispensa de Licitação a contratação da empresa AUTO POSTO ZANZI LTDA, para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículo, pertencente à Câmara Municipal de Balneário Rincão/SC, durante o exercício de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso V, c/c o art. 26, da Lei Nº. 8.666/93.

RATIFICADO: em 16/09/2015, por Airton Valvito Ferreira - Presidente da Câmara.

Balneário Rincão, 17 de Setembro de 2015.

Jean Carlos Marcelino Borges

Presidente da Comissão de Licitações

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI 1.105

LEI Nº 1.105/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços destinados ao melhoramento da condição operacional de trechos de estradas rurais terciárias integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa SC Rural.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.106

LEI Nº 1.106/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Municipal;

II - as metas fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único: Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – Demonstrativo I – Metas Anuais;

II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII – Demonstrativo VI.a – Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal

para o exercício de 2016, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa. Parágrafo único: Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPITULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único: As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

V - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VII - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível de classificação institucional;

VIII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

X - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

XI - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XII – Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XIII – Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIV – Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir

os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de média e da meta física.

§ 4º. O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º. As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º. A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 6º. A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de fonte de recurso, em consonância com a Portaria nº 42/1999, com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - Demonstrativo da Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Classificação da Despesa conforme Funcional Programática (Anexo V da Lei nº 4.320/64);

V – Programa de Trabalho (Anexo VI da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas conforme o Vínculo (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII – Demonstrativo Despesas por Órgãos e Funções;

IX – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da Lei Complementar nº 101/2000).

X – Discriminação das Despesas por ações e por modalidade de aplicação.

§ 1º. O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, o Município, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento

e Contabilidade própria.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I – Texto da Lei;

II – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, 2000.

III – Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme artigo 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV – Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida com base no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

V – Planilha de Identificação dos projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicações das fontes de financiamento;

Art. 8º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II – justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º. O Orçamento para o exercício de 2016 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações e Fundos (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a" da LRF).

§ 1º. Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Servidor Municipal.

Art. 10. As previsões de receita para o exercício de 2016 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º. Por Lei de iniciativa do Poder Legislativo, poderá ser efetuada durante o exercício financeiro de 2016 a reestimativa do suprimento de receita da Unidade Câmara de Vereadores, observando o limite do art. 29-A, inciso I, da CF/1988.

§ 2º. A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita orçamentária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitações de empenhos nos montantes necessários, conforme critérios estabelecidos abaixo: (art. 9º e art. 31, II, § 1º, da Lei Complementar 101/2000).

I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II – redução de despesas com manutenção;

III – eliminação de despesas com horas extras; e

IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária, bem como a execução orçamentária, primarão pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 12. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2016, a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2015 (art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar 101/2000).

Art. 13. O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2016 contemplará recursos ordinários para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (Art. 5º, III "b" da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Para efeito desta lei, entende-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2014/2017 ou em lei que autorize sua inclusão (art. 5º, § 5º da Lei Complementar 101/2000).

Art. 15. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras (art. 8º e 14 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 16. Os projetos e atividades com recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (art. 8º, § único da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu provável excesso e/ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção social e auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de saúde voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, f; art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: sem prejuízo das disposições contidas no caput, a destinação de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos dependerá, se assim entendido, necessário, da edição e publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios e objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, f; art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 19. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei Complementar

101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 21. As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos os recursos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais (art. 62, I da Lei Complementar 101/2000).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 23. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em conformidade com o artigo 6º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016, constantes nos anexos desta Lei ou em suas alterações posteriores.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público (art. 45, caput, da Lei Complementar 101/2000).

Art. 25. O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único: a renúncia de receita estimada para o exercício de 2016, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar 101/2000).

CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 27. O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 28. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29. A verificação dos limites da dívida pública será feita na

forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e em conformidade com a Resolução do Senado Federal.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, em seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive suas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos, funções e empregos públicos, alterar a estrutura de carreiras; corrigir, aumentar a remuneração e conceder vantagens a agentes públicos; realizar concurso público e testes seletivos, admitir ou contratar pessoal aprovado em concurso público, em testes seletivos ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 31. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Legislativo e Executivo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2015, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 32. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra, fica restrita a necessidades emergenciais da área de saúde.

Art. 33. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000):

- I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- III - eliminação das despesas com horas-extras, salvo nos casos de interesse e necessidade pública;
- IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 34. Para efeito desta Lei e de registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar 101/2000, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de BELA VISTA DO TOLDO ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único: Para a terceirização de que trata este artigo, os cargos a serem preenchidos, não poderão ser relativos a atividades fim da administração nas áreas de Saúde e Educação.

Art. 35. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada quadrimestre (art. 22 da Lei Complementar 101/2000).

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá alterar e criar taxas, contribuições, conceder benefícios fiscais e realizar promoções para os contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, e estiverem em dia

com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado ou não nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 37. A Dívida Ativa Municipal de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica, assim consideradas aquelas cuja expressão monetária seja inferior a 01(um) salário mínimo, de acordo com a Lei Estadual n.º 14.266, de 21/12/2007, não será encaminhada à cobrança judicial, e após esgotados os meios para cobrança administrativa, poderá ser cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Art. 39. A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 40. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação a progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de Lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º. A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 42. Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 43. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, deverão ser reabertos no exercício subsequente, através de Lei Municipal encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 46. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênios com as entidades mencionadas no art. 17 desta Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.107

LEI Nº 1.107/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

“DENOMINA RUA ESTANISLAU SCHUMANN”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica denominada de RUA ESTANISLAU SCHUMANN a via pública que tem início nas coordenadas 26º 15' 31,29" S e 50º 27' 49,93" O, seguindo até nas coordenadas 26º 16' 53,10" S e 50º 27' 49,93" O, na extensão de 2.900,00 metros (dois mil e novecentos metros lineares, no centro do município de Bela Vista do Toldo, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.108

LEI Nº 1.108/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 488/2006"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 0488, de 14 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica denominada "OVÍDIO DAMASO DA SILVEIRA" a Rodovia SC 423, acesso ao Município de Bela Vista Toldo, SC, desde as coordenadas 26º 16' 53,10" S e 50º 27' 49,93" O até a Rodovia BR 280.

Art. 2º. Os demais artigos da Lei nº 0488, de 14 de junho de 2006 permanecem inalterados.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.109

LEI Nº 1.109/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 823/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, LEI MUNICIPAL Nº 969/2013, DE 22 DE MAIO DE 2013, LEI MUNICIPAL Nº 1.060/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 823/2011, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica alterado os requisitos exigidos para os cargos de Analista de Controle Interno, Analista Administrativo, Analista de Finanças e Analista de Tributos, para o cargo de Fiscal de Obras e Tributos fica alterado o salário e os requisitos exigidos.

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Analista de Controle Interno	01	40	R\$ 2.352,64	Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis, Bacharel em Direito e Bacharel em Ciências Econômicas
Analista Administrativo	01	40	R\$ 2.352,64	Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis, Bacharel em Direito e Bacharel em Ciências Econômicas
Analista de Finanças	01	40	R\$ 2.352,64	Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis, Bacharel em Direito e Bacharel em Ciências Econômicas
Analista de Tributos	01	40	R\$ 2.352,64	Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis, Bacharel em Direito e Bacharel em Ciências Econômicas
Fiscal de Obras e Tributos	01	40	R\$ 2.352,64	Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis, Bacharel em Direito e Bacharel em Ciências Econômicas.

Art. 2º. O art. 2º da Lei Municipal nº 969/2013, de 22 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Fica alterado a carga horária e o salário para o cargo de Médico Ginecologista/Obstetra:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
-------	-------	---------------	---------	------------

Médico Ginecologista/Obstetra	01	08	R\$ 3.588,19	Graduação em Medicina, com especialização em Ginecologia e Obstetrícia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
-------------------------------	----	----	--------------	--

Art. 3º. O art. 7º da Lei Municipal nº 1.060/2014, de 01 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. Fica alterado a carga horária e o salário para o cargo de Médico Pediatra:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Médico Pediatra	01	08	R\$ 3.588,19	Graduação em Medicina, com especialização em Pediatria e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Art. 4º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 823/2011, de 22 de dezembro de 2011, Lei Municipal nº 969/2013, de 22 de maio de 2013 e da Lei Municipal nº 1.060/2014, de 01 de setembro de 2014, permanecem inalterados.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.110

LEI Nº 1.110/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

“CRIA CARGO, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 936/2013, DE 21 DE MARÇO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica criado no Fundo Municipal de Saúde o seguinte cargo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Médico Clínico Geral - ESF	01	20	R\$ 8.970,93	Graduação em medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Art. 2º. O art. 1º da Lei Municipal nº 936/2013, de 21 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica alterado a carga horária e o salário para o cargo de Médico Clínico Geral - ESF:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Médico Clínico Geral - ESF	03	20	R\$ 8.970,93	Graduação em Medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Art. 3º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 936/2013, de 21 de março de 2013 permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.111

LEI Nº 1.111/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I**DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO**

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o Idoso no âmbito do Município de Bela Vista do Toldo sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das Políticas de Assistência Social do Município.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso, zelando pela sua execução;

II – elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso;

III – Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;

IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, a Lei Federal nº. 10.741 de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter Estadual e Municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VI – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII – receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

IX – apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

X – divulgar os direitos dos idosos, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XI – convocar e promover as Conferências de Direitos do Idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI)

XII – elaborar o seu regimento interno;

XIII – outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Parágrafo Único: Aos membros do Conselho Municipal do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da Administração Pública Municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O Conselho Municipal do Idoso é composto de forma

paritária entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil, será constituído:

I – por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Educação; e

d) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

II – por quatro representantes de entidades não governamentais representantes da Sociedade Civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento do idoso, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano;

§ 1º. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente;

§ 2º. Os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei;

§ 3º. A eleição para a escolha dos representantes de Entidades Não Governamentais da Sociedade Civil será convocada pelo Conselho Municipal do Idoso por meio de edital, publicado no Diário Oficial do Município 60 (sessenta) dias antes do final do mandato.

§ 4º. A eleição dos representantes será realizada pelo menos 30 (trinta) dias, antes do final do mandato.

§ 5º. Os membros do Conselho terão um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período;

§ 6º. As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público;

§ 7º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 4º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais;

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso;

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 5º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º. Os Membros do Conselho não serão remunerados, considerado, porém, seu trabalho, como serviço público relevante;

Art. 7º. As entidades não governamentais representadas no Conselho do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 8º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 14. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas Leis Orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 15. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Bela Vista do Toldo.

- Art. 16. Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:
- I – dotação orçamentária da União, do Estado e Município;
 - II – transferências do Município;
 - III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
 - IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
 - V – as advindas de acordos e convênios;
 - VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;
 - VII – outras.

Art. 17. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso.

§ 1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal do Idoso”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso.

§ 2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, cabendo ao seu titular:

- I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;
- II – submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Para a primeira instalação do Conselho Municipal do Idoso, a Secretaria Municipal de Assistência Social convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 19. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 20. O Conselho Municipal do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo Único: O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.112
LEI Nº 1.112/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE TERRAS COM 1.183,44 M², SITUADA NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO – SC DE PROPRIEDADE DE JAQUELINE TYSZKA E JOÃO PEDRO TYSZKA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à desapropriação amigável de área de terra com 1.183,44 m² (mil, cento e oitenta e três metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), situado no perímetro urbano do Município de Bela Vista do Toldo – SC, parte integrante da matrícula nº 29.623 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, de propriedade de Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka, identificada de acordo com os Anexos - Memorial Descritivo e Planta Georreferenciada de Imóvel Urbano, elaborado por Marlon João Czerniak - Engenheiro Florestal CREA – 082166-2 SC.

Art. 2º. A desapropriação da área destina-se a abertura, conservação e melhoramento de vias e logradouros públicos, nos termos do artigo 5º, alínea "i", do Decreto-lei nº 3.365/41.

Art. 3º. O valor da área a ser desapropriada, a título de justa indenização, será de R\$ 17.869,94 (dezesete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos) conforme apurado pela Comissão de Avaliação.

Parágrafo Único: A desapropriação poderá se dar de forma parcelada, de acordo com o interesse e a conveniência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Fica incluída a ação de desapropriação tratada no art. 1º, no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da Presente Lei serão custeadas pelo orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.113

LEI Nº 1.113/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

“CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam criados na Secretaria Municipal de Educação os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Merendeira	01	40 horas	R\$ 788,00	Ensino Fundamental
Psicólogo (a)	01	20 horas	R\$ 1.527,15	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Nutricionista	01	20 horas	R\$ 1.527,15	Graduação em Nutrição e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Instrutor/Professor de Informática	02	20 horas	R\$ 1.272,79	Graduação em Ciência da Computação ou em Sistema de Informação.

Art. 2º. Fica criado no Fundo Municipal de Assistência Social o seguinte cargo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Professor de Artes	01	20 horas	R\$1.272,79	Licenciatura Plena em Artes, com habilidade em Artesanato

Art. 3º. Ficam criados no Fundo Municipal de Saúde os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Médico Psiquiatra	01	04 horas	R\$ 1.794,09	Graduação em Medicina, com especialização em Psiquiatria e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Técnico em Enfermagem	02	40 horas	R\$ 1.307,03	Curso Técnico em Enfermagem com capacitação em sala de vacinas promovido pelo ESTADO DE SANTA CATARINA e Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	01	40 horas	R\$ 788,00	Ensino Fundamental
---	----	----------	------------	--------------------

Art. 4º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Município e regularizará as atribuições, em virtude da criação dos cargos e das vagas referidos nos artigos anteriores.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

Biguaçu

PREFEITURA

CONTRATOS MÊS 08

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 395/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
Valor: 0,01 (um centavo)
Vigência: Início: 11/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 209/2015
Recursos: Dotação: 2 018 3 3 90 00 00 00 00 00 (81)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 373/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BRUTHAN COMERCIAL LTDA
Valor: 16 802,90 (dezesesseis mil oitocentos e dois reais e noventa centavos)
Vigência: Início: 06/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 191/2015
Recursos: Dotação: 2 052 3 3 90 00 00 00 00 00 (235)
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O FUNREBOM

Contrato Nº: 386/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ALEXANDRE CARLOS MOREIRA 01953246923
Valor: 5 350,00 (cinco mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 17/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 200/2015
Recursos: Dotação: 2 052 3 3 90 00 00 00 00 00 (235)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE ESTRUTURA DOS POSTO GUARDA VIDAS DA PRAIA DE SÃO MIGUEL CONFORME O MEMORANDO EM ANEXO

Contrato Nº: 372/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Valor: 4 931 200,54 (quatro milhões novecentos e trinta e um mil e duzentos reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência: Início: 06/08/2015 Término: 06/11/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 130/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SISTEMA DE MACRODRENAGEM COMPLEMENTAR QUE ATINGIRÁ OS BAIRROS BOM VIVER, VENDAVAL E SÃO MIGUEL (RIO CAVEIRAS) - PARA O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETO ANEXO

Contrato Nº: 374/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MILENIUM COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor: 1 742,40 (um mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)
Vigência: Início: 06/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 191/2015
Recursos: Dotação: 2 052 3 3 90 00 00 00 00 00 (235)

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O FUNREBOM

Contrato Nº: 376/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
Valor: 166 659,30 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos)
Vigência: Início: 08/08/2015 Término: 15/01/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 197/2015
Recursos: Dotação: 1 045 4 4 90 00 00 00 00 00 (345)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA MARTINHA MARIA RODRIGUES, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC

Contrato Nº: 375/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME
Valor: 13 950,00 (treze mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 06/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 199/2015
Recursos: Dotação: 2 075 3 3 90 00 00 00 00 00 (224)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ESTRUTURA PARA O DESFILE CÍVICO QUE SE REALIZARÁ NA RUA PATRÍCIO ANTÔNIO TEIXEIRA, EM BIGUAÇU - SC, NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2015

Contrato Nº: 377/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Valor: 1 334 493,79 (um milhão trezentos e trinta e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos)
Vigência: Início: 10/08/2015 Término: 10/04/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 177/2015
Recursos: Dotação: 1 045 4 4 90 00 00 00 00 00 (345)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS MANOEL MARIANO FERREIRA E RUA KILIANO KREMER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS EM ANEXO

Contrato Nº: 378/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BRUNA DE MIRANDA - ME
Valor: 456 486,67 (quatrocentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos)
Vigência: Início: 10/08/2015 Término: 10/05/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 187/2015
Recursos: Dotação: 1 045 4 4 90 00 00 00 00 00 (345)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA GERAL JARDIM CAROLINA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Aditivo Nº: 333-3/2014 - Contrato Nº: 333/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor: 12 500,00 (doze mil quinhentos reais)

Vigência: Início: 10/08/2015 Término: 19/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 189/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE POSTES E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

Contrato Nº: 379/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: OSMAR BASILICIO DA ROCHA
Valor: 68 355,60 (sessenta e oito mil trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)
Vigência: Início: 10/08/2015 Término: 10/08/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 206/2015
Recursos: Dotação: 2 023 3 3 90 00 00 00 00 00 (438)
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, - COM A FINALIDADE DE ABRIGAR AS ATIVIDADES DO CENTRO DE QUALIFICAÇÃO MUNICIPAL DE BIGUAÇU -

Contrato Nº: 380/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: KAROL RODRIGUES MAES
Valor: 3 360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)
Vigência: Início: 10/08/2015 Término: 10/02/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 198/2015
Recursos: Dotação: 2 055 3 3 90 00 00 00 00 00 (308)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL FORMADO EM PSICOLOGIA PARA ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO DE UM ADOLESCENTE ACOLHIDO NA CASA LAR MUNICIPAL

Contrato Nº: 381/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BRUNA DE MIRANDA - ME
Valor: 303 140,51 (trezentos e três mil cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos)
Vigência: Início: 13/08/2015 Término: 13/04/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 179/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS BENJAMIN CONSTANT, GISELE MARCELINO, JOÃO JOAQUIM E JURITI LOCALIZADAS NO BAIRRO RIO CAVEIRAS, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC

Contrato Nº: 382/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: EDILON JOSÉ CARVALHO
Valor: 5 729,00 (cinco mil setecentos e vinte e nove reais)
Vigência: Início: 13/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 182/2015
Recursos: Dotação: 1 003 3 3 90 00 00 00 00 00 (29)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DO PARQUE DE COMPUTADORES EM 15 SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 383/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: TRACTON IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA EPP
Valor: 56 700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais)
Vigência: Início: 13/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 196/2015
Recursos: Dotação: 2 018 3 3 90 00 00 00 00 00 (84)
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA USO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO

Contrato Nº: 384/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: GSIANE MATILDE VIEIRA-ME
Valor: 1 520,00 (um mil quinhentos e vinte reais)
Vigência: Início: 13/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 201/2015
Recursos: Dotação: 2 052 4 4 90 00 00 00 00 00 (237)
Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA ESCRITÓRIO, QUE SERÃO UTILIZADAS PELAS SEÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU , CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE REFERÊNCIAS EM ANEXOS

Contrato Nº: 385/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME
Valor: 3 000,00 (três mil reais)
Vigência: Início: 13/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 201/2015
Recursos: Dotação: 2 052 4 4 90 00 00 00 00 00 (237)
Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA ESCRITÓRIO, QUE SERÃO UTILIZADAS PELAS SEÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU , CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE REFERÊNCIAS EM ANEXOS

Contrato Nº: 387/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP
Valor: 9 564,50 (nove mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início: 19/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 204/2015
Recursos: Dotação: 2 052 3 3 90 00 00 00 00 00 (235), 2 052 4 4 90 00 00 00 00 00 (237)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO E SALVAMENTOS EM ALTURA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 390/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP
Valor: 3 540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)
Vigência: Início: 21/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 85/2015
Recursos: Dotação: 2 006 4 4 90 00 00 00 00 00 (26)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA USO DA GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Contrato Nº: 388/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
Valor: 1 019 983,00 (um milhão dezanove mil novecentos e oitenta e três reais)
Vigência: Início: 19/08/2015 Término: 19/03/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 178/2015
Recursos: Dotação: 1 045 4 4 90 00 00 00 00 00 (345)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ESMERALDINO PRAZERES (PC-3) E HUGO AMORIM

Contrato Nº: 389/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BRUNA DE MIRANDA - ME
Valor: 390 512,74 (trezentos e noventa mil quinhentos e doze reais e setenta e quatro centavos)
Vigência: Início: 19/08/2015 Término: 19/05/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 186/2015
Recursos: Dotação: 1 045 4 4 90 00 00 00 00 00 (345)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS PAULO LOPES, URUBICI, IMBITUBA, TIJUCAS, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Aditivo Nº: 93-1/2015 - Contrato Nº: 93/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 19/08/2015 Término: 19/11/2015

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 228/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COSTRUTURAÇÃO DA NOVA SEDE DO CEIM DONA DORVALINA LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, CONFORME PROJETO

Contrato Nº: 394/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA

Valor: 9 892,96 (nove mil oitocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos)

Vigência: Início: 03/09/2015 Término: 03/09/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 210/2015

Recursos: Dotação: 2 011 3 3 90 00 00 00 00 00 (389)

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU NA INTERNET

Aditivo Nº: 350-4/2014 - Contrato Nº: 350/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 11/09/2015 Término: 30/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 205/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIOS CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL

Contrato Nº: 396/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CONTEXTO ASSESSORIA LTDA - ME

Valor: 155 160,49 (cento e cinquenta e cinco mil cento e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

Vigência: Início: 11/09/2015 Término: 11/12/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 193/2015

Recursos: Dotação: 1 025 4 4 90 00 00 00 00 00 (312)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA QUE REALIZARÁ O PROJETO TÉCNICO SOCIAL DO RESIDENCIAL VILA REAL, REFERENTE AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-MCMV CONFORME O MEMORANDO EM ANEXO

FUNDO DA FAMABI

Aditivo Nº: 341-1/2015 - Contrato Nº: 341/2015

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA

Valor: 603,40 (seiscentos e três reais e quarenta centavos)

Vigência: Início: 27/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 96/2015

Recursos: Dotação: 2 078 3 3 90 00 00 00 00 00 (4)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS COM AS DEVIDAS INSTALAÇÕES PARA USO NAS NOVAS INSTALAÇÕES DA FAMABI

Aditivo Nº: 440-3/2012 - Contrato Nº: 440/2012

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA

Valor: 021 352,07 (vinte e um mil trezentos e cinquenta e dois reais

e sete centavos)

Vigência: Início: 07/08/2015 Término: 08/08/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 8/2012: Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, LOCALIZADO NA RUA LUCIO BORN, Nº12, EDIFÍCIO SÃO JOÃO EVANGELISTA, CENTRO - BIGUAÇU/SC SENDO 02 ÁREAS COM ÁREA TOTAL DE 107,44M²

Contrato Nº: 391/2015

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME

Valor: 1 368,00 (um mil trezentos e sessenta e oito reais)

Vigência: Início: 02/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 8/2015

Recursos: Dotação: 2 078 4 4 90 00 00 00 00 00 (14)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO DA FAMABI-BIGUAÇU

Contrato Nº: 392/2015

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: SUPRIMOVEIS LTDA ME

Valor: 549,90 (quinhentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)

Vigência: Início: 02/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 8/2015

Recursos: Dotação: 2 078 4 4 90 00 00 00 00 00 (14)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO DA FAMABI-BIGUAÇU

Biguaçu, 18 de setembro de 2015

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

DECRETO Nº 160/2015

DECRETO Nº 160/2015 DE: 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 38.635,72 (Trinta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos 0.1.81.000067 e 0.1.03.000000. As dotações abaixo relacionadas:

02. GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0202.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	21.202,99
3.1.90.00/0.1.03.000000	Pessoal e Encargos Sociais	21.202,99

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	17.432,73
3.3.90.00/0.1.81.000067	Outras Despesas Correntes	17.432,73

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 161/2015

DECRETO Nº 161/2015 DE: 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

02. GABINETE DO PREFEITO

0206.06.182.0006.2052	Funcionamento e Manutenção do Funrebom	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.33.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.33.000000	Investimentos	10.000,00

03. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	1.094,74
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.094,74
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.094,74

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

ERRATA Nº. 01 DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 56/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 56/2015

Para questão de esclarecimento referente ao objeto do processo de licitação, haja vista que não foram contemplados alguns itens (perfurador pneumático e microscópio cirúrgico otorrinolaringológico) no edital de licitação. Vale ressaltar que os itens citados estarão em futuro processo licitatório, diante deste motivo altera-se o apenas o objeto do presente edital, para esclarecimento ante a não contemplação dos itens citados no presente processo e sim em momento futuro:

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

(...)objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (PERFURADOR PNEUMÁTICO, CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

(...)objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

(...)objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (PERFURADOR PNEUMÁTICO, CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

(...)objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

(...)I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (PERFURADOR PNEUMÁTICO, CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU. (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

(...)I - DO OBJETO

1.2. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO

A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (PERFURADOR PNEUMÁTICO, CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU. (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO

A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO (...)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (PERFURADOR PNEUMÁTICO, CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU. (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 56/2015 – FMS)

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO (...)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, AUTOCLAVE HORIZONTAL) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU. (...)

As demais informações constantes no Aviso de Licitação e Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2393/2015

PORTARIA nº 2393 de 18 de setembro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUIZ ADEMAR DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/09/2015 a 17/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/09/2015.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2394/2015

PORTARIA nº 2394 de 18 de setembro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALDECIR GODINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/09/2015 a 15/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2015.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2395/2015

PORTARIA nº 2395 de 18 de setembro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KLEYFFER DELLA GUSTINA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRASILEIRO), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 15/09/2015 a 15/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2015.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2396/2015

PORTARIA nº 2396 de 18 de setembro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SILVIO AGRIPINO MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, com jornada de 40 horas

semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 15/09/2015 a 15/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2015.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2397/2015

PORTARIA nº 2397 de 18 de setembro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLAUDECIR PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PEDREIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 14/09/2015 a 14/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/09/2015.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2398/2015

PORTARIA nº 2398 de 18 de setembro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MELÂNIA ECKER REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/09/2015 a 31/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2015.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 10/2015

RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ESCOLHA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS
Resolução CMDCA nº10/2015

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Biguaçu.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº 2906/10, e,

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como

órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;
VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;
VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo II DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;
II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de setembro de 2015.
Ana Paula Medeiros e Silva Vicente
Presidente do CMDCA/Biguaçu.

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Resolução CMDCA nº11/2015

Dispõe sobre o local de votação para a escolha dos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar da eleição unificada no Município de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:
- O Edital nº 01/2015 e alterações.

Resolve:

Art. 1º - Divulgar o local de votação no dia 04 de outubro de 2015 para escolha dos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar: Escola Estadual Professora Maria da Glória Veríssimo de Faria, situada na Rua João Born, nº 255, Centro, Biguaçu, no período das 13:30 às 18:00 horas.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.
Ana Paula Medeiros e Silva Vicente
Presidente do CMDCA/Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 12/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 12/2015

Dispõe sobre a comissão organizadora da eleição unificada para conselheiro tutelar.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A ATA nº 05/2015.

- Edital nº 01/2015 e alterações.

Resolve:

Art. 1º - Tornar público a relação atualizada dos nomes dos conselheiros do CMDCA, que compõe a comissão organizadora da eleição unificada para conselheiro tutelar, sendo: Jored Reis; Ângela Maria Amorim Salum; Ana Paula Medeiros e Silva Vicente; Patrícia Anderson Silva, Kleber Gentil Kuhn; Eliete Alano de Oliveira; Laís dos Santos; Maximiliano de Faria, Bianca Aparecida Marcos Rita; Thais da Silva Amado; Vanessa Reinehr; Djeison Ferreira de Lima; Vastir Maria Marques e Sueli Gattis.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

V – A publicação e os debates promovidos pela mídia de forma gratuita deverão ter o seu regulamento apresentado pelos organizadores a todos os candidatos participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com antecedência mínima de três dias.

VI – Os debates deverão garantir oportunidades iguais para todos os candidatos, para exposição e reposta.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de setembro de 2015.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 13/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 13/2015

Dispõe sobre a divulgação da campanha dos candidatos a eleição unificada para conselheiro tutelar.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- Edital nº 01/2015 e alterações.

Resolve:

Art. 1º - Orientar sobre a divulgação do Processo de Escolha em data Unificada, sugerindo que:

I – Os candidatos promovam sua divulgação junto à comunidade local por meio de: debates, entrevistas, seminários, distribuição de folders e redes sociais.

II – A livre distribuição de folders deve que não perturbe a ordem pública e/ou a particular, respeitando os dispositivos contidos na Lei Municipal.

III – O material de divulgação das candidaturas poderá conter: nome e número do candidato, informações de suas propostas e currículo social, ou seja, sua trajetória de Defesa dos Direitos Humanos em especial de criança e adolescente.

IV – Os meios de comunicação que se propuserem a realizar debates deverá formalizar convite a todos os candidatos inscritos da região de abrangência da candidatura, devendo comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, obedecendo à isonomia entre os candidatos com antecedência de três dias.

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.683/2015

DECRETO Nº 10.683, DE 16 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.130, de 15 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2231 – CIS – Consórcio Interm. de Saúde

Modalidade 3.3.93 (118) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2180 – Teto Financeiro - MAC

Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.684/2015

DECRETO Nº 10.684, DE 16 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 275.841,02 (duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0002.2016 – Man. Ativ. Fundo Defesa dos Dir. Dif.

Modalidade 3.3.90 (653) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (671) Aplicações Diretas R\$ 217.334,18

Fonte de Recursos 0339.00000

14- SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1404 – Diretoria de Iluminação Pública

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Manut. Ativ. Ilum. Publ. Sinal. Viária

Modalidade 3.3.90 (672) Aplicações Diretas R\$ 36.720,84

Fonte de Recursos 0307.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Manut. Ativ. Fundo Desenv. Rural

Modalidade 3.3.90 (654) Aplicações Diretas R\$ 11.786,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.685/2015

DECRETO Nº 10.685, DE 21 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.135, de 17 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 9.496.500,00 (nove milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e quinhentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Execução de Sentenças Jud./ Prec.

Modalidade 3.3.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 4.110.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Cons. Pat.

Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Projeto 06.01.04.122.0002.1170 – Programa de Modernização Adm.

Modalidade 4.4.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Manut. Ativ. Div. Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (124) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (669) Aplicações Diretas R\$ 540.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.3.90 (670) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Administ. Financ. Semob

Modalidade 3.1.90 (252) Aplicações Diretas R\$ 1.303.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.3.90 (504) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros

Modalidade 3.3.90 (508) Aplicações Diretas R\$ 488.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Modalidade 3.3.90 (613) Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

Modalidade 4.4.90 (616) Aplicações Diretas R\$ 139.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Adm. Garcia

Modalidade 3.3.90 (629) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Projeto 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e encargos da Dívida

Modalidade 4.6.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 7.200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Semob

Modalidade 4.4.90 (256) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1105 – Ter. Dren. Pav. Lig. Chile c/ Rep. Argentina Prog. Mob. Sust. Bnaú

Modalidade 4.4.90 (332) Aplicação Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1153 – Cent. Cont. Oper. – Prog. Mob. Sust. Bnaú

Modalidade 4.4.90 (358) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 – Sup. Proj. Mel. Amp. Corredor Est. Norte Prog. Mob. Sust. Bnaú

Modalidade 4.4.90 (371) Aplicações Diretas R\$ 1.003.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Projeto 14.02.15.452.0005.1027 – Imp. Ref. Urb. Ruas, Praças, Jardins e Cemit.

Modalidade 4.4.90 (502) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Projeto 14.03.15.451.0013.1100 – Exec. Ações Rec. Inf. Est. Dec. Emerg. Cal. Pub.

Modalidade 3.3.90 (512) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade 4.4.90 (515) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 14.03.15.452.0005.1068 – Enrocamento, Gabiões e Muros

Modalidade 4.4.90 (518) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 14.03.15.452.0005.1069 – Exec. Terrap. Dren. Pav. Ruas

Modalidade 4.4.90 (519) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Projeto 16.01.23.695.0008.1031 – construção do Mercado Público

Modalidade 4.4.90 (602) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 16.01.23.695.0008.2099 – Ap. Fin. Blumenau Conv. & Visit. Bureau

Modalidade 3.3.50 (610) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 139.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 16.01.23.695.0008.2100 – Ap. Fin. Assoc. Clubes de Caça e Tiro

Modalidade 3.3.50 (611) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 6.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica aberto os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2133 – Manut. Ativ. da F.M.D

Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 185.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

26 – FUNDAÇÃO PROMOT. EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promot. Exposições de Blumenau – Proeb
Atividade 26.01.23.695.0008.2140 – Manut. Ativ. Outros Eventos
Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º deste Decreto, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 – Fundação Municipal de Desportos
Atividade 24.01.27.811.0009.2134 – Manut. Espaços Esp. Parques de Lazer
Modalidade 3.3.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
Modalidade 3.3.91 (9) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – Proeb
Projeto 26.01.23.695.0008.1048 – Const/Amp/Ref da Vila Germânica
Modalidade 4.4.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.694/2015

DECRETO Nº 10.694, DE 31 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, alínea c', da Lei Municipal nº. 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

30 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

30.01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança
Atividade 30.01.08.243.0004.2163 – Manut. De Atividades de Incentivo à Guarda de Crianças/Adolescentes
Modalidade 3.3.90(27)Aplic.diretas– outras desp. de custeio R\$20.000,00
Fonte de Recursos 0609.00000
Atividade 30.01.08.243.0004.2164 – Manut. De Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Modalidade 3.3.50(28)Transf. à Inst. Priv. sem fins Lucr. R\$ 400.000,00
Modalidade 3.3.90(29)Aplic. diretas–outras desp. de custeio R\$50.000,00
Fonte de Recursos 0609.00000

Atividade 30.01.08.243.0004.2165 – Manut. Das Atividades do Fundo Da Criança e do Adolescente.
Modalidade 3.3.90(30)Aplic. diretas–outras desp. de custeio R\$30.000,00
Fonte de Recursos 0609.00000

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.695/2015

DECRETO Nº 10.695 DE 31 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-GENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, 'a', da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0180.00000, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04 – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
0402 – Diretoria de Consult.Adm. e Legislativa
Atividade 04.02.04.122.0002.1002 – Desapropriações
Modalidade 4.4.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0180.00000

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.698/2015

DECRETO Nº 10.698, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº. 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 79.152,41 (setenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
29.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 29.01.08.244.0010.2310 – Manut. de Ações de Apoio Administrativo
Modalidade 3.3.90 (95) Aplicações Diretas R\$ 79.152,41

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.703/2015

DECRETO Nº 10.703, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Man. Ativ. Adm. Fin. SETERB

Modalidade 3.3.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0212.00000

3304 – Diretoria de Transporte

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transporte

Modalidade 3.3.91 (37) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Man. Ativ. Adm. Financeira do SETERB

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 4.4.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0212.00000

3304 – Diretoria de Transporte

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transporte

Modalidade 3.3.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.708/2015

DECRETO Nº 10.708, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da administração direta, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0180.00000, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Cons. Adm. e Legislativa

Atividade 04.02.04.122.0002.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0180.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.093/2015

PORTARIA Nº 19.093, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA RAFAEL GROSSELLI DAMO DO CARGO

EM COMISSÃO DE GERENTE DE POLÍTICAS URBANAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

RAFAEL GROSSELLI DAMO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Políticas Urbanas, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, nomeado pela Portaria nº 18.486, de 26 de fevereiro de 2015, no dia 14 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.094/2015

PORTARIA Nº 19.094, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.
NOMEIA ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE POLÍTICAS URBANAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO – SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Políticas Urbanas, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, no dia 15 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de setembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.095/2015

PORTARIA Nº 19.095, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

MARCELE CRESPO DYTZ, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 09 de setembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5721/09/2015;

SIRLENE RUON KRUGER, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 08 de setembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5693/09/2015;

TIAGO DE AVILA GUTIERRES, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 31 de agosto de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5720/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de setembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.096/2015

PORTARIA Nº 19.096, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE PAULO ROBERTO DE AMARAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, a contar de 10 de julho de 2015 e de acordo com o art. 16, § 4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não ter tomado posse no respectivo cargo:

PAULO ROBERTO DE AMARAL, nomeado através da Portaria nº 18.931, de 10 de julho de 2015, para exercer o cargo com comissão de Assessor de Iluminação Pública, símbolo CC-4, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de setembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.097/2015

PORTARIA Nº 19.097, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANA GONÇALVES FELIX MACIEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 798/2015, de 08/09/2015, resolve:

CONCEDER, a contar de 11 de agosto de 2015, a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal FABIANA GONÇALVES FELIX MACIEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Membro de Equipe Técnica da Diretoria de Ações em Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de setembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/15

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FREEDOM TERRAPLANAGEM LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM NA RUA MAX SCHEIDEMANTEL - BAIRRO FORTALEZA.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-033/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou

seja, de 27 de agosto até 25 de setembro de 2015.

DATA: 03 de setembro de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 128/13

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 128/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. LIGIA LÜBKE.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO ESF PEDRO KRAUSS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-109/2013.

PRAZO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.977,87 (mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos) mensais, a contar de 1º de julho de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 23.734,44 (vinte e três mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 21 de agosto de 2015.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 142/10

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOMMA INVESTIMENTOS S/S.

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA NO MERCADO FINANCEIRO, NAS QUESTÕES RELACIONADAS AO ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES CONFORME A RESOLUÇÃO Nº 3.790/2009, EMITIDA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 06-103/2010.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 03 (três) meses, ou seja, de 18 de agosto até 17 de novembro de 2015.

PREÇO: Mantém o pagamento mensal em R\$ 6.731,63 (seis mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 20.194,89 (vinte mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos).

DATA: 18 de agosto de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 159/15

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ELISEU DA ROSA ME.

OBJETO: REFORMA EM GERAL A SER REALIZADO NO 1º ANDAR DO PAÇO MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 008/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 10 de setembro até 08 de dezembro de 2015.

DATA: 25 de agosto de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 161/14

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 161/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA APOIO AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NOVOS, PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE MONITORAMENTO DE EXCESSO DE VELOCIDADE.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-026/13.

PREÇO: Reajusta o valor pago por faixa para R\$ 2.070,39 (dois mil, setenta reais e trinta e nove centavos) mensais, a contar de 27 de agosto de 2015, resultando num valor mensal pago à contratada de R\$ 93.167,55 (noventa e três mil cento e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Totaliza-se em R\$ 1.118.010,60 (um milhão, cento e dezoito mil, dez reais e sessenta centavos).

DATA: 24 de agosto de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 168/13

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 168/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO ENGEPLAN-FREEDOM.

OBJETO: EXECUÇÃO DE MACRODRENAGEM, MELHORIA DE ESCOAMENTO NO RIBEIRÃO FORTALEZA, TRECHO ENTRE PI-5 NA RUA 2 DE SETEMBRO E RUA JOSÉ PUFF.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-018/2013.

PREÇO: Prorroga o prazo contratual por mais 360 (trezentos e sessenta) dias, ou seja, de 03 de setembro de 2015 até 02 de setembro de 2016.

DATA: 03 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 193/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 193/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

BENTO IRINEU LINHARES CERVEJARIAS LTDA EPP.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PRO-EB, para exploração de comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal

e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital, no período correspondente as edições da OKTOBERFEST 2015 E 2016 e nas edições da SOMMERFEST 2016 e 2017 – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-012/2015.

PRAZO: Tem vigência até dia 28 de fevereiro de 2017 contando a partir de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

DATA: 10 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 194/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 194/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

AGROPECUÁRIA LAURO SCHIMITT LTDA EPP.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração de comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital, no período correspondente as edições da OKTOBERFEST 2015 E 2016 e nas edições da SOMMERFEST 2016 e 2017 – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-012/2015.

PRAZO: Tem vigência até dia 28 de fevereiro de 2017 contando a partir de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais)

DATA: 10 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 195/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 195/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

AGROPECUÁRIA LAURO SCHIMITT LTDA EPP.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração de comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital, no período correspondente as edições da OKTOBERFEST 2015 E 2016 e nas edições da SOMMERFEST 2016 e 2017 – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-012/2015.

PRAZO: Tem vigência até dia 28 de fevereiro de 2017 contando a partir de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

DATA: 10 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 196/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 196/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

BENTO IRINEU LINHARES CERVEJARIAS LTDA EPP.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração de comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital, no período correspondente as edições da OKTOBERFEST 2015 E 2016 e nas edições da SOMMERFEST 2016 e 2017 – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-012/2015.

PRAZO: Tem vigência até dia 28 de fevereiro de 2017 contando a partir de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

DATA: 10 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 213/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 213/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MVFO EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Nascentes I, localizado na Rua Santa Maria, nº 2.272, Bairro Progresso, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do edital. Termo de Convênio nº 0301.105-25 CEF - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 036/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

DATA: 17 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 216/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 216/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MVFO EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Parque da Lagoa, localizado na Rua Botuverá, nº 460, Bairro Itoupavazinha, Blumenau - SC, conforme termo de referência e demais anexos do edital, pelo período de 06 (seis) meses. Termo de Convênio nº 0298.196-45 CEF - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 037/2015.

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 65.313,19 (sessenta e cinco mil trezentos e treze reais e dezenove centavos).

DATA: 20 de julho de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 236/12
EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 236/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MÓDULOS DO SISTEMA INTEGRADO DE ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA E URBANA – SIATU.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-154/2012.

PREÇO: Renova o valor pago por FPA's, que se mantém em R\$ 92,00 (noventa e dois reais). Diante da utilização de 1.087 (mil e oitenta e sete) FPA's, totaliza-se o valor do contrato em R\$ 100.004,00 (cem mil reais e quatro reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 1º de setembro até 31 de dezembro de 2015.

DATA: 24 de agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 243/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº 243/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. CELESTE LORENZI.

OBJETO: Locação de um prédio de alvenaria, na Rua Bahia, nº 5.353, Bairro Salto Weissbach, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família – E.S.F. Áurea Pfuetsenreiter - SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-116/15.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 02/08/2015 até 01/08/2016.

PREÇO: R\$ 3.341,47 (três mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 40.097,64 (quarenta mil noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 17 de agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 247/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº 247/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA VITACICLO S.A. LOGÍSTICA REVERSA.

OBJETO: Recebimento de resíduos de classe A, provenientes da construção civil, gerados no âmbito do município, pelo período de 12 meses - SESUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 117/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).

DATA: 03 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 248/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº 248/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas sextavadas e sinalização viária da Rua 30 de Agosto, localizada no Bairro Salto do Norte, Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – Contrato de Empréstimo nº.2011-0264-01, BADESC/Cidades – (Item 01) SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 024/2015.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 105.115,60 (cento e cinco mil cento e quinze reais e sessenta centavos).

DATA: 04 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 249/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº 249/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

FREEDOM TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Luiz Gonzaga, localizada no Bairro Itoupavazinha Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – Contrato de Empréstimo nº.2011-0264-01, BADESC/Cidades - (Item 02) SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-024/2015.

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 330.887,20 (trezentos e trinta mil oitocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

DATA: 04 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 256/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 256/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PATHOLOGY – DIAGNÓSTICOS EM MEDICINA LTDA. EPP.

OBJETO: EXAMES CITOPATOLÓGICOS E ANATOMO PATOLÓGICOS, CONFORME TABELA SIGTAP/SIA/SUS, PARA USUÁRIOS DO SUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-160/2014.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 15.040,39 (quinze mil, quarenta reais e trinta e nove centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 180.484,68 (cento e oitenta mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, 1º de outubro de 2015 até 30 de setembro de 2016.

DATA: 07 de agosto de 2015.

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 145/2015 - SEFAZ

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--	--

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 145/2015

CONTRIBUINTE : WOLNI BECKER ME

ENDEREÇO: RUA RIO BRANCO, 70 – FUNDOS - CENTRO – BLUMENAU - SC

Inscrição no CMC: 65.779 CNPJ: 03.616.205/0001-70

Processo Fiscal : 2015/389

Sócios: WOLNI BECKER

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	
Imposto a Recolher	1.609,35
Atualização Monetária	195,36
Juros de Mora	474,62
Multa p/ infração	902,36
Total Geral	3.181,69

DESCRIÇÃO DOS FATOS

1) Período Fiscal: 08/2012; 03, 07, 08, 12/2013; 02, 06, 09, 11/2014..

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas (NOTABLU), INTIMAÇÃO FISCAL 145/2015.

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1). Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)

3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos,

infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

Foi intimado (Intimação Fiscal n. 145/2015) à regularizar os débitos de ISSQN referente a emissão de Notas Fiscais sobre sua prestação de serviços (Notablu); porém, não procedeu a devida regularização, gerando através desta, a Notificação dos débitos.

3.3) Através desta, notifica-se o contribuinte referente aos débitos de ISSQN sobre sua prestação de serviços, conforme Notas Fiscais (Notablu); procedendo-se à publicação da Notificação em edital no Boletim Oficial do Município, com fulcro no Art. 153, III, LC 632/2007.

4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU).

5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a) Atualização monetária:

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

Patrícia Dias

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

Matrícula nº 21.554-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO

MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 145/2015 - WOLNI BECKER ME

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Agosto		352,00	352,00	418,69	66,69	154,92	573,61
2013							
Março		354,30	354,30	397,75	43,45	119,32	517,07
Junho		55,00	55,00	61,74	6,74	16,05	77,80
Agosto		268,30	268,30	301,20	32,90	75,30	376,50
Dezembro		149,85	149,85	168,23	18,38	35,33	203,55
2014							
Fevereiro		174,65	174,65	185,70	11,05	35,28	220,98
Junho		201,00	201,00	213,71	12,71	32,06	245,77
Setembro		27,75	27,75	29,51	1,76	3,54	33,05
Novembro		26,50	26,50	28,18	1,68	2,82	30,99
Totais		1.609,35	1.609,35	1.804,71	195,36	474,62	2.279,33

Patrícia Dias

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

Matrícula nº 21.554-6

EXTRATO 1º TERMO AO TERMO DE REPASSE Nº 2015/123

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/123

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA LIBERDADE

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 18 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO AO TERMO DE REPASSE Nº 2015/107

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/107

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CLUBE ESPORTIVO RECREATIVO NOVA AURORA

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Trinta e quatro mil reais (R\$ 34.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 18 de setembro de 2015.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/083

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/083

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VISCONDE DE TAUNAY

OBJETO: Despesas com o Projeto Climatizar duas salas de aula.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Quatro mil reais (R\$ 4.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 18 de setembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/122

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/122

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS MORADORES DA RUA 25 DE AGOSTO E ADJACÊNCIAS

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 18 de setembro de 2015.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-038/14MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-038-14 – Contratação de empresa para Gerenciamento, Controle e Apoio Técnico à Fiscalização das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação asfáltica das Ruas: Vale do Selke, Arnold Hemmer e Ewaldo Jansen, conforme Projeto Básico, Cronograma Físico Financeiro e demais informações constantes neste edital - SEMOB.

Contratada: CONSÓRCIO SC – SOTEPA / CC 38

Item 1: Rua Vale do Selke - Valor da Proposta R\$ 205.398,20 (duzentos e cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos) e Nota Final: 99,74 (noventa e nove vírgula setenta e quatro pontos);

Item 2: : Rua Arnold Hemmer - Valor da Proposta R\$ 294.144,21 (Duzentos e noventa e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos) e Nota Final: 99,71 (noventa e nove vírgula setenta e um pontos);

Item 3: Rua Ewaldo Jansen - Valor da Proposta 202.234,92 (Duzentos e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos) e Nota Final: 99,73 (noventa e nove vírgula setenta e três pontos).

RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2015

RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2015

APROVA A PRORROGAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS, COM O FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – FREMAD, PARA AGOSTO DE 2015 A MARÇO DE 2016.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 27 de julho de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Sis-mad, e dá outras providências;

- as Resoluções Comen nº01.2012,06/2013,02/2014 e 05/2014, que aprovam a destinação dos recursos, do Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – Fremad, desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social: Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene, Centro Terapêutico Vida – CTV e Cruz Azul no Brasil;

- o Memorando nº1096 LC,19.06.2015, da Procuradoria Geral do Município de Blumenau, com parecer favorável da pretensão renovação dos aditivos;

- a aprovação em Plenária Ordinária do Comen, datada de 27 de julho de 2015, conforme consta na Ata nº 07/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prorrogação da execução dos Convênios firmados com as Entidades: Cerene e CTV e Cruz Azul no Brasil, com recursos do Fundo de Recurso Municipal para Ações sobre Drogas – Fremad, para o mês de agosto 2015 à março de 2016, totalizando o valor de R\$ 146.343,00 (cento e quarenta e seis mil reais e trezentos e quarenta e três reais), conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 2º As metas financiadas atenderão a seguinte distribuição:

I - Cerene: 16 (dezesseis) metas destinadas às ações de Atendimento Psicossocial;

II - CTV: 08 (oito) metas destinadas às ações de Habilitação e Reabilitação;

III - Cruz Azul no Brasil: 25 (vinte e cinco) metas em ações de Prevenção ao Uso e Abuso de Substância Psicoativa.

Art. 3º As metas de prevenção executadas pela Entidade Cruz Azul no Brasil atenderão ao critério:

I – Palestra:

a) com a duração de até 1 (uma) hora: 1/4 (um quarto) meta.

b) com duração superior a 1 (uma) hora: 1/2 (meia) meta.

Parágrafo único. O número de participantes deverá ser de no

mínimo 15 pessoas.

II - Capacitação:

a) mínimo de 10 (dez) a 30 (trinta) pessoas: 1/2 (meia) meta;

b) de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) pessoas: 01 (uma) meta;

c) acima de 60 (sessenta) pessoas: 1 1/2 (uma e meia) meta.

Parágrafo único. O tempo estipulado para a execução das metas de capacitação deverá atender ao limite mínimo de 4 horas.

Art. 4º Estabelecer prazo, até o 1º dia útil do mês subsequente ao atendimento, para a entrega do Relatório Mensal de Atendimento e de Atividades desenvolvidas pelas entidades conveniadas.

§ 1º O Relatório deverá ser entregue junto à Gerência de Gestão Social da Semudes.

§ 2º Considerar-se-á como período de execução do atendimento o correspondente ao dia 26 do mês em vigência até o dia 25 do mês subsequente.

§ 3º A ausência de entrega do Relatório, mencionado no caput deste artigo, implicará no bloqueio do repasse da parcela correspondente até a sua regularização.

Art. 5º Estabelecer o pagamento das parcelas, conforme a execução das metas estabelecidas no Anexo I, mencionado nos Arts. 1º e 2º desta Resolução, constatadas através do Relatório Mensal, cujo descumprimento acarretará na diminuição dos valores repassados.

Parágrafo único. As despesas devem ser vinculadas, obrigatoriamente, às metas e à modalidade de atendimento.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de julho de 2015.

Mauro José Quintino

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2015 - ANEXO

ANEXO I - RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2015

Fundo de Recurso Municipal para Ações sobre Drogas - FREMAD								
FREMAD FINANCIAMENTO ONG AGO A DEZ/2015								
	Meta	Piso	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	total
Cruz Azul*	25	R\$ 455,43	R\$ 11.385,75	R\$ 11.385,75	R\$ 11.385,75	R\$ 11.385,75	R\$ 11.385,75	R\$ 56.928,75
Cerene	16	R\$ 1.050,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 16.800,00	R\$ 84.000,00
CTV	8	R\$ 1.050,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00	R\$ 42.000,00
TOTAL	49		R\$ 36.585,75	R\$ 36.585,75	R\$ 36.585,75	R\$ 36.585,75	R\$ 36.585,75	R\$ 182.928,75
* CRUZ AZUL: Critério de quantificação das metas								
Palestra: mínimo (dez) pessoas, com a duração de 4 horas: 1/2 (meia) meta								
Capacitação: limite mínimo de 4 horas:								
a) mínimo de 10 a 30 pessoas: 1/2 meta;								
b) de 31 a 60 pessoas: 01 meta;								
c) acima de 60 pessoas: 1 1/2 meta.								

RESOLUÇÃO COMSEA-BL Nº 002/2015

RESOLUÇÃO COMSEA-BL Nº 002/2015

NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA-BL, PARA O BIÊNIO 2015/2017.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012

CONSIDERANDO:

- o art. 5º da Lei Complementar nº 858/2012, que determina que “os conselheiros não governamentais e seus suplentes serão escolhidos dentre as entidades com interface nas questões de segurança alimentar e nutricional, em fórum próprio, através de Edital, publicado em jornal de grande circulação e na página eletrônica do Município, mediante ampla divulgação”;

- o parágrafo único do art. 6º do Regimento Interno do COMSEA-BL que define que “o COMSEA-BL nomeará, em Plenária, a Comissão Especial do Processo de Escolha, que será composta por representantes Não Governamentais, sendo um Coordenador, um Relator e um Escrutinador”;

- o Decreto nº 10.714, de 21 de agosto de 2015, que prorroga o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (biênio 2012/2014), em caráter excepcional, até 31 de dezembro de 2015,

- a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária, conforme Ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, Nº. 06/15 de 04 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Indicar os Conselheiros Não Governamentais para comporem a Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Não Governamentais do COMSEA-BL, para o Biênio 2015/2017, a seguir elencados:

I - João Barbieri - CÁRITAS

II - Julia Serpa Lopes – LAR BETÂNIA

III - Mariza Farias Hoeppers – LIONS CLUBE GARCIA

IV - Vera Lúcia Marcellos Buschermohle - AMPE

V - Vilmar José Balsan - ABLUDEF

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, de 04 de setembro de 2015,

JULIA SERPA LOPES

Vice - Coordenadora do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2225/15 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº. 08-2225/2015 – Aquisição de alevinos nativos para soltura no ribeirão Garcia em cumprimento a notificação ambiental da FAEMA nº2003.

Empresa: Peixinhos Lange (72.285.257/0001-48)

Valor Total: R\$ 5.610,00

BASE LEGAL: Artigo 24, IV da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2224/15 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº. 08-2224/2015 – Aquisição de peças para revisão dos veículos 197 (placa QHO 9741), 196 (placa QHO 9821), 199 (placa QHO 9831), 198 (placa QHO 9771), 200 (placa QHO 9751), 201 (placa QHO 9801), 202 (placa QHO 9811), 203 (placa QHO 9791), 205 (placa QHO 9731), 206 (placa QHO 9721) e 207 (placa QHO 9681) da Autarquia.

Empresa: Blusa Comércio de Importação e Exportação Blumenau Ltda (82.649.252/0001-00)

Valor Total: R\$ 2.596,00

BASE LEGAL: Artigo 24, XVII da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2220/15 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº. 08-2220/2015 – Aquisição de tee para uso na ETA III.

Empresa: Tudor Comercio de Conexões Eireli - EPP (11.004.107/0001-24)

Valor Total: R\$ 3.740,00

BASE LEGAL: Artigo 24, IV da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO RESCISÃO UNILATERAL ARP Nº 2204/14 - SAMAE

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2204/2014

REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL 2209/2014

O SAMAE, inscrito no CNPJ nº 83.779.462/0001-86, sediado na Rua Bahia, nº1530, Bairro Salto, na cidade de Blumenau/SC, pelo presente termo RESCINDI UNILATERALMENTE a Ata de Registro de Preços nº 2204/2014, firmada com a empresa DDS COM. DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA., CNPJ Nº05.299.150/0001-61, com base no inciso I, do Art. 78, da Lei 8.666/93 e PAD nº146/1504.

Blumenau (SC), 15/09/2015

VALDAIR JOSÉ MATIAS

DIRETOR PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2012**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PRIMER PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA. ME.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA, MATERIAL FOTOGRÁFICO E RÁDIO ESCUTA.

VALOR: R\$590.647,66 (quinhentos e noventa mil seiscientos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 13/2011, de 08/12/2011 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 15/08/2015

VENCIMENTO: 16/01/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 18/2015

	Câmara Municipal de Blumenau Estado de Santa Catarina
--	--

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015

OBJETO: registro de preços para aquisição de 1 (uma) televisão e equipamentos de som.

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49, Caput, da Lei Federal nº8.666/93 e;

CONSIDERANDO que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade com fulcro no art. 49 da Lei 8.666/93 e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que o edital de licitação nº 18/2015 e a pesquisa de mercado traziam valores inferiores aos valores cotados pelos licitantes para os itens 02, 04, 05 e 06.

DECIDE:

REVOGAR, por razões de interesse público os itens 02, 04, 05 e 06 do certame licitatório Pregão Presencial 18/2015.

ENCAMINHAR o processo à Pregoeira para devida publicidade.

Blumenau, 31 de agosto de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

ERRATA - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 14/2015

DO OBJETO: Equipamentos de som, conforme as especificações constantes do Edital N.º 18/2015.

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Blumenau, 31 de agosto de 2015.

EMPRESA:	BOHRER EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO EIRELLI ME	
CNPJ:	22.172.252/0001-30	FONE/FAX (47)3363-9457
END.:	Rua 438, nº 401, sala 01, CEP 88.220-000	E-MAIL:licitabss@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL:	Filipe Luis Bohrer	

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----	----	---------------	--------------	----------------	-------------

1	2	UN	<p>FONE DE OUVIDO</p> <p>Tipo: Fone Aberto; Sistema: Dinâmico</p> <p>Design: Closed-back</p> <p>Resposta de Frequência (Hz): 12 a 28.000</p> <p>Rendimento (dB SPL/V): 125</p> <p>Impedância Nominal: 32 Ohms</p> <p>Cabo: 1,5 Metros; Plugue Conector: 3.5 mm</p> <p>Estéreo (p2)</p> <p>Garantia 01 (um) ano</p>	AKG Modelo K414P	R\$127,30	R\$254,60
3	1	UN	<p>KIT DE MICROFONE</p> <p>Características:</p> <p>Pilha AA, item indispensável</p> <p>Transdutor: Condensador</p> <p>Padrão: Polar Supercardióide</p> <p>Resposta de Frequência: 40Hz - 20kHz, (+/- 2.5 dB)</p> <p>Faixa Dinâmica (Típica): 115 dB Relação</p> <p>Sinal-Ruído: 84 dB Nível Máximo de Entrada de Som (SPL): 125 dB, (a 1 kHz, THD = 1%)</p> <p>Requisitos de Alimentação: Alimentação Phantom, (12 - 48v) ou</p> <p>Bateria Tamanho 'AA' de 1.5V, (150 Horas de Vida de Bateria)</p> <p>Impedância de Saída: 200 Ohms</p> <p>Conectores de Saída: A Cápsula do Microfone Conectada na Fonte de Alimentação K6, cuja Terminação consiste em um Conector XLR Tipo 3M</p> <p>Filtragem de Baixa Frequência: Sim, -11dB/Oitava, (a 100Hz), Encontrada nas Fontes de Alimentação K6</p> <p>Garantia 01 (um) ano</p>	Sennheiser ME-66/K6	R\$3.262,00	R\$3.262,00
VALOR TOTAL:						R\$3.516,60

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 15 de setembro de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Comunicação de trâmite urgentíssimo aos Projetos de Lei nºs 6.926 e 6.927; e aos Projetos de Lei nºs 1.484, 1.487 e 1.488.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.456. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projeto de Lei nºs 6.893, 6.926 e 6.927; e o Projeto de Lei Complementar nº 1.487. Destino: à Comissão de Redação Final.

Rejeitada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.926; e a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.927. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além Destino: à Secretaria para providências.

Entrada do Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Robinson F. Soares, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 657, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Robinson F. Soares, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 196 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 9 DE JUNHO DE 1995". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2397, 2398 e 2399. Destino: comunique-se e publique-se.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 15 de setembro de 2015.

Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projeto de Lei nºs 6.926 e 6.927; e do Projeto de Lei Complementar nº 1.487. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 17 de setembro de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a cessão do Plenário para reunião dos Senhores Vereadores com a Secretaria de Serviços Urbanos, Presidente da FAEMA e representante da CELESC. Destino: comunique-se.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.466. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.466. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.484 e o Projeto de Lei nº 6.938. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirados os Requerimentos nºs 1201, 1202, 1203, 1204 e 1205/2015. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1207, 1208, 1209, 1210, 1211 e 1212/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Lei Ordinária nº 8.154 e a Resolução MD nº 2400. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 6.923 e 6.929; e o Projeto de Lei Complementar nº 1.482.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 17 de setembro de 2015.

Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.484 e o Projeto de Lei nº 6.938. Destino: à sanção do Executivo.

Bom Retiro

PREFEITURA

65.15 - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Decreto n. 065/15 de 18.09.2015.

Nomeia Membros para Compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro-SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º Nº 2273/15 de 30 de abril de 2015;

Decreta:

Art. 1. Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal do Idoso – CMI, de acordo com a indicação abaixo descrita Entidades Governamentais

1- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Titular- Marilu Almeida

CPF:983.885.179-53

RG: 3.415.395-5

Suplente- Jeferson Ulisses Nunes

CPF:046.515.809-98

RG: 3.888.004

2- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Daniela Mateus

CPF: 032.933.259-71

RG: 3.263.388

Suplente: Hiede Maria Carbonera

CPF: 551.884.059-68

RG:1.629.905

3- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Titulares: Juliana Madruga Da Silva

CPF: 024.366.159-26

RG:3.046.355

Marilene dos Santos Neckel

CPF: 694.144.089-91

RG:1.823.983

Suplentes: Andréia Cristina de Oliveira Deucher

CPF: 021.129.049-14

RG:3.825.225

Elizabete Werlich Mateus

CPF: 618.288.159

RG: 4.028.438-7

4- Secretaria Municipal de Bem Estar Social

Titular: Vera Lúcia da Cruz Claumann

CPF: 446.787.009-53

RG: 1.623.272

Suplente: Sirlei Terezinha Rossini Nunes

CPF: 889.530.709-97

RG:1.175.132-0

Entidades Não Governamentais

1- Lions Clube Bom Retiro

Titular: Landoaldo José Freiberger

CPF: 159.027.739-20

RG: 126.288

Suplente: Ride Ferreira Filho

CPF: 291.747.169-72

RG:3 08.406

2- Associação Núcleo de Aprendizagem e produção Maria Mariano

Titular: Atalíbia Maria Boell Gamba

CPF: 018.850.189-40

RG: 8/R 3.047.284

Suplente: Valmor Rehbein

CPF: 031.238.209-04

RG: 633.668-0

3- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Retiro

Titular: Ana de Almeida Silva

CPF: 764.696.979-68

RG: 1.435.628-7

Suplente: Vergínio Moretti

CPF: 952.435.189-72

RG: 2.894.398-8

4- Sindicato do Produtor Rural de Bom Retiro

Titular: Milton Graciano Peron

CPF:245.261.699-00

RG: 123.028

Suplente: Luiz Fernando Kumm

CPF: 294.953.859-520

RG: 630.046-4

5- APAE

Titular: Carmem Elena Schiestl Henrique

CPF: 603.981.599-04

RG: 1.821.375-8

Suplente: Edinéia da Cruz Silva

CPF: 020.920.069-32

RG: 3.794.340

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

66.15 - DEC. NOM. ARGEU J. G. PADILHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO N.º 066/15 de 18.09.15

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Argeu Jurandir Gonçalves Padilha, Brasileiro, Casado, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – Nível 37 (AGENTE POLÍTICO) do

Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir do dia 09 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

793.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SCHIRLEI AP. C. CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 793/15 de 17.09.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 16 e 17 de setembro de 2015, a funcionária Schirlei Aparecida da Cunha Cabral, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

794.09.15 - P. LIC. PREMIO ELIZATE L. S. MAFIOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 794/15 de 17.09.15

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 062/15 de 16.09.15, e despacho em 17.09.15, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a serem usufruídas a contar do dia 17 de setembro com término no dia 15 de dezembro de 2015, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); a funcionária Elizete Luzia da Silva Maffioletti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Esporte – Escola de Campo Paraíso da Serra - Vereador Oldemar Philippi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

795.09.15 - P. LIC. PREMIO ANDREA N. KUHNEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 795/15 de 17.09.15

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 060/15 de 10.09.15, e despacho em 17.09.15, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a serem usufruídas a contar do dia 18 de setembro com término no dia 16 de dezembro de 2015, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); a funcionária Andrea Nascimento Kuhn, Ocupante do cargo de Secretária da Grupo Escolar São José - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

796.09.15 - P. EXON. KARINA SCHNEIDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 796/15 de 18.09.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Karina Schneider, do Cargo de Professora – Padrão I - Nível – 22, 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 520/15 de 18.09.2014, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José, a contar do dia 18 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0113/2015

DECRETO Nº. 0113/2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Romildo Teske, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.064 – Manutenção da Iluminação Pública
(170) – 3.3.90.00.00.00.00 0.0.0323.000000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2015 do recurso 0.0323 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 18 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

GABARITO DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

DIVULGA O GABARITO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo, nomeada através do Decreto nº 090/2015 de 27 de julho de 2015,

TORNA PÚBLICO :

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº 002/2015 fica DIVULGADO o gabarito definitivo do Processo Seletivo nº 002/2015 que segue na tabela abaixo:

1 – OPERADOR DE ETA

QUESTÃO 01	B	QUESTÃO 06	C	QUESTÃO 11	C
QUESTÃO 02	C	QUESTÃO 07	A	QUESTÃO 12	A
QUESTÃO 03	B	QUESTÃO 08	A	QUESTÃO 13	C
QUESTÃO 04	B	QUESTÃO 09	D	QUESTÃO 14	D
QUESTÃO 05	D	QUESTÃO 10	C	QUESTÃO 15	D

Braço do Trombudo em, 18 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

LISTA CANDIDATOS APROVADOS PROCESSO SELETIVO Nº 0012/2015

DIVULGA A LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo, nomeada através do Decreto nº 090/2015 de 27 de julho de 2015,

TORNA PÚBLICO :

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº 002/2015 fica divulgado a lista dos candidatos aprovados do Processo Seletivo nº 002/2015, abaixo relacionado:

1 – OPERADOR DE ETA

Classificação	Nota	Desempate	Nome do Candidato	Cargo
1º	7,0	-	Hari Orlando Wersdorfer	Operador de Eta
2º	5,5	27/01/1996	Jeferson Moreira	Operador de Eta
3º	5,5	27/07/1996	Oziel Vieira Júnior	Operador de Eta

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Braço do Trombudo em, 18 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 0145/2015

PORTARIA Nº 0145/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, Lei Complementar 028/2003, Art. 4º, inciso I, alínea b e parágrafo 3º, etc...

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-02, a servidora Soni Nair Koenig Truppel, para participar do órgão colegiado do sistema de controle interno, em conformidade com o Art. 4º, inciso I, alínea b, e parágrafo 3º da Lei Complementar nº 28/2003, a partir de 01.09.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.09.2015.

Braço do Trombudo, em 18 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 0146/2015

PORTARIA Nº 0146/2015

Concede Função Gratificada – FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-06, ao servidor Daniel Bueno Kurzlop, para coordenar os serviços do Setor de Controle Interno, elaborando os relatórios de E-sfinge e relatórios do Órgão Colegiado deste setor. E também assessorar o setor de tesouraria e tributos, orientando e auxiliando na integração contábil dos sistemas informatizados, para a correta divulgação das informações no Portal da Transparência do Município, a partir de 01.09.2015.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.09.2015.

Braço do Trombudo, em 18 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 0147/2015

PORTARIA Nº 0147/2015

Concede Função Gratificada – FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-06, ao servidor Fábio Dalmarco, para coordenar e assessorar as atividades do Setor de Planejamento (Secretaria de Administração e Finanças). Efetuar a alimentação dos sistemas E-Sfinge Obras (TCE/SC), Sisobrapref (Sistema de Gerenciamento de Obras, Módulo Prefeitura) e Siplamavi (Sistema on line de análise de processos), atuar na elaboração de propostas para obtenção de recursos Federais e Estaduais, responder como Gestor Municipal de manutenção da iluminação pública e Gestor de Contratos Municipais junto a Caixa Econômica Federal, a partir de 01.09.2015.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.09.2015.

Braço do Trombudo, em 18 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 0148/2015

PORTARIA Nº 0148/2015

Concede Função Gratificada – FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-05, ao servidor Jean Carlos Correia da Costa Scharf, para responder pela coordenação e assessoramento administrativo no setor de licitação e contratos, para orientar e auxiliar à emissão de justificativas plausíveis para possibilitar legalmente a compra através de procedimento licitatório, para elaborar processos de licitação em sua fase interna e externa, manter o sistema atualizado com informações para controlar as licitações e contratos no que concerne aos seus vencimentos, manutenção e arquivamento de documentos, a partir de 01.09.2015.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.09.2015.

Braço do Trombudo, em 18 de setembro de 2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2015 PMBT

RETIFICAÇÃO DE NUMERO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO REFERENTE AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEUS PARA O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA: APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS - PRONAT, CONFORME CONVÊNIO N. 815266/2014, OPERAÇÃO N. 1022254-97/2014, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA PRODESA, CONFORME CONVÊNIO N. 800369/2013, OPERAÇÃO N. 1014086-38/2013, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA E O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Onde se Lê: EXTRATO DE CONTRATO 55/2015

Lê – Se: EXTRATO DE CONTRATO 56/2015

Data da assinatura: 18.09.2015

Romildo Teske - Prefeito Municipal em exercício

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2118/15, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 2118/15, de 14 de agosto de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 356/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o feriado ocorrido em 04 de agosto de 2015 (aniversário de Brusque);

Considerando, os prazos para ampla defesa e contraditório;

Considerando, o acúmulo de serviço dos novos secretários;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor LEANDRO JOÃO PEIXER, inscrito no CPF n. 743.596.499-91, RG 1.922.327-7, ocupante do cargo de motorista socorrista, matric. 74142.6, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos constante da denúncia/despacho datado de 13 de março de 2014, pelo Departamento de Recursos Humanos, que teve início em razão do Despacho Inaugural de Inquérito Civil- número do procedimento: 06.2014.00000973-4, remetido pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque à Procuradoria- Geral do Município de Brusque, datado de 29 de janeiro de 2014, em que notificou ter tomado conhecimento que o servidor vinha exercendo cargo público de motorista em dois municípios (Município de Brusque e Município de Porto Belo). Para tanto, fundamenta-se o caso em análise nos artigos 175, XX, 176, 177, da Lei Complementar nº 147/2009, e art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DECRETO Nº. 7.660, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.660, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23 da lei n º 3.831 de 17.12.2014, a Lei nº 3.772 de 24.10.2014, inc. IV do art. 82 º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.08 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União

– PAB

VALOR R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

4.4.90.00 Investimento – Aplicações Diretas

0.1.38.08 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União

– PAB

VALOR R\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 18 de setembro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO DANILO VISCONTI

Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

IVONIR ZANATTA WEBSTER

Secretária Municipal de Saúde

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2015 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 003/2015

ESPÉCIE: fornecimento areia de reaterro. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 25.500,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 17/09/2015; CONTRATADA: Comercio E Extração De Areia Nh Ltda Epp. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de setembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 038/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 038/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 038/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de equipamentos e materiais de informática para o SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 06 de outubro de 2015, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 018/2015 - FMS

Extrato de anulação. Processo licitatório n. 018/2015 - FMS. Pregão 010/2015 - FMS. Objeto: item 183 (medicamento passiflora). Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93 (Súmulas n. 346 e 473 do STF). A licitação permanece mantida em relação aos demais itens (princípios da economia processual e eficiência, art. 37, caput da Constituição Federal). Brusque (SC), 15 de setembro de 2015. Signatário: Rafael Luiz Pinto, Diretor Geral de Licitações e Contratos.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 096/2015

Extrato de anulação. Processo licitatório n. 096/2015. Pregão 058/2015. Objeto: passagens aéreas. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93 (Súmulas n. 346 e 473 do STF). Brusque (SC), 15 de setembro de 2015. Signatário: Rafael Luiz Pinto, Diretor Geral de Licitações e Contratos.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 102/2015

Extrato de anulação. Processo licitatório n. 102/2015. Pregão 063/2015. Objeto: produtos cárneos. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93 (Súmulas n. 346 e 473 do STF). Brusque (SC), 16 de setembro de 2015. Signatário: Rafael Luiz Pinto, Diretor Geral de Licitações e Contratos.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2015

PREGÃO nº 059/2015
Processo Licitatório nº 097/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de utensílios de cozinha (bacias, chaleiras, talheres diversos, copos, formas, frigideiras, garrafas térmicas, pegadores, raladores, travessas, assadeiras, panelas, conchas, potes, entre outros). Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/10/2015, às 13h00min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 04/09/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2015

PREGÃO nº 061/2015
Processo Licitatório nº 099/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de cartões de PVC laminados/chip e ribbons. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/10/2015, às 13h00min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no

Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 04/09/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015

PREGÃO nº 069/2015
Processo Licitatório nº 113/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de toalhas de banho, cortinas, mantas e kit's varão. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/10/2015, às 13h00min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 04/09/2015

IVANOR DE MENDONÇA
Secretário de Educação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2015

PREGÃO nº 070/2015
Processo Licitatório nº 114/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de quadros brancos escolares. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/10/2015, às 13h00min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 04/09/2015

IVANOR DE MENDONÇA
Secretário de Educação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 104/2015
Concorrência nº 010/2015
OBJETO: permissão de uso de bens públicos para a 30ª Festa Nacional do Marreco
Recorrente: POINT PARK DIVERSÕES EVENTOS TRANSPORTES E FEIRAS LTDA
RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, conhecido do recurso interposto pela empresa POINT PARK DIVERSÕES EVENTOS TRANSPORTES E FEIRAS LTDA, para no mérito considerá-lo PROCEDENTE, a fim de considerar habilitada a Recorrente no procedimento licitatório sob análise, com todos os reflexos daí inerentes.
17/09/2015
JOSÉ LUIZ CUNHA
Secretário de TURISMO

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2015

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 110/2015

Pregão nº 068/2015

OBJETO: Serviços Financeiros

Recorrente: RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA ME

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa RD COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA ME, para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, com fundamento nos artigos 41 da Lei 8.666/93 e art. 37, XXI da Constituição Federal.

16/09/2015

JOSÉ LUIZ CUNHA

Secretário de TURISMO

PORTARIA Nº 2.291/2015

PORTARIA Nº 2.291/2015

Remove servidor de ofício.

Considerando a falta de servidores para atendimento junto a Secretaria da Fazenda, devido a servidores do setor estarem em gozo de licença prêmio e férias e, em seguida aposentadoria;

Considerando a necessidade de dar continuidade e, agilidade aos atendimentos, bem como, não ficarem prejudicados os trabalhos já em andamento, no trato com o público em geral e com os demais setores e entidades da Municipalidade;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, o Servidor JAIR JOÃO FERNANDES FILHO, matrícula nº 782254, efetivo no cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, para a Secretaria da Fazenda, a contar de 08/09/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á, pelo interesse do Município, com fulcro no art. 50, § único, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de Setembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBWERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2331/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2331/2015, de 14 de setembro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 717/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, feriado ocorrido em 04/08/2015 (aniversário de Brusque) e 07/09/2015 (independência do Brasil);

Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários e o acúmulo de serviço.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor dos servidores: ALEX BARBOSA (mat. 81.266.0-2) e

EBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR (mat. 81.298.6-0), ambos ocupante do cargo de AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, ambos nomeado através da portaria nº 7455/2011, de 25 de abril de 2011, vinculados ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos conforme encaminhado através de Denúncia/ memorando nº 18/GTB/ 14, encaminhada pela Secretária de Trânsito e Mobilidade da Prefeitura Municipal de Brusque, bem como despacho do Departamento de Recursos Humanos datado de 14 de março de 2014, onde em tese podem configurar a infringência aos seguintes dispositivos art. 188, V e VII, c/c art. 174 V todos da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de setembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2068/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

PROCESSO SIGILOSO

PORTARIA nº 2068/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 919/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 20/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, feriado ocorrido em 04/06/2015 (Paixão de Cristo) e 04/08/2015 (aniversário de Brusque);

Considerando, Ponto facultativo, ocorrido em 05/06/2015;

Considerandos, os prazos dado para ampla defesa e contraditório.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor dos servidores C. L. dos S., ocupante do cargo efetivo de Técnico em enfermagem, matrícula nº 724041, e M. A. M., ocupante do cargo efetivo de Técnico em enfermagem, matrícula nº 372420, ambos vinculados ao regime administrativo, para apurar em tese a prática de assédio moral e assédio sexual, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 19 DE AGOSTO DE 2015 - COMUSA

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a Formação da Comissão Eleitoral para o Biênio 2015/2017.

O Conselho Municipal De Saúde De Brusque – COMUSA, em reunião ordinária realizada no dia 19 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei 8080/90, com fundamento na lei 2.870/2005, Art. 11.

Resolve:

Art. 1º Tornar publico a criação da Comissão Temática Transitória para o Processo Eleitoral Biênio 2015/2017 deste conselho.

Art. 2º Designar os membros:

- *Marcos André Maestri
- *Lucimara Zaluski Galinski Pavesi
- * Maria Roseli Beuting
- * Valquíria Kolher
- * Clotildes Imianowski
- * Inajá G. Araújo

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lucimara Zaluski Galinski Pavesi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
COMUSA

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.551

DECRETO Nº 6.551, de 18 de setembro de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do provável excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do provável excesso de arrecadação, na importância de R\$ 210.853,06 (duzentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e três reais e seis centavos):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.03 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.079 – Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.0017 - Aplicações Diretas
..... R\$ 210.853,06

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 16 CMDCA

Resolução CMDCA nº 16/2015

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Caçador/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº 3.214/2015, e,

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus

respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

- I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;
- II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado

de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Capítulo III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os municípios e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 18 de setembro de 2015.

Marizete Fátima Iazinski

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAÇADOR/SC

Camboriú

PREFEITURA

PR 17/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2015-FME- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES), PARA PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO SEMANAL E MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DESTA SECRETARIA, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) ESCOLAS DE CAMPO, TOTALIZANDO 31 (TRINTA E UM) UNIDADES ESCOLARES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 06 (Seis) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO PR 15/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“FRACASSADA COM REPETIÇÃO DO FEITO”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA 2 TP 77/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 77/2015)

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às 8:30h, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 77/2015 (cujo objeto consiste na prestação de serviços técnicos especializados para manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública, com fornecimento de materiais, do município de Campo Alegre), modalidade Tomada de Preços, para darem prosseguimento ao julgamento dos Documentos das licitantes: QUARK ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 12.496.490/0001-48, SERRANA ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 83.073.536/0001-64 e CEPENGE ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 03.064.330/0001-39. Além dos membros da Comissão já nominados se fizeram presentes o Sr. Bernardo Vargas de Souza representante da licitante SERRANA ENGENHARIA LTDA. Na sessão anterior na análise dos documentos o representante da licitante SERRANA ENGENHARIA LTDA Sr. Bernardo Vargas de Souza questionou o Atestado de Capacidade Técnica da empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA e questionou a Declaração de que não possui imóvel cadastrado em seu nome apresentada pela empresa QUARK ENGENHARIA LTDA, o representante da QUARK ENGENHARIA LTDA questionou o Atestado de capacidade Técnica da empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA. A Comissão suspendeu a sessão para análise dos documentos. Após a análise dos Documentos a Comissão de Licitações Declara as licitantes QUARK ENGENHARIA LTDA e SERRANA ENGENHARIA LTDA HABILITADAS e declara a licitante CEPENGE ENGENHARIA LTDA INABILITADA por não apresentar o Atestado de Capacidade Técnica de acordo com o Edital. Não havendo desistência de recurso quanto ao julgamento de habilitação, concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. As empresas QUARK ENGENHARIA LTDA, SERRANA ENGENHARIA LTDA e CEPENGE ENGENHARIA LTDA ficam desde já intimadas do prazo de recurso.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 15.275.465/0001-22, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
11	1	UN	Carrinho para cesto em aço inox tipo 304, Ø 830mm, com 3 rodízios de inox 4"	1.169,00	1.169,00
12	1	UN	Cesto de aço inox para tacho, dimensões: Ø 780 x 780mm de altura.	1.528,00	1.528,00
18	10	UN	Faca lâmina de 14 polegadas (em aço inox com cabo de plástico injetado).	125,00	1.250,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.947,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa M MOBILE EIRELI - EPP, CNPJ: 15.764.033/0001-85, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	3	UN	Balde plástico 10lts	7,00	21,00
06	10	UN	Bandeja plástica grande. Medidas: 7,7 x 36,0 x 44,0 cm (Alt x Larg x Comp). Fabricada em PEAD, cor branca.	12,85	128,50
16	5	UN	Escumadeira grande (em aço inox)	18,50	92,50
27	2	UN	Rodo 50cm com cabo de plástico ou alumínio	12,99	25,98
31	1000	UN	Touca Sanfonada Branca Descartável, 500mm x 500mm, 100% polipropileno.	0,14	140,00
32	3	UN	Vassoura de nylon 30cm com cabo de plástico ou alumínio.	12,99	38,97
VALOR TOTAL				R\$ 446,95	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

M MOBILE EIRELI - EPP

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ÚTIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 22.482.088/0001-68, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
15	1	UN	Dosador manual, conjugado com seladora a pedal, para líquidos (sucos, polpas de frutas...) sem sólidos em suspensão. Dosagens reguláveis de 100 a 1.000g (ou 100 a 1.000ml). Capacidade da moega (depósito 14,0 litros). Estrutura tubular em aço inox AISI 304. Moega e partes em contato com o produto em aço inox AISI 304. Acionamento: Dosadora, manual. Seladora, a pedal. Colocação e retirada das embalagens manual.	5.411,00	5.411,00
24	1	UN	Mesa inox 1,00mt x 2,20mt com espelho nas 4 bordas	1.384,00	1.384,00
29	1	UN	Tacho de aço inox tipo 304, espessura da chapa 2mm, com borda de barra chata 1/4x1", saída 1", dimensões: Ø 780 x 780mm de altura.	2.199,00	2.199,00
VALOR TOTAL				R\$ 8.994,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

ÚTIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ALCI N. BECKER & CIA LTDA - EPP, CNPJ: 07.052.779/0001-38, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	1	UN	Armário roupeiro de aço e vestiários 6 portas. Dimensões aproximadas: Comprimento: 2,0 metros. Largura: 0,90 metros. Profundidade: 0,40 metros. Cor: cinza.	491,75	491,75
09	51	UN	Caixa plástica vazada grande, medidas aproximadas: 36 x 55,5 x 31 cm (larg x comp x alt). Fabricada em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), cor verde.	24,80	1.264,80
10	102	UN	Caixa plástica vazada média, medidas aproximadas: 40,5 x 30,5 x 16,5 cm (larg x comp x alt). Fabricada em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), cor azul	17,80	1.815,60
13	10	UN	Colher grande (em aço inox) 51,5cm.	125,00	1.250,00
17	2	UN	Estante de aço modular com 6 prateleiras. Dimensões aproximadas: Comprimento: 2,5 metros. Largura: 0,90metros. Profundidade: 0,40 metros. Cor: cinza.	175,00	350,00
20	1	UN	Liquidificador alta rotação 4lts, motor 1200W, rotação 18.000 Rpm, 220V.	780,00	780,00
23	1	UN	Mesa escritório retangular 180cm	523,00	523,00
25	2	UN	Panela (caldeira) em alumínio, capacidade 130lts.	610,00	1.220,00
26	2	UN	Panela (caldeira) em alumínio, capacidade 95lts	579,00	1.158,00
30	1	Kit	Talha elétrica + trilho. Talha com capacidade para 500,00 quilos e elevação de 9,0 metros. 220V. Trilho com 4,00 metros.	2.500,00	2.500,00
VA-LOR TO-TAL				R\$ 11.353,15	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

ALCI N. BECKER & CIA LTDA - EPP

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BRASIDAS EIRELI - ME, CNPJ: 20.483.193/0001-96, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
14	1	UN	Despoldadeira, motor elétrico de 0,5 (1/ 2) CV. Construção 100% em Aço Inox AISI 304 (exceto motor e conjunto do mancal). Máquina fornecida com duas Peneiras (filtros): Ø 125 mm x 175 mm de comprimento, com furos de 2,0 mm para despoldar e 1,0 mm para refinar. Produção: de 20 a 200 kg/hora. Acionamento através de motor monofásico ou trifásico de 0,5 CV, 4 polos.	2.889,00	2.889,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.889,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

BRASIDAS EIRELI - ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DESIGN RICARDENSE INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, CNPJ: 08.149.396/0001-45, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	1	UN	Armário alto 2 Portas para escritório. Dimensões aproximadas: Comprimento: 1,6 metros. Largura: 0,90 metros. Profundidade: 0,40 metros. Cor: cinza. Material: MDF. Com prateleiras.	248,99	248,99
05	1	UN	Banco vestiário três lugares, em ripas de madeira e pés em aço. Dimensões aproximadas: Comprimento: 1,5 metros. Largura: 0,36 metros. Altura: 0,45 metros. Cor: cinza.	339,59	339,59
07	2	UN	Cadeira fixa escritório	68,37	136,74
08	1	UN	Cadeira giratória escritório	129,71	129,71
VALOR TOTAL				R\$ 855,03	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DESIGN RICARDENSE INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos, materiais e mobiliário para a Agroindústria de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa KCRS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ: 21.971.041/0001-03, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	1	UN	Balança eletrônica 300kg com saída serial RS 232. Equipamento aprovado pelo INMETRO (apresentar selo de verificação).	1.015,00	1.015,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.015,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

KCRS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
Representante legal

ATA TOMADA DE PREÇOS 83/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 83/2015)

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniac Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 83/2015, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Arte Especial, consistindo em 01 PONTE DE CONCRETO ARMADO, 02 VIAS, COM PASSARELAS PARA PEDESTRE. A obra será executada na localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre - SC, transpondo o Rio São Miguel. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: TRILHA ENGENHARIA LTDA EPP – CNPJ: 10.643.254/0001-81, ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 76.599.059/0001-00, IMPACTO ENGENHARIA LTDA ME – CNPJ: 04.989.180/0001-37, DECC CONSTRUÇÕES

LTDA EPP - CNPJ: 05.004.688/0001-00, ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 07.973.179/0001-92, BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES TODA EPP – CNPJ: 05.401.426/0001-70. A licitante IMPACTO ENGENHARIA LTDA ME credenciou como representante na sessão o Sr. Laércio Telles, a licitante DECC CONSTRUÇÕES LTDA EPP credenciou como representante na sessão o Sr. Uirai Vaz Waltrick. As licitantes ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA, BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, TRILHA ENGENHARIA LTDA EPP e ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA não credenciaram representante na sessão. Participaram como ouvintes o Sr. Sr. Jairo de Abreu e Sr. Rafael de Araújo Hilário. Passou-se a análise dos Documentos das licitantes, todas as licitantes apresentaram Certidão Simplificada de Micro Empresa ou EPP. Passou-se a análise dos Documentos, que foram rubricados pela Comissão e pelos representantes credenciados, após a análise o Sr. Laércio Telles questionou a fotocópia do Livro Diário apresentada pelas demais licitantes, alegando que não apresentaram a cópia integral do Livro Diário, a Comissão de Licitações suspendeu a sessão para consulta com a Assessoria Jurídica e Contábil. Logo após reuniram-se novamente e a Comissão de Licitações julgou TODAS as licitantes HABILITADAS. Não havendo desistência de recurso quanto ao julgamento de habilitação, concede-se prazo para apresentação de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Todas as licitantes ficam desde já intimadas do prazo de recurso.

CONVOCAÇÃO Nº 152/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 152/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. FLAVIA RAQUEL STAHELIN, inscrita no CPF/MF sob nº 053.695.709-65, aprovada em 65º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO Nº 153/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 153/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ERNESTINO RIBEIRO DO AMARAL DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob nº 072.562.959-28, aprovado em 7º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR II, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO Nº 154/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 154/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSANE JOHANSON, inscrita no CPF/MF sob nº 684.485.119-72, aprovada em 27º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 155/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 155/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CAROLINE MATHILDE DZIEDZIC, inscrito no CPF/MF sob nº 104.361.189-47, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 9.296 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 9.296 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.7000,00 (seis mil e setecentos reais), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento de Transportes, e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.700,00	
	Total	R\$ 6.700,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais de Elementos de Despesa das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento de Transportes, e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.700,00
	Total	R\$ 6.700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.297 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.297 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução de nº 07 da Comissão Responsável Pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC. – Eleições 2015, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Comissão responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 3.425/085;

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o Cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha;
RESOLVE:

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Capítulo I
DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

- I – a promoção do transporte de eleitores;
- II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;
- III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;
- IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;
- V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;
- VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;
- VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo II
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive

no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

- I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;
- II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.
SANDRO LUIZ FRIEDRICH
Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede da Prefeitura Municipal de “Campo Alegre-SC”; Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores de “Campo Alegre-SC”; Fórum Municipal “Casa da Cidadania” do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – “Regina Emília Ida Linzmeyer” do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO
Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

DECRETO Nº 9.298 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.298 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar o Sr. GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, Matrícula Funcional nº. 000495, Registro no Sistema sob o nº 954517, do Cargo de Chefe da Casa da Cidadania e Junta de Serviço Militar, do Quadro de Cargos de Função Gratificada a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.299 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.299 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SUELEN REGINA STOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000839, Registro no Sistema sob nº 955523, ao Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil, cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. SUELEN REGINA STOMINSKY, aprovada em 43º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de Maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.222 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.222 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, Matrícula Funcional nº 282, Registro no Sistema sob nº 109790, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, cedida ao Cartório da 30ª Zona Eleitoral de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo 15 de Abril de 2014 á 15 de Abril de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Comissão responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 3.425/085;

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o Cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha; RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.
SANDRO LUIZ FRIEDRICH
Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede da Prefeitura Municipal de “Campo Alegre-SC”; Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores de “Campo Alegre-SC”; Fórum Municipal “Casa da Cidadania” do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – “Regina Emília Ida Linzmeyer” do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO
Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

TERMO ADITIVO Nº 006/2015 TERMO ADITIVO Nº 006/2015

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ANDREIK MICHEL WOLLNER

CONTRATADO: ANDREIK MICHEL WOLLNER, Professor II – Educação Física, portador do CPF/MF nº 071.237.559-79, residente domiciliado na Estrada Dona Francisca, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

CLAUSULA PRIMEIRA: Altera carga horária de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA: O vencimento por quarenta horas semanais é de R\$ 2.117,90 (Dois mil cento e dezessete reais e noventa centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 18 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ANDREIK MICHEL WOLLNER Contratado
--	--------------------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Campo Erê

PREFEITURA

TERMO RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 1619/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1662/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1619/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento no Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 1619/2015

b) Objeto: Aquisição de peças para reposição a serem colocadas no Ônibus Placas BNV 8295.

c) OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERÊ LTDA - ME

d) Valor: R\$ 1.822,17 (hum mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos reais).

Publique-se.

Campo Ere - SC, 17 de Setembro de 2015.

RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 225/2015

DECRETO Nº. 225/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar.

CONSIDERANDO a solicitação da Comunicação Interna n.º 110/2015 do Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivará e/ou não se efetivará em sua integralidade, em consonância com o exposto na Comunicação Interna n.º 110/2015 do Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 225/2015

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000007/14	02/01/2014	INVIOLAVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	0,10
0000073/14	20/02/2014	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	438,91
0000074/14	21/02/2014	REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS	429,71
0000391/14	05/06/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	23,80
0000425/14	23/06/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	112,90
0000432/14	27/06/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	168,23
0000440/14	01/07/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	31,00
0000448/14	04/07/2014	WALDEVINO ESTEVES MARTINS	147,00
0000459/14	15/07/2014	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	6,30
0000485/14	16/07/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	68,98
0000484/14	16/07/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	7,59
0000653/14	29/08/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	234,08
0000651/14	29/08/2014	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	18,77
0000661/14	01/09/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	297,25
0000669/14	01/09/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	28,50
0000794/14	17/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	212,13
0000819/14	23/09/2014	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1,57
0000872/14	26/09/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	110,24
0000865/14	26/09/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	7,05
0000878/14	29/09/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	47,60
0000880/14	30/09/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	1.146,30
0000883/14	30/09/2014	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	0,22
0000885/14	30/09/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	69,70
0000941/14	09/10/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	135,00

0001143/14	24/11/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	853,78
0001270/14	30/12/2014	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA EPP	1.094,97
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 134 – RECURSOS PETI			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000471/14	15/07/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	71,03
0000477/14	15/07/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	17,00
0000417/14	18/06/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	1.538,22
0000567/14	13/08/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	28,86
0000834/14	23/09/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	11,90
0000911/14	07/10/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	829,50
0000913/14	07/10/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	598,65
0001126/14	20/11/2014	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	99,88
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 135 – RECURSOS SENTINELA CREAS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000010/14	02/01/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	39,24
0000067/14	18/02/2014	WALDEVINO ESTEVES MARTINS	147,00
0000119/14	07/03/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	11,90
0000696/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	91,50
0000698/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	204,42
0000701/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	15,30
0000698/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	206,34
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 174 – RECURSOS PBV II IDOSOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000428/14	25/06/2014	RETIFICA MOTOCAR LTDA	140,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 248 – RECURSOS TRANSF. FNAS PAC CASA SANTA CLARA			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000592/14	20/08/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	2,20
0000730/14	10/09/2014	TODT E SALAI LTDA	299,50
0000993/14	23/10/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	109,75
0001177/14	26/11/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	188,94
0001196/14	27/11/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	26,80
0001195/14	27/11/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	0,01
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 252 – RECURSOS CRAS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000009/14	02/01/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	176,88
0000066/14	18/02/2014	WALDEVINO ESTEVES MARTINS	49,00
0000112/14	28/02/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	14,00
0000349/14	20/05/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	229,62
0000540/14	01/08/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	637,08
0000699/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	9,00
0001058/14	03/11/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	2,02
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 263 – RECURSOS BOLSA FAMÍLIA			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000695/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	459,60
0000697/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	448,68
0000700/14	03/09/2014	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	39,24
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			

RECURSO 298 – RECURSOS CRAS FNAS ESTADO SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001174/14	26/11/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	168,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 300 – RECURSOS PARA IDOSOS SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000563/14	11/08/2014	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA	1.288,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 303 – RECURSOS BOLSA FAMÍLIA SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000969/14	17/10/2014	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	102,30
0001097/14	11/11/2014	TOKIKO MITSUMOTO EPP	0,08
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 311 – RECURSOS ABRIGOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000171/14	20/03/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	49,00
0000991/14	23/09/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	81,36
0001034/14	30/10/2014	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA EPP	150,00
0001055/14	31/10/2014	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA EPP	188,86
0001081/14	04/11/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	184,81
0001082/14	04/11/2014	CAFÉ TROPEIRO IND. COM. DE CAFÉ LTDA	99,80
0001186/14	26/11/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	227,25
0001153/14	26/11/2014	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	285,68
0001206/14	28/11/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	5,45
0001200/14	28/11/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	10,70
0001214/14	28/11/2014	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	15,70
0001247/14	10/12/2014	JAIR STEIDEL	880,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 312 – RECURSOS CREAS ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001011/14	24/10/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	65,80
0001010/14	24/10/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	217,28
0001039/14	30/10/2014	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA EPP	400,00
0001104/14	14/11/2014	PANINI BRASIL LTDA	220,00
0001192/14	27/11/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	16,80
0001228/14	04/12/2014	RIMON SELEME & CIA LTDA	84,00
0001271/14	30/12/2014	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA EPP	1.128,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 558 – RECURSOS BPC SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001272/14	30/12/2014	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA EPP	595,68
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 02 – FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 2019 – RECURSOS CRAS ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000823/14	23/09/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	58,50
0000828/14	23/09/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	12,55
0000821/14	23/09/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	366,57
0000962/14	16/10/2014	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	134,00
0000990/14	23/10/2014	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	72,48
0000987/14	23/10/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	53,00
0001062/14	03/11/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	5,98
0001118/14	18/11/2014	ROSANGELA DE SOUZA SCHEUER	785,56
0001119/14	18/11/2014	TODT E SALAI LTDA	12,90

Canoinhas/SC, 04 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DECRETO Nº 226/2015

DECRETO Nº. 226/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Avaliadora do concurso de Slogan da Semana Nacional do Trânsito, composta pelos seguintes representantes:

I – Salete Palhano de Andrade – Secretaria Municipal de Educação;
II – Cibele Neudorff Batista – Secretaria Municipal de Educação;
III – Nauro Muck – Corpo de Bombeiros Militar de Canoinhas;
IV – Marcelo Correia Macedo – Polícia Militar de Canoinhas;
V – Handerson Luiz Melo - Detracan.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 227/2015

DECRETO Nº. 227/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica incluído no Decreto nº004/2013 o art. 4º-B, conforme a seguinte redação:

“Art. 4º-B. Fica autorizado o servidor PEDRO TEODORICO ARAÚJO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor II, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem suas contas bancárias.

Parágrafo Único. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

I - Solicitar saldos e extratos;

II - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
III - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
IV - Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
V - Emitir comprovantes;
VI - Autorizar aplicação em fundos de investimentos;
VII - Autorizar aplicações financeiras;
VIII - Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
IX - Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
X - Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
XI - Autorizar resgate de aplicações financeiras;
XII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
XIII - Consultar obrigações do débito direto autorizado.”

Art. 2º. Fica alterado o art. 5º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 5º. As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas nos artigos 1º, 2º, 2º-A, 3º, 3º-A, 4º e 4º-B deste decreto, referem-se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas:

I – 83.102.384/0001-80;
II – 83.102.384/0002-61;
III – 11.206.680/0001-10;
IV – 11.455.005/0001-25;
V – 03.914.543/0001-02;
VI – 02.216.925/0001-08;
VII – 19.052.864/0001-85.”

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 228/2015

DECRETO Nº. 228/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 055/2015 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 055/2015, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 630,00 m² (Seiscentos e trinta metros quadrados), procedido por IRODINE MOREIRA E OUTROS situado na Rua João Batista Fedalto esquina com a Rua Guilherme Gonchorowski Sobrinho, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.895, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 226,80 m², lote nº 21 com área de 201,60 m² e lote nº 22 com área de 201,60

m², todos pertencentes à quadra nº 0021, conforme requerimento protocolado sob nº. 650/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 229/2015

DECRETO Nº. 229/2015

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 1.216,00 m² (Um mil, duzentos e dezesseis metros quadrados), procedido por ADELTO ROSCAMP, situado na Rua José Babireski, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 17.767 e 18.383, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 14 com área de 1.216,00 m², pertencente à quadra nº 684, conforme requerimento protocolado sob nº. 5679/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 230/2015

DECRETO Nº. 230/2015

ALTERA O CÓDIGO NACIONAL DA ATIVIDADE ECONÔMICA – CNAE, DA FARMACIA POPULAR DO BRASIL, INSTITUIDA PELA LEI 4.110 DE 07/12/2006

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

Considerando a Lei Municipal nº 4.110 de 07/12/2006, que instituiu o Programa "Farmácia Popular do Brasil".

Considerando as instruções contidas no site do Ministério da Saúde – Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ.

Considerando os Pré-julgados números 1227, 1322, 1536, 1803 do TCE/SC.

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE, da Farmácia Popular do Brasil, de CNPJ 83.102.384/0002-61, passando a vigorar com o seguinte código principal 84.11-6/00 e secundário 84.12-4/00.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 231/2015

DECRETO Nº. 231/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.664 de 09/09/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.664 de 09/09/2015, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração geral

Programa 3: Modernização administrativa

Atividade 2.003 – Manutenção da Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 120.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

II)

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão rural
 Programa 4: Desenvolvimento sustentável
 Atividade 2.015 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
 Recursos 10000 – Recursos ordinários

III)

Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
 Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
 Função 18: Gestão ambiental
 Subfunção 541: Preservação e conservação ambiental
 Programa 14: Meio ambiente sustentável
 Atividade 2.020 – Manutenção da Sec. Mun. de Meio Ambiente
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00
 Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 02: Gabinete do Prefeito
 Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito
 Função 4: Administração
 Subfunção 122: Administração geral
 Programa 2: Administração superior eficiente
 Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 130.000,00
 Recursos 10000 – Recursos ordinários

II)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.010 – Manutenção da Sec. Municipal de Habitação
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00
 Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.664 de 09/09/2015, no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 450.000,00
 Recursos 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras

II)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 340.000,00
 Recursos 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 450.000,00
 Recursos 11800 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)

II)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 340.000,00
 Recursos 11800 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 232/2015

DECRETO Nº. 232/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.665 de 09/09/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.665 de 09/09/2015, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 80.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 10.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 170.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 50.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Subfunção 365: Educação infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 130.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 50.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Subfunção 361: Ensino fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 10.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 500.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 233/2015

DECRETO Nº. 233/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.666 de 09/09/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.666 de 09/09/2015, no valor de R\$ 59.595,43 (cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 1.101 – Aquisição de equipamentos e materiais cirúrgicos
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 59.595,43
 Recursos 26300 – Transf. Conv. Estado – Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 59.595,43 (cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 301: Atenção básica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 1.021 – Construções, ampliações e reformas de prédios da saúde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 59.595,43
Recursos 26300 – Transf. Conv. Estado – Saúde

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.666 de 09/09/2015, no valor de R\$ 19.865,14 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Orgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 1.101 – Aquisição de equipamentos e materiais cirúrgicos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 19.865,14
Recursos 10200 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 19.865,14 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Orgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 1.021 – Construções, ampliações e reformas de prédios da saúde
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 19.865,14
Recursos 10200 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 234/2015

DECRETO Nº. 234/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.667 de 09/09/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.667 de 09/09/2015, no valor de R\$ 197.536,49 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Orgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 25.924,00
Recursos 26550 – Transf. SUAS Estado – CREAS – Investimento

Atividade 2.041 – Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 38.887,67
 Recursos 26530 – Transf. SUAS Estado – Benefícios eventuais

Atividade 2.041 – Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 54.503,88
 Recursos 26540 – Transf. SUAS Estado – Abrigos – Investimento

Atividade 2.041 – Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 23.466,28
 Recursos 26520 – Transf. SUAS Estado – CRAS

Atividade 2.041 – Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 54.754,66
 Recursos 26560 – Transf. SUAS Estado – CRAS - Investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 197.536,49 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
26520	0,00	23.466,28	23.466,28
26530	0,00	38.887,67	38.887,67
26540	0,00	54.503,88	54.503,88
26550	31.100,00	57.024,00	25.924,00
26560	0,00	54.754,66	54.754,66
TOTAL			197.536,49

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.667 de 09/09/2015, no valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
 Função 8: Assistência Social
 Subfunção 244: Assistência comunitária
 Programa 10: Assistência social responsável
 Atividade 2.041 – Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 29.000,00
 Recursos 63520 – Transf. FNAS – PBV p/SCFV – Superávit

Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.500,00
 Recursos 63500 – CREAS União – PAEFI/PFMC – Superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
 Função 8: Assistência Social
 Subfunção 244: Assistência comunitária
 Programa 10: Assistência social responsável
 Atividade 2.041 – Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 29.000,00
 Recursos 63520 – Transf. FNAS – PBV p/SCFV – Superávit

Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.500,00
 Recursos 63500 – CREAS União – PAEFI/PFMC – Superávit

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 235/2015

DECRETO Nº. 235/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.668 de 09/09/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.668 de 09/09/2015, no valor de R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 310.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 450.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Atividade 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 900.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – Superávit	1.760.000,00
TOTAL		1.760.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.668 de 09/09/2015, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00

Recursos 11200 – Convênio Trânsito – SSP/SC – Prefeitura

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
11200	154.550,00	254.550,00	100.000,00
TOTAL			100.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 236/2015

DECRETO Nº. 236/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.669 de 09/09/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.669 de 09/09/2015, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Função 23: Comércio e serviços
Subfunção 691: Promoção comercial
Programa 4: Desenvolvimento sustentável
Atividade 2.013 – Manutenção da Secretaria Mun. de Desenv. Econômico
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.500,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Função 23: Comércio e serviços
Subfunção 691: Promoção comercial
Programa 4: Desenvolvimento sustentável
Atividade 2.013 – Manutenção da Secretaria Mun. de Desenv. Econômico
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.500,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 237/2015

DECRETO Nº 237/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar.

CONSIDERANDO o solicitado através da Comunicação Interna n.º 217/2015, expedida pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que à época ocorreria liquidação a maior que o documento fiscal emitido, bem como pelo fato da despesa/diária não ter sido efetivada, em consonância com o exposto na Comunicação Interna n.º 217/2015, do Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO N.º 237/2015

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:				
ENTIDADE 02– FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS				
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS				
Empenho	Emissão	Credor		Valor Cancelado
0001125/14	19/11/2014	Paulo Celso Alves (Ordem de Pagamento n.º 1888/14)		80,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:				
ENTIDADE 02– FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS				
RECURSO 135 – RECURSOS SENTINELA CREAS				
Empenho	Emissão	Credor		Valor Cancelado
0000701/14	03/09/2014	Starjet Cartuchos Rem. Ltda (Ordem de Pagamento n.º 1845/14)		204,42
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:				
ENTIDADE 02– FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS				
RECURSO 252 – RECURSOS CRAS				
Empenho	Emissão	Credor		Valor Cancelado
0000276/14	08/04/2014	Fernando J. Peruci & Cia Ltda (Ordem de Pagamento n.º 416/14)		100,00
0000277/14	08/04/2014	Fernando J. Peruci & Cia Ltda (Ordem de Pagamento n.º 418/14)		120,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:				
ENTIDADE 02– FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS				
RECURSO 263 – RECURSOS BOLSA FAMÍLIA				
Empenho	Emissão	Credor		Valor Cancelado

0000700/14	03/09/2014	Starjet Cartuchos Rem. Ltda (Ordem de Pagamento n.º 1844/14)	465,42
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 02- FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS RECURSO 303 – RECURSOS BOLSA FAMÍLIA SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000976/14	17/10/2014	Supermercado Eugenio Steidel (Ordem de Pagamento n.º 1861/14)	36,75
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 02- FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS RECURSO 2019 – RECURSOS CRAS ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000987/14	23/10/2014	Julian Odachowski & Filhos (Ordem de Pagamento n.º 1789/14)	46,02
Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015. LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA Prefeito			

DECRETO Nº 238/2015

DECRETO N.º 238/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar.

CONSIDERANDO a solicitação da Comunicação Interna n.º 033/2015, expedida pela Fundação Cultural de Canoinhas.

CONSIDERANDO a solicitação da Comunicação Interna n.º 078/2015, expedida pela Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivará e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO N.º 238/2015

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 04 – FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESC. DE CANOINHAS RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000006/14	02/01/2014	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	200,00
0000023/14	04/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	200,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 06 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000004/14	02/01/2014	OI S.A	534,32
0000006/14	02/01/2014	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	38,93
0000005/14	02/01/2014	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA	81,79

0000014/14	28/01/2014	STANG & STANG	2.823,35
0000017/14	10/02/2014	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	352,00
0000035/14	21/02/2014	HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA E OUTROS	375,41
0000036/14	21/02/2014	HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA E OUTROS	70,00
0000049/14	18/03/2014	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	304,79
0000053/14	21/03/2014	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	120,00
0000060/14	28/03/2014	CENTRO DE INTEG. EMPR-ESCOLA DO EST. DE SC – CIEE	132,88
0000166/14	06/08/2014	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	5.082,46
0000185/14	04/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	79,68
0000244/14	07/11/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	187,04
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 06 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS			
RECURSO 188 – RECURSOS FINANCEIROS ORDINÁR. FUND. DE ESPORTES			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000229/14	14/10/2014	CLARO S.A	252,79
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 06 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS			
RECURSO 220 – RECURSOS ORDINÁRIOS SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000272/14	03/12/2014	STANG & STANG LTDA	422,39
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 08– FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000001/14	02/01/2014	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN	135,06
0000002/14	02/01/2014	CELESC S/A	360,59
0000004/14	02/01/2014	OI S.A.	739,84
0000007/14	02/01/2014	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	295,00
0000010/14	02/01/2014	CENTRO INTEG. EMPR-ESCOLA DO EST. DE SC – CIEE	110,08
0000011/14	02/01/2014	TAINARA NOVAES DOS SANTOS LEITE	1.273,97
0000012/14	02/01/2014	TAINARA NOVAES DOS SANTOS LEITE	710,00
0000056/14	31/03/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	11,90
0000141/14	22/08/2014	INVIOLAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	101,94
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 08– FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS			
RECURSO 184 – RECURSOS ORDINÁRIOS FUND. CULTURAL			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000158/14	17/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	600,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 08– FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS			
RECURSO 220 – RECURSOS ORDINÁRIOS SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000114/14	16/06/2014	ELETRICA TF LTDA	300,00
0000144/14	28/08/2014	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	11,90
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 09 – FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS			
RECURSO 939 – RECURSOS ORDINÁRIOS FUNDERURAL SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000076/14	17/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	500,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 11 – FUNDO MUNIC. DE SANEAMENTO BÁSICO FUNSAE			
RECURSO 601 – RECURSOS FINANCEIROS ORDINÁRIOS FUNSAE			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000005/14	17/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	200,00

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº 239/2015

DECRETO Nº. 239/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 108/2014 REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 108/2014, que aprovou o remembramento de terreno urbano com área de 847,00m² (Oitocentos e quarenta e sete metros quadrados), procedido por SILVETE ROSINHA HELKO, situado na Rua Emilio Scholtz, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 5.824 e 18.406, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 28 com área de 847,00m² pertencente a quadra nº 210, conforme requerimento protocolado sob nº. 2876/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 240/2015

DECRETO Nº. 240/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.671 de 16/09/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.671 de 16/09/2015, no valor de R\$ 155.852,07 (cento cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 305: Vigilância epidemiológica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.058 – Ações em vigilância em saúde - VIGEP

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 24.000,00

Recursos 63860 – Vigilância epidemiológica – PVVS União – Superávit

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 28.995,06

Recursos 30600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig. – Superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Apl. Direta decorrente de Op. entre órgãos 14.236,84

Recursos 66710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.) – Superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.515,00

Recursos 63852 – Brasil sem miséria – SUS União – Superávit

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 – Ações de atenção básica

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 32.978,24

Recursos 63804 – Rec. atenção básica – PMAQ – Superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.126,93

Recursos 63855 – CAPS União – Saúde Mental – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 155.852,07 (cento cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30600	Rec. ordinários FMS – Txs Vig. – Superávit	28.995,06
63804	Rec. atenção básica – PMAQ – Superávit	32.978,24
63852	Brasil sem miséria – SUS União – Superávit	40.515,00
63855	CAPS União – Saúde Mental – Superávit	15.126,93
63860	Vig. epidemiológica – PVVS União – Superávit	24.000,00
66710	Tr. SUS Est. – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.) Sup.	14.236,84
TOTAL		155.852,07

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.671 de 16/09/2015, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 700.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação até o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
26710	1.530.000,00	2.230.000,00	700.000,00
TOTAL			700.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 5º da Lei 5.671 de 16/09/2015, no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 90.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 25.000,00

Recursos 10600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig.

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 – Ações de atenção básica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00

Recursos 23800 – Transf. SUS União – PAB Fixo

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Apl. Direta decorrente de Op. entre órgãos 90.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 14.000,00

Recursos 10600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig.

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.000,00

Recursos 10600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig.

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 – Ações de atenção básica

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00

Recursos 23800 – Transf. SUS União – PAB Fixo

Art. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 241/2015

DECRETO Nº. 241/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.700,00 m² (Um mil e setecentos metros quadrados), procedido por ELPIDIO CAETANO DE CASTRO E ERVIDIO CASTRO, situado na Rua Vereador Frederico Haag, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.710, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 28 com área de 425,00 m², lote nº 29 com área de 425,00 m² e lote nº 30 com área de 850,00 m², todos pertencentes à quadra nº 617, conforme requerimento protocolado sob nº. 5746/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 242/2015

DECRETO Nº. 242/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

NOMEAR

Art.1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 206/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art.1º - Ficam nomeados pelo biênio 2015/2017 os integrantes abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

ENTIDADES NÃO – GOVERNAMENTAIS:

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas

Membro Titular: Romualdo Stein;

Membro Suplente: Edmar Gonçalves Padilha.

UnC –Universidade do Contestado

Membro Titular: Mariana Wrublevski de Carvalho;

Membro Suplente: Liz Regina Ghislandi.

COMSOL – Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte – SC.

Membro Titular: Antonio Bail Sobrinho;

Membro Suplente: Marilda Batista Zorek.

SINTRAF – Regional do Planalto Norte – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Planalto Norte

Membro Titular: Lucilda Condras Grein;

Membro Suplente: Amauri Peters.

Sindicato dos Produtores Rurais de Canoinhas

Membro Titular: Leônidas Pacheco de Miranda Lima;

Membro Suplente: Alcir Cavalheiro.

APASC – Associação dos Produtores de Alimentos Saudáveis do Contestado

Membro Titular: Louri Domingues Maciel;

Membro Suplente: Elizabete Pazdziora da Silva.

COOPAFIC – Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar do Interior de Canoinhas

Membro Titular: Cintia Duvoisin Artner;

Membro Suplente: Paulo Bai.

AMCAV – Associação dos Moradores do Campo d’ Água Verde

Membro Titular: Vilmar Niejelski;

Membro Suplente: Maria Olíria Machado.

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Saúde

Membro Titular: Luis Anselmo Chagas;

Membro Suplente: Patrícia Szuck.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Membro Titular: Zenilda Lemos de Souza;

Membro Suplente: Renato Leandro.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Membro Titular: Edenilson Alves Cardoso;

Membro Suplente: Jeferson Morteau Gonçalves.

Secretaria Municipal de Educação

Membro Titular: Milena Larissa Conceição

Membro Suplente: Cristiane de Lima Carvalho”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 245/2015

DECRETO Nº. 245/2015

"DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESMEMBRAMENTO RURAL COM BASE NO DECRETO Nº 62.504 DE 03 DE ABRIL DE 1968 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o interesse de proprietária em fazer doação de área, destinando a mesma para CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A, onde será feita a instalação de uma subestação de energia elétrica para atender interesse público, quer seja, de maior qualidade na distribuição de energia elétrica tendo em vista atender a alta demanda dos municípios de CANOINHAS/SC e IRINEÓPOLIS/SC, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desmembramento rural, a área de 3.000 m² (Três mil metros quadrados), parte de uma área maior de 358.981,00 m² (trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e um metros quadrados) de propriedade da Sra. Zilda Alves Rocha, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas sob matrícula nº. 38.712, cujo memorial descritivo assim dispõe: "inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P 01, de coordenadas E 535549,6263m e N 7095273,5698m; DESTE SEGUE CONFRONTANDO COM A RODOVIA BR 280 com azimute de 95º 09'09" e distância de 50,00m, até a vértice P02 de coordenadas E 535599,4243 e N 7095269,0795 m, DESTE SEGUE CONFRONTANDO COM ZILDA ALVES ROCHA, matrícula 38.712 com azimute 185º09'09" e distância de 60,00m, até o vértice P03 de coordenadas E 535594,0360 e N 7095209,3219 com azimute de 275º 09'09" e distância de 50,00m, até o vértice P04 de coordenadas E 535544,2380 e N 7095213,8122 com azimute de 5º 09'09" e distância de 60,00m, até o vértice P01, ponto inicial dessa descrição.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 066/2015

EDITAL Nº. 066/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 08 de setembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 066/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE - PIEDADE

ANA CAROLINA GEVIESKI

LEI Nº 5.671/2015

LEI Nº. 5.671 DE 16/09/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 155.852,07 (cento cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 305: Vigilância epidemiológica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.058 – Ações em vigilância em saúde - VIGEP

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 24.000,00

Recursos 63860 – Vigilância epidemiológica – PVVS União – Superávit

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 28.995,06

Recursos 30600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig. – Superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Apl. Direta decorrente de Op. entre órgãos 14.236,84

Recursos 66710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.) – Superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.515,00

Recursos 63852 – Brasil sem miséria – SUS União – Superávit

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 – Ações de atenção básica

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 32.978,24

Recursos 63804 – Rec. atenção básica – PMAQ – Superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.126,93

Recursos 63855 – CAPS União – Saúde Mental – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 155.852,07 (cento cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30600	Rec. ordinários FMS – Txs Vig. – Superávit	28.995,06
63804	Rec. atenção básica – PMAQ – Superávit	32.978,24
63852	Brasil sem miséria – SUS União – Superávit	40.515,00
63855	CAPS União – Saúde Mental – Superávit	15.126,93
63860	Vig. epidemiológica – PVVS União – Superávit	24.000,00
66710	Tr. SUS Est. – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.) Sup.	14.236,84
TOTAL		155.852,07

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 700.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação até o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
26710	1.530.000,00	2.230.000,00	700.000,00
TOTAL			700.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 90.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 25.000,00

Recursos 10600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig.

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 – Ações de atenção básica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00

Recursos 23800 – Transf. SUS União – PAB Fixo

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Apl. Direta decorrente de Op. entre órgãos 90.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 14.000,00

Recursos 10600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig.

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde - VISA

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.000,00

Recursos 10600 – Rec. ordinários FMS – Txs Vig.

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 – Ações de atenção básica

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00

Recursos 23800 – Transf. SUS União – PAB Fixo

Art. 7º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.672/2015

LEI Nº. 5.672 DE 16/09/2015

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS, SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Município de Canoinhas autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Corpo de Bombeiros Militar de Canoinhas, por intermédio da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, com a interveniência do Departamento de Administração Prisional - DEAP, objetivando a implantação de um programa de educação, treinamento e trabalho de detentos nas instalações físicas do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Canoinhas, na função de serviços gerais, limitando ao pagamento de 01 salário mínimo por apenado, e nos termos da Lei Federal nº. 7.210/84.

Art. 2º. O Município de Canoinhas poderá realizar despesas referentes a alimentação, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, e demais despesas necessárias ao cumprimento do convênio.

Art. 3º. A alteração referenciada nesta lei é uma ação do governo municipal que prevê transferências de recursos financeiros através de convênio entre o Município e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Canoinhas e Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, com a interveniência do Departamento de Administração Prisional - DEAP, objetivando a implantação de um programa de educação, treinamento e trabalho para detentos e a prestação de serviços gerais.

Art. 4º - As despesas constantes da presente Lei, correrão pela dotação orçamentária 3.3.90.00.00.00.00.00.010040 – atividade 2.030 – Dot. 3 – FUNREBOM.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.673/2015

LEI Nº. 5.673 DE 16/09/2015

“ALTERA A LEI Nº. 3.465, DE 08/07/2002”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam alterados o caput e o inciso I do artigo 5º da Lei nº. 3.465, de 08/07/2002, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Fundação Cultural de Canoinhas “Helmy Wendt Mayer”, visando conceder o repasse mensal de até R\$ 100,00 (cem reais) por aluno, para serem aplicados nas seguintes:

I – AJUDA DE CUSTO

Função	Número	Auxílio	Total
Alunos	Até 40	R\$ 100,00	R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº. 3.465/2002 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 859/2015

PORTARIA Nº. 859/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº.1.305/90, resolve:

PRORROGAR FÉRIAS

Art. 1º - Ficam prorrogadas as férias concedidas a TELMA REGINA BLEY, comissionada no cargo de Secretária Municipal de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 23/09/2015 à 25/09/2015, conforme comunicação interna nº 288/SMS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 860/2015

PORTARIA Nº. 860/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a DIONEIDE APARECIDA LEITE, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 16/09/2015 a 15/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 861/2015

PORTARIA Nº. 861/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a OTONIEL VICENTE DE LIMA, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 16/09/2015 a 15/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ROSEMERI LUCIANE KLEMPOUZ, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 24/09/2015 a 23/10/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 863/2015

PORTARIA Nº. 863/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido DIRCE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, MAG II, 30% de regência, lotada na EBM Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 15/09/2015, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 864/2015

PORTARIA Nº. 864/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ELISA DALILA LINHARES DA SILVA, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/09/2015, conforme comunicação interna nº 343/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 865/2015

PORTARIA Nº. 865/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 15 (quinze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor GERSON JOSE SZCZYGEL DUMKE, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 1989/1994, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 866/2015

PORTARIA Nº. 866/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a ELISA DALILA LINHARES DA SILVA, efetiva no cargo de Orientador Educacional, 40 horas semanais no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 16/09/2015 a 14/12/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 867/2015

PORTARIA Nº. 867/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, 15% de regência, período matutino, designado para o ano letivo de 2015 para a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional PEDRO EUGÊNIO WIPIEWSKI, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e conforme Edital de Convocação nº 064/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2015, conforme comunicação interna nº 417/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 868/2015

PORTARIA Nº. 868/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 4.914/2011, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, para atuar no Setor de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional ADRIANO TIAGO MROSKOWSKI, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 42.786, e convocada conforme Edital nº 063 de 31 de Agosto de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 21/09/2015, conforme comunicação interna nº 276/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 869/2015

PORTARIA Nº. 869/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional MARTA FERREIRA, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16/09/2015, conforme comunicação interna nº 345/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 870/2015

PORTARIA Nº. 870/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratado o profissional DIEGO JOSÉ DRANKA, na função de Professor de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/09/2015 a 07/11/2015, na vaga vinculada da professora Maria Celina Muraro, a qual está em licença prêmio, conforme comunicação interna nº 416/SME/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 871/2015

PORTARIA Nº. 871/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a ALMIR ROGÉRIO GONÇALVES DA ROCHA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 21/09/2015 a 05/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a JEFERSON MORTEAN GONÇALVES, efetivo no cargo de Técnico Agrícola, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 28/09/2015 a 07/10/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 872/2015

PORTARIA Nº. 872/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ROSANE WYPYK DE BARROS, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/09/2015, conforme comunicação interna nº 346/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 873/2015

PORTARIA Nº. 873/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional LILIANE TELEGINSKI, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/09/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Rose Cristina Beluk, a qual está em licença prêmio, conforme comunicação interna nº 412/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratada a profissional DINAZELI TISCHLER FERNANDES CORRÊA, na função de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/09/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Rose Cristina Beluk, a qual está em licença prêmio, conforme comunicação interna nº 411/SME/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO ADMINISTRATIVO / IMPUGNAÇÃO PREGÃO Nº FMS 19/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA RECURSO ADMINISTRATIVO / IMPUGNAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO / IMPUGNAÇÃO, protocolado pela empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP contra o edital de PREGÃO PRESENCIAL n.º FMS 19/2015.

Decisão: Acolher, dar provimento e alterar edital.

Processo de licitação n.º FMS 31/2015 na modalidade de Pregão Presencial n.º FMS 19/2015.

O teor da resposta do Pregoeiro está à disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK
Pregoeira

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 102/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 164/2015

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 102/2015 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO N.º PMC 102/2015. Objeto: Aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilometro, destinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural da Prefeitura do Município de Canoinhas. Contrato de Repasse: 808964/2014/MAPA/CAIXA. VENCEDORA empresa KONRAD COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA com valor global de R\$ 274.715,00. Data da homologação: 17/09/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 96/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/15

HOMOLOGAÇÃO: 18/09/15

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 110.880,00 (cento e dez mil oitocentos e oitenta reais)

DATA: 18/09/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 105/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 177/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 105/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/10/2015, às 14h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE HORAS DE SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR, MOTONIVELADORA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 05/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 106/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 179/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 106/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/10/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 07/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 90/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 151/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 90/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/10/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS E AMBULÂNCIAS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 05/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 29/CMAS/2015

RESOLUÇÃO Nº 29/CMAS/2015

Dispõe sobre o referenciamento das Entidades prestadoras de serviços assistenciais junto à rede socioassistencial do município de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 (Altera a Lei nº 8.742/93) que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;

- CONSIDERANDO a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 que Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.

- CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 14 de 15 de maio de 2014 (revoga a Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010) que Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

- CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

- CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Ordinariamente em 06 de Agosto de 2015 na qual foi identificada a necessidade de articulação das Entidades junto a rede socioassistencial.

RESOLVE:

Artigo 1º Recomendar que a Gestão da Assistência Social do município de Canoinhas realize o referenciamento das Entidades de Assistência Social visando o estabelecimento de conexão e fluxos entre os equipamentos da Assistência Social.

Artigo 2º O referenciamento deverá ocorrer durante o exercício de 2015.

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Canoinhas, 06 de Agosto de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 30/CMAS/2015

RESOLUÇÃO Nº 30/CMAS/2015

Dispõe sobre o Plano de Aplicação dos Recursos Estaduais destinados à Proteção Social Básica destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993;

- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 – Altera a Lei nº 8.742/93; dispõe sobre a organização da Assistência Social;

- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;

- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

- CONSIDERANDO a Lei Municipal 4852 de 14 de novembro de 2011 que Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências;

- CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Ordinariamente em 18 de Agosto de 2015.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos Estaduais destinados a Proteção Social Básica que serão alocados para o Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2015 no valor total de R\$ 78.220,94 (setenta e oito mil, duzentos e vinte reais e noventa e quatro centavos), dividido em 30% (trinta por cento) para investimento no valor de R\$ 23.466,28 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos) e 70% (setenta por

cento) para custeio no valor de R\$ 54.754,66 (cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Agosto de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 31/CMAS/2015

RESOLUÇÃO Nº 31/CMAS/2015

Dispõe sobre o Plano de Aplicação dos Recursos Estaduais destinados à Proteção Social de Média Complexidade destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993;
- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 – Altera a Lei nº 8.742/93; dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- CONSIDERANDO a Lei Municipal 4852 de 14 de novembro de 2011 que Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências;
- CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Ordinariamente em 18 de Agosto de 2015.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos Estaduais destinados a Proteção Social de Média Complexidade que serão alocados para o Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2015 com valor total de R\$ 114.048,00 (cento e catorze mil e quarenta e oito reais), sendo R\$ 57.024,00 (cinquenta e sete mil e vinte e quatro reais) para custeio e R\$ 57.024,00 (cinquenta e sete mil e vinte e quatro reais) para investimento.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Agosto de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 32/CMAS/2015

RESOLUÇÃO Nº 32/CMAS/2015

Dispõe sobre o Plano de Aplicação dos Recursos Estaduais destinados à Proteção Social de Alta Complexidade alocados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993;
- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 – Altera a Lei nº 8.742/93; dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

- CONSIDERANDO a Lei Municipal 4852 de 14 de novembro de 2011 que Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências;

- CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Ordinariamente em 18 de Agosto de 2015.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos Estaduais destinados a Proteção Social de Média Complexidade que serão alocados para o Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2015 com valor total de R\$ 109.007,75 (cento e nove mil, sete reais e setenta e cinco centavos), que será partilhado em 50% para investimento e 50% para custeio, resultando em R\$54,503,87 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e três reais e oitenta e sete centavos).

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 18 de Agosto de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 33/CMAS/2015

RESOLUÇÃO Nº 33/CMAS/2015

Dispõe sobre o pedido de inscrição do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE - no Conselho Municipal da Assistência Social de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 (Altera a Lei nº 8.742/93) que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;
- CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006 que Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB-RH/SUAS;
- CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 14 de 15 de maio de 2014 (revoga a Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010) que Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;
- CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- CONSIDERANDO a Lei Municipal 4852 de 14 de novembro de 2011 que Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- CONSIDERANDO a análise da documentação do CIEE pela Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições e a visita realizada pelos Conselheiros na sede do CIEE no município de Canoinhas no dia 18 de agosto de 2015 na qual foi constatado que a entidade não possui equipe de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS para desenvolver serviços, programas e projetos da política de assistência social e que os mesmos não se apresentam de forma permanente e continuada, conforme preconizado na Política Nacional de Assistência Social;
- CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Ordinariamente em 09 de Setembro de 2015

RESOLVE:

Art.1º Indeferir o pedido de inscrição do CIEE junto ao CMAS;

Art.2 Recomendar que caso haja interesse por parte da entidade em solicitar novamente a inscrição junto ao CMAS, que sejam realizadas as seguintes adequações à Política de Assistência Social:

I - Organizar a metodologia, documentação e adequar suas ações à Política da Assistência Social, considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº109/2009) e Decreto nº 5.085/2004 que define as ações continuadas de Assistência Social.

II - Adequar equipe técnica a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS;

III - Incluir no Plano de Ação:

a) Descrição de quais serviços, programas e projetos de assistência social são realizados;

b) Identificação dos usuários atendidos e sua territorialidade;

c) Descrição do acompanhamento sistemático aos usuários e famílias beneficiárias;

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Canoinhas, 09 de Setembro de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 34/CMAS/2015

RESOLUÇÃO Nº 34/CMAS/2015

Dispõe sobre o Plano de Aplicação do Recurso do Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGDM - do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Bolsa Família alocado ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993;

- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 – Altera a Lei nº 8.742/93; dispõe sobre a organização da Assistência Social;

- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;

- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

- CONSIDERANDO a Lei Municipal 4852 de 14 de novembro de 2011 que Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências;

- CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Ordinariamente em 09 de Agosto de 2015.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Aplicação do IGDM/PBF alocado para o Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2015 no valor de R\$ 75.650,46 (setenta e seis mil seiscentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos), sendo destinado 3% desse valor para a Instância de Controle Social, o que corresponde a R\$ 1.650,46 (um mil seiscentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos).

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 09 de Setembro de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PREGÃO N.º PMC 96/2015 (PRESENCIAL)**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Página: 1/2

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 157/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 4,95
Licitação.....: 96/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 16541 - QUILOMETRO RODADO DE ÔNIBUS 42 LUGARES - Unidade: KM								
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.	REUNIDAS	22.400,000	0,0000	0,0002	4,95	Venceu	1 *****
Item.....: 2 - 111040458 - QUILOMETROS DE MICRO-ONIBUS, COM NO MINIMO 24 LUGARES - Unidade: KM								
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		16.620,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 16543 - QUILOMETRO RODADO DE VEICULO VAN - Unidade: UN								
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		24.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Página: 2/2

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 157/2015 Processo Administrativo: 4,95
Licitação.....: 96/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 111040459 - QUILOMETRO RODADO DE AUTOMÓVEL COM CAPACIDADE 05 LUGARES - Unidade: KM

13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	-----------------------	--	-----------	--------	--------	------	-----------	---

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0156/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0089/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0156/2015
Pregão Presencial Nº 0089/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de 25.000 m³ (vinte e cinco mil) de cascalho para manutenção e melhorias das estradas no interior do município de Capinzal/SC

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 02/10/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 21 de setembro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0157/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0090/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0157/2015
Pregão Presencial Nº 0090/2015

OBJETO: Aquisição de SEGURO contra terceiros - Danos corporais e materiais, Morte por pessoa e Invalidez por pessoa, DMHR para veículos da Frota Municipal

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 05/10/2015, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócoli,

155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 21 de setembro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0158/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0091/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0158/2015
Pregão Presencial Nº 0091/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviço gráfico (impressão) do livro intitulado "Capinzal Cidade do Meu Coração", de acordo com os quantitativos e as características indicadas. Com Recursos Convênio MAESA e Salário Educação.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 05/10/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 21 de setembro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PORTARIA 1147/2015

PORTARIA Nº 1147, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 2861/2015, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Gisele Aparecida Szemanski, matrícula nº 322903/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de

Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o Nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1148/2015

PORTARIA Nº 1148, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2860/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Maristela Savi Nora, matrícula nº 305626/04.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Datilógrafo, nível 112, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 112, referência J.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1149/2015

PORTARIA Nº 1149, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2859/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional ao servidor Aliomar Gione dos Santos, matrícula nº 326321/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1150/2015

PORTARIA Nº 1150, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 2854/2015, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Marcia Terezi-nha Hanel Toscan, matrícula nº 331392/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o Nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1151/2015

PORTARIA Nº 1151, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 2866/2015, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Vania Schwaizer, matrícula nº 334154/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o Nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

ANEXOS RGF 4º BIM 2015

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Bimestre de referência	Até o Bimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	63.960.292,19	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	10.233.646,75	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	9.210.282,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.477.220,45	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.749.584,61	0,00
Pessoal Ativo	28.766.820,04	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.397.117,63	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	585.646,94	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	30.749.584,61	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	63.960.292,19	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	30.749.584,61	48,08
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	38.376.175,31	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	36.457.366,55	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	34.538.557,78	54,00

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPALMARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.644.164,00	0,00
Pessoal Ativo	27.661.399,43	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.397.117,63	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	585.646,94	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	29.644.164,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	63.960.292,19	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	29.644.164,00	46,35
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	34.538.557,78	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	32.811.629,89	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	31.084.702,00	48,60

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.653.892,33	1.259.764,30	963.028,64	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.653.892,33	1.259.764,30	963.028,64	0,00
Interna	1.653.892,33	1.259.764,30	963.028,64	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.955.586,60	10.751.231,19	9.313.614,54	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.975.629,46	12.269.789,23	10.307.879,05	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	47.305,19	88.392,26	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.042,86	1.565.863,23	1.082.656,77	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-7.301.694,27	-9.491.466,89	-8.350.585,90	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	62.340.370,81	64.902.072,07	63.960.292,19	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,65%	1,94%	1,51%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,71%	-14,62%	-13,06%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	74.808.444,97	77.882.486,48	76.752.350,63	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	67.327.600,47	70.094.237,84	69.077.115,57	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.653.892,33	1.259.764,30	963.028,64	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.653.892,33	1.259.764,30	963.028,64	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	236.875,81	236.825,46	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.631.404,27	2.193.976,34	1.870.591,98	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (V) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

FONTE:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	62.340.370,81	64.902.072,07	63.960.292,19	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	13.714.881,58	14.278.455,86	14.071.264,28	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	12.343.393,42	12.850.610,27	12.664.137,85	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	63.960.292,19	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	30.749.584,61	48,08
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	38.376.175,31	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	36.457.366,55	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.350.585,90	-13,06
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	76.752.350,63	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.071.264,28	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	10.233.646,75	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.477.220,45	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.251.767,15	8.369.571,99

FONTE:

ANEXOS RREO 4º BIM 2015

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	79.980.000,00	10.063.523,63	12,58	42.096.677,72	52,63	37.883.322,28
RECEITAS CORRENTES	77.283.365,00	77.283.365,00	10.063.523,63	13,02	42.096.677,72	54,47	35.186.687,28
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.214.610,14	7.214.610,14	876.670,58	12,15	4.320.564,33	59,89	2.894.045,81
IMPOSTOS	5.855.196,46	5.855.196,46	842.339,98	14,39	4.096.100,09	69,96	1.759.096,37
TAXAS	345.283,00	345.283,00	34.330,60	9,94	224.464,24	65,01	120.818,76
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.130,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	991.920,00	991.920,00	196.082,03	19,77	745.078,24	75,11	246.841,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.920,00	13.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.920,00
CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	978.000,00	978.000,00	196.082,03	20,05	745.078,24	76,18	232.921,76
RECEITA PATRIMONIAL	742.789,11	742.789,11	266.579,35	35,89	809.901,98	109,04	-67.112,87
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.786,63	47.786,63	4.907,05	10,27	12.095,62	25,31	35.691,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	685.354,52	685.354,52	256.367,86	37,41	776.095,98	113,24	-90.741,46
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.840,00	8.840,00	5.304,44	60,00	21.710,38	245,59	-12.870,38
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00	807,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	191.077,43	191.077,43	33.363,07	17,46	114.554,47	59,95	76.522,96
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00	737,43
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	820,00	820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	189.520,00	189.520,00	33.363,07	17,60	114.554,47	60,44	74.965,53
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DE SERVIÇOS	5.600.169,76	5.600.169,76	1.071.222,26	19,13	4.023.871,53	71,85	1.576.298,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.685.099,29	58.685.099,29	7.378.760,26	12,57	30.163.435,91	51,40	28.521.663,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	56.575.417,61	56.575.417,61	6.897.315,40	12,19	28.924.044,53	51,12	27.661.373,08
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	20.340,00	20.340,00	12.807,57	62,97	12.807,57	62,97	7.532,43
TRANSF. DE PESSOAS	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.225,00
TRANSF. DE CONV.	2.085.116,68	2.085.116,68	468.637,29	22,48	1.226.583,81	58,83	858.532,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.857.016,45	3.857.016,45	240.846,08	6,24	1.919.271,26	49,76	1.937.745,19
MULTAS E JUROS DE MORA	532.642,21	532.642,21	110.383,64	20,72	326.532,83	61,30	206.109,38
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	168.156,25	168.156,25	12.756,64	7,59	49.646,49	29,52	118.509,76
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	849.152,43	849.152,43	35.723,58	4,21	404.139,41	47,59	445.013,02
RECEITAS DIVERSAS	2.307.065,56	2.307.065,56	81.982,22	3,55	1.138.952,53	49,37	1.168.113,03
RECEITAS DE CAPITAL	2.696.635,00	2.696.635,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.696.635,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.235,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.235,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	79.980.000,00	10.063.523,63	12,58	42.096.677,72	52,63	37.883.322,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	79.980.000,00	79.980.000,00	10.063.523,63	12,58	42.096.677,72	52,63	37.883.322,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV + V)	79.980.000,00	79.980.000,00	10.063.523,63	12,58	42.096.677,72	52,63	37.883.322,28
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	79.980.000,00	79.980.000,00	10.063.523,63	12,58	42.096.677,72	52,63	37.883.322,28
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.954.639,18	—	—	1.195.607,96	—	—
Superávit Financeiro	—	2.954.639,18	—	—	1.195.607,96	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	—	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.829,39	41.226.007,19	44.862.435,83	11.657.882,54	39.974.240,04	46.114.202,98	38.891.583,27
DESPESAS CORRENTES	61.619.362,17	63.095.085,00	9.949.402,58	37.091.844,31	26.003.240,69	10.288.825,79	36.539.593,78	26.555.491,22	35.477.936,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.253.364,73	33.652.729,14	5.966.720,03	20.548.924,18	13.103.804,96	5.968.222,25	20.545.919,74	13.106.809,40	20.157.678,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.000,00	310.000,00	19.346,55	98.118,89	211.881,11	19.346,55	98.118,89	211.881,11	98.118,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.045.997,44	29.132.355,86	3.963.336,00	16.444.801,24	12.687.554,62	4.301.256,99	15.895.555,15	13.236.800,71	15.222.138,22
DESPESAS DE CAPITAL	18.335.637,83	22.968.358,02	1.500.426,81	4.134.162,88	18.834.195,14	1.368.856,75	3.434.646,26	19.533.711,76	3.413.647,26

Continua 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.829,39	41.226.007,19	44.862.435,83	11.657.682,54	39.974.240,04	46.114.202,98	38.891.583,27
INVESTIMENTOS	17.025.637,83	21.658.358,02	1.352.021,45	3.443.299,19	18.215.058,83	1.220.451,39	2.743.782,57	18.914.575,45	2.722.783,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.310.000,00	1.310.000,00	148.405,36	690.863,69	619.136,31	148.405,36	690.863,69	619.136,31	690.863,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.829,39	41.226.007,19	44.862.435,83	11.657.682,54	39.974.240,04	46.114.202,98	38.891.583,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.829,39	41.226.007,19	44.862.435,83	11.657.682,54	39.974.240,04	46.114.202,98	38.891.583,27
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	870.670,53	—	—	2.122.437,68	—	42.096.677,72
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.829,39	42.096.677,72	—	11.657.682,54	42.096.677,72	—	80.988.260,99

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.839,39	41.226.007,19	100,00	44.862.435,83	11.687.682,54	39.974.240,04	100,00	46.114.202,98
Legislativa	2.805.000,00	2.805.000,00	225.368,43	921.074,10	2,23	1.883.925,90	225.368,43	921.074,10	2,30	1.883.925,50
Ação Legislativa	2.805.000,00	2.805.000,00	225.368,43	921.074,10	2,23	1.883.925,90	225.368,43	921.074,10	2,30	1.883.925,50
Administração	10.882.741,25	11.202.741,25	1.938.265,84	6.748.135,94	16,37	4.454.605,31	1.868.056,85	6.391.075,81	15,99	4.811.665,44
Administração Geral	10.882.741,25	11.202.741,25	1.938.265,84	6.748.135,94	16,37	4.454.605,31	1.868.056,85	6.391.075,81	15,99	4.811.665,44
Segurança Pública	839.695,00	1.132.996,64	210.735,26	556.820,66	1,45	537.175,98	210.735,26	556.820,66	1,49	537.175,98
Policimento	386.200,00	465.343,44	32.800,03	176.679,21	0,43	288.664,23	32.800,03	176.679,21	0,44	288.664,23
Defesa Civil	453.695,00	667.653,20	177.935,23	419.141,45	1,02	248.511,75	177.935,23	419.141,45	1,05	248.511,75
Assistência Social	1.707.543,18	2.055.840,99	182.585,59	484.021,91	1,17	1.571.819,08	182.585,59	484.021,91	1,21	1.571.819,08
Assistência ao Idoso	1.500,00	53.247,14	2.310,77	12.094,61	0,03	41.152,53	2.310,77	12.094,61	0,03	41.152,53
Assistência à Criança e ao Adolescente	959.664,00	1.051.786,87	132.664,90	362.399,06	0,88	689.389,81	132.664,90	362.399,06	0,91	689.389,81
Assistência Comunitária	696.379,18	950.804,98	47.609,92	109.528,24	0,27	841.276,74	47.609,92	109.528,24	0,27	841.276,74
Saúde	13.910.229,66	14.789.387,70	2.482.781,10	7.966.682,11	19,30	6.832.705,59	2.482.781,10	7.966.682,11	19,90	6.832.705,59
Atenção Básica	11.888.851,86	12.856.119,67	2.258.780,59	6.955.551,43	16,87	5.900.568,24	2.258.780,59	6.955.551,43	17,40	5.900.568,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	87.440,00	87.440,00	12.860,39	14.202,72	0,03	73.237,28	12.860,39	14.202,72	0,04	73.237,28
Suporte Profilático e Terapêutico	926.417,80	926.417,80	93.798,05	658.133,83	1,60	268.283,97	93.798,05	658.133,83	1,65	268.283,97
Vigilância Sanitária	118.400,00	118.400,00	18.399,48	40.894,35	0,10	77.505,65	18.399,48	40.894,35	0,10	77.505,65
Vigilância Epidemiológica	69.184,00	69.184,00	2.089,00	2.089,00	0,01	67.095,00	2.089,00	2.089,00	0,01	67.095,00
Alimentação e Nutrição	719.936,00	731.826,23	96.853,59	285.810,78	0,69	446.015,45	96.853,59	285.810,78	0,71	446.015,45
Educação	18.963.797,04	19.943.018,25	3.414.843,99	11.560.160,38	28,04	8.382.857,87	3.414.843,99	11.560.160,38	28,92	8.382.857,87
Ensino Fundamental	15.693.105,10	16.387.316,91	2.760.639,23	9.201.027,40	22,32	7.186.291,51	2.760.639,23	9.201.027,40	23,02	7.186.291,51
Ensino Médio	59.200,00	59.200,00	663,80	14.554,00	0,04	44.646,00	663,80	14.554,00	0,04	44.646,00
Ensino Superior	46.400,00	97.650,00	12.206,25	24.412,50	0,06	73.237,50	12.206,25	24.412,50	0,06	73.237,50
Educação Infantil	3.036.131,94	3.269.889,34	625.609,71	2.259.441,48	5,48	1.010.447,86	625.609,71	2.259.441,48	5,65	1.010.447,86
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	725,00	725,00	0,00	19.275,00	725,00	725,00	0,00	19.275,00
Educação Especial	108.960,00	108.960,00	15.000,00	60.000,00	0,15	48.960,00	15.000,00	60.000,00	0,15	48.960,00
Cultura	974.656,00	974.656,00	66.287,14	352.995,78	0,86	621.660,22	66.287,14	352.995,78	0,88	621.660,22
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Diffusão Cultural	954.656,00	954.656,00	66.287,14	352.995,78	0,86	601.660,22	66.287,14	352.995,78	0,88	601.660,22
Urbanismo	15.649.659,05	17.245.270,65	1.613.308,13	5.408.977,02	13,12	11.836.293,63	1.613.308,13	5.408.977,02	13,53	11.836.293,63
Infra-Estrutura Urbana	3.973.640,00	3.973.640,00	386.405,70	647.562,76	1,57	3.326.077,24	386.405,70	647.562,76	1,62	3.326.077,24
Serviços Urbanos	10.117.103,05	11.712.714,65	1.067.974,07	4.179.415,45	10,14	7.533.299,20	1.067.974,07	4.179.415,45	10,46	7.533.299,20
Transportes Coletivos Urbanos	1.558.916,00	1.558.916,00	146.928,36	581.998,81	1,41	976.917,19	146.928,36	581.998,81	1,46	976.917,19
Habitação	623.015,00	633.630,15	11.512,69	23.637,16	0,06	610.192,99	11.512,69	23.637,16	0,06	610.192,99
Habitação Urbana	623.015,00	633.630,15	11.512,69	23.637,16	0,06	610.192,99	11.512,69	23.637,16	0,06	610.192,99

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (a)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.839,39	41.226.007,19	100,00	44.862.435,83	11.657.682,54	39.974.240,04	100,00	46.114.202,98
Saneamento	5.816.582,50	6.481.582,50	393.305,33	3.168.399,48	7,69	3.313.183,02	661.379,91	2.292.671,10	5,74	4.188.911,40
Saneamento Básico Rural	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00
Saneamento Básico Urbano	5.681.582,50	6.346.582,50	393.305,33	3.168.399,48	7,69	3.178.183,02	661.379,91	2.292.671,10	5,74	4.053.911,40
Gestão Ambiental	69.520,00	96.895,08	2.443,05	9.851,55	0,02	87.043,53	2.443,05	9.851,55	0,02	87.043,53
Preservação e Conservação Ambiental	58.896,00	61.896,00	2.443,05	3.485,55	0,01	58.409,45	2.443,05	3.485,55	0,01	58.409,45
Recuperação de Áreas Degradadas	16.704,00	16.704,00	0,00	6.365,00	0,02	10.339,00	0,00	6.365,00	0,02	10.339,00
Recursos Hídricos	13.920,00	18.295,08	0,00	0,00	0,00	18.295,08	0,00	0,00	0,00	18.295,08
Agricultura	1.153.664,00	1.153.664,00	136.050,57	695.993,83	1,69	457.670,17	136.050,57	695.993,83	1,74	457.670,17
Vigilância Sanitária	48.000,00	48.000,00	0,00	46.293,20	0,11	1.706,80	0,00	46.293,20	0,12	1.706,80
Promissão da Produção Vegetal	973.600,00	973.600,00	111.875,54	578.469,48	1,40	395.130,52	111.875,54	578.469,48	1,45	395.130,52
Promissão da Produção Animal	23.200,00	23.200,00	0,00	7.885,20	0,02	15.314,80	0,00	7.885,20	0,02	15.314,80
Defesa Sanitária Animal	50.400,00	50.400,00	7.652,03	31.049,94	0,08	19.350,06	7.652,03	31.049,94	0,08	19.350,06
Extensão Rural	58.464,00	58.464,00	16.523,00	32.295,01	0,08	25.167,99	16.523,00	32.295,01	0,08	25.167,99
Comércio e Serviços	1.074.500,00	1.074.500,00	12.054,22	89.437,48	0,22	985.062,52	12.054,22	89.437,48	0,22	985.062,52
Promissão Comercial	542.460,00	542.460,00	8.575,22	50.985,06	0,12	491.474,94	8.575,22	50.985,06	0,13	491.474,94
Turismo	532.040,00	532.040,00	3.479,00	38.452,42	0,09	493.587,58	3.479,00	38.452,42	0,10	493.587,58
Comunicações	50.000,00	50.000,00	2.924,26	11.384,20	0,03	38.615,80	2.924,26	11.384,20	0,03	38.615,80
Telecomunicações	50.000,00	50.000,00	2.924,26	11.384,20	0,03	38.615,80	2.924,26	11.384,20	0,03	38.615,80
Transporte	1.322.300,00	1.322.300,00	126.823,08	652.570,85	1,58	669.729,15	126.823,08	652.570,85	1,63	669.729,15
Transporte Rodoviário	1.322.300,00	1.322.300,00	126.823,08	652.570,85	1,58	669.729,15	126.823,08	652.570,85	1,63	669.729,15
Desporto e Lazer	709.993,00	1.719.855,49	199.722,52	631.501,79	1,53	1.088.353,70	199.722,52	631.501,79	1,58	1.088.353,70
Desporto Comunitário	709.993,00	1.719.855,49	199.722,52	631.501,79	1,53	1.088.353,70	199.722,52	631.501,79	1,58	1.088.353,70
Encargos Especiais	3.381.904,32	3.381.904,32	430.828,19	1.915.362,95	4,65	1.466.541,37	440.815,75	1.886.384,31	4,74	1.485.520,01
Administração Geral	3.381.904,32	3.381.904,32	430.828,19	1.915.362,95	4,65	1.466.541,37	440.815,75	1.886.384,31	4,74	1.485.520,01

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.829,39	41.226.007,19	100,00	44.862.435,83	11.657.682,54	39.974.240,04	100,00	46.114.202,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	79.980.000,00	86.088.443,02	11.449.829,39	41.226.007,19	100,00	44.862.435,83	11.657.682,54	39.974.240,04	100,00	46.114.202,98

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARUSA APARECIDA PADILHA
CONTADOR(A) - CRC 017849/O-8

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO-ANEXO 3 (RF, Art. 33, inciso II)

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES)	PREMISO ATUALIZADA 2015
RECEITAS CORRENTES(II)	4.670.783,13	4.357.937,45	5.384.684,69	7.450.209,20	4.858.808,19	5.047.465,74	5.972.890,38	5.255.063,43	5.858.911,53	5.040.214,82	5.404.263,50	4.659.260,13	63.980.292,19	77.241.281,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	315.437,79	323.393,35	317.143,11	469.400,12	304.242,60	420.170,93	398.571,70	652.191,10	1.225.192,70	443.325,12	426.852,36	449.715,22	5.413.659,70	7.214.610,14
IMPOSTO DE RENDA	1.028,65	4.357,41	6.258,12	12.769,92	553,00	0,00	0,00	237.235,45	846.559,83	100.455,88	97.391,91	53.182,19	1.402.254,05	1.423.351,44
IMPOSTO DE RENDA - FISCAL	745.13,00	742.556,35	68.277,00	110.171,61	42.789,25	140.725,13	72.942,72	70.553,29	73.729,60	9.051,67	85.471,27	73.623,49	973.579,67	1.114.719,02
IMPOSTO DE RENDA - SOCIAL	104.305,14	163.194,59	147.002,60	193.454,26	193.679,99	133.572,18	146.155,57	192.939,97	176.551,21	153.045,54	156.245,34	194.822,75	1.832.933,13	2.011.459,00
IMPOSTO DE RENDA - SOCIAL - FISCAL	74.192,49	72.017,35	80.825,05	94.194,04	58.042,98	133.673,05	136.691,05	83.227,24	102.407,62	88.742,20	69.967,74	73.540,30	1.070.691,42	1.305.759,00
IMPOSTO DE RENDA - SOCIAL - SOCIAL	19.502,61	9.394,74	16.694,25	58.800,29	11.967,59	11.996,17	38.780,05	98.747,15	16.953,04	10.699,63	15.167,10	19.163,50	338.940,13	1.359.413,68
IMPOSTO DE RENDA - SOCIAL - SOCIAL - FISCAL	620,25	0,00	163.537,57	79.594,67	96.237,25	81.593,44	0,00	175.622,34	94.513,84	101.029,07	98.038,06	97.143,08	1.050.289,73	978.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	494.153,70	56.113,25	61.540,81	148.329,65	81.640,01	82.347,65	88.175,65	155.403,77	102.239,46	94.254,47	152.207,13	114.273,22	1.128.191,40	714.603,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	980,65	11.091,52	12.155,65	10.979,46	10.159,46	13.050,30	4.235,91	8.003,24	24.072,85	14.942,84	20.338,76	12.824,31	159.957,77	191.077,43
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692,92
RECEITA DE SERVIÇOS	475.181,73	489.955,22	490.229,32	525.319,53	387.716,09	473.039,91	500.105,38	502.640,35	508.045,53	530.689,00	536.025,25	535.197,00	6.004.196,33	5.600.193,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.851.975,62	3.397.039,00	3.694.735,34	6.081.732,53	3.789.434,80	3.850.353,00	3.823.901,95	3.701.773,23	3.785.190,72	3.733.321,44	4.054.074,45	3.324.685,91	45.889.952,40	56.655.039,29
Contribuição do FGPA	626.652,72	594.433,16	780.772,50	1.390.759,15	959.857,59	970.889,69	712.570,85	786.460,94	940.259,22	822.341,44	748.110,26	715.039,27	8.027.591,70	13.339.326,27
Contribuição do ICMS	1.313.222,08	1.305.527,77	1.493.194,05	1.430.940,09	1.399.557,77	1.289.193,53	1.263.299,85	1.269.463,48	1.290.794,54	1.498.899,15	1.230.490,33	1.162.015,10	15.100.565,96	21.467.895,53
Contribuição do ICMS - FISCAL	133.222,73	136.459,46	70.015,68	47.500,92	73.404,47	107.403,49	146.578,15	156.795,44	163.059,28	173.440,05	167.227,68	164.823,79	1.546.667,58	1.607.375,60
Contribuição do ICMS - SOCIAL	2.217,23	17.983,34	234,22	3.111,77	3.189	140,12	453,02	291,61	121,89	139,24	123,26	96,12	24.628,80	46.239,65
Contribuição do ICMS - SOCIAL - FISCAL	724.461,12	359.946,28	416.465,17	2.295.130,07	352.615,01	625.237,49	903.890,69	493.252,78	457.944,75	393.069,63	1.094.005,47	397.252,68	8.591.030,44	8.594.337,63
Contribuição do ICMS - SOCIAL - SOCIAL	190.54,40	2.039,24	23.437,18	22.029,28	23.176,25	17.355,25	17.012,17	17,73	20.100,01	15.145,29	17.639,68	16.765,26	242.525,20	292.559,80
Contribuição do ICMS - SOCIAL - SOCIAL - FISCAL	5.413,48	5.413,48	5.413,48	10.205,65	0,00	0,00	0,00	21.281,58	5.320,49	5.320,49	5.320,49	5.320,49	69.631,32	74.039,70
Contribuição do ICMS - SOCIAL - SOCIAL - SOCIAL	829.001,86	897.094,25	905.241,75	895.400,76	915.046,33	846.553,63	825.994,91	853.266,63	901.280,54	835.038,55	820.163,04	813.043,10	13.382.605,57	14.773.655,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	98.602,39	80.751,11	645.339,89	133.754,21	208.175,71	111.247,11	988.505,48	108.603,39	118.647,61	142.214,88	115.426,59	125.419,49	2.888.085,98	3.857.016,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	4.670.783,13	4.357.937,45	5.384.684,69	7.450.209,20	4.858.808,19	5.047.465,74	5.972.890,38	5.255.063,43	5.858.911,53	5.040.214,82	5.404.263,50	4.659.260,13	63.980.292,19	77.241.281,00

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDREIA RIGNAZZOLA
PREFEITA MUNICIPALMARILISA APARECIDA PAULHA
CONTADOR - CRC 017868/SC

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	
Bancos Conta Movimento			0,00		0,00	
Investimentos			0,00		0,00	

Continua 2/4

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015	2014		
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-

Continua 3/4

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO (xii)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (xiii) = (xii)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA	MARLISA APARECIDA PAOLHA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	1.500.000,00	0,00			1.500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	22.968.358,02	4.134.162,88	3.434.646,26	0,00	18.834.195,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	22.968.358,02	4.134.162,88	3.434.646,26	0,00	18.834.195,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-21.468.358,02	-4.134.162,88	-	-	-17.334.195,14

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.653.892,33	1.111.434,00	963.028,64
DEDUÇÕES (II)	8.955.586,60	10.960.668,16	9.313.614,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.975.629,46	11.928.396,44	10.307.879,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	89.818,22	88.392,26
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.042,86	1.057.546,50	1.082.656,77
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.301.694,27	-9.849.234,16	-8.350.585,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-7.301.694,27	-9.849.234,16	-8.350.585,90

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	1.498.648,26	-1.048.891,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-53.347,50

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	76.599.374,99	41.320.581,74	40.097.442,22
Receita Tributária	7.214.610,14	4.320.564,33	3.604.216,45
I.P.T.U.	1.423.261,44	1.368.038,35	1.243.495,82
I.S.S.	2.011.458,00	1.324.206,05	945.920,01
I.T.B.I.	1.305.759,00	749.592,08	632.748,01
I.R.R.F.	1.114.718,02	654.263,61	547.152,72
Outras Receitas Tributárias	1.359.413,68	224.464,24	234.899,89
Receita de Contribuição	991.920,00	745.078,24	524.706,06
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	991.920,00	745.078,24	524.706,06
Receita Patrimonial Líquida	58.799,10	33.806,00	24.065,23
Receita Patrimonial	742.789,11	809.901,98	403.379,35
(-) Aplicações Financeiras	683.990,01	776.095,98	379.314,12
Transferências Correntes	58.685.099,29	30.163.435,91	29.858.455,35
F.P.M.	15.358.056,27	6.652.043,07	6.171.657,19
I.P.V.A	1.607.373,60	1.156.299,09	1.059.140,93
I.C.M.S.	21.467.885,53	10.501.753,76	9.929.712,41
Convênios	2.085.116,68	1.226.583,81	2.505.050,85
Outras Transferências Correntes	18.166.667,21	10.626.756,18	10.192.893,97
Demais Receitas Correntes	9.648.946,46	6.057.697,26	6.085.999,13
Dívida Ativa	849.152,43	404.139,41	358.406,60
Diversas Receitas Correntes	8.799.794,03	5.653.557,85	5.727.592,53
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.696.635,00	0,00	130.000,00
Operações de Crédito (III)	1.500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	134.235,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	130.000,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	130.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.062.400,00	0,00	130.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	77.661.774,99	41.320.581,74	40.227.442,22

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	63.095.085,00	37.091.844,31	33.419.145,72	36.539.593,78	32.797.209,06
Pessoal e Encargos Sociais	33.652.729,14	20.548.924,18	18.242.620,59	20.545.919,74	18.196.365,65
Juros e Encargos da Dívida (IX)	310.000,00	98.118,89	185.494,51	98.118,89	185.494,51
Outras Despesas Correntes	29.132.355,86	16.444.801,24	14.991.030,62	15.895.555,15	14.415.348,90
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	62.785.085,00	36.993.725,42	33.233.651,21	36.441.474,89	32.611.714,55
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	22.968.358,02	4.134.162,88	4.317.202,89	3.434.646,26	3.697.021,67
Investimentos	21.658.358,02	3.443.299,19	3.511.257,47	2.743.782,57	2.891.076,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.310.000,00	690.863,69	805.945,42	690.863,69	805.945,42
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	21.658.358,02	3.443.299,19	3.511.257,47	2.743.782,57	2.891.076,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	84.468.443,02	40.437.024,61	36.744.908,68	39.185.257,46	35.502.790,80

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.806.668,03	883.557,13	3.482.533,54	2.135.324,28	4.724.651,42
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-697.405,63

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	20.042,86	20.042,86	-	-	87.713,54	2.543.690,73	2.001.284,20	2.001.284,20	11.295,24	618.824,83	618.824,83
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	20.042,86	20.042,86	0,00	0,00	87.713,54	1.448.637,22	1.029.905,93	1.029.905,93	0,00	506.444,83	506.444,83
FUNDO MUNICIPAL DE REQUERIMENTO DE BOMBEIRO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.192,55	83.192,55	83.192,55	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE C		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.986,29	46.986,29	46.986,29	0,00	0,00	0,00
GOVERNO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	82.979,96	82.979,96	82.979,96	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	457,00	457,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTI		0,00	15.250,00	15.250,00	0,00	0,00	0,00	437.250,97	221.099,10	221.099,10	0,00	216.151,87	216.151,87
SECRETARIA DA SAUDE E DESENVOLVIMENTO SC		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.713,54	754.193,45	55.181,03	55.181,03	0,00	290.292,96	290.292,96
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	2.334,86	2.334,86	0,00	0,00	0,00	18.034,00	18.034,00	18.034,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036.053,51	97.137,82	97.137,82	11.295,24	112.380,00	112.380,00
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036.053,51	97.137,82	97.137,82	11.295,24	112.380,00	112.380,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I) + (II):		0,00	20.042,86	20.042,86	0,00	0,00	87.713,54	2.543.690,73	2.001.284,20	2.001.284,20	11.295,24	618.824,83	618.824,83

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANELLA
PREFEITO MUNICIPALMARLISA VAREJADA PADILHA
CONTADOR - CRC 0178490-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/06/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	134.235,00	183,56	134.051,44
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	134.235,00	0,00	134.235,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	183,56	-183,56
TOTAL	134.235,00	183,56	134.051,44

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.235,00
Investimentos	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.235,00
TOTAL	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.235,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.676,00	183,56	8.859,56

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA PREFEITO MUNICIPAL	MARLISA APARECIDA PADILHA CONTADORA - CRC 017849/O-8
--	---

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		79.980.000,00		
Previsão Atualizada		79.980.000,00		
Receitas Realizadas		42.096.677,72		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.195.607,96		
DESPESAS				
Dotação Inicial		79.980.000,00		
Créditos Adicionais		6.108.443,02		
Dotação Atualizada		86.088.443,02		
Despesas Empenhadas		41.226.007,19		
Despesas Liquidadas		39.974.240,04		
Despesas pagas		38.891.583,27		
Superávit Orçamentário		2.122.437,68		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		41.226.007,19		
Despesas Liquidadas		39.974.240,04		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		63.960.292,19		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-53.347,50	-1.048.891,63	1.966,15
Resultado Primário		-697.405,63	2.135.324,28	-306,18
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	2.631.404,27	11.295,24	2.001.284,20	618.824,83
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	2.631.404,27	11.295,24	2.001.284,20	618.824,83
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	20.042,86	0,00	20.042,86	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	20.042,86	0,00	20.042,86	0,00
TOTAL:	2.651.447,13	11.295,24	2.021.327,06	618.824,83
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		10.414.982,68	25%	37,96
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.893.888,57	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		3.434.646,26	19.533.711,76	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	134.235,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	134.235,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.998.219,17	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 19/09/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Caxambu do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 29/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	29/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	EKIPSUL COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP.
Objeto :	AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS.
Valor :	R\$ 856,20 (oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).
Vigência.....:	Início : 01/09/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 01 de Setembro de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATO 30/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	30/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	MARCENARIA SULAR LTDA.
Objeto :	AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS.
Valor :	R\$ 7.366,00 (sete mil trezentos e sessenta e seis reais).
Vigência.....:	Início : 01/09/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 01 de Setembro de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 47/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: BENVINDO PIGNATEL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/PMCS/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Assinatura: 10/09/2015

Vigência: Início: 10/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 16.595,00 (dezesesseis mil quinhentos e noventa e cinco reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.07(74).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 50/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: ELIZANGELA MENDES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/PMCS/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Assinatura: 10/09/2015

Vigência: Início: 10/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 19.845,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta e cinco reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.07(74).

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº97/2015-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015 – PMC

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, visando à realização da confraternização e integração dos servidores, que ocorrerá nos dias 26 e 28 de outubro de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/10/2015.

Abertura: dia 06/10/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 18 de Setembro de 2015.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 21/2015-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2015 – PMC
Obras e Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão-de-obra) para execução de obra de construção da Escola Básica Municipal Frei Lency, com recursos com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e contrapartida municipal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 08/10/2015, ÀS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/10/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 08/10/2015, às 10h00min.

Abertura: dia 08/10/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de setembro de 2015.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇO CS Nº 2/2015 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS CS Nº2/2015 - PMC

Objeto: Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, em regime de empreitada global, em diversos locais do Município de Concórdia (acesso a comunidade de Pinhal, rua Barra Bonita, rua Terra Vermelha e acesso a Linha Gasperini), de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes: BAUER ENGENHARIA LTDA ME, GREIDE ENGENHARIA LTDA-EPP, MIGUEL ANGELO GONÇALVES ENGENHARIA, PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA e INCORP-CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, que a licitante, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, interpôs, na data de 16 de setembro de 2015, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação do certame. Desejando, V. Sª poderão impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 18 de setembro de 2015
CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Presidente da CPL

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 123/2015 -PMC

Contrato Nº : 123/2015

Aditivo Nº : 2TA Ctr 123/2015/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : L B COMERCIO E SERVICOS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015

Objeto : Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de drenagem pluvial, a ser realizada nas Ruas 29 de Julho, Charruas, Tapes e Carajás, localizadas no Bairro Itaíba, com recursos oriundos do Convênio nº 789301/2013, através do Processo nº 2623.1007674-17/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal.

Vigência : Início: 03/09/2015 Término: 06/01/2016

Assinatura : 03/09/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 125 - 08.001.1009.344905198000000.01340000

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 378/2014 -PMC

Contrato Nº : 378/2014

Aditivo Nº : 1TA Ctr 378/2014/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 56/2014

Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.

Vigência : Início: 15/09/2015 Término: 23/10/2015

Assinatura : 15/09/2015

Valor R\$: 1.213,20 (Um Mil, Duzentos e Treze Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 6/2011 -FMC

Contrato Nº : 6/2011/2011

Aditivo Nº : 4TA Ctr 6/2011/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 2/2011

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC, DOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR, INSTALADOS NA FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA.

Vigência : Início: 16/09/2015 Término: 28/09/2016

Assinatura : 16/09/2015

Valor R\$: 11.227,08 (Onze Mil, Duzentos e Vinte e Sete Reais e Oito Centavos)

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903917000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 7/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 38 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 14 de setembro de 2015, para aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra mecânica para conserto de veículo Renault/Ambulância, placa MKX 1346, sob chassi nº 93YADC1H6DJ274214, ano 2012/2013 de uso do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa LUPECAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, no valor de R\$ de R\$ 8.965,00 (oito mil novecentos e sessenta e cinco reais)

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2015

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato do Senhor GILSON ANTÔNIO MINUSCULI, Chefe do Departamento de Gabinete do Vice-Prefeito, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 18 de setembro de 2015, para a Aquisição de 01(um) Roteador Routerboard RB 1100AHX2, para manutenção do CPD - Centro de Processamento de Dados, a favor da empresa: ZYON TECNOLOGIA LTDA ME no valor total de R\$ R\$ R\$2.350,00(dois mil com trezentos e cinquenta reais).

Beatriz Fátima Cordeiro da Silva Rosa
Secretária Municipal de Administração**EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/2015 -PMC**

Contrato Nº : 254/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OCTAVIANO ZANDONAI & CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 90/2015

Objeto : Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais ativos e inativos com base na Lei Municipal nº 4.750, de 28 de abril de 2015 e Decreto nº 5.973 de 28 de abril de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 13/12/2015

Assinatura : 14/09/2015

Valor R\$: 93.576,00 (Noventa e Três Mil e Quinhentos e Setenta e Seis Reais)

Dotação : 10 - 02.001.2002.333903007000000.01000001

Dotação : 16 - 03.001.2006.333903007000000.01000001

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903007000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903007000000.01000001

Dotação : 153 - 10.001.2036.333903007000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2040.333903007000000.01000001

Dotação : 192 - 12.001.2043.333903007000000.01000001

Dotação : 205 - 13.001.2101.333903007000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.333903007000000.01020000

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903007000000.01000001

Dotação : 309 - 18.001.2501.333903007000000.01000001

Dotação : 397 - 06.002.2013.333903007000000.03010000

Dotação : 400 - 17.001.2451.333903007000000.03000001

Dotação : 417 - 09.001.2032.333903007000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/2015 -PMC

Contrato Nº : 255/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SIRLEI RODRIGUES DOS SANTOS ME

Licitação : Pregão Presencial 93/2015

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria técnico-pedagógica por área de conhecimento, para incentivar a profissionalização de docentes que atuam com os alunos das Escolas da Rede Municipal, capacitar os professores e demais profissionais que atuam nas Unidades Escolares, com recursos oriundos do convênio Salário Educação, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 14/09/2015

Valor R\$: 83.900,00 (Oitenta e Três Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 52 - 06.002.2016.333903965000000.01360000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 256/2015 -PMC

Contrato Nº : 256/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SOLAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

Licitação : Dispensa de Licitação 40/2015

Objeto : Conserto das instalações elétricas e a troca de lâmpadas no ginásio da EBM Concórdia.

Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 13/11/2015

Assinatura : 14/09/2015

Valor R\$: 2.645,60 (Dois Mil, Seiscentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 397 - 06.002.2013.333903024000000.03010000

Dotação : 397 - 06.002.2013.333903026000000.03010000

Dotação : 397 - 06.002.2013.333903916000000.03010000

ANEXO 1 -BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Julho a Agosto (b)	%(b/a)	Até Agosto (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	223.874.065,00	223.874.065,00	34.996.950,49	15,63	149.740.591,94	66,89	74.133.473,06
RECEITAS CORRENTES	204.247.365,00	204.247.365,00	33.652.681,23	16,48	146.579.792,66	71,77	57.667.572,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.169.200,00	29.169.200,00	4.194.250,72	14,38	21.606.425,41	74,07	7.562.774,59
Impostos	23.950.000,00	23.950.000,00	3.857.245,80	16,11	17.776.166,11	74,22	6.173.833,89
Taxas	4.005.000,00	4.005.000,00	229.940,63	5,74	3.212.323,39	80,21	792.676,61
Contribuição de Melhoria	1.214.200,00	1.214.200,00	107.064,29	8,82	617.935,91	50,89	596.264,09
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.604.860,00	6.604.860,00	1.645.384,11	24,91	6.478.452,60	98,09	126.407,40
Contribuições Sociais	4.004.860,00	4.004.860,00	1.076.061,03	26,87	4.119.680,81	102,87	(114.820,81)
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.600.000,00	2.600.000,00	569.323,08	21,90	2.358.771,79	90,72	241.228,21
RECEITA PATRIMONIAL	6.445.105,00	6.445.105,00	2.138.357,42	33,18	11.217.279,57	174,04	(4.772.174,57)
Receitas Imobiliárias	115.000,00	115.000,00	12.169,43	10,58	48.603,94	42,26	66.396,06
Receitas de Valores Mobiliários	5.922.105,00	5.922.105,00	2.056.750,51	34,73	10.845.358,40	183,13	(4.923.253,40)
Receita de Concessões e Permissões	408.000,00	408.000,00	69.437,48	17,02	323.317,23	79,24	84.682,77
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	892,50	5,95	5.862,70	39,08	9.137,30
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	892,50	5,95	5.862,70	39,08	9.137,30
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.851.100,00	2.851.100,00	394.483,01	13,84	2.655.949,09	93,16	195.150,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.907.618,00	152.907.618,00	23.360.688,44	15,28	98.941.677,07	64,71	53.965.940,93
Transferências Intergovernamentais	151.385.618,00	151.385.618,00	23.034.723,08	15,22	98.117.942,87	64,81	53.267.675,13
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.522.000,00	1.522.000,00	325.965,36	21,42	823.734,20	54,12	698.265,80
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.254.482,00	6.254.482,00	1.918.625,03	30,68	5.674.146,22	90,72	580.335,78
Multas e Juros de Mora	2.351.382,00	2.351.382,00	649.658,65	27,63	2.149.647,07	91,42	201.734,93
Indenizações e Restituições	2.106.100,00	2.106.100,00	1.072.137,41	50,91	2.618.985,86	124,35	(512.885,86)
Receita da Dívida Ativa	1.343.000,00	1.343.000,00	102.825,64	7,66	498.780,07	37,14	844.219,93
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	454.000,00	454.000,00	94.003,33	20,71	406.733,22	89,59	47.266,78
RECEITAS DE CAPITAL	19.626.700,00	19.626.700,00	1.344.269,26	6,85	3.160.799,28	16,10	16.465.900,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.999.500,00	7.999.500,00	163.014,80	2,04	717.022,42	8,96	7.282.477,58
Operações de Crédito Internas	7.999.500,00	7.999.500,00	163.014,80	2,04	717.022,42	8,96	7.282.477,58
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	330.000,00	330.000,00	1.018.054,46	308,50	1.145.535,80	347,13	(815.535,80)
Alienação de Bens Móveis	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	40.000,00	1.018.054,46	2.545,1	1.145.535,80	2.863,8	(1.105.535,80)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.297.200,00	11.297.200,00	163.200,00	1,44	1.298.241,06	11,49	9.999.958,94
Transferências Intergovernamentais	6.689.000,00	6.689.000,00	163.200,00	2,44	956.933,39	14,31	5.732.066,61
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	4.608.200,00	4.608.200,00	0,00	0,00	341.307,67	7,41	4.266.892,33
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.325.935,00	7.325.935,00	2.006.805,69	27,39	7.705.719,59	105,18	(379.784,59)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	231.200.000,00	231.200.000,00	37.003.756,18	16,01	157.446.311,53	68,10	73.753.688,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	231.200.000,00	231.200.000,00	37.003.756,18	16,01	157.446.311,53	68,10	73.753.688,47
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	231.200.000,00	231.200.000,00	37.003.756,18	16,01	157.446.311,53	68,10	73.753.688,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	13.293.977,89	0,00	0,00	6.458.223,78	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	13.293.977,89	0,00	0,00	6.458.223,78	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Agosto (j)
			Julho a Agosto	Até Agosto (f)		Julho a Agosto	Até Agosto (h)		
DESPESAS/EXCETO INTRA-ORÇ. (VIII)	217.637.840,00	235.325.298,14	29.351.837,50	158.454.508,74	76.870.789,40	36.867.496,77	120.567.163,23	114.758.134,81	120.135.203,62
DESPESAS CORRENTES	182.579.659,50	191.065.062,50	22.298.961,21	138.548.484,98	52.516.577,52	33.889.210,97	112.401.939,86	78.663.122,64	112.088.651,93
Pessoal e Encargos Sociais	76.809.444,00	77.078.516,78	14.129.696,25	47.039.013,76	30.039.503,02	14.083.659,14	46.980.053,44	30.098.463,34	46.980.053,44
Juros e Encargos da Dívida	1.050.000,00	1.050.000,00	47.196,96	263.429,74	786.570,26	47.196,96	263.429,74	786.570,26	263.429,74
Outras Despesas Correntes	104.720.215,50	112.936.545,72	8.122.068,00	91.246.041,48	21.690.504,24	19.758.354,87	65.158.456,68	47.778.089,04	64.845.168,75
DESPESAS DE CAPITAL	34.845.580,50	44.047.635,64	7.052.876,29	19.906.023,76	24.141.611,88	2.978.285,80	8.165.223,37	35.882.412,27	8.046.551,69
Investimentos	33.045.580,50	42.247.635,64	6.856.973,85	19.566.304,42	22.681.331,22	2.782.383,36	7.825.504,03	34.422.131,61	7.706.832,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.800.000,00	1.800.000,00	195.902,44	339.719,34	1.460.280,66	195.902,44	339.719,34	1.460.280,66	339.719,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	212.600,00	212.600,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	13.562.160,00	13.327.675,00	1.755.573,44	8.241.399,42	5.086.275,58	2.000.012,98	7.705.719,59	5.621.955,41	7.705.719,59
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	231.200.000,00	248.652.973,14	31.107.410,94	166.695.908,16	81.957.064,98	38.867.509,75	128.272.882,82	120.380.090,32	127.840.923,21
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	231.200.000,00	248.652.973,14	31.107.410,94	166.695.908,16	81.957.064,98	38.867.509,75	128.272.882,82	120.380.090,32	127.840.923,21
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	29.173.428,71	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	231.200.000,00	248.652.973,14	31.107.410,94	166.695.908,16	81.957.064,98	38.867.509,75	157.446.311,53	91.206.661,61	127.840.923,21

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Julho a Agosto (b)	%(b/a)	Até Agosto (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	7.325.935,00	7.325.935,00	2.006.805,69	27,39	7.705.719,59	105,18	(379.784,59)
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.325.935,00	7.325.935,00	2.006.805,69	27,39	7.705.719,59	105,18	(379.784,59)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.925.935,00	5.925.935,00	1.775.681,77	29,96	6.805.116,52	114,84	(879.181,52)
Contribuições Sociais	5.925.935,00	5.925.935,00	1.775.681,77	29,96	6.805.116,52	114,84	(879.181,52)
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.400.000,00	1.400.000,00	231.123,92	16,51	900.603,07	64,33	499.396,93
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	1.400.000,00	1.400.000,00	231.123,92	16,51	900.603,07	64,33	499.396,93
Decorrentes de Aportes Periódicos	1.400.000,00	1.400.000,00	231.123,92	16,51	900.603,07	64,33	499.396,93
TOTAL	7.325.935,00	7.325.935,00	2.006.805,69	27,39	7.705.719,59	105,18	(379.784,59)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Agosto (j)
			Julho a Agosto	Até Agosto (f)		Julho a Agosto	Até Agosto (h)		
DESPESAS CORRENTES	13.562.160,00	13.327.675,00	1.755.573,44	8.241.399,42	5.086.275,58	2.000.012,98	7.705.719,59	5.621.955,41	7.705.719,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.162.160,00	11.927.675,00	1.755.573,44	6.841.399,42	5.086.275,58	1.768.889,06	6.805.116,52	5.122.558,48	6.805.116,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	0,00	231.123,92	900.603,07	499.396,93	900.603,07
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.562.160,00	13.327.675,00	1.755.573,44	8.241.399,42	5.086.275,58	2.000.012,98	7.705.719,59	5.621.955,41	7.705.719,59

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 16/set/2015 Hora de emissão: 13h e 34m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 12- DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS SAÚDE

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	25.048.000,00	25.048.000,00	18.263.263,91	72,91
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.300.000,00	6.300.000,00	6.387.575,83	101,39
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	2.022.956,72	57,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.000.000,00	12.000.000,00	7.937.343,85	66,14
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.150.000,00	2.150.000,00	1.428.289,71	66,43
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	128.000,00	128.000,00	118.295,19	92,42
Dívida Ativa dos Impostos	640.000,00	640.000,00	209.026,88	32,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	330.000,00	330.000,00	159.775,73	48,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	85.313.000,00	85.313.000,00	54.681.233,76	64,09
Cota-Parte FPM	29.000.000,00	29.000.000,00	17.638.267,67	60,82
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	3.270,55	109,02
Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	11.500.000,00	7.584.955,22	65,96
Cota-Parte ICMS	44.000.000,00	44.000.000,00	28.886.267,21	65,65
Cota-Parte IPI-Exportação	650.000,00	650.000,00	447.206,64	68,80
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	160.000,00	160.000,00	121.266,47	75,79
Desoneração ICMS (LC 87/96)	160.000,00	160.000,00	121.266,47	75,79
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	110.361.000,00	110.361.000,00	72.944.497,67	66,10

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	43.003.668,00	43.003.668,00	28.108.412,67	65,36
Provenientes da União	40.430.168,00	40.430.168,00	26.950.749,21	66,66
Provenientes dos Estados	2.366.800,00	2.366.800,00	919.649,92	38,86
Provenientes de Outros Municípios	40.000,00	40.000,00	15.029,20	37,57
Outras Receitas do SUS	166.700,00	166.700,00	222.984,34	133,76
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.514.397,00	70.514.397,00	48.687.681,60	69,05
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	113.518.065,00	113.518.065,00	76.796.094,27	67,65

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto (f)	% (f/e) x 100	Até Agosto (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	65.146.525,00	66.830.943,23	52.238.549,28	78,17	40.621.620,69	60,78
Pessoal e Encargos Sociais	20.732.077,00	20.732.077,00	12.060.700,62	58,17	12.047.207,86	58,11
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	44.414.448,00	46.098.866,23	40.177.848,66	87,16	28.574.412,83	61,99
DESPESAS DE CAPITAL	1.177.900,00	4.870.465,93	1.270.351,10	26,08	655.671,36	13,46
Investimentos	1.177.900,00	4.870.465,93	1.270.351,10	26,08	655.671,36	13,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	66.324.425,00	71.701.409,16	53.508.900,38	74,63	41.277.292,05	57,57



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto (h)	% (h/IVf)x 100	Até Agosto (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	43.417.768,00	47.006.443,55	36.396.022,85	68,02	26.642.616,12	64,55
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	42.984.868,00	46.363.482,13	36.045.057,44	67,36	26.488.371,84	64,17
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	432.900,00	642.961,42	350.965,41	0,66	154.244,28	0,37
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	43.417.768,00	47.006.443,55	36.396.022,85	68,02	26.642.616,12	64,55
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	22.906.657,00	24.694.965,61	17.112.877,53	31,98	14.634.675,93	35,45
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	20,06
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100)]	3.693.001,28
--	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
2014	1.103.293,07	44.428,46	1.057.011,06	1.853,55	1.103.293,07
Total	1.103.293,07	44.428,46	1.057.011,06	1.853,55	1.103.293,07

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (I)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	44.428,46	-	44.428,46



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto (l)	% (l/ total l) x 100	Até Agosto (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	23.156.730,00	23.764.055,00	13.964.615,86	26,10	12.791.228,24	30,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	39.767.948,00	43.456.127,93	36.999.437,89	69,15	26.283.550,14	63,68
Vigilância Sanitária	902.000,00	1.805.156,11	607.868,87	1,14	403.986,57	0,98
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.497.747,00	2.676.070,12	1.936.977,76	3,62	1.798.527,10	4,36
Total	66.324.425,00	71.701.409,16	53.508.900,38	100,00	41.277.292,05	100,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA Data Emissão: 16/set/2015 Hora de emissão: 13h e 45m

Notas:

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[V/(h+i) - (15 \times l/100)]$.

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA
LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2015)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Entidades Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	189.253.666,86	205.495.233,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende Net - IPM. Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Data Emissão: 16/set/2015 Hora de emissão: 13h e 47m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Controladora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 14 - SIMPLIFICADO DA RREO.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		Até Agosto
Previsão Inicial da Receita		231.200.000,00
Previsão Atualizada da Receita		231.200.000,00
Receitas Realizadas		157.446.311,53
Déficit Orçamentário		0,00
SalDOS de Exercícios Anteriores		6.458.223,78

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		Até Agosto
Dotação Inicial		231.200.000,00
Créditos Adicionais		17.452.973,14
Dotação Atualizada		248.652.973,14
Despesas Empenhadas		166.695.908,16
Despesas Liquidadas		128.272.882,82
Despesas Pagas Até Período		127.840.923,21
Superávit Orçamentário		29.173.428,71

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até Agosto
Despesas Empenhadas		166.695.908,16
Despesas Liquidadas		128.272.882,82

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Agosto
Receita Corrente Líquida		205.495.233,95

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até Agosto
Regime Geral de Previdência Social		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		18.164.182,33
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		5.825.328,42
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		12.338.853,91

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Agosto(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	18.510.515,26	(9.538.693,90)	(51,53)
Resultado Primário	(19.203.270,40)	17.068.661,17	(135,43)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Agosto	Pag. Até Agosto	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	193.228,92	0,00	136.936,58	56.292,34
Poder Executivo	193.228,92	0,00	136.936,58	56.292,34
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	15.020.324,49	1.542.183,65	10.403.799,85	3.074.340,99
Poder Executivo	15.010.421,32	1.542.183,65	10.393.896,68	3.074.340,99
Poder Legislativo	9.903,17	0,00	9.903,17	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.213.553,41	1.542.183,65	10.540.736,43	3.130.633,33

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Agosto	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Agosto
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	18.134.614,59	25,00	24,76
Min. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	17.498.776,97	60,00	87,20



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Agosto	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	717.022,42	7.282.477,58
Despesa de Capital Líquida	19.906.023,76	24.141.611,88

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	7.348.552,38	3.466.116,50	993.339,12	7.434,90
Despesas Previdenciárias (V)	3.679.817,58	5.490.469,37	6.006.661,42	2.852.098,86
Resultado Previdenciário (IV - V)	3.668.734,80	(2.024.352,87)	(5.013.322,30)	(2.844.663,96)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Agosto	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.145.535,80	(815.535,80)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	290.750,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Agosto	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Agosto
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	14.634.675,93	15,00	20,06

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 16/set/2015 Hora de emissão: 13h e 54m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLEN
Controlador Interno

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidada
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Julho a Agosto	Até Agosto (b)	%(b) / tot.(b)		Julho a Agosto	Até Agosto (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (II)	217.637.840,00	235.325.288,14	29.351.837,50	158.454.508,74	95,06	76.870.789,40	36.867.496,77	120.567.163,23	93,99	114.758.134,91
Legislativa	3.329.240,00	3.329.240,00	461.458,39	2.009.225,04	1,21	1.320.014,96	474.698,23	1.827.583,20	1,42	1.501.656,80
Ação Legislativa	3.329.240,00	3.329.240,00	461.458,39	2.009.225,04	1,21	1.320.014,96	474.698,23	1.827.583,20	1,42	1.501.656,80
Administração	18.032.873,00	19.448.919,48	2.246.546,05	13.032.973,30	7,82	6.415.946,18	3.233.732,67	10.323.256,84	8,05	9.152.662,64
Ação Judiciária	78.190,00	78.190,00	1.738,56	38.070,40	0,02	40.119,60	5.762,07	24.110,98	0,02	54.079,02
Planejamento e Orçamento	125.103,00	125.103,00	1.520,82	63.169,47	0,04	61.933,53	12.785,52	45.310,12	0,04	79.792,88
Assistência Social	7.871.835,00	8.890.472,44	1.388.623,19	6.277.327,06	3,77	2.603.145,38	1.556.021,94	4.902.829,04	3,82	3.977.643,40
Administração Geral	4.173.085,00	4.285.270,45	718.020,57	2.952.298,65	1,77	1.332.971,80	777.423,30	2.614.922,27	2,04	1.870.348,18
Formação de Recursos Humanos	100.000,00	100.000,00	813,88	26.113,19	0,02	73.886,81	2.547,70	4.383,20	0,00	95.616,80
Comunicação Social	1.431.475,00	1.451.475,00	1.635,22	1.451.408,30	0,87	66,70	428.966,71	1.011.181,25	0,79	440.293,75
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.100.000,00	6.185.739,48	303.963,98	4.023.939,97	2,41	2.161.799,51	791.714,62	2.480.778,95	1,93	3.704.960,53
Assistência Social	7.871.835,00	8.890.472,44	1.388.623,19	6.277.327,06	3,77	2.603.145,38	1.556.021,94	4.902.829,04	3,82	3.977.643,40
Administração Geral	4.173.085,00	4.285.270,45	718.020,57	2.952.298,65	1,77	1.332.971,80	777.423,30	2.614.922,27	2,04	1.870.348,18
Assistência ao Idoso	400.000,00	400.000,00	43.946,91	347.444,43	0,21	52.555,57	60.886,86	292.917,48	0,19	157.082,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	284.400,00	426.956,31	45.911,16	200.493,44	0,12	226.462,87	28.833,79	127.307,97	0,10	299.585,34
Assistência Comunitária	3.014.150,00	3.768.245,68	580.744,55	2.777.090,54	1,67	991.155,14	688.877,99	1.917.618,32	1,49	1.850.627,36
Previdência Social	11.615.000,00	11.615.000,00	1.495.716,47	6.479.593,22	3,89	5.135.406,78	1.834.605,08	5.792.639,46	4,52	5.822.360,54
Administração Geral	1.115.000,00	1.115.000,00	106.971,20	593.983,10	0,36	521.016,90	137.498,05	444.926,59	0,35	670.073,41
Previdência do Regime Estatutário	10.500.000,00	10.500.000,00	1.388.745,27	5.885.610,12	3,53	4.614.389,88	1.697.107,03	5.347.712,87	4,17	5.152.287,13
Saúde	63.990.473,00	69.367.457,16	5.203.067,60	52.280.424,00	31,36	17.087.033,16	11.240.264,15	40.048.815,67	31,22	29.318.641,49
Administração Geral	2.322.115,00	2.500.438,12	468.260,16	1.808.853,97	1,09	691.584,15	505.470,93	1.670.403,31	1,30	830.034,81
Atenção Básica	20.998.410,00	21.605.735,00	3.245.947,54	12.864.263,27	7,72	8.741.471,73	3.286.304,98	11.690.875,65	9,11	9.914.859,35
Suporte Profilático e Terapêutico	39.767.948,00	43.456.127,93	1.238.625,14	36.999.437,89	22,20	6.456.690,04	7.266.353,50	26.283.550,14	20,49	17.172.577,79
Vigilância Sanitária	902.000,00	1.805.156,11	250.634,76	607.868,87	0,36	1.197.287,24	182.134,74	403.986,57	0,31	1.401.169,54
Educação	46.888.382,00	51.245.858,14	7.952.594,87	33.010.093,74	19,80	18.235.764,40	9.122.292,39	28.821.500,79	22,55	22.324.357,35
Administração Geral	2.265.960,00	2.265.960,00	386.981,20	1.608.995,79	0,97	656.964,21	411.093,21	1.490.416,44	1,16	775.543,56
Alimentação e Nutrição	550.700,00	715.700,00	249.793,31	633.281,28	0,38	82.418,72	133.360,25	491.291,72	0,38	224.408,28
Ensino Fundamental	29.849.054,00	32.092.509,57	4.793.111,29	21.066.898,88	12,64	11.025.610,69	5.981.191,02	18.504.145,14	14,43	13.588.364,43
Ensino Médio	966.000,00	1.126.000,00	0,00	1.111.968,53	0,67	14.031,47	238.804,18	484.342,89	0,38	641.657,11
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Infantil	13.184.868,00	15.043.888,57	2.522.709,07	8.588.949,26	5,15	6.454.939,31	2.357.843,73	7.951.304,60	6,20	7.092.583,97
Educação de Jovens e Adultos	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Educação Especial	50.400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Cultura	1.764.680,00	2.221.583,23	238.677,50	1.385.917,04	0,83	835.666,19	238.493,79	1.104.661,91	0,86	1.116.921,32
Administração Geral	1.233.720,00	1.312.427,98	197.382,50	838.792,04	0,50	473.635,94	194.940,54	635.636,46	0,50	676.789,52
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	9.960,00	9.960,00	0,00	4.508,70	0,00	5.451,30	608,25	4.381,95	0,00	5.578,05
Difusão Cultural	521.000,00	899.195,25	41.295,00	542.616,30	0,33	356.578,95	42.945,00	464.641,50	0,36	434.553,75
Urbanismo	34.001.346,00	36.241.349,57	7.109.655,50	22.670.406,91	13,60	13.570.942,66	3.904.185,67	11.359.204,85	8,86	24.882.144,72
Administração Geral	5.304.162,00	5.304.162,00	974.952,74	3.301.866,20	1,98	2.002.295,80	975.865,45	3.177.338,15	2,48	2.126.823,85
Infra-Estrutura Urbana	21.391.680,00	23.275.844,69	5.726.502,76	12.283.922,47	7,37	10.991.922,22	1.287.353,55	2.920.889,58	2,28	20.354.955,11
Serviços Urbanos	3.831.460,00	4.187.298,88	408.200,00	3.988.150,19	2,39	199.148,69	1.035.774,73	3.231.326,22	2,52	955.972,66
Saneamento Básico Urbano	3.474.044,00	3.474.044,00	0,00	3.096.468,05	1,86	377.575,95	605.191,94	2.029.650,90	1,58	1.444.393,10
Habituação	372.600,00	372.600,00	1.538,00	55.903,76	0,03	316.696,24	812,74	2.319,66	0,00	370.280,34
Administração Geral	148.600,00	148.600,00	1.538,00	54.103,76	0,03	94.496,24	512,74	819,66	0,00	147.780,34
Habituação Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habituação Urbana	174.000,00	174.000,00	0,00	1.800,00	0,00	172.200,00	300,00	1.500,00	0,00	172.500,00
Gestão Ambiental	984.660,00	1.395.660,00	106.896,66	950.082,09	0,57	445.577,91	136.806,99	695.106,85	0,54	707.553,15
Administração Geral	539.500,00	619.500,00	68.146,66	350.026,38	0,21	269.473,62	81.875,61	292.331,52	0,23	327.168,48
Preservação e Conservação Ambiental	445.160,00	776.160,00	38.750,00	600.055,71	0,36	176.104,29	54.931,38	402.775,33	0,31	373.384,67
Agricultura	5.253.570,00	6.293.647,47	532.401,82	3.840.205,00	2,30	2.453.442,47	1.308.371,14	3.086.494,99	2,41	3.207.152,48
Administração Geral	13.000,00	13.000,00	1.598,00	2.398,00	0,00	10.604,00	938,60	1.623,43	0,00	11.376,57
Saneamento Básico Rural	80.000,00	100.000,00	5.000,00	97.500,00	0,06	2.500,00	5.000,00	97.500,00	0,08	2.500,00
Promoção da Produção Vegetal	58.570,00	58.570,00	(506,00)	55.594,00	0,03	2.976,00	3.248,25	55.594,00	0,04	2.976,00
Promoção da Produção Animal	408.500,00	408.500,00	(78.661,10)	114.118,90	0,07	294.381,10	5.246,90	61.581,30	0,05	346.918,70
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	34.605,00	72.183,00	0,04	67.817,00	56.684,00	70.310,00	0,05	69.690,00
Extensão Rural	4.553.500,00	5.573.577,47	570.365,92	3.498.413,10	2,10	2.075.164,37	1.237.253,39	2.799.886,26	2,18	2.773.691,21
Indústria	1.971.500,00	1.971.500,00	25.600,00	1.845.076,40	1,11	126.423,60	115.502,61	1.076.713,48	0,84	894.786,52
Promoção Industrial	1.971.500,00	1.971.500,00	25.600,00	1.845.076,40	1,11	126.423,60	115.502,61	1.076.713,48	0,84	894.786,52
Comércio e Serviços	2.247.180,00	2.447.180,00	176.987,14	780.444,63	0,47	1.666.735,37	194.953,79	646.931,55	0,50	1.800.248,45
Promoção Comercial	1.061.500,00	1.061.500,00	92.500,00	186.520,00	0,11	874.980,00	6.519,65	80.976,92	0,06	980.523,08
Turismo	1.185.680,00	1.385.680,00	84.487,14	593.924,63	0,36	791.755,37	188.434,14	565.954,63	0,44	819.725,37
Transporte	6.354.445,00	6.354.445,00	503.919,51	4.045.559,66	2,43	2.308.885,34	767.953,51	3.530.656,55	2,75	2.823.788,45
Administração Geral	2.604.535,00	2.604.535,00	422.430,15	1.593.429,96	0,96	1.011.105,04	441.289,45	1.541.273,96	1,20	1.063.261,04
Transporte Rodoviário	3.749.910,00	3.749.910,00	81.489,36	2.452.129,70	1,47	1.297.780,30	326.664,06	1.989.382,59	1,55	1.760.527,41
Desporto e Lazer	4.236.136,00	5.056.011,56	885.656,80	4.521.071,42	2,71	534.940,14	1.356.496,87	3.615.467,41	2,82	1.440.544,15
Administração Geral	1.856.927,00	1.880.802,56	266.499,02	1.387.411,52	0,83	493.391,04	415.702,95	1.218.005,60	0,95	662.796,96
Desporto de Rendimento	2.011.109,00	2.216.109,00	328.432,98	2.202.104,92	1,32	14.004,08	632.781,92	1.631.275,11	1,27	584.833,89
Desporto Comunitário	368.100,00	659.100,00	290.724,80	931.554,98	0,56	27.545,02	308.012,00	766.186,70	0,60	192.913,30
Encargos Especiais	8.531.520,00	8.871.774,09	1.022.498,00	5.270.205,47	3,16	3.601.568,62	1.382.305,00	3.632.980,98	2,83	5.238.793,11
Defesa Civil	900.000,00	900.000,00	130.000,00	830.000,00	0,50	70.000,00	237.000,00	585.000,00	0,46	315.000,00
Serviço da Dívida Interna	2.850.000,00	2.850.000,00	243.099,40	603.149,08	0,36	2.246.850,92	243.099,40	603.149,08	0,47	2.246.850,92
Outros encargos Especiais	4.781.520,00	5.121.774,09	649.398,60	3.837.056,39	2,30	1.284.717,70	902.205,60	2.444.831,90	1,91	2.676.942,19
Reserva de Contingência	212.600,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00
Reserva de contingência	212.600,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Julho a Agosto	Até Agosto (b)	%(b) / tot.(b)		Julho a Agosto	Até Agosto (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	13.562.160,00	13.327.675,00	1.755.573,44	8.241.399,42	4,94	5.086.275,58	2.000.012,98	7.705.719,59	6,01	5.621.955,41
Legislativa	130.000,00	130.000,00	13.434,28	77.509,83	0,05	52.490,17	18.311,08	64.537,97	0,05	65.462,03
Acao Legislativa	130.000,00	130.000,00	13.434,28	77.509,83	0,05	52.490,17	18.311,08	64.537,97	0,05	65.462,03
Administração	1.132.077,00	1.132.077,00	170.712,86	657.977,93	0,39	474.099,07	170.712,86	657.977,93	0,51	474.099,07
Administracao Geral	1.132.077,00	1.132.077,00	170.712,86	657.977,93	0,39	474.099,07	170.712,86	657.977,93	0,51	474.099,07
Assistência Social	533.415,00	533.930,00	73.605,96	289.714,29	0,17	244.215,71	73.605,96	289.714,29	0,23	244.215,71
Administracao Geral	490.415,00	490.415,00	73.605,96	289.599,12	0,17	200.815,88	73.605,96	289.599,12	0,23	200.815,88
Assistência Comunitária	43.000,00	43.515,00	0,00	115,17	0,00	43.399,83	0,00	115,17	0,00	43.399,83
Previdência Social	80.000,00	80.000,00	0,00	56.000,00	0,03	24.000,00	8.438,82	32.688,96	0,03	47.311,04
Administracao Geral	80.000,00	80.000,00	0,00	56.000,00	0,03	24.000,00	8.438,82	32.688,96	0,03	47.311,04
Saúde	2.333.952,00	2.333.952,00	318.752,39	1.228.476,38	0,74	1.105.475,62	318.752,39	1.228.476,38	0,96	1.105.475,62
Administracao Geral	175.632,00	175.632,00	54.748,78	128.123,79	0,08	47.508,21	54.748,78	128.123,79	0,10	47.508,21
Atenção Básica	2.158.320,00	2.158.320,00	264.003,61	1.100.352,59	0,66	1.057.967,41	264.003,61	1.100.352,59	0,86	1.057.967,41
Educação	6.261.618,00	6.026.618,00	929.990,52	3.586.540,15	2,15	2.440.077,85	929.990,52	3.586.540,15	2,80	2.440.077,85
Administracao Geral	284.210,00	284.210,00	48.136,56	185.808,77	0,11	98.401,23	48.136,56	185.808,77	0,14	98.401,23
Ensino Fundamental	3.974.414,00	3.844.414,00	589.276,61	2.248.690,60	1,35	1.595.723,40	589.276,61	2.248.690,60	1,75	1.595.723,40
Educação Infantil	2.002.994,00	1.897.994,00	292.577,35	1.152.040,78	0,69	745.953,22	292.577,35	1.152.040,78	0,90	745.953,22
Cultura	92.140,00	92.140,00	12.463,54	48.104,78	0,03	44.035,22	12.463,54	48.104,78	0,04	44.035,22
Administracao Geral	92.140,00	92.140,00	12.463,54	48.104,78	0,03	44.035,22	12.463,54	48.104,78	0,04	44.035,22
Urbanismo	810.654,00	810.654,00	116.370,71	440.805,86	0,26	369.848,14	116.370,71	440.805,86	0,34	369.848,14
Administracao Geral	810.654,00	810.654,00	116.370,71	440.805,86	0,26	369.848,14	116.370,71	440.805,86	0,34	369.848,14
Gestão Ambiental	30.000,00	30.000,00	3.630,97	14.067,38	0,01	15.932,62	3.630,97	14.067,38	0,01	15.932,62
Administracao Geral	30.000,00	30.000,00	3.630,97	14.067,38	0,01	15.932,62	3.630,97	14.067,38	0,01	15.932,62
Transporte	416.705,00	416.705,00	56.376,73	217.999,95	0,13	198.705,05	56.376,73	217.999,95	0,17	198.705,05
Administracao Geral	416.705,00	416.705,00	56.376,73	217.999,95	0,13	198.705,05	56.376,73	217.999,95	0,17	198.705,05
Desporto e Lazer	139.264,00	139.264,00	21.180,67	81.158,70	0,05	58.105,30	21.180,67	81.158,70	0,06	58.105,30
Administracao Geral	139.264,00	139.264,00	21.180,67	81.158,70	0,05	58.105,30	21.180,67	81.158,70	0,06	58.105,30
Encargos Especiais	1.602.335,00	1.602.335,00	39.054,81	1.543.044,17	0,93	59.290,83	270.178,73	1.043.647,24	0,81	558.687,76
Outros encargos Especiais	1.602.335,00	1.602.335,00	39.054,81	1.543.044,17	0,93	59.290,83	270.178,73	1.043.647,24	0,81	558.687,76
TOTAL (III) = (I + II)	231.200.000,00	248.652.973,14	31.107.410,94	166.695.908,16	100,00	61.957.064,98	38.867.509,75	128.272.882,82	100,00	120.380.090,32

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. **Unidade Responsável:** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 16/set/2015 **Hora de emissão:** 13h e 27m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 3 - RECEITA CORRENTE LIQUIDA



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade Consolidada
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)															
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL(ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ANUAL(2015)	PREVISÃO ANUAL(EXERCÍCIO)
	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015	Abril/2015	Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015			
RECEITAS CORRENTES (I)	15.668.971,44	17.613.010,98	17.394.851,24	19.328.928,94	18.501.602,41	16.467.133,21	24.373.871,92	19.247.688,19	19.802.308,97	22.906.171,85	18.926.247,47	17.291.546,27	227.322.134,89	2.311.395,00	2.311.395,00
Receita Tributária	1.693.918,59	1.796.365,83	1.712.517,37	2.103.042,04	1.552.732,64	1.693.117,85	6.762.218,81	2.827.103,61	2.480.559,79	2.096.443,99	2.144.673,12	2.049.577,60	22.912.289,24	19.600.000,00	19.600.000,00
IPJU	36.848,32	25.366,40	24.718,18	74.488,02	25.599,77	8.730,20	3.740.416,33	905.440,99	437.039,87	445.876,92	429.126,62	395.356,03	6.548.986,79	6.300.000,00	6.300.000,00
ISS	943.256,79	1.014.404,63	1.009.996,46	1.075.643,51	1.008.734,70	877.617,92	953.740,44	965.829,47	1.002.292,17	959.106,98	1.148.940,75	1.023.075,42	11.980.645,24	11.980.000,00	11.980.000,00
ITBI	421.753,53	401.914,70	317.833,83	290.781,55	221.485,94	248.640,38	287.819,14	280.695,88	273.710,37	280.594,89	211.631,63	248.398,21	3.455.240,33	3.500.000,00	3.500.000,00
IRPJ	164.492,86	172.155,62	181.583,49	392.893,16	138.362,87	156.601,14	163.534,96	186.241,94	195.594,13	187.243,53	203.284,09	197.427,05	2.329.414,84	2.150.000,00	2.150.000,00
Outras Receitas Tributárias	127.567,09	182.524,48	178.385,41	269.235,80	160.579,36	401.528,23	1.636.705,94	508.896,23	571.925,05	213.621,57	151.684,03	185.320,89	4.587.972,08	4.500.000,00	4.500.000,00
Receita de Contribuições	680.629,19	712.780,69	709.611,54	1.036.486,87	720.054,50	706.151,53	969.119,14	314.700,47	1.305.384,47	817.658,38	821.763,28	823.620,83	9.617.961,28	6.600.000,00	6.600.000,00
Receita Patrimonial	989.798,76	1.925.005,06	1.195.948,55	920.958,36	1.573.706,03	1.479.728,24	1.279.185,65	1.822.928,83	1.765.373,01	1.187.890,26	1.347.295,96	791.901,46	15.708.961,32	8.445.000,00	8.445.000,00
Receita Agropecuária	687,50	1.372,80	472,50	360,00	739,77	503,07	1.501,16	472,50	600,00	1.163,70	450,00	442,50	8.755,50	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	44.060,46	32.443,87	30.751,16	69.705,97	41.450,03	28.182,79	1.591.245,26	217.546,41	191.277,54	191.724,03	208.514,32	185.969,89	2.832.910,55	2.851.100,00	2.851.100,00
Transferências Correntes	11.938.679,72	12.560.793,79	13.337.010,95	14.504.035,52	14.291.131,89	12.083.959,75	12.932.229,19	13.605.010,61	13.254.640,52	17.785.483,79	13.156.844,56	12.768.856,39	162.218.776,68	1.620.000,00	1.620.000,00
Cota-Parte do FPM	1.703.359,39	1.609.850,02	2.130.842,35	3.427.259,62	2.597.121,21	2.651.157,59	1.930.978,99	2.084.037,91	2.562.785,29	2.229.863,03	1.651.158,46	1.931.145,28	26.595.579,09	29.000.000,00	29.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.433.220,38	3.539.654,99	3.905.164,68	3.761.566,96	3.977.404,84	3.847.151,44	3.962.975,45	3.829.462,63	3.623.675,69	3.472.633,57	3.505.720,78	3.367.612,81	43.525.963,63	44.000.000,00	44.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.030.780,81	1.030.780,81	1.084.869,15	1.030.780,81	1.030.780,81	1.030.780,81	1.030.780,81	1.030.780,81	1.030.780,81	1.030.780,81	1.030.780,81	1.030.780,81	12.554.887,57	11.500.000,00	11.500.000,00
Cota-Parte do ITR	8.738,65	42.754,91	553,27	525,22	429,56	161,82	674,19	537,42	324,78	447,19	310,52	385,25	55.842,69	3.000,00	3.000,00
Transferências da LC 87/1996	14.307,19	14.307,19	14.307,19	28.614,38	0,00	0,00	0,00	60.633,23	15.158,31	15.158,31	15.158,31	15.158,31	162.802,42	160.000,00	160.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEC	2.380.628,99	2.487.299,09	2.596.746,39	2.579.991,32	2.631.278,00	2.434.451,83	2.374.180,47	2.569.044,20	2.592.693,79	2.463.437,58	2.358.559,42	2.424.356,49	29.892.637,97	31.450.000,00	31.450.000,00
Outras Transferências Correntes	3.367.644,41	3.782.068,44	4.077.754,38	4.363.609,20	4.634.148,62	2.813.174,26	4.084.144,68	4.002.125,65	3.376.868,25	8.463.983,32	4.445.685,67	3.976.099,95	51.387.303,83	51.387.303,83	51.387.303,83
Outras Receitas Correntes	521.196,23	684.248,94	448.638,77	694.340,16	321.747,55	475.489,98	838.164,69	459.526,66	804.474,64	855.717,67	1.246.606,23	672.018,80	8.022.570,32	6.254.482,42	6.254.482,42
DEDUÇÕES (II)	1.620.889,00	846.595,38	1.716.008,97	2.094.939,10	794.148,07	1.760.779,19	1.681.294,91	480.518,99	2.271.474,30	1.787.136,96	2.188.675,28	1.679.608,00	21.826.900,00	1.947.450,00	1.947.450,00
Contribuição do Plano de Prev. do Servidor	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	325.706,78	3.935.281,14	3.935.281,14	3.935.281,14
Compensação Finan. entre Prev. Previd.	43.914,60	251.818,97	47.934,38	96.785,27	47.934,38	50.912,80	50.912,80	50.912,80	50.912,80	50.912,80	50.912,80	50.912,80	586.582,55	1.351.083,20	390.000,00
Contribuição Rec. Formação de Previdência	1.248.234,25	1.269.000,26	1.344.768,83	1.670.436,15	1.421.749,99	1.371.747,99	1.304.535,89	1.418.960,99	1.430.848,64	1.382.584,08	1.248.623,31	1.065.203,27	17.062.600,00	1.947.450,00	1.947.450,00
RECEITA CORRENTES (Liquidação)	13.048.082,24	15.765.425,63	15.678.842,27	17.232.389,83	16.711.454,34	14.764.914,58	22.692.407,01	17.767.170,18	17.584.890,67	21.119.035,78	16.737.572,22	15.619.939,08	205.453.233,00	201.852.555,00	201.852.555,00
PONTE: Sistema Alentejo Net - FPM, Unidade Responsável: RESPONSÁVEL POR CONCORDÂNCIA															
Data Emissão: 10/08/2015 13:36															
Elaboração: 10/08/2015															

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS IPRECON

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015	Até Agosto 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	6.284.065,00	6.284.065,00	11.761.310,87	11.231.149,03
RECEITAS CORRENTES	6.284.065,00	6.284.065,00	11.761.310,87	11.231.149,03
Receita de Contribuições dos Segurados	2.004.860,00	2.004.860,00	2.747.268,10	2.505.338,56
Pessoal Civil	2.004.860,00	2.004.860,00	2.747.268,10	2.505.338,56
Ativo	2.000.000,00	2.000.000,00	2.742.891,24	2.498.498,08
Inativo	3.240,00	3.240,00	3.950,32	4.537,20
Pensionista	1.620,00	1.620,00	426,54	2.303,28
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.879.205,00	3.879.205,00	8.102.412,79	8.375.253,72
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.879.205,00	3.879.205,00	8.102.412,79	8.375.253,72
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	400.000,00	400.000,00	911.629,98	350.556,75
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	390.000,00	390.000,00	911.629,98	349.004,23
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	1.552,52
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(Intra-Orçamentárias)(II)	5.410.935,00	5.410.935,00	6.402.871,46	5.010.031,33
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	11.695.000,00	11.695.000,00	18.164.182,33	16.241.180,36

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto 2015	Até Agosto 2014	Até Agosto 2015	Até Agosto 2014
DESP. PREVID. - RPPS (Exeto Intra-Orçamentária) (IV)	11.615.000,00	11.615.000,00	6.479.593,22	4.730.260,35	5.792.639,46	4.102.605,00
ADMINISTRAÇÃO	11.615.000,00	11.615.000,00	593.983,10	583.081,18	444.926,59	424.216,40
Despesas Correntes	11.565.000,00	11.565.000,00	592.947,10	558.046,18	443.890,59	399.181,40
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	1.036,00	25.035,00	1.036,00	25.035,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	5.885.610,12	4.147.179,17	5.347.712,87	3.678.388,60
Pessoal Civil	0,00	0,00	5.885.610,12	4.147.179,17	5.347.712,87	3.678.388,60
Aposentadorias	0,00	0,00	4.579.708,77	2.920.294,41	4.041.811,52	2.451.503,84
Pensões	0,00	0,00	760.150,22	593.703,43	760.150,22	593.703,43
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	545.751,13	633.181,33	545.751,13	633.181,33
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias)(V)	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	32.688,96	29.233,38
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	11.695.000,00	11.695.000,00	6.535.593,22	4.767.460,35	5.825.328,42	4.131.838,38
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	11.628.589,11	11.473.720,01	12.338.853,91	12.109.341,98

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	900.603,07
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	900.603,07
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	900.603,07
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
 Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
 Orçamento da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.937,99	42.476,13
INVESTIMENTOS	90.391.864,19	78.043.615,82
OUTROS BENS E DIREITOS	473.903,61	473.903,61

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015	Até Agosto 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	5.410.935,00	5.410.935,00	6.402.871,46	5.010.031,33
Receita de Contribuições	4.010.935,00	4.010.935,00	5.502.268,39	5.010.031,33
Patronal	2.997.263,00	2.997.263,00	4.111.695,47	3.743.860,51
Pessoal Civil	2.997.263,00	2.997.263,00	4.111.695,47	3.743.860,51
Ativo	2.990.000,00	2.990.000,00	4.099.382,63	3.733.637,13
Inativo	4.842,00	4.842,00	7.828,06	6.781,02
Pensionista	2.421,00	2.421,00	4.484,78	3.442,36
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.013.672,00	1.013.672,00	1.390.572,92	1.266.170,82
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.400.000,00	1.400.000,00	900.603,07	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	5.410.935,00	5.410.935,00	6.402.871,46	5.010.031,33

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto 2015	Até Agosto 2014	Até Agosto 2015	Até Agosto 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	32.688,96	29.233,38
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	32.688,96	29.233,38
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	32.688,96	29.233,38

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 16/set/2015 **Hora de emissão:** 13h e 38m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 5 - RESULTADO NOMINAL

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Nominal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2014 (a)	Em 30/Junho/2015 (b)	Em 31/Agosto/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.407.236,10	11.185.044,34	11.034.724,88
DEDUÇÕES (II)	28.270.931,80	40.582.795,47	37.437.114,48
Disponibilidade de Caixa bruta	28.463.755,72	40.645.921,95	35.507.344,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	2.007.673,65
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	192.823,92	63.126,48	77.903,25
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(16.863.695,70)	(29.397.751,13)	(26.402.389,60)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(16.863.695,70)	(29.397.751,13)	(26.402.389,60)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Julho à Agosto(c-b)	Até Agosto(c-a)
VALOR	2.995.361,53	(9.538.693,90)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	18.510.515,36

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2014 (a)	Em 30/Junho/2015 (b)	Em 31/Agosto/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	87.519.384,86	87.519.384,86	87.519.384,86
Passivo Atuarial	87.519.384,86	87.519.384,86	87.519.384,86
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	78.573.187,37	88.464.167,72	90.888.897,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.476,13	58.996,02	9.937,99
Investimentos	78.043.615,82	87.918.076,28	90.391.864,19
Demais Haveres Financeiros	487.500,42	487.500,42	487.500,42
(-) Restos a Pagar Processados	405,00	405,00	405,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	8.946.197,49	(944.782,86)	(3.369.512,74)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	8.946.197,49	(944.782,86)	(3.369.512,74)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 16/set/2015

Hora de emissão: 13h e 38m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasMARIA GABRIELA VIEIRA DA
LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 6 - RESULTADO PRIMARIO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Julho à Agosto	Até Agosto 2015	Até Agosto 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	205.651.195,00	33.602.736,41	143.440.153,85	126.047.746,38
Receitas Tributárias	29.169.200,00	4.194.250,72	21.606.425,41	19.759.422,44
IPTU	6.300.000,00	824.482,65	6.387.575,83	5.646.326,34
ISS	12.000.000,00	2.172.022,17	7.937.343,85	6.989.326,14
ITBI	3.500.000,00	460.029,84	2.022.956,72	2.396.781,56
IRRF	2.150.000,00	400.711,14	1.428.289,71	1.231.655,72
Outras Receitas Tributárias	5.219.200,00	337.004,92	3.830.259,30	3.495.332,68
Receitas de Contribuições	12.530.795,00	3.421.065,88	13.283.569,12	11.706.942,91
Receitas Previdenciárias	6.015.795,00	2.145.428,43	8.249.536,49	7.515.369,89
Outras Receitas de Contribuições	6.515.000,00	1.275.637,45	5.034.032,63	4.191.573,02
Receita Patrimonial Líquida	523.000,00	81.606,91	371.921,17	2.015.863,66
Receita Patrimonial	6.445.105,00	2.138.357,42	11.217.279,57	11.702.553,61
(-) Aplicações Financeiras	5.922.105,00	2.056.750,51	10.845.358,40	9.686.689,95
Transferências Correntes	152.907.618,00	23.360.688,44	98.941.677,07	85.433.964,17
FPM	23.200.000,00	2.865.843,02	14.110.614,32	13.371.923,75
ICMS	35.200.000,00	5.498.667,06	23.109.014,50	20.667.032,14
Convênios	1.522.000,00	325.965,36	823.734,20	875.658,64
Outras Transferências Correntes	92.985.618,00	14.670.213,00	60.898.314,05	50.519.349,64
Demais Receitas Correntes	10.520.582,00	2.545.124,46	9.236.561,08	7.131.553,20
Dívida Ativa	1.343.000,00	102.825,64	498.780,07	889.693,80
Diversas Receitas Correntes	9.177.582,00	2.442.298,82	8.737.781,01	6.241.859,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	19.626.700,00	1.344.269,26	3.160.799,28	4.863.489,95
Operações de Crédito (III)	7.999.500,00	163.014,80	717.022,42	414.113,46
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	330.000,00	1.018.054,46	1.145.535,80	63.391,66
Transferências de Capital	11.297.200,00	163.200,00	1.298.241,06	4.385.984,83
Convênios	4.608.200,00	0,00	341.307,67	1.921.606,59
Outras Transferências de Capital	6.689.000,00	163.200,00	956.933,39	2.464.378,24
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	11.297.200,00	163.200,00	1.298.241,06	4.385.984,83
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	216.948.395,00	33.765.936,41	144.738.394,91	130.433.731,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Agosto 2015	Até Agosto 2014	Até Agosto 2015	Até Agosto 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	204.392.737,50	146.789.884,40	120.564.160,30	120.107.659,45	99.911.777,84
Pessoal e Encargos Sociais	89.006.191,78	53.880.413,18	48.720.678,57	53.785.169,96	48.679.312,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.050.000,00	263.429,74	24.000,00	263.429,74	24.000,00
Outras Despesas Correntes	114.336.545,72	92.646.041,48	71.819.481,73	66.059.059,75	51.208.465,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	203.342.737,50	146.526.454,66	120.540.160,30	119.844.229,71	99.887.777,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	44.047.635,64	19.906.023,76	24.354.192,35	8.165.223,37	7.506.313,31
Investimentos	42.247.635,64	19.566.304,42	24.164.600,53	7.825.504,03	7.316.721,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.800.000,00	339.719,34	189.591,82	339.719,34	189.591,82
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	42.247.635,64	19.566.304,42	24.164.600,53	7.825.504,03	7.316.721,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	212.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	245.802.973,14	166.092.759,08	144.704.760,83	127.669.733,74	107.204.499,33
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(28.854.578,14)	(21.354.364,17)	(14.271.029,62)	17.068.661,17	23.229.231,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	6.458.223,78	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(19.203.270,40)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 16/set/2015 **Hora de emissão:** 13h e 40m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasMARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP Processados e Não Processados Liquidados													RP Não Processados				Saldo Total (a + b)
Poder/Órgão	Inscritos				Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos				Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2014						Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2014								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	56.429,11	136.799,81	136.936,58	0,00	56.292,34	715.940,01	14.304.384,48	10.425.815,76	10.403.799,85	1.542.183,65	3.074.340,99	3.130.633,33					
Executivo	56.429,11	136.799,81	136.936,58	0,00	56.292,34	715.940,01	14.294.481,31	10.415.912,59	10.393.896,68	1.542.183,65	3.074.340,99	3.130.633,33					
Encargos Gerais	60,00	27.236,16	27.236,16	0,00	60,00	2.900,00	141.833,19	67.532,93	67.532,93	74.300,26	2.900,00	2.960,00					
Fundacao Municipal de Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.728,91	0,00	323.728,91	323.728,91	0,00	0,00	0,00					
Fundação Municipal de Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.872,28	492.233,86	492.233,86	492.233,86	74.039,99	134.598,43	134.598,43					
Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.248,13	1.672,53	1.672,53	1.672,53	0,00	3.575,60	3.575,60					
Fundacao Municipal de Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00					
Fundação Municipal de Esportes	0,00	4.919,92	4.919,92	0,00	0,00	37.146,12	36.560,04	36.560,04	36.560,04	586,08	0,00	0,00					
Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	3.799,16	3.799,16	0,00	0,00	117.071,72	105.747,57	105.747,57	105.747,57	0,00	11.324,15	11.324,15					
Fundo Municipal de Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.070,00	2.232.338,17	1.532.172,17	1.532.172,17	546.353,44	185.862,56	185.862,56					
Gabinete do Prefeito	492,50	0,00	0,00	0,00	492,50	240,00	79.216,91	61.173,52	61.173,52	16.239,85	2.043,44	2.535,94					
Gabinete do Vice-prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,64	87,86	87,86	265,78	0,00	0,00					
Instituto de Previdencia Social dos Servidores	405,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,00					
Instituto de Previdencia Social dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.120,43	23.143,68	23.143,68	18.976,75	0,00	0,00					
Secretaria Munic.de Agric.desenv.rural e Meio Amb.	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	86.624,18	19.783,15	19.783,15	37.923,23	28.917,80	31.917,80					
Secretaria Munic.desenv.economico e Turismo-sedet	6.420,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00	0,00	1.689.794,35	766.023,78	766.023,78	900,06	922.870,51	929.290,51					
Secretaria Munic.desenv.social, Cidadania e Hab.	6.475,73	2.500,00	1.000,00	0,00	7.975,73	65,12	138.098,72	127.511,40	124.511,40	9.835,26	3.817,18	11.792,91					
Secretaria Municipal de Administracao - Semad	1.588,71	756,40	365,00	0,00	1.980,11	1.132,33	391.656,76	274.231,43	274.231,43	116.589,91	1.967,75	3.947,86					
Secretaria Municipal de Educacao - Semed	8.424,67	95.887,17	95.116,34	0,00	9.195,50	345.780,82	1.138.246,10	868.275,36	851.259,45	250.835,60	381.931,87	391.127,37					
Secretaria Municipal de Financas - Semuf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.228,93	4.651,21	4.651,21	6.577,72	0,00	0,00					
Secretaria Municipal de Transportes - Semut	3.975,00	0,00	0,00	0,00	3.975,00	0,00	21.177,24	7.083,40	7.083,40	13.963,84	130,00	4.105,00					
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - Semurb	25.587,50	1.701,00	4.500,00	0,00	22.788,50	9.372,83	7.461.454,54	5.704.299,79	5.702.299,79	374.795,88	1.393.731,70	1.416.520,20					
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.903,17	9.903,17	9.903,17	0,00	0,00	0,00					
Camara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.903,17	9.903,17	9.903,17	0,00	0,00	0,00					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
TOTAL (III) = (I + II)	56.429,11	136.799,81	136.936,58	0,00	56.292,34	715.940,01	14.304.384,48	10.425.815,76	10.403.799,85	1.542.183,65	3.074.340,99	3.130.633,33					

TOTAL: Sistema Atende Nê - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 16/set/2015

Hora de emissão: 13h e 41m

Notas:

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 16/set/2015 Hora de emissão: 13h e 41m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	25.048.000,00	25.048.000,00	18.263.263,91	72,91
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.688.000,00	6.688.000,00	6.659.356,44	99,57
1.1.1- IPTU	6.300.000,00	6.300.000,00	6.726.013,06	106,76
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	28.000,00	28.000,00	23.671,02	84,54
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	260.000,00	260.000,00	156.936,45	60,36
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	91.710,00	91,71
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	338.974,09	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	2.022.956,72	57,80
1.2.1- ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	2.031.476,72	58,04
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	8.520,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.710.000,00	12.710.000,00	8.152.661,04	64,14
1.3.1- ISS	12.000.000,00	12.000.000,00	7.937.481,46	66,15
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100.000,00	100.000,00	95.161,03	95,16
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	380.000,00	380.000,00	52.090,43	13,71
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	230.000,00	230.000,00	69.252,47	30,11
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	1.324,35	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.150.000,00	2.150.000,00	1.428.289,71	66,43
1.4.1- IRRF	2.150.000,00	2.150.000,00	1.428.609,60	66,45
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	319,89	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	85.313.000,00	85.313.000,00	54.983.379,15	64,45
2.1- Cota-Parte FPM	29.000.000,00	29.000.000,00	17.940.413,06	61,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	29.000.000,00	29.000.000,00	17.940.413,06	61,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	44.000.000,00	44.000.000,00	28.886.267,21	65,65
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	160.000,00	160.000,00	121.266,47	75,79
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	650.000,00	650.000,00	447.206,64	68,80
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	3.270,55	109,02
2.6- Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	11.500.000,00	7.584.955,22	65,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	110.361.000,00	110.361.000,00	73.246.643,06	66,37

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.366.350,00	4.366.350,00	3.039.422,04	69,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.990.000,00	2.990.000,00	2.252.838,28	75,35
5.2- Transferência Diretas do PDDE	3.850,00	3.850,00	1.060,00	27,53
5.3- Transferência Diretas do PNAE	950.600,00	950.600,00	549.336,00	57,79
5.4- Transferência Diretas do PNAE	255.800,00	255.800,00	92.757,30	36,26
5.5- Outras Transferências do FNDE	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	21.100,00	21.100,00	143.430,46	679,77
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.282.600,00	1.282.600,00	808.705,00	63,05
6.1- Transferências de Convênios	1.280.000,00	1.280.000,00	808.705,00	63,18
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.319.200,00	2.319.200,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.968.150,00	7.968.150,00	3.848.127,04	48,29



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015 (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	17.062.600,00	17.062.600,00	10.936.579,63	64,10
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.800.000,00	5.800.000,00	3.527.653,35	60,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	8.800.000,00	8.800.000,00	5.777.252,71	65,65
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	32.000,00	32.000,00	24.253,28	75,79
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	130.000,00	130.000,00	89.441,42	68,80
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	600,00	600,00	654,03	109,01
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.300.000,00	2.300.000,00	1.517.324,84	65,97
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	31.650.000,00	31.650.000,00	20.067.169,45	63,40
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	31.450.000,00	31.450.000,00	19.848.002,18	63,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	219.167,27	109,58
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	14.387.400,00	14.387.400,00	8.911.422,55	61,94
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Agosto (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	30.104.049,00	29.984.581,78	18.069.309,75	60,26	18.069.309,75	60,26
13.1- Com Educação Infantil	7.626.894,00	7.252.226,78	4.311.485,91	59,45	4.311.485,91	59,45
13.2- Com Ensino Fundamental	22.477.355,00	22.732.355,00	13.757.823,84	60,52	13.757.823,84	60,52
14- OUTRAS DESPESAS	1.545.951,00	2.592.951,00	2.289.344,50	88,29	1.552.494,49	59,87
14.1- Com Educação Infantil	315.951,00	446.951,00	374.499,66	83,79	309.241,98	69,19
14.2- Com Ensino Fundamental	1.230.000,00	2.146.000,00	1.914.844,84	89,23	1.243.242,51	57,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	31.650.000,00	32.577.532,78	20.358.654,25	62,49	19.621.794,24	60,23

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		927.532,78
17.1- FUNDEB 60%		570.532,78
17.2- FUNDEB 40%		357.000,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		927.532,78
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		18.694.261,46
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		87,20
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		5,96
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		6,84

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		927.532,78
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015		927.532,78

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2015 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	27.590.250,00	27.590.250,00	18.311.660,77	66,37

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Agosto (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Agosto (g)	% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.357.862,00	13.109.394,78	8.227.169,48	62,76	8.063.396,12	61,51
23.1- Creche	4.287.550,00	2.189.550,00	1.199.207,88	54,77	1.189.961,58	54,35
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.862.000,00	1.537.000,00	906.230,68	58,96	896.984,38	58,36
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.425.550,00	652.550,00	292.977,20	44,90	292.977,20	44,90
23.2- Prê-Escola	8.070.312,00	10.919.844,78	7.027.961,60	64,36	6.873.434,54	62,94
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.080.645,00	6.162.177,78	3.779.754,89	61,34	3.723.743,51	60,43
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.989.667,00	4.757.667,00	3.248.206,71	68,27	3.149.691,03	66,20
24- ENSINO FUNDAMENTAL	32.141.188,00	33.857.188,00	21.740.810,03	64,21	20.673.736,56	61,06
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	23.707.355,00	24.878.355,00	15.672.668,68	63,00	15.001.066,35	60,30
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.433.833,00	8.978.833,00	6.068.141,35	67,58	5.672.670,21	63,18
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	50.800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	44.550.850,00	46.968.382,78	29.967.979,51	63,80	28.737.132,68	61,18



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Bimestre Julho-Agosto

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	8.685.214,61
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	219.167,27
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	927.532,78
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	736.540,38
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	34.063,05
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	10.602.518,09
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	18.134.614,59
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	24,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Agosto (e)	(f) = (e/d)x100	Até Agosto (g)	(h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.010.000,00	3.562.435,92	3.235.587,50	90,83	1.655.764,50	46,48
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	5.569.150,00	6.741.657,44	3.393.066,88	50,33	2.115.143,76	31,37
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	8.579.150,00	10.304.093,36	6.628.654,38	64,33	3.770.908,26	36,60
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	53.130.000,00	57.272.476,14	36.596.633,89	63,90	32.508.040,94	56,76

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	355.919,56	34.063,05
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	335.688,74	34.063,05
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	20.230,82	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	954.792,17	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	19.848.243,27	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	19.611.049,90	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	19.604.021,33	0,00
49.2 - Restos a Pagar	7.028,57	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	219.167,27	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.411.152,81	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Data Emissão: 16/set/2015 Hora de emissão: 13h e 43m
 Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO I_CONSOLIDADO - DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Poder: Consolidado

Período de Referência: Setembro de 2014 a Agosto de 2015 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	91.846.924,63	37.381,75
Pessoal Ativo	82.899.108,34	9.330,93
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.144.692,51	9.420,95
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	803.123,78	18.629,87
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	8.147.945,54	9.420,95
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.253,03	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.144.692,51	9.420,95
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	83.698.979,09	27.960,80
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	205.495.233,95	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	83.726.939,89	40,74
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60,00%	123.297.140,37	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57,00%	117.132.283,35	57,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	110.967.426,33	54,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 18/set/2015 Hora de emissão: 09h e 06m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO I_EXECUTIVO- DEMONSTRATIVO PESSOAL

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo da Despesa com Pessoal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Poder: Executivo

Período de Referência: Setembro de 2014 a Agosto de 2015 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	80.708.489,01	37.381,75
Pessoal Ativo	80.760.672,72	9.330,93
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.144.692,51	9.420,95
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	803.123,78	18.629,87
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	8.147.945,54	9.420,95
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.253,03	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.144.692,51	9.420,95
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	81.560.543,47	27.960,80
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	205.495.233,95	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	81.588.504,27	39,70
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%	110.967.426,33	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%	105.419.055,02	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	99.870.683,70	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 18/set/2015 Hora de emissão: 09h e 09m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA
LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO I_LEGISLATIVO- DEMONSTRATIVO DE PESSOAL

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo da Despesa com Pessoal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Poder: Legislativo

Período de Referência: Setembro de 2014 a Agosto de 2015 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.138.435,62	0,00
Pessoal Ativo	2.138.435,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.138.435,62	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	205.495.233,95	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.138.435,62	1,04
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 06,00%	12.329.714,04	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 05,70%	11.713.228,34	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 05,40%	11.096.742,63	5,40

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 18/set/2015 Hora de emissão: 09h e 14m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	11.407.236,10	11.380.329,52	11.034.724,88	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	9.165.420,60	9.153.420,60	8.586.439,40	0,00
Interna	9.165.420,60	9.153.420,60	8.586.439,40	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	2.241.815,50	2.226.908,92	2.448.285,48	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)¹	28.270.931,80	43.834.092,40	37.437.114,48	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.463.755,72	42.064.144,64	35.507.344,08	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.991.578,55	2.007.673,65	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precat.)	192.823,92	221.630,79	77.903,25	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(DCL)(II)=(I-II)	(16.863.695,70)	(32.453.762,88)	(26.402.389,60)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	189.253.666,86	195.304.277,06	205.495.233,95	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	6,03	5,83	5,37	0,00
% da DCL sobre a RCL (II/RCL)	(8,91)	(16,62)	(12,85)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	227.104.400,23	234.365.132,47	246.594.280,74	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	204.393.960,21	210.928.619,22	221.934.852,67	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	9.165.420,60	9.153.420,60	8.586.439,40	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.165.420,60	1.153.420,60	895.797,36	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.165.420,60	1.153.420,60	895.797,36	0,00
Previdenciária	36.000,00	24.000,00	16.588,84	0,00
Demais Contribuições Sociais	1.129.420,60	1.129.420,60	879.208,52	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	8.000.000,00	8.000.000,00	7.690.642,04	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2015		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	194.706,29	28.732.406,61	489.339,14	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERC. ANTERIORES	14.978.204,06	6.562.906,18	3.052.325,08	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2015		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	87.519.384,86	87.519.384,86	87.519.384,86	0,00
Passivo Atuarial	87.519.384,86	87.519.384,86	87.519.384,86	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)¹	78.573.187,37	84.417.661,52	90.888.897,60	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.476,13	69.329,60	9.937,99	0,00
Investimentos	78.043.615,82	83.860.936,50	90.391.864,19	0,00
Demais Haveres Financeiros	487.500,42	487.800,42	487.500,42	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	405,00	405,00	405,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	75.709,18	259.010,32	269.460,26	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV. (XI)=(IX - X)	8.946.197,49	3.101.723,34	(3.369.512,74)	0,00

FONTE: Sistema , Unidade Responsável

Data Emissão: 17/set/2015

Hora de emissão:

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Notas:
 JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
 Secretário de Finanças

 MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
 Contadora
 CRC/SC 036995/O-9

 JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

 ALCEONE JOSE MULLER
 Controlador Interno

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DE GARANTIAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2015		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	189.253.666,86	195.304.277,06	205.495.233,95	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	41.635.806,71	42.966.940,95	45.208.951,47	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	37.472.226,04	38.670.246,86	40.688.056,32	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**Data Emissão:** 15/set/2015 **Hora de emissão:** 11h e 23m

 JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
 Secretário de Finanças

 MARIA GABRIELA VIEIRA DA
 LUZ
 Contadora
 CRC/SC 036995/O-9

 JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

 ALCEONE JOSE MULLER
 Controlador Interno

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO OPERAÇÕES DE CREDITO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo das Operações de Crédito
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	238.843,14	717.022,42
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	238.843,14	717.022,42
Interna	238.843,14	717.022,42
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	238.843,14	717.022,42
Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	205.495.233,95	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)= (Ia + III)	717.022,42	0,35
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	32.879.237,43	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <=> (90% dos 16%)	29.591.313,69	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.384.666,38	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	717.022,42	0,35

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/set/2015 **Hora de emissão:** 09h e 20m

Notas:

¹ Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

² < Medidas Corretivas >

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA
LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO VI- DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2015 / Quadrimestre Maio-Agosto

LRF, art. 48 - Anexo 6

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	83.726.939,89	40,74
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	123.297.140,37	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	117.132.283,35	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(26.402.389,60)	(12,85)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	246.594.280,74	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	45.208.951,47	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	717.022,42	0,35
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido no Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	32.879.237,43	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/Oper. de Crédito/ Antecipação da Receita	14.384.666,38	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**Data emissão:** 16/09/2015**Hora de emissão:** 17:01:27**Notas:**

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUAD.2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Estado de Santa Catarina
Município de Concórdia
Poder Executivo do Município
Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre do Exercício de 2015

A Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, concernente às normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e Órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela Administração Financeira e pelo Controle Interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada poder ou órgão.

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

As demonstrações que compõe o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito do Município, respectivamente, pela Secretaria Municipal de Finanças e pelo Sistema de Controle Interno.

Com efeito, determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que se refere, prazo este que, para o segundo quadrimestre de 2015, se encerra em 30 de setembro de 2015.

Receita Corrente Líquida últimos 12 meses		R\$ 205.495.233,95
DESPESAS COM PESSOAL	Valor R\$	%
PODER EXECUTIVO	Últimos 12 meses	39,70
Pessoal Ativo	80.770.003,65	
Inativos e Pensionistas	8.154.113,46	
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirizações	821.753,65	
Despesas não computacionais (art. 19 § 1º da LRF)	8.157.366,49	
(-) Decorrentes de Dec. Judicial	0,00	
(-) Inativos pagos com Rec. Regime Próprio de Previd.	8.154.113,46	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	3.253,03	
Repasses ao RPPS - Contribuições Patronais	0,00	
PODER LEGISLATIVO		1,04
Pessoal Ativo	2.138.435,62	
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirizações	0,00	
Repasses ao RPPS - Contribuições Patronais	0,00	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	83.726.939,89	40,74
Receita Corrente Líquida	205.495.233,95	
% DLP/RCL	40,74 %	
Limite Prudencial	57,00 %	
Limite Legal	60,00 %	
% da Fixação ou Alteração de Remuneração ou Subsídio por Lei Específica e Revisão Geral sobre RCL(V)	7,00%	

Dívida Consolidada	Quadrimestre Anterior	Quadrimestre Atual
Contratual	9.153.420,60	8.586.439,40
Dívida Consolidada	11.380.329,52	11.034.724,88
Ativo Financeiro	42.064.144,64	35.507.344,08
Dívida consolidada Líquida	-32.453.762,88	-26.402.389,60
Receita Corrente Líquida	195.304.277,06	205.495.233,95
DC/RCL	5,83%	5,37%
DCL/RCL	-16,62%	-12,85%
Limite definido Resolução Senado Federal	120%	120%
Excesso a Regularizar	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Consolidada	0,00	0,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00
Concessões e Garantias	0,00	0,00
Realizadas no Exercício	0,00	0,00
Operações de Crédito	478.179,28	717.022,42
Empréstimos/Financiamentos	478.179,28	717.022,42
Realizadas no Exercício	0,24	0,35
Limite Legal	16,00	16,00
Antec. de Receita Orçamentária	0,00	0,00
Realizadas no Exercício	0,00	0,00
Limite Legal	0,00	0,00

Anexos:

R.R.E.O – Anexos I a XIV

R.G.F – Anexos I a VI

Concórdia – SC, 17 de setembro de 2015.

Maria Gabriela Vieira da Luz
Contador

Joaquim Pedro de Barros Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Alceone José Muller
Auditor Interno

João Girardi
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2639/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.639, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Transfere veículo integrante do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia ao Executivo Municipal.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir, ao Executivo Municipal, veículo marca Ford, modelo Fiesta 1.6 Flex, quatro portas, cinco marchas, cor branca, ano fabricação 2006, ano modelo 2007, chassi 9BFZF26P678095820, placa MCW7485, integrante do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, para incorporação ao patrimônio do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 11 de setembro de 2015.

Mauro Mendes
Presidente

Vilmar Comassetto
1º Secretário

RESOLUÇÃO 421/2015

RESOLUÇÃO Nº 421, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia membro para compor as Comissões Permanentes.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, para compor as Comissões Permanentes, o Vereador Ruimar Scortegagna:

I – membro suplente na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

II - membro efetivo na Comissão de Agricultura e Meio Ambiente;

III – membro suplente na Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 17 de setembro de 2015.

Mauro Mendes
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

LEI Nº 1171/2015

LEI N. 1171/2015

“CONCEDE INCENTIVO ESTRUTURAL À SOCIEDADE EMPRESÁRIA que constituirá sua sede NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI 215/97, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder executivo municipal autorizado a conceder os incentivos estruturais previstos no artigo 7º da Lei Municipal n. 215/97 à Sociedade Empresária SCALVI INDÚSTRIA DE PEÇAS EM FIBRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 08.674.953/0001-47.

§ 1º O benefício consiste na Cessão de Uso do imóvel de propriedade da municipalidade, Lotes 14 e 15 da quadra 40, localizados na Linha Giacomini, no Município de Cordilheira Alta, medindo 635,62 m2 e 597,97 m2 respectivamente, totalizando 1.233,59 m2 de área, matrículas 63.383 e 63.384, o qual está sendo concedido mediante pedido da interessada e documentos comprobatórios nos termos da Lei, e conforme determina a Resolução n. 008/2015, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, anexa a este.

§ 2º Incentivo estrutural de 50 (cinquenta) horas máquina para realizar serviços de terraplenagem em parte dos imóveis indicados no § 1º, onde pretendem instalar a Empresa.

§ 3º A cessão referida no caput deste artigo dar-se-á para fim específico de instalação da Sociedade Empresária SCALVI INDÚSTRIA DE PEÇAS EM FIBRA LTDA - ME, tendo como objetivo principal a confecção de peças automotivas em fibras, aparelhos de fibra em geral e comércio varejista de peças em fibra.

§ 4º A Sociedade Empresária terá 06 (seis) meses para implantar-se no imóvel cedido, a contar da assinatura do termo de cessão de uso.

§ 5º O prazo de duração desta Cessão de Uso é de 10 (dez) anos.

Art. 2. A Sociedade Empresária poderá manifestar interesse na compra do imóvel no prazo de duração da Cessão, firmando-se preço compatível com os praticados no mercado imobiliário.

Art. 3º A beneficiada fica obrigada a cumprir as cominações de disposições superiores aplicáveis à espécie.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES- CMDCA- CORONEL FREITAS-SC

RELAÇÃO DAS URNAS E LOCAIS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Federal nº 8.069/90 e Resolução CONANDA n º 170/2014.

FAZ SABER:

Aos interessados, segue a relação dos locais das urnas para eleição do Conselho Tutelar do município de Coronel Freitas.

1º Urna

Salão Comunitário – das 08:00 às 17:00hs;

2º Urna

Linha Cairú – 08:00 às 10:00hs

Linha Antinhas – 10:30 às 11:30hs

Lª Favaretto – 13:00 às 14:30 – Local: (Lª Zenaide Bertasso)

Lª Simões Lopes – 15:00 às 16:00hs

Linha Chapecó – 16:15 às 17:00 horas

3º Urna

Lª São Miguel – 08:00 às 09:00hs

Lª Saltinho) – 09:15 às 10:00 horas

Lª Santa Fé e Linha Zeni – 10:30 às 12:00horas

Lª Olinda : 13:00 às 13:30 horas –

São Cristóvão – 13:45 horas às 14:30 horas

Lª Rui Barbosa – 15:15hrs às 17:00 hrs -

4º Urna

Lª Sede Querência – 08:00 às 09:00hs

Tarumã – 09:30 hrs às 10:15 hrs.

Lª Três Casas e Linha Zanela – 13:00 às 14:00hs

Lª Ipiranga e Linha Alto Ipiranga– 14:15 às 15:15horas

Linha Monte Alegre e Linha Savariz – 16:00 às 17:00 hrs

5º Urna

Lª Roncador – 08:00 às 09:30 hs

Linha Barro Preto – 10:15 às 11:15hs

Linha Cotovelo: 11:30 às 12:00 hrs

Linha Esperança: 13:30 hrs às 14:30

Linha Esperancinha: 15:00 hrs às 16:00 hrs

6º Urna

Bairro Floresta II, Julio Castilho, Gruta – 11:30hs às 15:00hs

Coronel Freitas, 18 de setembro de 2015.

Ivonete Sordi

Presidente CMDCA

Kênia Munaretti Frozza

Coordenadora da Comissão

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 150 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 150 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

REVOGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, deferidas pelo Artigo 94, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

REVOGAR:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº. 149 de 11 de setembro de 2015, que designa a Servidora Pública Municipal Senhora Cleuza Menegat Belatto, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Combate a Endemias, para exercer suas atividades junto ao setor VISA (Vigilância Sanitária) do Município de Coronel Martins..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a portaria nº 149 de 11 setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 17 de setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 151 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº. 151 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Fatima Aparecida Tomazeli Basso, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professora, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 16 a 25 de setembro de 2015, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 16 de setembro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 17 de Setembro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO - PROCESSO 06/2015 FHMCP - 2ª CHAMADA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL
SEGUNDA CHAMADA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – PROCESSO 06/2015 FHMCP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio de seu Gestor, o Sr. Vânio Forster, faz saber pelo presente que se encontra aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO que efetuará o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas (Médicos) para atuarem no Hospital Municipal de Correia Pinto, interessados em prestar os serviços constantes no objeto deste edital, no horário de expediente, das 13:00 as 19:00 horas, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, até o dia 15 de outubro de 2015. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (MÉDICOS) PARA ATUAREM NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. O edital poderá ser obtido em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 21 de setembro de 2015.
Vânio Forster
Prefeito Municipal

Dilmar Pereira
Diretor Fundação Hospitalar

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 178/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 178/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CARTUCHO ORIGINAL HP PARA USO NA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 05/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Setembro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 4ª ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

Estado de Santa Catarina Município de Curitibanos

Edital de Concurso Público Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Capítulo XI e itens 11.1 letra d e anexo VII do Edital de Abertura, torna pública a CONVOCAÇÃO para a 4ª ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, consistente no CURSO DE FORMAÇÃO dos candidatos habilitados no exame psicotécnico para o cargo de Agente de Trânsito.

1. DATA E LOCAL DO CURSO DE FORMAÇÃO

AGENTE DE TRÂNSITO

DATA DO CURSO: 28/09/2015 a 14/10/2015, das 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:30 horas

LOCAL: SEDE DO Núcleo Municipal Teresa Lemos Preto, localizado na Av. Salomão Carneiro de Almeida, 1675, bairro Nossa Senhora Aparecida, Curitibano-SC.

2. IMPORTANTE

2.1 O Curso de Formação, de caráter eliminatório, será regido pelas normas inerentes à categoria funcional, pelo edital de abertura e por este edital.

2.2 Será eliminado do concurso o candidato que não frequentar no mínimo 90% das horas atividades e/ou não satisfazer os demais requisitos legais, regulamentares e/ou regimentais e obtiver nota final no Curso de Formação Profissional inferior ao previsto no

edital do Concurso nº 001/2015.

2.3 Os candidatos ao cargo de Agente de Trânsito convocados, deverão observar o disposto no anexo VII do Edital do Concurso nº 01/2015.

2.4 O resultado do Curso de Formação será publicado através do mural e site do município de Curitibanos (WWW.CURITIBANOS.SC.GOV.BR)

3. CANDIDATOS CONVOCADOS

INSCRIÇÃO	AGENTE DE TRANSITO
061	LEONARDO DA SILVA
070	EDUARDO CRISTIANO BASTOS
055	SAMUEL PEREIRA CHAVES
056	GILBERTO ALVES
015	GISELE NUNES
073	MARCELO PEREIRA
158	AUGUSTO CESAR FAEDO DE ALMEIDA
113	ALEXANDRE GRANEMANN LANZINI
047	ANDRESSA PADILHA DE MORAES
143	EVANDRO DA LUZ ARAUJO

Curitibanos, 17 de setembro de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015

O Fundo Municipal de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a LOCAÇÃO DE TENDA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PARA AS FESTIVIDADES NATALINAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 05/10/2015, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 16:00 horas do dia 05/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 às 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Setembro de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA NR. 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 41/2015 - CC Processo Administrativo: 41/2015 Processo de Licitação: 41/2015 Data do Processo: 29/07/2015
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 24/2015 (Sequência: 3)

Ao(s) 4 de Setembro de 2015, às 17:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 41/2015, Licitação nº 41/2015 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: CONFORME ATA Nº 23/2015, DA CONCORRÊNCIA 41/2015 SEQUENCIA DE JULGAMENTO Nº 3, FOI ABERTO OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS, FOI VERIFICADO OS SEGUINTE VALORES: COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA ME R\$ 1.678.638,90; ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA R\$ 1.736.928,66; TORRE FORTE CONSTRUTORA E INC. EIRELI ME R\$ 1.510.317,13; B & P CONSTRUTORA LTDA R\$ 1.786.187,24. APÓS ANALISADO, VERIFICOU-SE A DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA B & P CONSTRUTORA LTDA, POR NÃO SEPARAR O VALOR DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 7.2 DO EDITAL. AS DEMAIS EMPRESAS APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS. FICANDO ASSIM APRAZADO O PRAZO LEGAL PARA INTERPOR RECURSO.

Participante: 13304 - TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - M

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.	%	100,00		0,0000	15.103,1713	1.510.317,13

Total do Participante —————> 1.510.317,13

Total Geral —————> 1.510.317,13

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 4 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETÁRIA
TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA - - 1º MEMBRO
MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO - - 2º MEMBRO
DANIELLE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 3º MEMBRO

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 089/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: GP Serviços Técnicos Contábeis – Eirelli -ME

Objeto Contratação de empresa especializada na área de contabilidade publica para prestar serviços especializados de adequação dos procedimentos Administrativos que envolvam os setores de contabilidade, finanças e patrimônio junto as secretarias, fundos e autarquia..

Origem: Processo 0105/2014 Modalidade: CV nº 0105/2014 Valor R\$ 15.900,00 - Vigência: 25/09/2015 à 25/01/2016

Dionísio Cerqueira 18/09/2015

Altair Rittes

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 094/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para realização de pequenas reformas nas escolas Municipais da rede Municipal de ensino Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 02/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 18/09/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 095/2015. Objeto: Contratação de empresa de ônibus para realização de viagem de transporte de atletas do Município Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 02/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 18/09/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Doutor Pedrinho, 17 de setembro de 2015.

Em concordância a Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências, a Prefeitura de Doutor Pedrinho, juntamente com as Secretarias Municipais, e Fundos, realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2016.

O objetivo desta Audiência Pública é possibilitar a participação popular através de todos os segmentos organizados da Sociedade na definição dos planos e investimentos públicos municipais e a execução dos programas, a partir da votação da LDO 2016.

Assim sendo, a Audiência Pública acontecerá dia 25 de Setembro, às 19:00 horas, na Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, - Localizada na Brasília, 02, e Vossa participação é fundamental, não apenas para o cumprimento da lei, mas também para contribuir com a elaboração deste importante instrumento de planejamento e definição dos investimentos possíveis da Administração Municipal.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os mais elevados votos de estima e consideração, no aguardo da participação de Vossa Senhoria ou de algum membro de Vossa Entidade.

Atenciosamente

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2015

LEI COMPLEMENTAR nº 128, de 16 de setembro de 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a receber imóvel como antecipação de área pública, prolonga a Rua Sabino Uber, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal receber, no nome do Município de Doutor Pedrinho/SC, as áreas de terras urbanas de que tratam os Incisos I e II do § 2º do Artigo 1º do Decreto nº 33, de 31/07/2015, como antecipação de área pública de futuro parcelamento da área remanescente do terreno registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 6.964, livro 2, de propriedade de Osvaldo Uber e Maria Delordes Uber.

§ 1º - As áreas de que trata o "caput" deste artigo, foram declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação visando à manutenção de reservatório da água captada para Estação de Tratamento do sistema de abastecimento de água potável na cidade de Doutor Pedrinho/SC e para prolongamento da Rua Sabino Uber até o local do reservatório.

§ 2º - Fica o Município autorizado a custear todas as despesas, tais como taxas e emolumentos, visando o regular registro das áreas

desapropriadas pelo Decreto nº 33, de 31/07/2015.

§ 3º - Os proprietários da área remanescente arcarão com a aquisição dos tubos necessários para rede de águas pluviais no prolongamento da Rua Sabino Uber até o local do reservatório, cabendo ao Município fornecer os equipamentos, demais materiais e a mão de obra necessária para sua colocação, bem como providenciar o revestimento primário da pista de rolamento.

§ 4º - As áreas mencionadas no caput deste artigo correspondem a:

I - Área nº 01, destinada para prolongamento da Rua Sabino Uber até o reservatório da água captada para Estação de Tratamento do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Doutor Pedrinho/SC, sendo terreno urbano, sem benfeitorias, localizado no término da Rua Sabino Uber, distando a partir de um ponto localizado no lado par da Rua Sabino Uber, a distância de 530,69 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, Bairro Centro, Município de Doutor Pedrinho - SC, com área de 1.969,37m² (um mil, novecentos e sessenta e nove metros e trinta e sete decímetros quadrados), com largura total de 11,20 metros, sendo: 8,00 metros de pista de rolamento e 1,60 metros de passeio para cada lado da via; confrontando pela Frente, com 11,20 metros com o término da Rua Sabino Uber; Fundos em uma linha curva (virador) com distância de 52,53 metros confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber; Lado Direito (lado ímpar), em uma linha sinuosa, com distância de 110,86 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, defletindo à direita e segue mais 20,00 metros em linha reta, confrontando com a parcela nº02 dos proprietários (área à desapropriar); e Lado Esquerdo (lado par), em uma linha sinuosa, com distância de 103,94 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber;

II - Área nº 02, destinada à manutenção de reservatório da água captada para Estação de Tratamento do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Doutor Pedrinho/SC, sendo terreno urbano, sem benfeitorias, localizado no lado ímpar da Rua Sabino Uber, Bairro Centro, Município de Doutor Pedrinho - SC, distando a partir de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, a distância de 662,26 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, com área de 262,50m² (duzentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados); Iniciando em um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito, vértice (P.1), segue pela Frente, com ângulo interno de 48º44'19", e distância de 20,00 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Sabino Uber, até o vértice (P.2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 131º15'41" e distância de 10,87 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, até o vértice (P.3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 90º00'00", e distância de 15,00 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, até o vértice (P.4); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 90º00'00", e distância de 24,06 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, até o vértice (P.1), alcançando a divisa de frente do imóvel, início desta descrição, com uma distância perimetral de 69,93 metros.

Art. 2º - O prolongamento da Rua Sabino Uber, de que trata o Artigo anterior, passará a integrar o sistema viário municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de setembro de 2015;
27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

PORTARIA Nº 104/2015

PORTARIA No 104, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 3º da Lei no 557, de 14 de maio de 2004, combinado com a Lei nº 267 de 28 de janeiro de 1997, resolve:

1. NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com mandato de dois (02) anos, a contar desta data, até 09 de setembro de 2017, composto pelos seguintes membros:

I -	REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:
	1. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	Titular : Patrícia Pessatto da Silva
	Suplente : Marisia Judite Rozza
	2. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
	Titular : Giane Cristina Giacomozzi Claudino dos Santos
	Suplente : Simone Maas Kunkel
	3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
	Titular : Vania de Lourdes Ferreira
	Suplente : Valkiria Terezinha Frainer Fronza
II -	REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:
	1. CLUBE DE MÃES BEIJA-FLOR
	Titular : Beatriz Moser
	Suplente : Idi Buzzi
	2. APP DO COLÉGIO FREI LUCÍNIO KORTE

Titular :	Silvia Odete P. Kisner
Suplente :	Nilton Bruni Tomelin
	3. CONSELHO TUTELAR
Titular :	Ruth Ana Bowens
Suplente :	Vanderleia Fiamoncini Buzzi

2. PRORROGAR a Portaria nº 082, de 01/07/2013, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, pelo período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2015, até a presente data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de setembro de 2015;
27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

PORTARIA Nº 105/2015

PORTARIA no 105, de 10 de setembro de 2015.

Designa a Comissão de Fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 11/2015 – Execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra e material, na pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Santa Catarina (Trecho 03).

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações; Considerando-se o disposto no item 14 do Edital de Licitação / Tomada de Preço nº 01/2015; resolve:

DESIGNAR

Os seguintes membros:

NOME	FUNÇÃO
José Arildo de Castilho	Chefe de Gabinete
Paulo Andrey Vicente	Fiscal de Posturas
Guilherme Giacomozzi da Silva	Assessor de Meio-Ambiente e Turismo

Para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade, constituírem Comissão de Fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 11/2015 – Execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra e material, na pavimentação asfáltica e sinalização viária do trecho 03 da Rua Santa Catarina área total de 11.191,70 m².

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de setembro de 2015;
27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 106/2015

PORTARIA No 106, de 10 de Setembro de 2015.

Nomeia membros do Conselho Municipal do Idoso.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigos 3º e 7º da Lei no 561, de 22 de junho de 2004, resolve:

1. NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, com mandato de dois (02) anos, a contar de 10 de setembro de 2015 até 09 de setembro de 2017, composto pelos seguintes membros:

I -	REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS	
	1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
a)	Titular :	Onorita Buzzi
	Suplente :	Patricia Pessatto da Silva
b)	Titular :	Neiva Cristofolini
	Suplente :	José Carlos Rosa Filho
	2. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
a)	Titular :	Izabel Cristina Saldanha Packer
	Suplente :	Juranice Aparecida Buzzi Rode
	3. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
a)	Titular :	Guilherme Giacomozzi
	Suplente :	José Arildo de Castilho
	4. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DOUTOR PEDRINHO	
a)	Titular :	Lúcia Fátima Kisner Moser
	Suplente :	Dulcemar Gonzaga
II -	REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS	
	1. GRUPOS DE IDOSOS	
a)	Titular :	Vera Cristofolini
	Suplente :	Ivo Frainer
b)	Titular :	Denise Maria Isense
	Suplente :	Ingrit Becker
	2. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	
a)	Titular :	Mansueto Galkowski
	Suplente :	Iracema Maier da Rosa
	3. DIRETORIA DE IGREJAS	
a)	Titular :	Natalia Mayer
	Suplente :	Tereza Giovanella
	4. COMANDANTE DO DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
a)	Titular :	Gilson Pessotti
	Suplente :	Edem de Souza Real

2. PRORROGAR a Portaria nº 056, de 24/05/2013, que nomeou os membros do Conselho Municipal do Idoso, pelo período de 24 de maio de 2013 à 23 de maio de 2015, até a presente data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de setembro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

PORTARIA Nº 107/2015

PORTARIA no 107, de 18 de setembro de 2015.

Concede Promoção por Qualificação Profissional aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados;

Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Aos servidores do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Neuza Fátima Girelli	Agente Administrativo II	18/09/2015	12.2 - X	12.2 - Y
José Arildo de Castilho	Agente Administrativo III	18/09/2015	14 - X	14 - Y

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 18 de setembro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 43/2015 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 08/2013

EXTRATO DO CONTRATO n° 43/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato n° 08/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Preservale Saneamento Ambiental Ltda

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar triagem, compostagem e destinação final de resíduos sólidos urbanos (domiliares e comerciais), em aterro sanitário devidamente regularizado nos órgãos competentes.

VALOR: fica aditado em R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), passando para R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2015

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO Nº 001 - APRISCO

1º TERMO ADITIVO

CONVÊNIO - Nº 0013/2014

O município de Faxinal dos Guedes, inscrito no CNPJ nº 83.009.910/0001-62, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 50 neste município de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e portador do CPF nº 195.715.699-68, adiante nomeado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO – MANTENEDORA DO LAR APRISCO, que atende como abrigo, sito na Rua Odilo Antonio Linck, nº. 1621 Sala 01, CEP 89.930-000, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/RFB sob nº. 11.712.456/0001-09, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. MARCOS CESAR COSTA, brasileiro, empresário, residente na Av. Rio Grande do Sul, nº.231, apartamento Nº231, na cidade de São José do Cedro - SC, portador do CPF sob nº 019.655.139-05 e da Cédula de Identidade sob nº.2.946.665-2, órgão emissor SSP/SC, doravante denominada simplesmente de ASSOCIAÇÃO APRISCO, resolvem celebrar convênio entre si, em conformidade com o disposto na Lei 2.280/2013 e Lei 2.340/2014, nas cláusulas e condições a seguir:

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula sétima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 18 de Setembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 0013/2014.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 03 (três) vias, na presença de duas testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 18 de Setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	LAR APRISCO
--	-------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONVITE AUDIENCIA PUBLICA

PREF. MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de avaliação das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2015, discussão e avaliação da LOA (Lei de Orçamento Anual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o exercício de 2016. A audiência será realizada no dia 30 de setembro de 2015 (quarta-feira), às 10:00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Avenida Rio Grande do Sul, 458, neste município de Faxinal dos Guedes - SC, 18 de setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 036-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 036/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no Processo Seletivo que trata o Edital de Concurso Publico nº002/2014

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 458, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar cópia da seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);
Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);
Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
Registro no órgão competente (depende do cargo);
Cédula de Identidade;
CPF;
Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado(via internet);
01 foto 3x4 recente;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;
Comprovante de conta corrente em Banco;
Comprovante de residência-atualizado;
Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.
Carteira de motorista; (depende do cargo).
Carteira de vacinação;
Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.
Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:
- Contra Hepatite B
- Contra Tétano
- Contra Febre Amarela
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.
Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:
- Contra tétano
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.
Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.
Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 16 de setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO:COZINHEIRA 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
GISELE ROSA DE OLIVEIRA DE BORTOLLI	8º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

RETIFICAÇÃO 2 DE EDITAL PNEUS

Estado de Santa Catarina – prefeitura municipal de Faxinal dos Guedes

Aviso de edital e retificação de edital – pregão presencial 0031/2015– processo licitatório 0059/2015.

O fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 0031/2015, que trata da "AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE PROTETORES DE ARO, CAMARAS DE AR E PNEUS NOVOS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO", está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

Ficam alterados os seguintes itens:

ONDE LE-SE

Da apresentação e entrega dos envelopes:

Os envelopes "proposta de preços" e "documentação de habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao setor de protocolo, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

Os envelopes: nº 01 – proposta e nº 02 – documentação de habilitação deverão ser protocolados no setor de protocolo do município, à av. Rio grande do sul, 458, centro, na cidade de faxinal dos guedes, sc, até às 09:00 horas do dia 22 de setembro de 2015.

A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 09:15 horas do dia 22 de setembro de 2015, na sala do setor de licitações, localizado à av. Rio grande do sul, 458, centro, na cidade de faxinal dos guedes sc.

LEIA-SE

Da apresentação e entrega dos envelopes:

Os envelopes "proposta de preços" e "documentação de habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao setor de protocolo, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

Os envelopes: nº 01 – proposta e nº 02 – documentação de habilitação deverão ser protocolados no setor de protocolo do município, à av. Rio grande do sul, 458, centro, na cidade de faxinal dos guedes, sc, até às 09:00 horas do dia 29 de setembro de 2015.

A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 09:15 horas do dia 29 de setembro de 2015, na sala do setor de licitações, localizado à av. Rio grande do sul, 458, centro, na cidade de faxinal dos guedes sc.

ANEXO I**ONDE LE-SE:**

Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Preço Unitário Máximo	Preço total
03	Pneu Radial 275/80 R22.5 TG 85 Borrachudo, uso misto, profundidade de sulcos mínimo de 20,5 mm	UND	16		1.703,00	
14	Pneu Radial 225/65 R16 1122R	UND	16		636,66	

LEIA-SE:

Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Preço Unitário Máximo	Preço total
03	Pneu Radial 275/80 R22.5 TG 85 Borrachudo, uso misto, profundidade de sulcos mínimo de 20,0 mm	UND	16		1.703,00	
14	Pneu Radial 225/65 R16 112R	UND	16		636,66	

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 18 de setembro de 2015.

RELATORIOS QUARTO BIMESTRE 2015

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.293.162,00	33.293.162,00	7.000.099,93	21,03	24.172.278,77	72,60	9.120.883,23
RECEITAS CORRENTES	31.793.162,00	31.793.162,00	4.798.434,20	15,09	20.196.613,04	63,53	11.596.548,96
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.345.850,00	2.345.850,00	378.779,27	16,15	1.728.365,11	73,68	617.484,89
IMPOSTOS	2.100.410,00	2.100.410,00	337.244,30	16,06	1.353.138,24	64,42	747.271,76
TAXAS	232.600,00	232.600,00	41.534,97	17,86	375.226,87	161,32	-142.626,87
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.840,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	406.600,00	406.600,00	70.464,55	17,33	232.454,89	57,17	174.145,11
CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	406.600,00	406.600,00	70.464,55	17,33	232.454,89	57,17	174.145,11
RECEITA PATRIMONIAL	53.928,00	53.928,00	51.212,31	94,96	183.537,91	340,34	-129.609,91
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.158,00	0,00	-1.158,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	53.928,00	53.928,00	51.212,31	94,96	182.379,91	338,19	-128.451,91
RECEITA AGROPECUÁRIA	32.100,00	32.100,00	3.334,82	10,39	15.616,87	48,65	16.483,13
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	32.100,00	32.100,00	3.334,82	10,39	15.616,87	48,65	16.483,13
RECEITA DE SERVIÇOS	34.240,00	34.240,00	45,61	0,13	6.570,92	19,19	27.669,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.952.614,00	27.952.614,00	4.256.812,25	15,23	17.922.313,53	64,12	10.030.300,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.789.974,00	27.789.974,00	4.239.947,59	15,26	17.871.719,55	64,31	9.918.254,45
TRANSF. DE CONV.	162.640,00	162.640,00	16.864,66	10,37	50.593,98	31,11	112.046,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	967.830,00	967.830,00	37.785,39	3,90	107.753,81	11,13	860.076,19
MULTAS E JUROS DE MORA	63.130,00	63.130,00	3.439,97	5,45	28.509,48	45,16	34.620,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	85.600,00	85.600,00	1.021,17	1,19	3.685,63	4,31	81.914,37
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	69.550,00	69.550,00	2.939,41	4,23	24.827,11	35,70	44.722,89
RECEITAS DIVERSAS	749.550,00	749.550,00	30.384,84	4,05	50.731,59	6,77	698.818,41
RECEITAS DE CAPITAL	1.500.000,00	1.500.000,00	2.201.665,73	146,78	3.975.665,73	265,04	-2.475.665,73
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	66.100,00	0,00	66.100,00	0,00	-66.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	66.100,00	0,00	66.100,00	0,00	-66.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000,00	1.500.000,00	2.135.565,73	142,37	3.909.565,73	260,64	-2.409.565,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.500.000,00	1.500.000,00	2.135.565,73	142,37	3.909.565,73	260,64	-2.409.565,73
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.293.162,00	33.293.162,00	7.000.099,93	21,03	24.172.278,77	72,60	9.120.883,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	33.293.162,00	33.293.162,00	7.000.099,93	21,03	24.172.278,77	72,60	9.120.883,23
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.293.162,00	33.293.162,00	7.000.099,93	21,03	24.172.278,77	72,60	9.120.883,23
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	264.304,80	—	—	262.545,60	—	—
Superávit Financeiro	—	264.304,80	—	—	262.545,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.293.162,00	37.983.993,79	4.666.256,29	26.017.963,20	11.966.030,59	5.670.198,45	23.347.089,75	14.636.904,04	22.665.648,09
DESPESAS CORRENTES	28.782.427,00	29.489.303,48	3.534.289,34	22.033.802,39	7.455.501,09	4.479.783,79	19.536.427,02	9.952.876,46	18.857.868,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.333.850,00	14.360.170,80	2.422.198,62	9.806.113,40	4.594.057,40	2.422.198,62	9.806.113,40	4.554.057,40	9.385.059,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	270.000,00	270.000,00	548,86	156.561,47	113.438,53	27.669,80	114.526,18	155.473,82	114.526,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.178.577,00	14.859.132,68	1.111.541,86	12.071.127,52	2.788.005,16	2.029.915,37	9.615.787,44	5.243.345,24	9.358.282,64
DESPESAS DE CAPITAL	4.489.335,00	8.473.290,31	1.131.966,95	3.984.160,81	4.489.129,50	1.190.414,66	3.810.662,73	4.662.627,58	3.807.779,73
INVESTIMENTOS	3.748.635,00	7.862.581,56	1.131.966,95	3.441.470,20	4.421.111,36	1.118.767,68	3.383.597,70	4.478.983,86	3.380.714,70
INVERSOES FINANCEIRAS	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	730.000,00	600.008,75	0,00	542.690,61	57.318,14	71.646,98	427.065,03	172.943,72	427.065,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.400,00	21.400,00	0,00	0,00	21.400,00	0,00	0,00	21.400,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.400,00	21.400,00	0,00	0,00	21.400,00	0,00	0,00	21.400,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.293.162,00	37.983.993,79	4.666.256,29	26.017.963,20	11.966.030,59	5.670.198,45	23.347.089,75	14.636.904,04	22.665.648,09

Continua 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.293.162,00	37.983.993,79	4.686.256,29	26.017.963,20	11.966.030,59	5.670.198,45	23.347.089,75	14.636.904,04	22.665.648,09
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	825.189,02	—	24.172.278,77
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.293.162,00	37.983.993,79	4.686.256,29	26.017.963,20	—	5.670.198,45	24.172.278,77	—	46.837.926,86

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	66.100,00	-66.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	66.100,00	-66.100,00
TOTAL	0,00	66.100,00	-66.100,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	66.100,00	66.100,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPALFLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRCSC 163120-6JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.209.550,00	2.209.550,00	1.385.722,51	62,72
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	342.400,00	342.400,00	183.874,14	53,70
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	181.900,00	181.900,00	122.444,20	67,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.102.100,00	1.102.100,00	769.629,73	69,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	474.010,00	474.010,00	277.190,17	58,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	17.120,00	17.120,00	5.988,83	34,98
Dívida Ativa dos Impostos	56.710,00	56.710,00	15.823,91	27,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	35.310,00	35.310,00	10.771,53	30,51
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.440.130,00	23.440.130,00	14.746.518,24	62,91
Cota-Parte FPM	9.600.000,00	9.600.000,00	5.427.159,30	56,53
Cota-Parte ITR	4.280,00	4.280,00	5.045,71	117,89
Cota-Parte FVA	1.027.200,00	1.027.200,00	783.898,39	76,31
Cota-Parte ICMS	12.600.000,00	12.600.000,00	8.368.576,99	66,42
Cota-Parte IPH-Exportação	133.750,00	133.750,00	127.385,54	95,24
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	74.900,00	74.900,00	34.542,31	46,12
Desoneração ICMS (LC 87/96)	74.900,00	74.900,00	34.542,31	46,12
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	25.649.680,00	25.649.680,00	16.132.240,75	62,89

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.261.338,00	2.261.338,00	1.535.539,36	67,90
Provenientes da União	2.261.338,00	2.261.338,00	1.535.539,36	67,90
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.140,00	2.140,00	5.621,00	262,66
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.263.478,00	2.263.478,00	1.541.160,36	68,09

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.169.373,00	7.506.090,68	6.139.906,30	81,80	5.333.564,87	71,06
Pessoal e Encargos Sociais	3.457.170,00	3.457.170,00	2.529.491,70	73,17	2.529.491,70	73,17
Outras Despesas Correntes	3.712.203,00	4.048.920,68	3.610.414,60	89,17	2.804.073,17	69,25
DESPESAS DE CAPITAL	79.365,00	108.933,49	38.813,49	35,63	38.813,49	35,63
Investimentos	79.365,00	108.933,49	38.813,49	35,63	38.813,49	35,63

Continua 1/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	79.365,00	108.933,49	38.813,49	35,63	38.813,49	35,63
Investimentos	79.365,00	108.933,49	38.813,49	35,63	38.813,49	35,63
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.248.738,00	7.615.024,17	6.178.719,79	81,14	5.372.378,36	70,56
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.261.338,00	2.315.906,49	1.604.030,29	25,96	1.445.975,99	26,92
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.261.338,00	2.315.906,49	1.604.030,29	25,96	1.445.975,99	26,92
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.261.338,00	2.315.906,49	1.604.030,29	25,96	1.445.975,99	26,92
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.987.400,00	5.299.117,68	4.574.689,50	74,04	3.926.402,37	73,08
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						24,34
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/III) - (15 x IIIb)/100]⁶						1.506.596,26

Continua 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100	
Atenção Básica	6.875.094,00	7.206.620,97	5.829.296,95	94,34	5.134.760,47	95,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	317.362,00	362.121,20	336.385,00	5,44	224.580,05	4,18
Vigilância Epidemiológica	56.282,00	56.282,00	13.037,94	0,21	13.037,94	0,24
TOTAL	7.248.738,00	7.615.024,17	6.178.719,79	100,00	5.372.378,36	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+h"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+h"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+h) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLÁVIO RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTÁBILIDADE

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		33.293.162,00	
Previsão Atualizada		33.293.162,00	
Receitas Realizadas		24.172.278,77	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		262.545,60	
DESPESAS			
Dotação Inicial		33.293.162,00	
Créditos Adicionais		4.690.831,79	
Dotação Atualizada		37.983.993,79	
Despesas Empenhadas		26.017.963,20	
Despesas Liquidadas		23.347.089,75	
Despesas pagas		22.665.648,09	
Superavit Orçamentário		825.189,02	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		26.017.963,20	
Despesas Liquidadas		23.347.089,75	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		30.581.261,77	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.070.000,00	-143,52
Resultado Primário		946.072,00	118,20
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.014.584,37	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.377.512,30	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		3.810.662,73	4.662.627,58
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		66.100,00	-66.100,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.926.402,37	15,00	24,34
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (g)	33.293.162,00	37.993.993,79	4.696.256,29	26.017.963,20	100,00	11.996.030,59	5.670.198,45	23.347.098,75	100,00	14.636.904,04
Legislativa	1.198.400,00	1.198.400,00	128.625,56	527.591,29	2,03	670.806,71	128.625,56	527.591,29	2,25	670.806,71
Ação Legislativa	1.198.400,00	1.198.400,00	128.625,56	527.591,29	2,03	670.806,71	128.625,56	527.591,29	2,25	670.806,71
Administração	3.813.100,00	3.813.100,00	448.072,95	2.545.135,44	9,78	1.267.963,56	478.758,22	2.239.222,62	9,59	1.573.877,38
Administração Geral	3.813.100,00	3.813.100,00	448.072,95	2.545.135,44	9,78	1.267.963,56	478.758,22	2.239.222,62	9,59	1.573.877,38
Defesa Nacional	16.050,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	16.050,00
Defesa Civil	16.050,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	16.050,00
Segurança Pública	210.000,00	210.000,00	21.694,09	106.384,77	0,42	101.615,23	19.481,37	93.442,41	0,40	116.557,59
Policciamento	210.000,00	210.000,00	21.694,09	106.384,77	0,42	101.615,23	19.481,37	93.442,41	0,40	116.557,59
Assistência Social	1.557.510,00	1.557.510,00	190.915,04	1.080.052,97	4,15	477.457,03	245.857,69	992.893,95	4,25	564.616,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	133.890,00	133.890,00	15.746,14	70.282,29	0,27	63.607,71	16.274,08	69.374,90	0,30	64.515,10
Assistência Comunitária	1.423.620,00	1.423.620,00	175.168,90	1.009.770,68	3,88	413.849,32	229.583,61	923.519,05	3,96	500.100,95
Saúde	7.248.738,00	7.615.024,17	786.538,91	6.178.719,79	23,75	1.436.304,38	1.178.015,43	5.372.378,36	23,01	2.242.645,81
Atenção Básica	6.875.094,00	7.206.620,97	755.925,45	5.829.295,95	22,40	1.377.324,02	1.098.053,39	5.134.760,47	21,99	2.071.860,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	317.362,00	352.121,20	26.085,00	336.385,00	1,29	15.736,20	75.433,58	224.580,05	0,98	127.541,15
Vigilância Epidemiológica	56.282,00	56.282,00	4.528,46	13.037,84	0,05	43.244,16	4.528,46	13.037,84	0,05	43.244,16
Educação	8.388.614,00	8.980.549,03	1.364.705,64	6.695.053,87	25,73	2.285.495,16	1.326.596,27	6.338.162,48	27,15	2.642.386,55
Alimentação e Nutrição	128.000,00	128.000,00	8.048,10	112.560,54	0,43	15.439,46	16.395,20	104.699,14	0,45	23.300,86
Ensino Fundamental	6.580.164,00	7.168.053,51	1.052.199,85	5.522.618,44	21,23	1.843.435,07	1.041.094,79	5.240.573,72	22,45	1.925.479,79
Ensino Médio	26.750,00	26.750,00	0,00	3.360,00	0,01	23.390,00	350,00	3.360,00	0,01	23.390,00
Ensino Superior	53.500,00	53.500,00	27.100,00	52.500,00	0,20	1.000,00	14.650,00	38.200,00	0,17	14.300,00
Educação Infantil	1.557.400,00	1.563.445,52	277.357,69	961.214,89	3,69	602.230,63	239.095,28	910.329,62	3,90	653.115,90
Educação Especial	42.800,00	42.800,00	0,00	42.800,00	0,16	0,00	15.000,00	40.000,00	0,17	2.800,00
Cultura	1.903.280,00	4.186.226,37	1.109.848,43	2.325.848,43	8,94	1.860.377,94	1.097.848,43	2.309.848,43	9,89	1.876.377,94
Diffusão Cultural	1.903.280,00	4.186.226,37	1.109.848,43	2.325.848,43	8,94	1.860.377,94	1.097.848,43	2.309.848,43	9,89	1.876.377,94
Urbanismo	1.284.200,00	2.672.295,23	350,48	736.681,28	2,83	1.935.613,95	131.376,17	560.361,32	2,40	2.111.933,91
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	1.848.095,23	350,48	88.095,23	0,34	1.760.000,00	350,48	88.095,23	0,38	1.760.000,00
Serviços Urbanos	760.000,00	760.000,00	0,00	648.585,05	2,49	111.413,95	131.025,69	472.265,09	2,02	287.733,91
Saneamento Básico Urbano	64.200,00	64.200,00	0,00	0,00	0,00	64.200,00	0,00	0,00	0,00	64.200,00
Habitação	171.200,00	232.768,99	69.201,67	223.625,52	0,86	9.142,47	70.701,13	210.073,36	0,90	22.695,63
Habitação Urbana	171.200,00	232.768,99	69.201,67	223.625,52	0,86	9.142,47	70.701,13	210.073,36	0,90	22.695,63
Agricultura	1.072.800,00	1.072.800,00	50.136,88	667.669,23	2,57	405.130,77	122.985,64	445.362,78	1,91	627.437,22
Extensão Rural	1.072.800,00	1.072.800,00	50.136,88	667.669,23	2,57	405.130,77	122.985,64	445.362,78	1,91	627.437,22
Indústria	42.800,00	42.800,00	0,00	0,00	0,00	42.800,00	0,00	0,00	0,00	42.800,00
Promoção Industrial	42.800,00	42.800,00	0,00	0,00	0,00	42.800,00	0,00	0,00	0,00	42.800,00

Continua 1/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.293,162,00	37.983.993,79	4.666.296,29	26.017.963,20	100,00	11.966.030,59	5.670.198,45	23.347.089,75	100,00	14.636.904,04
Energia	446.600,00	446.600,00	4.767,80	309.611,00	1,19	136.989,00	69.943,80	239.026,41	1,02	207.571,59
Energia Elétrica	446.600,00	446.600,00	4.767,80	309.611,00	1,19	136.989,00	69.943,80	239.026,41	1,02	207.571,59
Transporte	4.249.120,00	4.249.120,00	469.618,24	3.235.164,42	12,43	1.013.955,58	605.517,50	2.631.822,29	12,56	1.317.297,71
Transporte Rodoviário	4.249.120,00	4.249.120,00	469.618,24	3.235.164,42	12,43	1.013.955,58	605.517,50	2.631.822,29	12,56	1.317.297,71
Desporto e Lazer	249.350,00	249.350,00	21.231,74	135.179,86	0,52	114.170,14	24.420,61	126.099,86	0,54	123.250,14
Desporto Comunitário	249.350,00	249.350,00	21.231,74	135.179,86	0,52	114.170,14	24.420,61	126.099,86	0,54	123.250,14
Encargos Especiais	1.420.000,00	1.420.000,00	548,86	1.249.243,33	4,80	170.756,67	170.080,63	960.802,19	4,12	459.197,81
Outros Encargos Especiais	1.420.000,00	1.420.000,00	548,86	1.249.243,33	4,80	170.756,67	170.080,63	960.802,19	4,12	459.197,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.400,00	21.400,00	0,00	0,00	0,00	21.400,00	0,00	0,00	0,00	21.400,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.293,162,00	37.983.993,79	4.666.296,29	26.017.963,20	100,00	11.966.030,59	5.670.198,45	23.347.089,75	100,00	14.636.904,04

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORIANI
PREFEITO MUNICIPALFLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Faxinal dos Gudeos - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO - ANEXOS I, RF, AT, SA, INDI, II

PREO - ANEXO 3 (RFB, AN. 53, anexo II)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
		Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agv/2015		TOTAL (U.L.T. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)		2.885.092,84	2.740.019,66	3.015.591,07	3.388.659,46	3.106.242,43	2.794.937,94	2.890.375,50	2.914.775,83	3.009.591,07	3.159.789,80	2.785.691,15	2.674.157,53	34.947.413,00	36.411.989,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		154.176,72	143.103,47	185.559,88	255.455,15	118.219,47	185.575,92	229.128,52	182.597,47	200.804,45	433.260,01	187.671,71	191.101,59	2.496.676,38	2.345.680,00
IPTU		3.794,21	2.574,22	5.549,21	997,44	0,00	0,00	0,00	179,87	25.665,59	146.060,97	5.893,46	6.084,55	189.736,22	342.400,00
IPRPF		31.137,18	33.883,11	65.256,35	83.275,24	55,03	38.147,43	38.144,32	32.838,89	44.294,28	39.783,84	39.415,74	42.151,45	493.750,45	474.010,00
IUS		859.69,84	89.020,34	87.263,34	138.129,10	94.619,41	69.194,62	103.989,15	121.451,89	74.912,66	102.611,33	95.466,23	188.859,99	1.155.123,15	1.132.120,00
ITR		19.001,91	13.459,81	18.015,47	27.140,35	11.701,55	15.405,81	13.515,00	8.250,00	21.030,25	9.999,00	25.113,84	13.225,04	201.020,75	181.000,00
Outras Receitas Tributárias		13.403,78	7.343,99	9.332,60	7.914,04	11.843,05	6.035,05	73.781,02	17.451,75	34.462,14	135.319,87	20.754,44	20.780,53	413.321,18	245.440,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		22.559,80	28.216,50	23.393,21	25.419,85	6.888,75	28.007,57	27.918,75	32.059,82	33.259,82	33.619,63	35.341,21	35.117,34	340.047,25	409.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		19.041,28	17.501,16	+14.703,39	21.895,52	10.399,25	10.063,95	23.800,85	19.471,44	23.538,90	21.276,29	28.771,16	22.802,83	220.596,89	59.948,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		199,00	6.212,04	0,00	5.555,30	65,72	3.792,12	3.791,80	1.893,00	769,41	1.063,00	1.155,00	2.299,62	29.352,21	32.120,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		36,80	403,17	2.353,05	75,52	5.749,07	75,39	282,20	127,28	227,49	64,89	5,28	40,33	928,47	342,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.384.761,17	2.459.039,44	2.729.307,85	3.059.110,52	2.895.242,85	2.551.293,54	2.399.299,33	2.697.545,42	2.737.219,38	2.659.220,99	2.610.189,04	2.411.887,01	31.495.553,36	32.640.900,00
Cota-Parte do FPM		524.110,57	495.339,47	655.632,81	1.054.591,43	799.114,21	815.740,81	594.147,34	541.242,44	788.546,24	698.117,25	550.065,76	594.185,25	8.156.763,38	9.000.000,00
Cota-Parte do ICMS		1.021.555,55	1.054.404,40	1.151.449,18	1.117.255,85	1.152.949,49	1.025.351,73	1.025.215,41	1.102.214,55	1.051.421,15	1.052.337,49	999.591,63	952.232,27	12.723.659,89	12.800.000,00
Cota-Parte do IPI/IA		93.831,11	94.039,23	54.403,05	33.694,55	51.177,12	63.768,39	89.611,55	110.594,97	125.710,28	111.140,81	128.411,21	98.940,05	1.059.642,87	1.027.000,00
Cota-Parte do ITR		3.135,49	25.229,91	1.251,45	98,75	19,92	570,48	103,49	1.702,71	2.194,35	163,41	27,57	263,77	35.081,32	4.200,00
Outras Transferências Correntes		277.395,19	299.750,95	347.022,47	334.509,69	430.022,19	181.016,47	280.113,95	308.788,63	273.477,07	339.012,35	424.897,26	297.000,37	3.762.981,58	3.657.910,00
Transferências do LC 81/1999		11.944,81	12.694,79	14.055,88	14.372,33	23.654,89	14.073,47	13.409,05	14.659,53	15.311,59	15.257,17	14.215,89	15.225,65	180.653,40	133.750,00
Transferências do LC 87/1995		4.259,60	4.259,60	4.259,60	5.419,80	0,00	0,00	0,00	11.271,15	4.217,79	4.217,79	4.217,79	4.217,79	55.591,61	740,00
Transferências do FUNDEC		449.695,54	498.801,78	489.432,14	486.274,20	481.606,07	445.292,19	434.267,83	469.110,84	474.236,70	450.594,12	431.410,64	443.445,56	5.222.370,71	5.542.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		82.581,57	89.432,88	86.072,75	19.815,49	19.519,00	6.071,35	9.195,05	11.052,40	10.384,69	26.703,75	11.081,54	38.696,50	997.800,00	
DEDUÇÕES (II)		329.364,32	334.769,99	375.457,18	377.257,70	405.322,71	384.996,78	344.377,12	377.709,99	397.900,95	373.922,89	330.741,80	334.271,00	4.366.151,23	4.688.026,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC		329.364,32	334.769,99	375.457,18	377.257,70	405.322,71	384.996,78	344.377,12	377.709,99	397.900,95	373.922,89	330.741,80	334.271,00	4.366.151,23	4.688.026,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.555.728,52	2.405.249,67	2.640.133,89	3.009.600,78	2.700.919,72	2.409.941,16	2.545.998,38	2.537.065,84	2.611.690,12	2.785.867,11	2.454.949,35	2.339.886,53	30.581.261,77	31.723.963,00

FONTE:

Faxinal dos Gudeos, 19/09/2015

EDEGAR JORDANI
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO RAFAEL TRICHES
CONTRADOR GROSS 16.312.0-6JONAS MANOEL SPINDO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	713.023,82	425.428,00	375.396,02
DEDUÇÕES (II)	2.242.461,73	1.807.378,01	3.440.446,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.242.461,73	3.061.821,06	4.000.452,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.254.443,05	560.006,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.529.437,91	-1.381.950,01	-3.065.050,17
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.529.437,91	-1.381.950,01	-3.065.050,17

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	-1.683.100,16	-1.535.612,26

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.070.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	31.739.234,00	20.014.233,13	19.269.636,31
Receita Tributária	2.345.850,00	1.728.365,11	1.533.364,92
I.P.T.U.	342.400,00	183.874,14	182.257,15
I.S.S.	1.102.100,00	769.629,73	644.176,34
I.T.B.I.	181.900,00	122.444,20	130.328,36
I.R.R.F.	474.010,00	277.190,17	243.661,96
Outras Receitas Tributárias	245.440,00	375.226,87	332.941,11
Receita de Contribuição	406.600,00	232.454,89	183.102,04
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	406.600,00	232.454,89	183.102,04
Receita Patrimonial Líquida	0,00	1.158,00	16.451,69
Receita Patrimonial	53.928,00	183.537,91	233.635,30
(-) Aplicações Financeiras	53.928,00	182.379,91	217.183,61
Transferências Correntes	27.952.614,00	17.922.313,53	17.033.247,86
F.P.M.	7.680.000,00	4.341.727,61	4.114.438,20
I.P.V.A	821.760,00	827.047,37	596.313,90
I.C.M.S.	10.080.000,00	6.694.862,32	6.091.459,51
Convênios	162.640,00	50.593,98	80.672,91
Outras Transferências Correntes	9.208.214,00	6.208.082,25	6.150.363,34
Demais Receitas Correntes	1.034.170,00	129.941,60	503.469,80
Divida Ativa	69.550,00	24.827,11	46.204,85
Diversas Receitas Correntes	964.620,00	105.114,49	457.264,95
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.500.000,00	3.975.665,73	4.323.912,06
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	39.415,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	66.100,00	62.700,00
Transferências de Capital	1.500.000,00	3.909.565,73	4.221.797,06
Convênios	1.500.000,00	3.909.565,73	3.824.997,06
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	396.800,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.500.000,00	3.909.565,73	4.221.797,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.239.234,00	23.923.798,86	23.491.433,37

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	29.489.303,48	22.033.802,39	20.596.716,35	19.536.427,02	18.429.661,86
Pessoal e Encargos Sociais	14.360.170,80	9.806.113,40	8.657.261,00	9.806.113,40	8.655.605,50
Juros e Encargos da Dívida (IX)	270.000,00	156.561,47	197.800,00	114.526,18	138.419,05
Outras Despesas Correntes	14.859.132,68	12.071.127,52	11.741.655,35	9.615.787,44	9.635.637,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.219.303,48	21.877.240,92	20.398.916,35	19.421.900,84	18.291.242,81
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.473.290,31	3.984.160,81	5.401.651,34	3.810.662,73	4.488.475,44
Investimentos	7.862.581,56	3.441.470,20	4.801.651,34	3.383.597,70	3.996.939,16
Inversões Financeiras	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.008,75	542.690,61	600.000,00	427.065,03	491.536,28
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.873.281,56	3.441.470,20	4.801.651,34	3.383.597,70	3.996.939,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	21.400,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	37.113.985,04	25.318.711,12	25.200.567,69	22.805.498,54	22.288.181,97

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.874.751,04	-1.394.912,26	-1.709.134,32	1.118.300,32	1.203.251,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	946.072,00

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/09/2015

EDGAR GIORANI
PREFEITO MUNICIPALFLÁVIO RAFAEL TRICHES
CONTADEIRO GRC/SC 16.312/0-6JONAS MANOEL SPRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.209.550,00	2.209.550,00	1.385.722,51	62,72
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	432.280,00	432.280,00	204.585,37	47,33
1.1.1- IPTU	342.400,00	342.400,00	183.874,14	53,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.280,00	4.280,00	265,75	6,91
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	53.500,00	53.500,00	11.038,78	20,63
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	32.100,00	32.100,00	9.376,72	29,21
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	181.900,00	181.900,00	122.444,20	67,31
1.2.1- ITBI	181.900,00	181.900,00	122.444,20	67,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.121.360,00	1.121.360,00	781.502,77	69,69
1.3.1- ISS	1.102.100,00	1.102.100,00	789.629,73	69,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.840,00	12.840,00	5.693,08	44,34
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.210,00	3.210,00	4.785,15	149,07
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.210,00	3.210,00	1.394,81	43,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	474.010,00	474.010,00	277.190,17	58,48
1.4.1- IRRF	474.010,00	474.010,00	277.190,17	58,48
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.440.130,00	23.440.130,00	14.746.518,24	62,91
2.1- Cota-Parte FPM	9.600.000,00	9.600.000,00	5.427.159,30	56,53
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.600.000,00	9.600.000,00	5.427.159,30	56,53
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.600.000,00	12.600.000,00	8.368.576,99	66,42
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	74.900,00	74.900,00	34.542,31	46,12
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	133.750,00	133.750,00	127.385,54	95,24
2.5- Cota-Parte ITR	4.280,00	4.280,00	5.045,71	117,89
2.6- Cota-Parte IPVA	1.027.200,00	1.027.200,00	783.808,39	76,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.649.680,00	25.649.680,00	16.132.240,75	62,89
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	775.230,00	775.230,00	644.087,85	83,08
5.1- Transferências do Salário-Educação	548.000,00	548.000,00	476.294,06	86,91
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	130.930,00	130.930,00	115.406,00	88,14
5.4- Transferências Diretas - PNATE	87.740,00	87.740,00	19.811,64	22,58
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.560,00	8.560,00	32.576,15	380,56
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	162.640,00	162.640,00	531.593,98	326,85
6.1- Transferências de Convênios	162.640,00	162.640,00	531.593,98	326,85
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	937.870,00	937.870,00	1.175.681,83	125,36
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.688.026,00	4.688.026,00	2.949.302,04	62,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.920.000,00	1.920.000,00	1.085.431,69	56,53
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.520.000,00	2.520.000,00	1.673.714,67	66,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.980,00	14.980,00	6.908,43	46,12
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	26.750,00	26.750,00	25.477,15	95,24
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	856,00	856,00	1.009,08	117,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	205.440,00	205.440,00	156.761,02	76,31
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.553.300,00	5.553.300,00	3.645.941,72	65,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.542.600,00	5.542.600,00	3.630.764,05	65,51
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.700,00	10.700,00	15.177,67	141,85
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	854.574,00	854.574,00	681.462,01	79,74
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.331.980,00	3.331.980,00	2.377.512,30	71,35	2.377.512,30	71,35	
13.1- Com Educação Infantil	770.400,00	770.400,00	478.764,73	62,14	478.764,73	62,14	
13.2- Com Ensino Fundamental	2.561.580,00	2.561.580,00	1.898.747,57	74,12	1.898.747,57	74,12	
14- OUTRAS DESPESAS	2.221.320,00	2.288.709,51	1.380.527,96	60,32	1.333.711,75	58,27	
14.1- Com Educação Infantil	356.400,00	356.400,00	216.683,05	60,80	216.683,05	60,80	
14.2- Com Ensino Fundamental	1.864.920,00	1.932.309,51	1.163.844,91	60,23	1.117.028,70	57,81	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.553.300,00	5.620.689,51	3.758.040,26	66,86	3.711.224,05	66,03	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-		
16.1 - FUNDEB 60%					-		
16.2 - FUNDEB 40%					-		
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.711.224,05		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,21		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					36,58		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-1,79		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		6.412.420,00	6.412.420,00	4.033.090,19	62,89		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		1.126.800,00	1.126.800,00	695.447,78	61,72	695.447,78	61,72
23.1- Creche		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		4.426.500,00	4.493.889,51	3.062.592,48	68,15	3.015.776,27	67,11
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		4.426.500,00	4.493.889,51	3.062.592,48	68,15	3.015.776,27	67,11
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		5.553.300,00	5.620.689,51	3.758.040,26	66,86	3.711.224,05	66,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					681.462,01		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					15.177,67		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					696.639,68		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)					3.014.584,37		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					18,69		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		554.420,00	554.420,00	550.682,15	99,33	508.929,96	91,80
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		2.057.844,00	2.582.389,52	2.214.445,50	85,75	1.999.227,60	77,42
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		2.612.264,00	3.136.809,52	2.765.127,65	88,15	2.508.157,56	79,96
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		8.165.564,00	8.757.499,03	6.523.167,91	74,49	6.219.381,61	71,02

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (1)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEF (1)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.630.764,05	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		15.177,67	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		3.645.941,72	0,00

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPALFLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.473.290,31	3.984.160,81	3.810.662,73	0,00	4.489.129,50
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	8.473.290,31	3.984.160,81	3.810.662,73	0,00	4.489.129,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.473.290,31	-3.984.160,81	-	-	-4.489.129,50

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 18/09/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 97/2015

DECRETO Nº 097/2015.

APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGERIO PERIN. Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica, pelo presente Decreto aprovado o Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, o qual passa a fazer parte integrante do presente Decreto:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde do município de Flor do Sertão - CMS, instituído pela Lei Municipal nº 643/2015 de 20 de agosto de 2015, em conformidade com a Lei Federal nº 8.142/90, órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, tem por finalidade formular estratégias e controlar a execução da Política de Saúde no Município de Flor do Sertão, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde, de caráter permanente, tem funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, assim como de formulação estratégica, objetivando o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Saúde, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Orgânica do Município e demais legislações vigentes.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Saúde do município de Flor do Sertão:

I – Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

II – Estabelecer diretrizes, deliberar sobre o conteúdo, apreciar e aprovar o Plano Municipal de Saúde, bem como acompanhar e avaliar sua execução;

III – Definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre a Secretaria Municipal de Saúde e entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços, bem como acompanhar e fiscalizar sua atuação;

IV – Avaliar as unidades do setor privado prestador de serviços, que serão contratados para atuarem de forma complementar no SUS, bem como acompanhar, controlar e fiscalizar a atuação das mesmas;

V – Avaliar, deliberar e aprovar previamente convênios e termos aditivos a serem firmados pela Secretaria Municipal de Saúde;

VI – Acompanhar, avaliar e fiscalizar a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS, no município;

VII – Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde, encaminhando, caso houver, as denúncias e os indícios de irregularidades aos órgãos competentes, conforme legislação vigente;

VIII – Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, respondendo no seu âmbito a consultas pertinentes às ações

e aos serviços de saúde;

IX – Acompanhar, apreciar e aprovar a proposta orçamentária da saúde, no que tange ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas, observada a legislação vigente;

X – Apreciar e aprovar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Saúde, bem como acompanhar a destinação dos recursos e fiscalizar a sua movimentação;

XI – Acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a movimentação e a destinação dos recursos da área da Saúde, via Fundo Municipal de Saúde, tanto dos recursos próprios do Município como das transferências de outras esferas de Governo, com base no que a lei disciplina;

XII – Anualmente, analisar, discutir e aprovar o Relatório de Gestão, com a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhadas do devido assessoramento;

XIII – Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, educação, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

XIV – Propor a convocação ordinária ou extraordinária e organizar a Conferência Municipal de Saúde, estruturar a Comissão Organizadora, submeter o respectivo Regimento e Programa ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde e convocar a sociedade para a participação;

XV – Discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização e implementação das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

XVI – Analisar, discutir, acompanhar e avaliar a política de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde, no âmbito do município;

XVII – Estabelecer mecanismos de divulgação e publicidade das ações realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde, dando ênfase às estratégias estabelecidas e os resultados aferidos de supervisão e fiscalização;

XVIII – Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde, pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS;

XIX – Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XX – Implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde - SUS, para o efetivo controle social na saúde;

XXI – Fomentar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Legislativo e Judiciário, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados no Conselho Municipal de Saúde;

XXII – Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades governamentais, não-governamentais, privadas e movimentos populares, visando à promoção da Saúde;

XXIII – Estabelecer planejamento anual das atividades do Conselho, bem como capacitação continuada para os conselheiros municipais de saúde, obedecidos os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS;

XXIV – Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e outras normas de funcionamento;

XXV – Atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho Municipal de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos

de Saúde (SIACS);

XXVI – Exercer outras atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica da Saúde, pela Conferência Municipal de Saúde e/ou definidas em normas complementares.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Flor do Sertão, tem caráter permanente e é integrado por representantes do governo, profissionais de saúde, prestadores de saúde e usuários.

Parágrafo Único: A representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 6º O Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão é composto por 08 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, que em sua composição paritária, as vagas estão assim distribuídas: 50% aos usuários, 25% de entidades dos trabalhadores da saúde e 25% de representação do governo, de prestadores de serviços privados e sem fins lucrativos, observados os seguintes parâmetros:

I – Representante dos Usuários

04 (quatro) representantes dos usuários;

II- Representante dos Trabalhadores da Saúde

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

III – Representantes do Governo, de Prestadores de Serviços privados e sem fins lucrativos

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, transporte e Desenvolvimento Urbano.

Art. 7º As funções dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão não serão remuneradas, sendo considerado serviço de relevância pública e, portanto, garantida a dispensa do conselheiro do trabalho durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho.

Parágrafo Único: Caso necessário, o Conselho Municipal de Saúde emitirá declaração de participação aos seus membros, a fim de justificar sua ausência ao trabalho.

Art. 8º Os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde são nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Para o bom desempenho do Conselho, é fundamental que os conselheiros:

I - sejam assíduos às reuniões;

II - participem ativamente das atividades do Conselho;

III - colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;

IV - divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;

V - contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento do SUS;

VI - colaborem com o Conselho no exercício do controle social;

VII - atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;

VIII - estudem e conheçam a legislação pertinente a Política de Saúde;

IX - acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e prestadores de serviços de saúde, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos.

Art.10º São atribuições dos membros do Conselho:

I - Comparecer às reuniões do Conselho, justificando as faltas

quando ocorrerem.

II - Assinar em livro próprio, no livro ata ou na lista de presença, sua presença na reunião a que comparecer.

III - Relatar, no prazo máximo de 15 dias (quinze) dias, os processos que lhes forem distribuídos, proferindo parecer.

IV - Pedir vistas de processos em discussão, apresentando parecer e devolvendo-os no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

V - Solicitar justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar processos.

VI - Integrar as comissões temáticas e de estudos para as quais for designado.

VII - Devolver à Secretaria Executiva os processos que não estiverem suficientemente instruídos para relatar, solicitando diligência.

VIII - Levar ao conhecimento do Conselho, toda e qualquer informação ou denúncia que receber.

IX - Votar e ser votado para cargos do Conselho.

X - Apresentar ao Conselho seu novo endereço em caso de mudança.

XI - Exercer outras atribuições no âmbito de sua competência, delegadas pelo Presidente.

Art. 11º É vedado aos Conselheiros:

I - Pronunciar-se em nome do Conselho Municipal e da Diretoria do mesmo, sem prévia autorização da Presidência.

II - Utilizar-se do cargo ou de meios do Conselho Municipal para vantagens pessoais, eleitorais, político-partidária(s), financeira(s) ou de outra ordem.

III - Censurar pessoas ou ações do Conselho ou da Diretoria fora das reuniões dos mesmos.

IV - Contrariar, deliberadamente decisões tomadas colegialmente pelo Conselho ou sua Diretoria.

Parágrafo Único - Em caso de comprovada infração a qualquer uma das presentes vedações, poderá o Conselho, após instauração de Procedimento Disciplinar, por votação da maioria absoluta afastar do Colegiado o conselheiro faltoso, convocando substituto.

CAPÍTULO IV

DO MANDATO

Art. 12º Fica estabelecido que o mandato do Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão é de 02 (dois) anos.

§ 1º Os conselheiros poderão ser reconduzidos por apenas 01 (um) mandato consecutivo, a critério das respectivas entidades que representam.

§ 2º Sob hipótese alguma o conselheiro que tiver exercido 02 (dois) mandatos consecutivos poderá exercer novo mandato no Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão, mesmo que representando entidade diversa da que tenha lhe garantido assento nos mandatos anteriores.

§ 3º Perderá o mandato o conselheiro que no período de 01 (um) ano faltar sem justificativa a mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, devendo ser substituído pelo conselheiro suplente.

§ 4º Fica vedada nova participação do Conselheiro que tenha sido afastado do Conselho Municipal de Saúde por perda de mandato.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 13º O Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão conta com a seguinte organização:

Plenário;

Mesa Diretora;

Secretaria Executiva;

Comissões.

Art. 14º O Conselho Municipal de Saúde funcionará de acordo com

as seguintes normas gerais:

§ 1º O órgão de deliberação máxima será o plenário do Conselho;
§ 2º O plenário do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário, sendo convocado, em ambos os casos, pelo Presidente ou pela maioria simples dos seus membros;

§ 3º O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver: convocação formal da Mesa Diretora ou convocação formal de metade mais um dos seus membros titulares;

§ 4º Cada conselheiro terá direito a um único voto na plenária do Conselho;

§ 5º As reuniões plenárias serão iniciadas com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos seus membros, que deliberarão pelos votos da maioria dos presentes;

§ 6º A pauta e o material de apoio às reuniões deverão ser apresentados aos conselheiros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

§ 7º A Mesa Diretora do Conselho fará os encaminhamentos no que se refere aos seus assuntos administrativos, com base nas deliberações e resoluções da plenária;

§ 8º As decisões da plenária do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em ata e por meio de resolução, moção, recomendação e/ou outros atos deliberativos;

§ 9º As Resoluções do Conselho Municipal de Saúde serão, obrigatoriamente, homologadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, dando-se-lhes publicidade oficial ou justificando a rejeição ou qualquer proposta de alteração, que deverá ser apreciada na reunião seguinte;

§ 10º Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias e não sendo homologada a Resolução e nem enviada justificativa pelo gestor ao Conselho de saúde com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho Municipal de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público, quando necessário.

§ 11º As reuniões do Conselho Municipal de Saúde serão abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade;

§ 12º O Conselho poderá contar com Assessoria Técnica composta por servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde, sempre que necessário.

Art. 15º O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita em Plenário, entre os conselheiros titulares na 1ª (primeira) Reunião Ordinária após a posse dos mesmos, respeitando a paridade expressa nesta Lei.

Parágrafo Único – Preferencialmente, haverá rodízio na eleição da Mesa Diretora, contemplando-se assim todos os segmentos representados no Conselho Municipal de Saúde.

Art. 16º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde será composta por 03 (três) membros assim distribuídos:

- I – Presidente;
- II - Vice-presidente;
- III - Secretário;

Parágrafo Único – O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução por apenas mais um mandato.

Art. 17º Ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde incumbe:

- I -Zelar pelo cumprimento das deliberações do Conselho;
- II - Representar externamente o Conselho;
- III -Convocar, presidir e coordenar as reuniões do Conselho;
- IV -Convocar reuniões extraordinárias, quando necessário;
- V -Propor e instalar Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, designando o coordenador e os demais membros, bem como

estabelecendo prazos para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo Conselho.

Art. 18º Compete ao Vice-Presidente do Conselho:

- I – Auxiliar o Presidente no desenvolvimento de suas funções;
- II – Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- III – Participar de todas as reuniões da Diretoria e da Plenária;
- IV – Dar cumprimento às missões específicas que lhe forem atribuídas.

Art. 19º Compete ao Secretário:

- I – Substituir o Vice-presidente nas suas ausências e impedimentos;
- II – Participar de todas as reuniões da Diretoria e da Plenária;
- III – Dar cumprimento às missões específicas que lhe forem atribuídas.

Art. 20º Para o cumprimento de suas funções e competências legais, o Conselho Municipal de Saúde contará, em sua estrutura organizacional, com uma Secretaria-Executiva, que tem por finalidade dar suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento. Parágrafo Único: Os recursos orçamentários e financeiros à estruturação e funcionamento da Secretaria-Executiva serão consignados diretamente no orçamento do Governo Municipal.

Art. 21º Compete à Secretaria-Executiva:

- I - Assistir a Mesa Diretora do Conselho, no âmbito de suas atribuições;
- II - Estabelecer comunicação permanente com os conselhos municipais de Saúde e com o Conselho Estadual e Nacional;
- III -Subsidiar as comissões temáticas, grupos de trabalho e conselheiros com informações e estudos, visando auxiliar a formulação e análise das propostas apreciadas pelo Conselho.

Art. 22º Incumbe ao Secretário-Executivo dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Secretaria-Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente ou pelo Plenário do Conselho.

Art. 23º Compete à Secretaria-Executiva a preparação de documentos e informações referentes a temas que compõem a pauta do dia, quando pertinente, distribuição de material de apoio às reuniões e elaboração das atas, resoluções e deliberações.

Art. 24º Além do funcionamento do Plenário, poderão ser compostas Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho, cuja finalidade é subsidiar as discussões da Plenária em ações transitórias e temas específicos de interesse para a área da Saúde.

§ 1º As Comissões, além dos conselheiros titulares, poderão contar com integrantes não conselheiros, convidados pela Mesa Diretora de acordo com o tema em pauta.

§ 2º As Comissões poderão convidar qualquer pessoa ou representantes de Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, de empresas privadas, sindicatos, entidades civis, dentre outros, para comparecer às reuniões e prestar esclarecimentos sobre assuntos específicos, desde que aprovado pela plenária.

§ 3º Os componentes das Comissões serão nomeados pelo Presidente;

§ 4º Os pareceres das Comissões serão apreciados, discutidos e votados em sessão plenária;

§ 5º No caso de rejeição do parecer será nomeado novo relator que emitirá o parecer retratando a opinião dominante no plenário;
§ 6º Os pareceres aprovados pelo Conselho Municipal poderão ser transformados em Resoluções.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25º Não será permitida a recondução de conselheiros que no

ato da promulgação desta Lei já tenham exercido ou estejam no exercício do 2º (segundo) mandato no Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão.

Art. 26º O Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão terá dotação orçamentária e financeira através do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 27º O Conselho Municipal de Saúde de Flor do Sertão é vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, que garantirá a autonomia para o seu pleno funcionamento, provendo o órgão com dotação orçamentária, assessoria técnica, estrutura administrativa, infraestrutura, recursos humanos e os insumos necessários ao pleno funcionamento, inclusive arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Art. 28º O Servidor Público convocado para prestar serviços junto ao Conselho, terá suas faltas justificadas junto a Secretaria que se encontra lotado, de tantos dias quantos necessários se fizerem.

Art. 29º Fica assegurada a participação do público que desejar assistir as sessões do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 30º Em caso de extinção do Conselho, o patrimônio que eventualmente venha formar, durante sua existência, será destinado a seu substituto legal ou ao patrimônio da Prefeitura Municipal.

Art. 31º O presente Regimento Interno, será encaminhado ao Poder Executivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para regulamentação através de Decreto.

Parágrafo Único – Qualquer alteração ao Regimento Interno dependerá de deliberação e aprovação em Plenária, da maioria absoluta dos Conselheiros.

Art. 32º O Presente Regimento foi aprovado em sessão plenária ordinária, realizada no dia 04 de setembro de 2015.

Art. 33º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 18 dias do Mês de Setembro de 2015.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 96/2015

DECRETO Nº. 96/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas do Município de Flor do Sertão, no dia 28 de Setembro de 2015, Segunda-Feira, véspera de feriado municipal referente ao aniversário de emancipação política-administrativa do município de Flor do Sertão.

Art. 2º Este decreto se estende também aos Conselheiros Tutelares do Município, que deverão trabalhar em forma de plantão nesse período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 dias do mês de Setembro de 2015.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0101B_2015-PMF RP 0066

Aviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0101B/2015 – PMF
Registro de Preços Nº 0066/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de mudas de gramas em leiva, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de setembro de 2015 a janeiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: setembro de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 13:30 horas do dia 02.10.2015. Abertura: as 13:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 18 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 2029/2015

PORTARIA N.º 2029, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01265/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA DOMINGUES, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 020.167.669-99, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de setembro de 2015 até 03 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2030/2015

PORTARIA N.º 2030, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em

conformidade com a comunicação interna nº 144/2015, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NELCI RIBEIRO CHAVES, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 033.903.619-28, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2031/2015

PORTARIA N.º 2031, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 03 de março de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 145/2015, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAN MARCEL GOMES MARTINS, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 062.957.309-30, contratado(a) em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 22 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2032/2015

PORTARIA N.º 2032, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em

conformidade com o ofício nº 057/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADEMIR ALEXANDRE KUHN, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 043.927.559-83, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de outubro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2033/2015

PORTARIA N.º 2033, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E NOMEIA ENCARREGADO PELO PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2012; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 2035/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo contra a empresa HBIN-FO PROVEDOR LTDA, para apurar falhas na execução do contrato CT14PMF85, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Nomear como encarregada do processo administrativo, com poderes para assinar notificações, termos de juntadas, termos de abertura e encerramento, proceder o recebimento de defesa prévia e recursos, tomar depoimentos, determinar realização de perícias, a servidora pública municipal ELMA NELI DOS SANTOS FURTADO.

Parágrafo Único A servidora ora designada fica dispensada de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2034/2015

PORTARIA N.º 2034, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e

em conformidade com a comunicação interna nº 01248/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KATIA JULIANA DE LARA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 076.104.639-90, contratado(a) em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2035/2015

PORTARIA Nº 2035, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01249/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 35 (trinta e cinco) horas semanais, a carga horária do servidor GERSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.474.149-59, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – DANÇA, no período de 18 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA PGM 004/2015

PORTARIA PGM 004/2015, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.
FIXA HORÁRIO DE TRABALHO DE ACORDO COM O DECRETO 190, DE 31 DE AGOSTO DE 2015 E FLEXIBILIZA O CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA

O Procurador Geral do Município no uso de suas atribuições legais, em conformidade no disposto no artigo 71, I, da Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de adequação do horário de trabalho nos moldes do fixado pelo Decreto n.º 190, de 31 de agosto de 2015, na busca de uma maior eficiência e eficácia na feitura das atribuições do cargo de Procurador levando-se em consideração a natureza dos serviços prestados essencialmente intelectual; levando-se em consideração a responsabilidade afeta ao cargo imposta pela Lei n. 109/2010; levando-se em consideração que o produto das atividades advocatícias, normalmente materializadas em textos ou manifestações técnico-jurídica escrita, não reclama ou exige elaboração em espaços físicos determinados ou

em intervalos de tempo inexoravelmente limitados aos expedientes tradicionais; levando-se em consideração que o compromisso do profissional da advocacia é com a qualidade do trabalho intelectual realizado, com a consistência da argumentação técnico-jurídica apresentada e com a satisfação quantitativa das demandas de atuação com o nível de excelência, considerando que é desnecessário criar e impor limites artificiais ao exercício da advocacia, notadamente de caráter física e temporal, que não concorram para a realização do melhor desempenho técnico-profissional em benefício justamente daquele que contrata ou remunera o profissional; considerando o disposto nos artigos 7º, 18, 31, §1º do Estatuto da Advocacia e da OAB; considerando a decisão emanada nos autos do processo administrativo n.º 3959/2013, onde isentou-se os procuradores do controle de jornada; considerando que, em face da inexistência do controle de jornada também não terão direito as horas extraordinárias; considerando que todos os insumos relevantes para a atividade jurídica podem ser encontrados em meios eletrônicos, notadamente na rede mundial de computadores (internet) e o estágio avançado do processo eletrônico que se encontram implementados em quase todas as instâncias judiciais do Brasil, flexibiliza a impetração de ações e de defesas e confirma a profunda flexibilidade relacionada com o exercício da profissão quanto às vertentes de tempo e lugar de realização do esforço de efetivação da advocacia; considerando a distribuição equitativa dos processos para cada procurador, ficando responsável pelo cumprimento do prazo; considerando que a hierarquia administrativa não alcança a seara do exercício estritamente técnico-profissional das atividades do advogado e tampouco o exime de suas responsabilidades técnico-profissional; considerando o disposto no artigo 32, §3º, da Lei Complementar Municipal n.º 109/2010, considerando o disposto no decreto n.º 190, de 31 de agosto de 2015, considerando a peculiaridade de cada Secretária faz publicar a presente Portaria:

Artigo 1º - Instituo aos ocupantes do cargo de Procurador a jornada de trabalho em turno único de 06 (seis) horas, sem prejuízo da remuneração, a ser cumprida de acordo com a necessidade da efetivação dos trabalhos afetos a cada Procurador, com exceção de convocação pelo Prefeito, pelos Secretários nos casos de Procurador prestar serviços diretamente a outra Secretaria, ou, em caso de convocação do Procurador Geral, sempre ao crivo do interesse público.

Artigo 2º - Os Procuradores com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas deverão cumprir na sua integralidade ante a falta de legalidade para o cumprimento proporcional.

Artigo 3º - O estabelecimento de jornada de trabalho em turno único de 6 (seis) horas, não implicará redução proporcional da remuneração nem gerará direitos ao servidor, nos termos do artigo 32, § 3º, da Lei Complementar n.º 109/2010.

Artigo 4º - Ante a flexibilização do horário de cumprimento da carga horária e a dispensa de controle de jornada, não farão jus os Procuradores as horas extraordinárias.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 18 de setembro de 2015.
ELTON LUIZ BORRACHINI
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 750/2015 CONVOCA A CONFERÊNCIA REGIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES , E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 750/2015 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

CONVOCA A CONFERÊNCIA REGIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES , E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a participação do Município de Frei Rogério na realização da Conferência Regional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada pelos Municípios de Curitiba, Frei Rogério, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul.

Art. 2º - A Conferência Regional de Políticas para as Mulheres será realizada no dia 18 de Setembro de 2015, com início às 13h30min junto às instalações da Associação Recreativa e Desportiva Gaboardi – AERG, situada na Rua Miguel João Alban, 200, Bairro Meu Postinho, São Cristóvão do Sul, SC.

Art. 3º - A Conferência Regional de Políticas para as Mulheres dos Municípios da Amurç, terá como tema central “ Mais direitos, participação e poder para as mulheres”.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Frei Rogério, 18 de setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 142/2015

PORTARIA Nº 142 de 10 de setembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA TÂNIA NARA VAGELESKI ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Considerando, Comunicação Interna n.º 233/2015 da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

RESOLVE:

ART. 10. – Remover a servidora TÂNIA NARA VAGELESKI ALVES, da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. – Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 143/2015

PORTARIA Nº. 143, de 18 de setembro de 2015

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA CONDUÇÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES, EM CUMPRIMENTO AO ART. 205 DA LC 001/98.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da LC 001/98 que prescreve que o processo disciplinar, instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, será conduzido por comissão de inquérito, de três servidores estáveis, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles o seu presidente.

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar Comissão Permanente de Inquérito Administrativo constituída pelos servidores: LUCIANA ROMANZINI, EDUARDO DOS SANTOS LICETTI e SILVANA MEWS para apurar infração administrativa que envolva responsabilidade dos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - A comissão, apoiada juridicamente pela Procuradoria do Município, será presidida pelo servidor Eduardo dos Santos Licetti.

Art. 2o. – Definir, para cada ocorrência, o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da instauração dos trabalhos, motivada por comunicação do Prefeito Municipal, para a Comissão concluir e apresentar os respectivos Relatórios.

Art. 3o. – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 84 de 20 de maio de 2015.

Art. 4o. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 144/2015

PORTARIA Nº. 144 de 18 de setembro de 2015

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/2009 DE 15/10/2009 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Fica instituída Comissão Permanente de Avaliação Funcional dos servidores públicos efetivos e estáveis da Prefeitura Municipal de Garuva.

ART 2º - A comissão será constituída pelos servidores públicos: LUCIANA ROMANZINI, PAULO GUATAÇARA DA COSTA LIMA e ISABELA ARAGÃO PEREIRA, sendo presidida pela primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fará parte da referida comissão a servidora Silvana Mews, representante indicada pela Associação dos Servidores Públicos do Município de Garuva – ASPG.

ART. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 47 de 01 de fevereiro de 2010 e Portaria nº 193 de 01 de março de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA RH 102/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 102/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SOLANGE REGINA DA S VENTURINI, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 11/01/2007 a 29/01/2012, devendo folgar a partir de 21/09/2015 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de setembro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 103/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 103/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) CLAUDIOMIRO MENDONCA, ocupante do cargo efetivo de Motorista de ônibus, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 15/02/2014, devendo folgar a partir de 21/09/2015 a 19/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de setembro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE - GASPAR

PORTARIA N. 73 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº. 73, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA abertura de procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar a autoria da quebra de 25 (vinte e cinco) moirões de alambrado encontrados no pátio da sede do SAMAE.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Memorando Interno datado de 11 de setembro de 2015, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar as informações descritas no corpo do Memorando Interno datado de 11 de setembro de 2015, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo.

Pela leitura daquele memorando, extrai-se que foram encontrados no pátio do SAMAE 25 (vinte e cinco) moirões de alambrado quebrados.

Art. 2º. O procedimento administrativo de SINDICÂNCIA será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de setembro de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 75/2014 TA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 75/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 51/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS EM GERAIS S.A.

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato para Contratação de seguros novos para os veículos Fiat Uno Vivace MLC 9367 utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Fiat Novo Palio Economy MLP 9257 utilizado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de Guarujá do Sul, previsto na Cláusula Sétima, fica prorrogado por mais um ano, sem reajuste.

VALOR: R\$ 2.900,00

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 18 de setembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1055/2015

PORTARIA Nº 1055/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora Rozemari Aparecida Danieli Hack (Matr. 590), nascida aos 22/08/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 4/C anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 4/D, anexo XI, a partir de 16 de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1056/2015

PORTARIA Nº 1056/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kuhl (Matr. 58), nascida aos 16/09/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/E anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9/A, anexo XI, a partir de 16 de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1057/2015

PORTARIA Nº 1057/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de setembro de 2015, da servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, designada para responder pelo Cargo em Provimento em Comissão de Secretária de Saúde, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1058/2015

PORTARIA Nº 1058/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de setembro de 2015, da servidora ELISANGELA REGINA PINHO (Matr. 3191), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1059/2015

PORTARIA Nº 1059/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA (Matr. 4170), a contar de 17 de setembro de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1060/2015

PORTARIA Nº 1060/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, o Servidor ANDERSON RUHMKE DE OLIVEIRA (Matr. 4121), a partir de 18 de setembro de 2015, o qual exerce a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 192/2015

PORTARIA Nº 192, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

“ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o mandado de afastamento dos autos nº 0900033-78.2015.8.24.0071, que determinou o afastamento das professoras aprovadas e contratadas através do Processo Seletivo nº 002/2015;

Considerando, a necessidade temporária do Município de Profissional para atuar no Magistério Público;

Considerando, que a Servidora Cácia Aparecida Gonzatto Araldi, é efetiva e possui 20 horas de carga horária semanal;

Considerando, o disposto no Inciso II do Artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2002, que permite a carga horária semanal de 10, 20, 30 e 40 horas;

Considerando, o disposto no parágrafo único do Artigo 42 c/c o Artigo 43 da Lei Complementar nº 003/2002, que permite no interesse do Município a alteração temporária da carga horária por necessidade temporária da escola;

Considerando, que não existe prazo hábil para se deflagrar e concluir um novo Processo Seletivo para contratação de ACT para o Magistério;

Considerando, que a educação é um direito de todos e dever do Estado;

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ampliar a carga horária semanal de forma temporária, da Servidora CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI, para 40 horas semanais, com a remuneração legal.

Art. 2º. A ampliação da carga horária semanal prevista no Artigo 1º será para atender as necessidades e interesses do Município, não podendo exceder o Ano Letivo de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA PRG 049 - 2015 FMS - AQUISIÇÃO DE AMBULANCIA (ESTADO)

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015 - FMS

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 049/2015 - FMS, que as especificações constantes no Anexo I, passam a ter a seguinte redação:

ONDE LE-SE:

Especificações do veículo:

- Cambio de 6 marchas para frente e 1 para ré;
- Potência mínima 130 CV;

Especificações da adaptação:

- Bancos 05 pessoas com cintos de segurança individual.

LEIA-SE:

Especificações do veículo:

- Cambio mínimo de 5 marchas para frente e 1 para ré;
- Potência mínima 127 CV;

Especificações da adaptação:

- Poltronas reclináveis 05 pessoas com cinto de segurança abdominal individual.

Desta forma, altera-se também a data de abertura da Sessão Pública que passará a ser no dia 02/10/2015 às 09:30 horas.

Ilhota, 18 de setembro de 2015.

Alex Miranda

Pregoeiro Oficial

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/31 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/31 A01

Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ 08.397.388/0001-18

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%, SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL

Fundamento: Processo nº. 175/2014 DISPENSA 105/2014

Valor R\$ 49.126,55 Prazo: 31/12/2015

Imbituba, 14 de Setembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura-Seapi

Contratada

Itapiruba Comercio de

Materiais de Construção LTDA

Contratante

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/53 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/53 A01

Contratada: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ 05.498.419/0001-39

Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PARA ATÉ 31 DE OUTUBRO DE 2015

Fundamento: Processo nº. 162/2014 DISPENSA 14/2014

Prazo: 31/10/2015

Imbituba, 03 de Setembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de Agricultura,

Pesca e Infraestrutura- Seapi

Contratada

Vogelsange Pavimentação Ltda

Contratante

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/258 A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/258 A/01

Contratada: ITAPIRUBÁ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

CNPJ 08.397.388/0001-18

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o acréscimo de 23,40% (vinte três vírgula quarenta por cento).

Valor R\$ 70.113,29 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 166/2014 Tomada de preço 04/2014

Imbituba, 11de setembro de 2015.

Michela da silva Freitas

Secretária Municipal da SEDUC

Contratante

Itapirubá Comércio de Materiais de

Construção Ltda.

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 515/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 515, de 18 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Auditor Fiscal, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Daniel Fernandes de Carvalho	Auditor Fiscal	065.968.209-55	18/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1543/15

. DECRETO Nº 1543/15

. De 03 de setembro de 2015

Declara de Utilidade Pública para fins de abertura e oficialização de via pública bairro Rio Morto.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação e domínio municipal, a seguinte área:

“Área de terras (Rua “B”), ao lado par da Rua das Nações, sob a matrícula nº 1890 (Av-28-1890), com área total de 956,00m² (novecentos e cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando e medindo pela frente em 8,00m ao lado par da Rua das Nações; fundos com 8,00m da Rua Navegantes (antiga Rua E-1); lado direito em 169,50m, sendo 30,00m com o lote nº 03 (Av-3-1890), 15,50m com o lote nº 07 (Av-7-1890), 15,50m com o lote nº 10 (Av-10-1890), 15,50m com o lote nº 13 (Av-13-1890), 15,50m com o lote nº 14 (Av-14-1890), 15,50m com o lote nº 17 (Av-17-1890), 15,50m com o lote nº 18 (Av-18-1890), 15,50m com o lote nº 21 (Av-21-1890), 15,50m com o lote nº 22 (Av-22-1890), 15,50m com o lote nº 25 (Av-25-1890), todos de propriedade de Ivo Kannenberg; lado esquerdo em 169,50m, sendo 30,00m com o lote nº 04 (Av-4-1890), 15,50m com o lote nº 06 (Av-6-1890), 15,50m com o lote nº 11 (Av-11-1890), 15,50m com o lote nº 12 (Av-12-1890), 15,50m com o lote nº 15 (Av-15-1890), 15,50m com o lote nº 16 (Av-16-1890), 15,50m com o lote nº 19 (Av-19-1890), 15,50m com o lote nº 20 (Av-20-1890), 15,50m com o lote nº 23 (Av-23-1890), 15,50m com o lote nº 24 (Av-24-1890), todos os lotes de propriedade de Ivo Kannenberg, distando pelo lado direito em 123,62m da esquina com a Rua Tubarão.”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a abertura e oficialização de via pública, bairro Rio Morto.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade dos doadores Ivo Kannenberg e Eliane Marly Wanke Kannenberg, todas as despesas com Registro de Imóveis e demais despesas para a efetiva implantação da Rua, inclusive a infraestrutura.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1544/15

. DECRETO Nº 1544/15

. De 03 de setembro de 2015.

Declara de Utilidade Pública para fins de abertura e oficialização de via pública bairro Rio Morto.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação e domínio municipal, a seguinte área:

“Área de terras (Rua “E”), ao lado par da Rua Biguaçu (Rua A) sob a matrícula nº 1890 (Av-28-1890) com uma área total de 193,10m² (cento e noventa e três metros e dez decímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando e medindo pela frente em 8,00m no lado par da Rua Biguaçu (Rua A), fundos em 8,00m da Rua Navegantes (antiga Rua E-1), lado direito em 36,66, sendo 18,33m com terras de Joel Sobieranski (matrícula nº 22701), e 18,33m com terras de Marcelo Tessarolli (matrícula nº 22353) lado esquerdo em 36,66m, sendo 29,31m com o lote nº 28 (matrícula nº 1890), e 7,35m com o lote nº 25 (Av-25-1890) distando o dito terreno pelo lado esquerdo em 169,50m da esquina com a Rua das Nações”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a abertura/prolongamento e oficialização de via pública, bairro Rio Morto.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade dos doadores Ivo Kannenberg e Eliane Marly Wanke Kannenberg, todas as despesas com Registro de Imóveis e demais despesas para a efetiva implantação da Rua.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1545/15

. DECRETO Nº 1545/15

. De 03 de setembro de 2015

Homologa Resolução nº 001/2015/COMED – Educação Infantil.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 3.656/07, considerando o Decreto 1074/14 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 001/2015 COMED, que fixa as normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Indaial, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO 001/2015/COMED - INDAIAL Educação Infantil

Fixa normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Indaial.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Indaial, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 2.824 de 06 de dezembro de 1.999, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação e considerando o disposto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96 e Resolução nº5 de 17 de dezembro de 2009 Lei 12.796 de abril de 2013, RESOLVE:

CAPÍTULO I**DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 1º - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica constitui direito da criança de zero (0) até cinco (5) anos, sendo dever da família, da sociedade e do Estado.

Art. 2º - A autorização de funcionamento e a supervisão/inspeção das instituições públicas e privadas de Educação Infantil, que atuam na educação e cuidado de crianças de zero (0) até cinco (5) anos, serão reguladas pelas normas desta Resolução.

Parágrafo Único - Entende-se por instituições de Educação Infantil privadas as enquadradas nas categorias de particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei nº 9.394/96.

Art. 3º - A Educação Infantil preferencialmente será oferecida em Unidades de Educação Infantil, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial.

Parágrafo Único- É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Art.4º De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 será garantida a matrícula e o acesso as crianças com necessidades educativas especiais nas Unidades de Educação Infantil, respeitando o direito à atendimento adequado em seus diferentes aspectos.

Parágrafo Único: garantir acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

CAPÍTULO II**DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS**

Art. 5º - A Educação Infantil tem por finalidade educar e cuidar da criança de zero (0) até cinco (5) anos, considerando-a sujeito histórico e de direitos, promovendo desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, oferecendo-lhe condições materiais, pedagógicas e culturais, complementando a ação da família e da comunidade

Art. 6º - Garantir à criança o acesso a processos de apropriação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, mediante as brincadeiras e interações nos diversos espaços e tempos da Educação Infantil.

CAPÍTULO III**DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Art. 7º - A proposta pedagógica da Educação Infantil da Rede Municipal deve estar fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil concepção que trata a criança enquanto cidadã de direitos, em condição peculiar e processual de desenvolvimento e

aprendizagem.

Art. 8º - Ao elaborar seu Projeto Político Pedagógico a Instituição de Educação Infantil deve explicitar:

I - Histórico da instituição;

II - Fins e objetivos do Projeto Político Pedagógico;

III - Concepção de Educação Infantil conforme o artigo 7º desta resolução, incentivando a articulação entre os demais níveis da educação básica;

IV - Espaço físico, instalações e equipamentos;

V - Organização de grupos e relação professor/criança;

VI - Relação de recursos humanos especificando cargos, funções, habilitações e níveis de escolaridade;

VII - Regime de atendimento;

VIII - Planejamento do trabalho pedagógico:

a- Organização do tempo e espaço (rotinas) do trabalho junto as crianças;

b- Proposta de articulação da instituição com a família e a comunidade;

c- Processo de avaliação do desenvolvimento integral da criança, mediante observações, registro e acompanhamento;

IX - Diagnóstico da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;

Art. 9º - A avaliação na Educação Infantil será realizada por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos nas propostas pedagógicas para esta etapa da educação, sem caráter de promoção e nem tampouco pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96 .

Art. 10 - A carga horária do calendário escolar anual, para faixa etária de 4 (quatro) a 5 (cinco)anos, será de no mínimo 800 horas e no mínimo 200 dias letivos. (LDB)

Art. 11 - A criança da faixa etária de 4(quatro) – 5 (cinco) anos deverá freqüentar 60% (sessenta) do total de horas.

Art. 12 - A organização das turmas deve ser flexível, decorrendo da demanda, realidade e especificidades da Instituição. Podendo ser organizadas por faixa etárias (1 ano, 2 anos, etc.) ou envolvendo mais idades, o que caracteriza as turmas mistas (1 a 2 anos, 2 a 3 anos, etc.), não excedendo a relação professor/criança descrita na seguinte tabela:

Faixa Etária	Número de crianças por período	Número de Professores	Número de Auxiliar 1º período *	Número de Auxiliar 2º período *
0 a 1 ano	12	1	1	1
1 ano	14	1	1	1
2 anos	16	1	1	1
3 anos	20	1	1	1
4 anos	20	1	-	-
5 anos	25	1	-	-

*Ou um auxiliar em período integral

§ 1º - A quantidade máxima de crianças por turma deverá respeitar o espaço físico das salas, atribuindo 1,30m2 por criança para instituições já existentes e 1,50 m2 por criança para Instituições novas, que serão constituídas a partir da data de publicação desta Resolução.

CAPITULO IV- HORA ATIVIDADE

Art 13- A Hora atividade extraclasse será implantada no âmbito do Magistério Público Municipal de forma gradativa e será da seguinte forma, até que se atinja o estabelecido na Lei do Piso:

-Na creche (zero a três anos): para a carga horária de 40 (quarenta) horas serão 8 (oito) horas semanais de hora atividade;

- Na Pré Escola (quatro a cinco anos): para carga horária de 40 (quarenta) horas serão 8 (oito) horas semanais de hora atividade, divididas entre o Professor de Hora Atividade e o Professor de Educação Física

Art 14- A hora atividade deverá ser cumprida na Unidade.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 15 - A Função de Diretor (a) e /ou Coordenador (a) da Instituição de Educação Infantil com atendimento na faixa etária de zero (0) à cinco (05) anos será exercida por profissional com licenciatura em Pedagogia, com Habilitação em Educação Infantil.

§ 1º As instituições de Educação Infantil com atendimento de 0 (zero) a 05 (cinco anos) com matrícula superior a cento e cinquenta (150) crianças ou duzentas (200) vagas terão direito a um pedagogo com habilitação em Pedagogia.

§ 2º As Instituições de Educação Infantil com atendimento exclusivo na faixa etária de quatro (4) à cinco (05) anos serão coordenados(as) por profissionais com licenciatura em Pedagogia ou Educação Pré escolar ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.

§ 3º - A Unidade de Educação Infantil que atender acima de 80 crianças deverá ter uma auxiliar de coordenação com a mesma formação

prevista no caput deste artigo e para a atividade específica de educação física deverá ser ministrada por profissional formado em nível superior em Educação Física.

Art. 16 - Para a docência na Educação Infantil de crianças de zero (0) até (05) cinco anos, será necessário profissional com licenciatura (habilitação) em Educação Infantil.

§ 1º - Para a docência de 4 (quatro) até 05 (cinco) anos nas turmas de Educação Infantil são considerados habilitados os profissionais com licenciatura em Normal Superior ou Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Educação Pré-escolar.

§ 2º - A Auxiliar de Creche, deverá ter no mínimo formação em nível médio preferencialmente magistério.

§ 3º - O Agente Educacional deverá ter no mínimo formação Ensino Fundamental.

CAPÍTULO VI

DO ESPAÇO, DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS

Art. 17 - Os espaços serão projetados respeitando as necessidades e características para o atendimento das crianças de zero (0) até cinco (05) anos, seguindo as orientações dos parâmetros básicos de infra-estrutura para Educação Infantil do Ministério da Educação.

Art. 18 - Toda construção, adaptação, reforma ou ampliação das edificações destinadas à Educação Infantil pública ou privadas, dependerá de aprovação pelos órgãos oficiais competentes.

Art. 19 - Os espaços físicos internos e externos, deverão corresponder à proposta pedagógica da instituição de Educação Infantil, a fim de favorecer o desenvolvimento integral das crianças de zero (0) a cinco (5) anos, respeitando os seus saberes e fazeres.

Art. 20- As Escolas de Ensino Fundamental que oferecem atendimento para a Educação Infantil (4 – 5 anos) devem assegurar salas, sanitários e espaço de recreação de uso exclusivo das crianças de até cinco anos.

CAPÍTULO VII

DA CRIAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 21 - Entende-se por criação o ato próprio pelo qual o mantenedor formaliza a intenção de criar e manter uma instituição de Educação Infantil e se compromete a sujeitar seu funcionamento às normas do Sistema Municipal de Educação.

§ 1º - O ato de criação se efetiva para as instituições de Educação Infantil, mantidas pelo poder público, por decreto governamental ou equivalente, e, para as mantidas pela iniciativa privada, por manifestação expressa do mantenedor em ato jurídico ou declaração própria.

§ 2º - O ato de criação a que se refere este artigo não autoriza o funcionamento, que depende da aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 22 - Entende-se por autorização de funcionamento o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação permite o funcionamento da instituição de Educação Infantil, enquanto atendidas as disposições legais pertinentes.

Art. 23 - O processo para autorização de funcionamento será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação, instruído com relatório de verificação in loco, da Secretaria Municipal da Educação, pelo menos 30 dias antes do prazo previsto para início das atividades e deverá conter:

- I - Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Educação, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora;
- II - Registro do mantenedor, se da iniciativa privada, junto aos órgãos competentes: Cartório de Títulos e Documentos, Junta Comercial e Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda; (Privadas)
- III - Documentação que possibilite verificar a capacidade de autofinanciamento e prova de idoneidade econômico-financeira da entidade mantenedora e de seus sócios, consistindo de certidão negativa do cartório de distribuição pertinente, com validade na data da apresentação do processo; (Privadas)
- IV - Identificação da instituição de Educação Infantil e endereço;
- V - Comprovação da propriedade do imóvel e/ou de sua locação ou cessão, por prazo não inferior a 3 anos;
- VI - Planta baixa ou croqui dos espaços e das instalações;
- VII - Relação do mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico;
- VIII - Relação dos recursos humanos e comprovação de sua habilitação e escolaridade;
- IX - Previsão de matrícula com demonstrativo da organização de grupos;
- X - Proposta pedagógica;
- XI - Regimento que expresse a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da instituição de Educação Infantil;
- XII - Alvará da Vigilância Sanitária;
- XIII - Alvará dos Bombeiros;
- XIV - Alvará expedido pelo órgão próprio da Prefeitura Municipal. (Privadas)

Art. 24 - A desativação das instituições de Educação Infantil, autorizadas a funcionar, poderá ocorrer por decisão do mantenedor em caráter temporário ou definitivo, devendo atender legislação específica do Sistema Municipal de Educação.

CAPÍTULO VIII

DA SUPERVISÃO

Art. 25 - A supervisão que compreende o acompanhamento do processo de autorização e a avaliação sistemática do funcionamento das

instituições de Educação Infantil, é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, a quem cabe zelar pela observância das leis de ensino e das decisões do Conselho Municipal de Educação, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 26 - Compete à Secretaria Municipal da Educação definir e implementar procedimentos de supervisão, avaliação e controle das instituições de Educação Infantil, promovendo a cooperação técnica na perspectiva de aprimoramento da qualidade do processo educacional.

Art. 27 - À supervisão compete acompanhar e avaliar:

I - O cumprimento da legislação educacional;

II - A execução da proposta pedagógica;

III - Condições de matrícula e permanência das crianças na instituição de Educação Infantil;

IV - O processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto na proposta pedagógica da instituição de Educação Infantil e o disposto na regulamentação vigente;

V - A qualidade dos espaços físicos, instalações e equipamentos e a adequação às suas finalidades;

VI - A regularidade dos registros de documentação e arquivo;

VII - A oferta e execução de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação nas instituições de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público;

VIII - A articulação da instituição de Educação Infantil com a família e a comunidade.

Art. 28 - À supervisão cabe também propor às autoridades competentes o cessar efeito dos atos de autorização da instituição, quando comprovadas irregularidades que comprometam o seu funcionamento ou quando verificado o não cumprimento da proposta pedagógica.

Parágrafo Único - Em caso de não cumprimento dos requisitos do art. 18, dar-se-á um prazo de 90 dias para adequação apropriada. A inobservância do prazo, incidirá em efeito suspensivo das atividades através de Parecer do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 - As creches domiciliares conveniadas com a Prefeitura Municipal de Indaial, estão em processo de extinção, não podendo mais, à partir da data da publicação desta Resolução, ser fixado novo convênio de abertura com essas características.

Art. 30 - As Creches Domiciliares existentes serão supervisionadas pela Secretaria de Educação até sua extinção;

§ 1º - Na verificação In loco, serão observados os seguintes aspectos:

* Condições do imóvel;

* Condições de higiene e segurança dos móveis e área física;

* Existência de materiais didático-pedagógicos (livros, brinquedos).

§ 2º - A proposta pedagógica das Creches Domiciliares será feita sob a coordenação da Secretaria da Educação.

Art. 31 - As instituições de Educação Infantil da rede pública e privada, em funcionamento na data da publicação desta Resolução, deverão adaptar-se às suas disposições, até 01 (um) ano após a homologação desta Resolução

§ 1º - A adaptação será verificada in loco pela supervisão exercida pela Secretaria de Educação, que encaminhará ao Conselho Municipal de Educação parecer conclusivo, baseado em relatório, que contemple as disposições desta Resolução.

§ 2º - A vista do relatório a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo, o Conselho Municipal de Educação determinará, se necessário, os prazos a serem concedidos às instituições de educação infantil para adequar-se às normas desta Resolução, garantindo a continuidade das atividades em processo de constante melhoria da qualidade.

Art. 32 - Os casos omissos serão resolvidos em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Art. 33 - Ficam revogados as disposições em contrário, especialmente as Resoluções nº 003/2000, 004/2000 e 001/2009.

Art. 34 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Conselho Municipal de Educação de Indaial em, 04 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 1546/15

. DECRETO Nº 1546/15

. De 03 de setembro de 2015

Homologa Resolução nº 32/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 32/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aprova a publicação do Edital CMDCA nº 05/2015, sobre a IV Etapa do Processo para escolha dos Conselheiros Tutelares, a qual refere-se a Propaganda Eleitoral e o dia do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Indaial.

Art. 2º - A Resolução nº 32/2015 e o Edital CMDCA nº 5/2015, fazem parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 03 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 32/2015**DISPÕE SOBRE A IV ETAPA: DA PROPAGANDA ELEITORAL E DO DIA DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1144/14 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, na reunião da Comissão Eleitoral do dia 20 de Agosto de 2015 e da Reunião Ordinária do dia 27 de Agosto de 2015.

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado

"Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.

As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;

A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a publicação que dispõe sobre a IV Etapa: da propaganda eleitoral e do dia do processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar de Indaial.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 28 de Agosto de 2015.

Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg

Coordenador do CMDCA

EDITAL DE PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 05/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Indaial.

da Resolução CONANDA nº 170/2014)

DO OBJETO:

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 27 de Agosto de 2015, na Sala de Reuniões da Secretaria de Assistência Social de Indaial e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CONANDA nº 170/2014 e na Lei Municipal 4321/2011 e suas alterações, torna público a IV - Quarta Etapa: da Propaganda Eleitoral e Dia do Processo de Escolha em Data Unificada, e dá outras providências.

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

Passadas as etapas I, II e III do Processo de Escolha em Data Unificada:

IV - Quarta Etapa: da Propaganda Eleitoral e Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Formação inicial;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse

Anexo I – CRONOGRAMA**DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA :****3.4 Da Propaganda Eleitoral**

3.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.4.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.4.1.2 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, materiais perfurados, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos.

3.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.4.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.4.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.4.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.4.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

DA PERMISSÃO AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA :

3.4.9 A propaganda eleitoral, somente poderá ser feita com santinhos, constando apenas o número, nome/apelido do candidato e/ou curriculum vitae.

3.4.9.1 Será permitida a gravação na rádio indicada pelo CMDCA, garantindo-lhe a igualdade de tempo a todos os candidatos.

3.4.9.2 Será permitida a divulgação em rede social, em forma de textos, sem denegrir a imagem dos demais candidatos, não sendo permitidos imagens pessoais de campanha, somente utilizando a logomarca nacional, estadual ou municipal e outros em forma de texto relacionados ao processo eleitoral e curriculum.

PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA:

Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

3.5 Da Eleição

3.5.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 08:00 até 17h, em local público que deverá ser divulgado por meios e instrumentos de comunicação.

3.5.2 No local de votação será afixada a lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.3 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor e a carteira de identidade, ou outro documento oficial equivalente a esta, com foto.

3.5.4 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.4.1 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.5.6 O eleitor votará uma única vez em até um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.6 Do Voto

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, até o dia 04 de Agosto de 2015, pessoas maiores de 16 anos com título de eleitor, em eleição presidida pelo Coordenador do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.6.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.6.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.7 Da Cédula Oficial

3.7.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.7.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua

inscrição.

3.7.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.8 Das Mesas Receptoras

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.8.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.9 Da Apuração

3.9.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Secretaria de Assistência Social de Indaial, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.9.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares de Indaial.

3.9.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

DO EMPATE:

3.9.6 Em caso de empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

4. Da Proclamação e Nomeação

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 06 de Outubro de 2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Coordenador do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DIPLOMAÇÃO E POSSE:

4.3 A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos dar-se-á pelo Senhor Prefeito (ou pessoa por ele designada) e pelo Coordenador do CMDCA no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.2.1. A transição na Sede do Conselho Tutelar acontecerá no dia 08 de Janeiro de 2016.

DA FORMAÇÃO:

Esta etapa consiste na formação (capacitação) dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos (titulares e suplentes)

4.3.3 As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 4321/2011, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 28 de Agosto de 2015.

Luiz Cláudio S T M Altenburg
Coordenador do CMDCA/Indaial

Anexo I – CRONOGRAMA

Calendário Oficial do Processo de processo de escolha em data unificada dos Conselheiros Tutelares no Município de Indaial.	
DATA	ATIVIDADE
Em 27 de Fevereiro de 2015	Criação e composição da Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha dos candidatos a conselheiros tutelares em Indaial.

Até 04 de Abril de 2015	Publicação do Edital do Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015 no site www.indaial.sc.gov.br .
06 de Abril até 22 de Junho	Inscrição dos/as Candidatos/as ao Conselho Tutelar de Indaial (não é admitida a composição de chapas).
Do dia 23 de Junho de 2015 até dia 25 de Junho de 2015	Análise das inscrições.
02 de Julho de 2015	Publicação da relação dos candidatos inscritos para participarem do processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.
26 de Junho de 2015 até 30 de Junho de 2015	Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova de alegação.
01 de Julho de 2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa.
01 de Julho de 2015 até 03 de Julho de 2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado recorrer da decisão junto ao CMDCA .
07 de Julho de 2015	Análise e decisão das impugnações.
08 de Julho de 2015 até 10 de Julho de 2015	Interposição de recursos.
13 de Julho de 2015	Decisão da interposição de recursos.
02 de Agosto de 2015	Aplicação das Provas: escrita e de informática aos Candidatos/as.
04 de Agosto de 2015	Publicação do gabarito.
05 e 06 de Agosto de 2015	Interposição de recursos referentes as provas aplicadas
13 de Agosto de 2015	decisão de recursos referentes as provas aplicadas
14 de Agosto de 2015	Publicação da relação final dos/as candidatos/as habilitados/as ao Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015, divulgada nos sites: www.indaial.sc.gov.br e http://www.cmdcaindaial.com.br (encaminhamento da lista ao Ministério Público)
28 de Agosto de 2015	Normativa da Propaganda Eleitoral até esta data seguindo a Resolução de nº 12/2015
De 15 de Agosto até 02 de Outubro de 2015	para os candidatos buscarem votos e mobilizar os votantes
28 de Agosto de 2015	Convocação dos Eleitores e Divulgação dos locais de votação em Indaial
31 de Agosto de 2015 as 19 horas	Reunião com os candidatos habilitados firmando compromisso com o processo eleitoral
01 de Setembro de 2015	Confecção da cédula de votação
01 de Setembro de 2015	Solicitação de apoio à Polícia Militar ou à Guarda DEMUTTIN
01 de Setembro de 2015	Convocação e seleção dos mesários e escrutinadores
17 de Setembro de 2015	Reunião de Treinamento dos mesários e escrutinadores
24 de Setembro de 2015	Reunião do CMDCA e agendamento da reunião da Comissão Organizadora para providências do processo eleitoral: Confecção da lista de eleitores por território e local

04 de Outubro de 2015	Votação e apuração do resultado do Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.
04 de Outubro de 2015	Conselho Tutelar de Indaial (02 horas cada conselheiro tutelar durante o processo eleitoral, sendo o último horário feito pelo plantonista conforme a escala de plantão)
04 de Outubro de 2015	Registro da ata com a apuração oficial.
06 de Outubro de 2015	Publicação oficial da apuração e homologação do resultado do Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.
08 de janeiro de 2016.	Transição dos conselheiros tutelares antigos e novos
10 de Janeiro de 2016	Ato de Posse dos Conselheiros Tutelares
10 de Janeiro de 2016 até 9 de janeiro de 2020.	Conselho Tutelar de Indaial Gestão 2016/2019

DECRETO Nº 1547/15

. DECRETO Nº 1547/15

. De 04 de setembro de 2015

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA GESTÃO DAS DESPESAS E CONTROLE DE GASTOS COM PESSOAL E DE CUSTEIO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE INDAIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Sérgio Almir dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 169 da Constituição Federal que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar;

CONSIDERANDO que atendendo o mandamento constitucional o legislador federal editou a Lei Complementar nº 101/2000, estabelecendo, entre outros, os limites de gastos com despesas de pessoal;

CONSIDERANDO a atual situação econômica e financeira do país e a consequente diminuição na arrecadação de todos os entes federativos;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a responsabilidade na gestão Fiscal do Município, que se efetiva, entre outras ações, com o equilíbrio entre a receita e a despesa públicas;

CONSIDERANDO que resta ao Poder Público Municipal, regular a forma administrativa para recondução do equilíbrio financeiro,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece medidas para contenção de despesas de custeio e de pessoal, para o exercício de 2015, que deverão ser observadas e efetivadas pelos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Fica suspensa a realização de serviço extraordinário (hora extraordinária) no serviço público municipal, exceto para os servidores que exerçam funções de motorista da área da saúde, motorista de ônibus da área de educação, motorista à disposição do Conselho Tutelar, Agentes de Trânsito, motorista de caminhão pipa e vigias e porteiros.

§1º. Em havendo caso de extrema necessidade da realização de hora extraordinária essa somente poderá ser realizada pelo servidor mediante prévia autorização do Secretário da pasta e ciência e anuência do Prefeito Municipal.

§2º. As horas extraordinárias realizadas, observado o disposto acima, serão computadas em banco de horas e preferencialmente serão compensadas com folgas nos termos do Decreto nº 1.342/2015.

Art. 3º Fica vedado à Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações e autarquias, nos termos deste Decreto, qualquer

ato que importe em:

I - Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;

IV - Concessão de novos incentivos, previstos na Lei Municipal nº 2.979/2001 que cria incentivos fiscais e estímulos econômicos e define critérios de concessão ao Desenvolvimento Econômico do Município;

V - Pagamento de dez dias de férias em pecúnia;

VI - Pagamento de licença prêmio em pecúnia;

VII - Autorização de diárias, cursos e similares, que impliquem em aumento com gastos de pessoal, excluídos para as funções citadas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 4º Fica suspenso a partir do mês de setembro de 2015 o pagamento do abono previsto na Lei Municipal nº 5.116/2015.

Art. 5º Ficam temporariamente reduzidos em 12% (doze por cento) o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, e ainda o vencimento dos Diretores Executivos das Fundações Municipais e dos demais cargos comissionados.

Art. 6º Ficam reduzidos em 40% (quarenta por cento) o valor de todas as gratificações concedidas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações e autarquias, promovendo-se a retificação dos respectivos atos de concessão.

Parágrafo Único. Excetuam-se ao disposto no caput as diretoras de escola e de unidades de educação infantil.

Art. 7º O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, findo os quais serão restabelecidas as remunerações ao patamar atual, salvo se for necessário a manutenção da redução para obediência aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso em que poderá ser prorrogada a vigência do presente Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 4 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1548/15

. DECRETO Nº 1548/15

. De 10 de setembro de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar – Fundo Municipal de Assistência Social.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
18-0/2014	Estimativo	Posto Alexandre Ltda	R\$ 10.160,00	R\$ 0,03	Saldo não será utilizado.
106-0/2014	Global	TPA Telecomunicações Ltda	R\$ 1.800,00	R\$ 150,00	Saldo não será utilizado.
113-0/2014	Global	IPM Informática Ltda	R\$ 7.225,20	R\$ 20,07	Saldo não será utilizado.
234-0/2014	Estimativo	E. Etzold & Cia Ltda	R\$ 11.760,00	R\$ 0,40	Saldo não será utilizado.
814-0/2014	Global	EGEM – Escola de Gestão Pública Municipal	R\$ 10.878,00	R\$ 163,17	Valor refere-se a retenções não efetuadas na parcela 814-1/2014 por problemas no sistema IPM. Ora sendo regularizado com empenho 1446/2014.
825-0/2014	Global	Mapa Imobiliária Ltda	R\$ 9.030,00	R\$ 3.870,00	Saldo não será utilizado.
893-0/2014	Global	IPM Informática Ltda	R\$ 15.450,00	R\$ 200,01	Saldo não será utilizado.
1330-0/2014	Estimativo	IPM Informática Ltda	R\$ 3.360,00	R\$ 1.320,00	Saldo não será utilizado.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 10 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1550/15

. DECRETO Nº 1550/15

. De 11 de setembro de 2015

Homologa Resolução nº 33/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 33/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o Edital de Convocação dos Eleitores de Indaial, para o Processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar de Indaial.

Art. 2º - A Resolução nº 33/2015 e o Edital CMDCA nº 6/2015, fazem parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 11 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 33/2015

DISPÕE SOBRE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES DE INDAIAL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1144/14 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, na Reunião Ordinária do dia 27 de Agosto de 2015.

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado

"Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.

As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;

A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a publicação do Edital nº 06/2015 que dispõe sobre a CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES DE INDAIAL para participarem do processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar de Indaial.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 28 de Agosto de 2015.

Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg

Coordenador do CMDCA

EDITAL Nº 06/2015 DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES DE INDAIAL**EDITAL Nº 06/2015**

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 24/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, CONVOCA todos os eleitores do município para participar da eleição que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DE INDAIAL.

1. A eleição ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 17:00 horas, nos locais abaixo relacionados:

Local(ais) de Votação Urna(s) Receptora(s)	Seção(ões) Eleitoral(ais) (equivalentes às da Justiça Eleitoral):
Escola de Educação Básica Raulino Horn Também votam nesta escola todos os Eleitores do: Salão da Comunidade Católica de Indaial, Centro Escola Básica Municipal Juvenal Carvalho, do Sol Escola de Educação Fundamental Professor Florentino Vetter, Encano Baixo Escola Básica Municipal Encano Baixo Rudolfo Alfarth, Encano Baixo Escola Básica Municipal Encano Central, Encano Central	15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 109, 163, 203; 22, 23, 112, 188; 131, 166, 196; 45, 46, 47, 54, 152, 174; 178, 201 48, 53;
Escola de Educação Básica Prefeito Germano Brandes Junior Também votam nesta escola todos os Eleitores da: Escola Básica Professora Úrsula Kroeger, João Paulo II Escola Básica Municipal Leopoldo Simão, Rio Morto Escola Básica Arapongas, Arapongas Escola de Educação Fundamental Encano do Norte Também votam nesta escola todos os Eleitores do: Colégio Municipal de Indaial, Carijós Escola Básica Municipal Professor Mario Bonessi, Benedito Escola Básica Municipal Mulde Baixa, Mulde Escola Básica Municipal Professora Anna Alves Dias, Encano do Norte	25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 111, 147, 155, 194; 69, 113, 153, 171, 190; 67, 68, 167, 172, 181, 192; 59,60, 66, 119; 49, 50, 51, 149, 164; 39, 40, 41, 42, 43, 44, 125, 148, 159, 176, 186, 199; 130, 161, 175, 189; 129, 173; 52, 180
Escola de Educação Básica Municipal Tancredo de Almeida Neves Também votam nesta escola todos os Eleitores da: Escola de Educação Básica Frederico Hardt, Tapajós Escola de Ensino Fundamental Prefeito Marcus Rauh, Estrada das Areias Escola de Educação Fundamental Gustavo Barroso, Warnow	128, 132, 170, 182, 197; 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 127, 151, 165, 169, 179, 187, 195, 202; 61, 62, 63, 64, 65, 121, 123, 154, 183, 198; 55, 56, 57, 58, 185;

Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município, até o dia 04 de Agosto de 2015;

1.1. O voto é facultativo para todos;

1.2. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no seu local de votação munido de título de eleitor e/ou documento oficial de identidade com foto (carteira de habilitação);

1.4. Cada eleitor poderá votar em apenas em 01 (um) candidato;

1.5. Não será permitido o voto por procuração.

2. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar de Indaial são:

Nº	NOME	APELIDO
1	JAIR GILMAR GONZAGA	GONZAGA
2	ALIDOR REITER	-
3	PATRICIA FEY	-
4	VALDIR VOIGT	-
5	FERNANDA REIF THOMSEN	-
6	ROSELI DA SILVA PEIXE	-
7	NARA BENTA LYRA DE SOUZA	-
10	BEATRIZ PADILHA	BIA
11	MÁRCIA TONETT LOPES DE OLIVEIRA	MÁRCIA
15	JOICE DANIELA PEREIRA NUNES	-
16	RICARDO RAFAEL SCHEIDEMANTEL	PIO/ELITE
18	MARILENE MIGLIOLI BOAVENTURA	MARI

NÃO PARTICIPAM DESTA ELEIÇÃO OS NÚMEROS: 08, 09, 12, 13, 14 e 17

Indaial, 28 de Agosto de 2015.
Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg
Coordenador do CMDCA

DECRETO Nº 1551/15

. DECRETO Nº 1551/15
. De 14 de setembro de 2015
Delega atribuições
Hercílio Cesário Reiter

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o período de férias do Secretário,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegado ao senhor Hercílio Cesário Reiter, ocupante do cargo de Diretor de Inspeção e Abastecimento, atribuições para assinar a documentação contábil/financeira pertinente a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, durante o afastamento para gozo de férias do Secretário Remir José de Fáveri, no período de 14 de setembro a 03 de outubro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 14 de setembro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1552/15

. DECRETO Nº 1552/15
. De 17 de setembro de 2015
Delega atribuições / Rodrigo Siemann da Rosa

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando afastamento para tratamento de saúde do Diretor da FME – Ademir Packer,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegado ao servidor RODRIGO SIEMANN DA ROSA, atribuições para responder, bem como assinar a documentação contábil/financeira pertinente a Fundação Municipal de Esportes, cumulativamente com as atribuições do cargo, durante o período de afastamento para tratamento de saúde do Diretor Executivo – Ademir Packer, a partir de 11 de setembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 17 de setembro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1553/15

. DECRETO Nº 1553/15
. De 17 de setembro de 2015
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDOMUNICIPAL INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 63,45 (sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
32	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001.0014	DIREITOS DA CIDADANIA
32.001.0014.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
32.001.0014.0243.0032	AÇÕES QUE VISAM A GARANTIA DOS DIREITOS
32.001.0014.0243.0032.2551	MANUTENÇÃO DE PROJETOS PONTUAIS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	Recursos Ordinários - E.A.
Valor: (63,45)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Indaial, em 17 de setembro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 8/2015**

Decreto Nº 8/15

Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso III da Lei Orgânica do Município de Indaial, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011,

DECRETA:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Todos os setores da Câmara Municipal de Indaial deverão ser cientificados e instruídos a respeito da obrigatoriedade de observar as normas de caráter nacional introduzidas pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que tem por objetivo garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 2º - O Poder Legislativo Municipal assegurará, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo único. O acesso à informação será assegurado também mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou outras formas de divulgação.

Art. 3º - O acesso à informação de que trata este Decreto não se aplica às hipóteses previstas na legislação como sigilo fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Art. 4º - A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único - Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II**DA TRANSPARÊNCIA ATIVA**

Art. 5º - A Câmara Municipal promoverá, independente de requerimento, a divulgação em seu sítio na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por ela produzida ou custodiada, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei n. 12.527, de 2011.

§ 1º - A Câmara Municipal deverá implementar em seu sítio na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput.

§ 2º - Será disponibilizado no sítio na Internet banner na página inicial, que dará acesso à seção específica de que trata o § 1º; e

§ 3º - Deverão ser divulgadas, na seção específica de que trata o § 1º, informações sobre:

I. Estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II. Programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável;

III. Repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV. Execução orçamentária e financeira detalhada;

V. Licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho

emitidas;

VI. Remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada;

VII. Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 4º - As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

§ 5º - A divulgação das informações previstas no § 3º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

Art. 6º - O sítio na Internet da Câmara Municipal, em cumprimento às normas estabelecidas deverá atender aos seguintes requisitos, entre outros:

I. Conter formulário para pedido de acesso à informação;

II. Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III. Possibilitar gravação de relatórios de modo a facilitar a análise das informações;

IV. Garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

V. Indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com a entidade; e

VI. Garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO III**DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA****Seção I**

Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 7º - Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, coordenado pela Direção da Câmara Municipal e executado pelo Ouvidor, servidor pertencente ao quadro da Câmara Municipal, e que funcionará no seguinte endereço: rua Prefeito Frederico Hardt, número 148, bairro Centro, no horário das 8h30 às 20h30, com o objetivo de:

I. Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II. Informar sobre a tramitação de documentos nos setores; e

III. Receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único - Compete ao SIC:

I. O recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II. O registro do pedido de acesso e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

III. O encaminhamento do pedido para o responsável indicado na respectiva área requerida, a fim de que seja providenciado o atendimento, justificativas e tratamento de informações pessoais ou sigilosas contidas nas informações e documentos disponibilizados; e

IV. Receber a resposta de cada setor, providenciar a devida revisão quanto a seu conteúdo e tratamento de informações pessoais ou sigilosas, e encaminhar resposta ao requerente.

Art. 8º - O pedido de acesso deverá ser encaminhado ao SIC da Câmara, que comunicará ao requerente o número do protocolo e a data de recebimento do pedido, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Seção II

Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 9º - Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º - O pedido será apresentado em formulário padrão,

disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC da Câmara Municipal.

§ 2o - O prazo de resposta será contado a partir do primeiro dia útil seguinte à data de apresentação do pedido ao SIC, estendendo-se até o primeiro dia útil seguinte, caso o último dia do prazo de entrega seja sábado, domingo ou feriado.

§ 3o - É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 10, devendo o pedido ser imediatamente incluído no sistema de gestão dos pedidos de acesso.

§ 4o - Na hipótese do § 3o, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 10 - O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I. Nome do requerente;
- II. Número de documento de identificação válido;
- III. Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV. Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.
- V. Indicação clara do meio de resposta desejado pelo requerente, como eletrônico, postal, retirada no SIC e outros.

Art. 11 - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I. Genéricos;
- II. Desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III. Que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão, tais como análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 12 - São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Parágrafo único - O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

Seção III

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 13 - Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato ou em até 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1o - Caso não seja possível o acesso no prazo mencionado no caput, o SIC deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias:

- I. Enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II. Comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III. Comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV. Indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V. Indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2o - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada preferencialmente a medida prevista no inciso II do § 1o, sem prejuízo da devida resposta no formato solicitado pelo requerente, caso este informe não ser possível a consulta no local.

§ 3o - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4o - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3o, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que

não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 14 - O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez dias), mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (vinte dias), da qual será cientificado o requerente.

Art. 15 - Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único - Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 16 - Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente, pelo meio indicado, Guia de Recolhimento, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1o - O custo de reprodução de documentos será estabelecido com base no valor da cópia constante de contrato de serviços de impressão e reprodução em vigência no âmbito da Câmara Municipal, se houver, ou será a média dos valores obtidos mediante pesquisa em pelo menos 3 (três) fornecedores do ramo localizados no município, pesquisa esta que deve ser realizada em periodicidade mínima anual e cujos comprovantes devem ser arquivados pelo SIC.

§ 2o - A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei n. 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 17 - Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I. Razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II. Possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

Seção IV

Dos Recursos

Art. 18 - No caso de negativa de acesso à informação, de não-fornecimento das razões da negativa do acesso, ou de omissão de resposta, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez dias), contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de 5 (cinco dias), contado da sua apresentação.

§ 1o - Desprovido o recurso de que trata o caput, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez dias), contado da ciência da decisão, à Comissão de Avaliação de Informações - CAI, que deverá se manifestar em 5 (cinco dias) contados do recebimento do recurso.

§ 2o - A Comissão poderá determinar que o setor ou autoridade

preste os esclarecimentos necessários para a avaliação do recurso.

§ 3o - Provido o recurso, a Comissão fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo setor ou autoridade.

Seção V

Da Comissão de Avaliação de Informações- CAI

Art. 19 - A Comissão de Avaliação de Informações será composta de 3 (três) servidores, que serão nomeados por portaria pelo Presidente da Câmara no prazo de 30 dias, tendo como eventuais suplentes seus substitutos legalmente indicados.

Art. 20 - Compete à Comissão de Avaliação de Informações:

- I. Deliberar sobre recursos apresentados contra decisão proferida em instância recursal hierarquicamente superior, nos termos do art. 18.
- II. Requisitar esclarecimentos da autoridade que se recusar a prestar informação;
- III. Reunir-se-á ordinariamente, uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Câmara

Municipal ou para avaliação de recurso impetrado por requerente.
Parágrafo único - As deliberações da Comissão de Avaliação de Informações serão tomadas por maioria simples dos votos.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 21 - O acesso a informações pessoais deverá respeitar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, bem como as liberdades e garantias individuais.

Parágrafo único - As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo, nem ter seu acesso negado.

Art. 22 - As informações classificadas pela Câmara Municipal como documentos de guarda permanente serão encaminhadas ao arquivo permanente, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 23 - Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Art. 24 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I. Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II. Utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III. Agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV. Divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação a informação pessoal ou de sigilo da Câmara;

V. Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI. Ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII. Destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º - Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas como infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios estabelecidos na norma legal.

§ 2º - Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis no 1.079, de 10 de abril de 1950, e no 8.429, de 2 de junho de 1992.

CAPÍTULO VII

DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI

Das Competências Relativas ao Monitoramento

Art. 25 - Compete ao Ouvidor da Câmara Municipal, observadas as competências dos demais órgãos e setores e as previsões específicas neste Decreto:

I. Definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no SIC, de acordo com o § 1º do art. 11;

II. Monitorar a implementação da Lei n. 12.527, de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 45;

III. Preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei n. 12.527, de 2011, a ser encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal;

IV. Avaliar e monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o

cumprimento dos prazos e procedimentos; e

V. Detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Os setores da Câmara Municipal adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 27 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de Setembro de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
José Klock	
1º Secretário	

PORTARIA 57/2015

Portaria Nº 57/15

Concede Licença / Vereador José Carlos Mandel.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 42, inciso III, artigo 43, da Lei Orgânica do Município, inciso II, parágrafo 2º da emenda à LOM nº 01/03, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimento nº 48/15, aprovado pelo Plenário na reunião do dia 12 de agosto de 2015, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao vereador José Carlos Mandel, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 1º de outubro de 2015 a 31 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 01 de Setembro de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 58/2015

Portaria Nº 58/15

Concede Licença / Vereador Altair Brassiani.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 42, inciso III, artigo 43, da Lei Orgânica do Município, inciso II, parágrafo 2º da emenda à LOM nº 01/03, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimento nº 50/15, aprovado pelo Plenário na reunião do dia 27 de agosto de 2015, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao vereador Altair Brassiani, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 15 de outubro de 2015 a 14 de novembro

de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 01 de Setembro de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 59/2015

Portaria Nº 59/15

Licença / Jefferson José Carlini.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara, Leis Complementares 105/2010 e 167/2015,

Resolve:

Art. 1º - Ao servidor Jefferson José Carlini, ocupante do cargo de Contador, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial, fica concedida licença de 10(dez) dias, por motivo de nascimento de sua filha (licença paternidade), a partir de 08 de setembro de 2015 (Certidão de Nascimento matrícula 106476 01 55 2015 1 00033 162 0005553 00, Registro Civil de Indaial), conforme previsto no art. 83, da lei Complementar 105/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 10 de Setembro de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 2620/2015

PORTARIA Nº 2620 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO EFETIVO PARA O EXERCICIO DAS FUNCOES DE CONSELHEIRO TUTELAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. Designar a servidora Maura Renata Tragancin Perazzoli, detentoria do cargo efetivo de agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula n.214 para o exercício temporário das funções de Conselheira Tutelar, sem prejuízo dos vencimentos de seu cargo.

Art. 2. A presente designação se justifica em razão da necessidade da contratação de mais um Conselheiro Tutelar, devido ao afastamento em Auxílio Maternidade de Jordana Z. Colle, e a inexistência de aprovados em processo legal para assumir o cargo.

Art. 3. A presente portaria surtira efeitos pelo prazo de 21 de setembro a 14 de outubro de 2015 podendo ser prorrogada.

Art. 4. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de setembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 2621/2015

PORTARIA Nº 2621 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor JURANDIR CRESTANI NUNES, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014 a contar de 21/09/2015 a 20/10/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de setembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 389/2015 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARIA ELIZA MOSELE, matrícula 518-5, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2013 a 02/02/2014 e gozo de 18/09/2015 a 17/10/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18/09/2015.

Ipumirim - SC, 18 de setembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 390/2015 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE PAULO ROBERTO DE BORTOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com O artigo 137 da Lei Complementar nº 001/2.002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, da administração direta e indireta e da outras providencias.

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER o servidor PAULO ROBERTO DE BORTOLI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Recursos Humanos, para prestar seus serviços nas terças e quintas feiras na parte da tarde na delegacia de Policia Civil, para auxiliar na realização de vistorias veiculares.

Art. 2º. Os efeitos do presente ato administrativo iniciam a partir de 18 de Setembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim - SC, 18 de Setembro de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 180, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 180, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 145/2015, de 26/08/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, ADRIANO KARAL e DIENIFER STRACK para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 145/2015, de 26/08/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 15/09/2015, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga – SC, 11 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 181, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 181, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal n. 2.988, de 15 de setembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento Do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2015:

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 142.595,84

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1018 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10.301.0133.1019 – Aquisição da Imóveis

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 1.060,00

10.301.0133.1023 – Construção, Ampliação e Manutenção dos Postos de Saúde e CAPS

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 111.535,84

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 15 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretario Municipal de Administração

DECRETO Nº 182 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 182 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o credito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Fundo Municipal da Saúde - SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 603 – Convênio NASF, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e Recurso 120 – Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

92.01 – Fundo Municipal da Saúde

10.301.0133.2026- Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

33.90.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 15 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2546/2015 APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2015 DA CONTROLADORIA INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC.

DECRETO MUNICIPAL nº 2546/2015

Data: 16 de setembro de 2015.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2015 DA CONTROLADORIA INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica aprovada a Instrução Normativa nº 007/2015, de 16 de setembro de 2015, da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Itapoá.

Art. 2º A Instrução Normativa nº 007/2015, de 16 de setembro de 2015, da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Itapoá é parte deste Decreto Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2015 - DECRETO Nº2546/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI Nº 007/2015

Data: 16 de setembro de 2015

Altera a Instrução Normativa CI Nº 005/2013, que dispõe sobre as solicitações e prestações de contas de subvenções ou contribuições sociais no âmbito do Município de Itapoá, para solicitação de Convênios e Termos Aditivos assinados a partir do Exercício 2014. A Controladoria Interna, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei Complementar Municipal nº 008/04 de 31 de março de 2004 e Lei Complementar Municipal nº 009/2005 de 19 de agosto de 2005.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 70 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 16 da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa N.TC-14/2012/TCE-SC Junho de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, uniformizar, padronizar e esclarecer os procedimentos relativos à solicitação e prestação de contas dos recursos recebidos através de Convênios, entre a Administração e demais entidades, resolve:

Art. 1º Alterar § 4º, do art. 5º da Instrução Normativa CI nº 005/2013, de 10 de dezembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º Declaração assinada por Contador do Município, de que a entidade prestou regularmente contas nos últimos cinco anos (se for o caso);

Art. 2º Suprimir o item 2., do inciso I, do art. 7º da Instrução Normativa CI nº 005/2013, de 10 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entrará em vigor após a sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Itapoá, 16 de setembro de 2015.

Neide Terezinha Becher Lupatelli

Controlador Geral do Município

LEI 607: ANEXO DE PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Prefeitura Municipal de Itapoá - SC	
Planilhas de Planejamento	
Anexo de Priorização de Recursos para Conservação do Patrimônio Público	
Ano LDO: 2016	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO	
(art. 45 da LRF)	
PROJETOS/ATIVIDADES	Valores
1018 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURAS TURÍSTICAS	8.000,00
1021 - CONST., AMPLIAÇ. E MANUT. DE ESTRUT. PARA ROTAS ECOLÓGICAS	1.000,00
2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	20.000,00
2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	5.000,00
2012 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	2.000,00
2015 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	50.000,00
2020 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	2.000,00
2022 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.000,00
2030 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	1.000,00
2034 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS	22.000,00
2038 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	2.000,00
2047 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	1.000,00
2051 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	1.000,00
2056 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1.000,00
2063 - MANUTENÇÃO E SEGURANÇA ESTRUTURAL DE PARQUES	2.000,00
2067 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	2.000,00
2069 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA	5.000,00
2077 - AQUISIÇÃO E MANUT. DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	100.000,00
2078 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	20.000,00
2080 - ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO DA JACA	15.000,00
2081 - REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO	200.000,00
2085 - SERVIÇOS DE DRENAGEM	20.000,00
2090 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5.000,00
2095 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	70.000,00
2097 - GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	80.000,00
2098 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	25.000,00
2104 - GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	25.000,00
2113 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	20.000,00
2114 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	3.000,00
2115 - MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	20.000,00
2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.000,00

2119 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.000,00
2120 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000,00
2122 - MANUTENÇÃO DO FMAS	15.000,00
2123 - MANUTENÇÃO DO CRAS	2.500,00
2125 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	1.000,00
2126 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	2.000,00
2136 - MANUTENÇÃO DO IPESI	5.000,00
2139 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	15.000,00
TOTAL	784.500,00

Fonte:ANEXO DE VALORES DE AÇÕES POR PROGRAMA.

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 450, de 18 de setembro de 2015.

DECRETO Nº 450, de 18 de setembro de 2015.

"Transfere o feriado comemorativo ao dia do Servidor Público do Município de Ituporanga".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC;

- Considerando que a Administração Pública tem o dever de tomar todas as medidas e mecanismos necessários para retomar o equilíbrio na administração financeira;

- Considerando o dia do Servidor Público Municipal, é comemorado no dia 28 de outubro de 2015 (quarta-feira);

- Considerando que o TJ, bem como Poder Executivo Estadual e Federal realizarão a transferência do feriado de 28 para o dia 30 de outubro corrente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido em caráter excepcional o feriado nacional alusivo às comemorações do Dia do Servidor Público de 28 para 30 de outubro, excetuando-se os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 18 de setembro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 260/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 260/2015/PMJ

PL 78/2015/PMJ – TP 15/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA-ME.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o recapeamento em CAUQ de parte das Ruas 07 de Setembro e Domingos Zanini, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 259.239,80 (duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), sendo:

Ø R\$ 233.168,82 (duzentos e trinta e três mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos), referentes aos materiais;

Ø R\$ 26.070,98 (vinte e seis mil, setenta reais e noventa e oito centavos), referentes aos serviços.

VIGÊNCIA: Vigência de 105 (cento e cinco) dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 – PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

126 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

255 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 – Aplicações Diretas FISCAL CONTRATO: DENIR NARCISO ZULIAN.

DATA DE ASSINATURA: 18/09/2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário de Infraestrutura

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 15/2015/PMJ - PL 78/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2015/PMJ

O Secretário de Infraestrutura de Joaçaba – Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 78/2015/PMJ.

- Modalidade: TP 15/2015/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o recapeamento em CAUQ de parte das Ruas 07 de Setembro e Domingos Zanini, no Município de Joaçaba, SC.

- Empresa Vencedora:

JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA-ME.

- Valor Total Contratado: R\$ 259.239,80, sendo R\$ 233.168,82 referentes a materiais e R\$ 26.070,98 referentes à mão-de-obra.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário de Infraestrutura

HOMOLOGAÇÃO TP 15/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-89 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2015 - TP Processo Administrativo: 78/2015 Processo de Licitação: 78/2015 Data do Processo: 28/07/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 78/2015
b) Licitação Nr.: 15/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 18/09/2015
e) Data da Adjudicação: 18/09/2015 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o recapeamento em CAUQ de parte das Ruas 07 de Setembro e Domingos Zanini, no Município de Joaçaba, SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descdo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

JND - CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA (10724)

2 EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RECAPEAMENTO EM CAUQ DE PARTE DAS RUAS 07 DE SETEMBRO E DOMINGOS ZANINI, NO MUNICÍPIO DE JOACABA, SC - CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO ESTIMATIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	VB	1	-	259.239,80	259.239,80
--	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 259.239,80
Total Geral: 259.239,80

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (126), 1.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (255)

Joaçaba, 18 de Setembro de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 34 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015 - ARQUIVAMENTO MÓVEIS**

RESOLUÇÃO Nº 34 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

"ARQUIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA RESOLUÇÃO NR. 24/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na Constituição Federal, artigo 37, caput;

Considerando que a Comissão processante respeitou os princípios do contraditório e da ampla defesa;

Considerando que no transcorrer do Processo Administrativo a

Comissão processante opinou pelo arquivamento do mesmo por ter havido a perda superveniente do objeto

RESOLVE ,
1º ACATAR o relatório conclusivo da Comissão processante e ARQUIVAR o processo administrativo instaurado pela Resolução nr. 24/2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 17 de setembro de 2015.

LUIZ VASTRES
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 216/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 216/2015 DE 10.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- DISPENSAR o servidor Romalcir Schuck, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, da atividade de Condutor de Viatura do SIMAE, nomeado pela Portaria JHL 180/2015 de 04.08.2015, a partir de 19 de setembro de 2015.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 10 de setembro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 226/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 226/2015 DE 18.09.2015

"AVERBA PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA PERÍODOS DE LICENÇAS-PREMIO NÃO GOZADAS A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

Art.1º. AVERBAR para efeitos de aposentadoria os períodos de licenças-prêmio não gozadas pela servidora ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, referente aos períodos de 21.03.1979 à 20.03.1984, 90 (noventa) dias e de 21.03.1984 à 20.03.1989, 90 (noventa) dias, conforme art. 145 da Lei 666 de 21.03.1972.

Art.2º. Para os efeitos da Lei 666 de 21.03.1972 contar-se-á em

dobro os períodos não gozados totalizando 360 (trezentos e sessenta) dias para efeitos de aposentadoria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 15 de Setembro de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PREGÃO 0035/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0047/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2015
PROTOCOLO JHL 2259/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0035/2015 – Licitação 0047/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de equipamentos para os Setores Técnicos e Administrativo do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 08/10/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/10/2015 às 14h:00m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 21/09/2015 a 08/10/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 18 de Setembro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0079/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0079/2015
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0009/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO
SMOS JHL 0549/2014
PROTOCOLO Nº 3344/2014
Data: 18/09/2015
Objeto: ALTERAÇÃO DO TEXTO DA CLÁUSULA NONA - DA DO-
TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO JHL
0009/2015.
Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AM-
BIENTAL – CISAM/MO.
Programa: 14.01
Projeto/Atividade Elemento De Despesa: 2.129.3.3.93
Prazo de vigência: 18/09/2015 a 10/02/2020.
Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0081/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0081/2015
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0011/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO
SMOS JHL 0549/2014
PROTOCOLO Nº 3344/2014
Data: 18/09/2015
Objeto: ALTERAÇÃO DO TEXTO DA CLÁUSULA NONA - DA DO-
TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO JHL
0011/2015.
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AM-
BIENTAL – CISAM/MO.
Programa: 14.01
Projeto/Atividade Elemento De Despesa: 2.129.3.3.93
Prazo de vigência: 18/09/2015 a 10/02/2020.
Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0080/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0080/2015
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0010/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO
SMOS JHL 0549/2014
PROTOCOLO Nº 3344/2014
Data: 18/09/2015
Objeto: ALTERAÇÃO DO TEXTO DA CLÁUSULA NONA - DA DO-
TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO JHL
0010/2015.
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AM-
BIENTAL – CISAM/MO.
Programa: 14.01
Projeto/Atividade Elemento De Despesa: 2.129.3.3.93
Prazo de vigência: 18/09/2015 a 10/02/2020.
Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE.

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 029/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 029/2015

Aviso de Edital de Carta Convite nº 08/2015

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando licitação na modalidade de CARTA CONVITE, para contratação de empresa para realização de Concurso Público, conforme especificações constantes no edital, a abertura dos envelopes de habilitação será às 09:00 horas, do dia 28 de setembro de 2015, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Rua 31 de março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março nº 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (49)3552-0188 ou pelo email www.licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 196/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 196/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.973.179/0001-02, com sede a Avenida Josué Di Bernardi, 508/111 sl 05 – Campinas CEP 88101-200 – São José/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 130/2015, correlato à Tomada de Preços nº 17/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção de Pontilhão na Avenida Belizário Ramos, altura do Fórum Nereu Ramos, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 30/11/2015;

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 18 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

TP 32-2015 PML; PP 113-2015 PML E PP 106-2015 PML RERRATIFICADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 106-2015 PML RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Equipamentos para o Setor de Tecnologia da Informação.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 08/10/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 302.951,04

Modalidade: PP 113-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Geração de Conteúdo e Projeção de Imagens para Grandes Formatos do Natal Felicidade 2015.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 09/10/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 94.081,96

Modalidade: TP 32-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Construção de Quadra Coberta com Vestiário na EMEB Emilia Furtado Ramos.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 09/10/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 433.972,14

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de setembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

LEI Nº 1.840/15

LEI Nº 1.840 DE 14 DE SETEMBRO DE 2.015.
"DÁ DENOMINAÇÃO À VIA PÚBLICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua Severino João Cândido, a Estrada Geral, que compreende o antigo Bar do Toninho e o término da Rua Abgail Tomé Serafim, na comunidade de Estreito, às margens da BR-101, até a extremidade da localidade de Nova Fazenda, neste município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar placas indicativas para a sinalização da referida Rua.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 05/2015 DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA 05/2015 DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS EXTRAVIOS DOS EMPENHOS 287, 879 e 2149.

O Prefeito Municipal de Laguna, EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial a Lei Complementar 136/2006.

Considerando o memorando da contabilidade, que informou que não foi localizado os empenhos nº 287, 879 e 2149.

Considerando a necessidade de apuração dos fatos, para identificação e punição do responsável pelo extravio dos empenhos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o PROCESSO DE SINDICÂNCIA, para apuração dos extravios dos empenhos nºs 287, 879 e 2149.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes, e caso não localizar o processo extraviado deverá buscar a restauração do mesmo, sempre buscando a identificação dos responsáveis pelo extravio.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: Syllas Timóteo Mariz Melo, Ricardo Augusto Silveira e Luis Fernando Nandi Vicente, em conformidade com Decreto 4.391/15, com a alteração do Decreto 4.473/15.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno e determinando a necessidade ou não de abertura de processo administração disciplinar.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 16 de setembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Lebon Régis

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 28/2015 LICITAÇÃO: PR05/2015.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 28/2015 licitação: PR05/2015.

Objeto: Alteração da Cláusula Segunda diminuindo o valor inicial em R\$ 1.170,00 (um mil cento e setenta reais) mensais, devido a supressão dos itens 01, 03 e 05 e alterando o endereço do item 02, devido a uma realocação de alguns setores administrativos. BASE LEGAL: Art. 65 inciso I alínea "b", observando o parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratado: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - 82.891.805/0001-37.

Vigência: 18/09/2015. Término: 02/03/2015

Lebon Régis, 18/09/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 105/2015

DECRETO Nº 105, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS FAMÍLIAS INSCRITAS PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV – RESIDENCIAL JARDIM DAS COLINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Municipal nº 966, de 03 de maio de 2013, no Decreto Municipal nº 031 de 1º de abril de 2015 e no Art. 3º da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, com redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica divulgada a seleção e classificação geral das famílias inscritas para o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Residencial Jardim das Colinas, conforme lista anexa a este Decreto.

Art. 2º É assegurado às famílias o direito de recorrer do resultado de seleção e classificação geral no prazo de quinze dias, contado da data da publicação.

Parágrafo Primeiro: as famílias ou qualquer outro cidadão do Município poderão recorrer ou impugnar quanto à seleção e classificação geral, com respectiva justificativa.

Parágrafo Segundo: o julgamento do recurso de que trata o caput dar-se-á no prazo de até quinze dias, contados da data de seu protocolo, julgado pela Equipe Técnica nomeada através da Portaria Municipal Nº 176/2013.

Art. 3º Após o período para recurso e julgamento, será publicado resultado final das famílias aprovadas.

Art. 4º O Município prorrogou as inscrições com a finalidade de CADASTRO RESERVA, por meio dos Decretos Nº 044/2015, 047/2015, 084/2015 e 097/2015, possibilitando as famílias com interesse de realizar inscrição até 30/09/2015.

Parágrafo Único: as famílias que se inscreveram com a finalidade de CADASTRO RESERVA, será divulgada a seleção e classificação, após a data final de inscrição e análise do cadastro pela Caixa Econômica Federal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Setembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	PRONTUAÇÃO
01	Maria Dolores Jorge	11,50
02	Adriana Kraus	11,00
03	Geane França	11,00
04	Maura Schug Hilleshein	10,90
05	Helena Maria Coelho	10,90
06	Leonice Hilleshein	10,70
07	Eugenia de Lima	10,70
08	Ana Claudia Andre	10,70
09	Luzia Schell Steimbach	10,50
10	Mariza Hilleshein Franzen	10,40
11	Leonizia Kreusch	10,40
12	Cricila Aparecida Hilleshein	10,40
13	Magda Helena Kreusch	10,40
14	Selma de Souza Eger	10,20
15	Moacir Avi	10,20
16	Evonete Terezinha Henckel	10,20
17	Osli Heiderscheidt	9,90
18	Miranda Zimmermann Kreusch	9,70
19	Oskal Ferreira	9,70
20	Claudiomir Hilleshein	9,20
21	Fabiano Dias	9,20
22	Hilda Melverstet Hilleshein	9,00
23	Jaiana Koenig	8,20
24	Edna Beatriz Farias Schaffer Scheidt	8,20
25	Diovana De Freyn	8,20
26	Daiane Farias	8,20
27	Maria Kreusch Knaul	8,00
28	Maria May	8,00

29	Aurelina Conaco	8,00
30	Edolino De Freyn	8,00
31	Viviane Aparecida de Carvalho	7,50
32	Eneli Terezinha Rohden Zeitz	7,40
33	Sarah Alves Espezin	7,40
34	Sidinei da Silva	7,20
35	Vorlei Hilleshein	7,20
36	Adriel Burg	7,20
37	Maria Alflen Marian	7,00
38	Maria Olívia Boeira	7,00
39	Marcilei Farias	6,70
40	Alvino Zimmermann	6,70
41	Nelson Marian	6,70
42	Eustolia Maria Lopes	6,50
43	Patricia Maria da Silva	6,50
44	Joareis Ferreira	6,50
45	Eliseu Alflen	6,50
46	Aginaldo da Cruz dos Santos	6,20
47	Diogo Scheidt	6,20
48	Wanderley Hilleshein	6,00
49	Reginaldo José Lohn	6,00
50	Aldinho Garcia	6,00
51	Adriana da Rosa	5,70
52	Adriano Elias	5,70
53	Maicon do Amaral	5,70
54	Sergio Kreusch	5,70
55	Sabrina Helena Knaul	5,70
56	Claudinei Luiz Becker	5,70
57	Karina Leal	5,70
58	Geovane De Freyn	5,70
59	Ana Claudia de Oliveira	5,70
60	Marcos Scheidt	3,70
61	Everton Becker	3,70

DECRETO N.º 106/2015 - SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

DECRETO Nº 106, DE 19 DE SETEMBRO DE 2015.

"DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL AFETADAS POR TEMPORAL – COBRADE 1.3.2.1.4 E COM QUEDA DE GRANIZO – COBRADE 1.3.2.1.3, CONFORME IN/MI 01/2012"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art.98, I, da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

- O temporal provocado por chuva intensa com queda de granizo ocorrido neste dia 18 de setembro de 2015, por volta das 15h00min, com duração do granizo de aproximadamente 10 minutos atingindo 40% do município, e da chuva por 01h30min atingindo todo o município;
- Que como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes no Formulário de Informação do Desastre FIDE, anexo ao presente Decreto;
- O parecer do Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre e sendo favorável à declaração de Situação de Emergência

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como temporal – COBRADE 1.3.2.1.4 e como queda de granizo – COBRADE 1.3.2.1.3, conforme IN/MI Nº 01/2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob o Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente a:

- I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. Parágrafo único Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 dias.

Leoberto Leal, 19 de setembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.724/2015, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO N.º 2.724/2015, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 – Diretoria de Infra-Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infra-Estrutura

4.4.90.00.00.00.00.0630 – Aplicações DiretasR\$ 73.261,45

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do Superávit financeiro de 2014 do Convênio Fundam – asfalto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 17 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

EXTRATO PREGÃO 41/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de camisetas, jaleco, calça e boneco mascote PROERD, no dia 02 de outubro de 2015, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de setembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 074.2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 074.2015, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 027.15, TOMADA DE PREÇO PML Nº 002.15, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA E LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, COM O OBJETO DE ADITIVAR O CONTRATO OUTRORA CELEBRADO.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e do outro LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.492.725/0001-03 com endereço a Rua Nereu Ramos, nº 330, Centro na cidade de Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000 representada por seu sócio administrador LAURECI BITENCOURT, portador da cédula de identidade nº 3.263.197 e inscrito no CPF/MF sob nº 014.931.649-61, doravante denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DO ADITIVO

O presente instrumento tem por objeto aditar o contrato supramencionado no valor correspondente a R\$ 5.064,90 (cinco mil e sessenta e quatro reais e noventa centavos), e uma supressão de R\$ 16.626,60 (dezesesseis mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), resultando em uma supressão no total de R\$ 11.561,70 (onze mil quinhentos e sessenta e um mil e setenta centavos), nos termos previstos em sua Cláusula Sexta, no percentual em 6,14% no valor global da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata Pregos original e constantes do Edital, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

LAURECI BITENCOURT
LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição e instalação de Grupo Motor Gerador á Diesel, destinado a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 20/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de setembro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 81.815.219/0001-40
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA
Nota Fiscal nº. 16096 R\$ 974,50
Nota Fiscal nº. 16095 R\$ 1.034,10
Nota Fiscal nº. 16097 R\$ 8.587,04
Nota Fiscal nº. 16101 R\$ 243,39
Nota Fiscal nº. 16242 R\$ 2.617,00
Nota Fiscal nº. 16416 R\$ 470,00
Nota Fiscal nº. 16561 R\$ 2.617,00
Valor Total: R\$ 16.543,03.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento alimentos para a merenda escolar.

Mafra (SC), 18 de setembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2015.

FORNECEDOR: RHOMA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITA-
LARES LTDA - EPP.

CNPJ: 02.555.047/0001-47

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de Manutenção corretiva dos compressores pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII.

VALOR: R\$ 7.832,51 (sete mil oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos).

Mafra, (SC) 18 setembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2015.

FORNECEDOR: MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ: 79.420.873/0001-03

OBJETO: Aquisição de peças e contratação de mão de obra para revisão dos 20.000km dos veículos Doblô placa OKF – 9749 e Doblô placa QHA-8531, através da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII.

VALOR: R\$ 978,26 (novecentos e setenta e oito reais e vinte seis centavos).

Mafra, (SC) 18 setembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2015.

FORNECEDOR: SUPERAUTO SC DIS.

CNPJ: 17.895.893/0001-83

OBJETO: Aquisição de peças e contratação de mão de obra para revisão dos 20.000km dos veículos Sandero placa MLS - 3747 e Sandero placa MLS - 3437, através da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII.

VALOR: R\$ 1.096,00 (um mil e noventa e seis reais).

Mafra, (SC) 18 setembro de 2.015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de Central de Chamada de Enfermagem destinada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 14/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de setembro de 2015.
Wellington Roberto Bielecki Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4146

Lei nº. 4.146
DE 17 DE SETEMBRO DE 2015
DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.
AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafrá, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, dos imóveis a seguir especificados:

I - Terreno rural de faxinal, sem benfeitorias, com área de 174.775 m² (cento e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco) metros quadrados, situado no lugar São Lourenço, Distrito da Sede do Município de Mafrá, confrontando-se com terras de José Krachinski, Carlos Arbogaus, Luiz Funck, Alexandre Ianoski, Carlos Lindenberg e Maria Kuss, objeto da Matrícula nº. 13 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Mafrá/SC; PROPRIETÁRIO: Herdeiros de LYCURGO ALEIXO NORA.

II - Terreno rural de caíva, sem benfeitorias, com área de 27.680 m² (vinte e sete mil, seiscentos e oitenta metros quadrados), situado no lugar São Lourenço, primeiro distrito deste Município, confrontando-se na frente, com a estrada de São Lourenço a Rio Branco; nos fundos com terreno do adquirente; onde se divide por um arroio, por um lado, com terras de João Winiarski e por outro, com terras de José Krachinski Filho, objeto da Matrícula nº. 14 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Mafrá/SC; PROPRIETÁRIO: Herdeiros de LYCURGO ALEIXO NORA.

III - Terreno rural de caíva e cultura, sem benfeitorias, com área de 76.245,83m² (setenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco

metros e oitenta e três decímetros quadrados), situado no lugar São Lourenço, primeiro distrito deste município, confrontando-se com terras de João Heyse, João Winiarski, com terreno do adquirente, onde se divide por um arroio e por dois lados com terras de José Krachinski Filho, objeto da Matrícula nº. 15 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Mafrá/SC; PROPRIETÁRIO: Herdeiros de LYCURGO ALEIXO NORA.

IV - Terreno rural de campo, sem benfeitorias, com a área de 96.800m² (noventa e seis mil e oitocentos metros quadrados), situado no lugar Campina dos Camaradas, primeiro distrito deste município, confrontando-se com terras do adquirente, de José Krachinski Filho, João Heyse Sobrinho, Pedro Liebl, e com a estrada da Campina, objeto da Matrícula nº. 16 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Mafrá/SC; PROPRIETÁRIO: Herdeiros de LYCURGO ALEIXO NORA.

V - Terreno rural, de cultura, sem benfeitorias e sem denominação especial, com a área de 107.968,00 m² (cento e sete mil, novecentos e sessenta e oito metros quadrados), situado no lugar São Lourenço, Distrito da Sede deste Município, confrontando-se ao norte e sul com terras de Lycurgo Aleixo Nora, a leste com terras de Alexandre Ianoski e a oeste com terras de João Krachinski, objeto da Matrícula nº. 10.090 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Mafrá/SC; PROPRIETÁRIO: Herdeiros de LYCURGO ALEIXO NORA.

VI - Terreno rural, de campo, sem benfeitorias e sem denominação especial, com a área de 107.005,00m² (cento e sete mil e cinco metros quadrados), situado no lugar Campina São Lourenço, distrito de Sede, neste município, confrontando-se com terras de Lycurgo Aleixo Nora, Carlos Mildemberger, Manoel Alves, Eberhard Sommer, José Krachinski Filho e Sebastião Martins, objeto da Matrícula nº. 11.292 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Mafrá/SC; PROPRIETÁRIO: Herdeiros de LYCURGO ALEIXO NORA.

VII - Terreno rural, sem benfeitorias, sem denominação especial e sem matas de valor comercial, situado no lugar Campina São Lourenço, com área de 171.625m² (cento e setenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco metros quadrados), em comum no terreno com a área de um milhão, cento e oito mil, oitocentos e vinte e cinco metros quadrados, mais ou menos, confrontando-se o terreno todo, atualmente terras de Alexandre Ianoski, Nivaldo Silveira Santos, alagados da usina São Lourenço, Emygdio Antonello, Pedro Liebl, com terras do adquirente, José Krachinski, Alois Funck, e com terras de Carlito Arbogaus, objeto da Transcrição nº. 11.158 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Mafrá/SC; PROPRIETÁRIO: Herdeiros de LYCURGO ALEIXO NORA

Art. 2º Fica também autorizado o Executivo a pagar a importância de R\$ 3.792.045,30 (três milhões, setecentos e noventa e dois mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos), a título de indenização. § 1º O valor da indenização prevista no caput deste artigo está em consonância aos parâmetros de avaliação mínimo e máximo, atribuídos pela Comissão Técnica Permanente de Avaliações de Imóveis, nomeada pela Portaria nº. 161, de 29 de janeiro de 2013, conforme Laudo de Vistoria e Avaliação nº. 24/2015, que é parte integrante da presente Lei.

§ 2º Fica igualmente autorizado o pagamento parcelado do valor descrito no caput deste artigo, podendo as parcelas sofrer atualização monetária e juros legais, com aplicação de índices oficiais.

Art. 3º Os imóveis objeto da presente desapropriação foram declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº. 3.823, de 29 de janeiro de 2015.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

19. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 02. Programas de Desenvolvimento Econômico
 041220019.2.187000 Aquisição de bens imóveis para incentivo empresarial
 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
 (368) Fonte 100
 Recursos Ordinários
 R\$ 3.792.045,30 (três milhões, setecentos e noventa e dois mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de setembro de 2015.
 WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
 Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO - EDITAL Nº 002/2014 - SME

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME
 TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 10

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado-Edital Nº 002/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir:

- Av. Cel José Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 23 de setembro de 2015, às 8:30min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas (abaixo informadas no quadro de vagas), conforme cita o item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- a. 1.ª classificação – os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- b. 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- c. 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- d. 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

QUADRO DE VAGAS

01. Área de Atuação: Ensino Fundamental - Disciplina: INGLÊS

A.	Série/Turma: 6º ao 9º ano	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: -	
	Obs. Desistência da Professora Convocada através do Termo nº 09		

02. Área de Atuação: Ensino Fundamental - Disciplina: Arte

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: 01.10.15	Termo: 30.10.15
	Local: Escola Agrícola Prof. Jose Schultz	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Prêmio da Professora Efetiva – 30 dias		

03. Área de Atuação: Ensino Fundamental - Disciplina: Ciências

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 30 horas	Início:	Termino:
	Local: EMEF São Lourenço	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Tratamento de Saude (30 dias)		

Obs. De acordo com o Edital 002/2014: 9.10. Quando não houver candidato para a vaga de determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação).

O Candidato Classificado que não se apresentar no Av. Cel Jose Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 23.09.15, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 18 de setembro de 2015.
 WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
 Prefeito do Município de Mafra

Estela Maris Bergamini Machado
 Secretária Municipal de Educação

Massaranduba

PREFEITURA

ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA 02.2015 - CAFÉ PARA GRUPOS DE 3ª IDADE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 - FASS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 - FASS

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2014 - FASS

Ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, CPF nº 005.246.769-41, Cédula de Identidade nº 1988587-3, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório nº 05/2015- Pregão Presencial nº 03/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos gêneros alimentícios para os cafés dos encontros dos grupos da terceira idade do Município de Massaranduba, para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser suficiente para suprir as necessidades durante o processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
08	CARMEN SCHMELZER MOHR	BOLO SECO: EM SABORES VARIADOS, NEUTRO, LARANJA, COCO, LIMÃO, CHOCOLATE. PESO APROXIMADO 250 GRAMAS. DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	MOHR	91	R\$ 4,90	R\$ 445,90
15	CARMEN SCHMELZER MOHR	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS – PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO, AÇUCAR, MARGARINA, OLEO, OVOS E FRUTAS DIVERSAS. PESO APROXIMADO 300 GRAMAS. DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	MOHR	273	R\$ 5,30	R\$ 1.446,90
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 1.892,80							
17	MERCADO MOA LTDA - ME	FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃES E MASSAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 250 GRAMAS.	UNID	BELLOP-NA	5	R\$ 9,90	R\$ 49,50
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 49,50							
27	MERCADO SPÉZIA LTDA – EPP	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 1 KG	UNID	SOYA	2	R\$ 4,50	R\$ 9,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 9,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS R\$ 1.951,30							

1.3. O valor estimado para a citada aquisição até a data 20 de abril de 2016 é de R\$ 1.951,30 (UM MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integra esta Ata, o edital do Processo Licitatório nº 05/2015 - Pregão Presencial nº 03/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

2.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo.

Massaranduba – SC	12	de	agosto	de	2015
-------------------	----	----	--------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE Prefeito	ANNA K. R. FRANZ Sec./Gestora Fundo Ass. Social
-----------------------------------	--

CARMEN SCHMELZER MOHR CPF 936.415.599-87 MERCADO SPEZIA LTDA - EPP
Vanderlei Spézia MERCADO MOA LTDA - ME
Moacir Prawutzki

ATA Nº 09.2015 (FMS) - MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

Processo Licitatório nº 20/2015

Pregão Presencial nº 16/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 16/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos medicamentos e medicamentos de alto custo destinados à farmácia básica do município de Massaranduba (SC), para atender a demanda pelo período de 12 (doze) meses, conforme edital do Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por CLEITON ANDRE WAGNER	00.802.002/0001-02
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, neste ato representado por CRISTIANO GARCIA DE FREITAS	94.894.169/0001-86
ANGEOMED COMERCIO DE PROD.MED.HOSPITALAR, neste ato representado por Representante não Cadastrado	02.607.956/0001-81
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, neste ato representado por IVAN CARLOS FACIOLI	02.520.829/0001-40
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, neste ato representado por DIEGO GILI	03.652.030/0001-70
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, neste ato representado por JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR	85.247.385/0001-49
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, neste ato representado por JULIANO DE LACERDA	81.706.251/0001-98
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, neste ato representado por PAULA BURATTE	05.531.725/0001-20
LA DALLA PORTA JUNIOR, neste ato representado por PAULO RICARDO COSTA PALMEIRA	11.145.401/0001-56
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, neste ato representado por Representante não Cadastrado	67.729.178/0004-91
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, neste ato representado por Representante não Cadastrado	13.568.558/0001-10

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação: aquisição de diversos medicamentos e medicamentos de alto custo destinados à farmácia básica do município de Massaranduba (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG.	COMP.	CRISTALIA	5.000	R\$ 2,05	R\$ 10.250,00
8	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MIRTAZAPINA 30MG.	COMP.	TORRENT	1.000	R\$ 0,65	R\$ 650,00
Total do Fornecedor: R\$ 10.900,00							
1	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	OMEPRAZOL 20MG.	COMP.	MULTILAB	540.000	R\$ 0,04	R\$ 21.600,00
Total do Fornecedor: R\$ 21.600,00							
9	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DIAZEPAN INJETÁVEL 5MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML (10MG/2ML).	AMPOLA	SANTISA	1.000	R\$ 0,55	R\$ 550,00
Total do Fornecedor: R\$ 550,00							
2	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	PARACETAMOL 500MG.	COMP.	TEUTO	540.000	R\$ 0,04	R\$ 21.600,00
6	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	CEFALEXINA 500MG.	COMP.	RANBAXY	540.000	R\$ 0,22	R\$ 118.800,00
Total do Fornecedor: R\$ 140.400,00							
3	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	PREDNISOLONA 3MG/ML, SUSPENSÃO ORAL. FRASCO CONTENDO 60ML.	FRASCOS	HIPOLABOR	3.000	R\$ 2,31	R\$ 6.930,00
12	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BIOCHIMICO	1.500	R\$ 8,40	R\$ 12.600,00
13	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BIOCHIMICO	1.500	R\$ 12,60	R\$ 18.900,00
14	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BIOCHIMICO	1.500	R\$ 16,49	R\$ 24.735,00
15	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ENOXAPARINA SÓDICA 80MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BIOCHIMICO	1.500	R\$ 22,05	R\$ 33.075,00
Total do Fornecedor: R\$ 96.240,00							

7	LA DALLA PORTA JUNIOR	DIPIRONA SÓDICA 50MG/ML, SUSPENSÃO ORAL. FRASCO CONTENDO 100ML.	FRASCOS	NATULAB	8.000	R\$ 1,95	R\$ 15.600,00
10	LA DALLA PORTA JUNIOR	DIAZEPAN 5MG.	COMP.	SANTISA	1.000	R\$ 0,04	R\$ 40,00
Total do Fornecedor: R\$ 15.640,00							
4	COMERCIAL CIRURGICA RIO-CLARENSE LTDA	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG RE-TARD.	COMP.	CRISTALIA	4.000	R\$ 1,95	R\$ 7.800,00
Total do Fornecedor: R\$ 7.800,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 293.130,00							

1.2. Consumo médio: o valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 293.130,00 (DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL E CENTO E TRINTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.
 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pelo Fundo Municipal de Saúde, que será o Órgão Gerenciador da mesma.
 3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula I, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial nº 16/2016.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no edital do Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial nº 16/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos obedecerão ao seguinte cronograma:

4.1.1. Para Notas Fiscais emitidas na primeira quinzena do mês, o pagamento será efetuado no dia 08 do mês subsequente.

4.1.2. Para Notas Fiscais emitidas na segunda quinzena do mês, o pagamento será efetuado no dia 20 do mês subsequente.

Mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pelo Fundo Municipal de Saúde, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na Nota Fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
2100	MANUTENÇÃO DA FÁRMACIA BÁSICA
33903009000000	MATERIAL FARMACOLÓGICO
13809	Farmácia Básica
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
2100	MANUTENÇÃO DA FÁRMACIA BÁSICA
33903009000000	MATERIAL FARMACOLÓGICO
16301	Transf. Convênio - Estado/Saúde

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os medicamentos, objeto deste edital deverão ser entregues pelo fornecedor adjudicado da seguinte forma:

5.1.1. As entregas serão realizadas na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, Centro, 3025, parceladas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da requisição de fornecimento ou Ordem de Compra.

5.2. A empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal de Saúde pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no Art. 24, inciso VII da Lei 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo Fundo Municipal de Saúde, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar à contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Fundo Municipal de Saúde não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial Nº 20/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 27 de agosto de 2015.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

CRISTIANO GARCIA DE FREITAS

Contratada

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CLEITON ANDRE WAGNER

Contratada

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

PAULA BURATTE

Contratada

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

JULIANO DE LACERDA

Contratada

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DIEGO GILI
Contratada

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
Contratada

LA DALLA PORTA JUNIOR
PAULO RICARDO COSTA PALMEIRA
Contratada

**CO 61.2011 AD 61.4 - CONCESSÃO ESPAÇO
RESTAURANTE TERMINAL RODOVIÁRIO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 61/2011

CONTRATO ADITIVO Nº 61/4

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2011

Concorrência para Concessão nº 01/2011

CONCEDENTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONCESSIONARIA: VANTOIR DERETTI ME

REPRESENTANTE: VANTOIR DERETTI

OBJETO: exploração da atividade de restaurante, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 316,21 (trezentos e dezesseis reais e vinte e um centavos)

Massaranduba, 11 de setembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

LEI Nº 1699/2015

LEI Nº 1699/2015

Denomina Via Municipal

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Servidão 010 passa a se denominar de Servidão RECIFE.

Art. 2º A Servidão inicia no entroncamento da Rua Victor Bramorski, Bairro Centro, com uma extensão de 84,0m.

Art. 3º Conforme Lei Complementar nº 009/2014 suas Coordenadas são: Iniciais E-698386,82 S-7054700,32 e finais E-698304,60 S- 7054708,09.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de Setembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 344/2015

PORTARIA n.º344/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 338/2015, de 16 de Setembro de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 338/2015, de 16 de Setembro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 17 de Setembro de 2015, edição 1829, pg 260, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONCEDER

“Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JERSON DA SILVA MOTA, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.”

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/09/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Setembro de 2015.

EVREALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0142/2015

PORTARIA Nº 0142/2015 de 15.09.2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENICE RUCKS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal ELENICE RUCKS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa da Saúde, conforme Decreto de nomeação nº 126/2008 de 30.06.2008, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 06/2008 a 06/2013, a ser usufruída no período de 23.09.2015 a 22.10.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Monte Carlo

PREFEITURA

EDITAL DISPENSA Nº11

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO PROCESSO LICITATÓRIO 96/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais instituídas pelo art. 104, e, em conformidade com o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/94, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação n 11/2015, conforme segue:

Considerando a solicitação da Secretária Educação, e a respectiva autorização do Prefeito Municipal;

Considerando que os serviços é contratação de diversos brinquedos para atividades voltadas a crianças do município, em escolas; Considerando ainda, que a empresa contratada é especializada neste ramo; Considerando ainda, que os preços são os de mercado em conformidade com orçamentos;

Considerando a previsão legal do artigo 24, Inciso II da lei 8.666/93;

RESOLVE REALIZAR A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA HOFFMANN EVENTOS E PRODUÇÕES, CONFORME OS TERMOS DA DISPENSA QUE SEGUEM

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTINS, PARA ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publique-se e Registre-se na forma da lei. Monte Carlo, 16 de Setembro de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 35/2015

MUNICIPIO MONTE CARLO, estabelecida na Rod Sc 452 Km 24, nº 1551, Centro, no Município Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato Representado por seu Prefeito Municipal, Sr Marcos Nei Correa Siqueira, Inscrição no CPF sob o nº 850.169.429-00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a pessoa Jurídica de direito privado Idaiane Aparecida Meneghel- Hoffmann Eventos e Produções, estabelecida na Rua Victor Meirelles, nº 687, Bairro Matriz, no Município de Videira-SC, neste ato representado pelo seu social- Administradora Idaiane Aparecida Meneghel, brasileira, inscrito no CPF sob o nº 046.355.189-30, doravante denominado CONTRATADO.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTINS, PARA ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração:

O contratado receberá o valor de R\$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais) pela entrega dos materiais já devidamente instalado do presente termo, no prazo da entrega dos serviços contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2015, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Das Dotações:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da dotação orçamentária abaixo descrito:

Cod Reduzido: 70 – Manutenção do Ensino Fundamental Órgão 07 – Proj/Atividade 2011

Unid 01 – 3.3.90.00.00.00.00.0000

CLÁUSULA QUINTA: Das Penalidades:

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou a não prestação do objeto sujeitara a CONTRATADA as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo a outras sanções previstas em outras Leis que norteiam a material.

CLÁUSULA SEXTA: Das Disposições Finais:

Fica nomeado o Sra. Nadir Ribeiro, Secretária Educação Municipal para dar liquidação aos serviços prestados, bem como fica responsável pela fiscalização dos serviços ora contratados, assim como responsável pelo recebimento dos serviços e dar recebimento da nota fiscal correspondente.

CLÁUSULA SETIMA: Do foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC, por mais previligiado que outros seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 02(duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo-SC 16 de Setembro de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal
Pela Contratante

IDAIANE APª MENEGHEL
- HOFFMANN EVENTOS E PROD.
PELA CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - Vanderléia Alves Fernandes
CPF.: 077.361.879-16

1 - Marielle Stratmann
CPF.: 099.087.109-66

PROCESSO LICITATÓRIO 97/2015

PROCESSO LICITATÓRIO – Nº 97/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 2/2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso III do art. 25 da Lei n. 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2015, conforme segue:

Considerando a Solicitação formal da Secretaria de Administração do Município;
Considerando os anseios desta gestão para com a boa administração do município;
Considerando que a data comemorativa de aniversário político administrativo do Município já é tradicional;
Considerando que as festividades de aniversário do município são de natureza cultural e educacional;
Considerando que as apresentações artísticas, culturais e recreativas são de expressividade regional;
Considerando que seus representantes são exclusivos para a região conforme "contrato de exclusividade" anexos ao procedimento;
Considerando o desempenho artístico de cada banda, conjunto, dupla ou artista;
Considerando os destaques regionais e as peculiaridades necessárias a serem atendidas;
Considerando o reconhecimento pela opinião pública do desempenho dos artistas em sua área;
Considerando por fim, que a referida contratação através de Inexigibilidade de Licitação esta legalmente embasada no Art. 25 Inciso III da Lei 8.666/93,

RESOLVE CONTRATAR DIRETAMENTE POR INEXIGIBILIDADE BANDA MUSICAL, CONFORME OS TERMOS DA DISPENSA QUE SEGUEM:

1. OBJETO

O Objeto da presente Inexigibilidade é a contratação de atrações artísticas, culturais e musicais através de representante exclusivo, para apresentação de show para o dia 26 de setembro de 2015 na festividade de comemoração da emancipação político administrativa do município, sendo: Apresentação musical com a "BANDA BALANÇO LATYNO" e Dupla Sertaneja "Anderson e Fernando".

2. PREÇO

O Preço para a presente contratação é de R\$ 9.800,00 (Nove mil e oitocentos reais) global.

3. DO PRAZO

O prazo de vigência da referida contratação inicia-se na data de Assinatura do presente termo e final em 28 de setembro de 2015 com as respectivas apresentações e o devido pagamento.

4. DO REAJUSTE

O valor da presente contratação é por preço fixo e irrevogável.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação sustenta-se no inciso III do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, que regulamenta Licitações e Contratos Administrativos.

5. DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA:

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se na Dotação Orçamentária do exercício de 2015, como segue:

a) Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade 05- Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade – 2029 – Festividades Municipais.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Monte Carlo – SC, 18 de Setembro de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, na Rua Santo Antonio, nº 456, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.343.019/0001-82, neste ato representada na forma de seu Contrato Social pelo Sr. Sergio Jose Reginatto, portador do CPF nº 486.613.849-15 doravante denominada simplesmente, "CONTRATADA"; e

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 452, Km 24, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representada pelo Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "CONTRATANTE".

Têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS no oferecimento de apresentação de show musical,

que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O Objeto da presente Inexigibilidade é a contratação de atração artística musical diretamente, para apresentação de show musical, para os dias 26 de setembro de 2015 nas festividades de comemoração da emancipação político administrativa do município.

CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZO

O prazo de vigência da referida contratação inicia-se na data de Assinatura do presente termo e final em 28 de setembro de 2015 com as respectivas apresentações e o devido pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

a) O Preço para a presente contratação é de R\$ 9.800,00 (Nove mil e oitocentos reais) global, pagos da seguinte forma:

a.a) primeira parcela de R\$: 2.000,00 em 25/setembro/2015,

a.b) segunda e ultima parcela de R\$ 7.800,00 em 30/setembro/2015

b) A CONTRATANTE pagará o valor global à CONTRATADA no dia da realização dos eventos, conforme segue:

DIA	ATRAÇÃO / SHOW	HORÁRIO INÍCIO	DURAÇÃO SHOW	VALOR R\$
26/09	Apresentação musical "Anderson e Fernando"	21:00	01:30	1.500,00
25/09	Apresentação musical com a " Balanço Latyno "	22:30	04:00	8.300,00

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se na Dotação Orçamentária do exercício de 2015, como segue:

a) Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade 05- Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade – 2029 – Festividades Municipais.

CLÁUSULA QUINTA: MORA

Na eventualidade de atraso na prestação dos serviços, pela CONTRATADA, A mesma pagará a importância em débito correspondente a multa de 10% (dez por cento), além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária de acordo com a variação do índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, tudo calculado sobre o valor do contrato total.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA, na forma do inciso I, artigo 79, da lei 8.666/93, ocorrendo comprovadamente as hipóteses previstas no artigo 78 da mesma lei, reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato, sem qualquer ônus, mediante notificação prévia, declarando os motivos de tal ato.

Parágrafo Único: O presente Contrato, ainda poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição ora estabelecida.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

I - Observar e cumprir, estritamente, os termos e condições ora estabelecidas;

II - Fornecer à CONTRATADA recibo discriminado das importâncias pagas, nos termos da Cláusula Terceira, supra.

III- Instalar equipamentos até no máximo as 14:00hrs no mesmo dia do evento.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

I – Observar e cumprir, estritamente, os termos e condições ora estabelecidas;

II - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e art. 67 da Lei nº 8.666/93;

III - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidas no presente Contrato.

IV - Disponibilizar local adequado para realização do show.

CLÁUSULA NONA: MULTA CONTRATUAL

A parte que descumprir qualquer cláusula ou condição do presente Contrato, ou der causa à sua rescisão, ficará sujeita ao pagamento de uma multa contratual punitiva equivalente ao valor de R\$ 50% (cinquenta por cento) do valor do show, devidamente atualizada pelos índices de variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo de se pleitear indenização suplementar.

Parágrafo Único: A multa contratual será sempre devida integralmente, seja qual for o tempo decorrido do presente Contrato, e tantas vezes quantas forem as violações.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos da CONTRATADA decorrentes da aplicação deste Contrato cabem recurso, representação e pedido de reconsideração, conforme o caso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato reger-se-á pelas Lei nºs 8.245/91 e 8.666/93 com as alterações posteriores, no que couber, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se também as disposições de Direito Privado relativas à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE é responsável pela publicação no Diário Oficial Municipal, em resumo, do presente termo de contrato, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: INDIVISIBILIDADE

Caso qualquer parte ou Cláusula deste Contrato seja considerada inválida ou inexecutável por qualquer Juízo ou Tribunal, tal determinação

não afetar as demais disposições constantes deste Contrato, que continuarão vigorando entre as partes, para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LIBERALIDADE

A abstenção do exercício de qualquer direito ou faculdade estabelecidos no presente Contrato, constituir-se-á ato de mera liberalidade, não inovando, criando direitos ou precedentes a serem invocados pela parte infratora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 18 de Setembro de 2015

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

CONTRATANTE

REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Navegantes

PREFEITURA

ATAS RESULTADO FINAL ANALISE REGISTROS PREGÃO 46/2015 FMS

atas publicação resultado final analise de registros pregão 46/2015 fms:

(os chamamentos e resultados foram publicados no site www.navegantes.sc.gov.br e encaminhado via e-mail aos licitantes)

I ATA- verificação REGISTRO MEDICAMENTOS

PREGÃO 46/2015 FMS

a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES informa aos interessados o resultado das análises aos registros conforme item 4.5.1 Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agencia Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial [...] do edital 46/2015 FMS, conforme segue:

ALTERMED – itens: 03,06,22,42,43,44,55,57,72,102,108,196,216 (aprovados).

Itens: 96 (registro vencido), 171 (registro apresentado foi o de comprimido e o edital solicitava frasco) reprovados.

PONTAMED – itens: 02,07,13,21,23,30,36,37,41,49,51,54,56,65,68,69,70,74,83,109,136,140,143,150,159,166,175,181,212,218,222 (aprovados)

Itens: 129 (petição sem validade), 176 sem registro - reprovados

NUNES FARMA – NÃO APRESENTOU

CENTERMEDI – NÃO APRESENTOU

DIMASTER – itens: 11,48,82,85,122,134,141,158,168 (aprovados)

PROSAUDE – NÃO APRESENTOU

PROMEFARMA – itens: 17,19,39,40,52,67,107,114,115,123,126,130,165,167,173,184,211 (aprovados)

CRISTALIA – itens : 16,32,58,59,61,62,63,71,88,90,94,104,106,142,160,177 (aprovados)

COM.CIR. RIO CLARENSE – itens: 18,25,53,84,87,116,148,163,169,180,199 (aprovados)

Item: 93 (não apresentou registro) reprovado

AGLON – itens: 179, 208 (aprovados)

MAURO MARCIANO – itens: 100,153,155,156,170,183,188,189,191,202,215,219 (aprovados)

ANGEOMED – itens: 20,38,50,121,137,144,151,186,195,200,210,220 (aprovados)

SULMEDIC – itens: 15,78,135,178 (aprovados).
Item: 66 (não apresentou registro) reprovado.

MEDILAR – itens : 34,86,120,131,205 (aprovados)

ANDROMEDA – item: 81 (aprovado)

EXTRA – itens 01, 33 (aprovados)

PROMEDIC – itens: 31,47,60,73,91,98,99,105,157,190,192,197,206 (aprovados)

ANGAI – NÃO APRESENTOU

MARCOFARMA – itens: 26,27,28,75,101,103,111,113,128,139,145,146,161,174 (aprovados).

Item: 164 (não apresentou registro) reprovado

INOVAMED – itens: 95,97,132,133,149,187,209,213 (aprovados)
Item : 118 (registro vencido em 07/15) reprovado.

II ATA- verificação REGISTRO MEDICAMENTOS

PREGÃO 46/2015 FMS

a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES informa aos interessados o resultado das análises aos registros conforme item 4.5.1 Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agencia Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial [...] do edital 46/2015 FMS, conforme segue dos 2º colocados:

PROMEFARMA – itens:08, 14, 124, 125, 185 (APROVADOS)

ANGEOMED – itens: 35 (APROVADOS)

MAURO MARCIANO – itens: 46 (APROVADOS)

ALTERMED – itens: 66,77,118 (APROVADOS)

DIMASTER – itens: 152,171,172 (APROVADOS)

ANGAI – 04,176 (reprovado não apresentou)

MARCOFARMA- 10,12,24,64,119,138,154,182, (reprovado não apresentou)

PROMEDIC – 79,117 (reprovado não apresentou)

CENTERMED – 93,162, (reprovado não apresentou)

EXTRA DIST. – 110 (reprovado não apresentou)

PROSAUDE – 129 (reprovado não apresentou)

INOVAMED - 164 (reprovado não apresentou)

PONTAMED – 203,204 (reprovado não apresentou)

III ATA- verificação REGISTRO MEDICAMENTOS

PREGÃO 46/2015 FMS

a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES informa aos interessados o resultado das análises aos registros conforme item 4.5.1 Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agencia Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial [...] do edital 46/2015 FMS, conforme segue dos 3º colocados:

ALTERMED – itens: 04, 203 (APROVADOS)

MAURO MARCIANO – itens: 10, 12, 162,182 (APROVADOS)

PROMEFARMA – itens: 24, 64, 138,154 (APROVADOS)

DIMASTER – itens: 93,164, (APROVADOS)

MARCO FARMA – itens: 129 (APROVADO)

SULMEDIC – itens: 176 (APROVADO)

ANDROMEDA – 79 (REPROVADO NÃO APRESENTOU)
CENTERMEDI – 110 (REPROVADO NÃO APRESENTOU)
PONTAMED – 117 (REPROVADO NÃO APRESENTOU)
COM.CIR.RIO CLARENSE – 119 (REPROVADO NÃO APRESENTOU)
ANGEOMED – 204 (REPROVADO NÃO APRESENTOU)

IV ATA- verificação REGISTRO MEDICAMENTOS

PREGÃO 46/2015 FMS

a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES informa aos interessados o resultado das análises aos registros conforme item 4.5.1 Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial [...] do edital 46/2015 FMS, conforme segue do 4º colocado:

PROMEFARMA – item: 119 (APROVADO)
MARIELLEN ARALDI – FARMACEUTICA
Navegantes, 17 de setembro de 2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 55/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (VACINA ANIMAL) PARA DAR CUMPRIMENTO AO TAC (TERMO DE AJUSTE DE CONDUCTA), FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDIMENTO REALIZADO PELO DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL (DABA), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 01/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 01/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de setembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

DECISÃO P.ADM. 65/2015 PROSUL DECISAO Procedimento Administrativo nº 65/2015 Prosul Projetos e Supervisão e Planejamento Ltda

1. Do Relatório

A empresa Prosul Projetos e Supervisão e Planejamento Ltda- inscrita no CNPJ 80.996.861/0001-00, vencedora da Tomada de Preço nº: 170/2014, Contrato PMN nº 229/2014, Executou todo o serviço proposto no Edital, que seria a implantação de programa de cadastramento dos clientes do sistema de distribuição de Água potável do Município de Navegantes, Conforme ajuste de conduta firmada entre Ministério Público do Estado de SC, Município de Navegantes e SEMASA do Município de Itajaí, contudo a Secretaria de Saneamento, enviou os arquivos levantados pela empresa PROSUL, para a empresa Interativa a qual demorou na conferência,

restando um saldo a pagar a empresa PROSUL, a Nota Fiscal será emitida após esta decisão administrativa, mediante a isto no dia 29/05/2015, as 15:00hrs da tarde chegou ao Departamento de Processos Administrativos da Secretaria de Administração a solicitação de Abertura de Processo para apurar os fatos e pagar a empresa, pois os serviços foram executados e não liquidados em tempo hábil pela Secretaria de Saneamento - SESAN, compõe o presente processo:

- 1.1.1 Termo de Abertura
- 1.1.2 CI nº 60/2015 do SESAN
- 1.1.3 E-mails com as informações dos serviços realizados
- 1.1.4 Edital Tomada de Preço 170/2014
- 1.1.5 Contrato PMN – nº 229/2014

2. Da Decisão

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a este encarregado para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado pela Secretaria de Saneamento, que realmente a Empresa Prosul, executou todos os serviços solicitados referentes à Tomada de Preço 170/2014, entregando todo serviço em tempo hábil a sua liquidação, contudo a Secretaria do SESAN alega não ter liquidado a nota, pois dependia de uma conferência do levantamento e importação de dados para a base dos sistemas da Secretaria por outra empresa detentora do Software, ficando mediante a este atraso um saldo devedor de R\$23.003,50 (Vinte e três mil e três reais e cinquenta centavos), neste meio tempo a o contrato acabou e não foi liquidado o valor que se encontrava em aberto, por culpa objetiva da Secretaria de Saneamento.

2.2 Com fundamento no alegado pela Secretaria, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente publico em garantir a supremacia do interesse publico, ante todo exposto, com base na Legislação Vigente, Lei 8.666/93, e Contratos firmados com a Licitante, entende esta Comissão que é dever pagar a Empresa sobre os Serviços prestados e devidamente executados, e providenciar a apuração através de Processo Administrativo de Sindicância, a responsabilidade da Secretaria por ato de negligência quanto ao pagamento em tempo hábil.

2.3 Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, Decide em favor ao pagamento pelos serviços executados pela empresa Prosul da tomada de Preço nº170/2014, Contrato PMN nº 229/2014, a Nota fiscal do saldo restante referente ao serviço no valor de R\$ 23.003,50 (Vinte e Três mil, três reais e cinquenta centavos), será emitida após a publicação desta decisão para encaminhar ao financeiro para pagamento com a devida liquidação da secretaria solicitante do serviço. Sendo assim Mediante esta Decisão Administrativa, segue após a publicação toda Documentação para liquidação da presente Nota Fiscal, não podendo esta Administração causar prejuízo ao licitante, pois o mesmo cumpriu todas as cláusulas contratuais previstas. Julga-se procedente esta Decisão Administrativa do PA nº 65/2015, após recebimento do parecer jurídico nº373/2015 do dia 11/09/2015. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
Secretária de Administração e Logística

Douglas Lemos
Presidente da Comissão Permanente Licitação

Josezite dos Santos
Membro da Comissão

Raul Couto Neto
Membro da Comissão

Fernanda Hassmann Constâncio
Membro da Comissão

Leila Mengarda
Membro da Comissão

Anna Claudia Gaya Costa
Encarregada Processo Administrativo

Navegantes, 16 de Setembro de 2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 131/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 131/2015.

Processo: DL 131/2015

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS ÀS AULAS PRÁTICAS DO CURSO PROFISSIONALIZANTE DE PANIFICAÇÃO OFERECIDO À COMUNIDADE, REALIZADO NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CIDADANIA PROFª ESTER SEDREZ RÉGIS, DURANTE O ANO DE 2015, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS- PREGÃO PRESENCIAL Nº68/2015*.

Contratado: PJ SERVIÇOS COMERCIO EIRELI ME.

CNPJ: 13.060.647/0001-50.

Valor: R\$ 11.078,69.

Fundamento: Art. 24, inciso v, Lei 8.666/93.

* processo publicado e republicado / deserto

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

II ATA PREGAO 122/2015 PMN-ABERTURA ENVELOPE HABILIT. 2º COLOCADO, E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAR AMOSTRA

PREGÃO PRESENCIAL 122/2015 PMN

ABERTA A SESSÃO CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO 2º COLOCADO (COM.STONNI) UMA VEZ QUE O 1º COLOCADO (NOVA ESPERANÇA) NÃO HAVIA APRESENTADO A AMOSTRA CONF. PRAZO ESTIPULADO EM EDITAL. FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE COM. ESTONNI ATENDEU COM AS EXIGENCIAS DO EDITAL, TORNANDO-SE VENCEDOR E CONSEQUENTEMENTE SE COMPROMETENDO A APRESENTAR A AMOSTRA DA CESTA BÁSICA CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO

NAVEGANTES 18 DE SETEMBRO DE 2015.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 021/2015.

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 021/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 21/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 21/2015 - contendo os preços registrados pela empresa/fornecedor abaixo:

Fornecedor: KELLY BIANCA BULAT BELIZARIO.

CNPJ: 16.715.764/0001-01.

Valor Total: R\$ 10.900,00.

Vigência: 03/08/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

EXTRATO CONTRATUAL Nº176/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 176/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: VIAÇÃO NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA.

Valor : R\$ 552.000,00.

Vigência : 2708/2015 – 27/08/2016.

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 126/2015..

Recursos : Dotação: 2.038.3.3.90.00.00.00.00. / 2.052 3.3.90.00.00.00.00. / 2.053 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 223/2014.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

CÂMARA MUNICIPAL**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2015 -
ALTERAÇÕES CONCESSÃO DE ÁGUA**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015
ALTERA OS ARTIGOS 88, 89, 91 E 114 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas no art. 40, inciso II da Lei Orgânica do Município de Navegantes, FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU promulgo a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município de Navegantes:

Art. 1º. Ficam revogados os parágrafos 3º e 5º do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. O artigo 89 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pela agência reguladora à qual seja atribuída essa competência, mediante lei ou por delegação nos termos do art. 241 da Constituição da República de 1988, tendo-se em vista a justa remuneração dos serviços prestados e dos investimentos executados.

Parágrafo único – Inexistindo Agência reguladora dos serviços concedidos caberá ao Chefe do Poder Executivo a fixação das tarifas com base em estudos que assegurem a justa remuneração e os investimentos a que se refere o caput do presente artigo.”

Art. 3º. O artigo 91 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 91 — O Município poderá realizar, promover e executar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União e outros municípios, por intermédio de consórcio ou com entidades particulares.

§ 1º - O serviço de saneamento básico, previsto nos artigos 90 e 91 deverá atender o disposto na Lei 11.445/07 e Decreto 7.217/10 e será prestado:

I - diretamente, por meio de órgão de sua administração direta ou por autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista que integre a sua administração indireta, facultado que contrate terceiros, no regime da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinadas atividades;

II - de forma contratada:

a) indiretamente, mediante concessão ou permissão, sempre precedida de licitação na modalidade concorrência pública, no regime da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; ou

b) no âmbito de gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de

programa autorizado por contrato de consórcio público ou por convênio de cooperação entre entes federados, no regime da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005; ou

III - nos termos de lei do titular, mediante autorização a usuários organizados em cooperativas ou associações, no regime previsto no art. 10, § 1º, da Lei no 11.445, de 2007, desde que os serviços se limitem a:

a) determinado condomínio; ou

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários.

Parágrafo único. A autorização prevista no inciso III deverá prever a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termo específico, com os respectivos cadastros técnicos.”

Art. 4º. O artigo 114, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º - Excetuados os casos previstos nas normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana deverá ser conectada à rede pública de esgotamento sanitário disponível, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de comunicação do prestador dos serviços.

§ 5º. Na ausência de rede pública de esgotamento sanitário serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, de saúde e de recursos hídricos.

Art. 5º. Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 09 de Julho de 2015.

Norma Espíndola

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes

Alcídio Reis Pera

Vice Presidente da Câmara Municipal de Navegantes

Donizete José da Silva

1º Secretário da Câmara Municipal de Navegantes

Alício Jacob Ricobom Filho

2º Secretário da Câmara Municipal de Navegantes

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N º 036 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA N º 036 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015
CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal com redação da E.C nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, em decorrência do falecimento em data de 15 de agosto de 2015 da servidora ativa ROSEMARY CATANEO FERREIRA, portadora da cédula de identidade RG nº 3.109.515-8 e inscrita no CPF sob nº 004.096.309-85, em favor de RUBENS FERREIRA, cônjuge, portador da cédula de identidade RG nº 1.261.746-1 e inscrito no CPF sob o nº 251.758.079-00, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processos administrativos nº 2015.07.01265 e 2015.07.01266, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 47º, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, observada a metodologia contida nas planilhas de cálculos de proventos, conforme processos administrativos nº 2015.07.01265 e 2015.07.01266, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 15 de agosto de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO DIRETOR

Jan Ullrich
PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.
Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

PORTARIA N º 037 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA N º 037 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a servidora ELIZETE TEREZINHA REBELLO, portadora da cédula de identidade nº 664.459 SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 906.840.109-25, e PIS/PASEP nº 170.525.674-21 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na ASG EFETIVO APOIO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2015.02.01267, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 18 de Setembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza Jan Ullrich
PREFEITO DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 21 DE SETEMBRO DE 2015.
Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 185/2015 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO nº 185/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – DÉCIMA TERCEIRA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 21 de setembro a 02 de outubro 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX – Cópia Comprovante de Residência;

X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII – Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVI – Inscrição no PIS/PASEP;

XVII – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVIII – Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 17 de setembro de 2015.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito Municipal, em exercício.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 185/2015)

CARGO: ENFERMEIRO(A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
9º	154	Juliane Siviero

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 185/2015)

CARGOS	EXAMES
ENFERMEIRO(A)	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Hemograma, HbsAg, Anti HbsAg, HCV.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 185/2015)

Ilmo. Senhor

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do RG nº e CPF nº , Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº 002/2015, inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

PORTARIA Nº 706/2015 (CORRETA)

PORTARIA Nº 706/ 2015

Prorrogar Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 073/2015, que Concedeu Readaptação à Servidora Pública Municipal, MARIA APARECIDA BITTENCOURT, concursada, matrícula nº 288, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 08 de agosto de 2015 a 05 de novembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 03/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 853/2015

PORTARIA Nº 853 /2015

Abre Processo Administrativo Disciplinar.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e com fundamento no Art. 198, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com base no Ofício DCI/PMNT nº 252/2015, emitido pela Controladoria do Município e no Boletim de Ocorrência, registro nº 00287-2014-01398, de 08 de dezembro de 2014, relatando o acidente ocorrido no dia 06 de dezembro de 2014, no Morro da Mina, entre as Localidades de Serraval e Reginaldo, na estrada geral que dá acesso ao Distrito de Agutí, envolvendo uma máquina retro escavadeira, da marca Case, dirigida pelo Servidor Jair Mikalski, para apurar as causas do acidente.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante designada pela Portaria nº 406/2015, inclusive a Secretária indicada pelo Presidente da Comissão terão acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverão colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à autoridade imediata.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 856/2015

PORTARIA Nº 856/2015

Altera a Portaria nº 406/2015 que Constitui Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e Art. 196 § Único, Art. 199, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 2007 e Lei nº 2.572/2015;

RESOLVE:

Art.1º Nomear Leticia Casagrande, matrícula 6779, no cargo efetivo de Assistente Administrativo, como membro suplente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, em substituição ao servidor Valmir Bertotti, matrícula 79, também ocupante

do cargo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Substituir Aprigio José Botameli, membro efetivo da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 406, de 17 de abril de 2015, e membro da Comissão de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 624, de 03 de agosto de 2015, afastado de suas atividades por motivo de saúde, pelo membro suplente Leticia Casagrande, designada Presidente das respectivas Comissões.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência.

Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 866/2015

PORTARIA Nº 866/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 161/2015, LISANGELA LOCKS, matrícula nº 6933, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, com 25 (vinte e cinco) horas semanais (Educação Infantil – Contador de História - Itinerante), atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma), bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo

Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LISANGELA LOCKS, brasileira, casada, residente na Rua Salvador Gessele, nº 23, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 008.810.719-19, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, com 25 (vinte e cinco) horas semanais (Educação Infantil – Contador de História - Itinerante), atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 25 (vinte e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes

elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Lizangela Locks
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 903/2015

PORTARIA Nº 903/2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal IVALDAIR BOR-TOLETTI, matrícula nº 6915, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 905/2015

PORTARIA Nº 905/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal SILDA RENGEL PERING, matrícula nº 29, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica

Aguti, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de outubro de 2015, conforme resultado pericial datado de 11/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de setembro de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 907/2015

PORTARIA Nº 907/2015
Nomeação/ Posse/ Exercício

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 176/2015, de 04 de setembro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, CAROLINE KRASOTA MATOS NOWAK, matrícula nº 6954, no Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 14 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 14/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de setembro de 2015.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 908/2015

PORTARIA Nº 908/2015
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 175/2015, EUGENI FUNDCHELLER, matrícula nº 6955, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, com

10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental - Ciências), atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 15 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de setembro de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor EUGENI FUNDCHELLER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Pinheiros, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 055.311.767-08, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental - Ciências), atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 576,04 (quinhentos e setenta e seis reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 15 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar

qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (duas) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Eugeani Fundcheller

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 909/2015

PORTARIA Nº 909/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 06 de setembro de 2015 a 05 de outubro de 2015, conforme

resultado pericial datado de 15/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 910/2015

PORTARIA Nº 910/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ANA MIRIA CIPRIANI MARCHI, matrícula nº 1041, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro e 20 (vinte) horas (Pré Escolar) na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 27 de agosto de 2015 a 25 de outubro de 2015, conforme resultado pericial datado de 15/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 911/2015

PORTARIA Nº 911/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 887/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 6893, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 16 de setembro de 2015 a 05 de outubro de 2015, em substituição a

titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 909/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de setembro de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 16 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELAINE APARECIDA DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 1498, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 915.190.129-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 909/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 16 de setembro de 2015 a 05 de outubro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi Elaine Aparecida de Souza
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 912/2015

PORTARIA Nº 912/2015

Exonera Servidor

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal BENONI SIDINEI BRIZOLLA, matrícula nº 6793, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRO, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Besenello, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 17 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de setembro de 2015.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 913/2015

PORTARIA Nº 913/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2001 a 28/02/2006, a Servidora Pública Municipal ROSI MARIA TOMASI SCHMITT, matrícula nº 1061, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do quadro de Servidores deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, no mês de Setembro/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 17 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 914/2015

PORTARIA Nº 914/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014, ao Servidor Público Municipal GILMAR DA LUZ, matrícula nº 3088, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços de Mecânica, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, no mês de Setembro/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de setembro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 915/2015

PORTARIA Nº 915/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, MAIARA BOETTNER PEIXE, matrícula nº 6956, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Educação Infantil – Creche) Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 17 de setembro de 2015 a 21 de setembro de 2015, em Substituição a Titular Anne Sgrott, afastada conforme atestado datado de 14/09/2015 (aguardando resultado pericial).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MAIARA BOETTNER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Luiz José Vargas, nº 664, Bairro Indaiá, na Cidade de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 031.166.749-06, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Educação Infantil – Creche) Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Anne Sgrott, afastada conforme atestado datado de 14/09/2015 (aguardando resultado pericial).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem

direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de setembro de 2015 a 21 de setembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Maiara Boettner Peixe
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

RESULTADO DE HABILITAÇÃO - TP009

ATA Nº 01 - Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório nº 093/2015 – Tomada de Preço nº 009/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para reforma e ampliação da Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, Bairro Trinta Réis, município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e memorial descritivo, houve a participação das seguintes empresas licitantes: JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME.(9816) e PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (9782). Da análise da documentação decidiu a comissão: A) Inabilitar a empresa Provalle Comércio e Serviços Ltda., por apresentar Certidão de Pessoa Jurídica do CREA da empresa vencida; Certificado de Curso de Segurança em Instalações em Eletricidade em desacordo ao determinado na NR10, além de Certificado de Trabalho em Altura em desacordo a NR35, conforme exigido no edital. B) Habilitar empresa JV Empreendimentos Ltda., por estar de acordo com o exigido no edital. C) Conceder prazo para apresentação de recurso quanto a decisão da comissão de licitação e marcar abertura das propostas para dia 28/09/2015 as 9:00 horas, desde que não haja manifestação dos interessados.

Nova Trento (SC), 18 de setembro de 2015.

Aprigio José Botameli

Presidente Comissão de Licitações

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TP010

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta – Processo Licitatório nº 094/2015 – Tomada de Preço nº 010/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para implantação do Projeto Urbano de Trânsito – Canteiros, em diversas ruas no centro do município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e memorial descritivo em anexo, houve a participação das seguintes empresas: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMIRADOS ME.(CNPJ 20.455.070/0001-41) e ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM ME. (CNPJ 22.853.624/0001-94), da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame as empresas: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMIRADOS ME. e ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM ME. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da Proposta, passou-se a abertura das PROPOSTAS: restou vencedora a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMIRADOS ME.(CNPJ 20.455.070/0001-41), cujo valor Global para execução foi de R\$ 26.046,75 (Vinte e seis mil, quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

Nova Trento (SC), 18 de setembro de 2015.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito em Exercício

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 036/2015 - PR Nº 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17-09-2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATADO: ANDRIANI E ANDRIANI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 567,20 (Quinhentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)

Novo Horizonte/SC - DATA: 17/09-2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

DECLARAÇÃO RREO 4º BIMESTRE **DECLARAÇÃO**

Declaro que foi devidamente publicado o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Município de ORLEANS, referente ao 4º Bimestre/2015, em atendimento ao disposto nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sendo que o referido relatório foi publicado no Mural de Atos Públicos da Prefeitura, Diário Oficial dos Municípios e no sítio da Prefeitura Municipal de Orleans, no endereço: http://orleans.sc.gov.br/2013/index.php?option=com_content&view=article&id=1350:2015&catid=87&Itemid=864, em 17 de setembro de 2015.

Comprometo-me, sob as penas da Lei, a encaminhar, nesta data, uma via da presente declaração ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Por ser verdade, firmo o presente.

Orleans, 17 de setembro de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

MARCIO COAN
Contador

Ouro

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMEN-
TO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.268 000451/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNI-
CO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-
NAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ES-
PECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RES-
PECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR
DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOS-
TO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO
INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr./Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	-------------	---------------

ILY0704	54349100B	14/10/2013	59670	203 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DE-
FESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIEN-
TE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE
23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA,
EM 30(TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRE-
SENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA
PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

OURO/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

LILIAN GABRIELA VOLFF
DIRETORA DE TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO

PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO

N.8268 000501/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA

O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
-------	--------	-------------	---------------

ILY0704	54944074C	52741	11/06/2014
---------	-----------	-------	------------

Infr. Desd. Enquadramento:

5274 1 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

OURO/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO

PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO

N.8268 000502/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA

O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)

INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO

7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR

IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
-------	--------	-------------	---------------

BRK6528	54944602C	55411	01/06/2014
---------	-----------	-------	------------

ILY0704	54944072C	52152	11/06/2014
---------	-----------	-------	------------

ILY0704 54944073C 52070 11/06/2014
MMA5073 54944940C 60501 22/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5207 0 169
5215 2 170
5541 1 181 * XVII
6050 1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2015.
LILIAN GABRIELA VOLFF
DIRETORA DE TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.268 000527/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR

DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLI5736 54943885C 06/02/2015 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO DE POLICIA

Palhoça

PREFEITURA

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 128/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 128/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 128/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de toner no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada, Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP, CNPJ n. 01.027.088/0001-06, ficou classificada nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, do lote I, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 4.570,00 (quatro mil, quinhentos e setenta reais).

Palhoça, 18 de setembro de 2015.

Pregoeira

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 104/15

DECRETO Nº 104/2015
De 11 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das
atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca do cadastro em duplicidade do Contribuinte MOVEIS CCA LTDA, cadastro n. 1139, CNPJ N. 04.626.665/0001-66, conforme relatórios apresentados;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao cadastro em duplicidade do Contribuinte MOVEIS CCA LTDA, cadastro n. 1139, CNPJ N. 04.626.665/0001-66, e, consequentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de Taxa Licença referente parcela 2009/02 e 2009/03, do referido contribuinte.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome do contribuinte MOVEIS CCA LTDA, cadastro n. 1139, CNPJ N. 04.626.665/0001-66, referente ao débito de Taxa Licença referente parcela 2009/02 e 2009/03.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 11 de setembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2015. Objeto: Registro de preços para a contratação de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, abrangendo serviços elétricos, reparos em construção civil e serviços de pintura, destinadas as Secretaria e Fundos Municipais. Tipo: Menor Preço por lote, Presencial Registro de Preços; Entrega dos envelopes: até as 08:30hs do dia 01 de outubro de 2015; Início da Sessão Pública: às 08:45hs do dia 01/10/2015. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de setembro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 046/2014

CONTRATO Nº 046/2014

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAPANDUVA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DARIO SCHICOVSKI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72 de ora em diante denominada de CONTRATANTE e de outro lado LEANDRO CARLOS DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Cunha Vieira, 487, no município de São Mateus do Sul/PR, CPF nº 673.181.345-15, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA - sob o nº 050220652-7 de ora em diante denominada CONTRATADO, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem origem na Dispensa de Licitação nº 076/2015 e o seu objeto é a contratação de Engenheiro de Minas, com dedicação de 16 horas mensais, para ser o responsável técnico perante o CREA/SC, durante a extração dos produtos minerais das cascalheiras no município, registradas junto ao DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

A execução será a partir de 15 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto Atividade número: 2.031 - Manutenção dos Serviços Rodoviários, elemento de despesa 33.90.00 - Aplicações diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor a ser pago pela realização dos respectivos serviços será de R\$ 2.235,00 (Dois mil e duzentos e trinta e cinco reais), mensais, totalizando R\$ 7.822,50 (sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, ou, se houver prorrogações, haverá reajuste conforme Cláusula Sétima deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia 15 de setembro de 2015 e término no dia 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - O CONTRATADO assumirá responsabilidade pela realização do serviço, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

8.2 - O CONTRATADO obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

9.1 - O Município ficará obrigado a:

9.1.1 - promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.1.2 - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICIPIO

Nos termos da Legislação, o município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a deste Contrato, indenizando o contratado pelos serviços até então efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1 - Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

11.1.1 - advertência;

11.1.2 - multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

11.1.3 - suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei,

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.5 – rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior aquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993- consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: INEXECUÇÃO E RECISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte do Contratado, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie.

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo ao disposto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

14.2.1 – Unilateralmente, a critério da Administração Municipal, mediante formalização, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) O atraso injustificado, a juízo da administração, na realização dos serviços contratados;

b) A subcontratação total ou parcial do objeto deste edital, a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar os serviços;

d) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

e) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratado e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, e

f) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato encontra amparo legal no art. 24, inciso I cc IV, bem como no Decreto Municipal nº 2418 e demais legislações vigentes e pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos no pagamento serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas por parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva/SC, 14 de setembro de 2015.

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE PELA

Leandro Carlos dos Santos
CONTRATADA

Testemunhas:
Ricardo Zenfe
Matric. 2675

Márcio Wisniewski
Matric. 050

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0052/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0052/2015

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO N. 0001/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Avenida Padre João Botero, n. 485, centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO N. 0001/2015 – Objeto do presente Credenciamento é a contratação de banco(s)múltiplo(s)/instituições de crédito para prestar(em) serviços bancários de pagamento dos valores líquidos relativos à folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, ativos, inativos, aposentados e pensionistas, bem como aos Agentes Políticos e demais credores de descontos feitos pelo sistema de pagamento de pessoal do Município de Passos Maia, desde que sejam determinados, autorizados, permitidos ou não vedados em Lei, sendo os titulares pessoas físicas, cujo procedimento será conduzido pela Departamento Municipal de Recursos Humanos. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 09:00 horas, do dia 13 de outubro de 2015, iniciando-se a sessão publica às 09:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09h00m às 17h00m. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 18 de setembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 30/2015

DECRETO Nº 30/2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.628/2014 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 14.870,00 (catorze mil oitocentos e setenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$ 14.870,00
20.606.0011.1.047 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 14.870,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001135 – Aplicações Diretas R\$ 14.870,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0. 1.24.001135 – PRODESA – no valor de R\$ 14.870,00 (catorze mil oitocentos e setenta reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 21 de setembro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 31/2015

DECRETO Nº 31/2015.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2015, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 – SECRETEARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 40.000,00
04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

0401 – SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 20.000,00
04.123.0003.2.007 – Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela

anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

0301 – SECRETEARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 40.000,00
04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 40.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

0401 – SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 20.000,00
04.123.0003.2.007 – Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 21 de setembro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 320/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 320/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Emmanuela Nadir Felipe da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 081.990.339-67 matrícula nº 11155, classificada na 4ª (quarta) posição do Processo Seletivo nº 002/2014, para atuar no Cargo de Assistente Social, com carga horária de 30hs mensais, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 17/09/2015 até 15/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Setembro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 321/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 321/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Daniele Rodrigues Demetrio, brasileira, portadora do CPF nº 095.415.739-75, matrícula nº 11047, ocupante do Cargo Chefe de Serviços Gerais, nomeada pela portaria nº 337/2014, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 18 de setembro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 322/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 322/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente. Resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Daniele Rodrigues Demetrio, matrícula nº 11156, brasileira, portadora do CPF nº 095.415.739-75, residente e domiciliado em Paulo Lopes - SC, Ensino Superior Incompleto, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor de Controle Interno, a disposição da Secretaria Municipal de Administração, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 21 de setembro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	16.250.000,00	3.059.984,88	18,83	11.371.570,22	69,98	4.878.429,78
RECEITAS CORRENTES	16.250.000,00	16.250.000,00	2.462.452,52	15,15	10.373.612,92	63,84	5.876.387,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.398.000,00	1.398.000,00	180.625,09	12,92	967.583,99	69,21	430.416,01
IMPOSTOS	1.095.000,00	1.095.000,00	170.647,42	15,58	783.678,22	71,57	311.321,78
TAXAS	303.000,00	303.000,00	9.977,67	3,29	183.905,77	60,69	119.094,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	420.000,00	420.000,00	82.217,28	19,58	331.579,81	78,95	88.420,19
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	82.217,28	0,00	331.579,81	0,00	-331.579,81
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	37.419,27	0,00	146.515,47	0,00	-146.515,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	37.419,27	0,00	146.515,47	0,00	-146.515,47
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	1.425,99	5,70	5.662,68	22,65	19.377,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.796.800,00	13.796.800,00	2.128.442,67	15,43	8.737.466,92	63,33	5.059.333,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.796.800,00	13.796.800,00	2.128.442,67	15,43	8.737.466,92	63,33	5.059.333,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	610.200,00	610.200,00	32.322,22	5,30	184.804,05	30,29	425.395,95
MULTAS E JUROS DE MORA	93.000,00	93.000,00	19.564,18	21,04	84.866,71	91,25	8.133,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	313,34	1,25	1.253,36	5,01	23.746,64
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	117.000,00	117.000,00	12.444,70	10,64	98.683,98	84,35	18.316,02
RECEITAS DIVERSAS	375.200,00	375.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	597.532,36	0,00	997.957,30	0,00	-997.957,30
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	33.700,00	0,00	33.700,00	0,00	-33.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	33.700,00	0,00	33.700,00	0,00	-33.700,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	563.832,36	0,00	964.257,30	0,00	-964.257,30
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	563.832,36	0,00	964.257,30	0,00	-964.257,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.250.000,00	16.250.000,00	3.059.984,88	18,83	11.371.570,22	69,98	4.878.429,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.250.000,00	16.250.000,00	3.059.984,88	18,83	11.371.570,22	69,98	4.878.429,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.250.000,00	16.250.000,00	3.059.984,88	18,83	11.371.570,22	69,98	4.878.429,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	167.779,95	—	—	159.159,95	—	—
Superávit Financeiro	—	167.779,95	—	—	159.159,95	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.250.000,00	18.899.593,09	2.458.648,36	11.728.963,90	7.170.629,19	2.547.819,75	10.331.581,38	8.568.011,71	9.874.724,35
DESPESAS CORRENTES	14.094.500,00	14.149.879,95	2.319.472,80	10.023.807,08	4.126.072,87	2.485.404,19	9.332.766,60	4.817.113,35	8.931.916,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.653.000,00	8.653.000,00	1.671.892,41	5.842.952,83	2.810.047,17	1.671.892,41	5.842.127,07	2.810.872,93	5.664.017,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	298,05	790,09	1.209,91	298,05	790,09	1.209,91	790,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.439.500,00	5.494.879,95	647.282,34	4.180.064,16	1.314.815,79	813.213,73	3.489.849,44	2.005.030,51	3.267.109,27
DESPESAS DE CAPITAL	2.145.500,00	4.739.713,14	139.175,56	1.705.156,82	3.034.556,32	62.415,56	998.814,78	3.740.898,36	942.807,79
INVESTIMENTOS	1.547.500,00	4.141.713,14	138.958,99	1.150.177,10	2.991.536,04	62.198,99	443.835,06	3.697.878,08	387.828,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	598.000,00	598.000,00	216,57	554.979,72	43.020,28	216,57	554.979,72	43.020,28	554.979,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.250.000,00	18.899.593,09	2.458.648,36	11.728.963,90	7.170.629,19	2.547.819,75	10.331.581,38	8.568.011,71	9.874.724,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.250.000,00	18.899.593,09	2.458.648,36	11.728.963,90	7.170.629,19	2.547.819,75	10.331.581,38	8.568.011,71	9.874.724,35
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.039.968,84	—	11.371.570,22
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.250.000,00	18.899.593,09	2.458.648,36	11.728.963,90	—	2.547.819,75	11.371.570,22	—	21.246.294,57

FONTE:

PAULO LOPES, 17/09/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE AGOSTO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MÊS DE AGOSTO DE 2015

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	201.743,44
1.2 - ITBI	67.496,66
1.3 - ISS	369.585,54
1.4 - FPM	4.140.228,78
1.5 - IRRF	144.852,58
1.6 - ICMS	2.398.763,10
1.7 - IPI	37.013,17
1.8 - IPVA	492.590,86
1.9 - ITR	2.792,55
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	10.036,48
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	59.521,67
1.12 - Multas e Juros de Mora	38.572,92
TOTAL	7.963.197,75

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.990.799,44
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.657.018,51
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	20.491,55
2.3 - Convênios	758.107,69
TOTAL	4.426.417,19

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.416.284,99	1.402.311,58	-13.973,41
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	1.006.506,04	1.229.907,66	223.401,62
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	671.004,02	404.307,99	-266.696,03
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	574.514,45	600.316,14	25.801,69
3.5 - Convênios e Transferências	758.107,69	427.891,48	-330.216,21
TOTAL	4.426.417,19	4.064.734,85	-361.682,34

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 17 de setembro de 2015.

% APLICADO : 25,15%

Aplicado a menor : 11.828,28

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS DE AGOSTO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**MÊS DE AGOSTO DE 2015**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	201.743,44
1.2 - ITBI	67.496,66
1.3 - ISS	369.585,54
1.4 - FPM	4.140.228,78
1.5 - IRRF	144.852,58
1.6 - ICMS	2.398.763,10
1.7 - IPI	37.013,17
1.8 - IPVA	492.590,86
1.9 - ITR	2.792,55
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	10.036,48
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	59.521,67
1.12 - Multas e Juros de Mora	38.572,92
TOTAL	7.963.197,75

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.194.479,66
2.2 - Rendimento de Aplicação	34.152,97
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.508.675,68
TOTAL	2.737.308,31

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.194.479,66	2.051.512,81	857.033,15
3.2 - Convênios e Transferências	1.542.828,65	796.465,91	-746.362,74
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	2.737.308,31	2.847.978,72	110.670,41

% aplicado = 25,76%

Aplicado a maior = 857.033,15

Paulo Lopes, 17 de setembro de 2015.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.987.097,38	0,00
Pessoal Ativo	7.832.291,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	154.806,21	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	42.831,03	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	42.831,03	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.944.266,35	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.487.309,19	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.944.266,35	51,30
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.363.146,96	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.944.989,61	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.526.832,27	48,60

FONTE:

PAULO LOPES, 17/09/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	18.899.593,09	2.458.648,36	11.728.963,90	100,00	7.170.629,19	2.547.819,75	10.331.581,38	100,00	8.568.011,71
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	118.488,36	516.877,98	4,41	583.122,02	118.488,36	516.877,98	5,00	583.122,02
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	118.488,36	516.877,98	4,41	583.122,02	118.488,36	516.877,98	5,00	583.122,02
Administração	2.952.000,00	2.920.000,00	359.955,66	2.220.733,68	18,93	699.266,32	418.501,99	2.015.623,34	19,51	904.376,66
Administração Geral	2.507.000,00	2.505.000,00	273.484,49	1.931.965,96	16,47	573.034,04	329.968,55	1.728.633,35	16,73	776.066,65
Administração Financeira	445.000,00	415.000,00	86.471,17	288.767,72	2,46	126.232,28	88.533,44	286.689,99	2,77	126.310,01
Assistência Social	336.000,00	351.000,00	69.153,37	224.438,31	1,91	126.561,69	64.660,12	204.850,47	1,98	146.149,53
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	7.500,00	7.500,00	0,06	12.500,00	1.250,00	1.250,00	0,01	18.750,00
Assistência Comunitária	316.000,00	331.000,00	61.653,37	216.938,31	1,85	114.061,69	63.410,12	203.600,47	1,97	127.389,53
Saúde	4.208.000,00	4.477.400,00	777.541,31	2.978.235,15	25,39	1.499.164,85	798.836,24	2.892.937,92	28,00	1.584.462,08
Atenção Básica	4.208.000,00	4.477.400,00	777.541,31	2.978.235,15	25,39	1.499.164,85	798.836,24	2.892.937,92	28,00	1.584.462,08
Educação	4.728.000,00	4.763.379,95	860.358,79	3.070.431,37	26,18	1.892.948,58	782.765,26	2.800.610,37	27,11	1.962.769,58
E ensino Fundamental	3.633.000,00	3.968.379,95	770.578,67	2.640.033,76	22,51	1.328.346,19	692.054,39	2.419.252,01	23,42	1.549.127,94
Educação Infantil	755.000,00	755.000,00	89.780,12	392.366,61	3,35	362.633,39	80.819,02	362.341,88	3,51	392.658,12
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	36.031,00	0,32	1.969,00	9.891,85	19.016,48	0,18	20.983,52
Cultura	48.000,00	48.000,00	5.161,26	34.105,93	0,29	13.894,07	5.161,26	34.105,93	0,33	13.894,07
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	48.000,00	48.000,00	5.161,26	34.105,93	0,29	13.894,07	5.161,26	34.105,93	0,33	13.894,07
Direitos da Cidadania	122.000,00	122.000,00	21.587,04	73.985,07	0,63	48.013,93	22.415,01	69.023,74	0,67	52.976,26
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	122.000,00	122.000,00	21.587,04	73.985,07	0,63	48.013,93	22.415,01	69.023,74	0,67	52.976,26
Urbanismo	743.000,00	743.000,00	1.962,30	729.922,30	6,22	13.077,70	68.350,80	626.770,55	6,07	116.229,45
Infra-Estrutura Urbana	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Serviços Urbanos	740.000,00	740.000,00	1.962,30	729.922,30	6,22	10.077,70	68.350,80	626.770,55	6,07	113.229,45
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Habitação Urbana	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Saneamento	81.000,00	81.000,00	15.312,31	52.051,77	0,44	28.948,23	15.270,89	52.010,35	0,50	28.989,65
Saneamento Básico Rural	81.000,00	81.000,00	15.312,31	52.051,77	0,44	28.948,23	15.270,89	52.010,35	0,50	28.989,65
Agricultura	286.000,00	286.000,00	49.635,55	239.564,78	2,04	46.435,22	55.633,23	190.495,74	1,84	95.504,26
Extensão Rural	286.000,00	286.000,00	49.635,55	239.564,78	2,04	46.435,22	55.633,23	190.495,74	1,84	95.504,26
Transporte	1.377.000,00	3.608.700,00	165.294,67	1.400.340,27	11,94	2.208.359,73	182.651,65	890.895,99	8,62	2.718.003,01
Transporte Rodoviário	1.377.000,00	3.608.700,00	165.294,67	1.400.340,27	11,94	2.208.359,73	182.651,65	890.895,99	8,62	2.718.003,01
Desporto e Lazer	17.100,00	301.113,14	14.197,74	188.276,29	1,61	112.836,85	15.084,94	37.578,00	0,36	263.535,14
Desporto Comunitário	17.100,00	301.113,14	14.197,74	188.276,29	1,61	112.836,85	15.084,94	37.578,00	0,36	263.535,14

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	18.899.593,09	2.458.648,36	11.728.963,90	100,00	7.170.629,19	2.547.819,75	10.331.581,38	100,00	8.568.011,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	16.250.000,00	18.899.593,09	2.458.648,36	11.728.963,90	100,00	7.170.629,19	2.547.819,75	10.331.581,38	100,00	8.568.011,71

FONTE:

PAULO LOPES, 17/09/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.178.000,00	1.178.000,00	881.803,63	74,86
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	200.000,00	200.000,00	201.752,21	100,88
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	67.496,66	46,55
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	500.000,00	500.000,00	369.585,54	73,92
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	144.852,58	57,94
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.000,00	4.000,00	2.816,46	70,41
Dívida Ativa dos Impostos	57.000,00	57.000,00	59.537,54	104,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	22.000,00	22.000,00	35.762,64	162,56
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.081.000,00	11.081.000,00	7.011.565,64	63,28
Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	4.070.369,48	62,62
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	2.792,55	46,54
Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	492.590,86	70,37
Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	2.398.763,10	63,13
Cota-Parte IPH-Exportação	60.000,00	60.000,00	37.013,17	61,69
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	10.036,48	66,91
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	10.036,48	66,91
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.259.000,00	12.259.000,00	7.893.369,27	64,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.231.000,00	1.231.000,00	737.442,62	59,91
Provenientes da União	1.231.000,00	1.231.000,00	737.442,62	59,91
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.231.000,00	1.231.000,00	737.442,62	59,91

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.162.000,00	4.222.000,00	2.814.125,15	66,65	2.728.827,92	64,63
Pessoal e Encargos Sociais	3.038.000,00	3.038.000,00	2.100.075,35	69,13	2.099.249,59	69,10
Outras Despesas Correntes	1.124.000,00	1.184.000,00	714.049,80	60,31	629.578,33	53,17
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	249.400,00	164.110,00	65,80	164.110,00	65,80
Investimentos	40.000,00	249.400,00	164.110,00	65,80	164.110,00	65,80

Continua 1/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	249.400,00	164.110,00	65,80	164.110,00	65,80
Investimentos	40.000,00	249.400,00	164.110,00	65,80	164.110,00	65,80
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.202.000,00	4.471.400,00	2.978.235,15	66,61	2.892.937,92	64,70
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.398.000,00	1.567.400,00	846.355,40	28,42	794.105,11	27,45
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.328.000,00	1.497.400,00	801.396,20	26,91	749.145,91	25,90
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	70.000,00	70.000,00	44.959,20	1,51	44.959,20	1,55
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.398.000,00	1.567.400,00	846.355,40	28,42	794.105,11	27,45
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.804.000,00	2.904.000,00	2.131.879,75	71,58	2.098.832,81	72,55
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						26,59
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						26,59
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100]³						914.827,42

Continua 2/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.208.000,00	4.477.400,00	2.978.235,15	100,00	2.892.937,92	100,00
TOTAL	4.208.000,00	4.477.400,00	2.978.235,15	100,00	2.892.937,92	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $(M/(h+i) - (15 \times IIIb) \times 100)$

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

PAULO LOPES, 17/09/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.178.000,00	1.178.000,00	881.781,58	74,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	272.000,00	272.000,00	277.730,60	102,11
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	201.752,21	100,88
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	923,47	46,17
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	48.548,81	95,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	28.527,41	142,64
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(21,30)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	67.496,66	46,55
1.2.1- ITBI	145.000,00	145.000,00	67.496,66	46,55
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	511.000,00	511.000,00	391.701,74	76,65
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	369.585,54	73,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	1.892,99	94,65
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.000,00	7.000,00	12.988,73	185,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	7.235,23	361,76
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(0,75)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	144.852,58	57,94
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	144.852,58	57,94
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.081.000,00	11.081.000,00	7.081.424,94	63,91
2.1- Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	4.140.228,78	63,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.500.000,00	6.500.000,00	4.070.369,48	62,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	69.859,30	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	2.398.763,10	63,13
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	10.036,48	66,91
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	37.013,17	61,69
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	2.792,55	46,54
2.6- Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	492.590,86	70,37
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.259.000,00	12.259.000,00	7.963.206,52	64,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	280.000,00	280.000,00	222.896,98	79,66
5.1- Transferências do Salário-Educação	285.000,00	285.000,00	222.896,98	78,21
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	216,42	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	216,42	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	470.000,00	470.000,00	355.540,51	75,65
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	750.000,00	750.000,00	578.653,91	76,14
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.216.200,00	2.216.200,00	1.402.311,58	63,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	814.073,68	62,62
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	760.000,00	760.000,00	479.751,92	63,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	2.007,28	66,91
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	7.402,65	61,69
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	593,44	49,54
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	140.000,00	140.000,00	98.517,61	70,37
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	1.657.018,51	63,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	1.657.018,51	63,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	383.800,00	383.800,00	254.706,93	66,36
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.635.000,00	1.635.000,00	1.229.907,66	75,22	1.229.907,66	75,22	
13.1- Com Educação Infantil	270.000,00	270.000,00	166.053,70	61,50	166.053,70	61,50	
13.2- Com Ensino Fundamental	1.365.000,00	1.365.000,00	1.063.853,96	77,94	1.063.853,96	77,94	
14- OUTRAS DESPESAS	965.000,00	965.000,00	545.844,68	56,56	404.307,99	41,90	
14.1- Com Educação Infantil	260.000,00	260.000,00	120.215,68	46,24	108.386,04	41,69	
14.2- Com Ensino Fundamental	705.000,00	705.000,00	425.629,00	60,37	295.921,95	41,97	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.600.000,00	2.600.000,00	1.775.752,34	68,30	1.634.215,65	62,85	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-		
16.1 - FUNDEB 60%					-		
16.2 - FUNDEB 40%					-		
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.634.215,65		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					74,22		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					24,40		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,38		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		3.064.750,00		3.064.750,00		1.990.801,63 64,96	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100		Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		670.000,00 670.000,00		316.991,98 47,31		305.162,34 45,55	
23.1- Creche		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.2- Pré-escola		670.000,00 670.000,00		316.991,98 47,31		305.162,34 45,55	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		530.000,00 530.000,00		286.269,38 54,01		274.439,74 51,78	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		140.000,00 140.000,00		30.722,60 21,94		30.722,60 21,94	
24- ENSINO FUNDAMENTAL		3.155.000,00 3.155.000,00		2.074.916,50 65,77		1.929.369,45 61,15	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		2.070.000,00 2.070.000,00		1.489.482,96 71,96		1.359.775,91 65,69	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.085.000,00 1.085.000,00		585.433,54 53,96		569.593,54 52,50	
25- ENSINO MÉDIO		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
26- ENSINO SUPERIOR		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
28- OUTRAS		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		3.825.000,00 3.825.000,00		2.391.908,48 62,53		2.234.531,79 58,42	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					254.706,93		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					-		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					254.706,93		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					1.979.824,96		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,86		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100		Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		285.000,00 285.000,00		143.843,23 50,47		77.969,83 27,36	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		618.000,00 653.379,95		534.679,66 81,83		488.108,75 74,71	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		903.000,00 938.379,95		678.522,89 72,31		566.078,58 60,33	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		4.728.000,00 4.763.379,95		3.070.431,37 64,46		2.800.610,37 58,79	

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		583.520,05	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.677.510,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.104.689,35	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.600.124,23	0,00
49.2 Restos a Pagar		504.565,12	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		156.340,76	0,00

PAULO LOPES, 17/09/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Penha

PREFEITURA

07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 07/2015 – PMP
CONVENIADA: CASA DA AMIZADE DE PENHA
OBJETO: administração da CRECHE CASA DA AMIZADE DE PENHA, sendo subordinada à Secretaria da Educação e Cultura, para atendimento às crianças regularmente matriculadas nos termos da Lei Municipal nº 2569/2012
VIGÊNCIA: 07/09/2017

Penha, 08 de setembro de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes
PELA PREFEITURA

254

PORTARIA Nº 254/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2015 destinado ao preenchimento de vagas de Professores bem como formação de cadastro de reserva, composta pelos membros abaixo nomeados, encarregados em examinar todas as etapas do processo:

Nelson Fortunato Inácio
Maria Aparecida da Costa de Souza
Sirlene Maria de Souza
Gabriela Garbini Strelow
Lucimeri Pinto
Misael Cordeiro
Iolanda de Souza Amaro
Sandra dos Santos Tavares

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de setembro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 158/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2015 – PMP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015 - PMP, MODALIDADE PRE-
GÃO PRESENCIAL Nº 28/2015- PMP
CONTRATADA: REANTUR TRANSPORTE LTDA ME
OBJETO: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E PARA PROJETOS EXTRACURRICULARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 84.415,00 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais)
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2015
VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015
PENHA, 18 DE SETEMBRO DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

DECRETO Nº 2395/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2395/2015
EXONERA: o Sr. HARLEI GILSON DE SOUZA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DA SECRETARIA DE GOVERNO II, da Secretaria Municipal de Governo, a contar desta data.
Penha/SC, 16 de setembro de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2396/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2396/2015
NOMEIA: o Sr. HARLEI GILSON DE SOUZA, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Penha/SC, 17 de setembro de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2397/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2397/2015
NOMEIA: a Sra. IVONETE CARDOSO DA SILVA, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DA SECRETARIA DE GOVERNO II, da Secretaria Municipal de Governo, a contar desta data.
Penha/SC, 17 de setembro de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2398/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2398/2015
NOMEIA: a Sra. PAMELA CAROLINE VITORINO, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS II, do Departamento de recursos Humanos, da Secretaria de Administração, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.
Penha/SC, 18 de setembro de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Av. Nereu Ramos, 190 – Centro – 88385-000 – Penha – (47) 3345-0200

EDITAL N.º 03/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 2775/2015, faz saber a quem interessar possa, que serão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2015, destinado ao preenchimento de vagas de Professores bem como à formação de cadastro de reserva, visando atender uma necessidade de excepcional interesse público, em caráter temporário, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, no período de 21/09/2015 a 25/09/2015, mediante as condições determinadas neste EDITAL e demais disposições legais aplicadas à espécie.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Este Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas bem como à formação de cadastro de reserva visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e Constituição Federal, destina-se à contratação de Professores.
- 1.2 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital e coordenado pela seguinte Comissão Organizadora: Misael Cordeiro, Presidente, Nelson Fortunato Inácio e Maria Aparecida da Costa de Souza, designados membros.
- 1.3 O resultado da seleção dos candidatos será publicado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Penha e no site www.penha.sc.gov.br.
- 1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, bem como o prazo de eventual contratação, será até dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2015.
- 1.5 O período de validade estabelecido para este certame não gera, para o Município de Penha, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados, nem por todo período.
- 1.6 As vagas, respectiva remuneração, carga horária semanal e habilitação mínima estão estabelecidas no Anexo I deste Edital.
- 1.7 Os Candidatos classificados e contratados estarão sujeitos ao regime de contratação instituído pelo Município de Penha.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

- 2.1 Para inscrever-se o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra e preencher as condições especificadas a seguir:
 - 2.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, de acordo com o artigo 12 da Constituição Federal, cujo processo tenha sido encerrado dentro do prazo das inscrições;
 - 2.1.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - 2.1.3 Estar em dia com o Serviço Militar, para o sexo masculino;
 - 2.1.4 Ter boa conduta e não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra a administração pública, contra a fé pública, contra os costumes e os previstos na Lei nº. 11.343/06.
 - 2.1.5 Ter aptidão física e mental, demonstrada através de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha, os quais são de responsabilidade do candidato;
 - 2.1.6 Estar legalmente habilitado para o cargo;
 - 2.1.7 Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 As inscrições serão realizadas, pessoalmente ou por procuração, no período de 21/09/2015(segunda) até dia 25/09/2015(sexta-feira), na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua José João Batista nº 115, nos horários compreendidos entre 8h às 12h e 13h30min às 17h30min.
- 3.2 No caso de inscrição por procuração pública ou particular será exigida a entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato, e a apresentação de identidade do procurador. No caso de procuração por instrumento particular, deverá ter a firma do outorgado reconhecida. O Candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.
- 3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição fornecida na Secretaria Municipal de Educação, assumindo conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital e deverá obrigatoriamente, sob pena de não ter a sua inscrição homologada, anexar os seguintes documentos:
 - 3.3.1 Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada à mão (Anexo III);
 - 3.3.2 Fotocópia simples do RG e fotocópia simples do CPF.
- 3.4 Para fins de análise curricular, no próprio ato da inscrição os candidatos deverão encaminhar os documentos previstos nos quadros do item 4.9.
- 3.5 Não serão recebidas inscrições feitas pessoalmente, por fax ou fora do período estabelecido neste capítulo;
- 3.6 Não haverá cobrança de taxa de inscrição no presente certame.
- 3.7 A assinatura da Ficha de Inscrição implicará na satisfação das exigências relacionadas no item 2. Das Condições para a Inscrição;
- 3.8 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Organizadora do Processo Seletivo o direito de excluir do certame aquele que preenchê-la com dados incorretos ou rasurados, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente;
- 3.9 Havendo mais de uma inscrição realizada por um único candidato, será considerada e eventualmente homologada, apenas a última que tiver sido efetuada/encaminhada à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.
- 3.10 Os candidatos com deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar, no ato da inscrição, laudo de deficiência, com expressa referência

ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.10.1 A data de emissão do laudo não poderá ser superior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.

3.10.2 Serão reservados 10% das vagas que vierem a surgir aos portadores de deficiência, desde que compatíveis às atribuições do cargo pretendido e, na hipótese de não haver compatibilidade do exercício das atribuições, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado para assumir o cargo o próximo candidato classificado na lista dos portadores de deficiência, caso exista.

3.10.3 Se classificado para o cargo pretendido, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município de Penha, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade dos exercícios das atribuições do cargo com a deficiência de que é portador.

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

4.1 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá, com base em critérios objetivos de pontuação, na análise de currículo dos candidatos.

4.2 Os documentos necessários para fins da análise curricular deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do Processo por ocasião da inscrição do candidato.

4.3 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

4.4 Somente serão aceitos documentos para fins de análise curricular entregues no ato da inscrição, sendo vedada a entrega posterior.

4.5 Os documentos previstos nos quadros do item 4.9, devem estar em perfeitas condições de modo a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

4.6 No ato da inscrição o candidato declarará, sob pena de indeferimento, que as fotocópias apresentadas são fiéis à via original.

4.7 A qualquer momento, o candidato poderá ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

4.8 A análise de currículo dos candidatos será dividida em três vertentes, quais sejam: a) qualificação acima da habilitação mínima; b) experiência na área de atuação e c) cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização.

4.9 Os critérios objetivos analisados, de acordo com os quadros abaixo, serão os seguintes:

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA	Pontuação	Número Máximo de títulos	Nota Máxima
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de especialização, na área da Educação.	1	1	5
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de mestrado, na área da Educação.	3	1	
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de doutorado, na área da Educação	5	1	
TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO		Pontuação	Nota Máxima
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	1	5	
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	3		
Acima de 5 (cinco) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	5		
TÍTULO – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	Pontuação	Nota Máxima	
Certificado ou Diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na área da Educação, com somatório de duração dos cursos de 40 a 200 horas, contando 01 ponto para cada 40 horas apresentadas, válidos com data a partir setembro de 2013.	1	5	

4.10 Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma e curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

4.11 Para comprovação do período de "Experiência na Área de Atuação" serão admitidos os seguintes documentos: a) fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal; b) declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública e/ou entidade privada.

5. DO JULGAMENTO

5.1 A análise curricular terá apenas caráter classificatório.

5.2 A pontuação final será calculada somando-se os pontos obtidos pelo candidato em cada uma das três vertentes estabelecidas no item 4.8 e na forma estabelecida pelos quadros do item 4.9.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

6.1 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação.

6.2 O resultado do Processo Seletivo será afixado no Mural da Secretaria de Administração, situado na Avenida Nereu Ramos, nº 8, Bairro Centro, no Diário Oficial dos Municípios, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha (www.penha.sc.gov.br) e caberá recurso nos termos deste edital.

6.3 Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, caso haja alguma alteração, será publicada nova lista de classificação definitiva, não cabendo mais recursos.

6.4 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.4.1 Aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.4.2 Para os candidatos que não estão sob amparo do subitem anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior pontuação na vertente "Qualificação Acima da Habilitação Mínima";
- b) Maior pontuação na vertente "Experiência da Área de Atuação";
- c) Maior pontuação na vertente "Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Atualização";
- d) Maior idade;
- e) Sorteio.

6.4.3 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da abertura do certame.

6.5. A classificação no presente Processo não gera aos candidatos direito à contratação para o cargo, cabendo a Prefeitura Municipal de Penha, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, de acordo com a necessidade temporária de excepcional interesse público, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos aprovados, respeitada sempre a ordem de classificação no Processo Seletivo.

7. DOS RECURSOS

7.1 É admitido recurso quanto:

- a) ao edital, em até 02 (dois) dias úteis após publicação;
- b) ao indeferimento da inscrição em até 02 (dois) dias úteis após a publicação da homologação das inscrições;
- c) ao resultado preliminar, em até 02 (dois) dias úteis após publicação da lista de classificação e resultados seja por conta de erro no resultado da pontuação ou à aplicação dos critérios de desempate.

7.2 O candidato que desejar interpor pedido de revisão deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, nas datas constantes do Anexo II (Cronograma), devendo o candidato protocolá-lo obrigatoriamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Secretaria da Fazenda, Av. Nereu Ramos, 181, em horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Penha, dirigidos a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, obedecendo os prazos e requisitos elencados neste item.

7.3 O recurso deve observar, entre outros, os seguintes requisitos:

- a) folha de rosto, constando o nome, número de inscrição, cargo, função, disciplina e assinatura do candidato;
- b) ser digitado, em letra Arial ou Times New Roman, tamanho 12, e assinado em duas vias;
- c) ser fundamentado, com argumentação lógica, objetiva e consistente.

7.4 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet, ou qualquer meio postal;

7.5 Os pedidos de recurso serão indeferidos quando intempestivos, considerados inconsistentes ou em desacordo com o presente capítulo;

7.6 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos mesmos serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Uma vez julgado qualquer recurso não será admitido qualquer pedido de revisão do julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do cargo específico, observada a necessidade da Prefeitura Municipal de Penha.

8.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

8.3 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade do Município, através de Edital de Convocação publicado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha: www.penha.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Municipal de Administração (Avenida Nereu Ramos nº 8, Bairro Centro).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Serão eliminados todos os candidatos com grau de parentesco até o terceiro grau, com os integrantes da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 003/2015.

9.2 Todas as convocações, avisos e resultados finais serão publicados de acordo com este Edital.

9.3 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a classificação publicada.

9.4 Para a contratação, o candidato deverá apresentar, entre outros, o documento comprobatório da conclusão de escolaridade mínima exigida para o cargo, certificado de reservista ou dispensa do serviço militar, certidão de antecedentes criminais emitidos pela Comarca de Residência do candidato, certidão de nascimento ou casamento, CPF, cédula de identidade (RG), certidão de quitação eleitoral, comprovante de titulação para o exercício do cargo, declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado; atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha.

9.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

9.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.7 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Balneário Piçarras.

9.8 São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II e III.

PENHA/SC, 21 de setembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA/SC

ANEXO I - CARGO EM DISPUTA

CARGO	VAGAS	CH	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO
Professor Educação Infantil	01	40h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil ou - Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil ou - Cursando a partir da 5ª fase ou período em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil, para os não habilitados ou - Ensino Médio na modalidade Magistério.	HABILITADO 40h R\$2.205,48 NÃO HABILITADO 40h R\$1.917,80
Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental	01	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais ou - Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Anos Iniciais ou - Cursando a partir da 5ª período/fase em Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais, para os não habilitados ou - Ensino Médio na modalidade Magistério.	HABILITADO 20h R\$1.102,74 NÃO HABILITADO 20h R\$958,90
AEE	01	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais ou - Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Anos Iniciais ou - Cursando a partir da 5ª período/fase em Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais, para os não habilitados ou - Ensino Médio na modalidade Magistério.	HABILITADO 20h R\$1.102,74 NÃO HABILITADO 20h R\$958,90
Professor de Matemática	01	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Matemática ou - Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Matemática ou - Cursando a partir da 5ª período/fase em Pedagogia com Habilitação em Matemática, para os não habilitados ou - Ensino Médio na modalidade Magistério.	HABILITADO 20h R\$1.102,74 NÃO HABILITADO 20h R\$958,90
Professor de Língua Portuguesa	02	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Língua Portuguesa ou - Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Língua Portuguesa ou - Cursando a partir da 5ª período/fase em Pedagogia com Habilitação em Língua Portuguesa, para os não habilitados ou - Ensino Médio na modalidade Magistério.	HABILITADO 20h R\$1.102,74 NÃO HABILITADO 20h R\$958,90
Professor de Ciências	01	30h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Ciências ou - Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Ciências ou - Cursando a partir da 5ª período/fase em Pedagogia com Habilitação em Ciências, para os não habilitados ou - Ensino Médio na modalidade Magistério.	HABILITADO 30h R\$1.654,11 NÃO HABILITADO 30h R\$1.438,35
Professor de Educação Física	01 01	20h30h	- Curso superior completo específico na disciplina com registro no Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional - Cursando a partir do 5º período/fase em Educação Física.	HABILITADO 20h R\$1.102,74 30h R\$1.654,11 NÃO HABILITADO 20h R\$958,90 30h R\$1.438,35
Professor de Arte	01	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Arte ou - Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Arte ou - Cursando a partir da 5ª período/fase em Pedagogia com Habilitação em Arte, para os não habilitados ou - Ensino Médio na modalidade Magistério.	HABILITADO 20h R\$1.102,74 NÃO HABILITADO 20h R\$958,90
Professor de Língua Inglesa, Professor de História, Professor de Geografia, Professor de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental	CR	10h20h 30h	- Curso superior completo específico na disciplina. - Ensino Médio completo. - Cursando a partir do 5º período/fase em Específico na disciplina.	HABILITADO 10h R\$551,37 20h R\$1.102,74 30h R\$1.654,11 NÃO HABILITADO 10h R\$479,45 20h R\$958,90 30h R\$1.438,35

ANEXO II - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

DATA	ATO
21/09/2015	Publicação do Edital
23/09/2015	Prazo para impugnações do Edital
21 a 25/09/2015	Período de Inscrições
29/09/2015	Publicação da lista de inscrições deferidas
01/10/2015	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
05/10/2015	Homologação das Inscrições
13/10/2015	Publicação da lista de classificação com nota da prova de títulos e tempo de serviço

15/10/2015	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
19/10/2015	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final dos aprovados
19/10/2015	Homologação do resultado final

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015 FICHA DE INSCRIÇÃO Nº			
DADOS PESSOAIS			
NOME			
CPF	RG	ÓRGÃO EXP. UF	DATA DE NASCIMENTO
ENDEREÇO			
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO/UF	CEP
E-MAIL UTILIZADO PARA FINS DE INSCRIÇÃO			
TELEFONE FIXO / CELULAR			
CARGO PRETENDIDO			
DECLARO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, QUE AS FOTOCÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO SÃO FIEIS ÀS VIAS ORIGINAIS, BEM COMO CONHEÇO E ESTOU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO.			
DATA E ASSINATURA DO CANDIDATO			
PROTOCOLO CANDIDATO			
NOME		Nº INSCRIÇÃO	

PORTARIA Nº 253/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 253/2015

EMPREGO PÚBLICO ESF Nº 01/2014

NOMEIA: o Sr. JULIANO ANTONIO LANÇANA, aprovado em Concurso Público de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 17 de agosto de 2015.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 255/2015

NOMEIA: a Sra. JUSSARA SPOLAOR, aprovada em Concurso Público nº 01/2015, para ocupar o cargo de Psicólogo CRAS, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 18 de setembro de 2015.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 256/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 256/2015

DESIGNAR: o funcionário efetivo AGAIRTO TACHINI SCHNEIDER, ocupante do cargo de Contador, para responder por atribuição específica - Coordenação dos trabalhos de elaboração e atualização das leis relativas ao PPA, LDO e LOA - percebendo um adicional de função no percentual de 50% (cinquenta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria nº 206/2015. Penha/SC, 18 de setembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 257/2015

DESIGNAR: o funcionário efetivo ALMIR ROGÉRIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de CONTADOR DE FUNDOS, para responder por atribuição específica – Operacionalização do e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão) Contabilidade – percebendo um adicional de função no percentual de 50% (cinquenta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria nº 208/2015. Penha/SC, 18 de setembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 387/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 387/2015 AO CONTRATO Nº 339/2015

Contratado (A) SABRINA APARECIDA ONEDA, fica prorrogado até 14/10/2015, a contar de 15/09/2015.

Penha/SC, 15 de setembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 26/2015

Fica rescindido o contrato nº 37/2015 PMP, firmado entre a Sra. ROSICLÉIA DOS SANTOS FELICIO e esta PREFEITURA, em 18 de fevereiro de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de setembro 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TP07/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2015 - PMP

Objeto: – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção do Centro Educacional Esportivo no bairro Gravatá, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 07/10/2015 às 09:00horas.

Abertura do Processo: 07/10/2015 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu

Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite – Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 18 de Setembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

TP08/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015 - PMP

Objeto: – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 07/10/2015 às 11:00horas.

Abertura do Processo: 07/10/2015 às 11:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 18 de Setembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

TP09/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2015 - PMP

Objeto: – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção de Creche Municipal no bairro Gravatá, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 07/10/2015 às 14:00horas.

Abertura do Processo: 07/10/2015 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 18 de Setembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

ATA P28/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 38/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA AS PREMIAÇÕES DOS CAMPEONATOS E EVENTOS MUNICIPAIS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO NO ANO DE 2015. Empresa VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ACRÍLICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 10.559.727/0001-67, no valor de R\$ 13.766,00. Data: 18/09/2015.

Petrolândia, 21 de setembro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 048/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 05/10/2015, licitação modalidade Pregão Presencial nº 048/2015. Objeto: Aquisição de uma Adubadeira. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/10/2015, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 17 de setembro de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 320, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 320, DE 17 DE setembro DE 2015.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA LUCELI APARECIDA PATRICIO BOLZANI.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora LUCELI APARECIDA PATRICIO BOLZANI, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 17 de setembro de 2015 a 16 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 17 de setembro de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL Nº 004/2015/CMDCA

EDITAL Nº 004/2015/CMDCA

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL constituída na forma da Resolução nº 005/2015/CMDCA:

I - Convoca os conselheiros de direitos e servidos públicos relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de Pomerode, no dia 04 de outubro de 2015, das 08h00min às 17h00min.

II - Torna pública a convocação dos servidores abaixo relacionados, para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Secretários na eleição do Conselho Tutelar de Pomerode, no dia 04 de outubro de 2015, das 08h00min às 17h00min.

III - No dia da eleição, os conselheiros e servidores deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 01 (uma) hora.

IV - Ficam desde já convocados os conselheiros e servidores para participar de reunião que se realizará no dia 21 de Setembro de 2015, às 16h00min, no endereço situado a Rua Hermann Weege, nº 111, Centro, nesta cidade, cujos objetivos são definir a seção em que cada um atuará e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração.

V – As horas de trabalho contarão como banco de horas, cabendo ao Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação autorizar e acompanhar o controle das mesmas.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA, MESÁRIOS E SECRETÁRIOS

MESA I

Nome	Função
Odair Alves Rosa	Presidente
Aline Natana Bublitz	Secretário
Raquel Nascimento	Mesário

MESA II

Nome	Função
Maria Carolina Mestre Vilaça	Presidente
André de Pauli	Secretário
Francisca dos Santos Figueiró	Mesário

MESA III

Nome	Função
Tiago Cardozo	Presidente
Cindimary dos Santos Lima	Secretário
João Antonio Negrello	Mesário

MESA IV

Nome	Função
Rafaela Westphal	Presidente
Franciele Gutknecht	Secretário
Roberto Maske	Mesário

ESCRUTINADORES

Nome	Função
Maria Carolina Mestre Vilaça	Presidente
Tiago Cardozo	Secretário
André de Pauli	Mesário

SUPLENTES

Rogério Ramos de Lima
Leila Carla Flohr
Miriam Daiana Voigt
Marcos Küster
Silvio Bodenmuller

Pomerode, 18 de Setembro de 2015.

Rudi Voigt

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 105 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 105 / 2015

Processo Administrativo n.º 078 / 2015.

Pregão Presencial n.º 038 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais) – Itens 01 e 02.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/09/2016.

Pomerode/SC, 15 de Setembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 106 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 106 / 2015

Processo Administrativo n.º 079 / 2015.

Pregão Presencial n.º 039 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: CONFEITARIA TORTEN PARADIES LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK E ALMOÇOS (ALIMENTAÇÃO) A SEREM DISPONIBILIZADOS EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$330.720,00 (trezentos e trinta mil e setecentos e vinte reais) – Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 17/09/2016.

Pomerode/SC, 17 de Setembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 15/2015

CONVÊNIO nº 15/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: CASA DA SOLIDARIEDADE. Objeto: Recuperar para a sociedade. Valor: R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais). Prazo: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 15 de setembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 018/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 018/2015/CMDCA

Dispõe sobre a Eleição dos Conselheiros Tutelares, Gestão 2016/2020, no Município de Pomerode, que ocorrerá no dia 04 de Outubro de 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de Setembro de 2015 e

CONSIDERANDO

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
- Lei nº 12.696, de 25 de Julho de 2012 que altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
- Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
- Lei Municipal nº 2.535, de 08 de Março de 2013 que altera a Lei Ordinária Municipal nº 1.962, de 09 de Março de 2007 e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1º - Normatizar a eleição dos Conselheiros Tutelares do município de Pomerode que ocorrerá no dia 04 de Outubro de 2015, no horário de 08h00min as 17h00min, no Teatro Municipal de Pomerode, situado a Rua Hermann Weege, nº 111, Centro, Pomerode.

CAPÍTULO I DA VOTAÇÃO

Art. 2º - O Processo de Escolha de Eleição dos Conselheiros Tutelares ocorrerá mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município.

Art. 3º - No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

Art. 4º - Poderão participar da escolha as pessoas maiores de 16 (dezesseis) anos que possuem título de eleitor inscrito no município até três meses anteriores a eleição.

Art. 5º - Para votar, o eleitor deverá apresentar o Título de Eleitor e/ou documento oficial com foto que comprove a sua identidade.

Parágrafo único: Os documentos oficiais para a comprovação da identidade são:

- a) Carteira de identidade
- b) Passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, inclusive carteira de categoria profissional reconhecida por lei;
- c) Certificado de reservista;
- d) Carteira de trabalho;
- e) Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 6º - O eleitor votará uma única vez em um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

CAPÍTULO II DAS MESAS RECEPTORAS

Art. 7º - Haverá 04 (quatro) Mesas Receptoras de Votos instaladas no local da eleição, classificadas por ordem alfabética.

Art. 8º - As mesas receptoras têm a atribuição de receber os eleitores, conferir se estes realmente possuem título e/ou documento de identidade válidos e/ou se encontram na relação de eleitores do município, fazendo-os assinar a lista de frequência/caderno de eleitores, entregando-lhes a cédula de votação assinada pelo secretário e presidente da mesa, após o término do período disponibilizado para votação, remeter a urna, devidamente lacrada, ao local determinado para a realização da apuração, além de lavrar a respectiva ata, com todas as ocorrências porventura verificadas, recolher e lacrar em envelope próprio as cédulas excedentes, lacrar e assinar as urnas sob sua responsabilidade e cumprir as demais determinações da Comissão Eleitoral.

Art. 9º - Os mesários e fiscais deverão observar se a urna a ser utilizada está devidamente lacrada com a assinatura dos componentes da Comissão Eleitoral, dos fiscais de candidatos que se fizerem presentes e do Promotor de Justiça.

Art. 10 - Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 11 - Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 12 - O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

Art. 13 - O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

Art. 14 - Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

Art. 15 - A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

Art. 16 - Os membros da mesa receptora deverão adotar as seguintes diligências:

- a) Verificar se o eleitor realmente tem legitimidade para votar,

aferindo se o seu título de eleitor está devidamente inscrito no município;
b) Convocar os fiscais para a abertura das urnas e verificar se os lacre encontram-se em perfeito estado;
d) Registrar em ata as intercorrências;
e) Registrar em ata o horário em que o promotor visitou a seção de votação;
f) Se houver necessidade de inutilização de cédulas de votação por erro do eleitor que solicitar nova cédula, registrar esse fato em ata. (conforme art. 129 Código Eleitoral) e guardar a cédula inutilizada em separado, nela grifando a expressão "INUTILIZADO" ou similar;
g) Fazer com que cada eleitor assine a lista de votantes, para que o número de votos corresponda ao número de eleitores que assinarem a lista de votantes. Se algum eleitor deixar de assinar, registrar o motivo em ata.

CAPÍTULO III DA CABINE DE VOTAÇÃO

Art. 17 - A cabine de votação deverá garantir o sigilo do voto, isolando o eleitor de maneira que possa exercer seu direito com total privacidade.

Art. 18 - Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

Art. 19 - Deve-se evitar que o eleitor ingresse na cabine de eleição acompanhado, ou registre seu voto por meio de fotografia, gravação ou qualquer outro meio.

CAPÍTULO IV DAS URNAS

Art. 20 - Será inserido o lacre na parte superior das urnas e dele devem constar as assinaturas dos Membros da Comissão Eleitoral, dos fiscais de candidatos que se fizerem presentes e do Promotor de Justiça, na sexta-feira (02/10/2015) anterior a eleição.

Art. 21 - No dia da escolha, por ocasião do início dos trabalhos, os mesários, na presença dos fiscais, romperão o lacre e iniciarão a votação, recebendo a primeira cédula.

Art. 22 - Ao final da votação, as urnas serão lacradas.

Art. 23 - O Presidente da Mesa Receptora de Votos tomará as seguintes providências, no que couber:

I - vedará a fenda da urna de lona com o lacre apropriado, rubricado por ele, pelos demais mesários e, facultativamente, pelos fiscais dos candidatos;

II - entregará a urna de lona e os documentos da votação ao Presidente da Junta Apuradora, mediante recibo em duas vias, com a indicação de hora, devendo aqueles documentos ser acondicionados em envelopes rubricados por ele e pelos fiscais dos candidatos que o desejarem.

Art. 24 - A Comissão Eleitoral receberá as urnas contendo as cédulas de votação, além das atas contendo o total de votos e outros registros, cédulas inutilizadas/não utilizadas e os cadernos de votação/listas de eleitores, para eventual conferência.

CAPÍTULO V DA APURAÇÃO

Art. 25 - As mesas apuradoras serão instaladas no mesmo espaço da votação, propiciando facilidade na fiscalização e no acompanhamento da contagem dos votos.

Art. 26 - O local de apuração deve permanecer com as portas abertas e possuir condições de franquear acesso pelo menos para os

candidatos, fiscais, representante do Ministério Público, advogados e outras pessoas interessadas.

Art. 27 - A mesa receberá 01 (uma) urna de cada vez para apurar os votos, assim como 01 (uma) planilha previamente elaborada e fornecida pela Comissão Eleitoral, destinada ao registro dos votos apurados.

Art. 28 - O primeiro passo será romper o lacre, retirar os votos existentes no interior e contar o número de cédulas.

Art. 29 - Finda a contagem, o número de cédulas deverá corresponder ao número de votantes informados na planilha própria pela mesa receptora de votos.

Art. 30 - Caso o resultado da contagem seja divergente, deverão ser novamente contadas as assinaturas constantes nos cadernos de votação, aplicando-se, por analogia, o disposto no art. 166, da Lei nº 4.737/65.

Art. 31 - O início da contagem dos votos por candidato ocorrerá somente após a decisão da Comissão de validar as falhas porventura existentes, no que tange a incompatibilidade do número de assinaturas em lista de registros com o número de cédulas a serem apuradas.

Art. 32 - Deve-se apurar se a incompatibilidade é decorrente de falha humana ou de fraude, e somente neste último caso entende-se pertinente a anulação dos votos ali contidos.

Art. 33 - Um dos membros da mesa apuradora fará a leitura da cédula (cantará o voto) e outros farão o registro em formulário próprio, de forma que, no final, a soma dos votos deverá ser igual ao total de cédulas.

Art. 34 - Os votos em mais de 01 (um) candidato ou que conttenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, para eventual conferência futura.

Art. 35 - Serão considerados inválidos os votos cuja cédula não esteja rubricada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa Receptora de votação ou não corresponderem ao modelo oficial, e os que por qualquer motivo tenham o sigilo violado.

Art. 36 - Em caso de dúvida quanto ao cômputo ou não do voto deverá ser a Comissão Eleitoral chamada a deliberar sendo a decisão tomada no ato, por maioria.

Art. 37 - Concluída a apuração da urna, os votos serão colocados novamente em seu interior, e ela será, mais uma vez, lacrada e entregue à Comissão Eleitoral, juntamente com a planilha de totalização, para armazenamento em local seguro, até o momento em que não houver mais recursos a serem julgados, inclusive eventuais demandas judiciais que questionem a legalidade do pleito.

Art. 38 - Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral depois de ouvida o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

Art. 39 - É facultado à Comissão Eleitoral, antes da decisão, colher parecer oral junto ao Procurador do Município ou servidor designado para prestar-lhe assessoria jurídica (que deverá permanecer à sua disposição durante todo desenrolar do pleito, até o encerramento dos trabalhos de apuração de votos).

Art. 40 - As decisões da Comissão Eleitoral serão publicadas, ainda que de forma resumida (extrato), no próprio local de apuração

(sem prejuízo de sua posterior publicação pelos meios oficiais e arquivamento, junto com os demais atos do CMDCA), com a imediata comunicação do Ministério Público.

Art. 41 - Apuradas todas as urnas, a Comissão Eleitoral receberá o resultado das planilhas de apuração e, não havendo impugnações ou recursos, fará a totalização dos votos por candidato, lavrando a ata respectiva e efetuando a declaração dos eleitos.

CAPÍTULO VI DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 42 - O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e Diário Oficial dos Municípios, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

Art. 43 - Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 2º - O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 44 - A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

Art. 45 - Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

Pomerode, 18 de Setembro de 2015.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 019/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 019/2015/CMDCA

Dispõe sobre a propaganda eleitoral através de meios eletrônicos, para a Eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Pomerode, que ocorrerá no dia 04 de Outubro de 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de Setembro de 2015 e

CONSIDERANDO o exposto no item 3.4.3 DA PROPAGANDA ELEITORAL do Edital CMDCA nº 001/2015.

RESOLVE

Art.1º - De que a campanha eleitoral por via online, em sua própria página da internet está permitida, desde que observadas as proibições constantes no item 3.4.3 do Edital CMDCA nº 001/2015.

Art.2º - Especificamente no sítio eletrônico denominado FACEBOOK, a foto de perfil do candidato não implica em infração ao presente certame, em razão de que é proibido o uso de foto no santinho do candidato que o identifique, aplica-se, por analogia, o mesmo entendimento às publicações dos "santinhos online" nesta rede social (facebook) e em sua própria página, nos termos do item 3.4.3 do Edital CMDCA nº 001/2015.

Art.3º - No tocante a interpretação do constante no item 3.4.1.2 do Edital CMDCA nº 001/2015, a mesma é realizada de forma sistemática, ou seja, levando em consideração o contexto do Edital CMDCA nº 001/2015, bem como as orientações emanadas do Grupo de Trabalho Nacional sobre o Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares da Secretaria de Direitos Humanos, diante disto, caso conste no santinho e/ou meios eletrônicos a divulgação do local da votação e horário, frase de efeito sem cunho persuasivo ou imagem que não reforce a figura do candidato, tais ocorrências não implicam em infração às proibições do item 3.4.3 do Edital CMDCA nº 001/2015.

Art.4º - Toda infração cometida pelos candidatos é processada e julgada pela Comissão Eleitoral Especial do CMDCA, em suas atribuições conferidas pela legislação vigente, cabendo somente a este órgão decidir acerca de eventual ilegalidade e punição de candidatos infratores, em conformidade com o item 3.4.5 do Edital CMDCA nº 001/2015.

Art.5º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos desde o dia 07/08/2015.

Pomerode, 18 de setembro de 2015.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 020/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 020/2015/CMDCA

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos e respectivos fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e sobre o procedimento de sua apuração.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de Setembro de 2015 e

Considerando que o art. 7º, §1º, letra "c", da Resolução CONANDA nº 170/14, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(às) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es);

Considerando ainda, que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos,

RESOLVE

Art. 1º - A campanha dos(as) candidatos(as) a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos(as) candidatos(as) habilitados(as) no Processo de Escolha e será encerrada a meia noite da véspera do dia da votação.

Art. 2º - Serão consideradas condutas vedadas aos(às) candidatos(as) devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2015 e aos seus prepostos:

1.) Da Propaganda

a.) oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

b.) perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
c.) fazer propaganda por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
d.) prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;
e.) caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
f.) fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
g.) colocar propaganda de qualquer natureza em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
h.) fazer propaganda mediante outdoors, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retirada da propaganda irregular.

2.) Da campanha para a escolha

a.) confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(à) eleitor(a);
b.) realizar showmício e evento assemelhado para promoção de candidatos(as), bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
c.) utilizar trios elétricos em campanha, exceto para a sonorização de anúncio de comícios;
d.) usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
e.) efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita;
f.) contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.

3.) No dia do processo de escolha

a.) usar alto-falantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreatas;
b.) arregimentar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;
c.) até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
d.) fornecer aos(às) eleitores(as) transporte ou refeições;
e.) doar, oferecer, prometer ou entregar ao(à) eleitor(a), com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);
f.) padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos(as) seus(-suas) respectivos(as) fiscais.

4.) Das Penalidades

Art. 3º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº

8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

5.) Do Procedimento de Apuração das Condutas Vedadas

Art. 4º - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

Parágrafo único - Cabe à Comissão Eleitoral do CMDCA registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

Art. 5º - No prazo de 24 horas dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(à) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Parágrafo único - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral do CMDCA, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º - A Comissão Eleitoral do CMDCA poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, § 3º, inciso II, da Resolução CONANDA nº 170/14).

§ 1º - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§ 2º - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§ 3º - Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

Art. 7º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

§ 1º - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14);

§ 2º - No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 6º, §§ 1º a 3º da presente Resolução.

Art. 8º - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado será excluído da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

Art. 9º - O(A) representante do Ministério Público, tal qual determina o art. 11, § 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Eleitoral do CMDCA e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Art. 10 - Os prazos previstos no art. 3º seguirão a regra do art. 172 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 5.869, de 11/01/1973), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 06 (seis) às 20 (vinte) horas.

6.) Da Publicidade desta Resolução

Art. 11 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

Parágrafo único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos endereços eletrônicos e

locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha;

Art. 12 - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA fará reunião com eles(as) do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

Parágrafo único - Em cada uma dessas reuniões, será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) candidatos(as) a Membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, §6º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/14).

7.) Da Disposição Transitória

Art. 13 - Quando da vigência da Lei Federal nº 13.105, de 16/03/2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil, o mencionado dispositivo legal indicado no art. 3º desta Resolução será substituído pelo art. 212.

Pomerode, 18 de setembro de 2015.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

CÂMARA MUNICIPAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Pomerode

Comissão de finanças e orçamentos

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data da Realização

30 de setembro de 2015 às 8H00MIN

Local

Câmara municipal, na SUA SEDE NA avenida 21 de janeiro, 1777, centro, Pomerode.-SC

Objeto

APRESENTAÇÃO, EXAME, AVALIAÇÃO e deliberação relativa AO DEMONSTRATIVO E CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Pomerode, 17 de setembro de 2015.

RAFAEL FUETZENREITER

Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**DECRETO MUNICIPAL 2.984/2015**

DECRETO nº 2.984, de 17 de Setembro de 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, inciso I e Artigo 12º da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014 e o Artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 102.650,00 (Cento e Dois Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais) por fonte de recurso do Excesso de Arrecadação da Unidade Gestora SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE, conforme prevê o Artigo 9º, inciso I e Artigo 12º da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 4.320 de 17/03/64, destinado ao seguinte Programa e Dotação abaixo discriminado.

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade:004.0122.0080.2056–Manutenção dos Serviços Administrativos.

Modalidade de Aplicação: 3390- Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 01340800 – Convênio FUNASA R\$ 102.650,00

TOTAL R\$ 102.650,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 17 de Setembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO – 002/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão– 002/2015 FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: A Contratação de empresa especializada em locação de banheiros container para a 3ª Festa do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:00 horas do dia 30/09/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 12:01 horas do dia 30/09/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de setembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO – 004/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão– 004/2015 FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de software e hardware para controle de caixa a fim de atender a 3ª Festa do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 16:00 horas do dia 30/09/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 16:01 horas do dia 30/09/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de setembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO – 003/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão– 003/2015 FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança/vigilância desarmada; brigadista e serventes de limpeza para atender a 3ª Festa do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 30/09/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 30/09/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de setembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 018/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 132/2015

Extrato de Edital de Tomada de Preços 018/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para execução da conclusão da obra denominada "Parque Turístico Morro da Cruz", composto por estacionamento, mirante, passeios e iluminação paisagística, com área de 1.808,93 metros quadrados, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 09 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 691/2015 - RH

PORTARIA Nº 691, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria n.º 094, de 01 de fevereiro de 2013, que designa o servidor efetivo Carlos Henrique Serrer, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Compras e Licitações da Saúde.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2015

EXTRA TO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e Decreto nº 5.450/05, leva ao conhecimento de quem possa interessar que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, no dia 02 de outubro de 2015, às 08h30min (oito horas e trinta minutos), através do site www.cidadecompras.com.br que tem como objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, referente a kit de fenação e colhedora de forragens, atendendo ao Contrato de Repasse nº 804806/2014/Mistério do Desenvolvimento Agrário/Caixa, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Presidente Castello Branco (SC), objetivando a execução de ações relativas ao MDA PRONAT, contendo no Anexo I do presente Edital especificações de cada lote e preços máximos admitidos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº39/2015 PASSEIO DE RUAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

TOMADA DE PREÇOS Nº39/2015

O Município de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 07/10/2015 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, TOMADA DE PREÇOS do tipo Menor preço pelo total geral, visando a PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DESEMBARGADOR ERICO TORRES, MATILDE SCHAEFFER E 22 DE JULHO contrato de repasse 1017289-62/2014, convênio 809574 . O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal. Edital na integra no DOM Diário Oficial dos Municípios.

Presidente Nereu, 04 de setembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF Nº 54/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF Nº 54/2015, de 17 de setembro de 2015.

“ALTERA O DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/2015 QUE DISPÕE SOBRE OS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PARA A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU.”

O Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições prevista no Manual de Funções, instituído pelo Decreto nº 412/96 e no Artigo 21 e seus incisos, do Código Tributário Municipal, estabelecido pela Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Altera a redação do inciso III do Art. 1º da Instrução Normativa nº 52/2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“III – Entidades Filantrópicas, Associações/Agremiações Desportivas ou Culturais, Clubes Sociais e ou de Campo, Sindicatos Patronais, Hospitais e Casas de Saúde:

a) Recibo Anual de Informações Sociais – positiva ou negativa referente ao último exercício financeiro;

b) Cartão de CNPJ;

Parágrafo Único: As entidades Filantrópicas deverão apresentar o atestado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social.”

:

Art. 2º – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de setembro de 2015.

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto

Secretário Municipal da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 5.637, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 5.637, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais e dá outras providências.

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL. Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Municipal, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatório o reaproveitamento de água pluvial em todas as escolas públicas municipais da cidade de Rio do Sul.

Art. 2º A implantação do sistema de reaproveitamento de água pluvial cabe à Secretaria de Planejamento e à Secretaria da Educação, em parceria com a comunidade escolar.

§ 1º Os projetos de construção de novas unidades escolares deverão contemplar os meios necessários para a promoção do previsto no art. 1º desta Lei.

§ 2º Nas unidades escolares já construídas e em funcionamento, os órgãos competentes apresentarão cronograma para a adequação das instalações aos previsto nesta Lei.

Art. 3º O funcionamento do sistema de captação de água pluvial terá a participação obrigatória de todos os alunos e funcionários da rede de escolas públicas municipais da cidade de Rio do Sul para o êxito deste projeto.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de setembro de 2015.

ZELI DA SILVA

PORTARIA Nº 865/2015

PORTARIA No 865, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Gozo Remanescente de Férias a Servidora Sandra Regina Orlando

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 30 de setembro a 09 de outubro de 2015, em complemento ao período remanescente referente a 2014 – 2015, de acordo com a Portaria nº 804, de 02 de dezembro de 2014, a servidora Sandra Regina Orlando, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio do Sul, 17 de setembro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 866/2015

PORTARIA No 866, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Gozo Remanescente de Férias a Servidora Jenifer Aline Passing

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 13 a 27 de outubro de 2015, em complemento ao período remanescente referente a 2014 – 2015, de acordo com a Portaria nº 803, de 02 de dezembro de 2014, a servidora Jenifer Aline Passing, Atendente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio do Sul, 17 de setembro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO Nº 53/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Processo nº: 10/2014

Espécie: Contrato de locação de equipamento nº 53/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Air Liquide LTDA

Objeto: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços de oxigenoterapia domiciliar para atender necessidades dos pacientes atendidos pelo departamento de enfermagem do Fundo Municipal de Saúde, conforme pregão presencial 10/2014, de 21/05/2014.

Amparo Legal: Lei Federal nºs 8.666, de 21/06/1993

Valor: R\$ 398,98 (trezentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos) por locação.

Data da Assinatura: 23/06/2015

Signatários: Luiz Carlos Zanis, Contratante, e Kleber Marcondes de Mello, Contratada.

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.714 DE 21 DE AGOSTO DE 2015. NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO – CMDet.

DECRETO Nº 2.714 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO – CMDet.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com a Lei Municipal nº 823, de 30 de janeiro de 1996, c/c o Decreto nº 1.121, de 31 de janeiro de 1996;

DECRETA,

Art.1º. Nomear, para membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico - CMDet, pelo prazo de 02 (dois) anos, os cidadãos abaixo relacionados, na qualidade de representantes das seguintes Entidades:

I. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Titular: Pedro Claudino dos Santos Junior

Suplentes: Jessica Figurski e Carlos Luiz Zanella

II. REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: Anilda Busarello Moser

Suplentes: Antonio Zoboli e Cássio Luiz Berri

III. REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – ACIMVI – RIO DOS CEDROS:

Titular: Arno César Maiola

Suplentes: Jeferson Dalton da Silva e Nilson Dallabrida

IV. REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIO DOS CEDROS:

Titular: Mauro Nardelli

Suplentes: Arno Depin e Gilberto Busarello

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 21 de Agosto de 2015

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,

Aos 21 de Agosto de 2015.

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.715, DE 21 DE AGOSTO DE 2015. NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CMSB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.715, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CMSB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 46 da Lei Ordinária nº 1.574, de 18 de abril de 2008;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear, os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, instituído pela Lei Municipal nº 1.574, de 18 de abril de 2008:

I. REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:

TITULAR: Marineusa Hoffmann

SUPLENTE: Tarcísio José Campestrini

b) Representantes da Secretaria de Obras:

TITULAR: Arno Lenzi

SUPLENTE: Adelir Carlos Lorenz

c) Representantes da Diretoria de Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio ambiente:

TITULAR: Reinoldo Stein

SUPLENTE: Pedro Claudino dos Santos Junior

d) Representantes da Secretaria de Fazenda:

TITULAR: Dílson Dalpiaz

SUPLENTE: Bruna Luiza Patricio

II. REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da Vigilância Sanitária:

TITULAR: Ronaldo de Souza Martins

SUPLENTE: Helder Rodrigues da Silva

b) Representantes da Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros:

TITULAR: Nélio Luiz Seibel

SUPLENTE: Jaime Luiz Visentainer

TITULAR: Euzeu Lazzarini

SUPLENTE: Vitor Agostini

III. REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES:

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

TITULAR: Arno Depim

SUPLENTE: César Luiz Giovanella

TITULAR: Ivo Schuster
SUPLENTE: Zelindo Maurizenz

b) Representantes do Comércio e Indústria:

TITULAR: Osmar Antonio Tomelin
SUPLENTE: João Lino Gonçalves

TITULAR: Darcio Menestrina Gonçalves da Cruz Júnior
SUPLENTE: Luiz Carlos Maiola

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº2.421 de 20 de abril de 2009.

Município de Rio dos Cedros, 21 de agosto de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 21 de agosto de 2015.
MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

EXTRATO DO CT. Nº140/ 2015 - ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA MEI

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.
Rio dos Cedros, 11 de setembro de 2015.

CT. Nº140/ 2015
DATA: 11/09/2015
CONTRATO: ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA MEI
OBJETO: É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA
INÍCIO: 11/09/2015
TÉRMINO: 04 (quatro) meses
VALOR: R\$3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 082/2015

DECRETO Nº 082, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015
APROVA O REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO - JARI.

O PREFEITO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 23, I, "a" e 88, VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 11 de abril de 2001 e, em cumprimento às determinações legais contidas nos artigos 3º e 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 18 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI, órgão colegiado, integrante do Sistema Nacional de Trânsito, funcionará junto ao Órgão Executivo de Trânsito, cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância dos preceitos dispostos no Código de Trânsito Brasileiro- CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 2º. Compete à JARI:

- I - analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II - solicitar ao Órgão Executivo de Trânsito, quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma análise mais completa da situação recorrida;
- III - encaminhar ao Órgão Executivo de Trânsito informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

CAPÍTULO III

Das atribuições dos membros da JARI

Art. 7º. São atribuições do presidente da JARI:

- I - convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;
- II - solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberações da JARI;
- III - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;
- IV - resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;
- V - comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;
- VI - assinar atas de reuniões;
- VII - fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 8º. São atribuições dos membros da JARI:

- I - comparecer às sessões de julgamento e as reuniões convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pelo responsável pela Coordenação da JARI;
- II - justificar as eventuais ausências;
- III - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;
- IV - discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;
- V - solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;
- VI - comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;
- VII - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

Art. 9º. As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo, bimestralmente, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 10. As deliberações serão tomadas com a presença dos três membros da JARI, cabendo a cada um, um único voto.

Parágrafo Único. Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 11. Os resultados do julgamento dos recursos serão obtidos por maioria simples dos votos.

Art. 12. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

- I - abertura ;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - apreciação dos recursos preparados;
- IV - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;
- V - encerramento.

Art. 13. Os recursos apresentados a JARI deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 14. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 15. Em hipótese alguma será admitida a sustentação oral do recurso em pauta de julgamento.

CAPÍTULO V

Do Suporte Administrativo

Art. 16. A JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

- I - secretariar as reuniões da JARI;
- II - preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;
- III - manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;
- IV - lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;
- V - publicar no Diário Oficial dos Municípios – DOM o extrato das atas de julgamento;
- VI - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando o que for necessário;
- VII - verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI,

numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;
VIII - prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

CAPÍTULO VI

Dos Recursos

Art. 17. O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 18. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no § 3º, do artigo 285, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 19. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

I - qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone e/ou endereço eletrônico (e-mail);

II - dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo Órgão Executivo de Trânsito;

III - características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo ou Auto de Infração de Trânsito - AIT, se este for entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;

IV - exposição dos fatos e fundamentos do pedido;

V - documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 20. A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§ 1º. Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima.

§ 2º. A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 21. O Órgão que receber o recurso deverá:

I - examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;

II - verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;

III - observar se a petição se refere a uma única penalidade;

IV - fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;

V - autuar o recurso e encaminhá-lo a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

Art. 22. Das decisões da JARI caberá recurso para ao Conselho Estadual de Trânsito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação ou da notificação da decisão.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 23. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o Órgão Executivo de Trânsito examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 24. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Órgão Executivo de Trânsito.

Salto Veloso, 18 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 014, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 014, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI:

I – Nome:

Suplente:

II - Nome:

Suplente:

III - Nome:

Suplente:

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. A presidência da JARI será exercida por Camilo Dornelles servidor responsável pelo Órgão Executivo de Trânsito de Salto Veloso - ORTSVEL, conforme Portaria nº. 013.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 18 de setembro de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário de Administração e Finanças

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº238/2015 - DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, para realizar o transporte de servidor, nos dias 16 a 18 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o veículo PEUGEOT 408 ALLURE BVA Placas MLZ7604, de propriedade do Município, a partir das 12:00h do dia 16 de setembro de 2015 até às 24:00h do dia 18 de setembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº239/2015 - DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº239/2015 - DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera a Servidora Pública Municipal ADRIANA DIAS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 30 de setembro de 2015, a Servidora ADRIANA DIAS, nomeada através do Decreto Nº089/2013 de 04 de março de 2013, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Grupo 06, Código 06.05, Nível CC-5 da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto

correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº241/2015 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo ao Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pelo Fundo Municipal de Saúde, para realizar o transporte de pacientes, no dia 15 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pelo Fundo Municipal de Saúde, o veículo Renault Master Tur Placas MMJ 0646, de propriedade do Município, a partir das 12:00h até às 20:00h do dia 15 de setembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº237/2015 – DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº237/2015 – DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$1.900,00 (Hum mil e novecentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.013 – Manut.das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 – Manut.das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.900,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº240/2015 – DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº240/2015 – DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil

reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02 -Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de Setembro de 2015.

Tadeu Paulo Toazza

Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

EDITAL 94/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 112/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 94/2015.
Objeto: Aquisição de material didático para utilização de alunos e professor nas salas de aula da Escola Pequeno Cidadão.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01 de outubro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01 de outubro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 17 de setembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº093/2015 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº093/2015 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede folga do serviço público municipal ao Servidor Público Municipal DOMINGOS SEVERINO SPONCHIADO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do

Município de Santiago do Sul e de conformidade com o parágrafo único do Art.57 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Municipal N.009/2011, de 07 de novembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** ao Servidor Público Municipal DOMINGOS SEVERINO SPONCHIADO, ocupante do Cargo de CONTADOR, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 11 (onze) dias de folga do serviço público municipal, a saber: Dia 11/09/2015, no período de 14 à 18/09/2015, no dia 21/09/2015 e no período de 05 à 08/10/2015.

Art. 2º As folgas são concedida para compensação das horas executadas de forma extraordinária pelo Servidor, conforme Termo de Compensação de Horas, datado de 20/01/2015 (40 horas) e Termo de Compensação de Horas, datado de 23/02/2015 (48 horas), perfazendo o total de 88 horas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº094/2015 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº094/2015 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora DAIANE GUEDES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a Servidora DAIANE GUEDES, CONSELHEIRA TUTELAR, com carga horária de 20 horas, nomeada através do Decreto Nº028/2015 de 03 de fevereiro de 2015, lotada no Gabinete do Prefeito/Conselho Tutelar, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme – CID Z30.2 – Esterilização, ou seja, no período de 31 de agosto de 2015 a 29 de setembro de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec.Administração

PORTARIA Nº095/2015 - DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº095/2015 - DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora ANA PAULA DELAI PACASSA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a Servidora ANA PAULA DELAI PACASSA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, no período de 14 de setembro de 2015 a 28 de setembro de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec.Administração

PORTARIA Nº 096/2015 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 096/2015 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, nomeia Comissão Especial e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 116 e seguintes da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com o objetivo de apurar, avaliar e levantar outras informações relevantes, bem como apurar os possíveis responsáveis, sobre os fatos que envolvem supostas irregularidades nas despesas com o equipamento Caminhão Caçamba F1400, placa LYN 3016, patrimônio nº 805, ano 1988 de propriedade do Município, nos anos de 2014 e 2015, assim como as despesas com os demais equipamentos objeto de questionamento da Câmara Municipal de Vereadores conforme Ofício nº 071/2015 anexo, nomeando comissão especial para conduzir os trabalhos, composta pelos seguintes membros:

- I – Vanderlei Paulo Backes – Presidente;
- II – Odair José Prati – Membro;
- III – Vanderli José Pedrotti – Membro;
- IV – Tatiane Chimello– Membro.

Art. 2º A Comissão nomeada deverá concluir os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, oportunizando ampla defesa aos possíveis envolvidos.

Art. 3º Os serviços da Comissão ora instituída, são considerados de caráter relevante, não sendo atribuído aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 089/2015 de 08 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE.

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE.

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 097/2015 - DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 097/2015 - DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre autorização e itinerário para o transporte de eleitores.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar transporte público para eleitores residentes no interior do município, no dia 04 de outubro de 2015, data que será realizada a Eleição Unificada para escolha dos Conselheiros Tutelares, sendo como único local de votação a Escola Municipal Pequeno Cidadão. O itinerário do transporte disponibilizar-se-á da seguinte forma:

I - Linha Santa Rosa – Linha Caçador – Linha Bresolin – Barra do Leão

(Pavilhão Comunidade) (Ponto ônibus) (Estrada Geral) (Estrada Geral)

Veículo: Ônibus Placa MLF-4777 – Motorista: Valdecir Antonio Saretto

Saída de Santiago às 8h00 e às 13h00 – retornando no momento em que todos tiverem votado.

II - Linha Madógllo – Linha Progresso – Linha Molossi: Estrada Geral

Veículo: Ônibus Placa MKW-6906 – Motorista: Lindones Gentilini

Saída de Santiago às 8h00 e às 13h00, retornando no momento em que todos tiverem votado.

III - Linha Stefanos: Estrada Geral

Veículo: Transit Placa MIC-3116 - Motorista: Edemilso Menegat

Saída de Santiago às 8h00 e às 13h00, retornando no momento em que todos tiverem votado.

IV - Linha Picoli – Travessa para Linha Madógllo: Estrada Geral

Veículo: Master Placa MMJ-0646 – Motorista: Leimar Gentilini

Saída de Santiago às 8h00 e às 13h00, retornando no momento em que todos tiverem votado.

VI - À disposição do CMDCA e Comissão Eleitoral.

Veículo: Corsa Classic Placa MLV-1436

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1076/2015

PORTARIA Nº 10076, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – RITO SUMÁRIO E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 150 e 154 da Lei Municipal nº 228/2001, nos termos nos arts. 149, 159 e 160 da mesma Lei, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 5383/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída, em princípio, ao servidor público S. G., matrícula funcional nº 34327, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 5383/2015, supostamente, não compareceu ao trabalho e não justificou a sua ausência no período de 11 de dezembro de 2014 a 10 de julho de 2015, além de ter faltado ao trabalho, sem apresentar justificativas, por mais 69 (sessenta e nove) dias úteis no período de 13 de agosto de 2014 a 09 de dezembro de 2014, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 143, incisos II – ABANDONO DE CARGO e III – INASSIDUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis da penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

- I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320
- II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500
- III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 144 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 15 (quinze) dias, nos termos legais.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 027/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 027/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Bancários de Nº 017/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO DO BRASIL S.A., conforme Dispensa de Licitação nº 009/2014, de 01 de abril de 2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 017/2014, que consiste na Prestação de Serviços relativos à Emissão e Administração de Cartão de Pagamento para utilização pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA do Município de São Bento do Sul, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços.

Considerando o Item 2º do Termo Aditivo nº 012/2015, o qual incluiu a Cláusula – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Luiz Neri Pereira como Fiscal do referido Contrato. Porém, tendo em vista que o Sr. Luiz Neri Pereira é o novo Presidente da Fundação Municipal de Desportos, ou seja, é o Gestor de todos os Contratos, outro Servidor será designado como Fiscal, para tanto faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Termo Aditivo nº 012/2015, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pela Servidora Municipal GISELI AUGUSTIN CORREIA, lotada na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.979, portadora do CPF nº 004.955.209-00 e na impossibilidade desta, por outro servidor designado para substituí-lo.

A servidora acima designada anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência da servidora nomeada deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso a fiscal do contrato acima designada entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de abril de 2014, e no Termo Aditivo nº 012/2015 permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

BANCO DO BRASIL S.A., como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 028/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 028/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Nº 014/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA EXPRESSO SABIÁ EIRELI - ME, conforme Pregão Presencial nº 007/2015, de 25 de março de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 014/2015, que consiste na Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível, para transportar os Atletas da Fundação Municipal de Desportos, no ano de 2015.

Considerando a Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Luiz Neri Pereira como Fiscal do referido Contrato. Porém, tendo em vista que o Sr. Luiz Neri Pereira é o novo Presidente da Fundação Municipal de Desportos, ou seja, é o Gestor de todos os Contratos, outro Servidor será designado como Fiscal, para tanto faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pela Servidora Municipal GISELI AUGUSTIN CORREIA, lotada na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.979, portadora do CPF nº 004.955.209-00 e na impossibilidade desta, por outro servidor designado para substituí-lo.

A servidora acima designada anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência da servidora nomeada deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso a fiscal do contrato acima designada entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

EXPRESSO SABIÁ EIRELI - ME, como Contratada.

LEI Nº 3582/2015

LEI Nº 3582, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DENOMINA RUA ROMILDA TAMANINI PARALELA DA AV. JOSÉ GROSSI LOTEAMENTO ROMÊNIA 1

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Rua ROMILDA TAMANINI, área localizada no Bairro Rio Negro, sendo uma paralela da Av. José Grossi, com extensão de 106 metros e com 15 metros de largura, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3583/2015

LEI Nº 3583, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DENOMINA RUA TEREZA RANK LATERAL DA AV. JOSÉ GROSSI LOTEAMENTO ROMÊNIA 1

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Rua TEREZA RANK, área localizada no Bairro Rio Negro, sendo uma lateral da Av. José Grossi, com extensão de 113 metros e com 15 metros de largura, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10085/2015

PORTARIA Nº 10085, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Corrige Portaria nº 10000/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 439/2015, o qual relata erro material do Departamento de Recursos Humanos na solicitação de emissão de portaria para nomeação de ANELISE DE MORAES OLIVEIRA,

Considerando o princípio da autotutela,

RESOLVE:

CORRIGIR, a partir de 09 de setembro de 2015, a Portaria nº 10000/2015, que nomeou servidora pública municipal ANELISE DE MORAES OLIVEIRA, no tocante ao cargo, passando de "Assistente Administrativo" para "Bibliotecário".

São Bento do Sul, 16 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Carlos

PREFEITURA

Lei Municipal nº 1775/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1775/2015, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo municipal autorizado a fazer a permissão de uso de bem público à Associação de Proteção da Água e da Natureza do Rio Uruguai – APRANRU, inscrita no CNPJ sob nº 04.761.009/0001-76, consistente em sala existente o segundo piso, parte oeste do prédio edificado sobre o imóvel formado pela parte maior do Lote Urbano nº 04 e parte maior do Lote Urbano nº 03, o qual está matriculado no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos sob o nº 3.084.

Art. 2º. A permissionária poderá utilizar o bem público exclusivamente para abrigar a sua sede administrativa e na consecução dos seus objetivos sócias, tais como a realização de reuniões, trabalhos com associados, cursos, atendimentos a agricultores, pescadores e público em geral e demais atividades relacionadas à área de atuação da permissionária.

Art. 3º. A permissão será gratuita, ficando a permissionária obrigada a manter o bem em perfeito estado de manutenção e conservação, além de efetuar o pagamento das despesas de energia elétrica, água e demais serviços necessários ao bom uso do bem público.

Art. 4º. A permissão será documentada em termo próprio, no qual poderão ser acordadas outras avenças, sempre visando ao bem desempenho das atribuições da permissionária e observado o interesse público.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos, SC, 11 de setembro de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

SUIMAR LUIZ WICKERT

Chefe de Gabinete

Lei Municipal nº 1776/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 1776/2015, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento LOCAL do município de SÃO CARLOS, INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Local de São Carlos, como órgão colegiado de caráter consultivo, que tem por

objetivo articular políticas de desenvolvimento urbano e rural do Município de São Carlos.

Art. 2º - O Conselho de Desenvolvimento Local de São Carlos assume a função de organismo de representação do poder público e da sociedade civil na gestão das políticas de desenvolvimento do Município de São Carlos.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O de Desenvolvimento é formado pelo Prefeito Municipal que o preside, e por mais 15 (quinze) conselheiros titulares, e igual número de conselheiros suplentes, mediante uma composição tripartite, sendo: um terço dos representantes do poder público; um terço dos representantes da sociedade civil (associações de bairros/moradores, clubes de serviços, sindicatos, e entidades civis); e um terço dos setores produtivos (indústria, comércio, serviços, e associações técnico-profissionais).

§ 1º - Os Conselheiros escolherão, dentre eles, o Vice-Presidente, pelo mandato de 02 (dois) anos, para substituir o Presidente em caso de falta, impedimento ou vacância, sendo vedada a recondução.

§ 2º - O Presidente, e o Vice-Presidente quando no exercício da Presidência, somente votarão pareceres e resoluções quando houver empate nas votações pelos demais conselheiros.

Art. 4º - São conselheiros titulares, representantes das seguintes áreas, sendo respeitada a mesma indicação para conselheiros suplentes

I - 5 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, sendo:

a) 4 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal;

b) 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

II - 5 (cinco) representantes da sociedade civil, sendo:

a) 1 (um) representante das instituições de ensino técnico/superior estabelecidas no município de São Carlos;

b) 1 (um) representante dos Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura Familiar;

c) 1 (um) representante do Clubes de Serviços e voluntários;

d) 1 (um) representante da OAB com atividade no Município de São Carlos;

e) 1 (um) representante dos Engenheiros Civis/Arquitetos estabelecidos no Município.

III - 5 (cinco) representantes dos setores produtivos, sendo:

a) 3 (três) representantes da ACISC - Associação Comercial e Industrial de São Carlos, sendo:

1. 1 (um) representante do setor comercial;

2. 1 (um) representante do setor industrial;

3. 1 (um) representante do setor de serviços;

b) 1 (um) representante das pequenas Cooperativas/Agro Indústrias de São Carlos;

c) 1 (um) representante de Associações do Produtores Rurais de São Carlos ;

§ 1º - O mandato dos Conselheiros será de dois anos, podendo ocorrer recondução dos mesmos por mais dois anos.

§ 2º - O exercício da função de Conselheiro será de caráter voluntário, sem remuneração, sendo considerada serviço de natureza relevante.

§ 3º - É facultada à entidade ou organização a substituição de seu representante a qualquer momento, mediante justificativa pertinente e acatada pelo Conselho de Desenvolvimento Local.

CAPÍTULO III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 5º - Os Conselheiros, titulares e suplentes, serão nomeados

através de Decreto do Poder Executivo, para o prazo de 2 (dois) anos, de conformidade com os segmentos elencados no artigo 4º desta Lei.

Art. 6º - A escolha dos Conselheiros obedecerá aos procedimentos específicos para cada área, conforme segue:

§ 1º - Os representantes titulares e suplentes do poder público serão designados pelas respectivas instâncias de poder.

§ 2º - Os representantes da sociedade civil e dos setores produtivos designarão seus respectivos representantes titulares e suplentes ao Conselho de Desenvolvimento Local mediante atos previstos em seus estatutos e/ou regimentos internos, após ato convocatório publicado pelo Presidente do Conselho de Desenvolvimento Local.

§ 3º - Os representantes, titulares e seus suplentes, de 06 (seis) entidades civis não-governamentais previstas no artigo 4º desta Lei, serão escolhidos em Fórum próprio.

I – O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Local publicará 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos conselheiros, o Edital para cadastramento das entidades;

II – O cadastramento das 06 (seis) entidades deverá ser concluído até 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos conselheiros;

III – Findo o prazo para cadastramento das entidades, será publicado pelo Presidente do Conselho de Desenvolvimento Local, o Edital para escolha dos conselheiros, mediante convocação dos segmentos interessados.

IV – O edital previsto no inciso III anterior fixará:

a) data, horário e local para realização do Fórum;

b) forma de credenciamento e comprovação de representação.

V – O Fórum previsto no § 3º serão instalados em horário previamente estabelecido no Edital, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) das entidades, ou, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de entidades cadastradas, conforme procedimento adiante:

a) Designação de Comissão de Eleição, composta por 4 (quatro) conselheiros, que se reunirá 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, a qual terá a incumbência de programar, organizar, publicar, divulgar e realizar o Fórum para escolha dos novos conselheiros;

b) Credenciamento dos representantes das entidades não-governamentais interessadas, por segmento, para participar do Conselho de Desenvolvimento Local, até 2 (dois) dias antes da realização do Fórum;

c) Direito de cada entidade credenciada a indicar 01 (um) representante com seu respectivo suplente, devendo somente o titular ser votado;

d) Composição de uma mesa eleitoral, preferencialmente, por autoridades constituídas;

e) Escolha dos conselheiros por votação secreta, sendo declarados eleitos os mais votados em cada segmento, ficando os demais, em ordem subsequente, para substituição nos casos previstos nesta Lei.

§ 4º - A escolha dos conselheiros e suplentes para o primeiro mandato, após a instalação do Conselho de Desenvolvimento Local, será feita mediante editais publicados pelo Prefeito Municipal, obedecidos os procedimentos previstos neste artigo.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Art. 7º - Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Local de São Carlos - FMDL, como unidade orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo, integrada à contabilidade geral do Município de São Carlos como unidade orçamentária, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei, com o objetivo de captar, centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas de desenvolvimento no município.

Art. 8º - O Fundo Municipal de Desenvolvimento Local de São Carlos – FMD se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações a

serem implementados conforme a previsão orçamentária do município e de acordo com as decisões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Local de São Carlos.

Art. 9º - O FMDL é constituído por:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de São Carlos e seus créditos adicionais;

II - repasses e transferências de recursos da União, Estados, Municípios e seus fundos;

III - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMDL;

IV - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de desenvolvimento;

V – contribuições, doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

VI - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMDL;

VII – produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da secretaria de Indústria, Comércio e Turismo; resultado da venda de ingressos de feiras e exposições e outros eventos promovidos ou apoiados pelo Município por decisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Local; taxas que vierem a serem instituídas, multas e outras receitas diversas;

VIII – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida à legislação vigente sobre a matéria;

IX – empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

X – saldos não utilizados na execução dos projetos financiados com recursos do Fundo;

XI – devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos custeados pelos mecanismos previstos nas leis municipais;

XII – saldos de exercícios anteriores;

XIII – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 10 - O FMDL será gerido por um gestor nomeado por Decreto do Executivo Municipal, que deverá dispor dos meios necessários para o exercício de suas competências.

Art. 11 - A cobertura e o provimento das despesas com transporte, locomoção, estadia e alimentação, no caso de viagens de conselheiros e membros das câmaras técnicas não serão considerados como remuneração, cabendo ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Local de São Carlos - FMDL, assumir o ônus, respeitadas as disposições legais e o interesse público.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento destinarão os recursos necessários à implantação e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Local.

Art. 13 - Caberá aos conselheiros elaborar o regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Local.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 11 de setembro de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

SIUMAR WICKERT

Chefe de Gabinete

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2064 DE 16 09 2015 REMANEJAMENTO

DECRETO Nº 2064, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais), no Orçamento de 2015 da unidade Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.452.1009.2013 – Man. das Ativ. da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	87	0.1.0008	15.750,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.451.1009.1026 – Aquisição de Terreno para Implantação de Saneamento Básico				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	90	0.1.0008	15.750,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de setembro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

LEI N. 1770 DE 18 09 2015 SUPLEMENTAÇÃO EDUC E ADM 281.000,00

LEI Nº 1770, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 381.601,33 (trezentos e oitenta e um mil, seiscentos e um reais e trinta e três centavos), no Orçamento de 2015 das unidades Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes programações de despesa:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
04.122.1003.2003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	11	0.1.0000	80.000,00
04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.1005.2051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	19	0.1.0001	201.601,33
10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	09	0.1.0002	7.000,00
33930000	Aplicações Diretas	11	0.1.0002	93.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
27.812.1011.1032 – Construção de Unidades Desportivas no Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	50	0.1.0000	10.000,00
06.00 – SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO				
22.661.1014.1001 – Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	57	0.1.0000	10.000,00
07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.782.1009.2050 – Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	98	0.1.0000	10.000,00
27.812.1009.1010 – Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	71	0.1.0000	10.000,00
17.512.1009.1010 – Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	69	0.1.0000	20.000,00
77.512.1009.1003 – Saneamento Básico Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	67	0.1.0000	70.000,00
10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.302.1006.1.036 – Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	03	0.1.0002	100.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.1007.1004 – Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo Uso				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	107	0.1.0000	22.000,00
08.244.1007.2015 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	111	0.1.0000	65.000,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2014 – Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	134	0.1.0000	24.601,33
04.122.1010.1018 – Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	126	0.1.0000	20.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
16.482.1008.2017 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	136	0.1.0000	20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos-SC, 18 de setembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 1

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.330.000,00	76.330.000,00	674.123,37	0,88	18.060.131,75	23,66	58.269.868,25
RECEITAS CORRENTES	21.600.758,96	21.600.758,96	673.708,11	3,12	14.635.114,66	67,75	6.965.644,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.770.450,00	1.770.450,00	45.546,80	2,57	1.452.257,58	82,03	318.192,42
IMPOSTOS	1.303.750,00	1.303.750,00	41.118,29	3,15	1.187.238,94	91,06	116.511,06
TAXAS	366.700,00	366.700,00	4.428,51	1,21	265.018,64	72,27	101.681,36
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	183.198,58	87,24	26.801,42
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	183.198,58	87,24	26.801,42
RECEITA PATRIMONIAL	201.025,00	201.025,00	1.170,45	0,58	276.148,20	137,37	-75.123,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	201.025,00	201.025,00	1.170,45	0,58	276.148,20	137,37	-75.123,20
RECEITA AGROPECUÁRIA	42.000,00	42.000,00	3.657,50	8,71	33.159,15	78,95	8.840,85
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	42.000,00	42.000,00	3.657,50	8,71	33.159,15	78,95	8.840,85
RECEITA DE SERVIÇOS	15.750,00	15.750,00	162,24	1,03	10.553,40	67,01	5.196,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.836.125,00	18.836.125,00	618.570,81	3,28	12.554.087,69	66,65	6.282.037,31
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.366.125,00	18.366.125,00	563.967,37	3,07	12.256.070,49	66,73	6.110.054,51
TRANSF. DE CONV.	470.000,00	470.000,00	54.603,44	11,62	298.017,20	63,41	171.982,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525.408,96	525.408,96	4.600,31	0,88	125.710,06	23,93	399.698,90
MULTAS E JUROS DE MORA	55.050,00	55.050,00	1.495,21	2,72	52.939,59	96,17	2.110,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.050,00	22.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.050,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.825,00	48.825,00	2.076,67	4,25	38.063,31	77,96	10.761,69
RECEITAS DIVERSAS	399.483,96	399.483,96	1.028,43	0,26	34.707,16	8,69	364.776,80
RECEITAS DE CAPITAL	54.729.241,04	54.729.241,04	415,26	0,00	3.425.017,09	6,26	51.304.223,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	415,26	0,00	4.470,47	0,00	-4.470,47
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.729.241,04	51.729.241,04	0,00	0,00	3.420.546,62	6,61	48.308.694,42
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	51.729.241,04	51.729.241,04	0,00	0,00	3.420.546,62	6,61	48.308.694,42
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	76.330.000,00	76.330.000,00	674.123,37	0,88	18.060.131,75	23,66	58.269.868,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	76.330.000,00	76.330.000,00	674.123,37	0,88	18.060.131,75	23,66	58.269.868,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	76.330.000,00	76.330.000,00	674.123,37	0,88	18.060.131,75	23,66	58.269.868,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.260.024,56	—	—	815.191,23	—	—
Superávit Financeiro	—	1.260.024,56	—	—	815.191,23	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	76.330.000,00	77.843.995,36	67.399,62	35.903.964,33	41.940.031,03	489.561,42	17.108.300,03	60.735.695,33	16.352.691,58
DESPESAS CORRENTES	20.298.100,90	21.426.932,69	67.399,62	14.340.740,09	7.086.192,60	393.646,42	12.698.224,88	8.728.707,81	12.448.295,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.874.627,30	10.347.625,64	0,00	6.085.960,34	4.261.665,30	0,02	6.084.880,34	4.262.745,30	5.954.954,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37.800,00	37.800,00	0,00	36.107,46	1.692,54	0,00	36.107,46	1.692,54	36.107,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.385.673,60	11.041.507,05	67.399,62	8.218.672,29	2.822.834,76	393.646,40	6.577.237,08	4.464.269,97	6.457.232,84
DESPESAS DE CAPITAL	56.016.899,10	56.402.062,67	0,00	21.563.224,24	34.838.838,43	95.915,00	4.410.075,15	51.991.987,52	3.904.396,56
INVESTIMENTOS	55.916.099,10	56.301.262,67	0,00	21.538.380,64	34.762.882,03	95.915,00	4.385.231,55	51.916.031,12	3.879.552,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.800,00	100.800,00	0,00	24.843,60	75.956,40	0,00	24.843,60	75.956,40	24.843,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	76.330.000,00	77.843.995,36	67.399,62	35.903.964,33	41.940.031,03	489.561,42	17.108.300,03	60.735.695,33	16.352.691,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	76.330.000,00	77.843.995,36	67.399,62	35.903.964,33	41.940.031,03	489.561,42	17.108.300,03	60.735.695,33	16.352.691,58
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	951.831,72	—	18.060.131,75
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	76.330.000,00	77.843.995,36	67.399,62	35.903.964,33	—	489.561,42	18.060.131,75	—	34.412.823,33

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPALELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9JUCELANE FERNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 10

Município de SAO DOMINGOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2014 a 2088

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00	
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)	
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LOREN
COORDENADORA DE CONT

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 11

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	118,60	-118,60
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	118,60	-118,60
TOTAL	0,00	118,60	-118,60

DESpesas (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	118,60	118,60

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 12

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.336.825,00	1.336.825,00	1.178.176,61	88,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	288.750,00	288.750,00	203.242,38	70,39
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	295.000,00	295.000,00	371.551,06	125,95
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	660.000,00	660.000,00	496.767,06	75,27
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	74.560,15	124,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.100,00	2.100,00	5.095,54	242,64
Dívida Ativa dos Impostos	22.575,00	22.575,00	20.693,56	91,67
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.400,00	8.400,00	6.266,86	74,61
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.631.750,00	14.631.750,00	9.537.189,38	65,18
Cota-Parte FPM	6.216.000,00	6.216.000,00	4.070.369,48	65,48
Cota-Parte ITR	14.700,00	14.700,00	1.520,18	10,34
Cota-Parte IPVA	913.500,00	913.500,00	656.273,69	71,84
Cota-Parte ICMS	7.350.000,00	7.350.000,00	4.716.861,14	64,17
Cota-Parte IPI-Exportação	105.000,00	105.000,00	72.504,39	69,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.550,00	32.550,00	19.660,50	60,40
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.550,00	32.550,00	19.660,50	60,40
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.968.575,00	15.968.575,00	10.715.365,99	67,10

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.247.825,00	6.274.946,00	4.717.845,38	75,19	3.739.784,44	59,60
Pessoal e Encargos Sociais	3.127.000,00	2.582.000,00	1.546.157,41	59,88	1.545.077,39	59,84
Outras Despesas Correntes	3.120.825,00	3.692.946,00	3.171.687,97	85,89	2.194.707,05	59,43
DESPESAS DE CAPITAL	5.548.200,00	5.548.200,00	85.648,04	1,54	61.090,90	1,10
Investimentos	5.548.200,00	5.548.200,00	85.648,04	1,54	61.090,90	1,10

Continua 1/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	5.548.200,00	5.548.200,00	85.648,04	1,54	61.090,90	1,10
Investimentos	5.548.200,00	5.548.200,00	85.648,04	1,54	61.090,90	1,10
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.796.025,00	11.823.146,00	4.803.493,42	40,63	3.800.875,34	32,15
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/VI)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/VIg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.042.575,00	7.069.696,00	1.897.395,29	39,50	1.461.286,08	38,45
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.692.575,00	2.719.696,00	1.897.395,29	39,50	1.461.286,08	38,45
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	4.350.000,00	4.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.042.575,00	7.069.696,00	1.897.395,29	39,50	1.461.286,08	38,45
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.753.450,00	4.753.450,00	2.906.098,13	60,50	2.339.589,26	61,55
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						21,83
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] ⁶						732.294,36

Continua 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	11.036.000,00	11.063.121,00	4.221.177,11	87,88	3.411.219,64	89,75
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	686.000,00	686.000,00	547.954,36	11,41	358.882,56	9,44
Vigilância Sanitária	44.625,00	44.625,00	20.655,95	0,43	17.067,14	0,45
Vigilância Epidemiológica	29.400,00	29.400,00	13.706,00	0,29	13.706,00	0,36
TOTAL	11.796.025,00	11.823.146,00	4.803.493,42	100,00	3.800.875,34	100,00

FONTE:

* Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

* O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

* O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

* Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

* Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

* No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+l) - (15 \times l/b)] \times 100$

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPALELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9JUCELANE FORNARI LORE
COORDENADORA DE CON

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 13

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADORA CRC/SC 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO
---	--	--

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 2

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	76.330.000,00	77.843.995,36	2.745.028,56	35.836.564,71	100,00	42.007.430,65	4.638.318,99	16.618.738,61	100,00	61.225.256,75
Legislativa	799.470,00	799.470,00	98.771,70	444.604,59	1,24	354.865,41	110.151,40	414.735,75	2,50	384.734,25
Ação Legislativa	799.470,00	799.470,00	98.771,70	444.604,59	1,24	354.865,41	110.151,40	414.735,75	2,50	384.734,25
Essencial à Justiça	500.000,00	640.000,00	34.503,54	378.156,63	1,05	263.843,37	34.503,54	376.066,63	2,26	263.933,37
Administração Geral	500.000,00	640.000,00	34.503,54	378.156,63	1,05	263.843,37	34.503,54	376.066,63	2,26	263.933,37
Administração	3.437.483,96	4.056.799,76	288.860,29	2.350.836,38	6,56	1.705.963,38	355.360,51	2.078.700,82	12,51	1.978.098,94
Administração Geral	3.437.483,96	4.056.799,76	288.860,29	2.350.836,38	6,56	1.705.963,38	355.360,51	2.078.700,82	12,51	1.978.098,94
Defesa Nacional	82.250,00	82.250,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00
Defesa Civil	82.250,00	82.250,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00
Segurança Pública	115.500,00	115.500,00	1.808,00	31.173,32	0,09	84.326,68	14.325,30	20.908,00	0,13	94.592,00
Policimento	115.500,00	115.500,00	1.808,00	31.173,32	0,09	84.326,68	14.325,30	20.908,00	0,13	94.592,00
Assistência Social	3.749.200,70	3.832.376,77	154.183,87	1.351.375,23	3,77	2.481.001,54	228.191,10	817.196,20	4,92	3.015.180,57
Assistência ao Idoso	1.120.000,00	1.120.000,00	0,00	0,00	0,00	1.120.000,00	0,00	0,00	0,00	1.120.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	97.700,00	97.700,00	10.888,65	55.148,78	0,15	42.551,22	11.474,36	42.821,23	0,26	54.878,77
Assistência Comunitária	2.531.500,70	2.614.676,77	143.295,22	1.296.226,45	3,62	1.318.450,32	216.716,74	774.374,97	4,66	1.840.301,80
Saúde	11.796.025,00	11.823.146,00	640.515,11	4.803.493,42	13,40	7.019.652,58	1.004.295,81	3.800.875,34	22,87	8.022.270,66
Atenção Básica	11.036.000,00	11.063.121,00	597.384,42	4.221.177,11	11,78	6.841.943,89	895.673,00	3.411.219,64	20,53	7.651.901,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	686.000,00	686.000,00	27.856,50	547.954,36	1,53	138.045,64	94.036,53	358.882,56	2,16	327.117,44
Vigilância Sanitária	44.625,00	44.625,00	3.932,05	20.655,95	0,06	23.969,05	3.244,14	17.067,14	0,10	27.557,86
Vigilância Epidemiológica	29.400,00	29.400,00	11.342,14	13.706,00	0,04	15.694,00	11.342,14	13.706,00	0,08	15.694,00
Educação	5.113.150,00	5.186.427,77	754.998,96	3.057.836,90	8,53	2.128.590,87	800.727,75	2.853.414,47	17,17	2.333.013,30
Alimentação e Nutrição	160.000,00	263.805,16	52.438,44	197.896,55	0,55	65.908,61	53.261,03	178.619,41	1,07	85.185,75
Ensino Fundamental	3.515.000,00	3.642.168,56	477.606,29	2.151.991,53	6,01	1.490.177,03	488.978,17	1.990.240,45	11,98	1.651.928,11
Ensino Superior	25.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação Infantil	1.213.150,00	1.270.454,05	224.954,23	707.948,82	1,98	562.505,23	258.488,55	684.554,61	4,12	585.899,44
Educação Básica	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	198.750,00	198.750,00	5.455,20	71.440,52	0,20	127.309,48	8.583,32	69.611,32	0,42	129.138,68
Difusão Cultural	198.750,00	198.750,00	5.455,20	71.440,52	0,20	127.309,48	8.583,32	69.611,32	0,42	129.138,68
Urbanismo	23.898.070,34	24.375.799,58	538.433,73	8.805.629,47	24,57	15.570.170,11	537.371,97	2.137.535,95	12,86	22.238.263,63
Infra-Estrutura Urbana	14.969.965,14	15.071.694,38	150.523,91	6.881.389,68	19,20	8.190.304,70	105.756,81	494.895,36	2,98	14.576.799,02
Serviços Urbanos	3.918.105,20	4.294.105,20	387.909,82	1.924.239,79	5,37	2.369.865,41	431.615,16	1.642.640,59	9,88	2.651.464,61
Transporte Rodoviário	5.010.000,00	5.010.000,00	0,00	0,00	0,00	5.010.000,00	0,00	0,00	0,00	5.010.000,00
Habituação	2.215.250,00	2.232.006,60	59.412,70	94.368,45	0,26	2.137.638,15	47.833,80	82.669,55	0,50	2.149.337,05
Habituação Urbana	2.215.250,00	2.232.006,60	59.412,70	94.368,45	0,26	2.137.638,15	47.833,80	82.669,55	0,50	2.149.337,05
Saneamento	10.090.000,00	10.090.000,00	0,00	8.299.454,43	23,16	1.790.545,57	760.971,17	1.678.472,40	10,10	8.411.527,60
Saneamento Básico Urbano	10.090.000,00	10.090.000,00	0,00	8.299.454,43	23,16	1.790.545,57	760.971,17	1.678.472,40	10,10	8.411.527,60

Continua 1/2

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.330.000,00	77.843.995,36	2.745.028,56	35.836.564,71	100,00	42.007.430,65	4.638.318,99	16.618.738,61	100,00	61.225.256,75
Agricultura	3.549.000,00	3.549.000,00	109.928,87	943.160,09	2,63	2.605.839,91	156.779,53	714.913,44	4,30	2.834.086,56
Extensão Rural	3.549.000,00	3.549.000,00	109.928,87	943.160,09	2,63	2.605.839,91	156.779,53	714.913,44	4,30	2.834.086,56
Indústria	710.000,00	710.000,00	0,00	0,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00	0,00	710.000,00
Promoção Industrial	710.000,00	710.000,00	0,00	0,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00	0,00	710.000,00
Desporto e Lazer	9.538.250,00	9.614.868,88	29.216,59	4.902.536,50	13,68	4.712.332,38	517.823,19	1.328.047,85	7,99	8.286.821,03
Turismo	378.250,00	380.068,88	8.487,67	108.653,82	0,30	271.415,06	5.817,76	26.861,82	0,16	353.207,06
Desporto Comunitário	9.160.000,00	9.234.800,00	20.728,92	4.793.882,68	13,38	4.440.917,32	512.005,43	1.301.186,03	7,83	7.933.613,97
Encargos Especiais	522.600,00	522.600,00	28.940,00	304.498,78	0,85	218.101,22	61.400,60	245.590,89	1,48	277.009,11
Outros Encargos Especiais	522.600,00	522.600,00	28.940,00	304.498,78	0,85	218.101,22	61.400,60	245.590,89	1,48	277.009,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	76.330.000,00	77.843.995,36	2.745.028,56	35.836.564,71	100,00	42.007.430,65	4.638.318,99	16.618.738,61	100,00	61.225.256,75

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPALELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	R\$ 1,00														
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)	(ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (II)	1.862.870,83	1.988.074,54	1.831.255,26	2.458.441,27	1.948.023,07	1.816.712,83	1.962.136,19	2.145.189,00	2.208.591,00	1.955.488,75	2.030.326,15	1.812.405,75	24.009.484,54	24.527.108,96	
RECEITA TRIBUTÁRIA	157.362,75	79.252,03	66.545,36	181.046,66	85.735,47	140.782,33	208.791,13	272.316,42	291.101,92	147.600,66	182.737,27	107.655,68	1.890.917,58	1.770.430,00	
IPTU	1.134,58	807,42	891,71	1.356,27	24,48	8.977,65	28.804,52	112.523,71	44.459,62	3.771,36	4.007,36	543,68	207.632,16	288.750,00	
I.R.R.F	61.323,92	4.375,82	0,00	45.417,97	0,00	20.548,82	6.285,22	0,00	15.242,47	8.389,40	12.689,47	11.404,77	185.677,86	60.000,00	
I.S.S	44.282,14	44.888,40	29.548,83	76.741,73	26.092,08	50.734,49	57.527,90	77.391,52	64.863,45	72.712,75	89.934,63	57.510,24	692.228,16	660.000,00	
I.T.B.I	46.753,12	26.142,40	30.578,44	50.516,66	13.883,21	4.389,70	51.435,31	18.676,36	138.252,54	51.813,10	65.961,98	27.168,86	525.541,68	295.000,00	
Outras Receitas Tributárias	3.869,19	3.037,99	5.525,38	7.014,03	15.725,70	56.141,67	64.738,18	63.724,83	28.253,84	10.914,05	10.143,83	10.538,03	280.037,72	465.700,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.422,44	0,00	35.197,63	18.472,12	22.109,91	18.059,23	20.529,58	26.486,12	22.529,03	23.818,55	22.855,06	26.811,10	251.290,77	210.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	44.838,81	37.279,39	32.050,65	41.560,18	10.798,10	28.657,21	44.882,40	35.477,82	31.312,24	36.936,08	56.175,55	30.738,35	419.206,78	201.025,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.873,50	2.069,50	4.034,75	5.092,50	3.065,00	3.026,00	3.224,08	3.861,50	4.000,00	3.849,00	3.107,00	5.369,07	44.571,90	42.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.901,23	2.068,76	1.454,00	1.201,23	1.173,23	1.204,00	1.204,00	1.363,02	1.369,23	1.425,99	1.313,23	1.338,46	17.016,38	15.750,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.641.685,06	1.837.156,39	1.674.590,50	2.184.897,17	1.844.615,54	1.616.743,31	1.654.201,86	1.783.005,33	1.841.094,25	1.725.109,38	1.747.985,60	1.630.197,80	21.181.282,19	21.762.475,00	
Cota-Parte do FPM	393.082,94	371.503,84	491.732,86	726.212,68	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	591.411,98	514.588,39	381.035,57	445.648,92	6.054.901,80	6.216.000,00	
Cota-Parte do L.C.M.S.	601.775,56	614.862,80	670.331,18	658.721,58	645.624,13	586.128,13	592.305,30	627.953,20	587.494,14	563.006,19	563.434,74	550.915,31	7.262.552,06	7.350.000,00	
Cota-Parte do IPVA	69.921,79	63.550,05	47.728,57	29.488,80	41.440,36	59.667,23	84.952,11	96.115,13	95.453,49	92.569,10	102.019,70	84.966,47	862.860,98	910.500,00	
Cota-Parte do ITR	3.797,05	13.713,13	24,63	99,73	85,46	25,93	136,75	904,69	29,40	20,83	216,05	101,07	19.154,72	14.700,00	
Outras Transferências Correntes	371.304,12	555.204,08	237.550,93	541.105,29	323.327,60	145.093,62	323.916,38	342.275,68	320.658,69	351.324,85	491.669,73	332.883,77	4.336.314,74	4.580.725,00	
Transferências de LO 61/1989	8.633,94	9.245,23	10.617,43	10.476,30	13.463,85	8.010,28	7.857,98	8.229,94	9.284,31	8.843,31	8.146,48	8.668,24	111.478,29	105.000,00	
Transferências de LO 87/1996	2.453,30	2.453,30	2.453,30	4.906,80	0,00	0,00	9.830,26	2.457,56	2.457,56	2.457,56	2.457,56	31.927,30	32.550,00	32.550,00	
Transferências do FUNDEB	190.716,56	206.622,96	214.153,60	215.886,11	221.338,47	206.012,41	200.322,82	216.764,61	234.304,68	192.309,15	199.004,77	204.556,46	2.501.562,00	2.500.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.287,04	30.248,47	17.382,37	26.171,41	10.525,82	8.260,75	19.303,14	22.648,79	17.184,33	16.749,09	16.152,44	10.285,39	205.199,04	525.408,96	
DEDUÇÕES (III)	213.642,59	215.065,67	244.577,00	247.964,92	259.989,66	253.127,26	225.992,32	244.792,79	257.226,00	236.294,85	211.462,00	218.551,31	2.828.686,37	2.926.350,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	213.642,59	215.065,67	244.577,00	247.964,92	259.989,66	253.127,26	225.992,32	244.792,79	257.226,00	236.294,85	211.462,00	218.551,31	2.828.686,37	2.926.350,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.649.228,24	1.773.008,87	1.586.678,26	2.210.476,35	1.688.033,41	1.563.585,57	1.726.143,87	1.900.366,21	1.951.365,00	1.719.193,90	1.818.864,15	1.593.854,44	21.180.798,27	21.600.758,96	
FONTE: SAO DOMINGOS, 15/09/2015															
ALCANTAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADOR(A) CRC/SC 034409/0-9				JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO										

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 4

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015		Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00		0,00		0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00		0,00		0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00		0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00		0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00		0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00		0,00		0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00		0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00		0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00		0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00		0,00		0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00		0,00		0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00		0,00		0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00		0,00		0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00		0,00		0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00		0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		0,00		0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00		0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00		0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	
Bancos Conta Movimento			0,00		0,00	
Investimentos			0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	

Continua 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI JUCELANE FORNARI LORENZI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-5 COORDENADORA DE CONTROLE

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 5

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	94.376,68	389.065,95	383.937,21
DEDUÇÕES (II)	3.238.972,19	4.128.907,29	4.107.421,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.881.605,96	5.554.199,47	5.486.365,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	642.633,77	1.425.292,18	1.378.944,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.144.595,51	-3.739.841,34	-3.723.484,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.144.595,51	-3.739.841,34	-3.723.484,30

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	16.357,04	-578.888,79

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-120.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNC

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 6

Município de SAO DOMINGOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.399.733,96	13.686.428,80	13.426.457,66
Receita Tributária	1.770.450,00	1.406.710,78	1.078.520,68
I.P.T.U.	288.750,00	203.242,38	204.927,33
I.S.S.	660.000,00	496.767,06	396.625,43
I.T.B.I.	295.000,00	371.551,06	212.085,37
I.R.R.F.	60.000,00	74.560,15	34.383,86
Outras Receitas Tributárias	466.700,00	260.590,13	230.498,69
Receita de Contribuição	210.000,00	183.198,58	129.127,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	210.000,00	183.198,58	129.127,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	201.025,00	274.977,75	212.739,88
(-) Aplicações Financeiras	201.025,00	274.977,75	212.739,88
Transferências Correntes	18.836.125,00	11.935.516,88	11.871.983,64
F.P.M.	4.972.800,00	3.256.295,81	3.085.828,70
I.P.V.A	730.800,00	525.019,58	498.443,41
I.C.M.S.	5.880.000,00	3.773.489,62	3.589.851,92
Convênios	470.000,00	243.413,76	565.538,92
Outras Transferências Correntes	6.782.525,00	4.137.298,11	4.132.320,69
Demais Receitas Correntes	583.158,96	161.002,56	346.826,34
Dívida Ativa	48.825,00	35.986,64	33.372,51
Diversas Receitas Correntes	534.333,96	125.015,92	313.453,83
RECEITAS DE CAPITAL (II)	54.729.241,04	3.424.601,83	2.204.460,24
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	4.055,21	4.542,40
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	51.729.241,04	3.420.546,62	2.199.917,84
Convênios	51.729.241,04	3.420.546,62	2.175.869,82
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	24.048,02
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	51.729.241,04	3.420.546,62	2.199.917,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	73.128.975,00	17.106.975,42	15.626.375,50

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.426.932,69	14.273.340,47	12.966.184,24	12.304.578,46	11.558.502,68
Pessoal e Encargos Sociais	10.347.625,64	6.085.960,34	5.482.139,32	6.084.880,32	5.480.081,32
Juros e Encargos da Dívida (IX)	37.800,00	36.107,46	2.778,64	36.107,46	2.778,64
Outras Despesas Correntes	11.041.507,05	8.151.272,67	7.481.266,28	6.183.590,68	6.075.642,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.389.132,69	14.237.233,01	12.963.405,60	12.268.471,00	11.555.724,04
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	56.402.062,67	21.563.224,24	5.739.747,39	4.314.160,15	2.634.827,71
Investimentos	56.301.262,67	21.538.380,64	5.706.320,24	4.289.316,55	2.601.400,56
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.800,00	24.843,60	33.427,15	24.843,60	33.427,15
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	56.301.262,67	21.538.380,64	5.706.320,24	4.289.316,55	2.601.400,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	77.705.395,36	35.775.613,65	18.669.725,84	16.557.787,55	14.157.124,60

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.576.420,36	-18.668.638,23	-3.043.350,34	549.187,87	1.469.250,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.062.425,00

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 7

Município de SAO DOMINGOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	642.633,77	109.962,27	-	532.671,50	-	-	-	-	-	-	532.671,50
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	642.633,77	109.962,27	0,00	532.671,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	532.671,50
FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL	0,00	363.523,65	6.937,50	0,00	356.586,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.586,15
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE	0,00	21.821,77	21.821,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	0,00	186.949,00	11.115,00	0,00	175.734,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.734,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. P	0,00	439,35	88,00	0,00	351,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	351,35
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	642.633,77	109.962,27	0,00	532.671,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	532.671,50

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPALELIENIR TERESINHA AGNOLETO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.336.825,00	1.336.825,00	1.178.176,61	88,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	318.150,00	318.150,00	226.932,96	71,33
1.1.1- IPTU	288.750,00	288.750,00	203.242,38	70,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.050,00	1.050,00	698,97	66,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.000,00	17.673,59	84,16
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.350,00	7.350,00	5.318,02	72,35
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	295.000,00	295.000,00	371.551,06	125,95
1.2.1- ITBI	295.000,00	295.000,00	371.551,06	125,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	663.675,00	663.675,00	505.132,44	76,11
1.3.1- ISS	660.000,00	660.000,00	496.767,06	75,27
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	4.396,57	418,72
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.575,00	1.575,00	3.019,97	191,74
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.050,00	1.050,00	948,84	90,37
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	74.560,15	124,27
1.4.1- IRRF	60.000,00	60.000,00	74.560,15	124,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.631.750,00	14.631.750,00	9.606.915,24	65,66
2.1- Cota-Parte FPM	6.216.000,00	6.216.000,00	4.140.095,34	66,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.216.000,00	6.216.000,00	4.070.369,48	65,48
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	69.725,86	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.350.000,00	7.350.000,00	4.716.861,14	64,17
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	32.550,00	32.550,00	19.660,50	60,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	105.000,00	105.000,00	72.504,39	69,05
2.5- Cota-Parte ITR	14.700,00	14.700,00	1.520,18	10,34
2.6- Cota-Parte IPVA	913.500,00	913.500,00	656.273,69	71,84
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.968.575,00	15.968.575,00	10.785.091,85	67,54
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	538.000,00	538.000,00	294.587,85	54,76
5.1- Transferências do Salário-Educação	270.000,00	270.000,00	195.037,30	72,24
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	80.000,00	80.000,00	51.516,00	64,40
5.4- Transferências Diretas - PNATE	68.000,00	68.000,00	41.132,75	60,49
5.5- Outras Transferências do FNDE	120.000,00	120.000,00	1.744,88	1,45
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	5.156,92	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.000.000,00	7.000.000,00	756.920,09	10,81
6.1- Transferências de Convênios	7.000.000,00	7.000.000,00	756.920,09	10,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.150,00	3.150,00	16.170,56	513,35
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.541.150,00	7.541.150,00	1.067.678,50	14,16
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.926.350,00	2.926.350,00	1.907.436,19	65,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.243.200,00	1.243.200,00	814.073,67	65,48
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.470.000,00	1.470.000,00	943.371,52	64,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.510,00	6.510,00	3.932,09	60,40
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	21.000,00	21.000,00	14.500,83	69,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.940,00	2.940,00	303,97	10,34
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	182.700,00	182.700,00	131.254,11	71,84
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.569.000,00	2.569.000,00	1.685.743,03	65,62
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.550.000,00	2.550.000,00	1.674.613,37	65,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	19.000,00	19.000,00	11.129,66	58,58
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-376.350,00	-376.350,00	-232.822,82	61,86
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.797.000,00	1.814.998,34	1.295.673,41	71,39	1.295.673,41	71,39	
13.1- Com Educação Infantil	492.000,00	492.000,00	359.579,97	73,09	359.579,97	73,09	
13.2- Com Ensino Fundamental	1.305.000,00	1.322.998,34	936.093,44	70,76	936.093,44	70,76	
14- OUTRAS DESPESAS	342.000,00	398.646,22	265.520,23	66,61	257.282,26	64,54	
14.1- Com Educação Infantil	130.000,00	130.000,00	47.150,92	36,27	45.781,82	35,22	
14.2- Com Ensino Fundamental	212.000,00	268.646,22	218.369,31	81,29	211.500,44	78,73	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.139.000,00	2.213.644,56	1.561.193,64	70,53	1.552.955,67	70,15	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.552.955,67		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					76,86		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,26		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					7,88		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²		3.992.143,75		3.992.143,75		2.696.272,96	67,54
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		1.120.000,00	920.000,00	626.112,28	68,06	617.956,14	67,17
23.1- Creche		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		2.377.000,00	2.451.644,56	1.606.264,48	65,52	1.568.885,05	63,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		1.517.000,00	1.591.644,56	1.154.462,75	72,53	1.147.593,88	72,10
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		860.000,00	860.000,00	451.801,73	52,54	421.291,17	48,99
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		3.497.000,00	3.371.644,56	2.232.376,76	66,21	2.186.841,19	64,86
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-232.822,82		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					11.129,66		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AC' ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-221.693,16		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.408.534,35		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					22,33		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	273.150,00	273.150,00	216.352,42	79,21	179.233,18	65,62	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.220.000,00	7.293.603,26	4.203.058,94	57,63	1.037.724,84	14,23	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.493.150,00	7.566.753,26	4.419.411,36	58,41	1.216.958,02	16,08	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.990.150,00	10.938.397,82	6.651.788,12	60,81	3.403.799,21	31,12	

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	74.644,56	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.674.613,37	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.648.190,08	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.648.190,08	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.129,66	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	112.197,51	0,00

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

LRF 2015 4ºBIM - ANEXO 9

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	3.000.000,00	0,00			3.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	56.402.062,67	21.563.224,24	4.314.160,15	0,00	34.838.838,43
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	56.402.062,67	21.563.224,24	4.314.160,15	0,00	34.838.838,43
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-53.402.062,67	-21.563.224,24	-	-	-31.838.838,43

FONTE:

SAO DOMINGOS, 15/09/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 5031/2015

DECRETO Nº 5031/2015

DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada CLAUDIA MARCIA MUNIS DA SILVA, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro Educacional Municipal Interativo Floresta, no valor de R\$ 1.400,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 018/2015

PORTARIA Nº 018, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTABELECE NORMAS DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO URBANO EMPREGANDO CÂMERAS DE VÍDEO PARA AS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais, com suporte na Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (que regula o acesso a informações e determina os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios quando da solicitação de informação), da Portaria nº 879/GAB/SSP de 04 de agosto de 2009, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e das Instruções Normativas nºs. 001, 002 e 003/CECRE/2010, todas de 15 de junho de 2010 da Coordenadoria Estadual das Centrais de Emergências - CECRE, na qual fixa normas para utilização do Monitoramento Urbano empregando câmeras de vídeo para as atividades de Segurança Pública e Trânsito, bem como o tratamento das imagens captadas,

CONSIDERANDO que:

- O Município de São José possui uma Central de Operações Integradas (Polícia Militar de Santa Catarina, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Defesa Civil, Bombeiros Militar de Santa Catarina, Guarda Municipal de São José e outras instituições de Segurança Pública do Município) por câmeras de vídeo, instalado junto à Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito - SSDST;
- Devem ser obedecidos os preceitos Constitucionais quanto à Dignidade da Pessoa Humana, aos direitos e garantias individuais, como a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, entre outros;
- A necessidade de salvaguardar todos os dados coletados,

informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da Segurança da Sociedade e do Estado, estes são considerados como informações sensíveis.

- Para melhor compreensão definem-se Informações Sensíveis - como qualquer informação captada pelo sistema de monitoramento urbano, pois trata de comportamento, hábitos, características, rotina ou quaisquer outras informações que direta ou indiretamente permita ao espectador das filmagens inferir sobre qualquer pessoa, seja esta pessoa física ou jurídica.

- A autorização do CONTRAN, através da Resolução nº 471/2013, alterada pela Resolução nº 532/2015, para monitorar, fiscalizar e multar através das imagens das câmeras de videomonitoramento;

RESOLVE:

Definir as normas indispensáveis ao bom funcionamento da Central de Operações Integradas, por se tratar de ferramenta de apoio às atividades inerentes à Segurança Pública e Trânsito, quanto à utilização e tratamento das imagens captadas.

Art. 1º. Os objetivos da Central de Operações Integradas é ter:

- (a) Ação pró-ativa no atendimento das ocorrências, visando à redução do tempo resposta;
- (b) Fiscalização do trânsito, com vistas ao disciplinamento, planejamento e melhorias; e,
- (c) Investigação policial.

Art. 2º. Para orientar as atividades desenvolvidas na Central de Operações Integradas, no cumprimento dos objetivos estabelecidos, torna-se necessário padronizar e apresentar as seguintes definições:

- I – Circuito Fechado de Televisão – tem como sigla padrão CFTV;
- II – Monitoramento Urbano – atividade de vigilância executada através do emprego de câmeras de vídeo;
- III – Sistema de Monitoramento Urbano – conjunto de equipamentos, materiais e serviços destinados a capturar, transmitir, armazenar e visualizar as imagens captadas do ambiente onde estão colocadas as câmeras de vídeo;
- IV – Ponto de Monitoramento – conjunto de materiais e equipamentos outdoor responsáveis pela captura das imagens;
- V – Central de Monitoramento – local preparado especialmente para operação, armazenamento e visualização das imagens capturadas pelos pontos de monitoramento;
- VI – Operador de CFTV – atividade desenvolvida por Policial Militar, Civil, Guarda Municipal ou profissional credenciado e treinado para tal finalidade, que consiste em operar um sistema de monitoramento urbano, com o intuito de prevenir a quebra da ordem pública e auxiliar na identificação de agentes e/ou situações que envolvam a prática de infrações penais e administrativas, ocorrências de trânsito em geral;
- VII – Informações pessoais – aquelas relacionadas aos indivíduos que foram filmados ou estão sendo observados por meio do sistema de monitoramento urbano e que não estejam em situação de flagrante delito.

Art. 3º. Qualquer tipo de informação seja ela relativa à pessoa, fato, evento, infração, encontro entre uma ou diversas pessoas, comportamento de transeuntes, placas de veículos, identificação de indivíduos – tais como: roupa ou características pessoais, horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, comportamento de moradores, comportamento de lojistas ou demais informações que puderem ser observadas, são consideradas informações

peçoais e devem ser mantidas seguras, atentando aos aspectos da confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Art. 4º. Nenhuma informação pessoal poderá ser divulgada externamente, independentemente de quem for o requerente, sem aprovação do Titular da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, como responsável pelo sistema ou mediante autorização judicial, conforme determina a Lei nº 12.527/2011 (Lei da Informação).

Art. 5º. Os operadores de CFTV, bem como os demais usuários que forem cadastrados para tal deverão tomar prévio conhecimento das Políticas de Privacidade da Informação adotadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSP/SC) e da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito do Município de São José/SC (SSDST), com suporte na legislação vigente, firmando compromisso de não coletar informações que não tenham relação com os processos de segurança pública, sob as penas de lei.

Art. 6º. O operador do CFTV deve executar sua função primando pelo respeito ao cidadão, dispensando-lhe tratamento respeitoso e humano, evitando-se discriminação de sexo, cor, raça, credo religioso ou político, devendo observar que:

I – na visualização de informações pessoais as imagens capturadas não devem sofrer comentários particulares, nem mesmo com os colegas de operação;

II – pessoas não autorizadas estão proibidas de operar o sistema, em quaisquer circunstâncias, seja para monitorar logradouros em tempo real ou para visualizar imagens gravadas;

Art. 7º. Atendendo as políticas estabelecidas quanto às imagens gravadas serão adotadas as seguintes diretrizes para sua liberação:

I – as imagens gravadas somente poderão ser liberadas à vítima de delito, através de pedido por escrito, se devidamente autorizada pelo Titular da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, como responsável do Sistema e desde que tenha havido registro da ocorrência em Instituição de Segurança Pública ou, ainda, se apresentar Boletim de Ocorrência da Delegacia de Polícia Civil;

II – as imagens de fatos antigos, em que a vítima não tenha procurado a Central de Operações Integradas logo após o evento delituoso, somente poderão ser liberadas com autorização do Titular da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, como responsável do Sistema e com apresentação do Boletim de Ocorrência – BO, expedido pela Delegacia de Polícia Civil, conforme políticas estabelecidas pela Lei de Informação (Lei nº 12.527/2011), desde que estejam em arquivo;

III – ao requerente caberá o fornecimento de mídia para gravação das imagens.

Art. 8º. Quanto ao tratamento dados às imagens gravadas, tem-se que toda e qualquer imagem de cometimento de delitos e de eventos que possam ser necessários à elucidação de ocorrência de qualquer natureza, bem como toda ocorrência registrada na Central de Operações Integradas, deverão ser transformadas em vídeos e arquivadas em pastas virtuais por um período de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. As imagens deverão ser arquivadas com a identificação por data, registro da imagem com o número da ocorrência gerada no Sistema e uma breve descrição do fato, tais como: furto loja, trânsito, droga, flagrante, entre outros.

Art. 9º. O fornecimento de imagens de vídeo ou simplesmente fotos, será autorizada somente pelo Titular da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, como responsável da Central de Operações Integradas, mediante requisição judicial ou por

requisição de Delegado de Polícia, sendo fornecidas através da gravação de CD ROOM, nas dependências da Central de Monitoramento Urbano.

Art. 10º. As Delegacias de Polícia Civil terão acesso diretamente aos bancos de imagens do Sistema de Monitoramento Urbano, sendo-lhes dado conhecimento da Política de Privacidade de Informação estabelecida por esta Portaria e demais legislações pertinentes, para fins de investigação e provas no âmbito do inquérito policial.

Art. 11. Sendo um serviço de caráter confidencial, por envolver direitos e garantias fundamentais do cidadão sob a tutela do Estado, fixam-se normas para o bom andamento das atividades desenvolvidas na Central de Operações Integradas, PROIBINDO:

a) A entrada de pessoas não autorizadas na Central de Operações Integradas;

b) O acesso à sala de operações ao pessoal que trabalhe na central, mas que não esteja de serviço no turno; bem como integrantes da Administração sem a devida autorização pela Administração da Central Integrada de Monitoramento Urbano;

c) A verbalização e/ou transmissão por qualquer meio de informações a que tiverem acesso, sob as penas de lei, respondendo criminal e civilmente pelas consequências geradas;

d) A gravação, por qualquer meio, das imagens analisadas na Central de Operações Integradas para outra finalidade, que não seja o videomonitoramento, sob as penas de lei;

e) A utilização de equipamentos eletrônicos, salvo para resguardar a integridade física do agente que esteja sob cuidados médicos, desde que, devidamente comunicado ao Gerenciador de Turno/Coordenador, por escrito;

f) Fica proibido o uso de telefone celular na estação de videomonitoramento, exceto “no modo silencioso” para atendimento de ligações em situação de urgência; e, em momento algum poderá ser utilizado para ingressar em redes sociais, páginas de notícias, entre outros;

g) Fumar nas dependências da Central de Operações Integradas, corredores, banheiros, administração ou sala de refeições, mas tão somente, em áreas externas e abertas;

h) Não é permitido a nenhum dos integrantes da Central de Operações Integradas dormir no interior da sala de operações;

i) Livros, revistas, jornais, e-book's, entre outros no interior da sala de operações, com exceção para livros técnicos e manuais de procedimentos;

j) Acesso e uso de jogos de qualquer natureza pela Internet ou qualquer outro meio;

k) A utilização dos recursos da Internet, exceto à necessária ao desempenho do serviço de monitoramento, sendo PERMANENTEMENTE PROIBIDO o acesso a material erótico/pornográfico, a sites de relacionamento (Facebook e outros), de compra e venda de produtos (Mercado Livre, e outros similares), de compartilhamento e/ou download de músicas e softwares, execução de programas de Chat (Messenger e similares), bem como o download e execução de filmes ou qualquer outra aplicação diversa dos objetivos da Central de Operações Integradas;

l) Não é permitido colocar sobre ou sob as mesas de atendimento ou junto às estações de atendimento materiais e objetos de uso pessoal (mochilas, malas, capacetes, bolsas, entre outros), tendo em conta que estão disponíveis armários Box, na estação de monitoramento;

m) A fixação de nenhum material, nas mesas de atendimento sem autorização do Administrador da Central Integrada de Monitoramento Urbano;

n) As chegadas tardias e/ou saídas antecipadas, tendo em conta que as atividades são realizadas em Equipes, salvo motivo de força maior;

Art. 12. No caso de FALTAS – O Monitor deverá comunicar ao

Administrador/Coordenador com antecedência mínima de três (3) dias, para gerenciamento da Equipe a qual pertence o faltante; salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O Monitor que tiver três (3) faltas injustificadas será excluído do Projeto, por desinteresse.

Art. 13. As regras de educação, de boas maneiras e de convivência entre pessoas determinam que todos devam cumprimentar-se ao chegar, falar em um tom de voz moderado e claro, sem fazer algazarras, para todos aqueles que trabalham em equipe, sendo imperativo para a fluidez de atividades integradas.

Parágrafo único. Deverá ser observada a apresentação pessoal (cabelos, barba, vestuário), assim como o asseio do uniforme ou fardamento (limpo e passado).

Art. 14. Todas as Equipes deverão estar prontas para receber o serviço do seu antecessor, 10 (dez) minutos antes do seu início de seu turno, com a finalidade de realizar o "repasse" de informações e/ou pendências a serem finalizadas, se houver.

Art. 15. Nos casos em que forem detectadas anomalias no serviço ou dificuldades nos relacionamentos interpessoais, todos devem se reportar ao seu Gerenciador de Turno, o qual tomará as devidas providências, quando não for possível ser sanada imediatamente, as decisões serão tomadas em conjunto com Coordenador e o Titular da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 16. É obrigatório o uso de uniforme regulamentado pelo respectivo órgão ao qual pertence o integrante da Central de Operações Integradas, sendo que a entrada ou saída da área devem ser respeitadas as passagens privativas, previamente designadas.

Parágrafo único. No caso dos contratados da Associação de Pessoas com Deficiência em Santa Catarina – APEDESC e aos Voluntários selecionados – o uniforme constituir-se-á de camiseta branca com logomarca do Município.

Art. 17. A busca pela melhoria do ambiente, seja físico ou virtual é uma necessidade constante, sendo a limpeza e o controle de ruídos, tais como, falar alto, conversas particulares e paralelas próximas aos atendentes enquanto em comunicação, deve ser observado e evitado por todos os que integram a Central de Operações Integradas.

Art. 18. Os armários existentes na estação de videomonitoramento serão de uso coletivo e devem ser utilizados, exclusivamente, como guarda volumes; sendo o seu uso permitido somente no expediente/turno de serviço, preferencialmente trancado por cadeados e deverá estar limpo e aberto ou destrancado para o uso dos demais integrantes da Central de Operações Integradas.

Art. 19. Quanto às refeições – é proibido fazer qualquer tipo de refeição no recinto da Central de Operações Integradas, considerando as normativas estabelecidas para os equipamentos de proteção individual, quanto à segurança, higiene e saúde no local de trabalho, considerando que um espaço de tempo disponível para essa atividade.

§1º - Toda alimentação deverá ser realizada na sala de conforto da Central de Operações Integradas, que conta com mesas, cadeiras, geladeira, cafeteira e forno microondas;

§2º - O tipo de alimentação realizada na sala de conforto é restrito a gêneros que não necessitem o uso de equipamentos de frituras e similares, apenas para aquecimento ou refrigeração, quando for o caso;

§3º - Não é permitido trazer alimento, de qualquer natureza, para o interior da sala de operações;

§4º - Em relação ao consumo de água - este será permitido no interior da sala de operações desde que em recipiente fechado e apropriado, qual seja garrafa com bico e tampa (ex.: tipo garrafa

esportiva "Squeeze"), para não oferecer risco aos equipamentos; §5º - A responsabilidade pela limpeza da sala de conforto, logo após, o consumo de alimentos é do usuário.

Art. 20. Todos os integrantes da Central de Operações Integradas estando em serviço e que se fizer necessária a saída por questões de necessidades fisiológicas, descanso previsto e/ou alimentação, deverão realizar a saída do sistema.

Art. 21. As situações não previstas nesta Portaria deverão ser tratadas com o Gerenciador de Turno e/ou Coordenador, que repassará ao Titular da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito ou a quem de direito, se for o caso.

Da Fiscalização do Trânsito

Art. 22. As imagens captadas pelas câmeras poderão ser usadas como estudo para planejamento do trânsito, visando a melhoria da mobilidade urbana, desde que previamente autorizadas, bem como o acesso a central para esta finalidade;

Art. 23. O monitoramento do trânsito será realizado pelos operadores de CFTV e ou em paralelo com aos agentes de trânsito, sendo privativo deste a autuação;

Art. 24. As imagens que possam gerar autuações, observadas pelos operadores de CFTV, deverão ser analisadas pelo agente de trânsito, em serviço naquele turno de trabalho, sendo vedada a autuação por agentes de trânsito de infrações observadas em turnos de trabalho diferentes ao seu escalado;

Art. 25. Os agentes de trânsito que atuarão na central deverão cumprir o disposto no art. 280 do Código de Trânsito Brasileiro, bem como as disposições contidas na Resolução 404/2012 do CONTRAN.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 241/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 18/09/2015 Processo: 387/2015
--	--

Resultado Dispensa por Justificativa nº 241/2015 REFERÊNCIA: Processo nº 387/2015 - Dispensa por Justificativa nº 241/2015

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC PARA ABRIGAR A CENTRAL DE ATENDIMENTO IMEDIATO DO EXECUTIVO FISCAL.

1 – A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 4.964 de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 – Após a análise dos documentos de habilitação e da proposta de preços fica classificada a empresa abaixo

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	IBAGY IMOVEIS LTDA.	12,0	R\$ 4.150,00	R\$ 49.800,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 49.800,00	Quarenta e nove mil e oitocentos reais

São José, 18 de setembro de 2015.

LEONARDO WIETHORN RODRIGUES Presidente / CPL	PAULO DUTRA Membro
---	-----------------------

KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro	REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro
----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 18/09/2015 Processo: 396/2015
--	--

Resultado Inexigibilidade Nº 020/2015 REFERÊNCIA: PROCESSO nº 396/2015 - Inexigibilidade nº 020/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA PARA CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOARTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO INFANTIL "VIM VER MARIA", DESTINADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FAZEM PARTE DOS SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO MUNICIPAL E CONVENIADOS, QUE ATENDEM NA MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL E AS CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OFERTADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

1 – A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 4.964 de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 – Após análise da habilitação e proposta fica classificada a empresa abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOARTE	1,0	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 4.000,00	Quatro mil reais

São José, 18 de setembro de 2015.

LEONARDO WIETHORN RODRIGUES Presidente / CPL	PAULO DUTRA Membro
---	-----------------------

KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro	REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro
----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

TERMO ADITIVO/TA Nº 019/2013-04 – CC 007/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 019/2013-04 – CC 007/2012 - Processo 214/2012 – Contratado: STC – SERVIÇOS TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM DIVERSAS RUAS DA LOCALIDADE DE FORQUILHAS, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Prorrogação de Prazo: o Contrato nº 019/2013 vigorará com prorrogação do prazo de vigência por mais 06 (seis) meses, e prazo de execução dos serviços por mais 05 (cinco) meses, com a contagem dos novos prazos iniciando-se no dia posterior ao final da vigência e execução do Termo Aditivo 019/2013-01, considerando-se a paralisação realizada. Data da assinatura: 04 de setembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.161 DE 2015

PORTARIA Nº 161/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Ordinária nº 2.248/1991, considerando as imputações formuladas pela Vereadora Sandra Martins, através do Memorando 039/2015 datado de 15 de julho de 2015

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores efetivos: PAULO ROBERTO CORREA, ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO e SANDRA REGINA MIKULSKI, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos descritos pela Vereadora Sandra Martins, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a contar da data da instalação.

Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais nos dias de instrução processual, como coletas em direito admitidas, bem como para elaboração de relatório final.

Câmara Municipal de São José, 18 de setembro de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.162 DE 2015

PORTARIA Nº 162/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – Interromper as férias do Servidor MATEUS SANTANA, a pedido da Excelentíssima Sra. Vereadora SANDRA PEREIRA ALVES MARTINS, conforme Artigo 97, da Lei 2.248/91.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 18 de setembro de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.649, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.649, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

“REGULAMENTA O USO E APLICAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E, INSTITUIDA PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 044 DE 15 DE JULHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições o artigo 69, IX da Lei Orgânica Municipal, visando regulamentar o disposto na Lei Complementar Municipal nº 044 de 15 de julho de 2015, que instituiu a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, bem como,

CONSIDERANDO a determinação esculpida no Art. 37, XXII da Constituição Federal relativa a integração entre os fiscos, e o que prescreve os artigos 219, 1.179 e 1.180 da [Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), bem como a determinação contida nos artigos 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001;

CONSIDERANDO a previsão legal da implantação a nível nacional do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal 6.022 de 22 de janeiro de 2007, em atenção a disposição do Art. 3º, §3º, desse, e, considerando que a NFS-e está sendo desenvolvida de forma integrada, pela Receita Federal do Brasil – RFB e Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, atendendo o Protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007, que atribuiu a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto da NFS-e, no qual os municípios do país todo são abrangidos;

CONSIDERANDO o imperativo de se proceder a simplificação, a desburocratização e, conseqüentemente, a redução dos custos operacionais do sujeito passivo no cumprimento de suas obrigações tributárias acessórias relativas à emissão de notas fiscais de serviços, guarda e conservação de documentos fiscais;

CONSIDERANDO a necessidade de se implementar métodos informatizados na Administração Tributária Municipal visando a aumentar a capacidade de fiscalização da municipalidade de molde a se reduzir a evasão na cobrança do ISSQN;

1

D E C R E T A:**CAPÍTULO I
DAS NOTAS FISCAIS CONVENCIONAIS**

Art. 1º. A solicitação para Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDOF, bem como sua homologação, se darão exclusivamente em aplicativo disponibilizado e autorizado pela Administração Municipal, por meio eletrônico, no endereço eletrônico www.prefcedro.sc.gov.br.

Parágrafo único: Para ter acesso a tal funcionalidade, todos os contribuintes prestadores de serviços e todas as gráficas autorizadas à impressão de documentos fiscais, deverão cadastrar-se no aplicativo do Fisco Municipal de Atendimento ao Cidadão para obtenção de senha de acesso.

Art. 2º. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDOF será concedida mediante observância dos seguintes critérios:

§1º. O formulário da AIDOF será preenchido pelo contribuinte ou seu representante com a apresentação do respectivo mandato em meio eletrônico e conterá a quantidade especificada do talonário a ser impresso e todas as demais informações obrigatórias que o sistema do Fisco Municipal exigir.

§2º. O referido documento será analisado e autorizado eletronicamente pelo Fisco Municipal com a respectiva comunicação eletrônica à gráfica autorizada para impressão dos documentos e ao contribuinte ou representante autorizado no cadastro municipal.

§3º A validade e a autenticidade da AIDOF emitida eletronicamente deverá ser consultada pela Gráfica autorizada antes da impressão dos documentos em aplicativo disponibilizado e autorizado pela Administração Municipal, por meio eletrônico.

§4º. As gráficas somente poderão imprimir os talões de notas de serviços e outros mediante consulta prévia do recebimento da AIDOF em meio eletrônico emitida pelo fisco municipal, aplicando-se aos infratores as penalidades cabíveis.

Art. 3º. O contribuinte prestador de serviços deverá emitir suas notas fiscais convencionais (papel), se autorizadas pelo Fisco Municipal em conformidade com as disposições contidas neste decreto.

Art. 4º. As séries dos documentos fiscais autorizados pelo Fisco Municipal serão acrescidas das seguintes séries:

I - E: Representará todas as Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas – NFS-e

I - RPS: Representará os Recibos Provisórios de Serviços a serem utilizados como solução de contingência e solução webservices conforme padrão da Associação Brasileira de Secretarias de Fazendas - ABRASF.

CAPÍTULO II DA ESCRITURAÇÃO DOS DADOS

Art. 5º. Fica instituído o programa de computador (software) Declaração Eletrônica do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – DEISS, para uso em computador e comunicação via internet, com as seguintes funcionalidades:

I – escrituração de documentos fiscais emitidos e recebidos, referentes aos serviços prestados e/ou tomados ou intermediados de terceiros;

II – declaração mensal – escrituração eletrônica do livro fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, instrumento que registra, por competência, a escrituração da movimentação fiscal referente aos serviços prestados e tomados de terceiros, possibilitando, ainda, a emissão de documento de arrecadação referente à escrituração efetuada;

III – sistema de transmissão da declaração via internet.

§ 1º O programa referido no “caput” será disponibilizado gratuitamente no endereço eletrônico www.prefcedro.sc.gov.br, acessando o ícone DEISS;

§ 2º Para obtenção do acesso ao sistema o declarante deverá efetuar o seu cadastro via internet, o qual será submetido à aprovação da Municipalidade, que lhe encaminhará uma “chave de acesso” para permitir a declaração das informações.

Art. 6º. Todas as pessoas jurídicas de direito público e privado, estabelecidas ou sediadas no Município de São José do Cedro, ou a estas equiparadas, ficam obrigadas a prestar mensalmente declarações dos dados econômico-fiscais de todas as operações que envolvam a prestação de serviços, tributáveis ou não, através do programa eletrônico, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência do fato gerador do imposto.

§1º Incluem-se nessa obrigação:

I - os estabelecimentos equiparados à pessoa jurídica;

II – os contribuintes prestadores de serviços sob regime por homologação, inclusive aqueles apurados por sistema de estimativa;

III – os contribuintes por substituição tributária e os responsáveis tributários por serviços tomados;

IV – os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mistas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos e demais entidades controladas direta e indiretamente pela União, pelos Estados ou por este Município;

V - os partidos políticos;

VI - as entidades religiosas, filantrópicas, filosóficas e outras;

VII – as instituições de ensino;

VIII - as fundações de direito privado;

IX - as associações, inclusive entidades sindicais, federações, centrais sindicais, confederações, e serviços sociais autônomos;

X - os condomínios;

XI - os cartórios notariais e registrais.

§2º Para os contribuintes que vierem a se inscrever no Cadastro de Contribuintes do Município a entrega da primeira declaração dar-se-á até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência do fato gerador do imposto, do mês seguinte ao da inscrição.

§3º Ficam facultadas a apresentação da declaração eletrônica:

I – as pessoas jurídicas não estabelecidas no Município;

II – as pessoas físicas estabelecidas ou não no Município, em relação aos documentos referentes aos serviços tomados ou intermediados de terceiros.

Art. 7º. A declaração deverá conter:

I – os dados cadastrais do prestador, tomador ou intermediário de serviços;

II – a identificação do responsável pela declaração;

III – o registro dos documentos fiscais (notas fiscais, notas fiscais-faturas, cupons fiscais, bilhetes de ingresso, etc.) emitidos pelo prestador de serviços, bem como daqueles documentos cancelados e extraviados;

IV – o registro de deduções na base de cálculo admitidas pela legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;

V – o registro do imposto retido pelos responsáveis tributários estabelecidos no Município, nas hipóteses previstas na legislação municipal em vigor;

VI – o registro dos documentos referentes a serviços tomados ou intermediados de terceiros, inclusive o registro de documentos emitidos por prestador de serviço estabelecido fora do Município, com ou sem substituição tributária.

§1º. Excetuam-se do disposto no Inciso VI deste artigo os seguintes documentos:

I – referentes a serviços tributados pelo ICMS;

II – emitidos pelas empresas concessionárias, subconcessionárias e permissionárias de serviços públicos de energia elétrica, telecomunicações, gás, saneamento básico e distribuição de água;

III – referentes a pedágio;

IV – referentes a serviços de táxi e Xerox;

V – emitidos pelos correios e suas agências franqueadas referentes a serviços de transporte, coleta ou entrega de bens e valores;

VI – referentes a tarifas bancárias.

§2º. Sujeitam-se também a todas as obrigações descritas no presente artigo e seus parágrafos todos os demais contribuintes, ainda que pessoas físicas equiparadas a jurídicas, que possuam autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF) ou autorizados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

§3º. Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá escrituração tributária própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal no que se refere à declaração mensal de movimento econômico.

§4º. Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal, os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, os documentos fiscais, a guias de pagamento do imposto, a declaração mensal de movimento econômico e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 8º. Os contribuintes com personalidade jurídica ou equiparados e sujeitos a alíquotas variáveis bem como outros que possuam autorização para impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), optantes ou não pelo Regime Simples Nacional, inclusive aqueles de enquadramento por estimativa, farão a apuração do imposto ao final de cada mês, mediante o lançamento de suas operações, as quais estarão sujeitas a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, mensalmente, as Notas Fiscais emitidas bem como os demais documentos fiscais, com seus respectivos valores, efetuando o fechamento da declaração e emitindo ao final do processamento a guia de recolhimento para efetuar o pagamento do imposto devido.

§ 2º O tomador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, mensalmente, as Notas Fiscais e demais documentos, fiscais e não fiscais, comprobatórios dos serviços tomados, tributados ou não tributados, efetuar o fechamento da declaração, emitindo, ao final do processamento, a guia de recolhimento para efetuar o pagamento do imposto devido, quando for o caso.

§3º Os prestadores de serviço que não estejam sujeitos à modalidade de lançamento por homologação, mas que sejam autorizados pelo fisco municipal à emissão de Nota Fiscal de Serviços, também ficam obrigados à declaração de movimento econômico mensal.

Art. 9º. Os contribuintes prestadores de serviços sujeitos à modalidade de lançamento por homologação ou que sejam autorizados pelo fisco municipal à emissão de Nota Fiscal de Serviços, optantes ou não pelo Regime Simples Nacional, que não prestarem serviços, deverão informar, na escrituração fiscal, a ausência de movimentação econômica, através de declaração "Sem Movimento", até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência apurada.

Art. 10. Caso haja necessidade de retificação de alguma informação escriturada em declaração já transmitida, o declarante deverá gerar e enviar declaração retificadora.

§1º. Esgotado o prazo de que trata o caput do artigo 6º e do artigo 9º, a declaração poderá ser retificada a qualquer tempo, ficando o declarante sujeito às penalidades previstas na legislação.

§2º O Fisco Municipal aceitará a declaração retificadora gerada com as informações do mesmo responsável pela declaração anterior.

Art. 11. O prestador e o tomador de serviços, tributados ou não tributados, ficam obrigados a manter em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição, os seguintes livros fiscais, escriturados através do programa eletrônico:

I – Livro de Registro de Prestação de Serviços;

II – Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas com Documento Fiscal;

III – Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Físicas e Jurídicas sem Documento Fiscal.

§1º O Livro de Registro de Prestação de Serviços deverá ser escriturado pelos contribuintes prestadores de serviços, de todos os serviços prestados, tributados ou não pelo imposto e poderá ser armazenado eletronicamente.

§2º O Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas com Documento Fiscal deverá ser escriturado pelos tomadores, contendo todas as informações relativas aos serviços adquiridos mediante apresentação de documento fiscal pelo prestador, tributado ou não pelo imposto, inclusive aqueles contratados com responsabilidade para recolhimento do ISS por retenção na fonte, atribuída pela legislação vigente, e poderá ser armazenado eletronicamente.

§3º O Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Físicas e Jurídicas sem Documento Fiscal deverá ser escriturado pelos tomadores, contendo todas as informações relativas aos serviços adquiridos sem a apresentação de documento fiscal pelo prestador, inclusive aqueles contratados com responsabilidade para recolhimento do ISS por retenção na fonte, atribuída pela legislação.

§4º Findo o exercício fiscal, é facultado ao contribuinte e ao tomador de serviços a impressão e a encadernação dos livros, devendo conservá-los em meio físico no estabelecimento pelo prazo regulamentar ou mantê-los eletronicamente armazenados, para exibição ao Fisco quando solicitados, sob pena de multa.

§5º Os livros previstos nos incisos I, II e III poderão ser encadernados em um único volume, ou mantidos armazenados eletronicamente.

Art. 12. As instituições bancárias, bancos comerciais e cooperativas de crédito, estão dispensadas da emissão de notas fiscais de serviços, ficando, porém, obrigadas a prestar as informações requeridas em módulo específico da ferramenta DEISS, declarando a receita bruta e detalhando-a por conta analítica, com base no plano de contas do Banco Central (COSIF/BACEN).

§1º Após o registro das informações requeridas e encerramento da escrituração, os estabelecimentos mencionados no “caput” deverão emitir os Mapas de Apuração gerados automaticamente pela ferramenta no link “Livro Fiscal” e armazená-los eletronicamente.

§2º Os estabelecimentos mencionados no “caput” deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, além dos Mapas de Apuração, os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central e o plano de contas analítico descritivo da instituição.

§3º As disposições deste artigo não excluem a obrigação das instituições bancárias na condição de tomadoras de serviços, devendo estas providenciar a escrituração dos serviços tomados na forma prevista para os demais responsáveis.

Art. 13. As casas lotéricas poderão optar, mediante requerimento, pela emissão de notas fiscais, pelo somatório dos serviços prestados no mês, ficando, porém, obrigadas a manter em apartado, Mapas de Apuração que proporcione o detalhamento dos serviços prestados.

§1º Após o registro das informações requeridas e encerramento da escrituração fiscal, os contribuintes mencionados no “caput” deverão manter arquivados, para exibição ao Fisco, além dos Mapas de Apuração, os balancetes analíticos mensais e o plano de contas contábil analítico utilizado para escrituração de suas operações econômico-fiscais.

§2º As disposições deste artigo não excluem a obrigação dos contribuintes indicados no “caput” de fornecerem nota fiscal individualizada para aqueles tomadores de serviços que assim solicitarem.

§3º As disposições deste artigo não excluem a obrigação dos contribuintes indicados no “caput” na condição de tomadoras de serviços, devendo estas providenciar a escrituração dos serviços tomados na forma prevista para os demais responsáveis.

Art. 14. Os Cartórios Notariais e de Registro deverão proceder a emissão de notas fiscais eletrônicas com o detalhamento dos serviços prestados e a entrega da Declaração Eletrônica de Movimento Econômico mensalmente.

§1º Após o registro das informações requeridas e encerramento da escrituração fiscal, os contribuintes mencionados no “caput” deverão manter arquivados, para exibição ao Fisco, Mapas Mensais Analíticos de Apuração de Receitas apontando o quantitativo dos serviços, agrupados e somados por tipo de serviços prestados e, ao final, a totalização da Receita Bruta Mensal.

§2º As disposições deste artigo não excluem a obrigação dos contribuintes indicados no “caput” de fornecerem nota fiscal de serviço individualizada para cada um dos tomadores de serviços.

§3º O Livro de Registro Diário da Receita e da Despesa deverá ficar à disposição do Fisco, para exame quando solicitado.

§4º As disposições deste artigo não excluem a obrigação dos contribuintes indicados no “caput” na condição de tomadoras de serviços, devendo estas providenciar a escrituração dos serviços tomados na forma prevista para os demais responsáveis.

Art. 15. A obrigação tributária prevista neste decreto de escrituração dos documentos fiscais das operações de serviços somente será satisfeita com o encerramento da escrituração fiscal pelo fechamento da Declaração Eletrônica de Movimento Econômico e geração da guia de recolhimento respectiva.

Parágrafo único. A confirmação do encerramento da escrituração implica na confissão da dívida junto à Fazenda Municipal.

Art. 16. O contribuinte ou tomador de serviços deverá recolher até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência do fato gerador do imposto, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, correspondentes aos serviços prestados ou aos serviços tomados de terceiros, relativos ao mês anterior, exceto quando tratar-se de optante do Simples Nacional que deverá recolher o tributo nos prazos já fixados pela Receita Federal.

Art. 17. O descumprimento das obrigações acessórias previstas neste decreto relativas a Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISS, inclusive as prestadas por meio eletrônico, sujeita o infrator às penalidades previstas no Art. 229 da Lei Complementar Municipal 009 de 27 de setembro de 2005, a cada mês de competência constatado.

Parágrafo Único. O recolhimento da penalidade prevista no caput não inibe que, a critério do fisco municipal, seja realizado arbitramento e lançamento de ofício do valor do ISSQN correspondente, com base na média das receitas auferidas nos últimos 12 (doze) meses, ou, comparativamente com a média de receitas auferidas por empresas de porte e atividades semelhantes.

Art. 18. Independentemente da transmissão ou entrega da declaração, o Imposto correspondente aos serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros, deverá ser recolhido até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência do fato gerador do imposto.

Art. 19. As disposições contidas neste regulamento bem como as penalidades por descumprimento das obrigações acessórias previstas aplicar-se-ão para os fatos geradores do ISS a partir da data a ser informada pela Administração.

Art. 20. Situações não abrangidas no presente decreto poderão, a critério do Fisco Municipal, serem posteriormente regulamentadas.

Art. 21. A critério do fisco municipal, poderão ser implementados mapas de apuração do Imposto Sobre Serviços, em meio eletrônico ou físico, para situações específicas por ramo de atividades, a serem instituídos com obrigatoriedade de uso pelos contribuintes abrangidos, cujo descumprimento implicará na aplicação das

penalidades cabíveis previstas no Código Tributário Municipal, a cada omissão constatada.

CAPÍTULO III

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-E)

Art. 22. A NFS-e é o documento fiscal de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente em programa de computador, com o objetivo de materializar os fatos geradores do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – por meio do registro eletrônico das prestações de serviços sujeitas a essa tributação.

§1º A NFS-e deverá ser emitida no momento da prestação dos serviços.

§2º A NFS-e estará disponível na rede mundial de computadores (internet), no endereço www.prefcedro.sc.gov.br acessando o link NFS-e.

Art. 23. A NFS-e deverá conter as seguintes informações:

- I - número sequencial;
- II - código de verificação de autenticidade;
- III - data e hora da emissão;
- IV - identificação do prestador de serviços, com:
 - a) nome empresarial;
 - b) endereço;
 - c) número do telefone;
 - d) endereço eletrônico - e-mail;
 - e) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - f) número da inscrição no Cadastro Municipal de Receitas;
 - g) número da inscrição estadual, quando for o caso.
- V - identificação do tomador de serviços, com:
 - a) nome ou nome empresarial;
 - b) endereço;
 - c) número do telefone;
 - d) endereço eletrônico - e-mail;
 - e) número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- VI - identificação do intermediador do serviço, quando for o caso, com:
 - a) nome ou nome empresarial;
 - b) número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - c) número da inscrição no Cadastro Municipal de Receitas, quando for o caso;

VII - código do item da lista municipal de serviços correspondente ao serviço prestado;
VIII - discriminação do serviço prestado;
IX - valor do serviço prestado;
X - valor da base de cálculo, da alíquota aplicável e do ISSQN;
XI - valor da dedução, se houver;
XII - valor total da NFS-e;
XIII - indicação de prestação de serviço tributada sob alíquota fixa anual, quando for o caso;
XIV - indicação de imunidade ou de isenção relativas ao serviço prestado, quando for o caso;
XV - indicação de serviço não tributável pelo Município, quando for o caso;
XVI - indicação de retenção de ISSQN na fonte, quando for o caso;
XVII - identificação de opção pelo MEI (Micro Empreendedor Individual), quando for o caso;
XVIII - identificação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso;
XIX - outras indicações previstas na legislação tributária municipal.
§1º O número da NFS-e será gerado eletronicamente pelo sistema em ordem crescente sequencial e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.
§2º A identificação de tomador pessoa natural é obrigatória, sendo opcional a vinculação de endereço eletrônico pessoal;
§3º Caso o emissor opte pela emissão de NFS-e contendo mais de 1(um) código de serviço municipal para o mesmo tomador de serviço na mesma data, o emissor deverá identificar cada um dos itens vinculando as respectivas atividades, onde serão emitidas notas fiscais separadas para cada serviço.

Art. 24. A emissão da NFS-e é uma obrigação tributária acessória restrita às pessoas jurídicas ou equiparadas, conforme enquadramento atribuído pelo fisco municipal, prestadoras de serviços constantes da Lista de Serviços Municipal.

§1º A Administração Tributária Municipal, a qualquer tempo, independentemente do disposto no §1º deste artigo, poderá determinar, a seu critério, de ofício, o início da obrigação da emissão da NFS-e para um contribuinte individualmente, por atividades específicas (CNAEs), por porte da empresa ou grupo de contribuintes, através de Decreto.

§2º Para os contribuintes que possuam mais de uma atividade de prestação de serviços cadastrada no sistema da Administração Municipal, a emissão de NFS-e é extensiva a todos os serviços prestados, a partir da obrigatoriedade da emissão para qualquer uma delas.

§3º O contribuinte que desenvolver atividades de prestação de serviços e de fornecimento de mercadorias deverá emitir em separado as respectivas Notas Fiscais.

§4º A Administração Tributária Municipal poderá adotar regime específico nos casos em que a particularidade da prestação dificulte ou inviabilize o cumprimento das obrigações previstas neste artigo.

§5º A obrigatoriedade da emissão da NFS-e implica no cancelamento automático de eventuais regimes especiais concedidos previamente pela Administração Tributária Municipal para a emissão de documentos fiscais, inclusive de Notas Fiscais em papel.

§6º Todos os contribuintes que já estejam autorizados, até a publicação do presente decreto, à emissão de Cupom Fiscal de Serviços, são obrigados a emissão de NFS-e diretamente no aplicativo fornecido pela administração municipal na rede mundial de computadores (internet), ou, alternativamente, à emissão de RPS e conversão em NFS-e individuais ou por lotes com autenticação via “webservices” disponibilizado pela administração municipal, respeitadas as determinações contidas no art. 27 do presente decreto.

Art. 25. Os representantes legais dos prestadores de serviços obrigados à emissão de NFS-e devem proceder ao requerimento de credenciamento da NFS-e, em meio eletrônico disponível na rede mundial de computadores, imprimir o protocolo lá gerado e juntar com a documentação necessária, encaminhando tal pedido ao departamento de fiscalização municipal para credenciar-se à obtenção da senha de autorização de acesso ao Sistema Emissor da NFS-e para cada uma das empresas que representa.

§1º. O credenciamento para obtenção da senha de autorização de acesso ao Sistema Emissor da NFS-e será concedida mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - protocolo de solicitação de credenciamento para obtenção da senha de autorização de acesso ao Sistema Emissor da NFS-e, emitido pelo sistema na internet;
- II - cópia simples do contrato social, requerimento do empresário ou equivalente (Ata de Constituição, Estatuto), com todas as alterações;
- III - cópia simples do CPF e de Documento de Identidade do(s) representante(s) legal(is) do prestador de serviço com poderes de representação, conforme indicado nos atos constitutivos da pessoa jurídica;
- IV - em caso de substabelecimento ou de mandato, apresentar cópia simples do instrumento correspondente.

§2º. A omissão no credenciamento descrito nos termos do presente artigo, no prazo legal a ser estipulado pela administração municipal implicará na aplicação das penalidades correspondentes e previstas no Art. 229 do Código Tributário Municipal.

Art.26. A representação gráfica da NFS-e, documento fiscal chamado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (DANFSE), poderá ser impressa em via única e ser entregue ao tomador de serviços, bem como a NFS-e será enviada automaticamente para o endereço eletrônico (e-mail) do tomador de serviços, por sua solicitação.

Art. 27. Fica instituído o Recibo Provisório de Serviços – RPS como documento fiscal, o qual deverá ser emitido e utilizado como solução de contingência no caso de eventual impedimento da emissão online da NFS-e.

§1º A emissão pelo prestador de serviços da RPS é obrigatória sempre que for realizado serviço e estiver indisponível por qualquer motivo a emissão on-line da NFS-e.

§2º O RPS, como solução de contingência, será autorizado eletronicamente exclusivamente pela administração municipal em número reduzido e observado o porte e movimentação econômica do contribuinte, a critério da fiscalização municipal.

§3º O RPS deverá ser transmitido para a Administração Tributária Municipal até o final do dia útil subsequente a sua emissão procedendo a sua conversão em NFS-e.

§4º A não conversão do RPS pela NFS-e ou a sua conversão fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades cabíveis.

§5º O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias contendo os mesmos dados da NFS-e, conforme disposto no artigo 3º do presente decreto, sendo a primeira via destinada ao tomador de serviços e a segunda ao emitente que o armazenará deixando-o disponível ao fisco municipal, se solicitado.

§6º O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial para cada contribuinte.

§7º O RPS a ser entregue ao tomador do serviço por ocasião da prestação do serviço, além das situações acima previstas, deverá obrigatoriamente conter as expressões:

I – “Recibo Provisório de Serviço – RPS”

II – “A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) correspondente ao presente RPS poderá ser conferida pela rede mundial de computadores no sítio www.prefcedro.sc.gov.br acessando o link NFS-e a partir do dia útil subsequente a sua emissão”.

III – A indicação do nº do RPS, da série fixa “RPS” e CNPJ do prestador do serviço.

Art. 28. A critério do Fisco Municipal e opcionalmente ao disposto nos artigos 26 e 27 deste Decreto, o prestador de serviço poderá emitir o RPS a cada prestação em sistema próprio do contribuinte, devendo, nesse caso, substituí-lo por NFS-e mediante a transmissão em lote dos RPS emitidos via solução “webservices” a ser disponibilizado pela administração municipal.

§1º O RPS emitido na forma deste artigo deverá ser transmitido até o final do dia útil subsequente a sua emissão para conversão em NFS-e.

§2º A emissão e a impressão do RPS nos termos deste artigo somente poderão ser realizadas após a autorização expressa da Administração Tributária Municipal, sob forma de Regime Especial.

§3º O contribuinte que emitir RPS nos termos deste artigo poderá reenviar o RPS já processado com a informação de seu cancelamento para o cancelamento da NFS-e correspondente.

§4º O procedimento previsto no §3º deste artigo somente poderá ser realizado no prazo previsto no art. 31 do presente decreto.

§5º A não transmissão dos lotes de RPS no prazo estabelecido no §1º deste artigo sujeitará o prestador de serviço à perda do Regime Especial e as penalidade previstas, por RPS não convertido.

§6º O disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do Art. 27 deste Decreto também se aplica ao disposto neste artigo.

§7º O envio de RPS via solução “webservices” deverá necessariamente ser em arquivo padrão “XML”, assinado digitalmente com utilização de certificação digital emitida por Autoridade Certificadora de padrão IPC-Brasil.

Art. 29. Ficam convertidas pelo presente decreto todas as Notas Fiscais de Serviço convencionais (papel) ainda não emitidas em posse daquelas pessoas jurídicas que aderirem a NFS-e em Recibos Provisórios de Serviço(RPS), os quais deverão ser utilizados como solução de contingência em casos de impossibilidade da emissão da NFS-e.

§1º As Autorizações para Impressão de Documentos Fiscais – AIDOF ainda não utilizadas por pessoa jurídica que aderir a NFS-e deverão ser inutilizadas.

§2º A utilização de notas convencionais (papel) após adesão à emissão da NFS-e como RPS, sem a sua conversão em NFS-e no prazo legal, equiparar-se-á a não emissão de nota fiscal de serviço e sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação.

§3º Na adesão à emissão de NFS-e, a autoridade fiscal aporá carimbo, validando e convertendo a Nota Fiscal convencional (papel) em RPS.

Art. 30. O prestador de serviços deverá manter em seu estabelecimento RPS, conforme modelo estabelecido no anexo I do presente decreto, como solução de contingência, onde, na sua falta, deverá proceder a solicitação de Autorização para Impressão de Documento Fiscal (AIDOF) em meio eletrônico disponibilizado pela Administração Municipal com série especial RPS.

Parágrafo único: O contribuinte flagrado pela fiscalização municipal sem RPS como solução de contingência estará sujeito as penalidades legalmente previstas .

Art. 31. A NFS-e poderá ser cancelada por meio do sistema emissor, desde que esse procedimento seja efetivado em até 2 (dois) dias corridos da data de sua emissão.

§1º Após o período, a NFS-e somente poderá ser cancelada por autorização da Administração Tributária Municipal, a ser concedida em processo administrativo, por solicitação do prestador de serviço.

§2º No caso do cancelamento da NFS-e ser autorizado conforme disposto no § 1º deste artigo, a restituição do imposto já recolhido poderá ser efetuada conforme previsto na legislação.

Art. 32. A NFS-e emitida poderá ser substituída por outra, quando houver erro no preenchimento no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua emissão original.

§1º O imposto pago da nota fiscal substituída será aproveitado para a nota fiscal emitida em substituição e eventual valor a recolher será apurado no mês de competência da prestação do serviço com os devidos acréscimos.

Art. 33. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio da Prefeitura Municipal de São José do Cedro disponível na internet, no endereço www.prefcedro.sc.gov.br, acessando o link NFS-e.

§1º Será disponibilizada a exportação das notas fiscais emitidas aos escritórios contábeis autorizados pelo contribuinte ou ao próprio contribuinte diretamente no aplicativo DEISS - Declaração Eletrônica de ISS, via internet.

Art. 34. O documento fiscal de serviço emitido sem a observância do disposto neste Decreto e na legislação tributária do Município, por prestador obrigado à emissão da NFS-e, será considerado inidôneo e o sujeitará às multas previstas na legislação tributária, sem prejuízo do pagamento do ISSQN incidente sobre o serviço prestado.

Art. 35. As guias de pagamentos do ISSQN serão geradas na DEISS disponível no sítio eletrônico www.prefcedro.sc.gov.br, no link específico DEISS;

Parágrafo Único: Os contribuintes emissores de NFS-e continuam obrigados a prestar a Declaração de Movimento Econômico (DEISS) e a sua omissão implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 36. Os RPS recebidos ainda não convertidos em NFS-e deverão, obrigatoriamente, ser declarados pelo tomador de serviços.

Art. 37. Os prestadores de serviços obrigados à emissão da NFS-e são obrigados a afixarem nos seus estabelecimentos, em local visível ao público, adesivo contendo a informação da obrigatoriedade da emissão da NFS-e.

Parágrafo único. O adesivo a ser afixado no estabelecimento será fornecido pelo Fisco Municipal no momento da liberação para emissão de NFSE.

Art. 38. Os valores do ISSQN declarados na NFS-e tanto quanto na Declaração Eletrônica de ISS (DEISS) constituem confissão de dívida, sujeitos à inscrição em Dívida Ativa independentemente da realização de ação fiscal.

Art. 39. A responsabilidade pela obrigação acessória de geração da NFS-e, bem como o correto fornecimento da informação para sua geração, seja ela via portal na internet ou via comunicação por solução “webservices”, é exclusivamente do contribuinte.

Art. 40. O contribuinte que aderir a emissão de NFS-e estará dispensado da solicitação de AIDOF para emissão de notas fiscais eletrônicas, restando condicionado a solicitação de AIDOF somente para emissão de RPS.

Art. 41. Quando as condições do contribuinte tornarem impraticável ou desnecessária a emissão de nota de serviço eletrônica, a juízo da Fazenda Municipal, e mediante requerimento da parte interessada, poderá ser dispensado o contribuinte das exigências da emissão de NFS-e, voltando o mesmo a proceder o registro de seus serviços em nota fiscal convencional (papel).

CAPÍTULO IV DA INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

Art. 42. O uso de meio eletrônico nas notificações e intimações omissão na entrega de declaração de movimento econômico e na constituição de créditos com base nas declarações apresentadas será admitido nos termos deste decreto.

§1º. Tratando-se de Auto de Infração referente a autuação por omissão na entrega de Declaração Eletrônica, proceder-se-á a mesma por correio eletrônico (e-mail) devidamente autorizado e cadastrado junto à administração municipal.

§2º Tratando-se de notificação de lançamento por constituição de créditos oriundos da entrega de Declaração Eletrônica, proceder-se-á a mesma por correio eletrônico (e-mail) devidamente autorizado e cadastrado junto à administração municipal.

CAPÍTULO V DO MANUAL DE INTEGRAÇÃO DA NFS-e

Art. 43. Fica fazendo parte integrante das orientações de uso da solução “webservices” para o programa de computador (software) Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) do Município de São José do Cedro, o manual de integração da NFS-e elaborado pela “ABRASF” (Associação Brasileira de Secretários e Dirigentes das Finanças dos Municípios das Capitais).

§1º Em caso de mudança no layout de dados do padrão “ABRASF” de integração para aplicação “webservices”, os contribuintes deverão adequar-se a mesma para continuidade do uso de tal função.

§2º A administração municipal disponibilizará “link” para download do referido manual no próprio sistema NFS-e, e através de seu departamento de fiscalização tributária

disponibilizará assessoria para solução de dúvidas através do e-mail tributos@prefcedro.sc.gov.br ou pela opção “Fale conosco” diretamente no aplicativo.

Art. 44. O processamento das informações se dará por meio eletrônico e as chamadas aos serviços serão feitas enviando como parâmetro um documento “XML” a ser processado pelo sistema. O formato do “XML” correspondente ao serviço deverá ser consultado no manual de integração referido no art. 1º.

Parágrafo único: Serão validados serviços distintos para envio e resposta, tanto para envio de lotes de RPS quanto para consulta de sua situação de processamento, nos moldes do manual referido no art. 1º.

Art. 45. Fica facultada a impressão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - DANFSE por software do próprio contribuinte após o processamento do RPS e sua consulta como “processado com sucesso” com a obtenção dos dados da respectiva NFS-e via consulta por solução “webservices”.

§1º A consulta da situação da NFS-e do RPS enviado se dará pelos seguintes serviços via “webservices”:

I – XML de Envio é validado pelo arquivo: `servico_consultar_nfse_rps_envio.xsd`;

II - XML de Resposta é validado pelo arquivo: `servico_consultar_nfse_rps_resposta.xsd`.

§2º A consulta da situação de NFS-e poderá ser feita por lotes de RPS enviados e se dará pelos seguintes serviços via “webservices”:

I – XML de Envio é validado pelo arquivo: `servico_consultar_lote_rps_envio.xsd`

II – XML de Resposta é validado pelo arquivo: `servico_consultar_lote_rps_resposta.xsd`

§3º Caso o DANFSE venha a ser impresso por sistema próprio, deverá obedecer exatamente o mesmo layout do documento emitido no sistema NFS-e on-line (processo síncrono), com o preenchimento de todos os campos nos seus mesmos moldes.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 46. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 15 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

ANEXO I**Modelo de RPS**

Timbre Razão Social Endereço: CNPJ: Telefone:		Recibo Provisório de Serviços - RPS Nº: Local: Data Emissão:	
Inscrição municipal: E-mail:			
Tomador do Serviço Nome: Endereço: CPF/CNPJ:			
Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Obs.: Opção pelo Simples Nacional e Aliquota Simples Nacional.			Valor Total
A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) correspondente ao presente RPS poderá ser conferida pela rede mundial de computadores no site acessando o link NFS-e a partir do dia útil subsequente a sua emissão.			

Obs.: Tamanho fixo de 14cm X 14cm.

DECRETO Nº 5.650, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5.650, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

"LIBERA CAUÇÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberada a caução, garantida pelos Lotes urbanos nº 03, Matrícula nº 13.227, Lote Urbano nº 04, Matrícula nº 13.228, Lote Urbano nº 08, Matrícula nº 13.232 e Lote Urbano nº 09, Matrícula nº 13.233, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, todos do Loteamento Habitacional Santa Rita 1, Município de São José do Cedro/SC, de propriedade do Senhor Paulo Rogério Linck, CPF nº 271.054.310-91 e outros, tendo em vista o cumprimento das exigências constantes na Lei Complementar nº 029, de 08 de novembro de 2011 e suas alterações.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 16 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 199/2015 - SF

DECRETO Nº. 199/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
"255"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
"261"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 200/2015 - SF

DECRETO Nº. 200/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$33.525,00 (trinta e três mil quinhentos e vinte e cinco reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.009 CONTR/ P/ ENTIDADES MUNICIPALISTAS AMEOSC CNM E FECAM

“67”3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições
..... R\$6.525,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS R\$27.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, no valor de R\$33.525,00 (trinta e três mil quinhentos e vinte e cinco reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de setembro de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 201/2015 - SF

DECRETO Nº. 201/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“65”3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa
Jurídica...R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“63”3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de setembro de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 202/2015 - SF

DECRETO Nº. 202/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR
"446"3.3.90.39.00.00.1.0065 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), Recursos Transferências do SUAS, Fonte 1.0065, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR
"351"3.3.90.30.00.00.1.0065 Material de Consumo
..... R\$800,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de setembro de 2015.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2015 - PR Nº 084/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 01/10/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA DA 5ª EFAISLO – EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2015 - PR Nº 085/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 01/10/2015, às 10:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2015. OBJETO: LOCAÇÃO COM MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO PARA RÁDIO FEIRA DA 5ª EFAISLO – EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2015 - SRP - PR Nº 086/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que

realizará Sessão de Licitação no dia 01/10/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: LOCAÇÃO COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO INCLuíDA DE CLIMATIZADORES E BANHEIROS QUÍMICOS, A SEREM UTILIZADOS NA 5ª EFAISLO – EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.179, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.179, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Designa os membros das mesas receptoras e escrutinadores, que atuarão na eleição dos conselheiros tutelares do Município de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Edital de Processo Eleitoral nº 001/2015, que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares do Município de São Lourenço do Oeste/SC;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros a seguir relacionados, para comporem as mesas receptoras e a apuração dos votos, atuando como presidentes, mesários, secretários, fiscais e escrutinadores, na eleição dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Lourenço do Oeste/SC, a ser realizada no dia 04 de outubro de 2015, conforme divisão entre os locais das seções eleitorais:

I - Ginásio de Esportes Adilso Rogério da Croce, localizado na rua Duque de Caxias, nº 759, no Centro deste Município:

a) Mesa A-M:

1. Presidente: Bruna Angonese, servidora pública municipal, matrícula nº 3219/01;
2. 1º Mesário: Everton Luiz Lovera, servidor público municipal, matrícula nº 12/03;
3. 2º Mesário: Simone Strada Fiel, servidora pública municipal, matrícula nº 1738/01;
4. Secretário: Jader Gabriel Ioris, servidor público municipal, matrícula nº 1676/01.

b) Mesa N-Z:

1. Presidente: Magda Lorenzon Lazon (membro CMDCA - sociedade civil);
 2. 1º Mesário: Gesmari Soletti Mafeollett, servidora pública municipal, matrícula nº 1651/02;
 3. 2º Mesário: Alesandra D'Agostini Matte, servidora pública municipal, matrícula nº 1802/01;
 4. Secretário: Caroline de Souza Campanha, servidora pública municipal, matrícula nº 3187/01.
- c) Fiscal:

1. Carla Rodrigues de Andrade, servidora pública municipal, matrícula nº 1892/03.

II - Ginásio de Esportes Prefeito Zeno Germano Etges, localizado na rua Aldo Lemos, nº 1424, esquina com Rua Isaura Moretto, no bairro Santa Catarina deste Município:

a) Mesa A-M:

1. Presidente: Nivo Ede Mallmann, servidor público municipal, matrícula nº 1921/01;

2. 1º Mesário: Dirlene Casteli Martignago (membro CMDCA - sociedade civil);

3. 2º Mesário: Vinícios Soares Ribeiro, servidor público municipal, matrícula nº 3001/20;

4. Secretário: Tatiane Lussani Dal Pont, servidora pública municipal, matrícula nº 3011/01.

b) Mesa N-Z:

1. Presidente: Liane Volkemer (membro CMDCA - sociedade civil);

2. 1º Mesário: Andréia Cristiane Dobner, servidora pública municipal, matrícula nº 1935/01;

3. 2º Mesário: Saiara de Oliveira, servidora pública municipal, matrícula nº 3157/03;

4. Secretário: Lucia Maria dos Santos, servidora pública municipal, matrícula nº 3231/01.

c) Fiscal:

1. Marilú Schneider Wallerius, servidora pública municipal, matrícula nº 1694/02.

III - Escola Básica Municipal São Francisco, localizada na rua Joalcides Angheben, nº 40, no bairro São Francisco, deste Município:

a) Mesa A-M:

1. Presidente: Viviane do Nascimento Erbes da Maia, servidora pública municipal, matrícula nº 1882/03;

2. 1º Mesário: Idalice Andreoli, servidora pública municipal, matrícula nº 3000/49;

3. 2º Mesário: Vanessa Regina Sartor Galeazzi, servidora pública municipal, matrícula nº 22/02;

4. Secretário: Claudiomiro da Silva, servidor público municipal, matrícula nº 1480/04.

b) Mesa N-Z:

1. Presidente: Sidiane dos Santos, servidora pública municipal, matrícula nº 3220/01;

2. 1º Mesário: Marlete de Fatima Bandeira, servidora pública municipal, matrícula nº 3000/94;

3. 2º Mesário: Tiago Luiz Pereira, servidor público municipal, matrícula nº 3006/01;

4. Secretário: Debora Cristina Caleffi de Almeida Piovesan, servidora pública municipal, matrícula nº 3207/01.

c) Fiscal:

1. Maria Teresa Corato Santian, servidora pública municipal, matrícula nº 3236/01.

Parágrafo único. Os membros designados na forma do caput deste artigo terão o apoio técnico dos seguintes representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Oneide Fatima Galiuzzi Etges, servidora pública municipal, matrícula nº 3149/01;

II - Anilson Spricigo, servidor público municipal, matrícula nº 871/02;

III - Claita Cristina Malossi Iecker (membro CMDCA - sociedade civil).

Art. 2º Cada membro designado deverá comparecer no local de atuação respectivo, conforme definido no art. 1º deste Decreto, às 7 horas, sendo que somente será dispensado dos trabalhos após a apuração da totalidade dos votos.

Art. 3º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros das mesas receptoras, escrutinadores e apoio técnico, bem como demais designados, não receberão qualquer tipo de remuneração pelos trabalhos prestados.

Parágrafo único. Os membros designados no art. 1º, que forem

servidores públicos municipais e prestarem os trabalhos durante todo o período a que refere o art. 2º, terão direito a 02 (dois) dias úteis de folga do serviço público municipal, conforme dispõe a legislação eleitoral, desde que apresentem certidão a ser expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.180, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.180, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Altera o Decreto nº 4.666, de 17 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e XXXVI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 1.807, de 27 de maio de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso V, do art. 1º, do Decreto nº 4.666, de 17 de junho de 2013, que "nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico", para que passe a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º

.....

I

.....

V.....

a).....

1. Caroline Eidt;

2. Rogério Silvio Peres.

.....

..... " (NR)

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 4.666, de 17 de junho de 2013, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Municipal nº 2.048, de 28 de novembro de 2012, que "dispõe sobre o Sistema de Transporte Público de Passageiros do Município de São Lourenço do Oeste e dá outras providências";

CONSIDERANDO o disposto no §1º do art. 24, da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Estatuto da Mobilidade Urbana), que prevê a obrigatoriedade da instituição de Plano Diretor de Transportes para cidades de mais de 20.000 (vinte mil) habitantes e para todas aquelas que pretendem instalar sistemas organizados de transporte coletivo urbano;

CONSIDERANDO o art. 15, de Estatuto da Mobilidade Urbana e art.

39, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõem acerca da obrigatoriedade da realização de Audiência Pública;

CONVOCA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e discutido o Plano Diretor de Transporte Coletivo de Passageiros, a ser realizada no dia 06 de outubro de 2015, às 19 horas, tendo como local a Câmara Municipal de Vereadores, localizado na rua Duque de Caxias, nº 522, centro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 121/2015 – Pregão Presencial Nº 081/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA PARA AS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: CB COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA ME - CNPJ: 01.669.984/0001-60.

VALOR: R\$ 35.215,50 (trinta e cinco mil, duzentos e quinze reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: MICHELE ARISTIMUNHA SARAIVA ME - CNPJ: 10.576.991/0001-09.

VALOR: R\$ 39.092,75 (trinta e nove mil, noventa e dois reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: LIVRARIA GP LTDA – EPP - CNPJ: 11.093.505/0001-64.

VALOR: R\$ 33.377,10 (trinta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e dez centavos).

TOTAL: R\$ 107.685,35 (cento e sete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2015.

VIGÊNCIA: 14/09/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 022, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 022, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Origem: Art. 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica do Município, no Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.170, de 26 de junho de 2014 e 2.232, de 21 de julho de 2015.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniente: Clube Recreativo Vasco da Gama, CNPJ nº 78.495.553/0001-50.

Objeto: Repasse de auxílio financeiro do Concedente ao Conveniente, visando a reforma e ampliação da sede do Clube Recreativo Vasco da Gama.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Pagamento: Em 02 (duas) parcelas iguais, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, nos meses de setembro e outubro de 2015.

Dotação Orçamentária: 02.01.04.122.4502.2.002.3.3.50.00.00.00.00.01.0000 (D 2/2015).

Data da assinatura: 18/09/2015.

Vigência: de 18/09/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente, Adilson Perazoli, Presidente - pelo Conveniente.

LEI Nº 2.242, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 2.242, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza a doação de equipamento agrícola para a Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner, Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar 01 (uma) plantadeira hidráulica, com distribuição de adubo, rosca helicoidal, de 03 linhas, com capacidade de adubo de 240 kg, pneu 560x15, disco duplo defasado, semente 13x14, disco de corte e sulcador de corte liso plano 16, com registro patrimonial nº 5712, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste à Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner, Município de São Lourenço do Oeste, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.883.258/0001-71.

Parágrafo único. O bem a que se refere o caput foi avaliado em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A doação será realizada com o encargo da utilização do bem na execução de serviços agrícolas, em prol do respectivo distrito na qual está domiciliada a Associação.

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do bem doado do patrimônio do Município.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.242, de 18 de setembro de 2015)

LAUDO DE AVALIAÇÃO

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 07/2015 CONSULTAS MEDICAS ESPECIALIZADA EM GINECOLOGIA.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

CREDENCIAMENTO N° 07/2015

GILNEI ANTONO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, CREDENCIAMENTO para contratação de consultas médicas especializadas, e estará recebendo envelopes da documentação até trinta dias posteriores a data da publicação. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. O presente credenciamento será regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 21 de setembro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.423/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 8.423/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, CONSIDERANDO, que o processo licitatório nº29/2015, Edital de Pregão Presencial nº 20/2015, tem como objeto a aquisição de bolas de Volei, Futebol e demais materiais esportivos destinados para o atendimento nos serviços Socioassistenciais da Secretaria Municipal de assistência Social, de acordo com anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, a necessidade de readequações na descrição dos itens do certame licitatório;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, quando constar ilegalidade, nulidade ou até mesmo quando constatar a desnecessidade dos serviços.

DECRETA:

Art. 1º REVOGAR o Processo Licitatório nº 29/2015, modalidade Pregão Presencial nº 20 de 01/09/2015, do Fundo Municipal de Assistência Social do São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 16 de setembro de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

EDITAL SME Nº 010/2015 - BAIXA NORMAS PARA A MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – 06 (SEIS) MESES ATÉ 05(CINCO) ANOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC PARA O ANO LETIVO 2016.
EDITAL SME Nº010/2015

BAIXA NORMAS PARA A MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – 06 (SEIS) MESES ATÉ 05(CINCO) ANOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC PARA O ANO LETIVO 2016.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria da Educação, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art.72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, com fundamento na Constituição Federal/88, nas Emendas Constitucionais Nº 53/2006 e Nº 59/2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9.394/1996, Conforme o previsto na Constituição Federal/88, EC Nº. 53/06, EC Nº. 59/09, Lei Nº. 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 7148/2015 Plano Municipal de Educação e Lei nº 6.088 do Sistema Municipal de Ensino e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula para a Educação Infantil, a partir do presente edital baixa normas e regulamenta o Plano de Matrículas para as Unidades Escolares públicas municipais que oferecem Educação Infantil para o ano letivo de 2016.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

1.2 A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, para crianças de até 03(três) anos de idade;

II – pré-escolar para crianças a partir de 03 (três) anos de idade.

0.2 A Secretaria de Educação do Município de São Miguel do Oeste estabelece por meio deste Edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2016, para a Educação Infantil de 06(seis) meses até 05 (cinco) anos.

0.3 A Educação Infantil será oferecida:

I Em Creches, período integral e ou parcial, para crianças de 06 (seis) meses até 03 (três) anos ou a completar 04 (quatro) anos de idade após 30 de junho de 2016.

II Em Pré- Escolas período parcial para crianças a partir de 03(três) anos conforme item 10(dez) deste edital, considerando a Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008 e o decreto nº 7.052 de 23 de dezembro de 2009 que regulamenta a referida Lei.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

2.1.1 Assegurar o direito à inscrição de todas as crianças, efetuando a matrícula de acordo com os critérios de seleção estabelecidos e vagas disponíveis na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

2.2 Objetivos Específicos

2.2.1 Dar publicidade à direção, à coordenação pedagógica, aos professores e aos funcionários da Instituição, aos pais ou responsáveis e a toda a comunidade, para fins de inscrição e matrícula das crianças.

2.2.2 Fazer a matrícula em qualquer época do ano letivo (desde que haja vagas), atendidas as disposições legais.

2.2.3 Atualizar os dados cadastrais da criança junto aos Centros de Educação Infantil ou Unidades Escolares sempre que houver informações referentes a: problemas de saúde, de medicação, restrições alimentares, alterações de endereço, telefone, local de trabalho e outros pertinentes.

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO ALVO E CRITÉRIOS

3.1 Serão atendidas crianças, residentes no município de São Miguel do Oeste, em Centros de Educação Infantil ou Unidades Escolares (Inciso V, art.53, da Lei Federal nº. 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 2º, inciso VI, do Decreto Federal nº. 6.094/07).

3.2 No caso de haver vaga na turma pretendida, admitir-se-á a matrícula de crianças residentes em bairro próximo ao Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar. Nas hipóteses em que houver mais de um interessado na mesma vaga, terá prioridade o que residir mais próximo da Instituição.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.2 Poderão ser inscritas todas as crianças de seis meses até 03 (três) anos (que completem quatro após 30 de junho de 2016) em turmas de creches; de 03 anos (que completem quatro até 30 de junho de 2016) até 05 anos completos ou a completar até 30 de junho de 2016 em turmas de pré-escolar.

4.3 No ato da inscrição, independente da época do ano, os pais ou responsáveis legais pela criança deverão apresentar todos os documentos previstos no item 06 (seis) deste Edital.

4.4 Poderão ser inscritas crianças com menos de seis meses de idade, sendo que estas passarão a compor a lista de espera, respeitando-se os critérios estabelecidos neste edital.

4.4.1 As mães gestantes, incluindo as funcionárias públicas municipais, só terão direito a solicitar a inscrição do filho depois da data de nascimento do mesmo, passando a compor a lista de espera.

4.4.2 Não será permitida a reserva de vagas antecipadas, isto é, antes de a criança completar seis meses de idade.

4.5 Para as crianças em fila de espera serão respeitados os critérios de seleção, conforme rege este edital.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

5.2 O processo de matrícula nos Centros de Educação Infantil ou Unidades Escolares da Rede Pública Municipal será realizado conforme os procedimentos apresentados na sequência.

5.2.1 A matrícula será realizada pelos pais ou responsáveis legais pela criança por meio do preenchimento da ficha específica, modelo padrão, utilizado na Rede Municipal de Ensino de São Miguel do Oeste.

5.2.2 Será efetuada a matrícula para todas as crianças que forem classificadas, conforme os requisitos apresentados neste edital, para ingressar na Educação Infantil – 06 (seis) meses a 05 (cinco) anos para o ano letivo de 2016,.

5.2.3 No caso de mudança do local de residência, os pais ou responsáveis legais poderão solicitar a transferência desde que haja vaga para o novo endereço.

5.2.4 Será compromisso de a família comunicar ao Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar qualquer alteração de dados existentes na ficha de matrícula.

CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 A documentação exigida no ato da inscrição será:

I Cópia da carteira de vacinação da criança.

II Cópia da certidão de nascimento da criança.

III Comprovante de residência (mês de setembro de 2015).

IV 01 foto 3 X 4 da criança.

V Comprovante de renda do pai, da mãe ou de cada um dos responsáveis legais, do último mês (mês de setembro de 2015).

VI Comprovante de recebimento ou não de vale creche, fornecido pelo empregador.

VII Comprovante da declaração de imposto de renda do ano de 2014 ou declaração de isento de declaração.

VIII Comprovante de recebimento de Bolsa Família.

IX Comprovante de trabalho do pai e da mãe ou de cada um dos responsáveis legais, fornecido pelo empregador.

6.2 Toda a documentação deverá ser apresentada com fotocópia, que será arquivada junto à ficha de matrícula da criança.

6.3 Não será considerada, no processo de classificação, a inscrição que for realizada com falta de comprovantes, documentação falsa ou adulterada, ficando o responsável pela inscrição passível das penas que a lei determinar.

6.4 Será assegurada a matrícula da criança que não possuir certidão de nascimento, devendo o Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar, de imediato, comunicar ao Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários. Durante o processo de busca da documentação é garantida a frequência escolar.

CAPÍTULO VII

DA FREQUÊNCIA DA CRIANÇA

7.1 A partir de 03 (três) dias consecutivos de ausência da criança, os pais ou responsáveis legais deverão comunicar ao Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar.

7.2 A contar 05 (cinco) dias ou mais, os pais ou responsáveis legais que não comunicarem a ausência da criança ao Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar, serão notificados pelo Sistema Apoia.

7.3 Durante o afastamento da criança para tratamento de saúde ficará assegurada a vaga, desde que o atestado seja apresentado até o quinto dia de ausência no Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar.

7.4 O afastamento da criança motivado por situações particulares poderá ser concedido pela Equipe Gestora do Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar, com prazo limite de até 30 (trinta) dias, devendo ser comunicado pela família com antecedência e por escrito.

CAPÍTULO VIII

DO CANCELAMENTO DA MATRÍCULA

8.1 Entende-se por cancelamento o desligamento definitivo da criança (de creche) do Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar em que está matriculada.

8.2 O cancelamento da matrícula poderá ocorrer:

8.2.1 Por iniciativa da família (pai, mãe ou responsáveis legais), devendo os interessados preencher solicitação do cancelamento de matrícula junto ao Centro de Educação Infantil, somente para crianças matriculadas em creches.

8.2.2 Não há possibilidade de cancelamento de matrícula de crianças com 04(quatro) anos completos, na pré-escola, cuja matrícula e frequência são obrigatórias pela Lei n.12.796 de 04 de abril de 2013.

CAPÍTULO IX

DAS VAGAS – DIREITO AO ACESSO

9.1 Denomina-se vaga o direito de acesso e permanência da criança, em período integral ou parcial, no espaço de Educação Infantil - de 06 meses até 05 (cinco) anos:

I Por integral entende-se a permanência da criança nos turnos matutino e vespertino, oferecido em creches.

II Por parcial entende-se a permanência da criança no turno matutino ou no turno vespertino, oferecido em pré-escolas.

CAPÍTULO X

10 DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

10.1 A composição de turmas atenderá como parâmetro o disposto no quadro abaixo:

CRECHE

- Berçário – 06 (seis) meses a 01(um) ano.
 - Maternal I – 01(um) ano a 02(dois) anos.
 - Maternal II – 02(dois) anos a 03(três) anos.
 - Maternal III – crianças de 03(três) anos completos ou a completar 04(quatro) anos após 30 de junho de 2016 .
- Pré-escolar
- Infantil I – 04 (quatro) anos completos ou a completar durante o

ano letivo de 2016 (em unidades escolares que apresentam condições de atendimento para essa faixa etária).

- Infantil II – 04 (quatro) anos completos.
- Infantil III – 05 (cinco) anos completos ou completar até 30 de junho de 2016.

10.2 Admitir-se-á outra possibilidade de composição de turma (turma mista), decorrente de questões pedagógicas ou de capacidade física do espaço escolar, com anuência da Secretaria de Educação do Município.

10.3 Quando da necessidade, na existência de vagas nas turmas de creche, poderá haver remanejamento de crianças para outras turmas, observando-se a idade mais próxima.

10.4 O remanejamento de crianças de uma turma para outra será efetivado com a anuência da Equipe Gestora do Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar e, quando da necessidade, por orientação da Coordenação da Educação Infantil da Secretaria de Educação do município.

10.5 Observar-se-ão os seguintes critérios no processo de classificação das crianças:

I Filhos de famílias hipossuficientes economicamente que recebam bolsa família ou encaminhados por técnicos sociais e educacionais.

II Filhos de famílias hipossuficientes economicamente cujos pais trabalham fora de casa, respeitando-se zoneamento e disponibilidade de vagas na faixa etária solicitada.

III Filhos de funcionários públicos municipais residentes em São Miguel do Oeste, observando-se o grau de hipossuficiência econômica, respeitando-se zoneamento e disponibilidade de vagas na faixa etária solicitada.

IV Filhos de funcionários de empresas conveniadas que residam em São Miguel do Oeste, observando-se o grau de hipossuficiência econômica, respeitando-se zoneamento e disponibilidade de vagas na faixa etária solicitada.

IV Filhos de famílias que trabalham fora de casa, observando-se o zoneamento, o grau de hipossuficiência econômica e a disponibilidade de vagas na faixa etária solicitada.

10.6 Se houver necessidade e o Centro de Educação Infantil ou Unidade Escolar dispor de espaço físico para ampliar o número de atendimentos por turma, com a anuência da Secretaria de Educação do Município, poderá ser contratado um profissional a mais para atuar neste mesmo espaço.

10.7 Havendo demanda de atendimento e ou crianças aguardando vagas, em lista de espera, bem como a disponibilidade de espaço físico, poderão ser constituídas turmas mistas, tanto de Creches como de Pré-Escolar.

10.8 Poderão ser concedidas vagas para crianças cujos pais ou responsáveis recebam recursos como: vale-creche, abono creche e afins, desde que o valor recebido seja repassado para os Centros de Educação Infantil.

CAPÍTULO XI

11 DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

11.1 As turmas ficarão assim constituídas:

Creche

Berçário – 10 crianças

Maternal I – 13 crianças

Maternal II – 16 crianças

Maternal III – 18 crianças

Pré-escolar

Infantil I– 04 (quatro) anos incompletos – 20 crianças

Infantil II – 04 (quatro) anos- 22 crianças

Infantil III – 05 (cinco) anos- 25 crianças

11.2 As turmas serão organizadas, preferencialmente, considerando a idade das crianças.

11.3 O número de crianças poderá variar, considerando as dimensões de espaço físico e anuência da Secretaria de Educação do Município, assegurada a qualidade do atendimento.

11.4 Trimestralmente, os pais ou responsáveis legais que possuem filhos matriculados na creche deverão enviar para o Centro de Educação Infantil – Creche ou Unidade Escolar um comprovante de trabalho.

11.5 Nas vagas em tempo integral, se for comprovado que a mãe deixou de trabalhar durante o ano, será ofertada vaga de creche em período parcial.

CAPÍTULO XII

DO CRONOGRAMA PARA MATRÍCULAS

12.1 As inscrições serão realizadas no período de 26 de outubro de 2015 a 05 de novembro de 2015, nos Centros de Educação Infantil ou Unidades Escolares das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

12.2 A divulgação dos classificados será exposta nos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares no dia 12 de novembro de 2015.

12.3 A matrícula dos classificados será realizada no período de 16 a 23 de novembro de 2015, nos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares.

CAPÍTULO XIII

DA DIVULGAÇÃO

13.1 A Secretaria de Educação do Município e as Unidades de Ensino são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverão utilizar os meios de comunicação disponíveis.

13.2 A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto por este Edital.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Com exceção dos Centros de Educação Infantil: Tio Patinhas, Primeiros Passos e das Unidades Escolares que oferecem atendimento de creche, todos os Centros de Educação Infantil oferecerão matrículas para todas as turmas de creche, ou seja, Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III.

14.2 Após o prazo estipulado para a realização das matrículas serão elaborados relatórios pelas Unidades de Ensino e enviados à Secretaria de Educação do Município, com a finalidade de avaliar o alcance do objetivo proposto.

14.3 Em função da demanda de matrículas, a Secretaria de Educação do Município se reserva o direito de aplicar o critério de matrículas pelo zoneamento nas Unidades Escolares da zona urbana e rural.

14.4 Ficam sujeitos a estas diretrizes todos os Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares que oferecem essa modalidade de 06 (seis) meses até 05 (cinco) anos, mantidas pelo Município de São Miguel do Oeste.

14.5 Eventuais dúvidas acerca do edital serão assumidas pela Secretaria de Educação do Município.

14.6 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste- SC.

Em 17 de setembro de 2015.

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

Sílvia Teresinha Kuhn

Secretária Municipal de Educação

EDITAL SME Nº011/2015 - BAIXA NORMAS PARA A MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS E ANOSFINAIS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO MIGUEL DO OESTE PARA O ANO LETIVO 2016.

EDITAL SME Nº011/2015

BAIXA NORMAS PARA A MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS E ANOSFINAIS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO MIGUEL DO OESTE PARA O ANO LETIVO 2016.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria da Educação, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art.72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, com fundamento na Constituição Federal/88, nas Emendas Constitucionais Nº 53/2006 e Nº 59/2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9.394/1996, nas Leis Federais Nº 11.114/2005 e Nº 11.274/2006 que dispõe sobre a duração do Ensino fundamental a partir dos 06 (seis) anos de idade, no Decreto Federal nº 7.492/2011, no Decreto Municipal Nº 8.327/06, na Lei Federal Nº 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e conforme prevê a Lei 9.394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases); Lei nº 11.114/2005; Lei nº11. 274/2006 e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; conforme a lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008 e decreto nº 7.052 de 23 de dezembro nº 7.052 de 23 de dezembro de 2009; Lei nº 11.700 de 13 de junho de 2008; resolução nº 158/2013 de CEE – (Conselho Estadual de Educação) e portaria nº 29/2013 da SEE - (Secretaria Estadual de Educação), Lei nº 7148/2015 Plano Municipal de Educação e Lei nº 6.088 do Sistema Municipal de Ensino e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais por meio do presente edital baixa normas e regulamenta o Plano de Matrículas para as Unidades Escolares Públicas Municipais para o ano letivo de 2016.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 A Secretaria de Educação do Município de São Miguel do Oeste estabelece, por meio deste Edital, as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2016, nas Unidades Escolares que oferecem Ensino Fundamental.

0.2 O acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se

encontram em idade escolar, inclusive aos que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria.

0.3 A Rede Municipal de Ensino oferece o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais e a sua organização acontece do Primeiro ao Quinto ano nos Anos Iniciais e do Sexto ao Nono ano nos Anos Finais.

0.4 O presente edital de matrícula visa a garantir a oferta do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais, oportunizando o acesso à escola para as crianças na faixa etária a partir dos 06 (seis) anos, completos ou a completar até 30 de junho de 2016.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Assegurar o direito à matrícula de todas as crianças e adolescentes no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, oferecidos em Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, nos termos da legislação vigente.

2.2 Objetivos Específicos

Renovar a matrícula dos alunos que estudam na Unidade Escolar no ano letivo de 2015.

2.3 Garantir matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, a toda criança a partir de 06 (seis) anos de idade completos ou a completar até 30 de junho de 2016.

2.4 Efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste Edital.

2.5 Garantir a matrícula ao aluno, considerando zoneamento e disponibilidade de vagas.

2.6 Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendendo as disposições legais e disponibilidade de vagas.

2.7 Fazer levantamento junto à comunidade escolar para matricular as crianças e adolescentes em idade para frequentar a escola, cujos pais ou responsáveis legais não tenham feito a matrícula, conscientizando-os de seu dever constitucional.

2.8 Organizar a distribuição de turmas e vagas disponíveis na escola, de acordo com o número de alunos previsto neste Edital.

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO ALVO E CRITÉRIO

3.1 A Secretaria de Educação do Município oferecerá a matrícula em escola municipal próxima à residência do aluno (inciso V, art.53 da Lei Federal nº. 8.069 /90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 2º, inciso VI, do Decreto Federal nº. 6.094/07) para:

3.2 O aluno que possuir 06 (seis) anos de idade completos ou a completar até 30 de junho de 2016 para ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental.

3.3 O aluno já matriculado na própria escola no ano de 2015.

3.4 O aluno transferido de outra Unidade Escolar quando houver vaga na escola pretendida.

3.5 A criança ou adolescente com estudos interrompidos ou sem

escolaridade.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

4.1 O processo de matrícula nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino é realizado conforme os seguintes procedimentos:

4.1.1 Renovação de Matrícula - garantir a vaga ao aluno matriculado no Ensino Fundamental oferecido na Rede Municipal de Ensino e que pretende continuar seus estudos na mesma Unidade Escolar.

I Neste caso haverá apenas a atualização de dados e a confirmação dos mesmos pais ou responsáveis legais pelo aluno.

II Será compromisso de a família comunicar à escola qualquer alteração de dados existentes na ficha de matrícula.

III A renovação de matrícula será efetuada no ano indicado pelo resultado aferido no processo de avaliação e promoção em vigor no Ensino Fundamental.

4.1.2 Matrícula Nova - a matrícula será realizada pelos pais ou responsáveis legais pelo aluno que ingressará no Ensino Fundamental – Anos Iniciais ou nos Anos Finais

I As matrículas novas serão realizadas conforme o disposto neste Edital.

II A matrícula deverá ser realizada, prioritariamente, no primeiro período do cronograma que trata este Edital ou em qualquer época do ano letivo, considerando zoneamento e disponibilidade de vaga.

4.1.3 Matrícula por Transferência - será efetuada para os alunos que frequentaram outra escola no ano anterior e mudaram de residência.

CAPÍTULO V

DIRETRIZES BÁSICAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULAS

5.1 As diretrizes básicas para a execução do plano de matrículas são apresentadas na sequência.

5.1.1 Da matrícula automática no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

I As matrículas para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais serão efetuadas, no ano indicado, conforme o resultado do processo de avaliação em vigor.

II O sistema de matrícula automática destina-se a garantir vaga ao aluno regularmente matriculado no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais, mediante a confirmação dos pais ou responsáveis legais.

III Caberá à escola efetuar a matrícula automática dos seus alunos já matriculados no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais, completando, se houver necessidade, os dados na ficha de matrícula já existente na Unidade Escolar, sem necessidade de preenchimento de nova ficha de matrícula.

5.1.3 Da efetivação da matrícula do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais.

I A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis legais pelo aluno, por meio do preenchimento da ficha de matrícula.

II O aluno evadido que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental - Anos Iniciais ou Anos Finais, de acordo com seu desempenho na verificação. (Lei nº 9.394/96, art.24, inciso II, alínea C).

III A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais - para os alunos que não frequentaram a Educação Infantil na Unidade Escolar pretendida, deverá ser efetivada pelos pais ou responsáveis legais.

5.2 Em caso de inexistência de vaga na Unidade Escolar, os pais ou responsáveis legais serão orientados a buscar vaga em outro estabelecimento de ensino.

5.3 O número de vagas só poderá exceder ao estipulado por este edital quando, ao buscar por uma vaga, o aluno que residir próximo à Unidade Escolar incorrer em complicações com deslocamento a outra escola, cabendo a decisão pela vaga à direção e à coordenação pedagógica, em consonância com a Secretaria de Educação do Município.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

6.1 As turmas ficarão assim constituídas:

6.1.1 Ensino Fundamental - Anos Iniciais

1º ano – 25 (vinte e cinco) alunos.

2º ano – 25 (vinte e cinco) alunos.

3º ano – 25 (vinte e cinco) alunos.

4º ano – 30 (trinta) alunos.

5º ano – 30 (trinta) alunos.

6.1.2 Ensino Fundamental - Anos Finais

6º ano – 30 (trinta) alunos.

7º ano – 35 (trinta e cinco) alunos.

8º ano – 35 (trinta e cinco) alunos.

9º ano – 35 (trinta e cinco) alunos.

6.1.3 Escolas Bisseriadas

Turmas com 20 – alunos. Conforme a Lei nº 93.94 - LDB – Lei de Diretrizes e Bases em seus artigos 14, 15, 23 e 206.

6.2 Do desdobramento de turmas

6.2.1 Somente poderá ser criada uma nova turma do respectivo ano, independente de turno, quando o número total de alunos do ano exceder ao estabelecido por este Edital, observando-se a existência de espaço físico e avaliação da Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação do Município.

CAPÍTULO VII

DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 A documentação exigida no ato das matrículas novas para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

I Cópia da certidão de nascimento.

II Carteira de vacinação.

III Comprovante de vacina triviral ou duplaval (vacina de rubéola) para meninas a partir dos 12 (doze) anos de idade.

IV Comprovante de residência (mês de setembro de 2015).

V Cópia da identidade (RG e CPF) para os que já possuem.

VI Atestado de frequência e histórico escolar (para matrícula por transferência).

7.3 A Unidade Escolar é responsável pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também a constante atualização dos registros.

7.4 Se no ato da matrícula o responsável legal não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 10 (dez) dias para fazê-lo.

7.5 Será cancelada a matrícula que for realizada com a apresentação de documentação falsa ou adulterada, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

7.6 Assegurar-se-á a matrícula do aluno que não possuir certidão de nascimento, devendo a escola, de imediato, comunicar ao Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários.

CAPÍTULO VIII

DO CRONOGRAMA DE REMATRÍCULAS

8.1 Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

8.1.1 As rematrículas ocorrerão no período de 16 a 23 de novembro de 2015 para o ano letivo de 2016, de acordo com o horário de expediente das Unidades Escolares para alunos matriculados no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais - 1º ao 9º Ano.

8.1.2 A matrícula para os alunos novos ocorrerá no mesmo período das rematrículas.

CAPÍTULO IX

DA DIVULGAÇÃO

9.1 A Secretaria de Educação do Município e as Unidades Escolares são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverão utilizar-se dos meios de comunicação disponíveis no município.

9.2 A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto por este Edital.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, no prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância da brevidade na expedição das mesmas, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

10.2 A transferência de turno somente ocorrerá mediante requerimento dos pais do aluno ou responsáveis legais, com o parecer da Direção e da Coordenação Pedagógica, observada a conveniência didático-pedagógica e a existência de vaga.

10.3 Os pais ou responsáveis legais deverão informar, no ato de matrícula, e atualizar, sempre que necessário, o endereço e as informações sobre problemas de saúde, medicação e restrições, de modo especial, para a prática de Educação Física.

10.4 A equipe gestora da Unidade Escolar deverá acompanhar e

atualizar as informações, deixando os professores cientes do(s) problema(s) de saúde do aluno sempre que a legislação permitir.

10.5 Após a realização das matrículas serão elaborados relatórios pelas Unidades Escolares e enviados à Secretaria de Educação do Município, com a finalidade de avaliar o alcance do objetivo proposto.

10.6 Em função da demanda de matrículas, a Secretaria de Educação do Município se reserva o direito de aplicar o critério de matrículas pelo zoneamento nas Unidades Escolares.

10.7 Para a definição do espaço de zoneamento será observada a orientação do mapa geográfico, priorizando a maior proximidade.

10.8 Em toda a documentação escolar do aluno deverão ser registrados o nome completo e o ano em curso ou cursado, sem abreviações.

10.9 Ficam sujeitas a estas diretrizes todas as Unidades Escolares mantidas pelo Município de São Miguel do Oeste.

10.10 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste- SC.
Em 17 de setembro de 2015.
João Carlos Valar
Prefeito Municipal

Silvia Teresinha Kuhn
Secretária Municipal de Educação

EXT. RESCISÃO CONTRATO 10.2015 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE
RESCISÃO DE CONTRATO 10/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
TOMADA DE PREÇO 01/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 806684/2014/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA/PROCESSO Nº 2623.1014699-34/2014, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATORIOS.
CONTRATADO: WULAJE ARTEFATOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
VALOR: 324.440,00
ASSINA pela CONTRATANTE: EVERALDO DI BERTI
ASSINA pela CONTRATADA: ALCEU WUNSCH
São Miguel do Oeste, SC., 16 de setembro de 2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2015

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto arquitetônicos, elétricos e demais necessários a realização da obra de ampliação e reforma da Escola EMEIEF Atílio Calza, do Bairro Santa Rita, com área estimada de 570m², da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 05 de outubro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 137/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados aos alunos do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e para AABB Comunidade, para o período de 04 meses, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 02 de outubro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO 67.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R-202
www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Pregão Presencial n.º 67/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de pneus e Câmara de Ar NOVOS para a frota da Prefeitura Municipal, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade públicas;

RESOLVE o PREFEITO MUNICIPAL, SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 21 de setembro de 2015, às 13:45 horas.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será oportunamente divulgada.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 299/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 299/2015

Nomeia CAMILLI MARQUES DA MATTA para o Cargo em Comissão de Assessora de Gabinete.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear CAMILLI MARQUES DA MATTA para o Cargo em Comissão de Assessora de Gabinete.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de setembro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

TERMO DE POSSE DA SRTA. CAMILLI MARQUES DA MATTA

TERMO DE POSSE da Srta. CAMILLI MARQUES DA MATTA para o cargo em Comissão de Assessora de Gabinete.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srta. CAMILLI MARQUES DA MATTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Florianópolis/SC, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Assessora de Gabinete, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 21 de setembro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

CAMILLI MARQUES DA MATTA
Empossada

Schroeder

PREFEITURA

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
001/2015-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CRISTIANE LESSMANN DE ARAUJO, inscrita no CPF sob nº. 821.729.279-53, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B – ARTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de setembro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 15 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA ELANE SOUZA MENDES, inscrita no CPF sob nº. 047.784.325-50, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 29 de setembro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.419/2015 DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.419/2015 de 4 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 16.900,00 (dezesesseis mil e novecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Obras e Instalações R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Material de Consumo R\$ 500,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Obras e Instalações R\$ 900,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 1.500,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 7.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Material de Consumo R\$ 500,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Obras e Instalações R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 999,99

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Juridica R\$ 2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.500,02
3.3.90.18.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio Financeiro a Estudantes R\$ 500,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 999,99

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.400,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.500,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.420/2015 DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.420/2015 de 4 de setembro de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 447.500,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e

Serviços Urbanos
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Obras e Instalacoes R\$ 2.500,00
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0039 - Obras e Instalacoes R\$ 27.000,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0008 - Material de Consumo R\$ 349.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0008 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 69.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Material de Consumo R\$ 2.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.421/2015 DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.421/2015 de 9 de setembro de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 82.799,98 (oitenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 46.499,98

02.01.04.125.3001.2.420 - Manutenção do PROCON

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.500,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 500,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 21.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 7.000,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.300,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
02.01 - CHEFIA DE GABINETE
02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.999,99
3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.499,99
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 15.000,00

02.01.04.125.3001.2.420 - Manutenção do PROCON
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.500,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 25.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 3.000,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 600,01
3.3.90.14.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Diárias - Civil R\$ 1.999,99
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.422/2015 DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.422/2015 de 9 de setembro de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 58.599,97 (cinquenta e oito mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 15.999,97

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 29.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 300,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 7.500,00

07.04 - UNIDADE DE TURISMO
07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 800,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuições R\$ 3.999,99
3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 999,99
3.3.90.31.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Outras R\$ 1.999,99
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 9.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 36.800,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.04 - UNIDADE DE TURISMO
07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.800,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.423/2015 DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.423/2015 de 9 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Material de Consumo R\$ 9.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Auxílio-Alimentação R\$ 9.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 238/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 238/2015-PMS

Processo de licitação nº. 182/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 94/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: L. MOHR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.261.562/0001-38, estabelecida na Rua Capitão Adolfo Germano nº 257, sala 01, Centro, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.304-020.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	O resgate do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	1	Unid.	39,80	39,80
2	A viagem do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	1	Unid.	39,80	39,80
3	O destino do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	1	Unid.	39,80	39,80
4	A promessa do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	1	Unid.	24,80	24,80
5	O herói perdido - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	44,80	44,80
6	O filho de Netuno - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	44,80	44,80
7	A marca de Atena - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	44,80	44,80
8	A casa de Hades - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	44,80	44,80
9	O sangue do Olimpo - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	44,80	44,80
10	A batalha do Apocalipse - AUTOR Eduardo Spohr - EDITORA Verus	1	Unid.	41,90	41,90
11	Filhos do Éden Vol. 1 - AUTOR Eduardo Spohr - EDITORA Verus	1	Unid.	41,90	41,90
12	Filhos do Éden Vol. 2 - AUTOR Eduardo Spohr - EDITORA Verus	1	Unid.	41,90	41,90
13	Irresistível - AUTOR Sylvia Day - EDITORA Hamelin	1	Unid.	29,80	29,80
14	Intenso - AUTOR Sylvia Day - EDITORA Hamelin	1	Unid.	29,80	29,80
15	Tentação - AUTOR Sylvia Day - EDITORA Hamelin	1	Unid.	29,80	29,80
16	Deixe a neve cair - AUTOR John Green - EDITORA Rocco	1	Unid.	29,40	29,40
17	Will & Will - AUTOR John Green - EDITORA Galera	1	Unid.	31,90	31,90
18	Diário de um vampiro banana - AUTOR Tim Collins - EDITORA Novo Século	1	Unid.	29,80	29,80
19	Diário de um vampiro banana 2 - AUTOR Tim Collins - EDITORA Novo Século	1	Unid.	34,80	34,80
20	O menino do pijama listrado - AUTOR John Boyne - EDITORA Cia das Letras	1	Unid.	37,90	37,90
21	1808 - AUTOR Laurentino Gomes - EDITORA Planeta	1	Unid.	38,80	38,80
22	O símbolo perdido - AUTOR Dan Brown - EDITORA Sextante	1	Unid.	39,80	39,80
23	O segredo do anel - AUTOR Kathleen Mcgowan - EDITORA Rocco	1	Unid.	39,40	39,40
24	Pirâmide Vermelha - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	44,80	44,80
25	Trono de fogo - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	44,80	44,80
26	Guia de Sobrevivência - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	34,80	34,80
27	O rei da noite - AUTOR João Ubaldo Ribeiro - EDITORA Objetiva	1	Unid.	42,80	42,80
28	Rua do Marcelo - AUTOR Ruth Rocha - EDITORA Salamandra	1	Unid.	36,90	36,90
29	Livro do Recordes 2014 - AUTOR Editora Agir - EDITORA Agir	1	Unid.	68,80	68,80
30	Livro do Recordes 2015 - AUTOR Editora Agir - EDITORA Agir	1	Unid.	47,10	47,10
31	O Guardião - AUTOR Nicholas Sparks - EDITORA Arqueiro	1	Unid.	29,80	29,80
32	Diário de uma paixão - AUTOR Nicholas Sparks - EDITORA Arqueiro	1	Unid.	29,80	29,80
33	O Casamento - AUTOR Nicholas Sparks - EDITORA Novo conceito	1	Unid.	29,80	29,80
34	Para Sempre - AUTOR Alyson Noël - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
35	Lua Azul - AUTOR Alyson Noël - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
36	Terra das Sombras - AUTOR Alyson Noël - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
37	Chama Negra - AUTOR Alyson Noël - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
38	Bruxas e Bruxos - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,80	29,80

39	O Dom - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,80	29,80
40	O Fogo - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,80	29,80
41	O Beijo - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	32,80	32,80
42	A Ceia Secreta - AUTOR Javier Sierra - EDITORA Planeta	1	Unid.	44,80	44,80
43	Petrus Logus - AUTOR Augusto cury - EDITORA Saraiva	1	Unid.	29,80	29,80
44	Anjo Mecânico - AUTOR Cassandra Clare - EDITORA Record	1	Unid.	41,90	41,90
45	Príncipe Mecânico - AUTOR Cassandra Clare - EDITORA Record	1	Unid.	41,90	41,90
46	Princesa Mecânica - AUTOR Cassandra Clare - EDITORA Record	1	Unid.	41,90	41,90
47	Gatinho Mágico - Confusões - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
48	Caçadores de Zumbi 3 - AUTOR John Kloepper - EDITORA Novo Século	1	Unid.	29,80	29,80
49	Brotherband 2 Os invasores - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
50	Brotherband 3 Os Caçadores - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
51	Brotherband 4 Os Escravos - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	44,70	44,70
52	A Seleção - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	1	Unid.	29,80	29,80
53	A Elite - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	1	Unid.	29,80	29,80
54	A Escolha - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	1	Unid.	29,80	29,80
55	A Herdeira - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	1	Unid.	29,80	29,80
56	Diários de um Vampiro 3 - AUTOR L. J. Smith - EDITORA Galera	1	Unid.	31,90	31,90
57	Amor à primeira vista - AUTOR Jennifer E. Smith - EDITORA Galera	1	Unid.	34,90	34,90
58	Desastre Iminente - AUTOR Jamie McGuire - EDITORA Verus	1	Unid.	38,90	38,90
59	Belo Desastre - AUTOR Jamie McGuire - EDITORA Verus	1	Unid.	39,90	39,90
60	Perdida - AUTOR Carina Rissi - EDITORA Verus	1	Unid.	39,90	39,90
61	Encontrada - AUTOR Carina Rissi - EDITORA Verus	1	Unid.	41,90	41,90
62	O Livro do Amor - AUTOR Kathleen McGowan - EDITORA Rocco	1	Unid.	39,40	39,40
63	Divergente - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	1	Unid.	39,40	39,40
64	Insurgente - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	1	Unid.	39,40	39,40
65	Convergente - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	1	Unid.	39,40	39,40
66	Quatro - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	1	Unid.	29,40	29,40
67	A queda dos Cinco - AUTOR Pittacus Lore - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	34,80	34,80
68	A vingança dos sete - AUTOR Pittacus Lore - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
69	O amor é para os fortes - AUTOR Marcelo Cezar - EDITORA Vida e Consciência	1	Unid.	35,90	35,90
70	Diário de um adolescente apaixonado - AUTOR Rafael Moreira - EDITORA Novas Páginas	1	Unid.	15,80	15,80
71	Como treinar seu dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
72	Como pegar a jóia do dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
73	Como quebrar a maldição de um dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
74	Como treinar o seu Viking - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	24,80	24,80
75	Como mudar uma história de dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
76	Como partir um coração de dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
77	Como Navegar em uma tempestade dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
78	Guia do herói para vencer dragões - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	1	Unid.	29,80	29,80
79	Beijado por um anjo 2- Força do amor - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,80	29,80
80	Beijado por um anjo 3-Almas Gêmeas - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,80	29,80
81	Beijado por um anjo 4-Destinos Cruzados - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,0	29,0
82	Beijado por um anjo 5-Revelações - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,80	29,80
83	Beijado por um anjo 6-Eternamente - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	1	Unid.	29,80	29,80

84	As ruínas de Gorlan - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
85	Ponte em chamas - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
86	Terra do gelo - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
87	Folha de carvalho - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
88	O feiticeiro do norte - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
89	Cerco a Macindaw - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
90	Resgate de Erak - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
91	Reis de Clonmel - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	38,40	38,40
92	Halt em perigo - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	44,70	44,70
93	Imperador de Nihon-Já - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	44,70	44,70
94	Histórias Perdidas - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	44,70	44,70
95	Arqueiro Rei - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	1	Unid.	48,30	48,30
96	Aura Negra - AUTOR Richelle Mead EDITORA Nova Fronteira	1	Unid.	39,80	39,80
97	Tocada pelas sombras - AUTOR Richelle Mead EDITORA Agir	1	Unid.	39,80	39,80
98	Promessa de sangue - AUTOR Richelle Mead EDITORA Agir	1	Unid.	39,80	39,80
99	Laços do espírito - AUTOR Richelle Mead EDITORA Nova Fronteira	1	Unid.	39,80	39,80
100	A guerra dos tronos - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	1	Unid.	54,80	54,80
101	A fúria dos reis - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	1	Unid.	54,80	54,80
102	Tormenta de espadas - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	1	Unid.	59,80	59,80
103	Festim dos corvos - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	1	Unid.	54,80	54,80
104	A dança dos dragões - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	1	Unid.	59,80	59,80
105	O cavaleiro dos sete reinos - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	1	Unid.	49,80	49,80
106	A verdadeira dieta anti-cancer - AUTOR Dr. David Khayat - EDITORA Lua de papel	1	Unid.	24,80	24,80
107	Você pode curar sua vida - AUTOR Louise L. Hay - EDITORA Record	1	Unid.	34,90	34,90
108	Alice no país das maravilhas - AUTOR Lewis Carrol - EDITORA LPM	1	Unid.	13,90	13,90
109	A invocação - AUTOR Kelley Armstrong - EDITORA Novo Século	1	Unid.	29,80	29,80
110	Despertar - AUTOR Kelley Armstrong - EDITORA Novo Século	1	Unid.	27,80	27,80
111	Confronto - AUTOR Kelley Armstrong - EDITORA Novo Século	1	Unid.	29,80	29,80
112	Precisamos falar sobre o Kevin - AUTOR Lionel Shriver - EDITORA Intriseca	1	Unid.	49,80	49,80
113	Um novo começo - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	24,70	24,70
114	Patás sujas - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	24,70	24,70
115	Sonhos de festa - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	24,70	24,70
116	A estrela do show - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	24,70	24,70
117	Cambalhota nas nuvens - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	24,70	24,70
118	Travessuras ao luar - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
119	Confusões em dobro - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
120	Magia do circo - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
121	Sonhando com a fama - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
122	Feitiço de verão - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
123	Problemas com pirata - AUTOR Kely McKain - EDITORA Fundamento	1	Unid.	7,90	7,90
124	Resgate da baleia - AUTOR Kely McKain - EDITORA Fundamento	1	Unid.	7,90	7,90
125	O assustador navio naufragado - AUTOR Kely McKain - EDITORA Fundamento	1	Unid.	19,50	19,50
126	Uma fada em um milhão - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
127	A dama de prata - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
128	A casa das sereias - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
129	A hora dos encantamentos - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
130	A princesa azul - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
131	O caçador de bruxas - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
132	A noiva vampira - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,90	28,90
133	Bruxa por um dia - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
134	O jardim dos Elfos - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
135	O último príncipe - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	1	Unid.	29,40	29,40
136	O latido do cão fantasma - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
137	Dr. Maluco versus Robby - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50

138	Rastejando das profundezas - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
139	A vingança do boneco vivo - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
140	Planeta dos gnomos - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
141	Sangue de monstro - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
142	Sangue de monstro p/ café da manhã - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
143	Sorria e morra - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
144	Cara você perdeu - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
145	A casa das múmias - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
146	O mágico Gozma - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	24,70	24,70
147	Um dia das bruxas bizarro - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
148	Bem vindo à casa - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
149	Meus amigos me chamam de monstro - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
150	Um dia no parque do terror - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
151	Bem vindo ao acampamento dos pesadelos - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
152	A maldição da tumba da múmia - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
153	Vamos ficar invisíveis - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
154	Fuja do parque do terror - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
155	Ovos monstruosos vindos de marte - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
156	Fique longe do porão - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
157	O lobisomem do pântano da febre - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
158	Crescendo - AUTOR Becca Fritzpatrick - EDITORA Intriseca	1	Unid.	34,80	34,80
159	Silêncio - AUTOR Becca Fritzpatrick - EDITORA Intriseca	1	Unid.	34,80	34,80
160	Angry Birds - Pig Empire - AUTOR Vergara - EDITORA Vergara & Riba	1	Unid.	25,80	25,80
161	Meu furioso livro de brincadeiras - AUTOR Rovio Mobile - EDITORA Vergara & Riba	1	Unid.	29,80	29,80
162	Angry Birds Space - AUTOR Rovio Mobile - EDITORA Vergara & Riba	1	Unid.	19,80	19,80
163	Angry Birds – Jedi Birds - AUTOR Vergara - EDITORA Vergara & Riba	1	Unid.	25,90	25,90
164	Angry Birds – Penas vão voar - AUTOR Vergara - EDITORA Vergara & Riba	1	Unid.	26,80	26,80
165	Irmandade da Adaga Negra - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
166	Amante Sombrio - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	39,80	39,80
167	Amante Eterno - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	39,80	39,80
168	Amante Desperto - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	39,80	39,80
169	Amante Revelado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
170	Amante Libertado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
171	Amante Consagrado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
172	Amante Vingado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
173	Amante Meu - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
174	Amante Libertada - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
175	Amante Renascido - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
176	Amante Finalmente - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	1	Unid.	44,80	44,80
177	Conspiracy 365/Fevereiro - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
178	Conspiracy 365/Março - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
179	Conspiracy 365/Abril - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
180	Conspiracy 365/Maio - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
181	Conspiracy 365/Junho - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
182	Conspiracy 365/Julho - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
183	Conspiracy 365/Agosto - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50

184	Conspiracy 365/Setembro - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
185	Conspiracy 365/Outubro - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
186	Conspiracy 365/Novembro - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
187	Conspiracy 365/Dezembro - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	1	Unid.	28,50	28,50
TOTAL R\$					6.291,60

Valor do contrato: R\$ 6.291,60 (seis mil duzentos e noventa e um reais e sessenta centavos)

Data da Assinatura: 18/09/2015 – Vigência: 18/09/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 99/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 99/2015-FMS

Dispensa de Licitação nº. 33/2015-FMS

Processo nº. 66/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JKL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.583.332/0001-10, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3156, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de porta completa em itaúba maciça para ser instalada na Secretaria de Saúde, situada na Rua Paulo Jahn, nº 147, Centro no Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Porta de itaúba em madeira maciça de 1,90 cm de largura por 2,10 cm de altura.	1	Unidade	385,00	385,00
02	Aduela em madeira de itaúba 18 cm	1	Unidade	125,00	125,00
03	Alizar em madeira de itaúba 1x6	10,8	Unidade	3,20	34,56
04	Fechadura Externa modelo 1801/11 em inox.	1	Unidade	34,90	34,90
05	Jogo de dobradiça 04" com três unidades	1	Unidade	11,00	11,00
06	Verniz na cor Nogueira 900 ml	1	Unidade	24,90	24,90
07	Solvente 900 ml	1	Unidade	9,90	9,90
TOTAL R\$					625,26

Valor do contrato: R\$ 625,26 (seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos).

Data da Assinatura: 18/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.119/2015

LEI Nº2.119/2015

ALTERA O ART. 5º DA LEI N.º1586/2007, QUE TRATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 5º da Lei n.º 1586/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde será composto por 10 (dez) Conselheiros titulares e respectivos suplentes, como segue:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PRESTADORES DE SERVIÇOS:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Saúde
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
- c) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças
- d) um representante dos Prestadores de Serviços do SUS
- e) um representante dos Profissionais de Saúde

II – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

- a) dois representantes dos Movimentos Comunitários
- b) um representante de Associações de Moradores ou Entidades Equivalentes
- c) dois representantes de Organizações Religiosas

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saúde será presidido por um de seus membros, eleito pelos conselheiros para mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período”.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Lei N.º1586/2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 15 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.120/2015

LEI Nº2.120/2015

DISPÕE SOBRE AS NORMAS REFERENTES AO PLANTIO DE ÁRVORES EXÓTICAS E OUTRAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE, JUNTO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E EDIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que a partir da publicação da presente lei, a distância mínima para o plantio de árvores exóticas (eucaliptos, pinus, etc.) e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica é de 20 (vinte) metros, em relação ao eixo da mesma, e de 35 (trinta e cinco) metros, em relação a edificações.

Parágrafo único. O proprietário poderá, nesta área de recuo, plantar vegetação rasteira, árvores frutíferas e outras culturas com até 2 (dois) metros de altura ou realizar pastagem.

Art. 2º As árvores mencionadas no artigo anterior que estiverem plantadas e não obedecerem à distância mínima permitida deverão ser cortadas por seus proprietários.

Parágrafo único. As árvores nativas existentes, somente poderão ser cortadas mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

Art. 3º O desrespeito a presente Lei acarretará aos responsáveis pelo plantio das árvores o pagamento por todo e qualquer dano que por ventura ocorrer devido à queda ou outro problema ocasionado pela árvore plantada.

Art. 4º Fica estabelecido em 90 (noventa) dias, a contar da data da sua publicação, o prazo de adequação a presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 15 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.196/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.196/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Maria Alice da Luz Jahn, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Maria Alice da Luz Jahn, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta)

horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.197/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.197/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Elenir Beatriz Vassel Motta, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.198/2015, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.198/2015, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Mônica Gonçalves, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.199/2015, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.199/2015, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Raquel Siegle, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 94/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	O resgate do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Arqueiro	0	39,8000	1
2	A viagem do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Arqueiro	0	39,8000	1
3	O destino do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Arqueiro	0	39,8000	1
4	A promessa do tigre - AUTOR Colleen Houck - EDITORA Arqueiro	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Arqueiro	0	24,8000	1
5	O herói perdido - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	44,8000	1
6	O filho de Netuno - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	44,8000	1
7	A marca de Atena - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	44,8000	1
8	A casa de Hades - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	44,8000	1
9	O sangue do Olimpo - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	44,8000	1
10	A batalha do Apocalipse - AUTOR Eduardo Spohr - EDITORA Verus	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Verus	0	41,9000	1
11	Filhos do Éden Vol. 1 - AUTOR Eduardo Spohr - EDITORA Verus	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Verus	0	41,9000	1
12	Filhos do Éden Vol. 2 - AUTOR Eduardo Spohr - EDITORA Verus	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Verus	0	41,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Irresistível - AUTOR Sylvia Day - EDITORA Hamelin	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Hamelin	0	29,8000	1
14	Intenso - AUTOR Sylvia Day - EDITORA Hamelin	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Hamelin	0	29,8000	1
15	Tentação - AUTOR Sylvia Day - EDITORA Hamelin	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Hamelin	0	29,8000	1
16	Dake a neve cair - AUTOR John Green - EDITORA Rocco	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Rocco	0	29,4000	1
17	Vill & Vill - AUTOR John Green - EDITORA Galera	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Galera	0	31,9000	1
18	Diário de um vampiro banana - AUTOR Tim Collins - EDITORA Novo Século	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Século	0	29,8000	1
19	Diário de um vampiro banana 2 - AUTOR Tim Collins - EDITORA Novo Século	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Século	0	34,8000	1
20	O menino do pijama listrado - AUTOR John Boyne - EDITORA Cia	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Cia das Letras	0	37,9000	1
21	1806 - AUTOR Laurentino Gomes - EDITORA Planeta	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Planeta	0	38,8000	1
22	O símbolo perdido - AUTOR Dan Brown - EDITORA Sextante	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Sextante	0	39,8000	1
23	O segredo do anel - AUTOR Kathleen Magoon - EDITORA Rocco	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Rocco	0	39,4000	1
24	Pirâmide Vermelha - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	44,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Trono de fogo - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	44,8000	1
26	Guia de Sobrevivência - AUTOR Rick Riordan - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	34,8000	1
27	O rei da noite - AUTOR João Ubaldo Ribeiro - EDITORA Objetiva	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Objetiva	0	42,8000	1
28	Rua do Marcelo - AUTOR Ruth Rocha - EDITORA Salamandra	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Salamandra	0	36,9000	1
29	Livro do Recordes 2014 - AUTOR Editora Agir - EDITORA Agir	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Agir	0	68,8000	1
30	Livro do Recordes 2015 - AUTOR Editora Agir - EDITORA Agir	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Agir	0	47,1000	1
31	O Guardião - AUTOR Nicholas Sparks - EDITORA Arqueiro	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Arqueiro	0	29,8000	1
32	Diário de uma paixão -- - AUTOR Nicholas Sparks - EDITORA Arqueiro	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Arqueiro	0	29,8000	1
33	O Casamento - AUTOR Nicholas Sparks - EDITORA Novo conceito	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Conceito	0	29,8000	1
34	Para Sempre - AUTOR Alyson Noel - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
35	Lua Azul - AUTOR Alyson Noel - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
36	Terra das Sombras - AUTOR Alyson Noel - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 4/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Chama Negra - AUTOR Alyson Noel - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
38	Bruxas e Bruxos - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Concelho	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Concelho	0	29,8000	1
39	O Dom - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Concelho	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Concelho	0	29,8000	1
40	O Fogo - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Concelho	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Concelho	0	29,8000	1
41	O Baixo - AUTOR James Patterson - EDITORA Novo Concelho	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Concelho	0	32,8000	1
42	A Casa Secreta - AUTOR Javier Sierra - EDITORA Planeta	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Planeta	0	44,8000	1
43	Petrus Logus - AUTOR Augusto cury - EDITORA Saraiva	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Saraiva	0	29,8000	1
44	Anjo Mecânico - AUTOR Cassandra Clare - EDITORA Record	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Record	0	41,9000	1
45	Príncipe Mecânico - AUTOR Cassandra Clare - EDITORA Record	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Record	0	41,9000	1
46	Princesa Mecânica - AUTOR Cassandra Clare - EDITORA Record	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Record	0	41,9000	1
47	Gatinho Mágico - Confusões - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1
48	Caçadores de Zumbi 3 - AUTOR John Koeppfer - EDITORA Novo Século	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Século	0	29,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 5/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Brotherband 2 Os Invasores - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
50	Brotherband 3 Os Caçadores - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
51	Brotherband 4 Os Escravos - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	44,7000	1
52	A Seleção - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Seguinte	0	29,8000	1
53	A Elite - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Seguinte	0	29,8000	1
54	A Escolha - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Seguinte	0	29,8000	1
55	A Herdeira - AUTOR Kiera Cass - EDITORA Seguinte	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Seguinte	0	29,8000	1
56	Diários de um Vampiro 3 - AUTOR L. J. Smith - EDITORA Galera	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Galera	0	31,9000	1
57	Amor à primeira vista - AUTOR Jennifer E. Smith - EDITORA Galera	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Galera	0	34,9000	1
58	Desastre Iminente - AUTOR Jamie McGuire - EDITORA Verus	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Verus	0	38,9000	1
59	Belo Desastre - AUTOR Jamie McGuire - EDITORA Verus	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Verus	0	39,9000	1
60	Perdida - AUTOR Carina Rissi - EDITORA Verus	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Verus	0	39,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 6/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Encontrada - AUTOR Carina Rissi - EDITORA Venus	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Venus	0	41,9000	1
62	O Livro do Amor - AUTOR Kathleen Mogowan - EDITORA Rocco	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Rocco	0	39,4000	1
63	Divergente - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Rocco	0	39,4000	1
64	Insurgente - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Rocco	0	39,4000	1
65	Convergente - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Rocco	0	39,4000	1
66	Quatro - AUTOR Veronica Roth - EDITORA Rocco	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Rocco	0	29,4000	1
67	A queda dos Cinco - AUTOR Pittacus Lore - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	34,8000	1
68	A vingança dos sete - AUTOR Pittacus Lore - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
69	O amor é para os fortes - AUTOR Marcelo Cezar - EDITORA Vida e Consócio	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Vida e Consócio	0	35,9000	1
70	Diário de um adolescente apaixonado - AUTOR Rafael Moreira - EDITORA Novas Páginas	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novas Páginas	0	15,8000	1
71	Como treinar seu dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
72	Como pegar a joia do dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 7/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015

Data do Registro: 18/09/2015

Válido até: 18/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Como quebrar a maldição de um dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
74	Como treinar o seu Viking - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	24,8000	1
75	Como mudar uma história de dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
76	Como pintar um coração de dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
77	Como Navegar em uma tempestade dragão - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
78	Guia do herói para vencer dragões - AUTOR Cressida Cowell - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	29,8000	1
79	Beijado por um anjo 2- Força do amor - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Conceito	0	29,8000	1
80	Beijado por um anjo 3-Almas Gêmeas - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Conceito	0	29,8000	1
81	Beijado por um anjo 4-Destinos Cruzados - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Conceito	0	29,8000	1
82	Beijado por um anjo 5-Revelações - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Conceito	0	29,8000	1
83	Beijado por um anjo 6-Elemente - AUTOR Elizabeth Chandler - EDITORA Novo Conceito	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Conceito	0	29,8000	1
84	As ruínas de Gortan - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 8/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Ponte em chamas - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
86	Terra do gato - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
87	Folha de cavaleiro - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
88	O feiticeiro do norte - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
89	Cerro a Madindaw - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
90	Resgate de Erak - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
91	Reis de Odonnet - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	38,4000	1
92	Reis de Odonnet - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	44,7000	1
93	Imperador de Nihon-Já - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	44,7000	1
94	Histórias Perdidas - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	44,7000	1
95	Arquero Rei - AUTOR John Flanagan - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	48,3000	1
96	Aura Negra - AUTOR Richelle Mead EDITORA Nova Fronteira	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Nova Fronteira	0	39,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 9/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Tocada pelas sombras - AUTOR Richelle Mead EDITORA Agir	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Agir	0	39,8000	1
98	Promessa de sangue - AUTOR Richelle Mead EDITORA Agir	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Agir	0	39,8000	1
99	Laços do espírito - AUTOR Richelle Mead EDITORA Nova Fronteira	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Nova Fronteira	0	39,8000	1
100	A guerra dos tronos - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Leya	0	54,8000	1
101	A fuga dos reis - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Leya	0	54,8000	1
102	Tormenta de espadas - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Leya	0	59,8000	1
103	Festim dos corvos - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Leya	0	54,8000	1
104	A dança dos dragões - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Leya	0	59,8000	1
105	O cavaleiro dos sete reinos - AUTOR George R. R. Martin - EDITORA Leya	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Leya	0	49,8000	1
106	A verdadeira dieta anticâncer - AUTOR Dr. David Kraybill - EDITORA Lua de papel	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Lua de Papel	0	24,8000	1
107	Você pode curar sua vida - AUTOR Louise L. Hay - EDITORA Record	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Record	0	34,9000	1
108	Alice no país das maravilhas - AUTOR Lewis Carol - EDITORA LPM	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	LPM	0	13,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 10/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015

Data do Registro: 18/09/2015

Válido até: 18/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	A invocação - AUTOR Kelley Armstrong - EDITORA Novo Século	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Século	0	29,8000	1
110	Despertar - AUTOR Kelley Armstrong - EDITORA Novo Século	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Século	0	27,8000	1
111	Confronto - AUTOR Kelley Armstrong - EDITORA Novo Século	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Novo Século	0	29,8000	1
112	Predicamos falar sobre o Kevin - AUTOR Lionel Shriver - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	49,8000	1
113	Um novo começo - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	24,7000	1
114	Palas sujas - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	24,7000	1
115	Sonhos de festa - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	24,7000	1
116	A estrela do show - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	24,7000	1
117	Cartãozinho nas nuvens - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	24,7000	1
118	Travessuras ao luar - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1
119	Confusões em dobro - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1
120	Magia do circo - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 11/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015

Data do Registro: 18/09/2015

Válido até: 18/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Sonhando com a fama - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1
122	Felício de verão - AUTOR Sue Bentley - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1
123	Problemas com pirata - AUTOR Kelly McKain - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	7,9000	1
124	Resgate da baleia - AUTOR Kelly McKain - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	7,9000	1
125	O assustador navio naufragado - AUTOR Kelly McKain - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	19,5000	1
126	Uma fada em um minho - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
127	A dama de prata - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
128	A casa das seretas - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
129	A hora dos encantamentos - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
130	A princesa azul - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
131	O caçador de bruxas - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
132	A noiva vampira - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 12/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Bruxa por um dia - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
134	O jardim dos Elfos - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
135	O último príncipe - AUTOR Prunella Bat - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	29,4000	1
136	O lado do cão fantasma - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
137	Dr. Maluco versus Robby - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
138	Resgateando das profundezas - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
139	A vingança do boneco vivo - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
140	Planeta dos gnomos - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
141	Sangue de monstro - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
142	Sangue de monstro pi/ café da manhã - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
143	Sorria e morra - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
144	Cara você perdeu - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 13/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	A casa das múmias - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
146	O mágico Gozma - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	24,7000	1
147	Um dia das bruxas bizarro - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
148	Bem vindo à casa - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
149	Mais amigos me chamam de monstro - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
150	Um dia no parque do terror - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
151	Bem vindo ao acampamento dos pesadelos - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
152	A maldição da tumba da múmia - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
153	Vamos ficar invisíveis - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
154	Fuja do parque do terror - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
155	Ovos monstruosos vindos de Marte - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
156	Fique longe do porão - AUTOR R. L. Sline - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 14/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	O labirinto do pântano da febre - AUTOR R. L. Stine - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
158	Crescendo - AUTOR Becca Fitzpatrick - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	34,8000	1
159	Silêncio - AUTOR Becca Fitzpatrick - EDITORA Intrínseca	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Intrínseca	0	34,8000	1
160	Angry Birds - Pig Empire - AUTOR Vergara - EDITORA Vergara & Riba	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Vergara & Riba	0	25,8000	1
161	Mau furioso livro de brincadeiras - AUTOR Rovio Mobile - EDITORA Vergara & Riba	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Vergara & Riba	0	29,8000	1
162	Angry Birds Space - AUTOR Rovio Mobile - EDITORA Vergara & Riba	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Vergara & Riba	0	19,8000	1
163	Angry Birds - Jedi Birds - AUTOR Vergara - EDITORA Vergara & Riba	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Vergara & Riba	0	25,9000	1
164	Angry Birds - Penas vão voar - AUTOR Vergara - EDITORA Vergara & Riba	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Vergara & Riba	0	26,8000	1
165	Imandade da Adaga Negra - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
166	Amante Sombrio - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	39,8000	1
167	Amante Eterno - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	39,8000	1
168	Amante Desperto - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	39,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 15/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015

Data do Registro: 18/09/2015

Válido até: 18/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Amante Revelado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
170	Amante Libertado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
171	Amante Consagrado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
172	Amante Vingado - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
173	Amante Meu - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
174	Amante Libertada - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
175	Amante Renascido - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
176	Amante Finalmente - AUTOR J. R. Ward - EDITORA Universo dos livros	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Universo dos L	0	44,8000	1
177	Conspiracy 365/Fevereiro - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
178	Conspiracy 365/Março - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
179	Conspiracy 365/Abril - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
180	Conspiracy 365/Maio - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 16/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Conspiracy 365/June - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
182	Conspiracy 365/July - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
183	Conspiracy 365/August - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
184	Conspiracy 365/September - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
185	Conspiracy 365/October - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1
186	Conspiracy 365/November - AUTOR Gabrielle Lord - EDITORA Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 17/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	Conspiracy 365/Dezembro - AUTOR: Gabrielle Lord - EDITORA: Fundamento	UN	L.MOHR LTDA - EPP (11431)	Fundamento	0	28,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 18/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2015

Número do Registro de Preços: 61/2015 Data do Registro: 18/09/2015 Válido até: 18/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015****PROCESSO Nº 182/2015**

(11431) - L.MOHR LTDA - EPP

Schroeder, 18 de Setembro de 2015.

DISPENSA Nº 33/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 33/2015 - DL
	Processo Nr.: 66/2015 Data: 18/09/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: JKL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO,3156 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 09.583.332/0001-10	Código: 10566 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de porta completa em itaúba maciça para ser instalada na Secretaria de Saúde, situada na Rua Paulo Jahn, nº 147, Centro no Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Porta de itaúba em madeira maciça de 1,90 cm de largura por 2,10 cm de altura.	UN	385,00	385,00
2	1,00	Aduela em madeira de itaúba 18 cm	UN	125,00	125,00
3	10,80	Alizar em madeira de itaúba 1x6	UN	3,20	34,56
4	1,00	Fechadura Externa modelo 1801/11 em inox.	UN	34,90	34,90
5	1,00	Jogo de dobradiça 04" com três unidades	UN	11,00	11,00
6	1,00	Verniz na cor Nogueira 900 ml	UN	24,90	24,90
7	1,00	Solvente 900 ml	UN	9,90	9,90

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A aquisição se dá para facilitar o acesso externo para funcionários da Unidade de Saúde, em virtude de adequações no prédio da Unidade.

Schroeder, 18 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 33/2015 - DL
	Processo Nr.: 66/2015 Data: 18/09/2015
Folha: 2/2	

16/9/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Setembro de 2015

Valor da Despesa: 625,26 (seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Siderópolis

PREFEITURA

56/2015 EXTRATO DE DISPENSA PROCESSO SELETIVO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 56/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

O Município de Siderópolis, por meio do parecer da procuradoria do município, em conformidade com o art. 24, II da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para Prestação de serviços técnicos especializados para elaboração e execução plena de Processo Seletivo para Provimento de cargos na área da Educação do Município de Siderópolis/SC. Assim sendo, a escolha recaiu na empresa, devidamente cadastrada e habilitada:

CONTRATADO: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI

VIGÊNCIA: O prazo de execução será de 3 meses, contados da data de recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, e a vigência contratual terá início a partir da data da assinatura do contrato e terminará 30 (trinta) dias após o término do prazo de execução.

VALOR: até R\$ 7.950,00.

Siderópolis, 18 de setembro de 2015

Hélio Roberto Cesa.

Prefeito Municipal

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA LDO E LOA

COMUNICADO

O Município de Siderópolis convida a todos os munícipes para Audiência Pública de apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Local: Camara Municipal de Vereadores – Centro – Siderópolis – SC

Data: 25/09/2015 – 6ª Feira

Hora: 10h00min

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

164

DECRETO Nº 164, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07.02 – Fundo Municipal de Saúde

2.022 – Serviço de Combate a Epidemiologia

3.3.90.00.00.00.00.00.0036 (29) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso financeiro da fonte 36.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 15 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC 162

DECRETO Nº 162, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 111.800,00 (cento e onze mil e oitocentos reais). nas seguintes dotações orçamentárias:

04.01 – DIRETORIA EXECUTIVA

2.003 - Gestão da Sec. Mun. De obras Viação e Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (25) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

03.01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

2.007 - Gestão da Secretaria de Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (19) - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

04.03 – DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOC

2.033 – Conservação e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.3091 (265) - Aplicações Diretas R\$ 6.800,00

11.02 – DIRETORIA DE CULTURA

2.047 - Manutenção do Esporte Amador e Estudantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (174) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 3091 e excesso de arrecadação na fonte 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 15 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 163

DECRETO Nº 163, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 45.056,94 (quarenta e cinco mil e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos) nas seguintes dotações orçamentária:

07.02 – Fundo Municipal de Saúde

1.006 – Aquisição de Equipamentos para a Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0023 (67) - Aplicações Diretas R\$ 56,94

07.02 – Fundo Municipal de Saúde

2.020 – Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0070 (24) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso financeiro da fonte 23 e excesso financeiro da fonte 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 15 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 165

DECRETO Nº 165, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 258.868,64 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta

e quatro centavos). nas seguintes dotações orçamentária:

04.02 – DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0611 (255) - Aplicações Diretas R\$ 200.687,79

04.04 – DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS

2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0619 (261) - Aplicações Diretas R\$ 58.180,85

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de convênios nas fontes 611 e 619.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 15 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

EDITAL 002/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2015

Pelo presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, o Município de Sombrio torna publico que, em virtude de recusa de recebimento e/ou insuficiência de dados cadastrais que possibilitem a identificação dos contribuintes abaixo relacionados, ficam os mesmos NOTIFICADOS para o recolhimento dos valores lançados em dívida ativa, referente a IPTU, AUTO DE INFRAÇÃO e C.M.(Contribuição de Melhoria), alcançados pelo presente Edital, os fins e objetivos constantes dos Arts. 145 e 173, Parágrafo Único, do Código tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1996). Art. 111, § 2º e Art. 112 do Código Tributário Municipal (Lei Nº 780 de 28 de dezembro de 1990). O prazo de regularização (pagamento ou parcelamento) é de trinta (30) dias, após o que será promovida cobrança judicial.

Insc. Mun.	Nome/Razão social	Receita	Valor R\$
4536	ADAILTON GONÇALVES A/C CESAR D	IPTU	1.330,62
1125	ADAIR PERES BOLCAO	IPTU	945,17
30244	ADAO MAIA	IPTU	397,97
351	ADAO VIGNALI	IPTU	3.048,78
3057	ADEMAR RODRIGUES DE SOUZA	IPTU	823,84
4175	ADEMILSON CARDOSO MAZZANTI	IPTU	1.606,40
24621	ADEMIR CARDOSO	IPTU	498,51
18892	ADEMIR CRESCENCIO CARDOSO	IPTU	1.660,31
16691	ADILSON DE ARAUJO	IPTU	1.025,90
30070	ADINALDO OLIVEIRA PATRICIO	IPTU	498,51
30414	ADIR VUOLO MAGENIS	IPTU	824,26
29919	ADIVANIO DA SILVA	IPTU	498,91
15798	ADRIANA COSTA GOMES	IPTU	3.398,05
30016	ADRIANA MACIEL DOS SANTOS	IPTU	498,51
17825	ADRIANA RESENDE	IPTU	1.181,77
28244	ADRIANO DA ROLT	IPTU	701,34
17265	ADRIANO DA SILVA MACHADO	IPTU	586,86
29893	ADRIANO DALAGO TOMAZ	IPTU	388,43
32421	ADVAN CARDOSO RAUPP	IPTU	390,11
31121	ALAN RICARDO M DE OLIVEIRA	IPTU	5.576,30
151	ALBERTINA AUGUSTA HESPINDOLA	IPTU	1.603,01
30266	ALBERTINA DA ROCHA MORAES	IPTU	998,44
23781	ALCEBIADES TOME SEBERINO	IPTU	186,75
1834	ALCIDES DA SILVA CARDOSO	IPTU	1.240,30
16730	ALCIONE ANTONIOL MAXIMO	IPTU	1.563,95
18415	ALDO DE OLIVEIRA	IPTU	362,55
2506	ALECIS DE JESUS	IPTU	816,46

32087	ALENCAR ALÍPIO DE SOUZA	IPTU	2.035,51
30036	ALESANDRO ROSA DE OLIVEIRA	IPTU	388,43
16153	ALESSANDRO FARIAS DOS SANTOS	IPTU	1.234,46
17129	ALEX SANDRO DIAS DA SILVA	IPTU	766,73
18324	ALEX SANDRO TAVARES DA CUNHA	IPTU	603,79
2537	ALEX SANTOS DA SILVA	IPTU	350,98
1690	ALEXANDRE DA SILVA CANDIDO	IPTU	1.451,45
30092	ALEXSANDRO NUNES DA SILVA	IPTU	498,51
31721	ALICE AGRINFE DE ARAUJO	IPTU	2.079,70
30002	ALICE MARIZETE DOS SANTOS	IPTU	492,83
29951	ALICIMAR SILVEIRA DA ROSA	IPTU	498,51
31024	ALINE DUARTE GENEROSO CARDOSO	IPTU	682,43
34183	ALIRIO MACHADO VIERA	IPTU	2.102,87
18310	ALMIRO VALERIO DA CUNHA	IPTU	3.271,92
29992	ALOIR GABRIEL	IPTU	109,04
18015	ALOIR SILVA DO NASCIMENTO	IPTU	908,72
20422	ALORI MOTA CARDOSO	IPTU	498,51
4211	ALTAIR NUNES DANIEL	IPTU	247,09
23213	ALTEMIR CARDOSO PEREIRA	IPTU	3.751,08
30655	ALTIELIS TEIXEIRA PIZZOLOTTO	IPTU	1.628,98
634	ALVIM MANOEL LAMARCK	IPTU	2.754,32
634	ALVIM MANOEL LAMARCK	C.M.	3.063,31
20240	ALZEMIRO BEZ TAVARES	IPTU	390,11
20058	AMARILDO CARDOSO	IPTU	498,51
30226	AMBROSIO DA SILVA	IPTU	498,51
1460	AMILTON SUPPI DA ROSA A/CLILA	IPTU	2.865,20
20430	ANA BERNARDO SOUZA MARTINS	IPTU	1.530,35
18186	ANA JOAQUIM JACINTO	IPTU	792,89
29802	ANA OLIVEIRA DA CUNHA	IPTU	302,52
16198	ANA PAULA PACHECO MATOS	IPTU	558,94
30274	ANDRE ANTONIO DE OLIVEIRA	IPTU	863,19
16495	ANDRE LUIZ GOMES A/C GILBERTO D	IPTU	1.056,93
29298	ANDRIARA ZABOT MACHADO	IPTU	705,54
30107	ANGELINO BORGES	IPTU	390,11
17483	ANGELINO ELIAS DE OLIVEIRA-ESPO	IPTU	971,34
4301	ANISIO JOAO DA ROSA	IPTU	3.777,63
3115	ANTENOR DE SOUZA MAGGI	IPTU	1.312,17
3306	ANTONINHO PATRICIO	IPTU	2.096,81
2327	ANTONIO AFONSO FONTANA A/V VOL	IPTU	1.513,91
59	ANTONIO CARDOSO DE OLIVEIRA	IPTU	3.858,15
30236	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	IPTU	498,51
2273	ANTONIO CARLOS VIGNALI	IPTU	1.966,69
32228	ANTONIO CARLOSP ANTONIO	IPTU	388,87
1803	ANTONIO DA SILVA ALVES-ESPOLIO	IPTU	1.824,05
1837	ANTONIO DORIZETE ROQUE	IPTU	1.346,31
3842	ANTONIO DOS SANTOS	IPTU	987,20
23326	ANTONIO ERITON TEIXEIRA RAUPP	IPTU	6.558,04
17780	ANTONIO GOMES	IPTU	774,55
445	ANTONIO JOAO CARDOSO	IPTU	608,05
2351	ANTONIO LUIZ DE CARVALHO	IPTU	2.004,22
18871	ANTONIO MACHADO FERRAZ	IPTU	3.728,37
23116	ANTONIO PORTO FERREIRA	IPTU	3.298,93
17393	ANTONIO REGINALDO DOS SANTOS	IPTU	4.210,56
3630	ANTONIO SOARES FERRAZ	IPTU	7.338,13
29922	ANTONIO VALIM	IPTU	498,51
30130	ANTONIO VENENRANDO DA ROSA	IPTU	498,51
30253	ARCELINO PEREIRA MOTA	IPTU	300,66
2923	ARIANE ROCHA ALVES DA CUNHA	IPTU	891,65
1243	ARINO GOULART	IPTU	1.593,86
30196	ARISTIDES DOS SANTOS	IPTU	498,51
34672	ARLETE ALVES	IPTU	60,52
2611	ARLINDO ANTONIO DA SILVA	IPTU	1.574,35
3171	ARLINDO MANOEL DA SILVA	IPTU	1.064,59
4470	ARNILDO DA SILVA SANTOS	IPTU	548,18

369	ARNO ASSIS KRAS BORGES	IPTU	10.369,00
16519	AUDECI PEREIRA	IPTU	1.954,27
29797	AUDENI JERONIMO LOPES	IPTU	914,32
16660	AURINO M DE SOUZA A/C MILTON RO	IPTU	454,40
16605	AUTINO M DE SOUZA A/C MARIO NUN	IPTU	1.123,20
24790	AUTO POSTO JBC LTDA	IPTU	954,97
18185	AVELINO AMARAL FERREIRA	IPTU	951,29
30328	BEATRIZ PEREIRA DE SOUZA	IPTU	874,61
17919	BENTO DE BORBA PAULO	IPTU	1.010,90
29886	BRANDINA PEREIRA MOTA	IPTU	966,61
341	BRASIL TELECOM S/A	IPTU	8.847,05
2461	CAETANO CONSTANTINO DE OLIVEIR	IPTU	5.391,71
17970	CALÇADOS ROSHNER LTDA	IPTU	1.818,77
17971	CALÇADOS ROSHNER LTDA	IPTU	2.110,91
17972	CALÇADOS ROSHNER LTDA	IPTU	2.456,60
3301	CARINE DOS SANTOS CARDOSO	IPTU	2.052,83
2414	CARLA KLIPEL RAMOS SOARES	IPTU	1.340,73
535	CARLA MARGARETE FERREIRA DOS S	C.M.	5.184,06
16498	CARLOS APOLINARIO GOULART	IPTU	2.008,67
18295	CARLOS DE MATOS GENEROSO	IPTU	1.027,10
1797	CARMEM LUCIA DE MORA JOAQUINA	IPTU	1.165,42
2925	CAROLINA PACHECO MUNARI	IPTU	166,96
2826	CASSIANO SANTANA	IPTU	890,66
1829	CATILSA NEUMANN ARAUJO	IPTU	1.788, 79
18152	CAUE ROBERTO BOLICO	IPTU	343,55
18826	CEDENIR ANACLETO ROCHA	IPTU	939,64
1621	CELSO CASSEMIRO RODRIGUES	IPTU	1.149,96
29485	CESAR PAULINO DE FAVERI	IPTU	2.086,15
4074	CEZARIO ANTONIO DE SOUZA	IPTU	1.839,19
28570	CIBELE GOULART PORTO	IPTU	783,53
18697	CLARICE REGINA NORONHA	IPTU	517,60
29308	CLARISVALDO FRANCISCO BRESOLIN	IPTU	965,86
1139	CLAUDIA BORBA DA SILVA	IPTU	1.046,68
531	CLAUDINEI COELHO SUPP	C.M.	3.063,31
32340	CLAUDINEI MACHADO	IPTU	1.216,69
30703	CLAUDINEI SPIDO	IPTU	875,20
17828	CLAUDIOMIR RAUPP DE QUADROS	IPTU	1.105,18
24067	CLAUDIONOR SILVA DA ROSA	IPTU	2.944,49
16257	CLAUDIOVANE MANENTI	IPTU	966,75
1098	CLEBER RODRIGUES BORGES	IPTU	892,81
29801	CLEUMAR MORAIS ROCHA	IPTU	498,51
17762	CRISTIAN CARLOS CANDIDO	IPTU	1.988,92
31891	CRISTIANO CARDOSO DE OLIVEIRA	IPTU	665,10
30265	CRISTIANO DA ROCHA MORAES	IPTU	1.034,38
32103	DAIANE DA SILVEIRA MARTINS	IPTU	1.257,70
30179	DAINIR MARCIAKI	IPTU	501,94
32461	DALVANA COELHO DOS SANTOS	IPTU	6.004,88
29733	DANIEL DA CUNHA RAMOS	IPTU	408,39
18561	DANIEL GOMES MACHADO	IPTU	1.225,72
16688	DANIEL GONÇALVES DE SOUZA	IPTU	888,96
30150	DANIEL MARTINELLI	IPTU	390,11
29016	DANIELLE COSTA MARQUES	C.M.	2.771,86
3150	DANILO SANTOS DA CUNHA	IPTU	1.234,68
4277	DARIO JOVELINO DOS SANTOS	IPTU	769,15
30003	DAVI LUIS DA CUNHA	IPTU	494,10
4037	DECIONIR SANTOS DA SILVA	IPTU	1.579,99
29140	DELMAR JOSE ROHR	IPTU	1.567,65
30257	DELMIR SILVEIRA	IPTU	498,51
1442	DENISE DE BEM BEZ	IPTU	656,67
4572	DEOTILDE FRAGA DOMINGOS - ESPOL	IPTU	2.651,99
09	DERCY AUGUSTA SANTOS DA SILVA	IPTU	2.090,40
1317	DIAMANTINA SANTOS DA SILVA	IPTU	1.704,36
30235	DIEGO DAGOSTIN	IPTU	461,92

28196	DIEGO DE OLIVEIRA BORBA	IPTU	541,27
16633	DILMO J MACHADO A/C SIRLEI SEVER	IPTU	1.107,29
18210	DILSON DA SILVA COELHO	IPTU	2.223,98
1729	DILSONEI MACHADO RAMOS	IPTU	2.423,77
2432	DIMAS PORTO DA SILVA E MIGUEL P	IPTU	395,45
23150	DIONES CLEI DA SILVA CARDOSO	IPTU	1.973,73
17552	DIRCEU MARGUTE	IPTU	17.789,50
20076	DIRONE BORGES	IPTU	498,51
532	DOMINGOS DA SILVE VIEIRA	C.M.	1.272,44
2707	DOMINGOS GIRARDI	IPTU	3.509,52
1123	DONATILIO COELHO DOS SANTOS	IPTU	914,46
30021	DONIZETE DOS SANTOS	IPTU	498,51
4402	DORACI ALBURQUERQUE JOAQUIM	IPTU	988,85
17035	DORIZETI ARAUJO DE OLIVEIRA	IPTU	935,41
15527	EDENIR PEREIRA DA SILVA	IPTU	20.874,70
17224	EDEVALDO GUIMARAES DA ROSA	IPTU	668,12
42	EDEVALDO PEDRO COLARES	C.M.	3.817,45
26491	EDGAR DE OLIVERA SILVA	IPTU	1.509,54
15960	EDILAINE FERMIANO RODRIGUES	IPTU	3.780,18
31719	EDÍLIA S GONZAGA A/C LUIZ S GONZ	AUT.INF	1.025,00
30299	EDILON DOS SANTOS ALVES E TATIA	IPTU	1.745,31
18525	EDIO ARMINDA	IPTU	609,82
4180	EDIO FERREIRA A/C MARIA DE L SAN	IPTU	1.277,92
2331	EDITE CARDOSO COELHO - ESPOLIO	IPTU	6.142,04
1573	EDNA APARECIDA AMERICO	IPTU	1.319,33
17249	EDNA APARECIDA VARGAS DE PEIXO	IPTU	550,47
2464	EDNEIA DE OLIVEIRA MOTA	IPTU	1.122,24
4584	EDSON DE ALMEIDA	IPTU	1.296,53
21020	EDUARDO CARVALHO	IPTU	394,26
18599	ELADIO GONÇALVES GOMES	IPTU	25.142,51
29804	ELADIO RIBEIRO DE SOUZA	IPTU	302,52
510	ELIANA REGINA AMORIM	IPTU	1.804,22
33849	ELIANE IETA OLIVEIRA	IPTU	536,80
26806	ELIANE MARIA VEFAGO	C.M.	3.063,31
4888	ELIAS PREZOTTO A/C MARINES NAZA	IPTU	794,96
28349	ELIETE APARECIDA DE A NICHELE	IPTU	1.673,63
3380	ELIEZER FERMIANO RODRIGUES	IPTU	2.172,10
30488	ELIMAR SILVEIRA VOTRI	IPTU	1.281,70
4405	ELIO PERES PEREIRA	IPTU	1.755,43
2290	ELISABETE SILVANO MARTINS	IPTU	1.211,57
2664	ELISANDRO SANTANA DA SILVA	IPTU	865,46
30239	ELISETE GONÇALVES	IPTU	388,43
2225	ELISEU DE OLIVEIRA BARBOSA E AN	IPTU	1.074,96
18864	ELISEU RAMOS DA CUNHA	IPTU	1.431,61
15891	ELITO FREITAS BORGES	IPTU	1.194,15
31972	ELTON DE SOUZA PEREIRA E ERICK	IPTU	1.374,97
18497	EMELINA DOS SANTOS	IPTU	1.773,04
29794	ENECY DA ROSA MIGUEL	IPTU	498,51
3995	ENEDIR DE OLIVEIRA FERRAZ	IPTU	987,85
16983	ENEDIR SILVA DO AMARAL	IPTU	421,71
23564	ENI PEREIRA MACHADO	IPTU	1.239,06
17215	ERONDINA DE LIMA	IPTU	395,29
25126	ERONI MARGUTI PEREIRA	IPTU	2.418,62
18389	ESTEVAO MATEUS A/C MARIA DE FAT	IPTU	235,41
30053	EUCLIDES MACEDO	IPTU	72,24
30191	EUNICE MOTA DOS SANTOS	IPTU	129,43
25336	EUZEBIO REUS SILVEIRA	IPTU	193,55
30096	EVA GOMES DA SILVA	IPTU	498,51
3895	EVANDRO COELHO BARCELOS	IPTU	645,98
30146	FABIANO BORGES CARDOSO	IPTU	498,51
17559	FABRICIA BOEIRA DE VICENTE	IPTU	1.139,97
763	FABRICIO AMORIM ISOPPO	IPTU	2.186,25
16347	FATIMA BALTAZAR CRESCENCIO	IPTU	1.427,02
16040	FATIMA HOFFMANN GUIMARAES	IPTU	1.426,62

29962	FERNANDO DE OLIVEIRA PATRICIO	IPTU	390,11
30250	FLAVIO CARDOSO	IPTU	405,23
635	FLAVIO SANTANA BARBOSA	C.M.	3.534,59
28192	FLORINDA DE OLIVEIRA FERMIANO	IPTU	1.794,99
30341	FRANCISCO DE ASSIS B DOS SANTOS	IPTU	2.286,20
671	FRANCISCO DE ASSIS DA ROSA	C.M.	7.069,16
29861	GADIEL DOS SANTOS BENTO	IPTU	966,61
2438	GEDRIANA SCHIMIDT E ADRIANO SC	IPTU	1.527,34
22624	GELCIR JOSE GIURADELLI	IPTU	1.937,37
32709	GENTIL ANTONIO SILVEIRA A/C JAND	IPTU	715,36
20002	GEOVANO CANDIDO GOMES	IPTU	5.655,95
20002	GEOVANO CANDIDO GOMES	C.M.	2.781,92
30240	GILBERTO DE SOUZA CARDOSO	IPTU	498,51
18263	GILBERTO QUADROS PATRICIO	IPTU	583,67
18178	GILBERTO RODRIGUES DA SILVA	IPTU	1.001,35
30026	GILDA LENITA DOS SANTOS ALVES	IPTU	194,31
29985	GILMAR BARBOSA DA CUNHA	IPTU	498,51
18925	GILMAR EUZEBIO DO NASCIMENTO	IPTU	661,96
22586	GILSON SOUZA DA SILVA	IPTU	1.319,44
30900	GIOVANI DA SILVA MIGUEL	IPTU	3.539,88
17184	GISELE MARTINS ALVES	IPTU	367,26
2415	GISLAINE FERREIRA GOMES	IPTU	812,36
539	GLACIUDES CARDOSO VIGNALI	IPTU	974,76
18123	GLORIA SILVEIRA REUS	IPTU	2.660,83
30009	GONÇALVES BORGES DOS SANTOS	IPTU	390,11
18815	GRACELINA ANASTACIO SOARES	IPTU	1.367,42
3484	GREICI KELI BORGES VIEIRA	IPTU	1.171,91
2009	HEDIO ALVEZ	IPTU	1.636,80
22308	HELENA FERREIRA MATEUS	IPTU	1.603,51
28816	HELENI RODRIGUES JERONIMO DE BO	IPTU	1.168,93
15273	HELETON LUIZ BARRIN	IPTU	712,60
3109	HELIO GOMES	IPTU	856,12
29999	HERVALDO ANTONELLO MARINHEIR	IPTU	232,40
4349	IDA GORETE BEZ	IPTU	1.173,97
3588	IDALINO JOAO DA CUNHA	IPTU	2.237,73
600	ILSE BORBA - ESPOLIO	IPTU	3.692,98
31924	INES Malfati Felix	IPTU	1.185,49
32109	IOLANDA DA SILVA NUNES	IPTU	1.339,79
18177	IOLITA TEREZINHA DOS SANTOS	IPTU	887,11
25892	IRINEU CORDOVA	IPTU	498,51
18359	ISAC PIRES	IPTU	272,18
30103	ISOLETE DE JESUS	IPTU	209,24
16956	IVANIO PEREIRA DA SILVA	IPTU	1.533,15
30127	IVO OLIVEIRA DA CUNHA	IPTU	390,11
25764	IVONETE ARAUJO DOS SANTOS	IPTU	390,11
29411	IVONETE CLAUDINO	IPTU	670,19
15271	IVONETE DE SOUZA BORGES ELIAS	IPTU	1.535,30
29994	IVONETE GABRIEL	IPTU	237,21
2688	IVONIR DE SANTANA BERTO	IPTU	963,08
22861	JAILSON BITENCOURT GODINHO	IPTU	687,97
30137	JAIME CARDOSO MARTINS	IPTU	100,22
324	JAIR TEIXEIRA DE BORBA	IPTU	3.536,85
2977	JAIR DE OLIVERIA MACHADO	IPTU	812,99
15356	JAISON CARDOSO DOS SANTOS	IPTU	2.870,11
2277	JANE MARIA DE BORBA PERES	IPTU	1.171,17
19	JANEO MARGUTE	IPTU	4.061,12
18857	JANETE MARCELINO DA SILVA	IPTU	1.952,66
17509	JANILSON OLIVEIRA CARDOSO	IPTU	475,91
16843	JANUARIA RAMOS COLARES	IPTU	4.158,92
31944	JAQUELINE RODRIGUES HAHN	IPTU	1.885,87
31944	JAQUELINE RODRIGUES HAHN	IPTU	703,35
15262	JARDILO DE OLIVEIRA MACHADO	IPTU	1.643,38
29771	JEFERSON MARTINS DE SOUZA	IPTU	498,51
18188	JOANA LOPES DA SILVA	IPTU	1.089,90

20454	JOAO ANSELMO FRANCELINO	IPTU	1.528,67
30038	JOAO ARI DA SILVA	IPTU	498,51
18367	JOAO BARBOSA	IPTU	3.085,67
557	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA	C.M.	3.298,93
4835	JOAO CARDOSO	IPTU	412,74
1307	JOAO CARDOSO DE MATOS - ESPOLIO	IPTU	12.710,74
1307	JOAO CARDOSO DE MATOS-ESPOLIO	IPTU	13.177,59
3780	JOAO CARLOS DE SOUZA	IPTU	868,56
15329	JOAO FABIANO D AVILA MATIAS	IPTU	7.071,23
15860	JOAO KELNIAR MARQUES	IPTU	1.562,56
1183	JOAO LUIS DOS SANTOS NUNES-ESP	IPTU	1.240,44
1183	JOAO LUIS DOS SANTOS NUNES-ESPO	AUT.INF	1.517,60
993	JOAO OGENIO SOARES	IPTU	811,28
16325	JOAQUIM COLARES DE MEDEIROS	IPTU	1.886,35
17448	JOAQUIM PEREIRA DE SOUZA	IPTU	1.490,48
3082	JOECI ALZIRO ROCHO DA CUNHA	IPTU	2.520,68
28811	JOEL CESAR LOPES	IPTU	848,04
2151	JOEL ESPIDULA	IPTU	2.333,42
31876	JOELCIO MATIAS BORGES	IPTU	817,70
25913	JOELCIO MINATO	IPTU	631,89
29891	JOICE DA ROSA MACHADO	IPTU	498,51
16933	JOICELANE DE MATOS SILVA	IPTU	979,44
30249	JORGE OLIVEIRA NICHELI	IPTU	391,11
16995	JOSE ANTONIO TEIXEIRA	IPTU	816,07
978	JOSE ANTONIO VEFAGO	IPTU	1.661,86
3609	JOSE CARLOS DE QUADROS	IPTU	973,79
17985	JOSE CARLOS LUCIO	IPTU	435,50
514	JOSE CLAUDIO ARAUJO DA CUNHA	IPTU	4.364,82
3636	JOSE CLAUDIO ONEIDE ZORTEA	IPTU	1.101,77
17149	JOSE CLESIO DA SILVA	IPTU	537,74
1093	JOSE DUARTE DA SILVA	IPTU	732,85
23255	JOSE EDIO PEREIRA	IPTU	1.635,88
3821	JOSE EDIO PEREIRA E MARIA TEREZIN	IPTU	1.846,19
17862	JOSE ERALDO SOARES	IPTU	1.824,80
29918	JOSE GERALDO CARDOSO	IPTU	410,26
17556	JOSE IRES COELHO -ESPOLIO	IPTU	3.091,56
17645	JOSE JOAO COELHO	IPTU	7.933,44
29754	JOSE LUCAS DE QUADROS	IPTU	801,79
22403	JOSE LUCIAN JUSTINO DE SOUZA	IPTU	1.844,18
25	JOSE LUIZ GONZAGA	IPTU	2.029,06
22906	JOSE MATIAS ROLDAO	IPTU	3.118,61
22363	JOSE MATOS CARDOSO	IPTU	1.220,70
30104	JOSE PAULO BALTAZAR GONÇALVES	IPTU	498,51
18221	JOSE PAULO CARDOSO	IPTU	3.498,68
18221	JOSE PAULO CARDOSO	C.M.	7.116,30
15406	JOSE PAULO DOS SANTOS	IPTU	1.630,26
1469	JOSE PAULO JESUS DA SILVA	IPTU	2.015,22
30112	JOSE PAULO SILVEIRA	IPTU	498,51
41	JOSE PEREIRA RAMOS	C.M.	4.300,99
17212	JOSE PERES DA ROSA	IPTU	410,46
30062	JOSE SILVEIRA CARDOSO	IPTU	498,51
4647	JOSE VOLNEI TAVARES	IPTU	1.084,72
24911	JOSIANE RAUPP DOS SANTOS	IPTU	1291,24
3056	JOSIANI LOPES CARLOS JONES	IPTU	407,57
1050	JOSIAS OLIVEIRA DE AGUIAR	IPTU	1.585,63
32402	JOSIAS PORTO DA ROSA	IPTU	4.783,51
17717	JOSIEL BALTAZAR DA SILVA	IPTU	1.021,02
2822	JOVINO JOAO GODINHO	IPTU	1.386,66
327	JOVINO TEODORO MACHADO-ESPOLI	IPTU	1.376,55
908	JUARES CARDOSO PEREIRA	IPTU	2.215,44
27913	JUARES PEREIRA FARIAS	IPTU	90,04
17067	JUAREZ JOAO DE SOUZA	IPTU	755,28
18383	JUAREZ REUS DIAS A/V WILLIAN DE B	IPTU	132,50

17534	JUÇARA VERONEZ	IPTU	792,43
31892	JUCELIA E FREITAS	IPTU	175,88
17356	JUCILEIA BERTO EMERIM	IPTU	1.171,36
29488	JUCILEIA LIMA DA CUNHA DA ROSA	IPTU	850,87
17946	JUCINEI BORGES DE SOUZA	IPTU	1.247,33
4488	JULIETA HAIDE CORREA TAVARES	IPTU	335,40
28229	JUNER PEDROSO DE SOUZA	IPTU	2.035,85
2457	JUVELINO LEMES DA SILVA	IPTU	1.987,53
2608	KARINA DE BORBA JERONIMO E CAIR	IPTU	1.395,45
2507	KELER CATIANA CARDOSO BORGES	IPTU	760,28
3300	KILLIAN ANDRE EUZEBIO	IPTU	620,27
17908	LARISSA SUAREZ PERES	IPTU	3.818,89
29987	LAUDELINA BORGES MOTTA	IPTU	405,23
29961	LAUDI PATRICIO	IPTU	390,11
16407	LAUDIR SANTANA DE GUIMARAES	IPTU	1.334,36
30115	LAURINA ALVINO DA CUNHA	IPTU	498,51
3500	LAZARA MARIA NEVES AMARAL	IPTU	442,29
30193	LEANDRO RAMOS PEREIRA	IPTU	461,92
32155	LEANDRO RODRIGUES CARDOSO	IPTU	589,63
17202	LEIA DO NASCIMENTO	IPTU	729,43
30590	LEO BATISTA RAUPP	IPTU	235,12
31877	LEONAN RABELO BORGES	IPTU	663,50
18757	LEONARDO DA ROSA GOMES	IPTU	6.015,34
18328	LIBERO JOSE CARDOSO	IPTU	1.570,16
1895	LINDOMAR VOTRE	IPTU	901,60
2401	LIVIA KLIPEL RAMOS	IPTU	1.464,35
30140	LOURIVAL ALBINO DE OLIVEIRA	IPTU	498,51
29556	LOURIVALDO DE OLIVEIRA	IPTU	109,92
30078	LUANA DE JESUS DE OLIVEIRA	IPTU	498,51
30135	LUÇANIR NOVASK BORGES	IPTU	405,23
25205	LUCIANA GOMES DE CARVALHO	IPTU	2.661,47
29792	LUIS FERNANDO TEIXEIRA MARTINS	IPTU	498,51
15967	LUIZ CARLOS PEREIRA	IPTU	437,56
16317	LUIZ FERNANDO ALBANO	IPTU	1.396,82
17097	LUIZ GONZAGA MATOS DE BORBA	IPTU	2.048,83
4129	LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA	IPTU	1.970,11
30052	LUIZA ELENA DA SILVA	IPTU	498,51
28661	MAICON BITENCOURT DE SOUZA	IPTU	174,34
18550	MAICON E MACHADO A/C JOAO BATIS	IPTU	1.017,05
18529	MAICON EUZEBIO MACHADO	IPTU	504,08
30048	MANEOL MACHADO VARGAS	IPTU	262,77
1225	MANOEL CARDOSO DE OLIVEIRA	IPTU	3.631,37
30189	MANOEL CARDOSO FERRAZ	IPTU	498,51
2523	MANOEL FRANCISCO PADILHA	IPTU	700,41
15647	MANOEL HERCULANO JOVENCIO E EL	IPTU	112,14
17519	MANOEL JOSE CARDOSO	IPTU	14.300,90
556	MANOEL JOSE SERAFIM	C.M.	3.770,21
1119	MANOEL LEAL DE SOUZA	IPTU	1.521,00
3165	MANOEL MATOS GENEROSO	IPTU	642,40
30227	MANOEL MONTEIRO	IPTU	498,51
16930	MANUEL VITALI	IPTU	87,97
2007	MARA CRISTINA BALTAZAR	IPTU	1.559,43
16361	MARCELO COELHO TISCOSKI DA ROS	IPTU	5.148,70
785	MARCELO DANDOLINI MENDES	IPTU	2.589,16
2735	MARCELO ROCHA DA SILVA E IRMAO	IPTU	1.632,70
30840	MARCIA ALEXANDRE SANT HELENA	IPTU	1.388,16
682	MARCIA ROSANA PEREIRA	IPTU	1.617,29
30164	MARCILIO DA MOTA	IPTU	390,11
29339	MARCIO FABIAN DA CUNHA SOUZA	IPTU	1.906,06
681	MARCIO JOEL NUNES	IPTU	1.582,02
16273	MARCIO JOSE CARDOSO	IPTU	1.148,45
30120	MARCIO MOTTA	IPTU	498,51
15391	MARCOS ANTONIO BOLICO	IPTU	383,81

29834	MARCOS AURELIO FAUSTINO DA SIL	IPTU	512,40
30778	MARCOS BORGES BATISTA	IPTU	1.426,17
4646	MARCOS DOS SANTOS PEREIRA	IPTU	854,07
3893	MARCOS IVANOE ISOPPO SILVA	IPTU	1.429,51
18664	MARGARETE DA ROSA OLIVEIRA	IPTU	440,30
3555	MARI REJANE ALVES SAVI MONDO	IPTU	1.348,21
1564	MARIA APARECIDA BATISTA	IPTU	1.143,77
18110	MARIA APARECIDA G ROCHA	IPTU	995,36
29324	MARIA APARECIDA HIPOLITO	IPTU	71,81
38	MARIA BERNADETE DA CUNHA LUIZ	C.M.	3.053,96
28676	MARIA CLAUDETE DA SILVA	IPTU	814,85
537	MARIA CLECI ISOPPO	IPTU	3.669,44
16278	MARIA COLARES LOPES	IPTU	3.563,52
18305	MARIA COSTA DA SILVA	IPTU	201,91
23186	MARIA DA SILVA MIGUEL	IPTU	2.073,58
17237	MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA	IPTU	193,07
18586	MARIA DE FATIMA ALDARETE	IPTU	640,22
1401	MARIA DE FATIMA B LOPES	IPTU	3.545,56
17042	MARIA DE FATIMA RIBEIRO	IPTU	718,22
30132	MARIA DE OLIVEIRA	IPTU	787,78
17848	MARIA DE OLIVEIRA DAGOSTIM	IPTU	1.455,99
16130	MARIA DO CARMO DOS SANTOS	IPTU	2.268,37
24795	MARIA ENICEIA GONÇALVES PEREIR	IPTU	2.926,23
18182	MARIA FAGUNDES	IPTU	800,46
32605	MARIA HELENA PADILHA DA SILVA	IPTU	529,05
4513	MARIA LEA CANDIDO ROCHO	IPTU	857,18
15852	MARIA LORENI CIDADE	IPTU	1.884,55
30187	MARIA MADALENA	IPTU	498,51
17180	MARIA MADALENA COSTA OLIVEIRA	IPTU	426,74
16439	MARIA NELI COSTA OLIVEIRA	IPTU	2.208,52
534	MARIA NEUSA SILVEIRA LUCHINA	IPTU	1.207,04
16236	MARIA PERES DA ROSA	IPTU	1.635,27
29800	MARIA RIBEIRO NUNES	IPTU	280,03
30188	MARIA SANT HELENA	IPTU	498,51
4667	MARIA SANTOS BORBA	IPTU	946,21
597	MARIA SUZETE MARTINS PEREIRA	IPTU	3.626,66
17425	MARIA ZONEIDE MARTINS	IPTU	1.141,17
27731	MARIANA VARGAS DE OLIVEIRA	IPTU	303,94
18198	MARIBEL PEREIRA	IPTU	872,05
4526	MARILENE MACHADO DE FREITAS	IPTU	1.328,71
2287	MARIZETE DE OLIVEIRA	IPTU	1.457,48
16114	MARLENE SILVA PEREIRA	IPTU	1.095,99
16424	MARLI APARECIDA DE MEDEIROS	IPTU	520,22
30105	MARLI BORBA MONTEIRO	IPTU	498,51
217	MARTIM ALBERTO FERREIRA	IPTU	1.633,73
217	MARTIM ALBERTO FERREIRA	IPTU	450,65
1957	MAURA LUCIA ISOPPO SCHIMID	IPTU	5.978,69
32613	MAURI ROCHA	IPTU	361,89
204	MAURILIO SATURNINO DO NASCIMEN	IPTU	1.739,35
30217	MERCADOS BORGES	IPTU	702,85
29363	MICHAEL ISOPPO COELHO	IPTU	2.330,56
32129	MICHELE CLAUDINO MULLER	IPTU	1.237,23
4710	MIRIAM BORBA DA SILVA	IPTU	3.885,27
30562	MIRIAM BORBA DA SILVA	IPTU	2.590,28
29829	MIRIAN GOULART FEIJO	IPTU	498,51
32148	MOACIR EUZEBIO BOZA	IPTU	127,15
16768	MOISES GUAZELLI GENEROSO	IPTU	425,98
29204	NADIR MACHADO EUZEBIO	IPTU	1.100,67
30051	NARIANA DOS SANTOS	IPTU	261,38
199	NATALIA DE MEDEIROS BORGES	IPTU	1.603,01
32141	NATALICIO MARCON NANDI	IPTU	1.728,77
30170	NEIDIANE DE VARGAS BORGES	IPTU	498,51

17140	NEILVALDO VIEIRA DA ROSA	IPTU	668,79
15524	NEUZA RAULINO - ESPOLIO	IPTU	1.343,44
29988	NICOLAU CARDOSO	IPTU	498,51
17318	NOECI PEREIRA JOSE DE OLIVEIRA	IPTU	567,97
1652	NOEMI BORGES PAGANI	IPTU	621,92
3065	NOEMIA DA SILVA CARDOSO	IPTU	930,24
17915	ODILIO COLARES	IPTU	501,89
18904	ODILON ELIAS CONTANTE	IPTU	3.770,21
32524	OLGA ROSANA MARQUES PINHEIRO	IPTU	390,64
16836	OLGA TEREZINHA ANTUNES	IPTU	2.200,61
17857	OLIRIA CAETANO DA SILVEIRA	IPTU	1.261,80
16576	ONDINA MARIA DE SOUZA	IPTU	3.389,12
2215	ORIDES CORREA DE FREITAS	IPTU	694,04
17557	ORLANDO COLARES COELHO	IPTU	4.900,29
29820	OSIEL MACHADO BORGES	IPTU	322,45
21538	OSMAR ABEL FARIAS	IPTU	1.487,39
30180	OSMAR DA SILVA	IPTU	497,26
16054	OSMAR MACHADO DA SILVA E MARLI	IPTU	741,89
17961	OSVALDO RODRIGUES DEMETRIO	IPTU	689,77
2990	PAULO CESAR MAIA FERNANDES	IPTU	1.230,11
30232	PAULO DE OLIVEIRA	IPTU	388,43
755	PAULO GILSON MARTINS	IPTU	119,24
17458	PAULO MOACIR DA SILVA BOEIRA	IPTU	3.035,18
22085	PAULO NUNES DA SILVA	IPTU	2.630,50
22531	PAULO RICARDO PEREIRA LOPES	IPTU	1.598,13
23027	PAULO ROBERTO DA SILVA	IPTU	941,99
3983	PAULO ROBERTO MARTINS	IPTU	144,13
30013	PAULO ROBERTO SANCHES	IPTU	685,07
29914	PEDRO ANTONIO MARTINS	IPTU	498,51
7310	PEDRO DA CUNHA MACHADO	IPTU	334,85
30888	PEDRO DA SILVA PEREIRA	IPTU	881,31
17273	PEDRO DA SILVEIRA	IPTU	1.231,30
18317	PEDRO LOPES BORBA	IPTU	894,15
17145	PEDRO MIGUEL LEANDRO	IPTU	1.523,18
15859	PEDRO PAULO TRISTAO	IPTU	309,69
15232	PEDRO ROCHA COELHO	IPTU	1.279,23
1367	PEDRO SOTERIO	IPTU	438,57
2472	PLINIO CARDOSO HOMEM	IPTU	3.251,10
3930	PORFIRIO MANOEL GOMES	IPTU	887,51
4599	PRISCILA DE OLIVEIRA COSTA	IPTU	1.307,10
35253	QUELEN TAIS P MEDEIROS	IPTU	1.135,65
17801	RAFAEL MIGUEL DA SILVEIRA	IPTU	617,06
15876	RAIMUNDO DA SILVA VIEIRA	IPTU	1.926,44
16025	RAIMUNDO DE OLIVEIRA BARCELOS	IPTU	2.358,25
29426	RANGEL DABOIT GOULART	IPTU	327,49
17593	RANGEL TEIXEIRA DOS SANTOS	IPTU	726,41
16988	REINALDO SANTOS DE SOUZA	IPTU	979,44
2818	REJANE ELIETE SILVA PEREIRA	IPTU	996,05
17889	RENAN DE SOUZA COLARES	IPTU	265,69
17043	ROBERLANDIO RODRIGUES DE LIMA	IPTU	1.082,50
16448	ROBERTO DARCI MICHELON	IPTU	2.905,95
1060	ROBERTO MORALES CARNEIRO	IPTU	806,22
1163	ROBSON CARDOSO	IPTU	4.989,39
30022	ROBSON DE OLIVEIRA	IPTU	498,51
4879	ROBSON MEDEIROS	IPTU	957,51
17989	ROBSON MEDEIROS	IPTU	884,21
15256	RODRIGO TOMASI BORGES	IPTU	846,44
17001	ROGERIO ALTENIR PINTO	IPTU	460,68
4447	ROGERIO PEREIRA PEDROSO	IPTU	917,43
23338	RONIVALDO CARDOSO BORGES	IPTU	388,43
16677	ROSALINA TOMASI	IPTU	1.961,63
15304	ROSANE DE SOUZA CANDIDO DA SILV	IPTU	1.283,46
33214	ROSANE MARIA MACHADO TRAJANO	C.M.	703,35
4437	ROSARIA PAULINO SOARES	IPTU	764,10

30271	ROSELI MAIA DE OLIVEIRA	IPTU	1.022,56
15545	ROSENI TRAJANO DE SOUZA	IPTU	1.694,99
17568	ROSILDA MARIA FERRAZ	IPTU	895,53
29973	ROSIMARA CUNHA DA ROSA	IPTU	498,51
31339	ROSINEI GODINHO RAMOS	IPTU	906,46
3810	RUBENS DE SOUZA GOULART	IPTU	3.240,70
31923	RUBSON ALMEIDA DA SILVA	IPTU	390,11
17218	RUDINEI ROLDAO DO NASCIMENTO	IPTU	739,68
18017	RUTINEIA BORGES PEREIRA	IPTU	1.060,68
16978	SALETE MALAQUIAS DA ROSA	IPTU	224,68
30173	SAMUEL BAUER BORGES	IPTU	347,29
31681	SANDRA APARECIDA F DA CRUZ	IPTU	1.245,29
32128	SANDRA REGINA DE MELO	IPTU	752,34
29815	SANDRA TEREZINHA DOS SANTOS	IPTU	743,21
23522	SANDRO EVANIR RAMOS	IPTU	2.642,94
15248	SANTELINO COELHO MACIEL	C.M.	6.244,42
2941	SANTO RODRIGUES DA SILVA	IPTU	176,65
30752	SEBASTIAO SILVEIRA MACHADO	IPTU	1.509,13
26775	SELÇO FRANCISCO PEREIRA	IPTU	992,91
23576	SELESIO ISOPPO	IPTU	521,17
30136	SENHORINHA DA SILVA HENRIQUE	IPTU	498,51
30175	SENHORINHA HENRIQUE DA SILVA	IPTU	498,51
892	SERAFIM MIGUEL TEIXEIRA	IPTU	3.028,19
26422	SIDNEI FONTANA	IPTU	2.127,99
16112	SILVIA SIRLEI FERREIRA G RAYO	C.M.	3.298,93
2776	SILVIO MACIEL BOEIRA	IPTU	1.421,64
4424	SILVIO MACIEL SILVEIRA	IPTU	1.069,34
23277	SILVIO SANTOS DA CUNHA	IPTU	991,81
32424	SIMONE DA CUNHA MIGUEL	IPTU	304,20
26249	SIRLEI AS PINTO	IPTU	1.188,76
30040	SIRLEI DE OLIVEIRA	IPTU	498,51
17576	SONIA MARQUES COELHO	IPTU	949,38
17682	SUELI COELHO GOMES	IPTU	1.478,85
17214	SUELI TEREZINHA DE MELO	IPTU	561,27
17680	SUZANA MARQUES COELHO	IPTU	2.124,77
17667	SUZETE COELHO TEIXEIRA	IPTU	1.610,12
16837	TAIANA VALANDRO MARTINS D AVIL	IPTU	2.111,56
30219	TAISE DE GUIMARAES DA SILVA	IPTU	280,03
32849	TANIA CILENE SOUZA D S COELHO	IPTU	807,97
3547	TEDSON TISCOSKI DA ROSA E VALMI	IPTU	8.014,71
30522	TERESINHA CANDIDO TEIXEIRA	IPTU	872,34
2734	TEREZINHA PEREIRA SATURNO	IPTU	456,27
78	TERRE CALÇADOS	IPTU	1.925,36
31761	TIAGO DE BORBA ABATTI	IPTU	870,83
3402	TOMASIA MATIAS COELHO	IPTU	1.587,85
3735	TOMASIA MATIAS COELHO A/C BATIS	IPTU	450,79
1631	TRAJANO JERONIMO MARTINS	IPTU	3.331,22
242	UBIRATAN SILVEIRA	IPTU	3.130,12
18702	ULISSES LUIZ DA ROSA - ESPOLIO	IPTU	538,08
17358	VALDECI DOS SANTOS CARDOSO	IPTU	3.122,07
15637	VALDECI EUZEBIO DE OLIVEIRA	IPTU	1.448,53
29010	VALDECI RODRIGUES LEANDRO	IPTU	851,97
18829	VALDENICE ACORDI OENING	IPTU	1.547,52
16635	VALDINEI BORGES ALEXANDRE	IPTU	1.721,14
25493	VALDINEI ERLI DOS REIS	IPTU	1.368,06
2431	VALDIR DE MORAIS BARBOSA	IPTU	16.932,83
16993	VALDIR DE OLIVEIRA	IPTU	777,32
2280	VALDIR PIASSOLI DE SANTANA	IPTU	1.652,55
30245	VALDIRENE DA CUNHA C PEREIRA	IPTU	498,51
2617	VALDIRENE DE OLIVEIRA CARDOSO	IPTU	1.330,88
1865	VALDOMIRO JOSE DA ROSA	IPTU	1.867,75
17644	VALDOMIRO ROCHA	IPTU	345,42
18285	VALDONIR BARBOSA	IPTU	768,84

15307	VALDONIR STUART GOMES	IPTU	1.511,35
21524	VALMARINO BORGES COSTA	IPTU	179,08
1677	VALMARINO CARDOSO PEREIRA	IPTU	2.505,72
1419	VALMIR COELHO DA ROSA	IPTU	4.546,89
1803	VALMIR COELHO PEREIRA	IPTU	2.652,03
4866	VALMIR GRANCK HAHLEBAUM	IPTU	418,76
4763	VALMIR NUNES	IPTU	956,44
19848	VALMIRE BORGES COLARES	IPTU	498,51
28544	VALTER SCHEFFER COLARES	IPTU	296,83
4401	VALVITE MOREIRA	IPTU	893,54
22695	VANDERLEI COLARES MONTEIRO	IPTU	593,80
4461	VANDERLEI DA SILVA MARTINS	IPTU	313,90
30987	VANDERLEI DE LIMA APOLINARIO	IPTU	777,85
4624	VANDERLEI SANTOS ALSENEGO	IPTU	1.839,23
30474	VANDERLEIA FERREIRA L BALTAZAR	IPTU	304,28
2091	VANIO FONTANA	IPTU	20.362,05
16161	VERA REGINA BOLICO DA LUZ	IPTU	679,13
2835	VERA RTEGINA COELHO	IPTU	1.172,79
17912	VERONICA C DOS SANTOS E JULIANA	IPTU	1.063,19
1304	VERONICA MACHADO DA CUNHA	IPTU	7.493,16
24807	VIA KOURO COM.DE CALÇADOS LTD	IPTU	3.253,58
15414	VILMA FONTANA	IPTU	736,45
26577	VILMAR ANTONIO VOTRI	IPTU	1.772,93
1130	VILSON PREZALINO BORGES	IPTU	1.002,95
15434	VINICIO FIGUEREDO	IPTU	1.656,06
18130	VIVIANE MUNIS CARDOSO	IPTU	813,17
2542	WALMOR SANTOS	IPTU	730,80
30464	ZAILTON BENITZ	IPTU	1.394,13
3898	ZILNEI RAUPP DE QUADROS	IPTU	902,84
29860	ZILQUELI JERONIMO LOPES	IPTU	498,51
16068	ZOLEIDE VIEIRA ZANELATTO	C.M.	3.715,65
15480	ZONZI MARIA SOUZA CAETANO	IPTU	1.159,42
17179	ZORAIDE CARDOSO GENEROSO	IPTU	504,06
2455	ZULEIDE RAUPP DE BORBA	IPTU	2.532,81

Município de Sombrio – SC, 17 de setembro de 2015.

Valmir Daminelli
Prefeito Municipal

Maria Regina de Matos
Diretor de Arrecadação e Tributação

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 187/2015

DECRETO Nº. 187, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 002/2015 PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO GERAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade como disposto nas Leis Municipais nº385 de 01 de junho de 2001, Complementar nº640, de 11 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº678, de 19 de janeiro de 2009 e Lei Complementar nº776, de 10 de janeiro de 2011 e Edital de Concurso Público nº002/2015 de 29 de junho de 2015.

DECRETA:

- Art. 1º. Fica homologado o resultado do Concurso Público nº 002/2015 de 29.06.2015, para cargos do quadro geral de pessoal da Prefeitura Municipal, na sua exata ordem de classificação, conforme segue :

PSICOLOGO

Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Classificação
00022	DANIELA SENHOR	8,00	1ª
00037	ALISSON MAURÍCIO MONTEIRO	7,60	2ª
00038	MICHELI CARLA BORTOLOTTI	7,20	3ª
00040	EDUARDO PAVAN GUERREIRO	6,60	4ª
00006	PAULA ROBERTA PALOMBIT	6,50	5ª
00026	PRISCILA ROSEGHINI	6,00	6ª
00023	NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN	6,00	7ª
00031	PAMELA PANSERA	5,90	8ª
00021	CRISTIANE WICKERT	5,80	9ª
00002	CARINE DE ASSIS	5,10	10ª
00041	DIANILÉIA FABRIS	5,70	-
00014	JULIANO SANTIN	5,40	-
00008	ADILSON MEIRA	4,70	-
00004	SHEILA CARINE BACH	4,40	-
00039	JUSIENE DENISE LAUERMANN	4,00	-
00027	FERNANDO COMPAGNONI SILVERIO	4,00	-
00036	CAMILÉ HASLINGER	3,90	-
00018	MARIANA PEREIRA	3,80	-
			-
			-
00035	DANIELI STEIN	3,80	-
00019	THAIS FERRARI	3,70	-
00016	VANESSA FICAGNA	3,30	-

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 09 de setembro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento de Administração

DECRETO 189/2015

DECRETO Nº. 189, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUZANA FICAGNA SCHMIDT POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº s. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº01/2015 de 22/06/2015 Processo Seletivo Simplificado.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, e pelo motivo da licença maternidade da servidora JULIANA SCATOLIN KOTTWITZ, pelo motivo de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: SUZANA FICAGNA SCHMIDT

CARGO: PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA ENSINO FUNDAMENTAL

CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 14.09.2015 A 18.12.2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 14 de setembro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 191/2015

DECRETO Nº 191, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA SCATOLIN KOTTWITZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal, JULIANA SCATOLIN KOTTWITZ ocupante do cargo de Professora de Língua Estrangeira Inglês, pelo período de 180 dias, a contar do dia 14.09.2015 até 11.03.2016, conforme atestado médico anexo, retroativo a 08.09.2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 16 de setembro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 192/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº. 192, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISIGNA A SERVIDORA MUNICIPAL FERNANDA ORSO MENEGHETTI COMO GESTORA DO PROGRAMA “BOLSA FAMÍLIA” E REVOGA O DECRETO 063/2011, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, especial o disposto na Lei Orgânica Municipal ART. 41, VII.

DECRETA:

Art.1º. Fica designada a Servidora Municipal FERNANDA ORSO MENEGHETTI, ocupante do cargo de Diretora de Assistência Social, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, para desempenhar as atribuições de Gestora do Programa Bolsa Família.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto 063/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 16 de setembro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 170/2015

PORTARIA Nº. 170/2015. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFFER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFFER, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 369/01, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 16 de Setembro de 2015, nos termos do art. 107 da Lei Municipal nº. 012 de 06 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal nº 12/1997

Art. 107. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença remunerada a pedido ou de ofício, mediante inspeção do órgão médico oficial, até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de setembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 171/2015

PORTARIA Nº. 171/2015. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. CLOVIS CLAUDIOMIR STANGA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para o Servidor Público Municipal Sr. CLOVIS CLAUDIOMIR STANGA, efetivo, Motorista, com matrícula nº. 90/01, referente ao período aquisitivo vencido em Junho de 2008, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 21 de Setembro de 2015, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e um de setembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015 FUMTRAN - MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (TINTAS E SOLVENTES)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 09/2015 - FUMTRAN

OBJETO: aquisição de material (tintas e solventes) para implantação e/ou manutenção da sinalização viária no Município de Timbó/SC, em atendimento às necessidades do Fundo Municipal de Trânsito. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 05 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 05 de outubro de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 18/09/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2015 FMS - FRALDAS GERIÁTRICAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preço destinado à aquisição de fraldas geriátricas para usuários atendidos na Política de Saúde no Setor de Serviço Social.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Veneza - Distribuidora De Produtos Hospitalares Ltda – Me; Prohospital Sul Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 44.293,50 (quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/09/2016.

Timbó, 11/09/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 97 2015 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA ARNOLDO GESSNER

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 97/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Tordo Engenharia Civil e Ambiental Eirelli - EPP.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota de 379,58, m² (trezentos e setenta e nove metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados) da Rua Arnaldo Gessner, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo

de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 24.577,80 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 24.577,80 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 18 de setembro de 2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

SEGUNDO TERMO DE ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL N.º 24 2015 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2015 FCT

TERMO DE ESCLARECIMENTO

O Município de Timbó/SC, através da Fundação Cultural de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que o item 2 do referido edital tem prazo de entrega diferenciado dos demais devido à sua utilização ser necessária para aplicação na 25ª Festa do Imigrante, que será realizada nos dias 09 a 12 de outubro. Desta forma, tratando-se de item de utilização permanente até o projeto "Natal Mais Encantado", o prazo de entrega deverá, obrigatoriamente, ser diferenciado dos demais itens.

Timbó (SC), 17/09/2015

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente FCT

TERMO DE ANULAÇÃO INEXIGIBILIDADE N.º 92 2015 PMT

PREFEITURA DE TIMBÓ

TERMO DE ANULAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 92 2015 – PMT

O Secretário de Obras e Serviços Urbanos, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento em sua decisão, resolve ANULAR o processo de Inexigibilidade n.º. 92/2015 e todos os atos e procedimentos dele decorrentes, cujo objeto versa acerca da Execução de serviços de pavimentação tipo lajota de 379,58, m² (trezentos e setenta e nove metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados) da Rua Arnaldo Gessner, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.

MOTIVO: processo de inexigibilidade desenvolvido/cadastrado erroneamente em nome da empresa V.P.A Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda, quando a credenciada por predileção dos proprietários dos imóveis lindeiros é TORDO Engenharia Civil e Ambiental Eirelli EPP, conforme documentos anexados.

Timbó (SC), 18 de setembro de 2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA NO SAMAE - 151, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No SAMAE - 151, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Servidor Público Municipal Célio Mauricenz a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com base na Lei nº 1.931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que “A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.”, Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade desta Autarquia Municipal, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
CELIO MAURICENZ	Auxiliar Operacional I	A/B 44999027144

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

LEI Nº 3.192 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 3.192 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA E DO PARANÁ QUE DECLAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos municípios limítrofes do Município de Três Barras – SC, situados nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, que declarem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Parágrafo único. As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos para a normalização dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de estradas e ruas, se estendendo também aos setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º. O controle das máquinas, equipamentos e pessoal cedido, serão de competência do Poder Executivo Municipal cedente, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º. As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até os municípios atingidos, correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º. O Executivo Municipal expedirá decreto especificando máquinas, equipamentos e pessoal a serem cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC.,
em 28 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 31 de agosto de 2015.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

LEI Nº 3.193 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.193 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL A SERRANA ENGENHARIA LTDA..

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a proceder a doação da área de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), objeto da matrícula nº 29.777 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Canoinhas, situada no lugar denominado Barra Grande, município de Três Barras - SC, para a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-54, com sede à Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Atiradores, Joinville – SC, bem como baixa do gravame, em decorrência do cumprimento do encargo instituído na Lei nº 2.434/2004.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 28 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

LEI Nº 3.194 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.194 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TRÊS BARRAS – SC, NO EXERCÍCIO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal firmar Convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Três Barras - SC, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 05.879.053/0001-48, estabelecida à Av. Santa Catarina, nº 550, centro, Três Barras – SC, com finalidade de promoção de natal e incremento na arrecadação do Município.

Art. 2º. Para execução do convênio o Município repassará no exercício de 2015 o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Câmara de Dirigentes Lojistas de Três Barras - SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de elemento específico do orçamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 11 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

LEI Nº 3.195 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.195 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

DENOMINA POSTO DE SAÚDE VEREADOR PEDRO TOPOROSKY.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Posto de Saúde situado no Bairro Vila Nova, em área cedida pelo Campo de Instrução Marechal Hermes – CIMH, fica denominado de “Posto de Saúde Vereador Pedro Toporosky”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 11 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

LEI Nº 3.196 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.196 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES – APP’s DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO PARA CUSTEIO DE DESPESAS DO XXV FESTIVAL DE DANÇA DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social no valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) às Associações de Pais e Professores – APP’s, vinculadas às escolas estabelecidas no município, para custeio das despesas decorrentes do XXV Festival de Dança de Três Barras, nos seguintes valores:

I – Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal “Francisco Rocha”R\$ 2.000,00;

II - Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal “Guita Federmann”R\$ 1.000,00;

III - Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal “João Pacheco de Miranda Lima”R\$ 3.000,00;

IV - Associação de Pais e Professores da Escola Reunida “Cyriaco Felício de Souza”R\$ 1.000,00;

V - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal “João Pedro de Oliveira”R\$ 2.000,00;

VI – Associação de Pais e Professores do Centro Municipal de Ensino Infantil “Professora Vera Lúcia Karvat Dumas”R\$ 1.000,00;

VII – Associação de Pais e Professores do Centro Municipal de Ensino Infantil “Zilda Pacheco”R\$ 1.000,00;

VIII – Associação de Pais e Professores do Centro Municipal de Ensino Infantil Maria Uba de Andrade (TIA MARIA) R\$ 1.000,00;

IX – Associação de Pais e Professores do Centro Municipal de Ensino Infantil “Cléa Trela Casa”R\$ 1.000,00;

X – Associação de Pais e Professores do Centro Municipal de Ensino Infantil Meu CantinhoR\$ 1.000,00;

XI – Associação de Pais e Professores do Centro Municipal de Ensino Infantil Merhy Bechara SelemeR\$ 1.000,00;

XII – Associação de Pais e Professores do Centro Municipal de Ensino Infantil Prefeito Odilon Pazda R\$ 1.000,00;

XIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Três Barras R\$ 1.000,00;

Art. 2º. As Associações prestarão contas da importância recebida, ao Poder Executivo Municipal, no prazo de trinta dias da data do recebimento dos recursos.

Art. 3º. Ficam autorizadas despesas através do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para participação dos beneficiários do Programa de Apoio ao Idoso e Centro de Convivência de Jovens e Adultos do São Cristóvão.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de elemento próprio do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, em 21 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2068

DECRETO Nº 2.068/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 41.247,29 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 41.247,29 (quarenta e um mil duzentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Educação

02 – Ensino Fundamental

Atividade: 2203 - Ensino Próprios

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.24. (superávit) R\$ 41.247,29

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos do artigo anterior, ficam utilizados os recursos do superávit financeiro do convênio FNDE fonte de recursos 24.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01/09/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
10 de setembro de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2069

DECRETO Nº 2.069/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO VALOR DE R\$ 3.363,52 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 3.363,52 (três mil trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

04 – Secretaria Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2012 – Farmácia Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.67 R\$ 3.363,52

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos do artigo anterior, ficam utilizados o excesso de arrecadação fonte (00) recursos ordinários.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de setembro de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

LEI 1871

LEI Nº 1.871/2015 de 15/09/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO VALOR DE R\$ 595.000,000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, faço saber aos habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria de Planejamento e Obras

01 – Serviços de Transportes

Atividade: 2005

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 R\$ 195.000,00

04 – Secretaria de Saúde

01 – Fundo de Saúde

Atividade: 2104 – Recursos Próprios

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.02 R\$ 400.00,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito do artigo anterior ficam anulados os recursos abaixo:

05 – Secretaria de Planejamento e Transportes

01 – Manutenção da Secretaria

Atividade: 2005

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.83 R\$ 195.000,00

04 – Secretaria de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2100 PAB

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.64 R\$ 200.000,00

Atividade: 2104

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.02 R\$ 200.000,00

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 15 de setembro de 2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 088/2015

PORTARIA Nº 088/15 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Marli Ansiliero	01/02/2014 a 31/01/2015	08/09/2015 a 17/09/2015	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 08 DE SETEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 089/2015

PORTARIA Nº 089/15 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Leocir Antônio Carneiro	02/01/2015 a 01/01/2016	18/09/2015 a 02/10/2015	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE SETEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 090/2015

PORTARIA Nº 090/15 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. LIANA LUCIETTI HOLZMANN, CPF nº 023.308.839-35, residente e domiciliada no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de GERENTE DE ENSINO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE SETEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 091/2015

PORTARIA Nº 091/15 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a Sra. LIANA PELLICOLI, CPF nº 047.570.359-69, residente e domiciliada neste município, do cargo em comissão de GERENTE DE ASSUNTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPREENDEDORISMO, conforme Portaria de nomeação nº 075/15 de 10 de agosto de 2015.

Artigo 2º - NOMEAR a Sra. LIANA PELLICOLI, CPF nº 047.570.359-69, residente e domiciliada neste município ao cargo em comissão de GERENTE DE EXPEDIENTE.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE SETEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO 01/2015**

Página 1 de 1

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS</p> <p>CNPJ: 03.539.865/0001-19 Rua: Pedro Nelcido Käfer, 195, centro CEP: 89.650-000 TREZE TÍLIAS/SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇOS Nr. 01/2015</p> <p>Processo Administrativo: 01/2015 Processo Licitatório: 01/2015 Data do Processo: 10/08/2015</p>
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, **GUSTAVO ADOLFO GSCHWENDTNER**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC, resolve:

01 – **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação nestes termos:

a) **Processo Nº:** 01/2015

b) **Licitação Nº:** 01/2015

c) **Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços

d) **Data Homologação:** 08/09/2015

e) **Data da Adjudicação:** 08/09/2015

f) **Objeto da Licitação:**

Contratação de pessoas jurídicas para execução de serviços de reforma interna incluindo: novo layout de salas; retirada de divisórias e paredes; colocação de divisórias de gesso acartonado; pintura; instalação elétrica; substituição portas; e fornecimentos dos respectivos materiais. A obra será realizada na área existente de 350m² (trezentos e cinquenta reais), tudo de acordo com as Especificações do objeto/Mapas do novo Layout - ANEXO I, do Edital de Licitação nº 01/2015.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de itens	Média Desceto(%)	Total de itens (R\$)
NOVA GERAÇÃO IND. E COM. LTDA-ME	02	000	20.645,00
COM. DE DIVISÓRIAS FERCAL - LTDA-ME	02	000	14.700,00

Item	DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I	PRAZO DE EXECUÇÃO	Valor ofertado R\$	Empresa vencedora
1.	Retirada e transporte das divisórias existentes na Câmara.	10 dias a contar da liberação	1.700,00	Comércio de Divisórias FERCAL - LTDA-ME
2.	Retirada da parede de alvenaria e porta na sala da contabilidade; abertura de vão e colocação de porta na nova sala de reuniões, com o fornecimento dos materiais necessários.	10 dias a contar da liberação		
3.	Fornecimento e instalação de divisórias de gesso acartonado e instalação de vidros, com aproveitamento dos existentes.	21 dias a contar da liberação	13.000,00	Comércio de Divisórias FERCAL - LTDA-ME
4.	Pintura interna das dependência da Câmara com fornecimento dos materiais (tintas, massa corrida, selador, etc.) necessários e mão-de-obra.	21 dias a contar da liberação	10.960,00	Nova Geração Industria e Comércio LTDA-ME
5.	Fornecimento e instalação das portas e janelas.	10 dias a contar da liberação	9.685,00	Nova Geração Industria e Comércio LTDA-ME
6.	Instalação elétrica e lógica com fornecimento dos materiais.	15 dias a contar da liberação		
TOTAL		90 dias para conclusão total	35.345,00	

02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): **4.4.90.00.00.00.00.00**

Treze Tílias, 08 de setembro de 2015.

GUSTAVO ADOLFO GSCHWENDTNER
Presidente da Câmara Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2015.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2015

Edital de Pregão Presencial nº 83/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, para entrega imediata visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS e INSTALAÇÃO DOS MESMOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Entrega das propostas até às 9h30min do dia 05/10/2015

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 03/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 03/2015/FMAS

Objeto: aquisição parcelada de material de construção e de pintura. Recebimento dos envelopes: até as 10h do dia 05/10/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h do dia 05/10/2015, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

LEI Nº 2.734

LEI Nº 2.734, de 11 de setembro de 2015.

ALTERA O ANEXO I, da Lei Nº 2.449, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º O anexo I da Lei Nº 2.449, 23 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF				
ÁREA	OCUPAÇÕES	QTDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO R\$
ALIMENTAÇÃO	Nutricionista	1	40	2.619,75
REABILITAÇÃO	Fisioterapeuta	3	40	2.969,05
	Fonoaudiólogo	1	40	2.619,75
ATIVIDADE FÍSICA	Educador Físico	2	40	1.969,31
SAÚDE MENTAL	Psicólogo	1	40	2.619,75
	Médico Psiquiatra	2	20	4.890,25
SAÚDE DA MULHER	Médico Ginecologista / Obstetra	2	20	4.890,25
SAÚDE DA CRIANÇA	Médico Pediatra	2	20	4.890,25
SERVIÇO SOCIAL	Assistente Social	1	40	1.994,21
CLÍNICA GERAL	Médico	1	40	9.780,50
ACUPUNTURA	Acupunturista	2	30	1.438,81

Art.2º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária vigente, suplementadas se necessário.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 11 de setembro de 2015.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos onze dias do mês de setembro de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

LEI Nº 2.735

LEI Nº 2.735, de 17 de setembro de 2015.

DENOMINA FÁTIMA ALBERTINA DE SOUZA GOULART, A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM JESUS, NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Passa a denominar-se “Fátima Albertina de Souza Goulart”, a Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Belém, s/n, no bairro Bom Jesus, neste Município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dar cumprimento à Lei nº 2.567, de 26 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 17 de setembro de 2015.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dezessete dias do mês de setembro de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 18, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o art. 3º, §1º e o art. 9º, ambos da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006, c/c o art. 19, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004; e com o art. 41, §4º, da Constituição Federal de 1988, faz saber que a Mesa Diretora aprovou e ela promulga o seguinte:

ATO Nº 18, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO E NOMEIA MEMBROS PARA AVALIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

Art. 1º Fica constituída, na Câmara Municipal de Urussanga, Comissão Especial de Avaliação quanto ao desempenho de servidores públicos em estágio probatório, assim composta:
Cristiane Barichelo Carara – Presidente;
Maria do Carmo Medeiros – Secretária; e
Claudete Sávio Simas – Membro.

Art. 2º Aos membros efetivos Cristiane Barichelo Carara, Maria do Carmo Medeiros e Claudete Sávio Simas, em razão da presente Comissão, será devido o pagamento de 10% (dez por cento) ao vencimento do servidor, conforme determina o art. 15, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006.

Parágrafo Único. A gratificação concedida no “caput” deste artigo cessará com o final da vigência da Comissão Especial de Avaliação.

Art. 3º A Comissão ora constituída terá como objetivo acompanhar e avaliar o desempenho do servidor público RUBENS MAZZUCCHETTI RODRIGUES DA SILVA, aprovado no Concurso Público nº 01/2015 e nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista; e da servidora pública MARICELMA APARECIDA RIBEIRO SACHET, aprovada no Concurso Público nº 01/2015 e nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, por um período de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de nomeação, 01 de setembro de 2015.

Art. 4º A Comissão reunir-se-á a cada semestre e seguirá as normas especiais sobre a avaliação e desempenho dos servidores em estágio probatório, conforme Anexo Único deste ato, além das disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias às suas fiéis execuções e julgamentos.

Art. 5º Quatro meses antes de findar o período do estágio probatório, a avaliação e o desempenho do servidor será submetida à homologação da autoridade competente, consoante dispõe a legislação em vigor.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga / SC, 21 de setembro de 2015.

Vereadora Daniela Piacentini Visintim

Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira

Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon

1ª Secretária

Vereador João Batista Bom

2º Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal de Urussanga, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon

1ª Secretária

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015

Contrato: 08/2015

Data da Assinatura: 15/09/2015

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Banda Turbo Provedor de Internet Ltda

CNPJ da Contratada: 07.469.809/0001-06

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Prestação de serviços referente ao provimento de internet banda larga via rádio, no plano full, com velocidade de 2 (dois) megabytes tanto de upload como de download

Valor Global: R\$2.960,00 (dois mil, novecentos e sessenta reais)

Término do Contrato: 14/09/2015

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.97.00.00.00

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2013

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2013

Data da Assinatura: 31/08/2015

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Betha Sistemas Ltda

CNPJ da Contratada: 00.456.865/0001-67

Base Legal: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Fornecimento de licença de uso de Sistemas de Gestão Pública (prorrogação contratual por 12 (doze) meses, e reajuste pelo IGP-M FGV).

Valor Global: R\$13.130,64 (treze mil, cento e trinta reais e sessenta e quatro centavos)

Término: 30/08/2016

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.11.00.00.00

Vargem Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N. 398/2015

PORTARIA N 398/2015

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Agosto de 2015, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
176	Arcelina de Campos Fogaça	01/10/13 à 30/09/14	01/08/15 à 30/08/15
1485	Ederson Paulo Correa	01/07/14 à 30/06/15	01/08/15 à 30/08/15
1300	Joiciani Varela de Oliveira	06/05/12 à 05/05/13	08/08/15 à 06/09/15
823	José Diomar Bandeira	14/01/13 à 13/01/14	01/08/15 à 30/08/15
1146	Marcos Kister de Camargo	02/07/13 à 01/07/14	01/08/15 à 30/08/15

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 1º de Agosto de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 399/2015

PORTARIA N. 399/2015

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido “VENICIUS GIOVANI SACHET MASSONI”, brasileiro, solteiro, residente no município de Santa Maria-RS, nascido em 13/03/1974, inscrito no CPF n. 883.527.730-20, carteira de identidade n. 2046361495, título eleitoral n. 060356140469, CREMESC n. 16235, ocupante do cargo efetivo de “MÉDICO PEDIATRA” - 10 horas, nível 83, classe/referência “A”, nomeado através da portaria n. 388/2011 de 02 de Maio de 2011, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 400/2015

PORTARIA N. 400/2015

"ALTERA CARGO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIÃO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o cargo da servidora "MARIZETE GONÇALVES DE MEIRA GARBIN", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/12/1967, inscrita no CPF n. 675.183.389-04, carteira de identidade n. 11/R 2.465.172, título eleitoral n. 007853100965, nomeada através da portaria n. 008/2013 de 02 de Janeiro de 2013 para exercer o cargo de "DIRETOR DE ESPORTES", nível CC-7, passando a exercer o cargo de "DIRETOR ESCOLAR" – nível CC-7, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 1º de Agosto de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 401/2015

PORTARIA N. 401/2015

"ALTERA CARGO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIÃO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o cargo da servidora "JAQUELINE SPADER", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 25/01/1991, inscrita no CPF n. 077.308.699-42, carteira de identidade n. 5.506.804-9, título eleitoral n. 051518120906, nomeada através da portaria n. 070/2013 de 06 de Março de 2013 para exercer o cargo de "SUPERVISOR DE ESPORTES" – nível CC-4, passando a exercer o cargo de "SUPERVISOR DE CULTURA" – nível CC-4, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 1º de Agosto de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 402/2015

PORTARIA N. 402/2015

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIÃO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "WANDERLEI DA ROCHA", brasileiro, casado, residente no município de Irani-SC, nascido em 15/10/1979, inscrito no CPF n. 024.668.669-35, carteira de identidade n. 14/C 3.614.919, título eleitoral n. 036974250906, nomeada para exercer o cargo de "COORDENADOR DE ESPORTES" nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 356/2015 de 04 de Maio de 2015, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 403/2015

PORTARIA N. 403/2015

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "PRICILA DE FATIMA DIAS DE ALMEIDA SCHIAVINI", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 25/06/1982, inscrita no CPF n. 036.248.019-29, carteira de identidade n. 11/R 4.152.350, título eleitoral n. 041154950990, inscrição no CRP-12/07806, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "PSICÓLOGO" – 20 horas, nível 28, classe/referência "A", anexo 3, cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2012 de 07 de fevereiro de 2012, homologado pelo Decreto n. 032/2012 de 04 de maio de 2012 e Autos n. 0000443-45.2014.8.24.0218/01, com vencimentos de lei a partir de 04 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 404/2015

PORTARIA N. 404/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "ADRIANA CHITES CHAVES VESARO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 17/05/1981, inscrita no CPF n. 044.684.019-07, carteira de identidade n. 4.216.915, título eleitoral n. 036974270973, ocupante do cargo efetivo de "AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO", nível 07, classe/referência "A", nomeada através da portaria n. 443/2011 de 01 de Agosto de 2011, a qual fica sem efeito a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 405/2015

PORTARIA N. 405/2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "MARLENE MARGARIDA SARTORI", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 08/05/1970, portadora do CPF n. 824.939.369-49, carteira de identidade n. 11/R 2.636.021, título eleitoral n. 024758490930, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE ATIVIDADE SAÚDE", nível 06, classe/referência "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 74 (setenta e quatro) dias consecutivos, a contar de 10 de Agosto de 2015 a 22 de Outubro de 2015, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.
Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de: 01 de Agosto de 2005 à 31 de Julho de 2010.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 10 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 406/2015

PORTARIA N. 406/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "CARLOS ALBERTO BARBIERI", brasileiro, casado, residente no município de Catanduvas-SC, nascido em 25/03/1969, inscrito no CPF n. 638.652.119-68, carteira de identidade n. 5069869765, título eleitoral n. 023121380965, ocupante do cargo efetivo de "MÉDICO (ESF)", nível 80, classe/referência "A", nomeado através da portaria n. 201/2014 de 06 de Janeiro de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 14 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 407/2015

PORTARIA N. 407/2015

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "LEANDRO PEDRO FREITAS", brasileiro, convivente, residente neste município, nascido em 26/06/1978, inscrito no CPF n. 021.631.969-25, carteira de identidade n. 11/C 3.676.702, título eleitoral n. 036489890914, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "OPERADOR MÁQUINAS PESADAS", nível 16, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovado no concurso público n. 001/2015 de 10 de Março de 2015, homologado pelo Decreto n. 030/2015 de 29 de abril de 2015, com vencimentos de lei a partir de 18 de Agosto de 2015.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 408/2015

PORTARIA N. 408/2015

“REVOGA PORTARIA N. 376/2015 DE 03 DE JUNHO DE 2015 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 376/2015 de 03 de Junho de 2015, que alterou a carga horária da Servidora “SUZI CARLA COSTA ROSA”, inscrita no CPF n. 008.507.289-32, retornando a mesma para o cargo de “COORDENADOR” – 40 horas, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a parti de 01 de Agosto de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 27 de Agosto de 2015

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 409/2015

PORTARIA N. 409/2015

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido “ANTENOR GONÇALVES”, brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 10/06/1950, inscrito no CPF n. 249.830.049-04, carteira de identidade n. 11/R 545.572, título eleitoral n. 007837840949, ocupante do cargo efetivo de “CARPINTEIRO”, nível 10, classe/referência “A”, nomeado através da portaria n. 612/2007 de 07 de Fevereiro de 2007, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 30 de Agosto de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 28 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.376/15

DECRETO Nº 12.376/15, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia Psicólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, KATIA TOAZZA tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.377/15

DECRETO Nº 12.377/15, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15906/2015.

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, JAQUELINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida pelo Decreto nº 11.888/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de setembro de 2015.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.378/15

DECRETO Nº 12.378/15, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia Analista Previdenciário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, XIII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LACI ANA CESARIO ADRIANO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 16 de setembro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista Previdenciário, criado pela Lei Complementar nº 052/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no INPREVID aos 18 dias do mês de setembro de 2015.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

LEI Nº 3.277/15

LEI Nº 3.277/15, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóveis públicos que especifica, à empresa ZAPIM MATERIAIS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa ZAPIM MATERIAIS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 10.796.841/0001-00, situada a Rua Setembrino Comunello, s/nº, Bairro Cidade Alta, na cidade de Videira-SC, dos Lotes nº 03 e 04, da Quadra "D" do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total dos lotes de 2.811,91m² (dois mil, oitocentos e onze metros e noventa e um decímetros quadrados), sendo área individualizada de cada imóvel de 1.401,79m² (um mil, quatrocentos e um metros e setenta e nove decímetros quadrados) e 1.410,12m² (um mil, quatrocentos e dez metros e doze decímetros

quadrados) respectivamente, localizados na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrículas nº. 32.260 e 32.261, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira – SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a fabricação de postes de cimento com caixa de medidor incorporada, serviços e manutenções elétricas, engenharia e automação industrial, conforme consta do Processo Administrativo nº 10.167/15.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido os imóveis ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata dos bens para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo os imóveis revertidos nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar os imóveis dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para

emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V – É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento dos imóveis.

VI – Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII – É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o §5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os imóveis e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada nos imóveis concedidos, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que os imóveis foram concedidos pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão nos imóveis, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0669/15

PORTARIA nº 0669/15

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15230/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pela Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC, no dias 26 de setembro, 03, 10, 17, 24 e 31 de outubro, 07, 14, 21 e 28 de novembro do corrente ano, a fim de realizar atividades alusivas ao "Outubro Rosa" e "Novembro Azul".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- g. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0670/15

PORTARIA nº 0670/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.504/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela BRF, Unidade Industrial de Videira, no dia 03 de outubro de 2015, das 08h00min às 17h00min, a fim de realizar uma ação referente à V Semana de Saúde Segurança e meio Ambiente - SSMA.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- g. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0675/15

PORTARIA nº 0675/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 13977/2015, nomeada pela Portaria nº 0616/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de setembro de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 13977/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0676/15

PORTARIA nº 0676/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Mem 101/15, do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora PATRICIA FABIULA BRESCIANI, Professora, a partir do dia 11 de setembro de 2015 até 08 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de setembro de 2015.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0677/15

PORTARIA nº 0677/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15600/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARILDE REGINA COPINI ZIMMER, Atendente de Creche, de 1º de outubro de 2015 até 1º de janeiro de 2016, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0678/15

PORTARIA Nº 0678/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00095/14-3, nos assentos funcionais da servidora TEREZINHA DE FATIMA FOGTE BERTO, detentora da matrícula funcional nº 2378, e do cargo de provimento efetivo de Zelador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 15.444/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora TEREZINHA DE FATIMA FOGTE BERTO, detentora da matrícula funcional nº 2378, e do cargo de provimento efetivo de Zelador, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00095/14-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0679/15

PORTARIA nº 0679/15

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 15.681/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de 01 (um) Palco, com estrutura metalizada e coberto com lona leve, medindo 3X6 m, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, no Parque da Uva pela Associação Protetora dos Animais - APANVI, nos dias 04 de outubro de 2015, das 12h00 as 19h00 a fim de realizar a VII Cãominhada Videira – APANVI.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a) É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b) A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c) Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d) Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0680/15

PORTARIA nº 0680/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, matrícula nº 15.050, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do contrato administrativo nº CT 205/2015, Processo Licitatório nº 82/2015, Concorrência nº 01/2015-PMV, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO (ETAPA 1), COM ÁREA TOTAL DE 1.594,18 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativos (anexos ao P.L.).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 17 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0681/15

PORTARIA nº 0681/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.684/2015.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória - CEVI, pelo Ministério da Mulher da Igreja Adventista do 7º Dia, no dia 19 de setembro de 2015, a partir das 07h00min às 19h00min, a fim de realizar um Congresso de Mulheres, com o tema "Um Novo Tempo".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de

quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica autorizado o Ministério da Mulher da Igreja Adventista do 7º Dia a servir almoço as participantes do evento.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§4º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0628/15.

Videira, 18 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 152/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE UNIFORMES, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 12h30min do dia 07/10/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 12h30min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 18 de Setembro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 155/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 05/10/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 18 de Setembro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****EDITAL NOTIFICAÇÃO DÍVIDA TRIBUTÁRIA Nº 002/2015****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA 002/2015**

Com amparo no artigo 174, inciso II combinado com seu parágrafo único da Lei nº 5.172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional), notificamos V.S.^a (as) da constituição definitiva da dívida ativa.

Nº Notificação	Nome/Razão
41/2015	NALVA ROSA
42/2015	ATAIDE VALTRIN MAÇANEIRO
43/2015	JAÍMIR FERNANDES
44/2015	AGEMIRO FLORIANO
45/2015	AMARILDO FAUSTO
46/2015	AMBROSIO JOSE BRACELLO
47/2015	ANTONIO BARCELOS
48/2015	CASSIA MARIA BOING
49/2015	ELAINE ZIMMERMANN
50/2015	ELIAS SEVERINO
51/2015	ILSON SCHERER
52/2015	IRIA RENGEL BARBETA
53/2015	IRIA WILHELM
54/2015	IVO PETRIS
55/2015	JANDIR DE OLIVEIRA
56/2015	JEISON COSER
57/2015	JOSE CARVALHO
58/2015	LENIR MORGENROTH
59/2015	LEOPOLDO PETRIS
60/2015	LUIS JOSE DE OLIVEIRA
61/2015	LUIZ COMPER
62/2015	LUIZ DE OLIVEIRA
63/2015	MARCONDES PRANGER
64/2015	MARIA DE LOURDES S. FEIBER
65/2015	MARILDO PRANGE
66/2015	NEZIO KOTELAK
67/2015	PAULINA POFFO
68/2015	PEDRO PETRIS
69/2015	SONIA SOLENE SEGUNDO
70/2015	VALCIR GONÇALVES
71/2015	VALDIR PATRICIO

A correção monetária, a multa e os juros foram calculados a partir da data de vencimento original do débito, de acordo com o que estipulam a Lei Municipal Nº. 135/1991 e as Complementares nº 32/2007 e 51/2009.

Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias.

Formas de Pagamento: À Vista ou Parcelado em até 24 (vinte e quatro) e a primeira parcela vencerá no ato da concessão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, vencendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com prestação mínima de 35 (trinta e cinco) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa física ou 50 (cinquenta) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Dúvidas, retirada de guias para pagamento e protocolo para interposição de recursos, deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Setor Tributário, situada na Rua Santa Catarina, 2266, centro, nesta cidade.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Vitor Meireles, 18 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

7 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0110/2009

Extrato 7º Aditivo ao Contrato nº 0110/2009

Contratante: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratado: Altair Lois Coradi Frozza

Objeto: Locação casa destinada ao Conselho Tutelar.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, contados a partir de 01/10/2015 até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 16 de setembro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA PRAZO PR 0072/2015

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está reabrindo o prazo de abertura do Pregão Presencial nº 0072/2015, tendo como objeto a Aquisição de Um Filtro a Terra para produção de vinho artesanal, em virtude de Alteração no Anexo I do Edital. O recebimento as propostas será até às 13:45h, do dia 07 de outubro de 2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 18 de setembro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 199/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 199/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por um período de 10 (dez) dias a partir de 21.09.2015 a 30.09.2015 a Servidora Pública Municipal Sra. MARLEI TEREZINHA ROMAN, nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 17/R-2.425.338, CPF nº 826.811.559-91, nomeada conforme Decreto nº BLB 247/2011, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 3461/2015, datado de 17.09.2015.

Licença Prêmio concedida referente ao período de: 03.11.2011 a 02.11.2014 – 10 (dez) dias.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 001/2015

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2015

(Origem Legislativo)

DISPÕE SOBRE O NÚMERO DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal votou, aprovou e ela promulga a seguinte

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 14 da lei orgânica municipal, passando a vigência da lei com a seguinte redação:

Art. 14 - O número de vereadores será fixado pela Câmara Municipal na sessão legislativa do ano que anteceder as eleições, tendo em vista a população do município e observados os limites estabelecidos em lei.

Paragrafo Único: Fica estabelecido, como número de vereadores do município de Xanxerê, o número de 9 (nove) vereadores.

Art. 2º - A presente lei terá eficácia imediata valendo-se para a Legislatura de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ

16 de Setembro de 2015

WILSON MARTINS DOS SANTOS

Presidente

ADENILSO BIASUS

Vice Presidente

FERNANDO CALLFASS

1º Secretário

IVONE MARIA SIRINO

2ª Secretária

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 048/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente dispensa, a saber:

Dispensa de licitação n. 048/2015

Processo licitatório n. 174/2015 - Fundo Municipal de Saúde

Homologação: 18/09/2015

Fornecedor: Valdir Antônio Ieisbick

CPF: 183.307.119-00

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Objeto: Locação de imóvel com área de 150 m², para uso da farmácia municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor da despesa mensal: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), valor total da despesa para doze meses R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).

Vigência: 12 meses

Fundamento: art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Xaxim – SC, 18 de setembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA 049/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente dispensa, a saber:

Dispensa de licitação n. 049/2015

Processo licitatório n. 176/2015

Homologação: 18/09/2015

Fornecedor: Flora Mix Comércio e Distribuidora Ltda - ME

CNPJ: 10.349.675/0001-02

Contratante: Município de Xaxim

Objeto: Contratação de empresa especializada em decoração de ambientes, para prestar serviço de criação de cenários e decoração de parte do pavilhão São Cristóvão para evento da 25ª (vigésima quinta) Festa Municipal do Idoso.

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Xaxim – SC, 18 de setembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decreto 304

DECRETO Nº0304/2015

DISPÕE QUANTO À PROVIDÊNCIAS EM VIRTUDE DE OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM – ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Idacir Antonio Orso, usando das atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

CONSIDERANDO a decisão proferida nos Autos de Ação Civil Pública que tramita perante a 2ª Vara da Comarca de Xaxim, sob o nº 0900040-40.2015.8.24.0081, na qual consta que a Municipalidade "...no prazo de 15 dias, tome as cautelas necessárias para evitar

novas invasões dos imóveis de matrículas nº 22.950 e 22.575 do Ofício de Registro de Imóveis de Xaxim, bem como a edificação de novas construções por aqueles que ocupam irregularmente os bens...";

CONSIDERANDO que providências pelo Poder Público não devem ficar adstritas à referidos imóveis públicos, devendo providências serem tomadas num sentido macro, conforme preceitua o inciso IX, do art. 23 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, eventual colocação de cercas ou tapumes de madeira no local, restaria inócua, pois no dia seguinte, os mesmos materiais e suportes (palanques), provavelmente já seriam removidos e utilizados pelos moradores do local;

CONSIDERANDO que, eventual contratação de vigilância privada 24h para vistoriar o local resultaria em excessiva despesa ao Erário;

CONSIDERANDO que, eventual obstrução da passagem de veículos também seria provisória, haja vista a rápida ação que seria tomada pelos invasores;

CONSIDERANDO que, faz-se necessário incutir na população de baixa renda que a invasão é meio errôneo e injusto com as demais pessoas da mesma classe social, de obterem moradia;

CONSIDERANDO que, devido ao modus operandi em que as construções são erigidas, necessário faz-se no mínimo, averiguação semanal da área em comento;

DECRETA:

Art. 1º. Determina a averiguação in loco do Fiscal de obras e posturas, nos imóveis com matrícula no CRI sob o nº 22.950 e 22.575 (áreas verde – Loteamento Ferrazo IV) e de propriedade da Municipalidade, para que semanalmente constate a situação.

§ 1º. Em caso de nova edificação, qualquer que seja e no estado em que se encontrar, deverá o Fiscal de obras e posturas reduzir a termo tal circunstância, comunicando imediatamente ao superior hierárquico e a Secretaria de Assistência Social e Habitação.

§ 2º. Não havendo modificação em relação à situação constatada na semana anterior, desnecessária a emissão de relatório.

Art. 2º. Determina que a Secretaria de infraestrutura, através dos Servidores ali lotados, realizem a delimitação do local, através de placas indicativas e outros meios que possam demonstrar tratar-se aqueles locais, de área pública.

Art. 3º. A Secretária de Assistência Social e Habitação deverá realizar campanhas educativas no que tange à invasões de áreas públicas ou não, as quais deverão ser reduzidas à termo em ata própria quando da ocorrência de reuniões ou seminários.

Parágrafo único. Referido trabalho de conscientização poderá se utilizar de outros meios para tal desiderato.

Art. 4º. A Secretária de Assistência Social e Habitação, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá incluir em programas habitacionais existentes no município, respeitada a ordem cronológica, as pessoas que atualmente residem nos imóveis mencionados no 'caput' do art. 1º.

Art. 5º. Oficie-se às Polícias Civil e Militar, cientificando das invasões e para que na eventualidade de constatação de irregularidades,

informem este Ente para a tomada de providências

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim, 15 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

Luís Antônio Cipriani

OAB/SC 35.698 – Sub-procurador-geral

Decreto 305

DECRETO 305/2015

RESCINDE OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 153/2015 E 161/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, conforme inciso VI, do art. 66 e, em conformidade com a Lei 8.666/93;

Considerando os processos licitatórios nº 130 e 133/2015 (na modalidade inexigibilidade), firmados respectivamente com o Jornal do Oeste SC Ltda – ME e Atenéia A. L. de Almeida Schettini Ribeiro – ME, no qual possui como objeto o fornecimento de jornais em prédios públicos ligados à Administração Municipal;

Considerando a incontroversa contensão de despesas pelo qual a municipalidade atravessa;

Considerando os decretos editados para tal desiderato, em especial, o de turno único, vedação de realização de horas extras, vedação na concessão de licença-prêmio, dentre outras medidas já tomadas;

Considerando que em decorrência da difícil situação econômica/financeira pela qual atravessa a Municipalidade, necessário continuar a tomar providências quanto à contenção de despesas, mantendo os contratos voltados à serviços essenciais;

E Considerando o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

ADMINISTRATIVO. Contrato temporário firmado pela administração pública. Rescisão antecipada do pacto poucos dias antes do previsto. Instauração de procedimento administrativo. Inocorrência. [...] "Não configura cerceamento de defesa a rescisão unilateral antecipada do contrato de trabalho temporário, sem a instauração de procedimento administrativo, sobretudo porque a administração pública pode, fundamentadamente, rescindi-lo a qualquer tempo, efetuando, evidentemente, o pagamento das verbas rescisórias (TJSC, AP. Cív. N. 2008.003778-8, Rel. Des. Jaime Ramos, j. Em 17.12.2009)" (TJSC, AC n. 2013.060028-8, de Itaiópolis, Rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 24.6.14). [...] (TJSC; AC 2015.013342-2; São José; Segunda Câmara de Direito Público; Rel. Des. Subst. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho; Julg. 12/08/2015; DJSC 27/08/2015; Pág. 426) (grifo nosso)

DECRETA:

Art. 1º. Rescinde o contrato nº 0161/2015, firmado entre a Municipalidade e Atenéia A.L. de Almeida Schettini Ribeiro – ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 13.127.928/0001-83.

Art. 2º. Rescinde o contrato nº 0153/2015, firmado entre a Municipalidade e Jornal do Oeste SC Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 15.294.056/0001-73.

Art. 3º. Fica assegurado o pagamento do remanescente devido, dentro do prazo legal.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 17 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº. 307/2015 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº. 307/2015

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4112/2015 de 17 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	30.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCAL	2.037 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	50.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.02	93.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação:

Código	Unidade	Projeto atividade
10.02	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.038 – Fundo Municipal da Infância e Adolescente
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	173.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim (SC), em 17 de setembro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do Município

LEI Nº 4110/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015. ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.680/2003, NO QUE TOCA AO CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4110/2015, de 14 de setembro de 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.680/2003, NO QUE TOCA AO CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 4º da lei nº 2.680/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O exercício de atividades inerentes aos cargos públicos municipais, em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos na forma do artigo 2º, cujos agentes não são neutralizados na forma do artigo 3º, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) sobre o menor padrão de vencimento do Município, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da alteração da presente dar-se-ão a conta da dotação orçamentária específica.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4111/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015. INSERE DISPOSITIVO NA LEI 4.068/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4111/2015, de 14 de setembro de 2015.

INSERE DISPOSITIVO NA LEI 4.068/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Insere o § 5º no art. 36 da lei 4.068/2015, com a seguinte redação:

§ 5º. Os processos de parcelamento do solo formalmente protocolados junto ao órgão competente do município, antes da vigência desta lei, terão sua análise e aplicabilidade para aprovação, vinculados à lei municipal nº 694/1981, ficando estabelecido o prazo de até 01 (um) ano a contar da vigência da presente, para conclusão do processo de parcelamento.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4112/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4112/2015, de 14 de setembro de 2015.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	30.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCAL	2.037 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	50.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
--------	---------	-------------------

16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.02	93.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação:

Código	Unidade	Projeto atividade
10.02	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.038 – Fundo Municipal da Infância e Adolescente
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	173.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4113/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015. DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4113/2015, de 14 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei disciplina a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos no âmbito do Município De Xaxim.

Art. 2º A condição de abandono dos veículos motorizados ou não, estacionados em logradouros públicos, é caracterizada por uma das seguintes situações:

I - visível estado de má conservação, com a carroceria apresentando evidentes sinais de colisão ou ferrugem, ou se for objeto de vandalismo ou depreciação voluntária.

II - sem placa de identificação;

III - sem identificação do número do chassi;

V - sem identificação do número do motor.

Parágrafo Único. A mudança de local de estacionamento do veículo no logradouro não descaracteriza o abandono do veículo.

Art. 3º A constatação de estado de abandono será realizada pela Diretoria de Trânsito do Município de Xaxim, por meio de relatório operacional elaborado por agente de trânsito ou por órgão Conveniado.

Art. 4º Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado, e o proprietário será notificado pelo órgão municipal competente, para que retire o veículo do logradouro público no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de remoção.

§ 1º A notificação de que trata o caput deste artigo será encaminhada pela Diretoria de Trânsito, por meio de remessa postal, com Aviso de Recebimento - AR, que será enviada para o endereço do proprietário constante nos registros do órgão executivo de trânsito do Estado.

§ 2º Decorridas, sem êxito, todas as tentativas de notificar o proprietário através de meio postal, deverá ser providenciada a notificação através de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, concedendo novo prazo de 10 (dez) dias ao proprietário para a remoção do seu veículo.

§ 3º Não sendo identificado ou localizado o proprietário ou responsável pelo veículo em virtude da falta de placa de identificação ou do elevado estado de deterioração que torne ilegível seus caracteres, será fixada uma notificação no vidro ou lataria para que o proprietário retire o veículo do logradouro público no prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º Findo o prazo fixado na notificação, sem a devida retirada pelo proprietário à Diretoria de Trânsito do Município, diretamente ou por quem designar, fará a remoção do veículo para local previamente estabelecido.

Art. 5º Os veículos removidos nos termos desta lei ficarão à disposição dos seus respectivos proprietários ou responsáveis legais pelo prazo de 90 (noventa dias), a contar da data da remoção, podendo ser retirado a qualquer momento desde que sejam cumpridas as seguintes exigências:

I - A retirada do veículo só poderá ser realizada pelo proprietário do veículo devidamente identificado ou por procurador habilitado, apresentando comprovação de propriedade;

II - Apresentação dos recibos de pagamentos pelo serviço de remoção e diárias devidas;

III - Comprovação de pagamento de débitos fiscais, impostos, taxas, multas, entre outros débitos atrelados ao veículo;

IV – Comprovação de que o veículo esteja Licenciado para trafegar.

Art. 6º Na hipótese de os veículos não serem reclamados por seus proprietários ou responsáveis, no prazo de 90 (noventa dias), serão levados à hasta pública, nos termos do art. 328, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB e da Resolução 331 do CONTRAN, de 14 de agosto de 2009.

Art. 7º O Poder Executivo, quando necessário, regulamentará a presente Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Associações

AMARP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA 06/02/2015

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO AUDITÓRIO DA AMARP NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia seis de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, foi realizada a Primeira Reunião Extraordinária com os Municípios membros da AMARP do corrente ano e da Legislação 2013/2016. A reunião foi realizada no Auditório da Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, na Avenida Manoel Roque, Bairro Alvorada no Município de Videira. Ausente apenas o município de Calmon. Inicialmente, o secretário executivo saudou a todos os presentes, lembrou que, devidos a compromissos assumidos anteriormente, alguns prefeitos ainda não se fazem presentes, mas que chegarão, no decorrer desta reunião, e que a reunião deve respeitar o horário estabelecido. Falou que essa reunião se realiza na data de hoje por força estatutária, e que se faz necessário a eleição de nova diretoria. Avisou aos presidentes de Câmaras que não foram confeccionadas pastas a eles já que a maioria dos assuntos tratados nesta reunião são de interesse apenas dos senhores prefeitos. Convidou o Exmo. Senhor Ludovino Labas, Prefeito de Lebon Régis, Exmo. Senhor Wilmar Carelli, prefeito de Videira, Anfitrião desta reunião, e a Exma. Senhora Christiane Zimmer, presidente da Câmara de Vereadores do Município de Videira, para compor a mesa de trabalhos. O presidente da AMARP fez a saudação a todos os presentes, em especial, os presidentes de Câmara. Falou da importância desta reunião, já que será eleita a nova diretoria. Passou a palavra ao Prefeito Anfitrião, que fez uso da palavra, dando as boas vindas a todos, em especial aos presidentes de Câmaras, desejando a todos êxito durante o ano, e lembrou que a AMARP é uma das associações mais bem vistas do estado. A Exma. Senhora Christiane Zimmer, também fez uso da palavra, saudando a todos, comentando da alegria de estar nesta mesa e disse que quer aprender com todos. Logo após, foi desfeita a mesa e o secretário executivo convidou a senhora Marli Burato, gestora do escritório de convênios da FECAM, a senhora Natacha, que atua como suporte técnico, além de encaminhar informações referentes a prazos, normativas e resoluções para captação de recursos. A senhora Marli Burato também apresentou a todos, o Senhor Rubens Mocellin, secretário do Município de Rio das Antas, e avisou a todos que, graças a uma parceria com o escritório de projetos da FECAM, estará disponível para os municípios da AMARP, atendendo a quem solicitar, nas segundas-feiras, no período da tarde, para auxiliar os municípios na identificação de demandas, auxiliar na gestão dos convênios e contratos em execução, dar suporte técnico para cumprimento dos pareceres de convênios emitidos pelos analistas de projetos dos órgãos concedentes, monitorar em conjunto com o gestor do convênio, o cumprimento dos prazos. O escritório da FECAM, terá contato constante com o Senhor Rubens, e este será o contato dos gestores de convênios para com o escritório da FECAM e desta com os municípios. O Prefeito de Rio das Antas reiterou que é fundamental ter uma pessoa que tenha o conhecimento nessa área, já que através desse trabalho é que o município consegue muitas verbas para ajudar a melhorar a vida dos munícipes. O Senhor Flávio Henrique dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Caçador, fez uma intervenção, parabenizado pela iniciativa de aproximar este escritório dos municípios da região, e que é extremamente necessário, e solicitou para que seja encaminhado aos Presidentes de Câmaras, os pedidos e solicitações de verbas e convênios, que poderá ser feito pelo município ou pelo Colegiado. O Secretário Executivo lembrou que o valor a ser repassado para custeio dessas atividades tanto da FECAM quanto do Presidente do

Colegiado será de duzentos reais por mês. E que o Presidente do Colegiado, dará expediente na AMARP toda segunda feira no período vespertino, onde atenderá a demanda de todos os municípios. Ato contínuo, o Secretário avisou a todos sobre os Colegiados existentes na AMARP, Colegiado de Educação, de Saúde, de Assessores Jurídicos, de Contadores e Controladores Internos, de Gestores de Convênios, de Tributos, de Finanças e por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, será criado o Colegiado de Agricultura, e por fim, a AMARP colocou em andamento nessa semana, o Colegiado de Assistência Social, e aproveitando a ocasião, leu a Resolução nº 002/2015, que aprovou o Regimento Interno do Colegiado de Assistência Social, dos municípios membros da AMARP. O Secretário Executivo, avisou que a senhora Beatriz Ribeiro dos Santos, que será a Articuladora do Colegiado, receberá uma gratificação da AMARP, para atender o Colegiado e todos os programas de Assistência Social dos Municípios membros da AMARP, cujo serviço será prestado nas sextas feiras período matutino. Após a fala sobre os Colegiados a senhora Marli Burato, agradeceu a atenção de todos e se pôs a disposição para quaisquer esclarecimentos. Na sequência, o Secretário Executivo convidou o Senhor Alexandre Ganasini, assessor do Movimento Econômico, para esclarecimentos a cerca do retorno de ICMS. O senhor Alexandre Ganasini iniciou sua fala, comentando sobre o índice de crescimento da AMARP, que foi de 3,49%, lembrando que pode ser que ainda haja alguma diferença no índice permanente, mas que provavelmente essa diferença será mínima, não gerando grandes alterações. Comentou da novidade com a Lei, que seria a “solução” para os municípios da região. Ele explicou que essa lei só será benéfica para os municípios que fazem transferência para os portos e que vai para exportação. Na oportunidade foram apresentados os novos índices de retorno de ICMS para os municípios da AMARP, que ficou assim distribuído: Arroio Trinta – 0,1168103. Caçador – 0,9428599. Calmon – 0,0788769. Fraiburgo – 0,4033293. Ibiam – 0,0904209. Iomerê – 0,1313613. Lebon Régis – 0,1063769. Macieira – 0,0785119. Matos Costa – 0,0625429. Pinheiro Preto – 0,1234950. Rio das Antas – 0,1762121. Salto Veloso – 0,1230431. Timbó Grande – 0,1103776 e Videira – 0,8543081. O Secretário Executivo, comentou também, que participou no dia 27 de janeiro de 2015, na reunião extraordinária do Colegiado de Secretários Executivos das Associações de Municípios na Sede da GRANFPOLIS, onde o principal assunto era sobre a participação fixa de 15% na distribuição do ICMS aos Municípios do Estado. Todas as Associações presentes se manifestaram em contrário a mexida neste índice de 15%. E a FECAM e as Associações comunicarão a Assembleia Legislativa sobre esta discordância. Com relação aos expedientes do período, o Secretário Executivo, avisou que todos os documentos apresentados estão na pasta de cada Prefeito. Alertou os senhores Prefeitos sobre o fechamento das Contas do exercício de 2014, procurando atender as determinações do Tribunal de Contas do Estado, não apresentar déficit orçamentário e financeiro. Atender os índices de Saúde, Educação e Pessoal e lembrar que o prazo máximo de encaminhamento das Contas do exercício financeiro de 2014, será dia 27 de fevereiro de 2015. Avisou que segue também na pasta, uma planilha com o calendário dos feriados oficiais para o ano de 2015. Também segue na pasta, o relatório de atividades realizadas no mês de janeiro da Equipe Técnica, da Secretaria Executiva e da Topografia. Em relação aos feriados, foi solicitado pelo Prefeito de Rio das Antas, para que seja feito um calendário regional, unificando especialmente os feriados do dia 15 de outubro dia do professor e 28 de outubro dia do funcionário público. Seguindo a pauta, o Secretário Executivo, Contador do CIS-AMARP, avisou quanto a devolução dos valores do CIS/AMARP, referente o ano de 2014, onde

do valor do rateio de despesas de pessoal, deverá ser feita e devolução de R\$ 1.005,82, e do valor da manutenção R\$ 807,15, ficando assim uma devolução no valor de R\$ 1.812,97. Foi deliberado por vários Prefeitos presentes que este valor seja repassado para AMARP para custeio de despesas da AMARP com reuniões, refeições, viagens e outras despesas, as quais não precisarão serem rateadas pelos municípios. Cada Prefeito tratará deste assunto com o Secretário de Saúde e comunicará a decisão da devolução ou não desse recurso. O Prefeito de Videira, Exmo. Senhor Wilmar Carelli, questionou quanto aos municípios que possuem débitos com o CIS/AMARP e que esses valores refletem no bom andamento dos trabalhos do CIS e acha inadmissível o não pagamento principalmente da despesa variável pois a mesma foi contratada pelo Município. O Secretário Executivo, comentou também sobre a estrutura técnica da AMARP, onde tem municípios que ocupam muito esta estrutura e outros pouco ou quase nada. Foi citado que os Municípios de Rio das Antas, Ibiã, Iomerê, Pinheiro Preto e Timbó Grande, se utilizam até da fiscalização para alvarás de construção e habite-se. E que outros se utilizam somente de Projetos para execução de Obras Públicas. Comentou também que o setor privatizado de Topografia está à disposição de todos os Municípios. Solicitou para que a nova diretoria que será escolhida hoje, defina procedimentos com relação a esta Equipe Técnica, que hoje tem 02 Engenheiros, 01 Arquiteto, 01 Desenhista e 02 Estagiários. Na oportunidade foi ainda comentado sobre o XIII Congresso Catarinense de Municípios, a ser realizado nos dias 18, 19 e 20 de março de 2015, no Centro de Convenções Centro Sul em Florianópolis, com o tema principal "AGENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL DO SISTEMA FEDERATIVO". Ainda foi apresentada a Carta Aberta dos Municípios Brasileiros, redigida pela FECAM e encaminhada ao Ministro das Cidades Exmo. Senhor Gilberto Kassab. Encerrados os expedientes, o Secretário Executivo passou a palavra ao Presidente, Exmo. Senhor Ludovino Labas, para que conduza a escolha da nova Diretoria, bem como o fechamento da reunião. Fazendo novamente uso da palavra o Prefeito Presidente disse, que tudo passa, tudo na vida tem um tempo, tempo para nascer e tempo para morrer. Com essas palavras ele agradeceu a todos que depositaram confiança no seu trabalho, disse que o respeito e a compreensão das limitações, são fundamentais, e que isto é próprio do ser humano. Agradeceu a todos os Prefeitos que estiveram juntos nesse ano que presidiu a associação, agradeceu em especial ao Vice, Exmo. Senhor Wilmar Carelli, que o representou em atos em que não pode se fazer presente. Lembrou das visitas realizadas em cada município. E também pediu desculpas a todos que não tiveram suas expectativas atendidas. Apresentou as possibilidades de escolha do novo Presidente, que estaria a critério dos Senhores Wilmar Carelli e Euzébio Calisto Viecei, Prefeitos reeleitos e que gostariam de exercer a Presidência. Houveram alguns comentários e com a anuência de todos, o Exmo. Senhor Wilmar Carelli, Prefeito de Videira, foi aclamado Presidente da AMARP período de 2015/2016. Ficando como Vice-Presidente, o Exmo. Senhor Euzébio Calisto Viecei, Prefeito de Pinheiro Preto, e para Secretário da Diretoria, o Exmo. Senhor Alcir José Bodanese, Prefeito de Rio das Antas. O então Presidente Prefeito Ludovino Labas, empossou a nova diretoria a qual recebeu uma salva de palmas. O Presidente escolhido agradeceu a todos pela indicação, e comentou quanto ao desempenho da administração do Senhor Ludovino Labas, enquanto Presidente da AMARP, parabenizando-o pela brilhante postura, junto ao Ministério Público, no encontro ocorrido em Joaçaba, no dia 06 de junho de 2014. Disse também que se empenhará em fazer o melhor para que a Associação continue tendo o respeito e o prestígio de sempre em nosso Estado. Aproveitando a ocasião, avisou quanto ao Plano de Mobilidade Urbana, que inclusive já houve municípios notificados para implantação e que esse assunto deverá ser tratado já na próxima reunião ordinária da Associação. Agradeceu a confiança depositada e espera atender às expectativas de todos. E eu Odivar Clóvis Biscaro, Secretário Executivo, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada pelos Senhores Prefeitos.

Videira, 06 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI
PREFEITO DE VIDEIRA
PRESIDENTE DA AMARP

EUZÉBIO CALISTO VIECELLI
PREFEITO DE PINHEIRO PRETO
VICE-PRESIDENTE DA AMARP

ALCEDIR FELCHILCHER
PREFEITO DE ARROIO TRINTA

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO DE CAÇADOR

IVONE MAZUTTI DE GERONI
PREFEITA DE CALMON

IVO BIAZZOLO
PREFEITO DE FRAIBURGO

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO DE IBIAM

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO DE IOMERÊ

LUDOVINO LABAS
PREFEITO DE LEBON RÉGIS

EMERSON ZANELLA
PREFEITO DE MACIEIRA

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO DE MATOS COSTA

ALCIR JOSÉ BODANESE
PREFEITO DE RIO DAS ANTAS

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO DE SALTO VELOSO

ALMIR FERNANDES
PREFEITO DE TIMBÓ GRANDE

AMMVI**RESOLUÇÃO Nº 13/15**

RESOLUÇÃO nº 13/15

Altera o Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, com fundamento nos artigos 82, 85 e 87 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI; e Considerando-se a possibilidade de alteração no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI para melhor detalhamento de suas disposições ao estabelecido em lei específica, e para adequar os critérios da progressão vertical por nova titulação aos princípios da eficiência e da razoabilidade;

Considerando-se a deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI, ad referendum da Assembleia Geral;

RESOLVE:

Art. 1º - O Regulamento Geral do Quadro de Pessoal, aprovado pela AGO de 27/02/2008 e instituído pela Resolução nº 06/08, de 19/03/2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13 -

.....

III - adicional por serviço extraordinário;

.....

§ 1º – O adicional de que trata o inciso III do caput deste artigo será devido com remuneração superior:

I – em cinquenta por cento à da hora normal para serviço extraordinário laborado entre às 05:00 e 22:00 horas de segunda à sexta;

II – em setenta por cento à da hora normal para serviço extraordinário laborado entre às 22:00 e 05:00 horas de segunda à sexta;

III – em cem por cento à da hora normal para serviço extraordinário laborado aos sábados, domingos e feriados; e

III – em cem por cento à da hora normal para serviço extraordinário laborado a qualquer tempo por profissionais do direito submetidos à Lei nº 8.906, de 04/07/1994 (§ 2º do art. 20).

§ 2º – O adicional de que trata o inciso VI do caput deste artigo será devido na forma do § 3º do art. 20 da Lei nº 8.906, de 04/07/1994, aos advogados e assessores jurídicos, e na forma do art. 73 da CLT para os demais empregados.

Art. 14 -

.....

Art. 43 - É vedada à contagem de cursos em duplicidade e/ou cuja carga horária não figure no próprio certificado ou diploma.

.....

Art. 45 - O direito à vantagem financeira é devido a partir da data base estabelecida no caput do artigo 40 ou, para os colaboradores que ingressarem após março de 2008, na data base do triênio posterior ao ingresso, cabendo ao empregado o ônus de juntar cópia fiel do respectivo título até o décimo (10) dia daquele mês, o qual, mediante a apresentação do original, deverá ser autenticado por empregado designado para essa tarefa no setor de Recursos Humanos da Associação.

§ 1º –

.....

Art. 47 - É vedada a progressão vertical do empregado durante os 03 (três) primeiros anos de efetivo exercício, e fora das datas base mencionadas no caput dos artigos 40 e 45 deste regulamento.

.....”

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas no Orçamento Programa Anual da AMMVI.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 31 de Agosto de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 14/15**RESOLUÇÃO nº 14/15**

Promove reenquadramento de empregada no Quadro de Pessoal da AMMVI, designa colaborador em função gratificada, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, com fundamento nos artigos 6º, 15, 16, 82, 85 e 87 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI; e Considerando-se a necessidade de reposição de profissionais no Quadro de Pessoal da AMMVI para atendimento das demandas relacionadas ao Planejamento Urbano e aos Instrumentos Jurídicos pertinentes (Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, Códigos de Obras e Posturas, Leis de Parcelamento do Solo e de Padronização e Adequação dos Passeios Públicos, Plano Municipal de Mobilidade Urbana), bem como a necessidade de acompanhamento da revisão da Política Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Saneamento Básico;

Considerando-se a possibilidade de reenquadramento de empregada do Quadro de Pessoal da AMMVI para adequação da situação funcional específica às necessidades da Associação, e a correspondência de suas atividades às de sua formação profissional;

Considerando-se a necessidade de exercício de funções de direção, chefia e assessoramento na Assessoria de Tecnologia da Informação da Unidade de Apoio Técnico da AMMVI donde deverá ser designado colaborador do Quadro Permanente, conforme art. 37, V, da Constituição Federal, artigo 450 c/c artigo 468, Parágrafo Único, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, e art. 6.º do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI;

Considerando-se, também, a necessidade de composição de Comissão Permanente para subsidiar a Avaliação de Desempenho dos empregados para os fins do art. 15 e 16 do Regulamento do Quadro de Pessoal de que trata a Resolução nº 06/08, com preenchimento da Ficha de Avaliação de que trata a Resolução nº 02/14 em acompanhamento das situações funcionais individuais;

Considerando-se deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI, ad referendum da Assembleia Geral;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado o reenquadramento funcional de empregada do Quadro Permanente, admitida conforme Resolução nº 01/15, detentora de formação profissional específica, na Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da Unidade de Apoio Técnico da AMMVI, a contar de 1º de Outubro de 2015, como segue:

Denominação do emprego		Referência Salarial		Nome do(a) Empregado(a)
Anterior	Novo	Anterior	Nova	
Auxiliar Administrativo	Arquiteta Urbanista	35	72	Isadora Reis

§ 1º - A empregada estará submetida à carga horária semanal de trinta (30) horas, a partir de seu reenquadramento, cumpridas das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 15:00hs, em dias úteis, podendo ser convocada para labor extraordinário, inclusive em horário noturno, mediante pagamento de hora extra ou compensação de horários (banco de horas).

§ 2º - Diante da garantia estabelecida pela Lei nº 4950-A/66, assegurada pela aplicação de Acordos Coletivos de Trabalho nos exercícios anteriores e a incidência de princípios trabalhistas e das demais normativas internas, fica concedido complemento salarial a empregada a partir de seu reenquadramento, fixando-se seu salário da seguinte forma:

Nome	Emprego	Referência	Carga Horária Semanal	Salário Mensal R\$	Complemento Salarial Mensal R\$
Isadora Reis	Arquiteta Urbanista	72	30:00 h/s	3.647,72	1.080,28

Art. 2º - Fica designado o empregado abaixo identificado para exercício de Função Gratificada – FG-2 – Assessoria Técnica na Assessoria de Tecnologia da Informação da Unidade de Apoio Técnico da AMMVI, na forma do artigo 6º e Anexo 4 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, a contar de 1º de Outubro de 2015:

Nome do Empregado	Emprego Ocupado	Descrição da FG	% s/ Salário Base
Ricardo Sorroche	Técnico de Apoio ao Usuário de Informática (helpdesk)	Assessoria Técnica – FG 2	20

Art. 3º - Fica instituída Comissão Permanente para subsidiar a Avaliação de Desempenho dos empregados para os fins do art. 15 e 16 do Regulamento do Quadro de Pessoal de que trata a Resolução nº 06/08, composta dos seguintes profissionais:

Nome	Emprego	Área
José Rafael Correa	Secretário Executivo	Secretaria Executiva
Valdete Korz Marques	Contadora	Unidade de Apoio Administrativo
Luiz Claudio Kades	Assessor Jurídico	Unidade de Apoio Técnico
Richard Buchinski	Arquiteto Urbanista	Unidade de Apoio Técnico

Parágrafo Único – A Comissão Permanente de que trata este artigo atuará com a maioria de seus membros, sob a Presidência do primeiro, zelando pela Avaliação de Desempenho dos empregados do Quadro Permanente da AMMVI, mediante preenchimento completo da Ficha de Avaliação anual de que trata a Resolução nº 02/14 em acompanhamento das situações funcionais individuais.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas no

Orçamento Programa Anual da AMMVI.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 31 de Agosto de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 15/15

RESOLUÇÃO nº 15/15

Concede, a pedido, prorrogação do prazo de suspensão do contrato de trabalho da empregada Beatriz Padilha, por mais sessenta e três dias, a contar de 14 de setembro do corrente.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e fundamentado nos artigos 82 e 85 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, e nos artigos 444, 468 e 471 da CLT; e

Considerando-se o pleito inicial de suspensão do Contrato de Trabalho formulado pela empregada, que assumiu função de Conselheira Tutelar no Município de Indaial/SC, e a deliberação favorável da Diretoria da Associação, conforme Resolução nº 08/15;

Considerando-se pleito de prorrogação do prazo de suspensão inicial do contrato de trabalho, bem como que o afastamento da empregada ocorre sem remuneração, ou seja, sem ônus para a AMMVI, diante da falta de contraprestação da empregada;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a pedido, prorrogação do prazo de suspensão do contrato de trabalho da empregada BEATRIZ PADILHA, ocupante da função de Auxiliar Administrativo, portadora do CPF nº 003.577.259-05, de que trata a Resolução nº 08/15, por mais 63 (sessenta e três) dias, a contar de 14 de Setembro do corrente (período de 14/09 a 15/11/2015).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 10 de Setembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 16/15

RESOLUÇÃO nº 16/15

Concede progressão vertical por nova titulação a empregados da AMMVI.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, com fundamento nos artigos 40 a 47 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08 e alterações; e

Considerando-se o pleito dos colaboradores, devidamente instruído com os certificados de cursos frequentados no período de referência, e o parecer jurídico favorável ao deferimento destes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado de progressão vertical por nova titulação aos empregados abaixo identificados, a contar de 1º de Setembro de 2015, conforme segue:

Nome	Emprego	Referência Salarial	
		Anterior	Atual
Celio Francisco Simão	Assessor Econômico	115	116
José Rafael Correa	Secretário Executivo	128	129
Luiz Claudio Kades	Assessor Jurídico	118	119
Michele Prada	Assessora de Comunicação Social	71	72
Sabrina Furlani	Agente de Controle Interno	69	70
Valdete Korz Marques	Contadora	79	80

Art. 2º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de Setembro do corrente.

Blumenau - SC, em 17 de Setembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 17/15**RESOLUÇÃO nº 17/15**

Concede Adicional por Antiguidade e Desempenho à empregada Vanessa Cristina de Souza.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e fundamentado nos artigos 7º, IV, 8º, 13, VII, 15 e 16 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08; e

Considerando-se o resultado da Avaliação de Desempenho realizado pela Comissão Permanente de que trata a Resolução nº 14/15, a partir da aferição dos critérios estabelecidos no Regulamento do Quadro de Pessoal, com preenchimento da Ficha de Avaliação prevista no art. 3º da Resolução nº 02/14;

Considerando-se o transcurso do período aquisitivo, a comprovação do cumprimento de qualificação vinculada ao benefício e a observância dos fatores restritivos, bem como o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Adicional por Antiguidade e Desempenho à empregada da AMMVI, abaixo identificada, relativo ao período aquisitivo 02/02/2009 a 01/02/2014, a contar de 02/02/2014, como segue:

Nome da empregada (Denominação do emprego)	Admissão	Carga Horária Semanal	% Adicional s/ o Salário Mensal
Assessoria de Planejamento Urbano e Engenharia			
Vanessa Cristina de Souza (Engenheira Civil)	02/02/2009	40 horas	5%

Parágrafo Único - O benefício de que trata esta Resolução deverá ser calculado sobre o salário mensal da empregada, passando a compor sua remuneração permanente.

Art. 2º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 02 de fevereiro de 2014.

Blumenau - SC, em 17 de Setembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2015 CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2015

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fernando Zanella, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião extraordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 24 de setembro de 2015, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 24 de setembro de 2015

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

1) Apresentação da proposta de Resolução sobre o trâmite dos recursos interpostos perante o Conselho de Regulação.

Florianópolis, 18 de setembro de 2015.

Marcos Fernando Zanella

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2015 CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2015

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fernando Zanella, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 25 de setembro de 2015, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 25 de setembro de 2015

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 44/2015. Município de Trombudo Central. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;

2) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 30/2014. Município de Rio das Antas. Relator: Conselheiro Willian Carlos Narzetti;

3) Distribuição dos seguintes recursos interpostos nos processos administrativos punitivos:

3.1) Processo Administrativo Punitivo nº 59/2015. Auto de Infração nº 59/2015. Autuada: CASAN. Município de Rio do Sul;

3.2) Processo Administrativo Punitivo nº 54/2015. Auto de Infração nº 54/2015. Autuada: CASAN. Município de Ituporanga;

3.3) Processo Administrativo Punitivo nº 31/2015. Auto de Infração nº 31/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo;

3.4) Processo Administrativo Punitivo nº 32/2015. Auto de Infração nº 32/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo;

3.5) Processo Administrativo Punitivo nº 33/2015. Auto de Infração nº 33/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo;

3.6) Processo Administrativo Punitivo nº 34/2015. Auto de Infração nº 34/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo;

4) Relatório de Ouvidoria;

5) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;

6) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 18 de setembro de 2015.

Marcos Fernando Zanella

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIMVI**CONTRATO Nº 2015/019 - ASSESSORIA E COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/019
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Marialva Longo
OBJETO: Assessoria e coordenação de atividades artísticas e culturais
VALOR: R\$6.320,00 (seis mil e trezentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 31 de agosto de 2015.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente

CONTRATO Nº 2015/020 - REALIZAÇÃO II AVISTAR VALE EUROPEU CATARINENSE - SELEDON

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/020
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Seledon Turismo e Treinamento Ltda Me
OBJETO: Realização do Evento "II Avistar Vale Europeu Catarinense"
VALOR: R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais)
VIGÊNCIA: 20 de setembro de 2015.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 01 de setembro de 2015.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente

LICITAÇÃO Nº 005-2015 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

PREFEITURA DE TIMBÓ
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ- CIMVI
ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015

Às 8h30min do dia 18/09/2015, na sala do Auditório da Prefeitura de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA E HORAS CAMINHÃO. Presentes a pregoeira SILVIA SAUL MUSEKA, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
ELENISE PISETTA

Que esta subscrevem designados pela Portaria nº. 845/2014 alterada pela Portaria nº. 914/2014 publicada no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006. Presentes também, os representantes das sociedades empresárias licitantes, conforme relação abaixo:

Empresas Participantes (Credenciadas)
JEAN MEMIN ME
TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA

LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP

Representadas respectivamente por seus representantes:

Representantes (Credenciados)

EGIDIO MENIN

JARDEL FLORIANI

GUILHERME HENRIQUE LADEHOFF

Dando início à sessão, o pregoeiro recebeu as declarações de cumprimento dos requisitos de habilitação, bem como os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação. Em seguida o pregoeiro abriu os envelopes contendo as propostas de preços e realizou a classificação das empresas, cujos valores foram os seguintes:

Lote único: Sub-item 00001 – Hora de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13.000kg, ano e modelo superior a 2003, com operador, sub-item 02 – hora de mini escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 3.000kg, ano e modelo superior a 2003, com operador e sub-item 03 – caminhão tipo truck, com caçamba basculante com capacidade mínima de 12m³ de carga, tração 6x4, ano e modelo superior a 2003, com motorista.

Fornecedor	Proposta
JEAN MEMIN ME	301,00
TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA	301,00
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP	287,00

Submetidas as propostas de preços ao crivo dos representantes das licitantes, nenhuma falha foi observada em relação as mesmas. Foi realizado o sorteio, a qual a empresa Jean Menin Me começará ofertando o primeiro lance. Em continuidade ao certame abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes classificadas conforme os critérios estabelecidos no Edital.

Fornecedor	LANCES					
JEAN MENIN ME	286,50			284,90		
TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA		286,00			284,50	
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP			285,00			284,00
JEAN MEMIN ME	283,90			282,50		
TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA		283,50			282,00	
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP			283,00			281,50
JEAN MENIN ME	281,00			279,50		
TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA		280,50			279,00	
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP			280,00			DECLINA
JEAN MENIN ME	278,90			278,70		
TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA		278,80			DECLINA	
LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP			DECLINA			DECLINA

Assim, ficam estabelecidos os seguintes valores:

LOTE UNICO		
SUB-ITEM	Serviços	Proposta
001	Hora de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13.000kg, ano e modelo superior a 2003, com operador	131,00
002	Hora de mini escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 3.000kg, ano e modelo superior a 2003, com operador	73,85
003	Caminhão tipo truck, com caçamba basculante com capacidade mínima de 12m ³ de carga, tração 6x4, ano e modelo superior a 2003, com motorista	73,85
VALOR TOTAL		278,70

Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que foi vencedora com o menor preço de R\$ 278,70, a empresa JEAN MENIM ME, a qual após a apreciação dos documentos mostrou-se em conformidade com as exigências do Edital.

Consultados pelo pregoeiro sobre o interesse em interpor recurso, nenhuma empresa manifestou-se. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 10h. Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes

Comissão do Pregão

ELENISE PISETTA

SILVIA SAUL MUSEKA

Assinatura